

REVISTA ELETRÔNICA

Edição Especial

REDM

DOCUMENTO MONUMENTO 25

Dossiê
CUIABÁ ONTEM E HOJE

ISSN: 2176-5804 - Vol. 25 - N. 1 - Abr/2019

NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR
www.ufmt.br/ndihr/revista

EXPEDIENTE

Ministério da Educação
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub
Ministro da Educação

Universidade Federal de Mato Grosso

Reitora
Myrian Threza de Moura Serra
Vice Reitor
Evandro Aparecido Soares da Silva
Pró-Reitor Administrativa
Bruno César Souza Moraes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Lisiane Pereira de Jesus
Pró-Reitora de Assistência Estudantil
Myrian Threza de Moura Serra
Pró-Reitor de Pesquisa
Patricia Silva Osório
Pró-Reitora de Planejamento
Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso
Pró-Reitora de Pós-Graduação
Ozerina Victor de Oliveira
Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Pró-Reitor do Câmpus de Rondonópolis
Analy Castilho Polizel de Souza
Pró-Reitor do Câmpus do Araguaia
Paulo Jorge da Silva
Pró-Reitor do Câmpus de Sinop
Roberto Carlos Beber
Pró-Reitor do Câmpus de Várzea Grande
Mauro Lúcio Naves Oliveira
Diretora do Instituto de Geografia, História e Documentação
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Marcus Silva da Cruz - Supervisor do NDIHR

REDM
Revista Eletrônica Documento/Monumento

Conselho Editorial
Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/IGHD/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)
José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)
Maria Adenir Peraro (IGHD/UFMT)
Otávio Canavarros (IGHD/UFMTT)

Conselho Consultivo
Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ e PPGHIS/UFMT)
Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (Biblioteca Nacional/RJ)
Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)
Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)
Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)
Cândido Moreira Rodrigues (IGHD/UFMT)
Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Equador)
Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)
Ignacio Telesca (CONICET–IIGHI/Argentina)
Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)
Joana A. Fernandes Silva (UFG)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Manuel C. Marta (PPGHIS/UFMT)
Leny Caselli Anzai (IGHD/UFMT)
Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFSM)
Luiza Rios Ricci Volpato (IGHD/UFMT)
Marcelo Fronza (IGHD/UFMT)
Marcus Silva da Cruz (IGHD/UFMT)
Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)
Maria de Fátima Costa (IGHD/UFMT)
Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)
Michèle Sato (IE/UFMT)
Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)
Pablo Diener (IGHD/UFMT)
Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Renilson Rosa Ribeiro (IGHD/UFMT)
Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)
Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)
Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)
Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)
Tiago C. P. dos Reis Miranda
(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)
Vitale Joanoni Neto (IGHD/UFMT)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (Arquivo Nacional/RJ)

Copyright (c) Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional - Todos os Direitos Reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

R454 Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. -

Vol. 25, nº1 (Abr/2019) . - Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional, 2009 - Semestral

Modo de acesso: internet

<htpp://www.ufmt.br/ndihr/revista/>

ISSN 2176-5804

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

EDITORES

Nileide Souza Dourado
Paulo Silva Ribeiro
Elizabeth Madureira Siqueira

ARTE

Terêncio Francisco de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO

Kenny Kendy Kawaguchi

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473 / 3615-8494

E-mails:

revistandihr@ufmt.br

nileide@ufmt.br

paulor@ufmt.br

O PORQUÊ DA IMAGEM



Sagrado Coração Bomba (BABU78)

Grafite sobre porta de metal sanfonada, 2016.

Acervo do Museu de Arte do Estado de MT

O coração estava presente nas últimas séries que produziu, inclusive na rua. Mas é tudo junto e misturado: tela, pintura, desenho, grafite, tudo se mistura. A obra Sagrado Coração Bomba que foi premiada no 25 Salão Jovem Arte de Mato Grosso em 2016, foi idealizada um grafite com spray sobre uma porta sanfonada, reciclada de um comércio, que representa um coração e suas artérias e no centro um relógio, signo do tempo corrido, os quase 300 anos de história passada e por vir, o presságio de um futuro incerto, porém seguro como um equipamento do tempo, mecânico e ou humano. As mãos que indicam para o centro, coração, o discurso do hoje, um diálogo profícuo da modernidade, onde tudo é volátil, líquida (Bauman), fugaz, e a comunicação apresenta um engodo e a ideologia tal qual uma fake news. Na outra mão, os dois dedos simbolizam a bênção para os clérigos e os altos para o "céu", que atira para o coração (cérebro) e para a Mudra yoga o Ardhapataka, tem significado de cerrar, amarrar num sentido de cruzar, fazendo uma figa, e ao recortar os laços, cria a liberdade. As duas bandeirolas, dos lados superiores da obra, icônicas das festividades populares, é o registro da modernidade e erudição na representação das obras de Alfredo Volpe.

Adão Silva Segundo, reconhecido como BABU78, oito filhos de mãe humilde e benzedeira, artista com 28 de idade e 18 anos produzindo excelência, sua arte. Depois de seis anos colorindo as ruas das cidades por onde passou, ele volta para as telas. E neste reencontro com o início de sua relação com as artes plásticas, procura pela profundidade. "Onde encontramos a profundidade? No fundo do mar, no espaço, em nós mesmos".

Andando de skate e como defensor de uma lifestyle urbana, um promissor grafiteiro que vem sendo um dos expoentes nas artes mato-grossense, divagando por outras pragas. Em meio a tantas interferências visuais que hoje ocorrem nos grandes centros urbanos, direcionamos os olhares para a questão de como o grafite é percebido entre estas imagens, que na maioria das vezes estão voltadas para a publicidade. O grafite é uma forma de expressão

artística que utiliza locais públicos; muros, paredes de grandes edifícios e até o chão; como tela. Há mais de 2 mil anos, alguns muros de Roma já ostentavam pinturas que criticavam políticos, em imagens cheias de ironia. Em Pompeia, ainda é possível encontrar muros com pinturas que simbolizavam um protesto. Tal como o conhecemos, a história do grafite remonta ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em cidades como Paris e Nova York, locais que começaram a mostrar em suas paredes as primeiras obras de artistas anônimos que buscavam se expressar.

Em Cuiabá, sua obra está espalhada por muros, viadutos, esquinas e até mesmo na fachada interna da Casa Barão de Melgaço. Fora, já pintou no Rio de Janeiro, Bolívia, São Paulo, Acre, Bahia e diversos outros lugares. Se "autodenominando "o cuiabano do futuro", ele marca as paredes de Cuiabá e de sua história na arte contemporânea por meio das tintas do "grafite". O artista foi indicado ao maior prêmio brasileiro de artes visuais concorrem a um dos maiores prêmios de artes plásticas do país, o 'Prêmio PIPA voto popular', realizado por uma parceria entre o Instituto Pipa e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM).

BABU78 (Adão Silva Segundo) é grafiteiro, desenhista e artista visual; também atua como arte-educador em oficinas de grafite. Atualmente, sua produção é dividida entre os murais de rua e as pinturas, desenhos e ilustrações produzidos em seu estúdio. Participou das coletivas: "Chapada Mostra Suas Cores", Galeria da Secretaria de Turismo, Chapada dos Guimarães, MT. 2002; "Projeto Artífice", Galeria da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2003; 1º Salão Hélio Melo Rio Branco, AC, 2005; "Arte no Acre", Galeria do SESC, Rio Branco, AC, 2006; 3º Salão Hélio Melo Galeria Juvenal Antunes, Rio Branco, AC, 2008; "Marginal Graffiti", SESC Arsenal, Cuiabá, MT, 2011; "Invisíveis", Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT, Cuiabá, MT, 2012; Mostra de Arte Contemporânea de Mato Grosso, Palácio da Instrução, Cuiabá, MT, 2013; "EX10CIL", Galeria A7MA, São Paulo, SP, 2013; Salão de Arte Mato-grossense, Palácio da Instrução, Cuiabá, MT, 2013; "Projeto Liberdade Assistida", Galeria Silva Freire OAB-MT, Cuiabá, MT, 2015; "Irigaray Arte Cidade", Palácio da Instrução, Cuiabá, MT; 2016; 25o Salão Jovem Arte Mato-grossense, Palácio da Instrução, Cuiabá, MT, 2016. Individualmente expôs: "Cotidiano", Galeria da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2003; "Povo Brasileiro", Galeria do SESC, Rio Branco, AC, 2006; "Impressões", Galeria Juvenal Antunes, Rio Branco, AC, 2007; Caótico, Galeria do SESC, Rio Branco, AC, 2011; Caótico (SESC Amazônia das Artes), Galeria do SESC, Palmas, TO, Rondônia, RO, Teresina, PI, Macapá, AM, Boa Vista, RR, 2012; "Profundidade", A Casa do Parque, Cuiabá, MT, 2016; "Abissal", Blaze Gallery, São Paulo, SP, 2016.

José Serafim Bertoloto. Membro da Associação Brasileira de Críticos de Arte - ABCA. Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Professor titular do Departamento de Arquitetura e da Pós-Graduação em Ensino da Universidade de Cuiabá - UNIC e curador do Museu de Arte e de Cultura Popular e colaborador no programa de Mestrado em Estudo de Cultura Contemporânea- ECCO/UFMT

Elizabeth Madureira Siqueira. Doutora em Educação e Mestre em História. Membro do Conselho Editorial desta Revista.

EDITORIAL

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, do Instituto de Geografia, História e Documentação, da Universidade Federal de Mato Grosso, apresenta o "Dossiê" **CUIABÁ ONTEM E HOJE**, sob a organização da professora, Nileide Souza Dourado e do professor, Renilson Rosa Ribeiro, Volume 25, n. 1, de abril de 2019, uma edição especial, comemorativa aos festejos dos "49 Anos da UFMT", dos "43 Anos do NDIHR", dos "10 Anos da Revista Eletrônica Documento Monumento- REDM", homenageando também os "100 Anos do IHGMT" e os "300 Anos de Cuiabá", momento especial para apresentar o conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento sobre a "Tricentenária CUIABÁ (1719-2019)". Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático e acessível no meio intra e extra acadêmico. O Periódico cria e oferece aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e investigações científicas. Neste volume 25 são estampados artigos de autoria de professores, alunos, técnicos de várias instituições de ensino superior, de empresas públicas e privadas e de particulares a respeito da temática "Cuiabá Ontem e Hoje", de uma forma diferenciada. No primeiro texto, **CUIABÁ: QUINTAIS, COZINHAS E COMENSALIDADE**, as autoras *Katia Terezinha Pereira Ormond* e *Ludmila Brandão* analisam a cidade de Cuiabá na segunda metade do século XX, momento em que prevaleciam antigos hábitos alimentares e sua produção no interior da cidade, tendo como ponto de partida a ideia de que em Cuiabá os quintais tiveram a função de complementar o abastecimento familiar de frutas, verduras, legumes e animais de pequeno porte para o consumo, além de terem importante papel nas sociabilidades, funcionando enquanto espaço de realização de festas, brincadeiras infantis e também da confecção de comidas nas cozinhas externas. Já o artigo de *Romyr Conde Garcia,* intitulado: **O CUYABÁ ANTES DE CUIABÁ: TREZENTOS ANOS DO MISTÉRIO DE UMA OUTRA TRINDADE**, se sustenta nas cartas de um minerador que viveu no Cuyabá entre 1720 a 1721, mostrando uma visão diferente da época, a de que Cuiabá foi criada em 1722 e que existiram e coexistiram, na atual capital, dois outros arraiais: Nossa Senhora Penha de França e São Gonçalo Velho. Estes povoados, pensados como um único núcleo urbano, formariam um novo mistério, uma outra trindade. Em **CUIABÁ E SEUS CÓRREGOS: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE PERCURSOS SOCIOAMBIENTAIS**, as autoras *Gabrielly Cristhiane Oliveira e Silva e Glauce Viana de Souza Torres* apresentam uma reflexão histórica e socioambiental acerca da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, a partir dos seus córregos, dando centralidade ao planejamento de ações perdidas ao longo de 300 anos de urbanização, apontando as possibilidades de reordenamento dos cursos d'água e da educação ambiental frente ao processo de urbanização ocorrido. *Nileide Souza Dourado* e *Renilson Rosa Ribeiro,* em **RESENHA COMENTADA DO LIVRO: *CUIABÁ AO LONGO DE 100 ANOS***, apresentam uma descrição de aspectos relevantes do viver em Cuiabá, ao longo de 100 anos, cujos fatos são narrados pelas autoras, Maria de Arruda Müller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues), as quais oferecem aos leitores uma leitura amena, agradável e divertida de Cuiabá no período em estudo, introduzindo fatos e pistas novas,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

numa narrativa dinâmica, suave, harmoniosa e com personagens originais e interessantes, além de distintas imagens. O artigo de *Valéria Pereira Moreira*, versa sobre a obra **LÍNGUA CUIABANA**, do pintor cuiabano João Sebastião Costa, pintura sobre tela, de 1977. Trata-se da representação da pata de uma onça sobre uma mesa forrada com uma toalha quadriculada, tendo ao lado um prato, onde consta a frase: *Prato do Dia – Língua Cuiabana*, fazendo alusão crítica e sarcástica, num universo simbólico, à intensa migração populacional na década de 1970 do século passado, que provocou mudanças radicais nas relações sociopolítica, econômica e ambientais na cidade de Cuiabá, como também em Mato Grosso. **ITINERÁRIOS DO MINHOCÃO (OU DE COMO UMA LENDA CUIABANA FOI ACABAR ENCALHADA NUM *SHOPPING CENTER*)** é o titulo do artigo de *Gabriel Francisco de Mattos* e *Mario Cesar Silva Leite,* propondo acompanhar a trajetória de uma lenda da região de Cuiabá, o Minhocão, desde seus registros iniciais até sua apropriação pela população da região e sua utilização na cultura erudita e mercantil, terminando com uma grande escultura localizada no interior de um *shopping center* da cidade. Com o artigo **NATALINO FERREIRA MENDES E A POESIA DA HISTÓRIA: CÁCERES E CUIABÁ NOS CAMINHOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL**, *Luís César Castrillon Mendes* e *Olga Maria Castrillon-Mendes* evidenciam uma personagem que viveu experiências pessoal e profissional distribuídas nos caminhos que ligam Cuiabá e Cáceres, Natalino Ferreira Mendes, que viveu intensamente, em meio à sua produção intelectual, entre esses dois lugares. Deles emergiram suas poesias, contos, memórias, crônicas, afetividades. De sua sensibilidade poética surgiram histórias, algumas em verso. O caminho percorrido nos revela redes de sociabilidades tecidas nos tempos de sua mocidade, bem como sua consolidação na maturidade. *Carlos Roberto Ferreira* e *Maria Thereza Azevedo* apresentam o artigo, **HOMEM DO BARRANCO: UM CORPO SIMBÓLICO NA CUIABÁ DE 300 ANOS**, presente na paisagem ribeirinha da Comunidade de São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, Mato Grosso, cujas perspectivas da contemporaneidade cultural dialogam com a cidade por meio do simbólico, da dramaturgia e da estética do poema dramático, reverenciando politicamente a Cuiabá de 300 anos. Insere este personagem como um interlocutor socioambiental, político e cultural entre a Comunidade de São Gonçalo Beira Rio e a cidade de Cuiabá, revelando, para o tempo presente, um barranco destruído, árido, com vegetação rala e rio poluído, cuja ausência de valor ambiental afastou dali diversos seres viventes, humanos e não humanos. O estudo **O POVO É QUEM MANDA: AS FESTAS DE SANTO E O PODER DOS QUINTAIS CUIABANOS**, das autoras, *Alessandra Aparecida Jorge de Souza* e *Patricia Silva Osorio,* tem como objetivo analisar as relações entre as festas de santo, fomentadas pelas famílias em seus quintais, e a Igreja católica. A partir de uma pesquisa etnográfica e da análise de matérias jornalísticas do início do século XX, procuram destacar as relações de força entre festeiros leigos e a Igreja, assim como o lugar ocupado pelas festividades de santo nesse jogo político. As festas criam espaços em que homens e mulheres se deslocam, *fabricam* e fazem usos diferenciados de objetos rituais, como formas de acessar o sagrado. Já as autoras *Lúcia de Fátima Lobato Ferreira* e *Amélia Hirata,* com o artigo intitulado **ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: UMA LEITURA SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ A PARTIR DE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO** analisam os significados atribuídos a um bem patrimonial a partir das concepções provenientes dos conhecimentos técnicos em detrimento dos conhecimentos empíricos, e de sua apropriação social. O cenário dessa discussão é o centro histórico de Cuiabá, que traz em sua configuração física, elementos simbólicos, que despertam várias formas de olhar e de se apropriar dos lugares. Dedicam-se ainda a refletir sobre as mudanças promovidas pela política regional de preservação do conjunto tombado a partir da instalação da Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Mato Grosso – IPHAN-MT. **PATRIMÔNIO E ESCOLA: O CENTRO HISTÓRICO**

DE CUIABÁ E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA é o título do estudo de *Soely Maria de Meira,* que concentra-se em mediar a relação dos alunos da Educação Básica com o Centro Histórico de Cuiabá, através de práticas educativas formais no ensino de história, produzindo diálogo entre o patrimônio histórico e a escola, contemplando espaços de memória da cidade no currículo. A partir da pesquisa, foi elaborado um objeto de aprendizagem: um aplicativo para *tabletes* e *smartphones*, com o título "Centro Histórico de Cuiabá", de fácil para acesso aos usuários, digitando o endereço "https://app.vc/centro_historico_de-cuiaba" direto no navegador do celular, tal opção fica disponível para os sistemas "Android" e "IOS". Em **CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ (MT): ACESSIBILIDADE URBANA**, os autores *Sérgio Henrique Allemand Motta* e *Frank Giordany Aquino Fraporti* apresentam estudos sobre a acessibilidade e o patrimônio cultural, com destaque à acessibilidade aos prédios e logradouros tombados pelo patrimônio histórico e cultural, especificamente no Centro Histórico de Cuiabá (MT), sendo a rua Sete de Setembro e suas vias transversais definidas enquanto área preferencial de estudo, devido a existência de inúmeros prédios tombados e, principalmente, por apresentar os problemas comuns a todo o centro histórico quanto a acessibilidade. O estudo de *Rachel Tegon de Pinho,* intitulado, **A LOUCURA COMO CASO DE POLÍCIA EM CUIABÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA**, procura discorrer sobre o modo como a loucura e os loucos foram tratados em Cuiabá, capital de Mato Grosso, no período compreendido entre o final do século XIX a 1941. Este foi o período em que o louco e a loucura se constituíram em problema para a modernização da capital e passaram a ser tratados exclusivamente como caso de polícia. O marco cronológico, portanto, considera o momento imediatamente posterior à proclamação da República, como embrionário da institucionalização da assistência destes, quando teve início a prática do aprisionamento de indivíduos de ambos os sexos identificados como insanos, na cadeia pública da capital e na Santa Casa de Misericórdia.

Já o estudo de *Odemar Leotti,* intitulado, **HISTÓRIA INDÍGENA EM MATO GROSSO: A POLÍTICA INDIGENISTA COLONIZADORA 1719- 1895**, tem como proposta elaborar uma arqueologia discursiva em torno da política indigenista em Mato Grosso, tendo como recorte temporal os anos de 1719-1895. Para tanto, será problematizado em que medida a política indigenista estava atrelada aos projetos de invasões territoriais, extermínio, redução de populações indígenas e utilização da mão de obra. Com o artigo **IKÚIE UM OLHAR DECOLONIAL PARA O CÉU BORORO**, *Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa, José Eduardo F. M. da Costa* e *Rosemar Eurico Coenga,* apresentam possibilidades de observar o céu pelos olhos dos povos indígenas, com ênfase no Boe-Bororo, atualmente habitando Terras Indígenas no estado de Mato Grosso. Sob as perspectivas de teóricos da decolonialidade, embasados no pensamento crítico, procuram demonstra a importância de uma postura emancipadora sobre Astronomia, História, Geografia e Literatura, estudos tendentes a expressar um pensar decolonial e a ideia de uma "ecologia de saberes", que possibilita a recuperação de práticas e saberes de diferentes grupos sociais. A autora, *Léia de Souza Oliveira*, com o artigo **A PROPAGANDA VARGUISTA PARA MATO GROSSO E AS TRANSFORMAÇÕES DE "CUIABÁ" NO PERÍODO DO ESTADO NOVO,** analisa a divulgação política do regime denominado Estado Novo, no período de 1937 a 1946, destacando a propaganda e os recursos discursivos utilizados para difundir a ideia de progresso e modernização, ocorrida no estado de Mato Grosso e na sua capital Cuiabá. Utilizou-se como fonte de pesquisa artigos e editoriais do Jornal *O Estado de Mato Grosso* e referências bibliográficas que trabalham temáticas do inconsciente coletivo, Estado Novo e papel da Imprensa. **A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMAGINÁRIO CUIABANO (1970-1990) é o tema de estudo de** *Raphaela Rezzieri,* que procura

analisar como ocorreu o processo de construção do imaginário acerca do povo e da cultura cuiabana, a partir das transformações experimentadas ao longo do século XX, período no qual Cuiabá viveu intensamente um processo de descaracterização, destruição e reconstrução dos símbolos da identidade local. Essas transformações foram sentidas de maneira mais contundente diante do movimento migratório e de modernização da cidade, que ocorreu após a década de 1970. O estudo de *Nádia Cuiabano Kunze,* intitulado **O PERFIL CENTENÁRIO DO IFMT-CAMPUS CUIABÁ NA FISIONOMIA TRICENTENÁRIA DE CUIABÁ**, busca compreender e ilustrar o processo das transformações físicas da instituição educativa (IFMT-CBA) no movimento das alterações espaciais de Cuiabá, bem como as características que ambas adquiriram nesse fluxo. Em **METROPOLIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CUIABÁ: SONHOS E DESEJOS DA CIDADE NO PÓS - DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO (1977-1985)**, a autora, *Nathália da Costa Amedi* procura analisar as interpretações sobre as obras de modernização da cidade como a superação da condição de "espera", "isolamento", "atraso" e "estagnação" da cidade. Neste sentido, tomou como referência os discursos e propagandas forjados no contexto do pós-divisão (1979-1985). Cuiabá, como cidade Portal de entrada para a Amazônia – ideia que foi propagandeada pelo governo militar em 1970, cabendo a Mato Grosso a responsabilidade de integração da Amazônia – passou nos, anos 1960, por um processo de mudanças profundas na economia local, na vida urbana e no espaço urbano, com uma nítida aceleração nos anos 1970 e 1980, principalmente com o fluxo migratório e a expansão das frentes pioneiras de colonização, encarnando, assim, o desejo de uma produção capitalista contemporânea. E, deixamos por último, as palavras de homenagem à Cuiabá sob o título: **PENSANDO A TRICENTENÁRIA CUIABÁ -** a boa história de vida cotidiana, a memória de si, narrada e contada pela escritora cuiabana, *Nilza Queiroz Freire,* acadêmica da AML (cadeira 14) e confreira do IHGMT, mediante uma coletânea de textos temáticos, de sua autoria e a doação deles ao leitor, em jornais com circulação na capital, nos quais relata a sua vivência, o seu cotidiano e o seu amor pela tricentenária Cuiabá e o seu povo!

Este número da Revista, como se pode observar, está dedicado especialmente às instituições UFMT, NDIHR, IHGMT a REDM e a tricentenária Cuiabá, homenageadas pelo Núcleo de Documentação Informação Histórico Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso, mediante a sua revista, onde se buscou documentar e registrar através dos autores e artigos, as evidências históricas socioculturais alusivas a Cuiabá, de modo a constituir um acervo de referências sobre a realidade histórica da cidade que propiciem o acesso a dados científicos para subsidiar a montagem e desenvolvimento de projetos de pesquisa cientifica, projetos políticos e outros. Portanto, um espaço sempre aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR/ UFMT com a diversidade de áreas científicas.

Editores

DOCUMENTO MONUMENTO

NAS TRILHAS DOS TREZENTOS ANOS DE CUIABÁ

A *Revista Eletrônica Documento Monumento*, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), criada em 2009 com a finalidade de ampliar a produção do conhecimento histórico, continua nas trilhas da proposta imaginada, com as expectativas fortalecidas e a certeza de que ainda há muito para ser conquistado, participando entusiasticamente das comemorações dos trezentos anos do encontro da cultura indígena com a bandeirante, em Cuiabá, momento difícil de descrever, dada a riqueza das culturas na forma de contemplar, vivenciar e experimentar o mundo,

A Fundação de Cuiabá ocorreu, segundo registros oficiais, em 8 de abril de 1719, e para homenagear esse acontecimento repleto de significados para a história foi que a Revista Eletrônica Documento Monumento pensou na produção de um dossiê, trazendo o ontem e o hoje de Cuiabá, cidade localizada no coração brasileiro, Cento Geodésico da América do Sul, e que nunca deixou de esperar pela chegada do "trem", sonhado de forma temporal, desde 1852. E esta revista, preocupada com o registro da memória e da história, decidiu, calorosamente, brindar-nos com textos inéditos sobre o futuro de ontem, o passado de hoje e o futuro do futuro no tempo do tempo sem tempo para um tempo com tempo e tempero.

Tecer uma revista parece constituir-se em tarefa fácil, contudo, vale ressaltar, manter a periodicidade, o compromisso com os objetivos estabelecidos, incentivar a permanência dos conselheiros e trazer trabalhos conjugados com as transformações e exigências de cada tempo, torna-se o maior dos desafios, por isso o testemunho: a cada obstáculo que a Revista Eletrônica Documento Monumento enfrentou para manter-se como instrumento de divulgação do conhecimento, forças foram renovadas e a vontade de fazer cada vez mais revigoradas.

O espírito de equipe assegurou a permanência deste periódico precioso ao longo desses dez anos, sob a condução competente da editora, Profa. Dra. Nileide Sousa Dourado, que nunca titubeou no esforço de presentear a comunidade com inéditas produções acadêmicas e científicas, formar novos leitores, e, neste ponto, um parêntese especial, trabalho hercúleo, porque formar leitores exige ousadia, persistência e determinação, e leva tempo, mas, quando conquistado, produz resultados importantes para todas as frentes do conhecimento.

Um dos ofícios que iniciamos quase sempre de forma experimental, acreditando ficar apenas por um breve período, mas que com o passar do tempo prendeu-nos por inteiro, passando a alimentar os dias e as horas despendidas, com amor, prazer, doçura, para a sua constituição, é o de editor de periódicos, Atestamos isso, porque participamos, na Universidade Federal de Mato Grosso do nascimento de alguns periódicos: *Educação Pública, Polifonia, Cadernos do NERU, Agricultura Tropical, Série Antropologia, Coletâneas do Nosso Tempo, Geografia Mato-Grossense, Cadernos do GERA.*

Quando editor da Editora Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso, no período de 1992 a 1998, continuamos os trabalhos iniciados em 1972, construindo o Regimento Interno da

Editora, a Política Editorial, o logotipo, a política de vendas, a busca por um endereço, a continuação da publicação de livros e a publicação dos primeiros periódicos dos Programas de Pós-Graduação, que precisavam divulgar a produção científica dos conhecimentos produzidos e trocar informações, de forma mais efetiva, com instituições nacionais e internacionais.

No começo, nos comprometemos a fazer os três primeiros números dos periódicos dos Programas de Pós-Graduação, e com o fortalecimento da experiência, a ideia de que caminhassem com as próprias estratégias, no entanto, acabamos fazendo todos os periódicos durante o período em que estivemos na coordenação da Editora Universitária, e por isso detendo informações das dificuldades enfrentadas, e tornando-nos, com o passar do tempo, admirador do ofício, e nunca mais distanciando-nos dos periódicos, das coletâneas, dos livros, sendo, inclusive, desde a criação do conselho editorial da Revista Eletrônica Documento Monumento, membro fundador.

O Conselho Editorial da Revista Eletrônica Documento Monumento conta com a orientação de grandes profissionais: Profª Drª Elizabeth Madureira Siqueira, que foi coordenadora da Editora Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso e é Curadora da Casa Barão de Melgaço e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT); Prof. Dr. Otávio Canavarros, docente do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, com trânsito na editoração de livros; Profª. Drª. Maria Adenir Peraro, com experiência em periódicos, coletâneas e livros, tendo participado da produção da Revista *Territórios e Fronteiras*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, da qual, também participamos como integrante do Conselho Editorial; Prof. Dr. José Serafim Bertoloto, com dedicação aos catálogos e livros na Universidade Federal de Mato Grosso, e apaixonado pelo registro da memória histórica; Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Bordes, que ocupou o cargo de coordenador da Editora Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso; Prof. Msc. Paulo Silva Ribeiro, com inclinação para a produção editorial e criação visual de trabalhos na Universidade Federal de Mato Grosso; e Profª. Drª. Nileide Sousa Dourado, experiente em diversas frentes da produção editorial, em trabalhos acadêmicos e administrativos na Universidade Federal de Mato Grosso, e atual responsável pela condução da edição da *Revista Eletrônica Documento Monumento*.

Aos integrantes do Conselho Consultivo da *Revista Eletrônica Documento Monumento*, registramos os agradecimentos em nome de todos os membros do Conselho Editorial pela colaboração, participação profissional e entusiástica nas avaliações, disponibilidade, aceite e ajuda nos encaminhamentos dentro dos prazos estabelecidos. As etapas são muitas, trata-se da gestação de uma "criança" que vem ao mundo para ser descoberta e que logo passa a andar por lugares nunca imaginados por nós, com voos próprios, ampliando a contribuição infinita dos saberes em rede nas suas mais diversas cores. São, na verdade, partículas visíveis e invisíveis de saberes colocadas à apreciação pelos pesquisadores: descortinadores de segredos e tramas; curiosos, irrequietos e inconformados observadores com questões do presente.

Além das comemorações dos trezentos anos de Cuiabá, cabe registrar, estamos também nos aproximando das comemorações do aniversário de criação da UFMT, ocorrida em 10 de dezembro de 1970, e neste ano abriremos as comemorações dos seus 50 anos, do seu Jubileu de Ouro. A Universidade Federal de Mato Grosso teve como seu "primeiro jardineiro", segundo Pedro Pedrossian, governador de Mato Grosso de 1966 a 1971, Gabriel Novis Neves. Segundo Borges (2010), no documento que produzimos para a indicação do governador Pedro Pedrossian ao título de Doutor *Honoris Causa*,

submetido ao Conselho Superior da UFMT e aprovado por unanimidade, em 10 de outubro de 2010, através da Resolução n. 15:

> O ato de criação da Universidade Federal de Mato Grosso foi assinado na sala do comando da Base Aérea de Campo Grande, no dia 10 de dezembro de 1970, com a presença do Ministro da Educação e Cultura - Jarbas Passarinho, do Ministro dos Transportes - Mário Andreazza, do Governador do Estado de Mato Grosso – Pedro Pedrossian, do Senador da República – Fernando Corrêa da Costa, dos Deputados Federais - Rachid Saldanha Derzi e Marcílio de Oliveira Lima, do Secretário da Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso – Gabriel Novis Neves, do Secretário do Interior e Justiça do Estado de Mato Grosso – Leal de Queiroz e de muitas outras autoridades.[1]

Ainda segundo o documento de indicação do governador Pedro Pedrossian ao título de Doutor *Honoris Causa*:

> Para Pedro Pedrossian, "Era necessário aplicar as ferramentas do Planejamento-Programa, privilegiando a Cuiabá que eu desejava reconstruir. Primeiro, desejava preparar quadros administrativos mais competentes, eficazes e qualificados e ensejar à juventude a oportunidade de se preparar academicamente para a vida. A Universidade Estadual brevemente Universidade Federal de Mato Grosso foi uma das minhas primeiras decisões. [...] Permito-me dizer que fui um dos homens que sonhou Cuiabá. E que até este momento ainda sonha e guarda uma ponta de orgulho por aquilo que fez por ela. Pouco, talvez. Insuficiente nas minhas relações de troca com a cidade e com a sua gente. Recebi mais que dei. Ao dela me lembrar, assalta-me uma dívida de gratidão, ainda que sinta amargas a alma e a garganta por mais não ter feito." [2] E numa das indagações, feitas por Borges, em entrevista, assim desabafou, "EU AMO CUIABÁ DO MAIS FUNDO DO MEU CORAÇÃO." [3]

E neste ponto vale reafirmar, para abordar a Universidade Federal de Mato Grosso a presença de Cuiabá faz-se necessária, sendo testemunha ocular do significado da sua construção, pelo fato da instalação da Universidade ter preparado a cidade e a região para viverem novos tempos, conseguir enfrentar com coragem a divisão inesperada-esperada-inesperada do Estado, conhecer seus problemas, buscar junto aos setores governamentais e empresariais alternativas conjuntas para o desenvolvimento, das quais destacamos a ideia da criação da Cidade Científica de Humboldt, descrita por Pedro Paulo Lomba, como uma cidade experimental na selva, com a finalidade de realizar estudos e pesquisas *in loco* para conhecer o território mato-grossense-amazônico, fixar pessoas e poder produzir, situação essa considerada como primeira experiência em inovação.

Como conselheiro da *Revista Eletrônica Documento Monumento*, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), prestamos, em nome de todos os conselheiros deste periódico, homenagem a Alexander Von Humboldt (1769-1859), que neste ano estaria completando 350 anos, pela interessante e significativa influência na semente lançada pela Universidade Federal de Mato Grosso para a construção de uma cidade científica em Aripuanã, Mato Grosso, em plena selva amazônica, com o seu nome. Segundo Pedro Paulo Lomba, no "*Essa Onça, Jornal Selvagem*", primeiro

1 JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO. *Presidente assinou ontem a mensagem da Universidade*. Edição Histórica. 10º. Aniversário da Universidade Federal de Mato Grosso. Dezembro de 1980, p. 01.
2 PEDROSSIAN, Pedro. *O Pescador de Sonhos. Memórias*. Campo Grande: Instituto e Geográfico de Mato Grosso do Sul, pp. 100-103.
3 BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Prosas com Governadores de Mato Grosso (1966-2006)*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial. 2007, p. 24.

periódico da UFMT, publicado em março de 1973, com a assinatura dos conselheiros Gabriel Novis Neves, Orlando e Cláudio Vilas Boas, Pedro Paulo Lomba, João Vieira e Wlademir Dias-Pino; a assistência de redação do Rômulo Carvalho Netto; tendo como diretor responsável, Pedro de Assis e Silva Filho; e o fotógrafo, Fernando Moura:

> HUMBOLDT surge como estrutura de resposta racional para a convergência de interesses microeconômicos em torno dos recursos naturais, renováveis e irrenováveis, do Município de Aripuanã, MT, e de interesses macroeconômicos diretamente expressos no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, no Plano da Integração Nacional, no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e no Programa do Trópico Úmido (através da possibilidade de criação de um pólo regional de desenvolvimento econômico e social, e da conversão do meio-ambiente amazônico em base para a criação da tecnologia nacional).
>
> Do ponto de vista político internacional, HUMBOLDT é a resposta concreta do Brasil ao programa de 14 pontos aprovado pelo Conselho Internacional de Coordenação do Programa Sobre o Homem e a Biosfera, reunido em Paris (1971) sob os auspícios da UNESCO, indicando que a exploração dos recursos naturais da América Latina deve ser objeto de intensa investigação cientifica e tecnológica. Novamente discutido em junho de 1972, sob a influência da delegação brasileira, na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio-Ambiente (Estocolmo), foi transformado numa declaração de 36 princípios. HUMBOLDT representa a conjugação perfeita dos Princípios 12 e 13, que unificam a preocupação com o desenvolvimento econômico à de preservação e melhoria do meio-ambiente, responsabilizando entidades nacionais de planejamento pela formulação de políticas regionais para o aproveitamento racional dos recursos naturais do planeta.

O reitor-fundador da Universidade Federal de Mato Grosso, relembrando, foi o médico Gabriel Novis Neves, chamado anteriormente de "nosso primeiro jardineiro", pelo governador Pedro Pedrossian, e complementado por nós como um ser humano maravilhoso, antenado com as grandes causas da região e do mundo, conforme ficara expressa nas suas intenções para a criação da Faculdade de Medicina, em carta do médico e cientista Noel Nutels, que foi publicada no "*Essa Onça, Jornal Selvagem*", em março de 1973:

> NOEL NUTELS
>
> Rio de Janeiro 11 de agosto de 1972.
>
> Prezado Reitor,
>
> Estou lhe enviando, por sugestão sua que chegou a mim por intermédio do Pedro Paulo, uma idéia de anteprojeto de um centro de pesquisas de doenças de massa. Trata-se mesmo de uma idéia simples na qual predomina o pensamento de se criar uma estrutura médico-sanitária compatível com a região onde se pretende desenvolver o projeto.
>
> A partir do arcabouço arquitetônico que deverá ser do tipo nuclear que permitirá a sua ampliação à medida que o projeto for se desenvolvendo, tudo é simples e despretensioso. Pretende-se inicialmente criar na área mencionada no anteprojeto uma estrutura modesta que deverá permitir o levantamento sanitário da região sobre a qual, progressivamente, poder-se-á vir desenvolver um plano de atividade assistencial. Tudo na base de um tipo de profissional, a ser criado pelo Centro, de formação específica para atuar em áreas como aquela onde se pretende desenvolver o projeto.

A idéia, ao que eu saiba, é, entre nós, inteiramente original. Acredito que será bem recebida pelo ministro Passarinho que é homem prático e, sei, conhece como poucos os problemas de saúde da Amazônia.

Cordialmente,

Ao

Dr. Gabriel Novis Neves

Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso.

E assim era o espírito que esteve fortemente presente na criação da Universidade Federal de Mato Grosso, de relevante contribuição para com a região, seja na formação de cidades de pesquisas, dos departamentos de artes, do ateliê livre de pintura, dos museus, da música, do teatro, da convivência esportiva e lazer.

Junto aos quarenta e nove anos da Universidade Federal de Mato Grosso, os cem anos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, grande responsável pelo despertar do espírito de instalação de uma universidade na cidade, uma casa de saberes, com a missão de defender os valores culturais de Cuiabá e Mato Grosso. Era, de fato, o começo da nossa primeira ideia de universidade, e também o espaço de animação cultural, uma espécie de fórum social e político responsável pela preservação da memória. São, portanto, cem anos de lutas, cem anos de jardinagens, cem anos de perfumes, cem anos de amor dedicado à Mato Grosso e ao Brasil, cem anos de proteção dos deuses das artes e da História, cem anos de prosas imortais. Nossos parabéns à Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e curadora da Casa Barão, Profa. Dra. Elizabeth Madureira Siqueira, pelo cuidado com a memória e a continuidade da construção histórica para os outros cem anos em 2119.

Para encerrar, os cumprimentos à *Revista Eletrônica Documento Monumento* pela publicação de um número especial dedicado a Cuiabá, que, no dia 8 de abril de 2019, comemora, com o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, o ontem e o hoje de uma cidade mágica, linda, alegre, festiva, corajosa, calorenta, que recebeu visitas de ilustres estudiosos e viajantes nacionais e estrangeiros, com três ecossistemas diferente (Amazônia, Pantanal e Cerrado), com deliciosos peixes de águas doces, com fauna e flora maravilhosas, com várias etnias indígenas, bolos e doces diferentes, e situada no coração do Brasil, Centro da América do Sul.

Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, 11 de março de 2019.

*Fernando Tadeu de Miranda Borges**

* Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da UFMT, Mestre em Economia e Doutor em História Social pela USP, Professor Titular e Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência da UFMT, Membro da Academia Mato-Grossense de Letras, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Membro da Sociedade de Amigos de Rondon, Membro do Conselho Regional de Economia de Mato Grosso e Conselheiro da Revista Eletrônica Documento Monumento do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional do Instituto de Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso.

DOSSIÊ

“Cuiabá: ontem e hoje”

Nileide Souza Dourado

Renilson Rosa Ribeiro

(Organizadores)

O dossiê ***Cuiabá: ontem e hoje***, contemplado nesse volume especial da *Revista Eletrônica Documento-Monumento*, do NDHIR/UFMT, não é apenas um conjunto de ensaios de diversos olhares de especialistas sobre Cuiabá, cidade tricentenária. É uma forma da nossa universidade, que em 2020 completará seu cinquentenário, homenagear a cidade que acolhe “cuiabanos” de nascimento e coração. É um ato de amor, de afeto e reconhecimento pela nossa casa, espaço das nossos fazeres, saberes e experiências.

Há um ano temos alimentado esse projeto de publicação, congregando especialistas das áreas da literatura, artes, comunicação, ciências, história e educação com a tarefa de pensar Cuiabá em diferentes temporalidades e por diversas possibilidades. Os autores são convidados a pensar a capital de Mato Grosso como uma urbe em movimento, viva, contraditória e fascinante.

Nesse volume especial, a “cidade agarrativa” é visitada em seus quintais, festas e alimentos típicos, nos festejos dos santos de devoção, na escrita de crônicas femininas, nas artes plásticas de seus artistas, no seu linguajar e artefatos da cultura popular, nos mitos e lendas do imaginário citadino, nas ruas e construções do Centro Histórico, nas tradições indígenas e afro-brasileiras, nos discursos da modernização presente no vocabulário da política e da imprensa, nas tramas da IFMT e nos sonhos e pesadelos de uma capital em busca de sim mesmo na aldeia global.

Cuiabá polissêmica, plural, multicultural, hibrida, de tudo um pouco compõe esse banquete de palavras e imagens para celebrar os “nossos” 300 anos. Cuiabá pede cuidado, compromisso e respeito. Sua gente pede dignidade, reconhecimento e direitos. Esse dossiê é um ato de defesa do nosso patrimonio coletivo, nossa casa cuiabana.

Para o mundo sem fronteiras, apresentamos uma Cuiabá que tem nas fronteiras móveis e imaginárias suas identidades, sua história.

Parabéns para todos nós, que vivemos e moramos em Cuiabá!

SUMÁRIO

18 **CUIABÁ: QUINTAIS, COZINHAS E COMENSALIDADE**

Katia Terezinha Pereira Ormond e Ludmila Brandão

39 **O CUYABÁ ANTES DE CUIABÁ: TREZENTOS ANOS DO MISTÉRIO DE UMA OUTRA TRINDADE**

Romyr Conde Garcia

49 **CUIABÁ E SEUS CÓRREGOS: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE PERCURSOS SOCIOAMBIENTAIS**

Gabrielly Cristhiane Oliveira e Silva e Glauce Viana de Souza Torres

64 **RESENHA COMENTADA DO LIVRO: *CUIABÁ AO LONGO DE 100 ANOS***

Nileide Souza Dourado e Renilson Rosa Ribeiro

75 **LÍNGUA CUIABANA**

Valéria Pereira Moreira

94 **ITINERÁRIOS DO MINHOCÃO (OU DE COMO UMA LENDA CUIABANA FOI ACABAR ENCALHADA NUM SHOPPING CENTER)**

Gabriel Francisco de Mattos e Mario Cesar Silva Leite

111 **NATALINO FERREIRA MENDES E A POESIA DA HISTÓRIA: CÁCERES E CUIABÁ NOS CAMINHOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL**

Luís César Castrillon Mendes e Olga Maria Castrillon-Mendes

125 **HOMEM DO BARRANCO: UM CORPO SIMBÓLICO NA CUIABÁ DE 300 ANOS**

Carlos Roberto Ferreira e Maria Thereza Azevedo

141 **O POVO É QUEM MANDA: AS FESTAS DE SANTO E O PODER DOS QUINTAIS CUIABANOS**

Alessandra Aparecida Jorge de Souza e Patricia Silva Osorio

149 **ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: UMA LEITURA SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ A PARTIR DE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO**

Lúcia de Fátima Lobato Ferreira e Amélia Hirata



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

166 **PATRIMÔNIO E ESCOLA: O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA**
Soely Maria de Meira

185 **CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ (MT): ACESSIBILIDADE URBANA**
Sérgio Henrique Allemand Motta e Frank Giordany Aquino Fraporti

208 **A LOUCURA COMO CASO DE POLÍCIA EM CUIABÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA**
Rachel Tegon de Pinho

223 **HISTÓRIA INDÍGENA EM MATO GROSSO: A POLÍTICA INDIGENISTA COLONIZADORA 1719- 1895**
Odemar Leotti

238 **IKÚIE UM OLHAR DECOLONIAL PARA O CÉU BORORO**
Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa; José Eduardo F. M. da Costa e Rosemar Eurico Coenga

255 **A PROPAGANDA VARGUISTA PARA MATO GROSSO E AS TRANSFORMAÇÕES DE "CUIABÁ" NO PERÍODO DO ESTADO NOVO**
Léia de Souza Oliveira

269 **A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMAGINÁRIO CUIABANO (1970-1990)**
Raphaela Rezzieri

282 **O PERFIL CENTENÁRIO DO IFMT-CAMPUS CUIABÁ NA FISIONOMIA TRICENTENÁRIA DE CUIABÁ**
Nádia Cuiabano Kunze

303 **METROPOLIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CUIABÁ: SONHOS E DESEJOS DA CIDADE NO PÓS- DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO (1977-1985)**
Nathália da Costa Amedi

314 **PENSANDO A TRICENTENÁRIA CUIABÁ**
Nilza Queiroz Freire

CUIABÁ: QUINTAIS, COZINHAS E COMENSALIDADE

Katia Terezinha Pereira Ormond
Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
katiaormond@hotmail.com

Ludmila Brandão
Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso.
ludbran@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

RESUMO

Neste artigo analisamos a cidade de Cuiabá na segunda metade do século XX, momento em que prevaleciam antigos hábitos alimentares e de abastecimento de alimentos na cidade, tendo como ponto de partida a ideia de que em Cuiabá os quintais tinham a função de complementar o abastecimento familiar de frutas, verduras, legumes e animais de pequeno porte para o consumo, além de terem importante papel nas sociabilidades, funcionando como espaço de realização de festas, brincadeiras infantis e também de produção de comidas nas cozinhas externas. Procuramos também, através das memórias de alguns antigos moradores, desvendar os hábitos alimentares prevalentes na cidade no período.

Palavras-Chave: Cuiabá. Quintais. Alimentação.

ABSTRACT

In this paper I analyze Cuiabá City on the second half of the 20th century, moment when old food habits and food supply prevailed in the city, taking as a starting point the idea that in Cuiabá, backyards had the function of complementing the family supply of fruits, vegetables and small animals for consumption, besides having an important role in the sociabilities, functioning as a space for parties, children's play and also of food production at outdoor kitchen. I also try, through the memories of some former residents, to unveil the eating habits prevalent in the city in this period.

Keywords: Cuiabá. Backyards. Food.

INTRODUÇÃO

Para entender muitos dos costumes alimentares presentes em Cuiabá, ao longo de seus quase três séculos de fundação, recorremos à estratégia de pesquisar como essa cultura alimentar foi-se formando. Em primeiro lugar, temos que destacar a presença ancestral de variados grupos indígenas com seus hábitos estritamente ligados à caça, à pesca e ao consumo de alimentos nativos nos três biomas existentes em Mato Grosso: Cerrado, Pantanal e Amazônia, como: araticum, caju, buriti, bacuri, baru, jatobá, mangaba, pequi, pitomba, maracujá, tamarindo, entre tantas outras espécies. Essa diversidade por si só já seria suficiente para conferir uma singularidade alimentar. Porém, aliada a ela, tivemos a presença dos bandeirantes paulistas e dos africanos escravizados, trazidos para o trabalho nas minas de ouro, no período de exploração desse metal.

Dessa maneira teremos a formação de um padrão alimentar que não foi exclusivo da cidade, mas que aqui apresentou características ímpares, seja porque as características ambientais proporcionavam grande prodigalidade de produtos nativos, seja porque os forasteiros que para lá se dirigiram promoveram uma adequação dos seus hábitos aos alimentos da terra, resultando daí novas receitas com substituição de produtos.

Além disso, uma das formas mais antigas de produção de alimentos e de criação de animais domésticos, assim como em outras partes do Brasil, acabou sendo os quintais das casas. Assim teremos nas próprias residências a geração de muito daquilo que seria consumido pelas famílias, originando daí um modelo de produção que, se não foi exclusivo daqui, voltamos a afirmar, teve na cidade uma importância ímpar, fazendo os quintais parte das memórias afetivas e produtivas de muitas pessoas que viveram em Cuiabá.

O presente artigo pretende mostrar o quintal como um *lócus* de produção material das famílias, como um espaço lúdico, desejado e festejado por todos que viviam na casa e também, mais especificamente, como um espaço de produção alimentar, visto ficar nesse espaço, na maioria das casas, até a segunda metade do século XX, o forno de adobes e o fogão a lenha, onde eram preparadas as comidas, doces, bolos e pães.

Surgida no século XVIII, em consequência da busca dos bandeirantes paulistas pelo ouro, a cidade de Cuiabá experimentou um crescimento e modificações relativamente lentas ao longo dos primeiros dois séculos de vida, quando ainda era uma cidade pequena e provinciana. Referindo-se à Cuiabá de meados do século XIX, Luiza Volpato assim afirma: "Cuiabá, por volta de 1850, era uma pequena e pobre cidade incrustada no sertão, cuja população não chegava a onze mil habitantes, entre homens e mulheres, livres e escravos".[1]

Ainda seguindo a autora, ela nos diz que, até a metade do século XIX, havia basicamente dois bairros na cidade: a freguesia da Sé, compreendendo o núcleo central, do qual faziam parte os prédios públicos, as igrejas e os logradouros, e o outro bairro, chamado pela autora de polo, a freguesia de São Gonçalo de Pedro II – o Porto:

> A freguesia da Sé compreendia todo o núcleo central da cidade e em outro lado, a casa da Câmara, com a cadeia no andar térreo. Ao lado esquerdo da matriz, estava o largo do Palácio, em frente ao prédio sua jurisdição ficavam os principais prédios públicos: igrejas e logradouros. O largo da Sé ou da Matriz situava-se em frente à igreja e defronte a ele, do que abrigava a residência dos presidentes de

> província e a sede do governo provincial. Além da matriz, da Casa da Câmara e do palácio do governo, ainda se localizavam nesses dois largos, os prédios da tesouraria, do Correio, do comando das Armas[2].

É importante essa descrição do espaço físico de Cuiabá no século XIX, porque muitas das mudanças ocorridas na cidade no século posterior foram geradas como respostas ao descontentamento tanto dos governantes quanto de parcela da população que criticava o traçado colonial da pequena cidade, suas antigas edificações, enfim, seu aspecto de "cidade que parou no tempo", e ansiava por mudanças. Tanto é que a autora afirma mais adiante que os prédios careciam de reformas e até mesmo de serem substituídos, conforme as impressões presentes nos documentos por ela pesquisados.[3]

Nessa cidade os principais eventos eram os celebrados pela Igreja Católica, sendo que o calendário litúrgico estabelecia as principais festas. Paralelo ao calendário litúrgico, havia outro, ditado pelo tempo da seca – abril a setembro- e posteriormente, o tempo das águas[4], quando a população se esbaldava das frutas da época: manga, caju, pequi, entre outras. Aliás, viver em Cuiabá devia ser um exercício diário de preocupação com os fatores climáticos, visto que a maioria das pessoas tinha imensos quintais, nos quais plantavam muitos alimentos consumidos no dia a dia.

Essa característica atravessou o século XIX e chegou ao XX, quando os quintais cuiabanos ainda eram muito famosos tanto pela sua grande espacialidade quanto pelo fato de serem repletos de árvores frutíferas, hortaliças, bananeiras, mandioca, além de poderem ter criação de porcos e galinhas.

Ainda referindo-se às casas e aos quintais de Cuiabá no século XIX, nos diz Volpato: "As construções cuiabanas eram simples: mesmo as residências dos mais abastados eram casas de adobe e de taipa cobertas de telhas, em sua maioria, de um pavimento só. Compondo-se de sala, alcova, loja, varanda e cozinha. Possuíam quintais espaçosos, cujos fundos iam até a outra rua, plantados de árvores frutíferas."[5]

Pela citação podemos não só confirmar nossa afirmação anterior – de que os quintais eram importantes fontes de abastecimento para as famílias, bem como deduzir que, em sendo as casas dos mais abastados construções simples de adobe e taipa, as casas dos mais pobres deveriam ser, em geral, construções bem mais acanhadas, o que fazia de Cuiabá uma cidade com características urbanísticas bastante coloniais e com a essência de uma cidade surgida a reboque da mineração, carecendo, segundo a visão de muitos viajantes, de melhorias que a deixassem com perfil de cidades mais aprazível e urbanizada.

Apesar de pequena e com uma população reduzida, a capital de Mato Grosso apresentava um intenso fluxo de transeuntes pelas suas ruas estreitas e tortuosas. Fluxo tanto de homens, mulheres e crianças livres quanto de escravos a serviço de seus senhores, compondo um diversificado mosaico urbano, ao qual não faltavam os carrinhos de empurrar vendendo frutas de época, tabuleiros de doces, pães e biscoitos, cobertos por alvos paninhos bordados; vendedores de pirulitos, refrescos, puxa-puxa misturavam-se aos carroceiros que percorriam a cidade fazendo entregas, buscando ou levando compras: "O movimento das ruas também era feito por livres pobres que vendiam frutas, peixes, rapadura, cigarros, refrescos. Nos domingos, era comum essas pessoas irem se banhar no rio ou nas fontes, prazer simples que os artigos adicionados ao Código de Posturas em 1857 tentavam limitar, autorizando os banhos em espaços públicos apenas às crianças menores de dez anos."[6]

No fim da tarde, era costume as famílias sentarem-se em cadeiras nas calçadas. Enquanto as crianças brincavam de pega-pega, queimada, sete Marias, passa o anel, bola de gude, os homens ouviam e comentavam as notícias do rádio e as mulheres trocavam receitas, mudas de plantas e ideias de bordados e crochês. Enquanto isso, mulheres e homens trabalhadores terminavam a faina diária e partiam para suas casas, onde muitas mulheres – como acontece ainda hoje – davam início a outra jornada, cuidar de sua casa e dos filhos. A jornada dos trabalhadores domésticos se estendia também, só terminando após servirem o jantar, lavarem louças e panelas, deixando a cozinha arrumada. Os que dormiam no serviço, muito comum à época, podiam então, após servir o jantar, dedicar-se a outras atividades como cuidar de suas roupas – lavar, passar a ferro – visitar algum amigo ou vizinho, rezar em casa ou na igreja mais próxima, ouvir rádio, bordar, costurar, enfim, dedicar-se a um afazer que fosse de necessidade própria ou para o seu lazer.

Ao mesmo tempo que havia uma população residente no perímetro urbano, havia nos arredores da cidade, em localidades mais distantes, um contingente de pessoas mais despossuídas que trabalhavam para os mais endinheirados em serviços domésticos ou noutras atividades: "Entre os livres pobres havia aqueles que moravam nos arredores da cidade, desenvolvendo atividades profissionais urbanas ou trabalhando em casas de proprietários. Os homens eram em sua maioria, pedreiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, calafates etc. As mulheres trabalhavam como lavadeiras, engomadeiras, costureiras etc."[7]

Para essa população composta de livres pobres, descendentes de escravos e índios, havia poucas possibilidades de ascensão nessa sociedade, principalmente porque não havia muitos empregos disponíveis. Para as mulheres dessa camada social, as possibilidades de trabalho eram mais restritas que para os homens, sobrando para elas afazeres como cozinhar, lavar, passar, fazer e vender quitutes e refrescos. Eis aqui uma contradição que não era exclusiva de Cuiabá: apesar de no final do século XIX o Brasil ter passado por um surto de industrialização, a cidade permanecia com características pouco evidentes de uma sociedade capitalista. Volpato nos diz que:

> À semelhança das populações pobres de outras regiões do Brasil, tinham uma vida muito integrada à mata, ao cerrado e aos rios, principalmente o Cuiabá, de onde procuravam tirar o necessário para o sustento. A riqueza da flora e da fauna, a piscosidade dos rios e ainda, a presença de um clima quente e seco possibilitavam a sobrevivência, apesar de uma vida bastante pobre. Essas condições permitiam-lhes resistir à submissão ao capital e à disciplina própria da produção capitalista, atraindo sobre si a crítica insistente das autoridades provinciais, para as quais os livres pobres eram ociosos.[8]

Essa associação dos moradores pobres à imagem de serem indolentes rompeu o século XIX e chegou ao XX. Especialmente na visão dos viajantes que foram para Cuiabá, a pequena cidade tinha a aparência de ter parado no tempo e seus moradores, além de preguiçosos, viviam sem o mínimo de conforto que julgavam adequado. A indignação com os padrões de vida locais está presente no registro do médico, antropólogo e etnólogo alemão Karl Von den Steinen, que esteve em Cuiabá em 1884, antes de iniciar sua expedição ao Xingu. Essa visão do habitante local é preconceituosa e etnocêntrica, reproduzindo a relação assimétrica do europeu com a América. No relato de Steinen, sua percepção da cidade vai do aspecto econômico "[...] o mato-grossense é pobre, falta-lhe a necessária mão de obra, assim como a suficiente disposição para o trabalho.

Pensa ele que basta possuir uma estrada de ferro para que se obtenha tudo o mais"[9], passando pelos costumes e hábitos alimentares:

> Uma paz campestre reinava, principalmente, na ampla rua que dava para o porto e na qual morávamos. Quem passava por essas ruas? Mulheres com vestidos de cores berrantes, oferecendo peixes, frutas ou rapaduras, balas (bombons) grosseiras do tamanho de um tijolo. Uma mocinha vendia cigarros pretos, embrulhados em palha de milho, uma outra oferecia bebidas refrescantes em garrafas de cerveja ou de vinho — todas tinham os braços pendentes, pois a mercadoria, ainda que fosse um limão, era carregada sobre a cabeça. Alguns garotos chupam roletes de cana, um velho negro, surpreendido falando animadamente.[10]

É importante observar na narrativa do viajante a violência empreendida aos hábitos locais, destacando em seu discurso a visão eurocêntrica de mundo. Ao referir-se à "preguiça" do mato-grossense, não levou em conta a constituição de um espaço onde as relações eram ditadas por valores diferentes dos seus. Outra violência foi referir-se com desdém aos doces, dizendo serem grosseiros, do tamanho de um tijolo.

Ainda descrevendo os costumes, Steinen manifestou indignação com a festividade do cuiabano:

> Insipidez" é do que se queixam habitualmente os imigrados de outras províncias, pertencentes a categoria mais elevada. O natural do lugar não se compenetra muito dessas impressões alheias e tem a sua maneira de gozar a vida. Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui... É impossível, também, que em algum lugar se alteiem mais frequentemente os estandartes da procissão e se saiba associar melhor as missas com os prazeres sociais.[11]

A crítica aos costumes segue, enveredando também para uma admiração das práticas religiosas e sua associação com a vida mundana. Analisar essa visão é muito importante para entendermos melhor os discursos acerca do "atraso" socioeconômico da cidade, que esteve presente no imaginário não só dos forasteiros, bem como no de muitos governantes, que se desobrigavam de suas responsabilidades, atribuindo aos moradores a culpa pelos possíveis problemas estruturais da cidade.

No tocante aos cardápios e comportamento à mesa, o autor fez um importante registro bastante interessante para nossa análise:

> O cardápio era uniforme, sopa, duas qualidades de carne, ou uma de peixe, feijão, arroz, salada, de vez em quando ave, bananas e queijo Edam. Não importava muito que a comida demorasse em aparecer à mesa, pois quando vinha era toda de uma vez. Se a sopa estivesse muito quente, atacava-se logo o assado. Os guardanapos eram os lados pendentes da toalha. O preparo da comida não deixava nada a desejar. Ficávamos sempre contentes ao matar, enfim, a nossa fome. O general gracejava com a mulatinha Amália, que não deixava de se mostrar faceira diante de nós. Procurávamos aprender o modo brasileiro de comer farinha pura com uma colher, e comíamos pimenta até o ponto de nos surgirem manchinhas vermelhas no rosto.Ao largar o talher, todos pegavam um palito, que iam manejando, compenetrados, até o momento de chegar o café. Uma xicrinha de esplêndido "moka, um cigarrinho preto e mais um palito para a viagem — assim corriam os dias.[12]

Esse cardápio citado por Steinen e dito como uniforme era servido na pensão onde ele se hospedava e evidentemente já era pensado e executado visando atender às expectativas dos hóspedes, estrangeiros ou não. Ainda assim, percebemos o estranhamento na forma como a comida era servida, "toda de uma vez", bem como o interesse do estrangeiro de comer farinha e pimenta ao modo brasileiro. Analisando a narrativa de Steinen, percebemos como ele vai classificando e enquadrando o outro numa existência menor, mesmo quando elogia a comida há em seu registro evidências de desigualdade, violência e subalternização das práticas dos moradores de Cuiabá.

É interessante perceber, no registro do viajante, certa naturalidade ao citar a presença da banana como parte do cardápio. Isso porque, para o cuiabano, é comum a banana fazer parte das refeições, sendo servida de várias formas – farofa, carne com banana, banana cozida, banana frita; porém, esse hábito causa estranhamento em muitas pessoas que vêm de outros lugares.

Por haver poucas referências à comida de uma forma geral, os registros feitos por Steinen adquirem importância ainda maior, visto que ele se preocupou em descrever detalhes dos hábitos alimentares em Cuiabá, descrevendo em seu relato variados aspectos do cotidiano alimentar na cidade, indo do cardápio ordinário aos dos momentos festivos. Com essas descrições é possível revelar muitos aspectos da cultura material das pessoas que viviam aqui.

Ainda falando dos costumes cuiabanos, encontramos outra análise feita por Steinen:

> A vida social é o lado agradável de Cuiabá. Uma festa resgata a outra, e em toda parte se é bem acolhido. Ao fazer-se uma visita, pela manhã, recebe-se, como oferta, um cálice de licor, geralmente preparado em casa e muito bom, ou guaraná, de sabor inocente, ou ainda pura aguardente caseira, feita de açúcar. Convidam para almoçar. Por toda a parte o arranjo doméstico é simples.[13]

É recorrente na obra referências à hospitalidade cuiabana. Contrastando com a exiguidade de luxo e ostentação, havia abundância de convivialidade, receptividade e alegria. A despeito disso, mantêm-se as críticas à rusticidade do estilo de vida. Essa oposição entre receptividade/rusticidade esteve presente o tempo todo tanto nos relatos de viajantes quanto nas memórias das pessoas com as quais conversamos durante esta pesquisa. Todavia, é importante dizer que, paralelo a uma vida simples que competia à maioria da população local, havia um grupo privilegiado que tinha acesso a utensílios requintados, como porcelanas e prataria importados da Europa, bem como condições de consumir alimentos de além-mar, importados por comerciantes de Mato Grosso, como bacalhau, bebidas, doces, azeite, azeitonas, frutas secas etc., conforme observamos em anúncio de casa importadora, publicado no Álbum Graphico[14], onde é possível identificar diversas bebidas importadas – conhaque, whisky, vinhos, licores, champanhe – bem como alimentos – ameixa, biscoitos, mortadelas, confeitos, chocolates, frutas cristalizadas, figos, uvas, azeite e conservas, que eram importados e oferecidos aos consumidores. É oportuno destacar que, além das frutas secas, o anúncio se refere a frutas frescas importadas, algo impensável para a época.

Apesar de ter passado por mudanças importantes no final do século XIX – como por exemplo a abolição da escravidão, a proclamação da República e o surto de industrialização, decorrente em grande parte dos investimentos dos lucros gerados pelo café, o Brasil continuou periférico na economia mundial. Esse cenário começaria a se modificar com a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, propondo fazer a transição de um país agrário/rural, transformando-o em um país urbano/industrial.

Essa mentalidade se configurou em um conjunto de medidas pensadas para tirar esse atraso brasileiro em relação às economias centrais e, entre as várias medidas tomadas por Getúlio Vargas, tem destaque a Marcha para o Oeste, com incentivo à ocupação e desenvolvimento da região Norte e Centro-Oeste do Brasil, vistas "como vazios" geográficos.

O objetivo era a interiorização e integração dessas regiões às demais partes do país. Pretendia-se, com isso, atingir o objetivo sonhado desde a Proclamação da República, que era transferir a capital do país para o Planalto Central. Além disso, Vargas queria fazer com que o potencial das terras "desocupadas" se tornasse produtivo. A Marcha para o Oeste configurou-se, portanto, numa empreitada desenvolvimentista, com a grande ambição de minorar as diferenças entre o litoral e o interior. Para "ocupar" as terras, foi estimulada a vinda de migrantes de outras regiões do país, seduzidos pela propagando do governo – através do DIP[15]. A grandiosidade do empreendimento nos é relatada pelos irmãos Villas Bôas, que, entre outras coisas, afirmam que "não fosse a Segunda Guerra consumir tanto recurso, a Marcha teria tido outra amplitude, em termos de divulgação":

> Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia "mais distante que a África". A faixa-−limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia. E a Segunda Guerra, com a sua tônica do espaço vital, serviria para trazer à nossa visão a imensa carta geográfica brasileira, com suas não menos imensas manchas brancas. Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado.[16]

É no bojo desse grande projeto, que tinha nos antigos bandeirantes sua fonte de inspiração, que teve início uma série de medidas visando estimular o desenvolvimento do Centro-Oeste e do Norte do país.

Em Cuiabá, as medidas se fizeram notar num primeiro olhar, configurando-se em mudanças físicas, visando dar à cidade aspectos modernizantes.

Porém, é importante dizer que as mudanças não se restringiram a aspectos físicos, elas foram além: a chegada de levas de migrantes de outras partes do país favoreceu um intercâmbio de costumes e práticas alimentares que resultaram em mudanças tanto na forma de preparar quanto na de servir os alimentos, como veremos adiante.

Aliada à presença de sulistas, nordestinos e paulistas, majoritariamente, aconteceu uma ênfase na imigração estrangeira, com predominância de italianos, portugueses, japoneses[17]. Evidentemente, muitos desses imigrantes dirigiram-se para outras partes do Brasil, porém uma parcela fixou-se em Cuiabá, como apontam várias pesquisas.

Além desses estrangeiros já citados, merece destaque especial a presença de sírio-libaneses que vieram para a cidade em sucessivas levas e dedicaram-se ao comércio de secos e molhados, produção de bebidas e alimentos, transportes e hotelaria:

> Além das práticas comerciais em loja, os sírios e libaneses praticavam também a mascateação fluvial, comumente denominada de "zinga" em Cuiabá. Imigrantes como Miguel Kalix e Abraão Kalix são exemplo dessas práticas, entretanto os maiores "exploradores" do comércio fluvial foram os Boabaid e os Scaff Gathas. Em 1926 foi fundada a empresa de navegação Boabaid & irmãos, que

> fazia viagens entre Cuiabá e Corumbá. O governo estadual dava aos Boabaid um incentivo mensal para que estes realizassem duas viagens semanais. Outros imigrantes, os Gathas e os Scaff controlaram o comércio com os ribeirinhos por todo o eixo navegável, de Corumbá a Cáceres e Cuiabá.[18]

Mato Grosso passou a ser visto como um verdadeiro eldorado. Isso deveu-se não somente à propaganda do governo, ao deflagrar a Marcha para o Oeste, bem como as notícias de enriquecimento rápido de quem tinha ido para a região. Não somente a prodigalidade da terra fértil para a agricultura, como também a terra rica em ouro e pedras preciosas atraíram sulistas e nordestinos, principalmente. Assim teremos os fatores responsáveis pelo grande aumento populacional em Cuiabá, como atesta o censo demográfico nas décadas: em 1950 a população era de 56.204; em 1960, 57.860; em 1970, 103.427; e em 1980, 219.477. Isso posto, podemos afirmar que a cidade passou por um movimento de transformação sem precedentes na sua história, apresentando não somente um vertiginoso aumento populacional, como também uma série de mudanças que acabaram interferindo na vida cotidiana de seus moradores, introduzindo novos hábitos: "O que proporcionou esse processo? Não é necessário mais nenhuma tese para afirmar que esse é o avanço da fronteira capitalista. Cuiabá é um dos polos de difusão do processo de anexação de novas terras para o capital na Amazônia Meridional".[19]

Desta forma, a cidade, que viveu um crescimento populacional sem precedentes a partir da segunda metade do século XX, passou também por grandes mudanças físicas que aos poucos foram lhe dando aspectos de modernidade. Entre as muitas modificações, podemos citar a construção do colégio Liceu Cuiabano; abertura da Avenida Getúlio Vargas (para onde se mudaram muitas famílias, após construírem casarões com todo requinte para a época); construção do Cine Teatro Cuiabá e do Grande Hotel, além da demolição da antiga catedral e construção da nova e moderna igreja matriz, entre outras.

Se por um lado a cidade crescia através de obras empreendidas pelo poder público, por outro, empresários visionários deram a sua contribuição construindo obras como o Edifício Maria Joaquina[20], primeiro condomínio vertical da cidade e ícone da modernidade e glamour da construção civil da época.

Esses fatos são significativos e profundamente simbólicos na transição do velho para o novo e representaram de forma inequívoca a presença da modernização na cidade.

Todavia, ao mesmo tempo que essa nova realidade passa a ser concretizada, Cuiabá continua uma cidade fortemente marcada pelo seu passado constituído na época da mineração, mesclando em sua fisionomia edificações modernas que convivem lado a lado com velhos costumes, como o de plantar e colher frutas e legumes no quintal; lavar roupas nas margens do rio Cuiabá; fazer compras fiado, anotando em cadernetas; buscar água nas bicas; cozinhar em fogão a lenha etc. Esses costumes levariam mais alguns anos até serem quase completamente suprimidos:

> Veremos que o processo de expansão capitalista em Cuiabá não produz impactos apenas em termos de crescimento da população e de transformação da cidade, mas sobretudo, traz consigo implícito "um modo de vida urbano" dominante, que se impõe em relação às formas ou modos particulares e específicos. Para que se instale hegemonicamente, é necessário destruir, salvo algumas acomodações e resistências.[21]

Percebemos pela citação acima que a preeminência do modo de vida urbano sobre o bucólico estilo de vida dos cuiabanos acontece em múltiplos aspectos, porém as resistências em outros persistem. Alguns padrões de comportamento são mais lentamente alterados, dentre os quais a alimentação. Em Cuiabá ela está muito fortemente vinculada à prodigalidade de alguns alimentos, como banana, mandioca, abóbora, maxixe, frutas como manga, caju, laranja, tamarindo, entre outros, que abundavam nos quintais. Havia também espécies de peixes que sobejavam no rio Cuiabá, tornando esse alimento frequente na maioria das casas. Dessa maneira, os costumes alimentares cuiabanos possuíam sinais diacríticos que os distinguiam dos "forasteiros". Essas peculiaridades no comer transpareciam no cardápio ordinário da maioria das pessoas que viviam na cidade, compondo-se de pratos como a carne com banana verde, carne com arroz – chamado de Maria Izabel -, mojica de pintado[22], paçoca de pilão[23] acompanhada de arroz sem sal, peixe com maxixe, pirão, farofa de banana da terra, caldo de piranha, pacu frito, entre outros.

Imperativo dizer que tais costumes foram construídos ao longo do tempo, desde a chegada dos primeiros bandeirantes, que trouxeram seus costumes e técnicas de preparação dos alimentos e que estes foram paulatinamente adaptados aos ingredientes e produtos já existentes. Aliás, é sempre oportuno relembrar a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, que não só confirmou o papel dos bandeirantes paulistas como disseminadores de alimentos, mas também como sendo responsáveis pela introdução de técnicas e hábitos portugueses no período da mineração em Cuiabá. Tais costumes somaram-se a técnicas e produtos indígenas, fartamente disponíveis. Aliada a isso, a presença africana foi fundamental, porque, esses homens e mulheres escravizados, a despeito de serem *migrantes nus*[24], recompuseram com fragmentos de memórias muitas preparações alimentares de seus antepassados. Dessa mescla teremos os costumes alimentares de Cuiabá.

Os bandeirantes paulistas aproveitaram o conhecimento indígena da fauna e flora, bem como as técnicas e o trabalho do africano: "Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio."[25]

As comidas que prevaleceram em Cuiabá são, portanto, a síntese desse processo, iniciado pelos paulistas, amalgamados aos alimentos indígenas e ao modo de fazer dos africanos, daí resultando não somente vários dos cardápios locais, como também as técnicas e utensílios usados para prepará-los.

Essa cozinha que lentamente foi sendo formada manteve certa linearidade ao longo dos dois séculos e meio após a fundação da cidade, caracterizando o que Fernand Braudel chamou de longa duração[26], porém, concomitante ao processo de modernização física da cidade, ocorreram mudanças no abastecimento com novos produtos sendo ofertados, surgimento de novos cardápios e também mudanças no estilo de vida, como veremos mais adiante.

O quintal como espaço de cultivo e socialização

Esse papel do quintal como espaço de produção de alimentos esteve presente desde o período colonial, como antevemos nesta citação do viajante Hercules Florence, ao referir-se a Cuiabá em 1827:

> A cidade póde ter meio quarto de légua de poente à nascente e dois terços d'essa distância de norte a sul. Não há senão 18 a 20 casas de sobrado, esse mesmo pequeno: todas as mais são térreas. Cada casa tem nos fundos um jardim plantado de laranjeiras, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, árvore cuja folhagem, densa e escura, forma no meio de outras agradável contraste, concorrendo todas ellas para darem à povoação aspecto risonho e pitoresco.[27]

Podemos corroborar acerca da descrição de Hercules Florence o que vem sendo continuadamente repetido acerca dos quintais cuiabanos: eram espaços não só de produção e provisão da família, bem como um espaço de encontros, festividades, sociabilidades. Referindo-se aos quintais cuiabanos como espaços de vida e produção, Julio De Lamônica Freire assim escreveu:

> A lembrança residual dos tempos de escassez e extrema penúria, vividos por Cuiabá no século XVIII, talvez tenha contribuído para que o costume de se plantar quintais tenha lançado raízes tão profundas entre os cuiabanos. O espaço do lote urbano, na direção da rua para o fundo do quintal, obedecia a um certo padrão. O espaço organizacional constitua-se em corpo da casa, varanda e cozinha, pequeno pátio interno, onde se localizava o poço, forno, plantas ornamentais, plantas medicinais, horta e árvores frutíferas. Estas obedeciam a um esquema de distribuição: mais próximos à casa, os citros, romã ou pitanga, jabuticabeiras e bocaiuveiras, mangueiras, goiabeiras e cajueiros; mais próximos ao fundo do terreno, as bananeiras e as cajazeiras.
>
> Os quintais maiores tinham, também, pequenas plantações de mandioca e milho, que vinham sempre depois da horta.[28]

De Lamonica formulou assim uma tese para a gênese do costume dos grandes e produtivos quintais em Cuiabá. Essa análise nos parece bastante apropriada, visto que o abastecimento de gêneros alimentícios esteve por muitos anos na pauta de reclamações dos moradores, que se queixavam da carestia e dificuldade de acesso a muitos produtos.

Nesse contexto, o quintal passou a ser então uma espécie de lugar onde se plantava o que queriam comer, mas, sobretudo, um espaço onde depositavam suas esperanças de uma vida segura, afastando o risco da fome.

Pelas descrições encontradas nos relatos das pessoas entrevistadas, fica evidente a simbologia do quintal como um espaço que abastece e abraça os seus, fazendo parte de suas melhores lembranças, como relatou Sônia Palma, pesquisadora mestre em Educação, radicada na Inglaterra, sobre o quintal de sua casa em Cuiabá, onde viveu por mais de trinta anos: "Estou ligada profundamente ao meu quintal cuiabano, tanto como lugar de produção, onde frutas e verduras eram colhidas para nos alimentar, como um lugar de estímulo do imaginário, lugar de lembranças dos momentos em família ou das aventuras da infância de meus filhos." [29]

Educadora Ambiental, em seu livro que aborda a poética de Manoel de Barros, faz um relato sobre sua forma de ver o quintal, anos após ter migrado do sul do país para Mato Grosso, mais especificamente para Cuiabá:

> [...] passados mais de 30 anos de orgulhosa cuiabania, tendo morado por mais de 25 destes anos no mesmo lugar, na mesma casa, percebo esse meu espaço pelos princípios da diversidade, da parceria, da interdependência, do fluxo, do todo. Basicamente, a diferença entre jardim e quintal está nos objetivos a que esses espaços se propõem. O jardim é visto como um espaço de plantas ornamentais,

> cuja proposta é a de apresentar a fachada da casa, um lugar para se olhar, se admirar, quase que intocável; já, o quintal é um espaço hospitaleiro, comunitário; quintal é espaço de memória do eu, espaço lírico, é o espaço das 'desutilidades' manoelinas: 'As coisas tinham para nós uma desutilidade poética. / Nos fundos do quintal era muito riquíssimo o nosso dessaber' (BARROS, 2004, p.11). O jardim da minha casa, que inicialmente se apresentava como um retilíneo e verde gramado, pontuado geometricamente com plantas aqui e ali de forma estanque, fragmentada, transformou-se deliciosamente num genuíno quintal cuiabano que, entre cajus, jambos, mangas e jacas, me aconchegou durante os estudos e leituras, e, onde à sombra cheia de cores, aromas e texturas, que só um quintal pode proporcionar, realizei muitas das reflexões necessárias para o meu fazer a Educação Ambiental[30].

O quintal como espaço idílico está presente também nas memórias do escritor Moacyr Freitas, ao registrar suas lembranças:

> O quintal de nossa casa, com muitas árvores e muita sombra, era um verdadeiro parque de diversões. Era o nosso domínio. Ali acontecia de tudo e envolvia a todos da casa. Em torno do nosso, outros quintais formavam um bosque contínuo. Podia-se ver por cima do muro de taipa a grandeza de tudo aquilo. Dominávamos nosso quintal. As jabuticabeiras, tínhamos como propriedades particulares nossas: as duas maiores eram do Josias e eu. Zé Maria ficava com duas pequenas, pois ele era pequeno!... Todas davam frutos em abundância. Às vezes isso causava questão. As jabuticabas amadureciam com atraso em algumas delas, mas não se pode negar frutas a um irmão! Além das jabuticabeiras havia a mangueira, a mais importante entre todas. Com seu tronco alto, firme, dominava tudo. Subíamos nela com frequência: sentávamos nos seus galhos para conversar; instalávamos "papa-ventos" no mais alto dos seus galhos, pendurávamos balanço em seu galho forte... Quando dava frutas, então, como era frequentada! O jambeiro ficava perto do muro ao fundo. Estavam lá também as bananeiras, as goiabeiras, a bocaiuveira torta.[31]

A fala de Freitas nos permite aproveitarmos e nos aproximarmos um pouquinho da poética de Manoel de Barros, quando o poeta diz: "Urbanos ou não, é certo, estamos ligados fisiologicamente à mãe-terra. Ao nosso quintal. Ao quintal da nossa infância – com direito a árvores, rios e passarinhos".[32]

Desta forma, percebemos que a importância do quintal vai além de ser espaço de produção alimentar: ele faz parte do espaço simbólico de poder da criança viver sua meninice, ao mesmo tempo em que nesse espaço competia aos adultos fazer as escolhas de o que plantar para colher. Apesar dessa possibilidade de escolhas, o autor Moacyr de Freitas nos leva a crer que havia uma generalização daquilo que seria plantado, sendo comum as escolhas recaírem no cultivo de árvores frutíferas:

> Os vizinhos possuíam enormes quintais. Em muitos deles havia fruta-pão, fruta-banana, cajá, tarumã, pitomba... No de Nhá Vitu, colado ao nosso, via-se cacaueiro! O pé de jenipapeiro dava tantos frutos que caiam do nosso lado e se esborrachavam no chão. Cajueiros davam cajus até próximo do solo. Nesses quintais, carambolas eram tantas que forravam embaixo do pé, competindo com os limoeiros baixinhos. No quintal de dona Tinala sobressaia o grande tamarineiro! Tamarino é azedo e gostoso! Abusávamos deles que nossos dentes doíam ao morderem outras coisas!

A citação acima explicita a variedade de frutas produzidas nos quintais. Mais ainda, ao descrever esse espaço, o autor nos confirma seu uso como espaço de lazer não somente de crianças como também de adultos, que nele se reuniam para festas, execução de tarefas coletivas ou particulares, de preparação de comidas, bem como lugar de criação de animais domésticos que contribuíam para a provisão alimentar. Ao descrever de forma detalhada a casa de sua infância, o autor nos remete para um espaço-tempo em que o quintal é legitimado como área de extensão da casa, funcionando por vezes como cozinha, local de receber visitas, espaço de produção animal e vegetal, além, é claro, de "parque de diversões" das crianças, como ele afirma.

Ainda que o quintal fosse um espaço rico simbolicamente, a cozinha próxima ou muitas vezes nele localizada era exígua de apetrechos e utensílios culinários, o que marca a rotina da cidade até meados do século XX, como atestamos na citação a seguir:

> A cozinha eu conheci ficava lá fora, ao lado da casa. Era um puxado coberto de telhas, apoiado num muro de terra socada, que dava para a rua, ao lado da casa. O chão era de terra batida, e suas paredes não tinham revestimento nenhum. Não havia fechamento para o quintal, mas ninguém se preocupava com isso. Não havia ladrões! O fogão de adobes ficava ao fundo. Sobre ele, algumas grosas velhas, apoiadas em duas filas de tijolos, separavam o fundo das panelas pretas de ferro e das de barro do fogo que as aquecia. Pouca coisa ficava ali na cozinha: dois pilões, um de socar milho para fazer fubá e outro para pilar café torrado; um armário simples sobre uma mesa rústica encostada na parede suportava pratos, latas e outras coisas mais. Num dos cantos, o pote de barro com seu tampo de madeira e junto dele, pendurado num fio, a pedra hume para purificar a água. O monte de lenha, um ninho de galinha com seu indez dentro (casa de caramujo) ocupavam outros cantos. Esta cozinha foi, certo dia, ampliada pelo mestre Elisiário, velho amigo lá de casa. Uma cobertura de zinco permitia então irmos lá, sem que apanhássemos chuva.[33]

Essa cozinha descrita acima condiz com as camadas menos abastadas e que, portanto, constituía a maioria da cidade. A descrição é pródiga em informar detalhes que nos ajudam a compor uma ideia de como eram as cozinhas cuiabanas em meados do século XX. A narrativa do autor corrobora nossa pesquisa oral.

Percebemos nos relatos das pessoas entrevistadas a prevalência dessa simplicidade, evidenciando que a maior parte das pessoas tinha poucos utensílios de cozinha.

Ao mesmo tempo, nas casas das classes mais ricas havia duas cozinhas, uma localizada no corpo da casa e outra no quintal. A diferença entre ambas é que na cozinha externa eram preparadas as carnes (salgadas ou defumadas), doces em tachos, refino do açúcar, além do uso do pilão para pilar arroz, café e carne seca para a paçoca. Nessa cozinha aberta havia ainda o indefectível fogão e forno de adobes, onde eram assadas as carnes, bolos e pães. Na cozinha interna, onde havia o fogão a lenha, de ferro e, posteriormente, o fogão a gás, eram preparadas as comidas em menores quantidades ou preparadas as dietas para crianças e convalescentes, além de doces, bolos e biscoitos mais valorizados, tidos como especiais.

É importante destacar aqui que o papel de proceder a todas as citadas atividades produtivas domésticas era inerente às mulheres pobres, que realizavam todos os afazeres em sua casa. Havia também aquelas que trabalhavam nas casas de pessoas de posses, em troca de um valor mensal.

Nessa casa ela era incumbida de todas as funções: limpar, cozinhar, lavar, passar e cuidar do quintal, local frequentemente varrido e cuidado.

Às mulheres de famílias abastadas eram oferecidas outras comodidades, começando por serem auxiliadas por trabalhadoras domésticas. Competia às mulheres "patroas", quando muito, preparar doces, bolos e biscoitos, considerados mais especiais e feitos em menores quantidades na cozinha localizada no interior das casas. A elas competia também serem guardiãs das receitas escritas, repassadas oralmente para as cozinheiras, que as memorizavam e reproduziam.

Nesse quesito de produção doméstica as técnicas de preparo de doces, pães, bolos e comidas em geral, continuaram seguindo a tradição de as receitas serem repassadas de mães para filhas, não só na forma oral, como também através de alguns livros de receitas, sendo bastante comuns os cadernos de receitas familiares, verdadeiros manuais de comer bem, que ensinavam desde o preparo do prato até a forma de servir e receber.

Todavia, às mulheres pobres o conhecimento culinário era transmitido oralmente na maioria das vezes, porque grande parte dessas cozinheiras eram analfabetas, como constatamos ao longo de nossas entrevistas. Ainda meninas aprendiam com suas mães, também cozinheiras, o ofício de cozinhar. Eram essas mulheres que, trabalhando em casas de famílias, se ocupavam de descascar, picar, ralar, cozinhar e apurar os doces em grandes tachos de cobre ou de flandres; matar, tirar as vísceras, limpar galinhas e porcos; rachar lenha e manter o fogo aceso, avivando-o frequentemente. Apesar de acompanharem de perto a preparação, as mulheres de classes mais abastadas dificilmente dela tomavam parte, deixando a cargo de trabalhadoras domésticas o manejo da cozinha onde eram preparadas as comidas e os doces em grandes quantidades. Tratando desse assunto numa temporalidade diferente, mas cujo *modus operandi* será permanente ao longo do século XX, excetuando-se o fato de a cozinheira agora ser uma mulher "livre", visto que a escravidão foi oficialmente abolida no Brasil em 1888, Paula Pinto e Silva nos diz:

> Fabricados na cozinha suja, do lado de fora da casa, as compotas e conservas eram cozidas por horas a fio, sempre por uma negra escrava. Embora comandassem de perto o serviço, as sinhás se orgulhavam de não participar de perto de nenhum tipo de trabalho doméstico, muito menos desse, que requeria habilidade nas grandes fornalhas chamadas de fogão de chão.[34]

Retornando ao quintal, após a descrição da cozinha "suja", é fundamental atribuir a esse espaço externo mais uma função: era o local de trabalho da mulher pobre. Além de ter que mantê-lo limpo e organizado, era nesse espaço que plantavam frutas, legumes e verduras e hortaliças. Era também local de criação e de abate de animais domésticos, tendo, portanto, uma importância fundamental para o abastecimento das famílias.

Abastecendo o dia-a-dia

Além dessa pequena produção familiar no espaço doméstico, a maioria das famílias que viviam em Cuiabá contavam com o abastecimento feito por vendedores ambulantes que percorriam as suas ruas tortuosas oferecendo de peixe a leite. Os relatos dos entrevistados apontam que diariamente o leiteiro entregava leite nas residências, assim como o peixeiro, empurrando seu carrinho, ia de porta em porta. Em sua entrevista, a senhora Juraci assim descreveu:

> Nós comíamos muito peixe. Todo dia o peixeiro passava gritando: olha o peixe! Olha o peixe! Tinha de tudo: pacú, pacupeva, Jurupoca, pintado, piraputanga. Tinha peixe barato e peixe mais caro. Mas era mais barato comer peixe do que carne. A gente fazia peixe frito, peixe ensopado com mandioca ou com banana. Cada dia de um tipo. Para acompanhar, arroz, pirão e feijão. Sempre tinha sobremesa: doce de mamão, de laranja, abóbora ou de caju. Os doces éramos nós que fazíamos tudo em casa mesmo. Enchia os potes de doces. Época do caju, nós fazíamos tachos de doce. Era tanto caju que até doía as mãos de tanto descascar, furar e espremer a fruta. O cheiro exalava por toda casa... do quintal até a porta da rua. Dava até pros vizinhos saber que nós estava fazendo doce. As crianças bebiam tanto caldo de caju que até enjoava![35]

A fartura de peixes no rio Cuiabá favorecia o consumo dessa proteína, especialmente para as pessoas de menos posses, como aponta a entrevistada. O fato de ter preço menor do que a carne bovina fazia do peixe um alimento mais consumido pelas camadas populares. Por outro lado, seu consumo não era restrito a essa camada, visto que esse alimento estava presente em todas as mesas. O que variava era o tipo de peixe: as espécies mais caras/raras eram privilégio dos mais ricos.

Um outro aspecto que chama a atenção na narrativa acima é o fato de em certas épocas do ano haver a produção de doces de determinada fruta. Isso justifica o fato de a entrevistada até se cansar de descascar caju: era um produto em cuja safra havia abundância e como é rapidamente perecível, seu aproveitamento, em forma de compotas, deve ser imediato.

Referindo-se aos vendedores ambulantes que passavam pelas ruas gritando os produtos em horas aproximadas, Moacyr Freitas afirma que muitos eram conhecidíssimos no bairro. Conheciam muito bem a freguesia e confiavam em vender num dia para receber noutro:

> Muitos carrinhos possuíam sua especialidade. Uns eram "peixeiros", por venderem somente peixes; outros, "bucheiros", vendiam apenas buchos. Todos serviam nossas famílias, quando não havia supermercados, frigoríficos ou outras facilidades de hoje. Como é natural, pouco a pouco foram desaparecendo com o surgimento desses modernos estabelecimentos comerciais[36].

Como explicitado acima, o abastecimento de alguns alimentos era feito pelos vendedores que percorriam os bairros. Entre as várias categorias de vendedores ambulantes, além dos peixeiros, destacaram-se os boleiros, padeiros, leiteiros, que percorriam as ruas, fazendo as entregas ou oferecendo seus produtos. Essa foi uma característica forte do abastecimento na cidade.[37]

Os boleiros, por exemplo, carregavam na cabeça um tabuleiro de madeira, com vidros dos lados[38], formando uma espécie de "vitrine". Cada vez que alguém queria comprar uma de suas guloseimas, ele descia o tabuleiro, colocava sobre um apoio de madeira que carregava em uma das mãos. Assim seu produto era exposto aos clientes. Havia uma variedade deliciosa a ser escolhida: "Ao levantar a tampa, recendia o cheiro apetitoso! Na tampa do tabuleiro ficava, para embrulhar as compras, o papel seguro por um elástico. Havia de tudo: sonhos, bolo de queijo, de arroz, olhos-de- sogra, francisquito, broinha!"[39]

Apesar de haver vendedores de vários produtos percorrendo as ruas da cidade, vendendo de porta em porta, o comércio de carne bovina era deficitário. Havia poucos açougues e as vendas eram realizadas somente neles. Essa deficiência no abastecimento era consequência também da dificuldade de transporte do matadouro, localizado do outro lado do rio Cuiabá, até os açougues

onde a carne seria vendida, resultando, portanto, longas filas e horas de espera para comprar a carne. Outra dificuldade era o acondicionamento/conservação desse produto, que era pendurado em ganchos no açougue até que fosse destrinchado em partes e totalmente vendido aos pedaços. Isso fazia com que tivesse que ser trazido todos os dias, a fim de terem o produto fresco para oferecer aos clientes.

Em suas memórias, Moacyr Freitas assim descreveu os açougues em Cuiabá, em meados do século XX:

> Toda noite um grupo de pessoas, grandes e pequenas, esperava em frente deste açougue aquele conhecido caminhão. Ele trazia a carne para ser vendida no dia seguinte. Às vezes chegava tarde da noite; isto é, pelas vinte e uma horas, consideradas tarde, porque costuma-se dormir muito cedo.
>
> [...] Aquela gente lá no açougue ficava firme e paciente. Muitos levavam pratos de louça; outros, ganchos de ferro, cestas de cipó, latas... todos esperavam pela miudeza: pares de rim, coração, fígado, sebo, rabada.
>
> O caminhão apontava na esquina e todos demonstravam certa satisfação! Ele chegava e encostava na calçada. Parecia com os caminhões de mudança de hoje, pintado de vermelho cerâmico, possuía atrás uma porta grande. De pé nessa porta, em cima do caminhão, estavam alguns homens com capuz de saco de estopa sobre a cabeça. Este lustrava, de tanto sangue seco coagulado. Alguns desses homens pulavam logo ao chão. Dentro do caminhão vinham enganchados muitos quartos de reses abatidas. Começava-se o descarregamento. Os homens de cima ajeitavam nas costas dos de baixo os pesados quartos destinados àquele açougue. Grosseiramente e apressados, transportavam as peças. Tínhamos que tomar cuidado para que as pontas de ossos, quase descarnados do boi, não nos atingissem naquela pressa. Nos ganchos do açougue penduravam os quartos para serem retalhados na madrugada e manhã seguinte. Não demorava muito e toda a miudeza era retalhada e vendida aos presentes, pelo proprietário que ali vinha atender.[40]

Apesar de um pouco extensa, a citação acima é muito importante para analisarmos alguns fatores relativos à alimentação na cidade, começando pela confirmação de que era muito mais difícil o acesso ao consumo diário da carne bovina do que ao peixe, que era comercializado pelos peixeiros diariamente pelas ruas de Cuiabá. Assim confirmamos uma informação obtida em entrevista, dizendo que o consumo de peixe era *rotina nas casas de pessoas pobres, sendo que quando nós recebíamos visitas, matava uma galinha ou comprava carne no açougue*[41]. Essa tendência a preocupar-se em oferecer comida diferente aos visitantes é recorrente nas pessoas ouvidas, especialmente as pessoas de pouca condição financeira. Há, nessa atitude, uma cortesia com o visitante, assim como, possivelmente, uma preocupação em ocultar a comida ordinária. Algo semelhante acontecia no Nordeste colonial e é apontado por Paula Pinto e Silva:

> [...] A criação dos quintais destinava-se a uma ocasião especial, marcada pela chegada de um viajante, ou por uma data comemorativa. As aves, principalmente as galinhas, eram consideradas iguarias para os dias mais importantes, assim como alimento especial para mulheres que haviam acabado de parir e alguns outros enfermos em convalescença.[42]

Percebemos essa convergência dos hábitos alimentares em Cuiabá indo ao encontro do modelo já estabelecido no período colonial, levando a crer numa continuidade de práticas e comportamentos estabelecidos desde muito tempo.

Constatamos, também, que as pessoas de menores posses tinham que disputar entre si as miudezas no açougue, enfrentando horas de espera para conseguirem fígado, rim, coração, rabada, dentre outras. Essas partes do boi eram quase sempre usadas para fazerem um prato muito apreciado na cidade, o sarapatel, que consistia em cozinhar e picar esses miúdos, posteriormente refogar com alho, cebola e temperos variados, acrescentando farinha de mandioca até ficar num ponto intermediário entre farofa e pirão. Além desse prato, faziam o rim assado em espeto, assim como também usavam tripas, bucho e ubre, como nos contou a senhora Antônia:

> *Os açougueiros às vezes distribuíam essas partes (miúdos) do boi para as pessoas pobres. Era muito comum a gente fazer feijoada, mas com feijão clarinho, não com o preto. Cozinhava horas e horas. Colocava no caldeirão: óleo e fritava alho e cebola. Depois, pedaços de bucho, osso corredor, tutano, rabada, tudo bem temperado. Juntava feijão e cozinhava até amolecer. As carnes ficavam desmanchando. Na hora de descer do fogo, a gente colocava bastante cebolinha picada por cima. Essa era a feijoada cuiabana! Ficava muito gostoso. E mesmo nas casas de pessoas ricas, os empregados faziam isso para comer. Comida forte, que dava sustância!*[43]

Nas memórias de Antônia, mulher negra, que trabalhou como empregada doméstica a vida inteira, as lembranças das comidas que fez nos muitos lugares em que trabalhou permanecem vivas. Nascida em um sítio próximo de Cuiabá, seu primeiro emprego foi numa fazenda. Trabalhavam juntos ela, seu irmão, sua mãe e avó: "*Eu acordava cedo, ralava guaraná, fazia café, chá. Fazia também o quebra torto que era levado pelos homens, um pouco ia pro engenho e outro pouco ia pra roça. Às vezes era carne com mandioca, às vezes carne com banana, às vezes carne com arroz, às vezes era arroz de leite e carne frita.*"[44]

Aprendeu cedo a lavar e passar roupas, sendo considerada uma exímia passadeira. Quando já era mocinha, fugiu dessa fazenda porque era maltratada, levando somente a roupa do corpo. Pediu abrigo numa propriedade próxima, onde ganhou roupas novas. Depois disso, veio para Cuiabá. Já tinha dezenove anos quando foi trabalhar na casa de uma senhora chamada Noise.

Chegando a Cuiabá (ela não sabe exatamente em que ano), ficou surpresa com as novidades: do comércio aos utensílios de cozinha, era muita novidade:

> *Achei uma coisa muito diferente, muito esquisito o fogão a gás. Mas lá tinha também fogão a lenha. A lenha era cortada em pedaços pequenos. Dos lados do fogão ficava o lugar onde colocava água e ela ficava quente. A comida que deixava nas panelas em cima do fogão ficava quentinha.*

> *O fogão a gás era usado por dona Noise, para fazer um café, um chá por exemplo. Só ela que usava. Aí era eu e Dita. Dita que cozinhava. Eu lavava, passava e limpava a casa. Quer dizer, eu limpava a parte de cá e o mudo limpava a parte de lá. Trabalhei com ela cinco anos. Quem me tirou de lá foi Antônio, aquele bandido.*

> *A dona Noise ia todo sábado pro* sítio, eu ficava com a Dita. Teve uma noite ela fugiu com o namorado. Fugiu. Foi embora. Bonita que Dita era. Lembro dela até hoje. Foi embora.

> *Aí dona Noise falou assim: você é capaz de cozinhar? Eu falei: mais ou menos. Eu já fazia algumas coisas, olhava como faziam e fui aprendendo, fritava alho, passava bife, fritava ovo. Aí comecei a fazer a comida e eles gostaram da comida. Ela falou assim: não importo com co-*

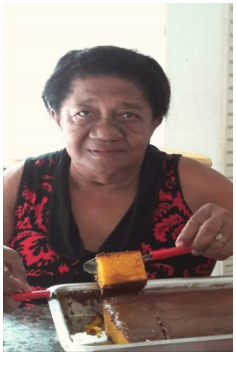
> *mida fina. Nossa comida é grosseira: carne com mandioca, carne com banana, carne com arroz, frango frito. Carne com arroz e frango frito, assim que eles gostavam na janta*[45].

Começando a cozinhar por acaso, para substituir a cozinheira que foi embora, Antônia teve a sorte de trabalhar na casa de pessoas que gostavam de comer o que ela havia aprendido a fazer com sua mãe. Tornou-se então a cozinheira oficial dessa família, que recebia muitas pessoas em sua ampla casa. Em sua narrativa, ela diz que no dia a dia a comida da família era assim. Porém, nas ocasiões em que recebiam visitas o cardápio fugia do trivial, sendo composto de pratos diversos daqueles do dia a dia, que eram chamados de "grosseiros" pela sua patroa.

Percebemos assim que, por mais que Antônia se refira com carinho à família para a qual trabalhava, há indícios de subalternização do cardápio que ela preparava. Ao dizer que comiam comida grosseira no dia a dia, sua patroa reafirmava o lugar desse cardápio, reservado para os dias comuns e também para as pessoas que viviam naquela casa. Aos visitantes era dado outro tratamento:

> Nos dias em que recebiam visitas, ou nas ocasiões de festas, eu fazia comidas diferentes, seguindo as receitas que dona Noise ensinava. Quando os homens reuniam para jogar, eu fazia pastéis, quibe, bolo de queijo e frango frito em pedaços. Nos domingos, frango assado, com recheio de farofa, leitoinha assada inteira, empada, arroz de forno, macarronada com molho de frango, enfeitada com azeitona, ovos cozidos e queijo ralado. Às vezes fazia maionese, mas o molho era feito em casa.
>
> Eles reuniam na varanda, que dava para o quintal. Nas festas, o quintal era usado: colocava cadeiras e bancos, montava a mesa, enfeitava com flores.
>
> *Nessas ocasiões, a comida toda era feita em panelão, no fogão do quintal. As carnes assadas no forno, muito trabalho! Nós acordávamos madrugada para começar o serviço.*[46]

Antônia em um de nossos encontros em sua cozinha



Fonte: Foto do acervo da Sra. Antônia, 2017.

A importância desse e de outros relatos acerca do viver e comer em Cuiabá, na segunda metade do século XX, consiste em referendar a nossa ideia de que esses espaços privados, especialmente a cozinha e o quintal, ganham significados variados, dependendo das práticas ali desenvolvidas. E tais práticas foram se modificando à medida que a cidade passou pelo processo

de modernização em curso a partir do governo Vargas e sua Marcha para o Oeste, que preconizava, como já dissemos anteriormente, "ocupar e desenvolver" as regiões Norte e Centro-Oeste.

Considerações Finais

A construção da cozinha cuiabana foi um processo lento e sem grandes modificações até a metade do século XX. A partir da segunda metade daquele século, é possível antever práticas de produção e consumo ainda geridas pelas próprias famílias, que cultivavam em seus quintais muitas das plantas e alimentos, bem como tinham criação de animais de pequeno porte, cuja função era abastecer ou complementar o sustento dos seus moradores.

Além disso, a cidade ainda apresentava práticas de um comércio que contava com o serviço de vendedores ambulantes: do leite ao pão, da carne ao peixe, tudo era oferecido em carriolas, carroças e charretes, que percorriam as ruas da cidade oferecendo seus produtos. Por outro lado, bolos e doces também eram vendidos por pessoas que equilibravam os tabuleiros nas cabeças, compondo, dessa maneira, um cenário urbano que remetia a fortes permanências, especialmente no aspecto gastronômico, com a manutenção de velhos hábitos alimentares.

Porém, esse cenário sofreu um processo de mudanças, inicialmente na parte física da cidade, que teve um surto de modernização tardia, graças à inserção de Mato Grosso no programa do governo federal, "A marcha para o Oeste". Incluída nesse contexto, Cuiabá viveu mudanças importantes, transformadoras do seu perfil arquitetônico, coincidindo com a modernização e maior normatização do comércio, bem como maior afluxo de pessoas estrangeiras ou de outras partes do Brasil. A pacata Cuiabá da segunda metade do século XX aos poucos passou a ter práticas comuns aos grandes centros. Essas mudanças, inicialmente sutis, aos poucos foram se tornando rotineiras, passando a compor uma combinação do velho e do novo, mesclando novos costumes aos já existentes, tanto na alimentação quanto a outros aspectos da vida material.

Consequência disso foi o surgimento de novos cardápios, com a introdução de outros ingredientes, utensílios e técnicas de preparo, pois era preciso eliminar antigos costumes para que a cidade aparentasse maior consonância com a "modernização".

Notas

[1] VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850-1888. São Paulo; Cuiabá-MT: Marco Zero; EdUFMT, 1993, p. 25.

[2] Ibidem, p. 27.

[3] Ibidem, p. 29.

[4] Segundo Volpato (Ibidem, p. 37-38), a vida da cidade caminha ainda seguindo o calendário litúrgico da Igreja católica, privilegiando suas celebrações e rituais. Essa contagem do tempo era integrada a uma outra fornecida pela natureza, onde os marcos eram as estações das águas, a estação da seca, o tempo das flores e das frutas nativas, o tempo de plantar, o tempo de colher.

[5] Ibidem, p. 30.

[6] Ibidem, p. 34.

[7] Ibidem, p. 198.

[8] Ibidem, p. 199.

[9] STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central*: expedição em 1884 para exploração do Rio Xingu. São Paulo: Companhia Nacional, 1942, p. 62.

[10] Ibidem, p. 66.

[11] Ibidem, p. 68.

[12] Ibidem, p. 76.

[13] Ibidem, p. 84.

[14] ALBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. Hamburgo: S. Cardoso Ayala e F. Simon, 1914, p. LXVI.

[15] Departamento de Imprensa e Propaganda, criado durante a Ditadura do Estado Novo, cujo objetivo era fazer propaganda do governo.

[16] VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. *A Marcha para Oeste*. A Epopéia da Expedição Roncador--Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 , p. 33-34.

[17] Os dados do IBGE apontam que o Brasil recebeu na primeira metade do século XX cerca de 5 milhões de imigrantes *sendo este contingente formado em cerca de 32% por italianos, 31% por portugueses, 14% por espanhóis e 4% por japoneses* https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seculoxx.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

[18] BRANDÃO, Gilbert Anderson. *Sírios e Libaneses em Cuiabá*: imigração, espacializações e sociabilidade. Dissertação (Mestrado em História), PPGHIS/UFMT, 2007. p. 113.

[19] BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Catedral e a Cidade*: Uma abordagem da Educação como Prática Social. Cuiabá, EdUFMT, 1997, p. 66.

[20] O edifício está localizado na praça Alencastro, com vista privilegiada para a prefeitura municipal de Cuiabá, igreja Matriz e antiga residência dos governadores. Foi inaugurado em 1969. Fonte: Diário de Cuiabá, edição nº 12740 de 20/06/2010. http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=373269. Consultado em 20 de fevereiro de 2018.

[21] BRANDÃO, Ludmila de Lima. Op. cit., p. 68.

[22] Iguaria preparada com o peixe Pintado, abundante no rio Cuiabá. É um cozido do peixe com mandioca, cebolas, tomates e cheiro verde.

[23] Também chamada de paçoca de carne seca, feita com carne salgada, refogada com temperos e, posteriormente, pilada com farinha de mandioca no pilão.

[24] GLISSANT, Édouard. Introdução a Uma Poética da Diversidade. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. 1ª. reimpressão. Juiz de Fora: Editora UFJF.

[25] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 16.

[26] Conceito histórico formulado pelo historiador francês para designar as mudanças que acontecem lentamente.

[27] *ALBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATTO-GROSSO*. Hamburgo: S. Cardoso Ayala e F. Simon. p. 317-318.

[28] DE LAMONICA FREIRE, Julio. Por uma poética popular da arquitetura. Cuiabá: EdUFMT, 1997. p.81.

[29] Entrevista de Sonia Palma via *skype* concedida em julho/2017.

[30] PALMA, Sonia. Educação Ambiental, Poética e Fenomenologia. Uma Cartografia do Imaginário nas sendas de Manoel de Barros. Gatehouse of Fleet, United Kingdom: The BaronyOf Fulwood Press, 2015. p.143.

[31] FREITAS, Moacyr. ...E o tempo passou. Cuiabá: [s.n.] 1995. p. 32.

[32] BARROS, Manoel. Gramática expositiva do chão (Poesia quase toda). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª ed.1990. p. 319.

[33] FREITAS, Moacyr. ...*E o tempo passou*. Cuiabá: [s.n.] 1995. p. 13.

[34] SILVA, Paula Pinto e. Feijão, farinha e carne seca: Um Tripé Culinário no Brasil Colonial. São Paulo. SENAC, 2005. p.47.

[35] Entrevista da senhora Juraci da Silva em maio/2017.

[36] FREITAS, Moacyr. Op. cit., p. 201.

[37] Em sua dissertação de mestrado, Vania Nadaf pesquisou as mudanças na prática do comércio em Cuiabá nessa transição para a modernidade.

[38] Encontramos a descrição do tabuleiro tanto no poema de Benedito Silva freire (epígrafe do capítulo), quanto no livro de Moacyr Freitas.

[39] FREITAS, Moacyr. ... E o tempo passou. Cuiabá [s.n] 1995 p.201.

[40] Ibidem, p.193-194;

[41] Antônia Conceição da Silva – entrevista concedida em novembro/2017.

[42] SILVA, Paula Pinto e. Feijão, farinha e carne seca: Um Tripé Culinário no Brasil Colonial. São Paulo. SENAC, 2005. p. 43.

[43] Antônia Conceição da Silva – entrevista concedida em novembro/2017.

[44] Ibidem, 2017.

[45] Ibidem.

[46] Ibidem.

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel. *Gramática expositiva do chão (Poesia quase toda)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1990.

BRANDÃO, Gilbert Anderson. *Sírios e Libaneses em Cuiabá*: imigração, espacializações e sociabilidade. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/UFMT, 2007.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Catedral e a Cidade*: Uma abordagem da Educação como Prática Social. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

DE LAMONICA FREIRE, Julio. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, Moacyr. ...*E o tempo passou*. Cuiabá: [s.n.] 1995.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma Poética da Diversidade*. Trad. Enilce do Carmo Albergaria Rocha. 1ª. reimpressão. Juiz de Fora: EdUFJF, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PALMA, Sonia. *Educação Ambiental, Poética e Fenomenologia*. Uma Cartografia do Imaginário nas sendas de Manoel de Barros. Gatehouse of Fleet, United Kingdom: The BaronyOf Fulwood Press, 2015.

SILVA, Paula Pinto e. *Feijão, farinha e carne seca*: Um Tripé Culinário no Brasil Colonial. São Paulo: SENAC, 2005.

STEINEN, Karl Von Den. *O Brasil Central*: expedição em 1884 para exploração do Rio Xingu. São Paulo: Companhia Nacional, 1942.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. *A Marcha para Oeste*. A Epopéia da Expedição Roncador--Xingú. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850-1888. São Paulo; Cuiabá: Marco Zero; EdUFMT, 1993.

Documentos eletrônicos

ALBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. Hamburgo, S. Cardoso Ayala e F. Simon. 1914
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seculoxx.pdf acesso em 20 de fevereiro de 2018.

DIÁRIO DE CULABÁ, edição nº 12740 de 20/06/2010. http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=373269 consultado em 20 de fevereiro de 2018dição.

O CUYABÁ ANTES DE CUIABÁ: TREZENTOS ANOS DO MISTÉRIO DE UMA OUTRA TRINDADE

Romyr Conde Garcia
Professor- Universidade do Estado de Mato Grosso -UNEMAT
Dr. em Ciências/USP/FFLCH
Romyrconde@gmail.com

RESUMO

Neste ano de 2019 comemora-se trezentos anos da cidade de Cuiabá, fundada com a invocação de Vila Real de São Juiz do Cuyabá, entende-se também, pela história oficial, que antes de se erguer no atual local, esse povoado passou por dois outros locais, São Gonçalo, na barra do rio Coxipó com o Cuiabá, e na Forquilha, no alto Coxipó. Para a história oficial, a carta de 1719 seria a "certidão" de nascimento de Cuiabá e por isso, se devemos comemorar nestes anos os trezentos anos desta cidade. Este artigo, baseado nas cartas de um minerador que viveu no Cuyabá entre 1720 a 1721, mostra uma visão diferente desta questão, a de que Cuiabá foi criada em 1722 e que existiram e coexistiram com a atual capital dois outros arraiais: Nossa |Senhora Penha de França e São Gonçalo Velho. Estes três povoados, pensados como um único núcleo urbano, formaria um novo mistério, uma outra trindade.

Palavras-Chave: Cuiabá. Fundação Trezentos anos. Invocação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

ABSTRACT

In 2019 it is going to be celebrated three hundred years Cuiabá existence, it was founded with the invocation of Vila Real de São Juiz do Cuiabá it is also understood, by the oficial History, before it had been built in the actual place, its people had been to two other places; São Gonçalo, between the Bay of Coxipó and Cuiabá river, and on the Forquilha, up on Coxipó. For the oficial History, if the 1719 letter was supposed to be the certificate of foundation of Cuiabá, we should celebrate the three hundred years existence Anniversary. This article, based on a miner's letter who lived in Cuyabá from 1720 to 1721, and it shows a different point of view of the issue that Cuyabá was founded in 1722 and that it existed and co-existed with the current Capital and two others villages: Nossa Senhora Penha de França e São Gonçalo Velho. These three thorps, thought as only one urban center would create a new mistery, a new trinity.

Keywords: Cuiabá. Foundation.Three hundred years. Invocation.

Introdução

A notícia da descoberta do ouro nos Sertões do Cuyabá, em abril de 1719, fez com que mais de mil aventureiros abandonassem vilas e arraiais da capitania de São Paulo e se dirigissem para o longínquo e inóspito sertão, que agora passava a ser chamado de Minas do Cuyabá. Entre os aventureiros, encontrava-se um minerador que não sabemos o nome, apenas que era natural de Itú, que passou um ano minerando no vale do Rio Coxipó, que residiu próximo do Arraial de São Gonçalo Velho e presenciou a fundação do arraial da Forquilha.

Esse minerador Ituano não foi muito feliz na sua aventura, voltou para sua terra com apenas meia arroba de ouro, aproximadamente sete quilos, que, para ele, não valia muito. Na época, para ser considerado afortunado, não poderia sair destas minas com menos de uma arroba. Na sua partida, vendeu todos os seus bens, suas datas, uma espingarda e um índio carijó, que foi adquirido pelo famoso Miguel Sutil.

Sabemos de tudo isso porque este minerador, ao chegar em Itu e não encontrando a sua família que se mudou para Sabará em Minas Gerais, escreveu uma carta contando com detalhes a sua infeliz aventura.

Esse documento, transcrito e publicado pelo Professor Paulo Pitaluga, nos apresenta detalhes inimagináveis sobre o início da colonização em Mato Grosso, como se minerava, em quais locais, quem viviam, quanto se gastava etc... mas o que nos interessa aqui é que o minerador de Itú voltou para sua terra antes da descoberta de ouro da Prainha e de se erguer o arraial de Bom Jesus do Cuyabá. Era como se ele tivesse conhecido o *Cuyabá* antes de Cuiabá.

O *Cuyabá* antes de Cuiabá

A divulgação do precioso documento setecentista "*Notícias dos arraiais de São Gonçalo, Forquilha e Minas do Cuyabá*" (PITALUGA, 2005), permite vislumbrar novos aspectos dos primeiros anos da história de Mato Grosso que até então estavam resumidos a alguns documentos oficiais ou nas crônicas de Barbosa de Sá.

Em carta escrita por um autor desconhecido, tem-se informações sobre a vida cotidiana de dois arraiais mineradores do nosso Estado, antes mesmo do surgimento do Arraial do Bom Jesus, hoje, cidade de Cuiabá.

Antes de aprofundamos nos meandros da história cuiabana, vou pedir licença para utilizar uma expressão antiga, para facilitar a compreensão entre o passado e os dias atuais. Estamos nos referindo à expressão "do *Cuyabá*", tal qual os antigos escreviam, e em itálico e com o adjunto "do", para diferenciar de Cuiabá, a atual capital do Estado.

Neste artigo que estamos apresentando, o *Cuyabá* designa uma região conhecida pelos bandeirantes desde a segunda metade do século XVII, aproximadamente, 1680, última etapa das penetrações setecentistas paulistas antes da descoberta de ouro em Minas Gerais (1793). Possivelmente, naquela época já devia ser conhecido com o nome de "*Sertões* do *Cuyabá*".

Voltando ao nosso autor desconhecido, na sua carta fica claro que, entre 1719 e 1722, ocorreram três grandes corridas do ouro nestes sertões (ou das Minas do *Cuyabá*): a primeira teve

início com a descoberta de ouro pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral, na barra do Coxipó com o rio Cuiabá, da qual formou-se o arraial velho de São Gonçalo, em 1719; a segunda ocorreu dois anos depois, quando o bandeirante Almeida Lara encontrou ouro no alto Coxipó, que, por sua vez, originou o Arraial da Forquilha (1721), com o nome de Arraial de Nossa Senhora da Penha de França; a e última grande corrida inicia-se em 1722, com a descoberta das lavras do Sutil, onde foi fundado o arraial de Bom Jesus do *Cuyabá*. O documento deixa claro também que, durante um breve tempo, dois arraiais coexistiram: o Arraial Velho de São Gonçalo e o Arraial da Forquilha, que o autor chamou de "formoso", pois situava numa ilha do Coxipó, entre os córregos do Queimado e do Mutuca.

Neste ponto temos uma questão muito interessante para resolver: apesar de cada corrida do ouro provocar um grande deslocamento de pessoas de um arraial para um novo achado, o antigo arraial não chega a se despovoar completamente, isso significa que, ao formarem o arraial do Bom Jesus, o arraial Velho e o da Forquilha provavelmente continuaram existindo por algum tempo (existem informações que, em 1732, o arraial Velho ainda existia). Isso contraria a história oficial que divulga a ideia de que a cidade de Cuiabá foi criada em 8 de abril de 1719, por Pascoal Moreira Cabral, na Barra do Coxipó e depois se transferiu para onde é hoje o centro velho de Cuiabá (Prainha e arredores). Desse modo, seguindo a mesma lógica da história oficial, o correto seria dizer que Cuiabá foi criada primeiramente na barra do Rio Coxipó (1719), depois transferiu-se para a Forquilha (1721) e, por fim, definitivamente se consolidou na Prainha (1722).

Contudo, se pessoas continuavam vivendo no arraial da Forquilha, mesmo depois da transferência da maior parte dos seus habitantes para o arraial do Bom Jesus, tal como ocorreu com o arraial Velho, então teríamos três arraiais coexistindo ao mesmo tempo numa mesma região. Isso pode significar que a cidade de Cuiabá não é tão velha como se propaga, nem nasceu na barra do Coxipó há exatamente trezentos anos, como agora se comemora.

Neste ponto fazemos um questionamento: Se os arraiais não deixaram de existir, pelo menos nos cinco primeiros anos da década de 1720, como Cuiabá pode ser a unidade urbana e demográfica da região, como defende a história oficial?

Parece que estamos diante de outro mistério da Santíssima Trindade. Cuiabá é três arraiais em um só. Deste modo, por dedução, o antigo *Cuyabá* seria ao mesmo tempo de Bom Jesus, São Gonçalo e Nossa Senhora da Penha de França. Como se fosse Pai, Filho e Espírito Santo, na mesma pessoa.

Nos assuntos da Igreja isso é fácil de responder: basta dizer que é milagre e pronto. Está tudo resolvido! Mas isso não se aplica à história.

Acreditamos que a resposta esteja no entendimento do que vem a ser Cuiabá.

Três arraiais uma história?

A história tradicional e oficial faz questão de mostrar Cuiabá mais como núcleo urbano (arraial, vila e cidade) do que como uma região.

Primeiramente, temos que entender *Cuyabá* como uma região. Os bandeirantes, no século XVII, já tinham registrado em seus mapas um sertão do *Cuyabá*. Posteriormente, com a descoberta

do ouro, passamos e a ter as Minas Novas do *Cuyabá*. A carta "*Notícias dos arraiais de São Gonçalo, Forquilha e Minas do Cuyabá*", do autor anônimo, mostra bem isso. Antes do surgimento do arraial do Bom Jesus, toda aquela região era vista e entendida por Minas do *Cuyabá*, como aconteceu com o "Goiases", "Gerais (Minas Gerais)" e "Mato Grosso".

Neste sentido, os arraiais poderiam ter sido chamados de arraial Velho de São Gonçalo do *Cuyabá*, e arraial de Nossa Senhora da Penha do *Cuyabá*. Porém, como foi o arraial de Bom Jesus que evocou o nome do sertão e das novas minas, tende-se a confundir a história da cidade com a história da região.

Essa confusão é fácil de entender, contudo, a história tradicional e oficial do Estado de Mato Grosso, por motivos políticos e culturais, faz questão de mostrar uma continuidade e unidade temporal que não correspondem com a realidade histórica: que a cidade sempre foi à região ou, se preferirem, a cidade tomou para si a representação da antiga região.

Para agravar, historiadores contemporâneos, apesar da postura crítica e das novas abordagens e teorias, continuam reproduzindo tal discurso do bicentenário. Isso merece um estudo a parte. Talvez, seja necessário estudar como os cursos de história trabalham a questão, pois, nos parece que o regionalismo se apresenta mais forte que as novas orientações teórico-metodológicas.

Uma maneira para não cairmos nessa armadilha da história é retomar a fala dos antigos povoadores da região. Ao invés de falarmos "de" Cuiabá ou "de" Mato Grosso, poderíamos utilizar "do" *Cuyabá* e "do" Mato Grosso. Para os antigos, Cuiabá não era uma região que surgiu a partir de um arraial, mas uma área bem mais ampla: um sertão, e posteriormente minas.

Existem quatro motivos para essa confusão: 1) Bom Jesus foi o primeiro arraial a evocar o nome "*do Cuyabá*"; 2) dos primeiros arraiais, foi o único que sobreviveu; 3) a partir dele, outras áreas foram povoadas e novos arraiais surgiram; 4) o discurso do Instituto Histórico de Mato Grosso que perpetuou a ideia de que a cidade Cuiabá surgiu na barra do Coxipó, no dia 8 de abril.

A famosa carta que supostamente fala da fundação de Cuiabá, oficializa apenas que a bandeira encontrou ouro no Sertão do *Cuyabá*, e não da fundação de um arraial com mesmo nome. Aliás, para confundir ainda mais os historiadores, a ata de fundação deixou registrado "arraial de Nossa Senhora Penha de França". Essa informação não encaixa direito nesta história, pois já era conhecimento dos bandeirantes que aquele local era conhecido como São Gonçalo nem a Forquilha.

Mas isso é outra questão, voltemos à fundação de Cuiabá. De acordo com as informações do manuscrito anônimo, a data que hoje é feriado municipal de Cuiabá, é, na verdade, uma data mais abrangente. Poderia ser até uma data estadual, pois representa a fixação dos primeiros colonos no atual Estado, e não a fundação de Cuiabá.

Tudo isso reforça ainda mais a necessidade de estudos mais precisos de história, pois basta encontrar um pequeno documento para cair por terra ideias que não fazem muito sentido e que só se sustentam pela a força da tradição que a fez perpetuar-se.

São Gonçalo ou Nossa Senhora da Penha de França?

Como afirmamos no início, a Carta de descoberta de ouro nos Sertões do Cuiabá, datada de 8 de abril de 1719, é tradicionalmente e oficialmente reconhecida como Ata de Fundação da Cidade de Cuiabá. Contudo, não comungamos da ideia de que esta carta trata da fundação de um arraial no Cuiabá, mas sim da descoberta de ouro. Não obstante, temos que nos render a letra do documento que informa que "nesse arraial de Nossa Senhora Penha de França lavrou-se a ata de descobrimento de ouro no Cuiabá" e que esse arraial situava-se na barra do Coxipó com o *Cuyabá*.

Essa informação é uma pedra no sapato dos pesquisadores que estudam a história colonial mato-grossense, pois teríamos no mesmo local (barra do Coxipó) duas invocações distintas: Nossa Senhora da Penha de França e São Gonçalo Velho. Por sua vez, teríamos a mesma invocação para dois lugares distintos: Nossa Senhora da Penha de França para a barra do Coxipó com o Cuiabá, e também com para o Coxipó acima, entre os córregos do Queimado e da Mutuca, também conhecido por arraial da Forquilha.

Paulo Pitaluga, ao resgatar e analisar o manuscrito anônimo, "*Notícias dos arraiais de São Gonçalo, Forquilha e Minas do Cuiabá*", bota mais lenha na fogueira na discussão daquele que viria a ser o primeiro povoado de Mato Grosso, visto que, tudo indica, segundo o minerador anônimo, que tal povoado pioneiro seria o arraial de São Gonçalo Velho e lá não existiria nenhuma capela ou culto a Nossa Senhora da Penha de França ou mesmo de Bom Jesus. Entretanto, sabemos que Pascoal Moreira Cabral fundou um arraial na barra do Cuiabá, com a invocação de Nossa Senhora da Penha de França e não de São Gonçalo.

Seguindo o raciocínio de Paulo Pitaluga, em 1719, Pascoal Moreira Cabral teria tido um confronto com os índios Coxiponés, no alto Coxipó, possivelmente entre os córregos do Queimado e do Mutuca, diante da resistência, o bandeirante resolveu descer o rio e acampar na barra do rio Cuiabá, no mesmo local onde Antônio Pires de Campos, dois anos antes, tinha destruído uma aldeia indígena e levantado um acampamento sob o nome de São Gonçalo Velho.

Essa povoação provisória, formada pela junção de três bandeiras, como consta na "Ata de Fundação de Cuiabá", recebeu a invocação de Nossa Senhora da Penha de França, porém parece que essa invocação não vingou. Não vingou porque, como afirma Paulo Pitaluga, aquela situação já era conhecida por São Gonçalo, desde o século XVII, e por São Gonçalo Velho, desde 1717. Talvez já tivesse algum santuário ou oratório móvel com a imagem de São Gonçalo servindo de capela provisória, isso impediria o arraial ficar conhecido como local reverenciado a Nossa Senhora da Penha de França.

Entendemos que o sítio ou rancho de São Gonçalo deveria ser muito conhecido pelos paulistas, uma espécie de pouso bem frequentado pelos bandeirantes no Sertão do *Cuiabá*. Essa seria a maior razão para o nome dado por Moreira Cabral não ter vingado. Talvez, a força e a proeminência do bandeirante Manoel de Campos Bicudo, o primeiro explorador a percorrer este sertão, superasse o nome e a influência de Pascoal Moreira Cabral. Como atesta o manuscrito anônimo, quem "mandava" naqueles primeiros anos no *Cuiabá* eram Antônio Pires de Campos (filho de Campos Bicudo) e os irmãos Lemes.

Contudo, para aumentar a confusão dos historiadores, em 1721, quando Antônio Pires de Campos funda o arraial da Forquilha, possivelmente num local muito próximo ao sítio onde Pascoal Moreira Cabral combateu os índios Coxiponés, escolheu o nome de Nossa Senhora da Penha de França. Por que essa escolha?

Não existem dados ou informações que expliquem a escolha, portanto, não poderemos fazer mais que especulações.

A primeira delas é que, por causa da "Ata de Fundação", para o governo da capitania de São Paulo e, portanto, para a Coroa, deveria existir um arraial com esse nome no *Cuiabá*. Antônio Pires de Campos estava em São Paulo, ou em algum lugar no caminho, quando a notícia da descoberta de ouro chegou aos ouvidos da população e por isso, ao fundar o seu arraial no Coxipó acima, resolveu chamá-lo por Nossa Senhora da Penha de França. Seja como uma homenagem à descoberta de Pascoal Moreira Cabral ou como uma forma de reparar o equívoco anterior.

Possivelmente, os padres que vieram na primeira monção (1720), que já sabiam da invocação do arraial de Pascoal Moreira Cabral, tenham trazido na bagagem uma pequena imagem de Nossa Senhora da Penha de França para que pudessem estabelecer o culto cristão naqueles sertões. Como indica o manuscrito anônimo, esses clérigos, com ajuda dos habitantes da Forquilha, ergueram uma capela com essa invocação na ilha onde se situava o arraial da Forquilha.

O fato desse Arraial também ser conhecido como "Forquilha" sugere que, talvez, esse nome possa ter sido escolhido por Antônio Pires de Campos, antes da sua invocação oficial.

Por último, para convencer os habitantes do São Gonçalo Velho de se transferirem para o seu novo povoado, o filho de Campos Bicudo tenha escolhido a mesma invocação de Pascoal Moreira Cabral como forma de mostrar a todos habitantes daquelas minas e para o próprio governo da capitania de São Paulo que existiria uma continuidade entre o primeiro e o segundo arraial.

Essa continuidade é o ponto chave para entender não só o discurso da história tradicional e oficial de Mato Grosso, como também a confusão que arrasta historiadores até aos nossos dias.

Não é segredo para ninguém de que a escolha da fênix como símbolo da Vila Real de Bom Jesus do *Cuiabá* pelos seus "homens bons" (1727), representes da história de crise, decadência e ruína dos arraiais mineradores. Na ave, estaria representada a história dos primeiros anos das Minas do *Cuiabá* e, principalmente, o medo que o povoado de Bom Jesus tenha o mesmo destino dos arraiais de São Gonçalo Velho e da Forquilha.

Nesse aspecto, faz sentido pensar que a atual cidade de Cuiabá tenha como fundação a barra do Coxipó. Porém, na nossa opinião, estaria na hora de encontrar outra data para comemorar a fundação de Cuiabá, uma data que simbolizasse a descoberta das lavras da Prainha por Miguel Sutil, ou quando ergueram a capela consagrada a Bom Jesus.

O caráter provisório dos arraiais mineradores

Para finalizar esse debate, já que envolve três arraiais distintos, precisamos entender como era a dinâmica dessas povoações e porque eram tão efêmeras.

Tanto no período colonial como em nossos dias, a atividade mineradora tem uma capacidade incrível de mobilização demográfica. As corridas do ouro permitem que, da noite para o dia, para cada garimpo de real pujança, um povoado minerador surja.

Nos tempos coloniais, a maior parte dos casos, a existência do povoado é apenas real, mas não legal. Legal é o garimpo, que só pode ser explorado com autorização régia, se bem que isso nunca fora empecilho para os mineradores iniciarem os seus trabalhos e retirarem ouro ilegalmente. Com a distribuição das datas, o garimpo está regularizado e com ele o conjunto demográfico formado por mineradores, ajudantes, escravos e índios, que pode ser chamado de *povoado*, *lugar* ou *arraial*.

Naquela época, o termo mais usado foi arraial e isso nos leva alguns problemas pois, no "Novo Dicionário da Língua Portuguesa" de Aurélio Buarque de Holanda, "arraial" pode ser:

> 1. Acampamento, 2. Lugar onde se juntam romeiros, onde a tendas provisórias, barracas de comestíveis, de jogos e diversões e ornamentado com música, etc... 3. povoação de caráter temporário, geralmente formada em função de certas atividades extrativas, como a lavra de minérios ou metais raros etc, 4. aldeola, e lugarejo. (HOLANDA, 1989, p. 136).

Considerando o caráter transitório, temporário e instável do termo arraial, todo acampamento bandeirante ou minerador pode ser chamado de "arraial", não importando se ele durou muito tempo ou não. Nesse caso, não estaria errado afirmar que o primeiro arraial de Mato Grosso não foi São Gonçalo Velho (barra do Coxipó com o Cuiabá), mas foi a paliçada erguida pelos bandeirantes no rio Mbotetei (Miranda), no século XVII, quando os paulistas devastaram as reduções do Tapes (1638-1650). Esse "arraial" bandeirante perdurou por algum tempo, talvez algumas décadas. Foi base de operações para os assaltos às missões do Paraguai, Santa Cruz de la Sierra e da viagem de chegou ao Pará (1638-1642. Por algum tempo, o arraial do Mbotetei foi um tormento para os índios, jesuítas e governantes espanhóis, a presença fixa de bandeirantes no centro do pantanal de Miranda serviu como uma barreira para os avanços de Castela e de penetrações de índios hostis, como Paiaguá e Guaicuru, que só tornaram uma ameaça aos paulistas a partir de 1725.

A descoberta de ouro em 1693 pode ter despovoado completamente esse arraial, contudo, parece que ele foi novamente ocupado depois da Guerra dos Emboabas (1709-1710), quando a atividade de caçar indígenas foi revitalizada. O manuscrito anônimo de 1722 registra a existência desse arraial, que na época era chamado de Arraial do Pascoal Moreira Cabral. Sua presença foi tão significativa para a região que, mesmo depois que a rota do Mbotetei foi abandonada, e com ele o arraial bandeirante, ele ainda aparecia em mapas espanhóis da segunda metade do século XVIII (Seção de Cartografia/BN).

Apesar do tempo que existiu, o arraial do Mbotetei não deixou muitos vestígios, nem sabemos seu nome, ou se teve alguma invocação, só sabemos pelo manuscrito anônimo que apenas ~~que~~ foi o arraial de Pascoal Moreira Cabral.

O arraial desconhecido do Mbotetei ajuda muito a entender a história dos arraiais mineradores de Mato Grosso, pois o caráter predominante desses arraiais não é a sua duração, mas sim a sua instabilidade, sua transitoriedade.

Assim como em outras regiões mineradoras, muitos foram os garimpos de Mato Grosso que não chegaram a formar arraiais mais estáveis, posso citar alguns, como Baú, Lavras do Médico, Mutuca, São Francisco Xavier do Paraguai, Lavras de Santana do Paraguai, Corumbiara, Guarajus, Lavra do Sapateiro. Do mesmo modo, outros tantos arraiais que conseguiram passar da fase de mero acampamento de mineradores, desapareceram depois de alguns anos ou décadas: Santana, Pilar, São Francisco Xavier, Ouro Fino, Santa Bárbara, Lavrinhas, São Vicente Ferreira, Coxipó-Mirim e o próprio Arraial Velho de Nossa Senhora da Penha de França.

Dos antigos arraiais coloniais que surgiram de garimpos, apenas Cuiabá, Diamantino, Poconé e Nossa Senhora do Livramento sobreviveram à crise da mineração do início do século XIX, e hoje são municípios estáveis.

É interessante observar que a história tradicional não se interessou muitos por esses arraiais extintos. A princípio, a falta de dados impede qualquer abordagem histórica, independentemente da corrente teórica. Porém, esses arraiais revelam um lado que a história tradicional não gosta de tocar. Esses povoados pequenos, instáveis e de pouca duração, mesmo sendo a regra e não exceções na dinâmica mineradora, simbolizam o fracasso, a derrota, aquilo que não deu certo.

Para os historiadores interessados em enaltecer um passado glorioso, esses arraiais não simbolizam o que vem a ser Mato Grosso. E por isso se apegam à história dos povoados que vingaram, principalmente Cuiabá.

Mas, gostaríamos de alertar que Cuiabá surgiu como um arraial minerador e por isso, seus primeiros habitantes estavam mais interessados em enriquecer do que criar raízes. Não passava nas cabeças daqueles pioneiros erguer um povoado permanente, muito menos ajudar a criar uma capitania.

Com certeza, a combinação de vários fatores venha explicar porque Cuiabá tornou-se o primeiro arraial estável, Vila, Cabeça de Comarca e finalmente, capital de Mato Grosso. Entre 1722 e 1728, o filão de ouro do Cuiabá era grande o suficiente para deslocar a maior parte da população da Forquilha. Do mesmo modo, o povoado serviu de base para novos achados, todos eles relativamente próximos do novo arraial. A riqueza e estabilidade do ouro também permitiram a construção de templos religiosos e prédios públicos. A partir daí, praticamente estava garantida a sua sobrevivência, pelo menos por uma década ou duas, até porque era o único núcleo demográfico existente naquele inóspito sertão.

Esses mesmos fatores devem ter sido determinantes para que alguns arraiais mineradores tenham sobrevivido por mais de meio século, como Nossa Senhora Penha de França (Forquilha), São Gonçalo Velho, Lavrinhas, São Francisco Xavier, São Vicente, os três últimos no distrito de Mato Grosso, entretanto, não foi o bastante para se elevarem a vilas e chegarem aos nossos dias como municípios.

Além desses fatores, Cuiabá durou mais que outros arraiais porque se tornou uma praça mercantil responsável pelo abastecimento de áreas mineradoras ainda mais distantes, como Guaporé e Alto Paraguai. Se novos achados tivessem sido descobertos em áreas entre Cuiabá e São Paulo, por exemplo, certamente a existência de Cuiabá estaria ameaçada, pois seria ponto final das mercadorias e não uma praça mercantil, centro de abastecimento e, consequentemente, polo administrativo.

Atribuir o sucesso de Cuiabá à força e vontade do povo que lutou e se fixou naquela cidade nos leva a cometer um equívoco histórico e uma injustiça. Equívoco, porque muito da pujança e estabilidade daquela vila se deve também a colonizadores que não ficaram muito tempo por lá, como o autor do manuscrito anônimo ou o próprio Miguel Sutil. Injustiça, porque leva a pensar que os demais arraiais mineradores desapareceram porque o seu povo não teve fibra e força para manter seu povoado. Certamente, naqueles locais, também houve atos de heroísmo e de virtude, tão exaltados pela história tradicional, mas que não deixaram registros para ficar na história. É por isso que o arraial do Mbotetei sumiu sem sequer ter deixado registrado o seu verdadeiro nome.

Conclusão

Procuramos mostrar que no ano de 1722, quando se ergueu o arraial do Bom Jesus do *Cuiabá*, existiam dois outros arraiais na mesma região, e, pela percepção espacial colonial, muito próximos, tanto que nos dias atuais todos estes povoados encontram-se dentro dos limites urbanos da cidade de Cuiabá.

Pela tradição portuguesa, é costume uma cidade ter o mesmo nome do seu santo padroeiro, como se dá em São Paulo e tantas outras cidades brasileiras, é o que chamamos de invocação. E essa invocação é mais importante que a própria localização do povoado. Os colonos até podiam trocar o local da fundação de uma vila ou arraial, como ocorreu no Rio de Janeiro ou em Nossa Senhora do Livramento (MT), mas eles não trocariam o santo da sua invocação. No caso dos primórdios do Cuyabá, temos três arraiais e três invocações: São Gonçalo, Nossa Senhora da Penha de França e Bom Jesus do *Cuyabá*.

A história oficial entende que a cidade de Cuiabá passou de uma localidade a outra até chegar ao atual espaço do seu centro urbano, mas recusa a afirmar que para cada local existia uma invocação distinta. Se recusa, pois, sabe que eram locais distintos, cada qual com o seu santo de devoção.

Entendemos perfeitamente que a colonização de Cuiabá se iniciou em 1719 na barra do Rio Coxipó, e por isso cabe às comemorações de trezentos anos, mas não se trata do mesmo núcleo colonial que hoje é a capital do Estado. Trata-se do arraial de São Gonçalo Velho, cuja ocupação remonta ao século XVII. O mesmo pode se afirmar do arraial da Forquilha, antigo povoado de Nossa senhora da Penha de França. Os antigos, como o minerador anônimo, Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil sabiam disso, mas o discurso histórico construiu um outra narrativa, tornando mais antigo o arraial de Bom Jesus que não existia há trezentos anos atrás.

Reconhecer isso não altera as comemorações, nem mesmo a importância desta data para a história do estado de Mato Grosso, mas certamente mostra a quanto nebulosa a nossa história se tornou. Principalmente no tocante ao nosso entendimento do que vem a ser a nossa região. Com certeza, a ideia de Cuiabá apagou o que um dia veio a ser *Cuyabá*.

Referências

ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do Mercado Interno em Mato Grosso.* São Paulo: EdPUC, 1987.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à Pecuária*. São Paulo: Scortecci, 2001.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

D'ALINCOURT. Luís. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: EDUSP: 1980.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso*: Crise e estagnação do projeto colonial. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IHMT, *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso.* Ano 1, Tomo II, Cuiabá: 9 de Dezembro de 1919, Edição fax Simili.

JANCSÓ, István (Coord.), *Cronologia de História do Brasil Colonial (1500-1831)*. São Paulo: EDUSP: 1994.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Vilas e Fronteiras Coloniais*. Cuiabá: IHMT, 1980.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT/PROEDI, 1982.

ROSA, João Henrique - *Entre alagados e penhascos*: o ouro da liberdade nas resistências quilombolas do século XVIII na capitania de Mato Grosso - região mineradora Guaporeana. Dissertação. São Paulo: MAE/USP, 2008.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Crítico de um documento colonial anônimo: notícia do Arraial de São Gonçalo Velho, Forquilha e Minas do Cuiabá*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005

_____. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Imprensa Oficial, 1993.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci, *Cativos do Sertão*: Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá (1850/1888). São Paulo: Marco Zero, 1993.

_____. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

CUIABÁ E SEUS CÓRREGOS: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE PERCURSOS SOCIOAMBIENTAIS

Gabrielly Cristhiane Oliveira e Silva
Engenheira Sanitarista pela UFMT
Doutora em Engenharia Civil com ênfase em Recursos Hídricos e Meio Ambiente pela COPPE/UFRJ
gab.c.o.silva@gmail.com

Glauce Viana de Souza Torres
Licenciada em Ciências Biológicas. Especialista em Ciências Naturais-Universitédu Québec à Montréal (UQÀM) - Canadá
Doutora em Educação Ciências e Matemática pelo Programa REAMEC/UFMT
Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso
glauce.ufmt@gmail.com

RESUMO

O artigo promove uma reflexão histórica e socioambiental acerca da capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, a partir dos seus córregos, dando centralidade ao planejamento de ações perdidas ao longo dos seus 300 anos de urbanização e das possibilidades de reordenamento dos cursos d'água e educação ambiental frente ao processo de urbanização ocorrido. A pesquisa apresentada aborda sobre os limites que o ambiente natural impõe, alinhados às necessidades sociais, com vistas à valorização e uso da rede hídrica como agentes ordenadores do planejamento urbano sustentável. Defendemos que, para se desenvolver um trabalho adequado de zoneamento municipal, se faz necessária a incorporação de premissas que levem em consideração a importância ambiental da região, as fragilidades e limitações dos ecossistemas, para que se possam estabelecer as restrições e alternativas de uso do território, avaliando inclusive, em alguns casos, a indicação de relocação das atividades incompatíveis. São apresentados teóricos que fundamentam a pesquisa acerca de um novo reordenamento dos cursos d'água de Cuiabá, com protagonismo da comunidade escolar, tendo as instituições escolares como incubadoras de ações educativas sustentáveis, considerando os eixos: currículo, gestão e espaço. Finalizamos apresentando um estudo de viabilidade com mapeamento dos córregos da capital dando centralidade nas possibilidades de tomada de decisões que apontam as restrições e alternativas de uso do território com envolvimento da comunidade escolar e especialistas da área na proposição e acompanhamento de mudanças concretas em diferentes realidades sociais, a partir de percursos socioambientais.

Palavras-Chave: Cuiabá. Córregos. ZUA. Educação ambiental.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

ABSTRACT

The article promotes a historical and social-environmental reflection about the capital of the state of Mato Grosso, Cuiabá, from its streams, giving centrality to the planning of actions lost during its 300 years of urbanization and the possibilities of reordering the water courses and environmental education in the face of the urbanization process that took place. The present research deals with the limits imposed by the natural environment, aligned with social needs, with a view to the valorization and use of the water network as the agents responsible for sustainable urban planning. We advocate that in order to develop adequate municipal zoning work, it is necessary to incorporate premises that take into account the environmental importance of the region, the fragilities and limitations of ecosystems, so that the restrictions and alternatives of land use can be established, including evaluating, in some cases, the indication of relocation of incompatible activities. Theoretical presentations that support the research on a new reordering of the Cuiabá watercourses, with a focus on the school community, are presented as educational incubators, taking into account the curriculum, management and space. We conclude by presenting a feasibility study with mapping of the capital's streams, giving centrality to the decision-making possibilities that point out the restrictions and alternatives of land use with the involvement of the school community and experts in the area in proposing and monitoring concrete changes in different social realities , from socio-environmental routes.

Keywords: Cuiabá. Streams. ZUA. Environmental education.

Introdução

Abrindo diálogos sobre a rede hídrica de Cuiabá

A capital do estado de Mato Grosso (MT), Cuiabá, é dotada de uma farta rede hídrica – formada pelos rios Cuiabá e Coxipó, os córregos afluentes a estes, além da vasta quantidade de nascentes – rede esta que tem a função de interconectar as diferentes regiões da cidade. Porém, quando da urbanização, processo este bastante acelerado entre os anos 1970 e 1990, tais corpos d'água e nascentes não foram, e até hoje não vêm sendo respeitados. Infelizmente, ainda evidenciamos ações de poluição das águas por efluentes líquidos e resíduos sólidos, aterramento de nascentes, supressão da vegetação marginal, ocupações nas áreas de preservação permanente, canalizações e outras obras de engenharia impactantes à rede hídrica da capital.

No contraponto desta situação que afeta a cidade de Cuiabá, defendemos que uma cidade se constrói a partir da alteração dos ambientes naturais, onde é promovida a adequações ambientais para a urbanização, a partir da conservação por meio do manejo e recuperação de áreas, garantindo a sustentabilidade do recurso para esta e outras gerações.

Desta maneira, refletimos acerca de uma cidade que pode tornar-se mais sustentável no seu processo de urbanização, a partir de políticas de planejamento hídrico que respeitem os limites do ambiente natural frente ao estudo de impacto das necessidades sociais. Buscamos reflexões na história do tempo em que as águas nas áreas urbanas das cidades de todo mundo foram encaradas como mais uma fonte de problemas, embora existam correntes bastante recentes de pensar e planejar o desenvolvimento das cidades por meio da vertente socioambiental, preponderante e ordenadora do processo de urbanização.

Assim, apresentamos a seguir um levantamento histórico e geográfico da cidade de Cuiabá, em MT, sobretudo a inter-relação da cidade com seus córregos, com vistas ao planejamento hídrico sustentável.

Breve Histórico da Cidade de Cuiabá e seus Cursos d'água

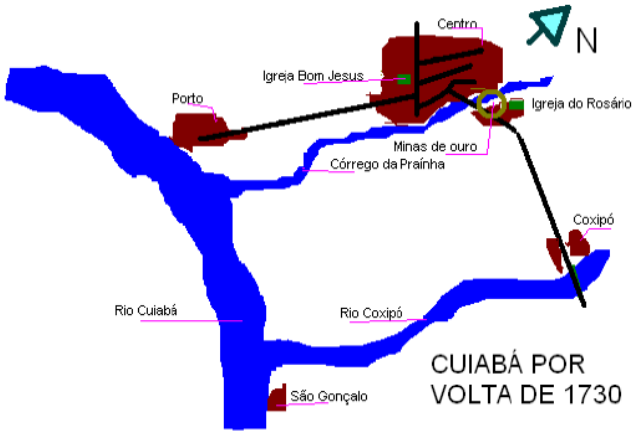
A cidade de Cuiabá está às vésperas de completar seus 300 anos de fundação. Está localizada no Centro Geodésico da América do Sul e foi uma cidade escolhida para ser capital bastante interiorana, sob o ponto de vista geográfico do país, devido à estratégia militar para sua manutenção como capital durante a Guerra do Paraguai.

Os bandeirantes paulistas adentravam o interior do Brasil com propósitos bem definidos – aprisionar índios e buscar riquezas – e o Brasil só possui o tamanho continental atual em função de vilas estratégicas fundadas e mantidas por eles. Este é ocaso de Cuiabá. Conforme Delson (1997), para Portugal, os núcleos urbanos deveriam estar localizados próximos a riquezas minerais e, de preferência, possuir localização estratégica que facilitasse a extração das riquezas.

Assim, em 1719 Cuiabá foi fundada pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral, que descobriu algumas lavras de ouro às margens do rio Coxipó. Algum tempo depois, Miguel Sutil descobriu outras e maiores lavras de ouro às margens do córrego da Prainha, consolidando, assim, a *Vila*

Portuguesa do Bom Jesus de Cuiabá, esta que era a única aglomeração urbana de toda a região Oeste do Brasil, como visto na Figura 01.

Figura 01: Esboço de Cuiabá em seus primeiros anos de fundação



Fonte: Garcia, 2010

A população local se mostrou instável ao longo dos 100 primeiros anos de fundação: em 1724, já se contava com 3.000 habitantes, e em 1737 eram 35.000 pessoas, porém, as adversidades locais, tais como doenças, combates com indígenas, dificuldade de acesso e o rigor da administração portuguesa com relação ao ouro, fizeram com que, em 1791, a população retraísse para cerca de 15.000 habitantes. Nesse período, o Porto da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá era o único contato com o restante do Brasil, local por onde chegavam pessoas e mantimentos, e era escoada a produção de ouro (CUIABÁ, 2004).

Em meados do século XIX, Cuiabá foi elevada a capital da província de Mato Grosso, o que influenciou na configuração urbanística, com a construção de edifícios públicos e em novo crescimento da população.

Entre as décadas de 30 e 50, com a chamada "Marcha para o Oeste", proposta pelo governo Vargas, novamente a cidade experimentou um leve crescimento populacional, porém este não se consolidou, em função das dificuldades encontradas pelos migrantes. Havia, por parte dos que ali chegavam, desilusão, especialmente ao verem que as promessas de enriquecimento fácil, cediam lugar às dificuldades de toda espécie. Esta situação começou a mudar por intervenções governamentais, onde foram abertas as primeiras amplas avenidas da cidade, para permitir o crescimento urbano no sentido oeste e leste (CUIABÁ, 2004).

A partir da segunda metade do século XX, com a construção da cidade de Brasília e das rodovias ligando a nova capital do país às cidades da região Norte, estas que passam por Cuiabá, a cidade assumiu uma especial importância no contexto da urbanização do oeste e norte do Brasil.

Conforme dados registrados sobre crescimento populacional da capital do estado, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), ocorreu, na década de 60, significativo crescimento. A cidade tinha cerca de 58.000 habitantes, e durante a década de 70 esse número se elevou, de 83.000, para 127.000 pessoas, em apenas 5 anos. Estas evidências denotam várias transformações ocorridas rumo ao desenvolvimento, e de sua consolidação enquanto cidade geradora de apoio ao desenvolvimento da nova fronteira econômica do país.

Para Steinberger & Ferreira (2003), esse crescimento populacional explosivo nesta época se deveu à euforia do chamado "milagre econômico brasileiro", e ao programa de ocupação das fronteiras agrícolas do interior do país, dando origem à implantação de um modelo econômico, sem os devidos cuidados ambientais e para com o patrimônio históricos, fato ainda recorrente no estado de Mato Grosso.

Esses intensos movimentos migratórios fizeram o crescimento urbano em Cuiabá explodir incontrolavelmente durante a década de 70, uma vez que a cidade era a porta para o "Mundo Novo" a ser explorado, aumentando, de maneira alarmante, a demanda por moradia, infraestrutura e serviços públicos, ocasionando uma urbanização em periferia desordenada e prejudicial à população e ao ambiente natural.

O adensamento da região central da cidade a tornou impraticável do ponto de vista do tráfego e prestação de serviços públicos governamentais; assim, no final da década de 1970, novos eixos de crescimento foram oferecidos à cidade. Ao Norte da mancha urbana, foi reservada uma extensa área desocupada, a cerca de 10 km do centro, para onde foram transferidas as instalações governamentais estaduais e federais, o chamado CPA, Centro Político Administrativo, e, juntamente a este, uma grande avenida, denominada Historiador Rubens de Mendonça, ou popularmente chamada de Av. do CPA. Esta via pública foi aberta para ligação do centro à região administrativa, além do surgimento de conjuntos habitacionais de classe média, construídos para atender os trabalhadores e a população em geral que desejasse migrar para área. Tivemos ainda na, década de 70, a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso, na região sudeste de Cuiabá, parcamente habitada, o que trouxe consigo a pavimentação da Avenida Fernando Corrêa da Costa, impulsionando grandemente a ocupação da região conhecida como Coxipó (FREIRE, 1997).

Aliado à urbanização da cidade de Cuiabá, tem-se a urbanização associada aos cursos d'água que cortam a cidade – estes em número total de cerca de 30 córregos, além dos rios Coxipó e Cuiabá, que abordaremos a seguir.

Cursos d'água que cortam a cidade: percursos da urbanização

A evolução urbana no município de Cuiabá se desenvolveu às margens do rio Cuiabá, com o crescimento ao longo do Córrego da Prainha, que hoje se encontra com seu leito canalizado em 75% de sua extensão (CUIABÁ, 2008). A ocupação urbana até o século XIX era limitada pelos córregos que se encontravam próximos deste, dentre eles: o Mané Pinto, Engole Cobra e Gambá, possuindo ainda como limite o Ribeirão do Lipa. A urbanização nas margens do rio Cuiabá ocorreu nos séculos XVIII e XIX, sendo que a primeira delimitação do perímetro urbano foi reconhecida legalmente no Ato n° 176, de 25/07/1938 (CUIABÁ, 2008).

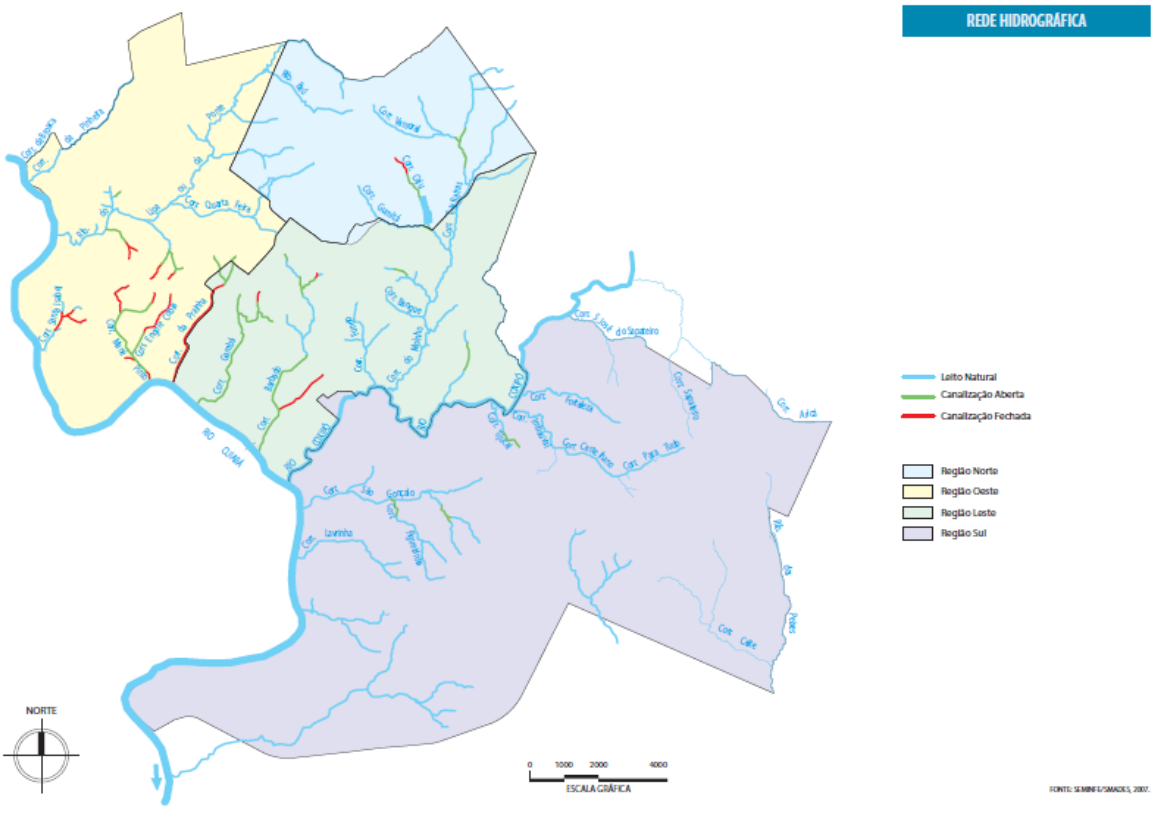
Conforme apresentado no estudo realizado por Menezes Filho e Amaral (2014), já no século XX, no período de 1901 a 1960, ocorreu a ocupação nas margens dos córregos Gambá, Quarta-Feira, Barbado, Fundo, São Gonçalo, Figueirinha, Imbauval e do rio Coxipó. Dessa forma, a cidade se urbanizava e a população que ocupava as áreas marginais aos cursos d'água continuava a crescer no sentido jusante-montante, como Tucci (2007) aponta, ao descrever a tendência do processo de urbanização em bacias hidrográficas.

No estudo supracitado, foi percebido que no período compreendido entre 1961 e 1990 ocorreu a maior ocupação urbana do município, atingindo diferentes pontos da capital, sempre nos fundos de vale dos córregos já povoados e em alguns outros: Santa Isabel, Moinho, Bangue, Gumitá, Caju, Vassoural, Três Barras, Tijucal, Para Tudo, Fortaleza, São José do Sapateiro, Aricá, Lavrinha, Caité e os Ribeirões dos Peixes e o Baú, além de um maior número de pessoas habitando a extensão do rio Coxipó.

Em 1979, devido à alta taxa de urbanização, realizou-se a cobertura do córrego da Prainha, que já se encontrava canalizado desde 1962 (CUIABÁ, 2009). As justificativas dadas para esta ação compreenderam os seguintes fatos: o curso d'água ter se transformado em esgoto a céu aberto, a necessidade de viabilizar a implantação de uma via, a implantação dos interceptores de esgotos, a facilidade da manutenção do córrego e o aumento da velocidade de escoamento.

Tais córregos podem ser geograficamente espacializados conforme a planta que detalha a rede hidrográfica de Cuiabá, apresentada na Figura 02, além das imagens ilustrativas de alguns desses cursos d'água apresentadas a seguir.

Figura 02: Rede hidrográfica da área urbana de Cuiabá



Fonte: Cuiabá, 2009

Figura 03a: Córrego Gambá (bairro Areão)



03b: Córrego Gumitá (bairro Centro América)



Fontes: 03a: http://www.folhamax.com/cidades/desmoronamentos-ameacam-corrego-em-cuiaba/119899

03b: Foto Acadêmica Joanirdes Freitas

Figura 04a: Córrego Barbado (próximo ao Shopping 03 Américas)



04b: Córrego Mané Pinto em evento de cheia (próximo ao Residencial 08 de Abril)



Fontes: 04a: Foto do Autor; 04b: http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=359959&noticia

Em uma análise acerca da situação dos córregos de Cuiabá, pode ser percebido que, de fato, a concepção higienista prevaleceu desde a época da canalização do Córrego Prainha, e ainda hoje tal situação não mudou muito, pois foram promovidas muitas alterações nos demais córregos a partir da sua retificação, canalização e entubamento – a fim de implantar as soluções estruturais para a capital – sendo os cursos d'água, muitas vezes, encarados como um empecilho ao desenvolvimento urbano. Cabe ressaltar ainda a existência, no Brasil, do sistema misto ou combinado para coleta do esgoto doméstico e das águas pluviais desaguando nos córregos urbanos (mesmo que a recomendação legal para tanto não exista), fato que pode ser observado praticamente na totalidade dos córregos urbanos de Cuiabá.

Cuiabá e as possibilidades do Zoneamento Urbano Ambiental (ZUA)

Nessa busca por novos caminhos para percorrer a estrada da urbanização com vistas à melhoria na situação atual, o que se vem buscando cada vez mais é compreender e respeitar o ambiente, visto que, ao promover as alterações do ambiente natural para urbanizá-lo, devem ser vistas, compreendidas e respeitadas as limitações impostas pela natureza. Pois, dessa forma, é possível

um crescimento urbano harmônico com a natureza, pautado pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

Atualmente, a política urbana não pode se abster da questão ambiental, uma vez que nas cidades são percebidos diversos problemas relativos ao meio ambiente, tais como: poluição do ar e das águas, poluição sonora e visual, resíduos sólidos, cheias, diminuição de áreas verdes, entre outros. A possibilidade de incorporar os conceitos de sustentabilidade ambiental e desenvolvimento sustentável ao processo de repensar o planejamento do crescimento da cidade abre um diversificado conjunto de oportunidades passíveis de serem exploradas, visando mitigar a atual situação dos centros urbanos.

Assim, o planejamento municipal deve ser pautado no reconhecimento da inter-relação entre as características físicas, sociais, ambientais, históricas, econômicas, políticas e legais que ocorrem no ambiente urbano. Para Miguez e Magalhães (2017), deve ser destacada a importância da busca entre o equilíbrio das limitações impostas pelo ambiente natural e pelas necessidades demandadas pela sociedade, necessidades estas materializadas no desenho urbano das cidades.

Para encontrar esse ponto de equilíbrio, o processo de planejamento urbano deve partir de uma avaliação que enfoque as características do ambiente natural e do ambiente construído, reconhecendo suas particularidades e, principalmente, interpretando as interações existentes entre eles.

Além disso, é importante salientar que, através do planejamento e controle dos usos e atividades no solo do município, podem ser evitados danos significativos à qualidade de vida da população residente. Assim, o planejamento urbano torna-se uma ferramenta essencial na garantia de um meio ambiente urbano ecologicamente equilibrado.

Tipologia de reinserção do córrego na paisagem urbana

São diversas as tipologias de ações que podem ser desenvolvidas no escopo do planejamento urbano, uma destas ferramentas é o chamado *Zoneamento Urbano*. Em uma livre interpretação, o zoneamento consiste em dividir o território municipal em frações, nas quais são autorizados determinados usos, e outras frações onde é impedido o uso em função de restrições. Quando se constitui o chamado zoneamento ambiental, o controle dos usos e da ocupação do território possui embasamento no reconhecimento das fragilidades ambientais, na preservação da qualidade dos recursos ambientais e na busca do bem-estar da população para atingir o desenvolvimento socioambiental das cidades.

Neste sentido, defendemos que, para se desenvolver um trabalho adequado de zoneamento municipal, se faz necessária a incorporação de premissas que levem em consideração a importância ambiental da região, as fragilidades e limitações dos ecossistemas, para que se possam estabelecer as restrições e alternativas de exploração de uso do território, sendo necessária e possível, em alguns casos, a indicação de relocação das atividades incompatíveis. O zoneamento deve respeitar o disposto na legislação ambiental, uma vez que vincula todas as atividades a serem exercidas na região de sua incidência à ela, o que implica na impossibilidade da execução de atividades contrárias ao legalmente previsto.

No estudo realizado por Silva (2017), é proposta a execução do chamado Zoneamento Urbano-Ambiental, onde se agregam ao Zoneamento urbano usual as proposições inerentes ao Zoneamento Ambiental, a fim de garantir que esta nova proposta de zoneamento ganhe características mais fortes de adequação e proteção ao meio ambiente. Podem ser destacadas algumas aplicações para o Zoneamento Urbano-Ambiental, tais como:

• Identificação das aptidões para diferentes atividades nas áreas caracterizadas;

• Planejamento do uso e ocupação múltiplos nos espaços urbanos;

• Promover adequações socioeconômicas e ambientais na área em estudo;

• Identificação e seleção de áreas para conservação ambiental com base na sua elevada vulnerabilidade urbana.

O zoneamento municipal ambientalmente embasado pode ser considerado como um valioso instrumento na prevenção de danos decorrentes de desastres socionaturais, tais como inundações, deslizamentos de encostas e outros decorrentes do uso do solo urbano, sendo esta uma forte razão para que, do ponto de vista técnico, não haja dúvidas quanto à necessidade de a política de planejamento urbano ser contemplada pelas análises ambientais, em vista dos perceptíveis benefícios dela advindos.

Também, com o uso do Zoneamento Urbano Ambiental associado ao Plano Diretor, o município consegue detectar mais facilmente as áreas a serem preservadas, diante da necessidade de expansão urbana, das áreas a serem recuperadas, das unidades de conservação e outras áreas de interesse ambiental, tais como a área de preservação permanente marginal aos córregos urbanos. Tal medida tem potencial para evitar (pelo menos) os gastos econômicos advindos da recuperação de áreas degradadas, em virtude da expansão urbana inadequada, sobre áreas ambientalmente vulneráveis.

Utilizando a micro bacia do córrego Barbado, na cidade de Cuiabá, para exemplificar os conceitos de utilização da rede hídrica urbana como re-ordenadora do planejamento e urbanização das cidades, Silva (2017) apresenta algumas propostas, como a alteração de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são ocupadas por famílias de baixa renda, muitas vezes em situações de risco hidrológico em áreas marginais aos córregos urbanos para Zonas de Interesse Ambiental – com foco no aumento da segurança da população, a partir da não ocupação dessas áreas de risco; além da criação da chamada Zona de Passagem da Inundação (ZPI), que tem o intuito de assegurar a proteção das áreas marginais aos cursos d'água, não permitindo a sua ocupação, já que vem a incorrer em riscos para essas edificações e seus habitantes, quando em eventos de cheias. A proposta de delimitação das ZPIs é embasada na faixa de APP marginal ao curso d'água, prevista pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012), e segue a mesma recomendação em largura, sendo esta de 30 m para os cursos d'água de até 10 m de largura, como ocorre com a maioria dos córregos inseridos nas áreas urbanas.

Neste caso de estudo apresentado por Silva (2017), o córrego urbano e suas áreas marginais serão preservados e serão utilizados como re-ordenadores da paisagem urbana na região, além disso, novas áreas de interesse ambiental serão alocadas na paisagem urbana, quando, com o intuito de promover uma interligação entre essas áreas, foi projetado o chamado "Corredor Verde".

Este Caminho Verde busca articular o projeto de engenharia (as canalizações para o controle hidráulico do córrego do Barbado) ao projeto urbano e o projeto da paisagem, com vistas à requalificação, tanto do ambiente quanto do próprio curso d'água. Como na área de estudo já existem alguns parques e suas respectivas zonas de amortecimento (ou zona de transição), como pode ser visto na planta de Zoneamento Urbano de Cuiabá (um exemplo é o parque Massairo Okamura, onde se situam algumas das nascentes do córrego Barbado) e, com as novas Zonas de Interesse Ambiental (propostas a partir da conversão das ZEIS) e Zonas de Passagem da Inundação que foram propostas, busca-se conectar a cidade com as áreas de preservação ambiental, funcionando como uma porta de entrada para o verde dentro da área urbana.

Ainda se propõe a criação de um Parque de Zona Úmida na região da foz do córrego Barbado, este parque poderia abarcar uma área ambientalmente interessante, pois, além da própria foz do Barbado, tem-se a área de proteção permanente dos rios Cuiabá e Coxipó. Tal *Caminho Verde* é apresentado na Figura 05.

Após a implantação deste Corredor Verde, além da inserção maior do rio na paisagem urbana, ainda se controla mais eficazmente os riscos advindos da ocupação das margens, diminuindo a descarga de resíduos diretamente na calha do curso de água, além da possibilidade de abertura de novas áreas de lazer (LOURENÇO, 2013; MIGUEZ, VERÓL & REZENDE, 2016).

Figura 05: Proposta de execução de um *Caminho Verde* na micro bacia do córrego Barbado



Fonte: Silva, 2017

Além das sugestões já apresentadas, outra tipologia de reinserção do córrego na paisagem urbana, além da valorização do mesmo e promoção do seu uso como agente ordenador da urbanização, são os parques lineares, estes que se constituem em uma intervenção urbanística associada geralmente aos cursos d'água – são obras estruturadoras de programas ambientais dentro das áreas urbanas – sendo utilizadas como uma importante ferramenta de planejamento urbano.

Atualmente, tais parques vêm sendo implementados nas áreas urbanas como projetos de requalificação ambiental, tanto do próprio curso d'água quanto de sua área marginal, a fim de promover a melhoria da qualidade do ambiente como um todo e servir como uma área de promoção de educação ambiental e lazer comunitário.

Um dos mais bem-sucedidos exemplos mundiais da implementação de um parque linear é o caso do córrego Cheonggyecheon, na Coréia do Sul, o qual, hoje, se encontra totalmente despoluído, mostrando que por meio de interesse de líderes políticos associados ao bom emprego das capacidades econômicas e participação social é totalmente possível a revitalização de rios ou córregos.

Em uma obra que abarcou toda uma renovação de uma parte tradicional na área central da cidade, foram executadas as seguintes ações: retirada do tamponamento do córrego, a despoluição do curso d'água, a reforma de todo a sistema de esgoto, de pontes, de vias de circulação e iluminação, além da promoção de profundas alterações no uso do solo adjacente. O córrego foi descoberto e restaurado com o intuito de devolver-lhe a vitalidade perdida, com a construção de orla e passeios ao longo das suas margens, conforme pode ser observado na Figura 06, para que a cidade pudesse novamente voltar a conviver com esse córrego urbano (REIS & SILVA, 2016).

Figura 06: Fotomontagem apresentando a transição realizada na revitalização do rio urbano *Cheonggyecheon*, em Seul na Coréia do Sul



Fonte: www.viveraviagem.com.br/cheonggyecheon

Salienta-se, por fim, a importância em Cuiabá potencializar seus cursos d'água por meio da inserção de parques lineares aos córregos urbanos e também a valorização dos mesmos como indutores do ordenamento do espaço urbano, com vistas à preservação das áreas marginais, promoção do controle de cheias urbanas, impedir a ocupação imobiliária, além de assegurar a prestação de serviços ambientais, como: controle de temperatura, fauna e flora, como também do uso para lazer comunitário e processos de educação ambiental que apresentamos a seguir.

Percursos na escola: instituições escolares como incubadora de mudanças socioambientais

A relação ser humano/natureza é complexa, constituindo-se em uma teia de conhecimentos e vivências que não estão limitados a um simples olhar do ambiente natural como algo intocável e imutável, pelo contrário, tem seus fundamentos forjados no cotidiano, no dia-a-dia de cada comunidade e de cada ser presente no ambiente, inclusive o ser humano, o qual se faz presente por meio de seu trabalho, costumes e de sua cultura, marcadores do tipo de relação ambiente sociedade que está estabelecida. Jacobi (2003, p. 190) contribui nesse entendimento ao afirmar que "[...] a produção do conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo".

Ao buscarmos a escola como potencializadora de ações socioambientais, nos remetemos a Boff (1999), ao afirmar seu posicionamento sobre o cuidado como princípio fundamental para a vida, e, assim, no documento das Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2010) referenda-o, expressando: [...] Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do planeta. Desta maneira, também acreditamos na função social da escola como um espaço educador sustentável que cuida e educa.

É, portanto, por meio dessa concepção integrada que afiançamos a escola e seus atores como potencializadores de mudanças concretas em suas realidades sociais.

Nessa perspectiva e com base no Zoneamento Urbano Ambiental (ZUA) apresentado para Cuiabá e seus cursos d'água, defendemos a importância da conexão dos aspectos sociais de um povo e sua forma de interagir com o ambiente, pois este não se encontra imune à ação humana. As discussões sobre meio ambiente ainda são, para a maioria das pessoas, restritas ao acervo natural:

> [...] Sublimamos essa concepção e adotamos a compreensão e ação das arquiteturas sustentáveis, pautadas em um ambiente que não se restringe somente ao comprometimento dos recursos naturais, mas que, sobretudo os sujeitos sociais que compõe a teia ambiental entrelaçam relações que envolvem, e muito a qualidade de vida, direitos humanos, mudança de atitudes, equidade, alteridade e uso do bem comum para diferentes povos e nações. (PORTOCARRERO; TORRES, 2015, p. 99).

A travessia socioambiental "para" e "na" capital de MT, a partir da recuperação dos seus córregos, apresenta evidências da necessidade de valorizarmos espaços construídos, ao mesmo tempo que são potencializadas áreas de convivência, com a recuperação e manejo dos cursos d' água, evitando dejetos *in natura* nos córregos que abastecem os principais rios da capital, mobilizando o

poder público e as associações de moradores na recuperação e manutenção de nascentes e mata ciliar degradada, associado ao Planejamento Ambiental Sustentável (PAS).

O PAS compreende o uso e conservação dos recursos naturais para a geração atual e futura, a partir do planejamento e ajustamento ambiental, que consiste de: *i)* ações de sustentabilidade; *ii)* indicação dos responsáveis (pessoas/órgãos); *iii)* em um intervalo de tempo; *iv)* com os investimentos necessários; *v)* dando resultados socioambiental a partir do diagnóstico realizado. Destacamos neste contexto o papel da população como copartícipes do processo de recuperação, planejamento, execução e acompanhamento, por meio da coletividade nas decisões a serem tomadas em cada bairro.

Este cenário de participação popular e de técnicos pesquisadores sobre o assunto de Zoneamento Urbano Ambiental pode ser potencializado pela rede colaborativa da educação escolar, alicerçado nos eixos – currículo, espaço construído e gestão – ao encontro da experiência desenvolvida no Projeto Escolas Sustentáveis com Vida, desenvolvido por vários estados no Brasil, entre os anos de 2013 e 2016, por meio de Edital MEC/CAPES.

O processo formativo Escolas Sustentáveis Com Vida, promovido pelo SECADI/MEC, teve como eixos estruturantes três dimensões: currículo, gestão, e espaço construído. O curso teve início em 2013 como Aperfeiçoamento para professores da rede pública e posteriormente como Especialização. As primeiras Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que conceberam e ofertaram o processo formativo foram: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O pioneirismo das IPES resultou na produção de material didático, em pesquisas e publicações científicas que posteriormente sustentaram o desenvolvimento de escolas incubadoras de ações sustentáveis em seu bairro, na sua cidade.

Defendemos a educação escolar a partir das discussões socioambientais no currículo, uma vez que coopera significativamente para que as instituições escolares se tornem referências socioambientais a partir do protagonismo dos seus pares, no mapeamento do problema ambientais e análise das soluções apresentadas pelos especialistas da área. A incubação de ideias sustentáveis por meio da comunidade escolar contribuirá para que as pessoas se aproximem, dialoguem mais entre os sujeitos que constroem a escola. Desta maneira, as escolas potencializarão sua importância enquanto instituições de ensino "incubadoras" de mudanças concretas, em diferentes realidades sociais.

Sobre isso, Souza e Palma (2013, p. 75) referendam o Decreto 7.083, art. 2º, inciso V, que estabelece a criação de espaços educadores sustentáveis, abrangendo a inserção da dimensão socioambiental nos currículos, na formação de professores, na elaboração de material didático, na gestão participativa do processo e na adequação de prédios escolares, incluindo acessibilidade e outras ações necessárias ao bem comum.

Acreditamos que os atores da escola podem tornar responsáveis e copartícipes das decisões e acompanhamentos das construções sustentáveis.

Considerações Finais

Os estudos e reflexões trazidas trouxeram a história do tempo dos córregos de Cuiabá e o processo de urbanização, sobretudo as alterações dos cursos d'água que mobilizaram pesquisas diante das possibilidades de conservação, manejo e recuperação de áreas afetadas, para garantir a sustentabilidade do recurso para a atual e futuras gerações. O artigo trouxe posicionamentos acerca das possibilidades de uma cidade que pode tornar-se mais sustentável no seu processo de urbanização a partir de políticas de planejamento hídrico que respeitam os limites do ambiente natural frente ao estudo de impacto das necessidades sociais.

O zoneamento urbano ambiental foi defendido pelas autoras como possibilidade de controle no uso e ocupação do território, a partir de embasamento no reconhecimento das fragilidades ambientais, na preservação da qualidade dos recursos ambientais e na busca do bem-estar da população para atingir o desenvolvimento socioambiental das cidades, aliado ao trabalho de educação ambiental nas escolas.

Será necessário um posicionamento quanto à necessidade de se considerar a legislação ambiental vigente, uma vez que a mesma implica na impossibilidade da execução de atividades contrárias ao legalmente previsto. Outro aspecto referendado foi o diagnóstico do território a ser recuperado e/ou usado, a partir das seguintes dimensões: importância ambiental da região e fragilidades e limitações dos ecossistemas. Tais questões foram defendidas, uma vez que o mapeamento favorecerá tomada de decisões que possam estabelecer as restrições e alternativas de exploração de uso do território, sendo necessário e possível. Em alguns casos, será necessária a indicação de relocação das atividades incompatíveis.

Por fim, referendamos o papel das instituições educativas enquanto incubadoras e acompanhadoras das ações a serem realizadas como uma rede colaborativa da educação ambiental na cidade de Cuiabá. Para fortalecimento da ação, é sugerida a metodologia de trabalho formativo desenvolvido pela UFMT, UFOP e UFMS, em parceria com o MEC, denominado Escolas Sustentáveis e Com Vida, alicerçado nos eixos currículo, espaço construído e gestão.

Acreditamos que a educação escolar, a partir das discussões socioambientais com seus sujeitos, protagonista de diagnóstico e proposições de ações conjuntas com os especialistas, coopera significativamente para que as escolas se tornem instituições educativas incubadoras de ações sustentáveis, protagonista de mudanças concretas em diferentes realidades sociais.

Referências

BOFF, L. *Saber cuidar*: ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. In: *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2010, p. 17-18.

BRASIL, *Lei Nº 12.651/12*, Institui o Novo Código Florestal. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2012.

CUIABÁ, *Perfil Socioeconômico de Cuiabá, Volume II*. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá, MT, 2004.

CUIABÁ. Prefeitura. *Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá.* Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

CUIABÁ. *Perfil Socioeconômico de Cuiabá.* Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Cuiabá: Central de Texto, 2009.

DELSON, R. M. *Novas vilas para o Brasil-Colônia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII.* Tradução e revisão, Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

FREIRE, J. L. *Por Uma Poética Popular da Arquitetura.* Cuiabá: EdUFMT, 1997.

GARCIA, S. M. N. P. *Os Planos Diretores e o Planejamento Urbano no aglomerado Cuiabá/Várzea Grande--MT***.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU/USP, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

IBGE. *Contagem da população*. Brasil, 2007.

LOURENÇO, I. B. *Rios urbanos e paisagens multifuncionais*: o projeto paisagístico como instrumento de requalificação urbana e ambiental. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística) – FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

MENEZES FILHO, F. C. M.; AMARAL, D. B. Histórico da expansão urbana e ocorrência de inundações na cidade de Cuiabá-MT. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, 26 (1), p. 159-170, jan/abr/2014.

MIGUEZ, M. G. & MAGALHÃES, P. C. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.modelarametropole.com.br/wp-content/uploads/2018/10/PRODUTO-19-TOMO-I-FINAL-PARA-WEB.pdf.Acesso em: 15/10/2018.

MIGUEZ, M. G.; VERÓL, A. P. & REZENDE, O. M. *Drenagem Urbana – do projeto tradicional à sustentabilidade.* 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

PORTOCARRERO, J. A. B.; TORRES, G. V. S. Arquiteturas sustentáveis: projeções e reflexões nas escolas da capital de Mato Grosso (98-105). *In*: SOUZA, G. V.; PALMA, S.; SILVA, R. A. *Espaços Educadores Sustentáveis*: percursos formativos na UFMT**.** Cuiabá: EdUFMT, 2015.

REIS, L. & SILVA, R. L. M. Decadência e renascimento do córrego Cheonggyecheon em Seul, Coréia do Sul: as circunstâncias socioeconômicas de seu abandono e a motivação política por detrás do projeto de restauração**.** *Revista Brasileira de Gestão Urbana.*(online), n. 8, p.113-129, 2016.

SATO, M. *et al. Escolas Sustentáveis e Com-Vidas*: processos formativos em Educação Ambiental. Ouro Preto: UFOP, 2010.

SILVA, G. C. O. *Uso de instrumentos da gestão do risco de cheias como ferramenta no planejamento urbano*. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, G. V.; PALMA, S. Escolas Sustentáveis e Com-Vidas: o ambiente virtual como meio para um processo formativo em Educação Ambiental (74-80). In: Palma, S. et al. *Escolas Sustentáveis e Com-Vidas em Mato Grosso – Processo formativo em educação ambiental - Caderno de Experiências***.** Cuiabá: EdUFMT. 2013.

STEINBERGER, M.; FERREIRA, I. C. B. Reflexões sobre uma política de desenvolvimento urbano para o Brasil. In: *Anais*... IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, Gestão social e Gestão do desenvolvimento. Salvador, 2003.

TUCCI, C. E. M. *Inundações Urbanas.* Porto Alegre: ABRH/RHAMA, 2007.
CÓRREGO GAMBÁ (bairro Areão). Disponível em: cuiaba/119899.: http://www.folhamax.com/

cidades/desmoronamentos-ameacam-corrego-em-cuiaba/119899. Acesso em: 09/11/2018.

CÓRREGO MANÉ PINTO em evento de cheia (próximo ao Residencial 08 de Abril). Disponível em: **http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=359959&noticia**. Acesso em: 09/11/2018.

*Fotomontagem apresentando a transição realizada na revitalização do rio urbano Cheonggyecheon, em Seul na Coréia do Sul***.** Disponível em: www.viveraviagem.com.br/cheonggyecheon/. Acesso em: 10/11/2018.

RESENHA COMENTADA do livro: Cuiabá Ao Longo De 100 Anos

Nileide Souza Dourado

Doutora em Educação pela UFMT. Historiadora da área Técnica e Cientifica do NDIHR/IGHD/UFMT. Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória/IGHD/UFMT. (nileide@terra.com.br)

Renilson Rosa Ribeiro

Doutor em História Cultural pela Unicamp, com estágio pós-doutoral em Educação na USP. Professor Associado 2 do Departamento de História/IGHD/UFMT. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em História, Programa de Pós-graduação em Estudo da Linguagem e Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória - da UFMT. (rrrenilson@yahoo.com)

Cuiabá Ao Longo De 100 Anos é o título da obra de Maria de Arruda Müller e Maria Benedita Deschamps Rodrigues (Dunga Rodrigues), publicada pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT) - Cuiabá-MT, ano de 1994, em resenha comentada nessa publicação.

É um livro de crônicas, histórias e memórias de pessoas, lugares e eventos ocorridos na Cuiabá antiga, cujas autoras são possuidoras de grande talento, detentoras de invejável bagagem cultural, consideradas notáveis no meio cultural cuiabano, especialmente, por serem partícipes e testemunhas dos fatos narrados em suas crônicas e com os quais conviveram por longos anos.

Nas palavras de Lenine Campos Póvoas, apresentador da obra, à época, Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras (1994), revela que o livro escrito a "[...] quatro mãos" pelas acadêmicas Maria Müller e Maria Benedicta Deschamps Rodrigues oferece-nos uma leitura amena, agradavel e divertida, ao mesmo tempo em que constitui precioso repositório de nossa vida social. E diz ainda, Sua edição é um fato que só aplausos merece!

O texto se apresenta com uma boa descrição de aspectos relevantes do viver em Cuiabá, ilustrado por imagens, e introduzindo fatos e pistas novas, numa narrativa dinâmica, suave, harmoniosa e com personagens originais e interessantes. É um livro que merece ser indicado, especialmente para quem ainda não pegou o gosto pela leitura da história local, ou seja, o cotidiano da população cuiabana no período e, ainda, poderá verificar através dessa leitura, como a obra pode se relacionar ao trabalho individual de cada um. Assim, aquilatamos o valor dessa publicação para a área da história social, política e cultural de Mato Grosso.

O livro de Maria Müller e Dunga Rodrigues tem como público alvo, escritores, professores, pesquisadores, alunos e leitores de modo geral. Trata-se de uma obra considerada "rara", muito valiosa, a qual revela à comunidade acadêmica e científica mato-grossense, aspectos importantíssimos do cotidiano da cidade de Cuiabá no decorrer de cem anos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Maria e Dunga

Figura 1 – Maria de Arruda Müller e Dunga Rodrigues



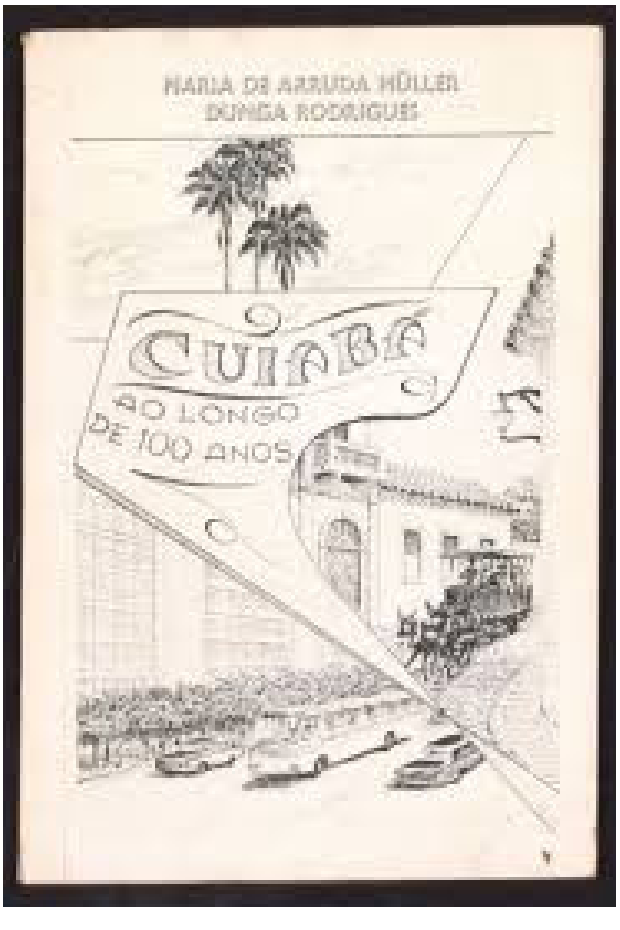


Maria de Arruda Müller - nascida na cidade de Cuiabá, em 9 de dezembro de 1898, filha de João Pedro de Arruda e Adelina Ponce de Arruda. Fez o seu currículo escolar nesta cidade, diplomando-se Normalista no de 1915, tendo sido professora durante 18 anos, além de exercer, no período, funções de auxiliar de diretoria ou diretora no Grupo Escolar Senador Azeredo. Atuou como professora de música e desenho na Escola Normal de Cuiabá. No ano de 1915, participou com um grupo de normalistas e professoras que compunham a vanguarda da elite intelectual feminina da cidade, o Grêmio Literário "Júlia Lopes", escrevendo também na revista "*A Violeta*". Seu nome é conhecido em Mato Grosso e no Brasil como professora, jornalista e poetisa brasileira. Em 1919, *Maria de Arruda Müller* casou-se com o professor Júlio Strübing Müller, tornando-se mãe de 7 filhos, além de avó de netos, bisnetos e tataranetos. Já em 1931 tomou posse na Academia Mato-Grossense de Letras (AML), ocupando a cadeira de número 7, instituição considerada uma das primeiras no gênero, senão a primeira no Brasil a admitir mulheres em seus quadros. Com a eleição do seu marido, Júlio Müller para o presidente do Estado de Mato Grosso, enquanto primeira Dama promoveu a fundação dos abrigos para idosos e crianças carentes, através de doações particulares, mas também com o auxílio de festas beneficentes. Maria de Arruda Müller participou ativamente da história política e cultural de Cuiabá e do estado de Mato Grosso. Faleceu em 4 de dezembro de 2003, às vésperas de completar 105 anos.

Maria Benedita Deschamps Rodrigues, mais conhecida como Dunga Rodrigues, nasceu na cidade de Cuiabá, no dia 15 de julho de 1908. Filha de Firmo José Rodrigues e de Maria Rita Deschamps Rodrigues, estudou as primeiras letras no tradicional Asilo Santa Rita, comandado pelas freiras francesas de Notre Dame de Lourdes, enquanto externa, e na Escola Modelo Barão de Melgaço, finalizando o ensino médio no Liceu Cuiabano. Diplomou-se contadora pela Escola Técnica de Comércio de Cuiabá e diplomou-se também em piano e harmonia pelo Conservatório Musical de Mato Grosso e pelo Conservatório Brasileiro de Música (RJ), com registro junto ao Instituto Villa Lobos. Estudou, num período de cinco anos consecutivos, Linguística Portuguesa e Francesa com o professor Antônio Cesário Neto. Lecionou Frances no Colégio Estadual de Mato Grosso e no Ginásio Brasil, e piano no Conservatório Mato-Grossense de Música e no Conservatório Musical de Mato Grosso, desempenhando também função como pesquisadora na

Universidade Federal de Mato Grosso, junto ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Publicou as seguintes obras: *Uma aventura em Mato Grosso*, *Reminiscências de Cuiabá*, em comemoração aos 250 anos de Cuiabá, *Marphysa*, romance folclórico cuiabano, *Os Vizinhos*, *Cuiabá: roteiro de lendas, Memória musical da Cuiabania, Lendas de Mato Grosso, Colcha de retalhos e Movimento Musical em Cuiabá*. Atuou como membro no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, escolhendo como Patrono seu pai, Firmo José Rodrigues, e integrou a Academia Mato-Grossense de Letras ocupando a cadeira de nº 39, que tem como patrono Antônio Tolentino de Almeida, e como primeiro ocupante o Prof. Antônio Cesário de Figueiredo Neto, tendo Maria Benedita Deschamps Rodrigues sido segunda ocupante. Além das letras, Dunga ligou-se à música, tendo participado ativamente de concertos musicais. Em seus escritos se impõe comprometida com os elementos da cultura popular mato-grossense, tendo sido várias as suas colaborações na forma de crônicas e ensaios publicados na imprensa local. Dunga faleceu, em Santos-SP, seu corpo foi cremado e as cinzas trazidas para Cuiabá e enterradas no cemitério do Porto, Capital.

Figura 2 - *Cuiabá Ao Longo De 100 Anos*



Roteiros, lendas, lugares e história de Cuiabá.

A capa do livro *Cuiabá Ao Longo De 100 Anos* é muito expressiva, rica em detalhes, recheadas com imagens representativas do tema em estudo. A arte pictórica da capa é de autoria de Moacyr Freitas, arquiteto, professor, historiador, escritor e artista plástico, personalidade histórica ainda presente no cotidiano cuiabano. É ele autor de várias obras, as quais contribuem com o acervo imagético do estado de Mato Grosso, registrando cenas dos períodos históricos da tricentenária cidade de Cuiabá e do estado de Mato Grosso. Quanto à diagramação, qualidade material e gráfica da obra, conta com

letras visualmente agradáveis para a leitura, apresentando boas ilustrações que ficaram a cargo da editora eletrônica, Selma Carvalho. A obra é constituída de 193 páginas.

As autoras do livro cumprem sem artifícios a ideia de constituir um registro histórico de cem anos da Cuiabá heróica e legendária. A obra é estruturada com apresentação, uma introdução, seguida de 64 textos temáticos, de escolha aleatória que não seguem qualquer cronologia. Assim, a maneira natural e simples da composição da obra pelas autoras favorece a escrita e a realização desta resenha comentada.

A "Apresentação", com escrita breve, é de autoria do professor, historiador Lenine Campos Póvoas que descreve o período da pesquisa (1889-1991) e o contexto social da cidade de Cuiabá, bem como a trajetória histórica marcante das autoras, mulheres comprometidas com o desenvolvimento cultural de Cuiabá e Mato Grosso.

Na "Introdução", a acadêmica *Maria Müller* descreve a caminhada, o passeio que fizeram as autênticas cuiabanas através do "tempo", focalizando pessoas, eventos e acontecimentos ocorridos na cidade, sendo alguns melancólicos, burlescos e também sérios. Argumenta que cada uma procurou trazer um olhar ingênuo, mas firme e realista sobre os acontecimentos, ilustrados com depoimentos sinceros das pessoas, pensando sempre em repassar para as novas gerações fatos e vocações marcantes feitas por homens e mulheres da época. Conclui *Maria Müller* o texto introdutório afirmando que a recordação simplista desse período fazem do livro um despretensioso depoimento e uma lembrança da Cuiabá, que já se esfuma no tempo relativamente curto, frente à rápida transformação.

Portanto, a obra *Cuiabá Ao Longo De 100 Anos* está organizada por áreas temáticas, selecionadas e consideradas prioritárias pelas autoras para uma apresentação sobre Cuiabá ao longo de 100 anos, cuja publicação aconteceu no ano de 1994.

O livro incorpora 64 textos temáticos (Quadro 01), sendo que desse total, 29 textos foram escritos pela professora, poetisa e jornalista *Maria de Arruda Müller* e os outros 35 são de autoria da professora, historiadora, cronista e musicista *Maria Benedicta Deschamps Rodrigues* (Dunga Rodrigues). Em cada temática há um grande volume de dados, informações, análise e opinião das autoras com referência a essa longa duração, cem anos, sobre a tricentenária Cuiabá.

Quadro 1 – **64 títulos temáticos do livro "Cuiabá Ao Longo De 100 Anos".**

MARIA DE ARRUDA MULLER	DUNGA RODRIGUES
Educação e Instrução em Mato Grosso	A Rua Grande
O Liceu Cuiabano: Comemoração do Centenário de sua instalação	A Rua Grande e as Praças
A Escola Normal "Pedro Celestino"	Rua Grande uma moradora especial
A Cultura Feminina em Mato Grosso	Vizinhança
O Linguajar Cuiabano	Ainda a Vizinha
O Jornalismo em Mato Grosso	Parede e Meia
Cozinha Cuiabana	Tipos da Quadra
Artes Plásticas	Empréstimos
Vida Social	Divertimento
Reminiscência: Festas Religiosas e Profanas Teatros-Danças Populares Hábitos Ancestrais	Folguedos Infantis
Teatro e Companhias Teatrais em Cuiabá	Baile do Palácio
Não sair ... Não Pagar!...A Memória do CHAU	Festa de São João
Variações Climáticas	São João da Cidade
1889 – Proclamações da República	Artistas em Cuiabá
Primeira Década Republicana 1889-1899	O Carnaval Cuiabano
A Segunda Década Republicana 1889-1909	Horas Literárias
O Poder Legislativo em Mato Grosso – Suas Constituições	Dissabores e Lendas
Mato Grosso e sua primeira Constituição Republicana	Política e Assaltantes
Volta ao Cotidiano	Viagens A
Ciclo Desenvolvimentista	Viagens B
O Estado Novo em Mato Grosso 1937-1945	Viagem Marítima
Do "Estado Novo" Aos Dia Atuais. Divisão De Mato Grosso	Viagens Aéreas
Rua de Baixo	Viagens – Singularidades
Beco do Candieiro	Encomendas
Hábitos – Lazer	Rua Treze de junho
A Legião Brasileira de Assistência em nosso Estado	O Grupo Escolar e os seus fantasmas
Dona Eunice Weaver. Campanha da Solidariedade	Casas Cuiabanas
O Envolver do Progresso de 1945 a 1990	Jardins (Uma Precursora)
Divisão de Mato Grosso	Quando Guilhermina virou estátua
	Quando eu virei praça
	O Humor cuiabano inserido no seu Folclore
	Mulheres de Fibra

A descrição dos títulos temáticos considerados de maior destaque nessa resenha será feita de forma breve e concentrada, já que há variações entre as abordagens escolhidas pelas autoras e o volume de informações serem significativas e, sendo assim, optou-se por agregar textos selecionados nas seguintes categorias: Educacional; Cultural; Social e Política.

EDUCACIONAL - As autoras, com certa brevidade, falam sobre a educação e a instrução em Mato Grosso e logo referenciam o cronista Joseph Barbosa de Sá que, através da grafia oitocentista, forneceu as primeiras notícias da formação, do núcleo incipiente, de vida organizada desta parcela da nação brasileira:

Abordam sobre a instalação da primeira **Escola Normal Pedro Celestino** e a contratação de educadores, professores normalistas de São Paulo para as Escolas Modelos em Cuiabá e logo em seguida em Corumbá, Cáceres, Rosário Oeste, Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Três Lagoas. Narram que nesse mesmo "campo e tempo" instituições culturais foram criadas e instaladas na cidade, como o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1.º de janeiro de 1919, ocasião das comemorações do bicentenário de fundação de Cuiabá, tendo à frente da unidade, o Presidente do Estado e Arcebispo Metropolitano de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa que, junto com 12 intelectuais, se responsabilizou pela instalação do IHGMT, aos 8 de abril do mesmo ano.

Já o Centro Mato-Grossense de Letras, fundado em 22 de maio de 1921, em 1930 evoluiu para a Academia Mato-Grossense de Letras (AML), com o doutor José de Mesquita na presidência. Ainda com relação à educação, as autoras focam o Liceu Cuiabano, as suas várias instalações, os professores, as primeiras turmas, os bacharelandos e sobre as comemorações do centenário de sua instalação.

Em **Cultura Feminina em Mato Grosso,** Maria Müller revela que, em 1916, um grupo de moças recém-formadas pela Escola Normal, com o apoio do saudoso professor Estevão de Mendonça, criaram uma associação feminina, denominada Grêmio "Julia Lopes", o qual, com a sua revista "*A Violeta*", sobreviveu por mais de 30 anos. Conclui esta temática afirmando que, com a implantação da Universidade Federal de Mato Grosso, a juventude deslanchou rapidamente ao desenvolvimento cultural e científico. E, à mulher a quem eram facultadas apenas as complementações ginasial e normal, abriram-se novos horizontes de conhecimento, tornando-se muitas advogadas, economistas, literatas, artistas etc. concorrendo desassombradamente com o sexo oposto.

Ainda, no campo educacional, a narrativa sobre **O Grupo Escolar e os seus Fantasmas** não poderia ficar fora de nossos comentários, especialmente por se tratar de instituições educativas de Cuiabá de grande representação no período, o Grupo Escolar, do bairro do Porto, pejorativamente, era chamado de "Peixe Frito", cujo cognome vem desde a época da abundância de peixe comprado a baixo preço. Conta a lenda que as crianças ribeirinhas que se alimentavam mais de peixe mantinham um acentuado cheiro que invadia a escola, visto que crianças e não lavarem as mãos convenientemente, permanecendo o odor do peixe. Por isso a rivalidade entre o Grupo Escolar do bairro do Porto (ribeirinhos), Senador Azeredo, e o do centro da cidade de Cuiabá, o Grupo Escolar e a Escola Modelo Barão de Melgaço fez surgir o apelido "Peixe Frito" atribuído ao primeiro. Para Dunga Rodrigues, isso realmente comprovava que ambas eram escolas excelentes, com uma equipe de mestres de alto gabarito. Quanto aos fantasmas que apareciam periodicamente, de acordo com os boatos, eram o de um velho idoso em busca de sangue para a cura de hanseníase, ou três jovens vestidos de branco que passeavam pela cidade no "almofadinha do Berilo" (tipo de ônibus sem capota). Em silêncio, apontavam apenas o itinerário, dava voltas pela cidade, fazendo ponto final no Cemitério da Piedade. O Berilo, já habituado com o sobrenatural, cumpria calmamente o trajeto.

CULTURAL – Nesse campo, *Dunga Rodrigues* e *Maria Müller* fazem um grande passeio sentimental pelo passado da cidade de Cuiabá e por seus habitantes, procurando ressignificar, repovoar e dar vida para alguns fatos históricos, onde procuram rememorar, de um dado momento de suas existências, a começar pela "Rua Grande", situada no Segundo Distrito, de acordo com a antiga divisão municipal do perímetro urbano, denominado também de Porto Geral, depois Distrito de S. Gonçalo de Pedro II e mais tarde transformado "Bairro do Porto":

Rua Grande ou simplesmente "Rua 15 de Novembro" que, pela sua configuração, ganhou também o apelido de "Rua Larga"... Revelam ser esta rua a mais madrugadora da cidade de Cuiabá, nela ecoavam os gritos de vendedores de "peixe", "verdura"; "lenha"; "bucho" e "mocotó", e ao mesmo tempo pelas suas duas margens havia um trânsito grande de charretes de venda de leite, com latões de zinco, as carroças de transporte de mercadorias dos navios ancorados no porto. E, no período da tarde circulavam por essa mesma rua os turcos mascates com os seus baús mágicos, oferecendo "fitas, rendas e tecidos". Revelam as autoras que nessa rua, funcionou o primeiro cinema do porto, o "Cine Dorsa", cujos filmes eram repassados a pedido das famílias, como a comédia "*Purgante de Lili*", que era reprisada sempre e agradava e muito a garotada. Destacam que os irmãos italianos, "Dorsa", família radicada na cidade de Cuiabá, eram proprietários tanto do cinema como da casa de um forte comércio, denominada "Casa Dorsa" a qual atendia não só o segundo distrito da capital, como abastecia várias cidades do interior. Na margem direita e esquerda da "Rua Grande", as autoras chamam atenção para os estilos arquitetônicos da época, das casas, casarões, sobrados, a igreja, praças e a descrição do cotidiano familiar dos seus notáveis e especiais moradores. Apontam ainda a existência de pequenos negócios, como as vendas, verdadeiros empórios em miniatura, cujo forte desses estabelecimentos era o "fiado" à base de cadernetas. Entre os produtos, os mais apreciados eram os bolos caseiros, broinha de canela, de "saudosa memória", feitos com esmero pelas irmãs, senhoras Dona Relinda e Dona Alexandrina. Tais irmãs tornavam um porto seguro de muitos na região, visto que consideradas repositório de confidências, atribulações e esperanças dos vizinhos e adjacências. Essas sábias senhoras fundaram a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, na Igreja São Gonçalo. Ainda nessa rua destacam-se também, os serviços oferecidos no ramo de farmácia, armazéns, atelier de carpintaria, padaria, dentre outros. Sabe-se que a "Rua Grande" se estreitava e desembocava à beira d'agua, com ladeira calçada a pedra cristal, lugar de comércio de canoeiros do rio abaixo, rio acima, com produtos da lavoura ribeirinha, peixes, cerâmicas, potes, telhas e panelas. No entanto, esclarecem que não era este o porto onde atracavam as lanchas que faziam o percurso Cuiabá-Corumbá, com embarque, desembarque e despedidas.

Vizinhança – É um dos temas do agrado de Dunga Rodrigues, especialmente por ser a "vizinhança" uma representação mais ampliada, alargada e profunda da família. Ela concebe "vizinhança", também como um elo forte, alimentado por pequenos deveres e obrigações não explícitos ou especificados em código, mas tacitamente aceitos por pessoas que habitavam casas comprimidas num quarteirão, pedaços de rua, podendo até encompridar por travessas e largos. Revela que na cidade de Cuiabá havia, nesses longos anos, tres estágios de moradas/vizinhanças como: o período das casas ombro a ombro, geminadas, à beira da rua; o das casas se isolando entre muros, cercando imensos terrenos; e a atual morada vertical, que se propaga rapidamente. Argumenta que um dos hábitos que contribuíram, e muito, para o estabelecimento da boa "vizinhança" foi o de "sentar à Porta da Rua", formando uma roda de conversa antes de o sol se por. Elas eram, diversificadas, cujas narrativas versavam sobre vivências de marinheiros, aspirante-cadete, bravatas de guerras, os hábitos da terra, a hospitalidade cuiabana, culinária local, nascimento, casamento e mortes e não ficava de fora do bate papo, a história dos "empréstimos" uso gerado pela incrementação da amizade e vizinhança. Vale reiterar que nesse modelo de

habitação cuiabana, de casas geminadas, também chamadas de "Casas de parede e meia", trazia certas vantagens, por serem ajoujadas, oportunizando às crianças construir diferentes brincadeiras, como a encenação de teatrinhos com representação de comédias, recitativas e cançonetas, conforme descreve a autora no texto.

O Linguajar Cuiabano - Não poderia deixar de ser um dos temas integrantes no contexto da obra "*Cuiabá Ao Longo De 100 Anos*", de *Maria Muller* e *Dunga Rodrigues,* especialmente, por ser os hábitos de linguagem singulares e louvável do povo o "cuiabano". O linguajar cuiabano se destaca pela pronúncia pitoresca, original, aprofundada entre os antigos habitantes e os que deles receberam tal herança linguística. Todavia, vem enfraquecendo diante da miscigenação, migração e com o aprimoramento da instrução na região. Essa peculiaridade arraigada ficou mais aprofundada no meio rural e nas regiões ribeirinhas, empregando distorcidas formas de sintaxe, ou seja, não empregando os pronomes, os substantivos e adjetivos nas adequadas formas verbais. É comum dizerem: "Nós quer"; "Nós faz"; "Ocês paga" ... ou até mesmo a supressão do objeto, onde dizem ... "Eu fui no Dulce". Maria Müller conclui essa parte dizendo que: *Essa nossa pronúncia é uma salada de linguagem; é o jargão do mameluco paulista, da algaravia do africano; do ibero, português-espanhol tudo ambientado na pátria nova, americanizada, tupinificada.*

Variações Climáticas - De acordo com Maria Müller, trata de um dos temas mais propalado na cidade de Cuiabá no período em estudo e mesmo na atualidade: o "clima". Segundo o Observatório Meteorológico D. Bosco, instalado nas dependências do Liceu Salesiano, vários fenômenos climáticos sucedem no fabuloso coração da América do Sul, Cuiabá, surpreendendo a todos como à angustiosa sensação de carência de ar, com temperatura de 40º e repentinamente é substituído por temperatura amena, ocorrendo, segundo a autora louvável, mutações mais sensíveis, como a paralização completa do ar, quando nem uma folha se move no arvoredo. Nessa perspectiva, recorda da noite mais fria que o cuiabano já enfrentou, em junho, onde o dia amanheceu quente, continuando pelas primeiras horas da tarde. A declinar o sol, começa a soprar o vento do sul, o vendo dos pampas. Em poucas horas o termômetro vai baixando, e chega a marcar um pouco mais de um grau positivo.

Dissabores e Lendas permitiram a Dunga Rodrigues abrir caminhos para uma narração articulada entre o contratempo e as sagas da vida quando faz destaques sobre acontecimentos funestos, ocorridos nos anos de 1722 e 1725, na cidade de Cuiabá como foi à falta de milho e outros cereais. Com a ausência desses alimentos, conta que a população cuiabana recorreu à caça, não faltando quem trocasse um escravo, por alqueires de milho. Em 1725, a sua narrativa reporta ao acontecido entre os índios Paiaguás e o trucidamento de 600 monçoeiros, ocasião em que reinou pela região a penúria. Revela que um frasco de sal fora adquirido por meia libra de ouro. Esclarece que o ouro em abundância permitia aos habitantes produzirem seus utensílios domésticos com tal metal: castiçais, almofariz, panelas reluziam dourados ao sol. Esse episódio, segundo Dunga Rodrigues, acabou provocando uma grande dureza no coração dos homens da região. Sem ter gêneros para alimentar, acabaram esquecendo-se da caridade e das obras pias, dos doentes e do próprio escravo, que agia surripiando o patrão. Conclui dizendo que a deslealdade, a falta de honestidade e bom senso acabaram provocando a justiça divina, tendo a falta de alimentos como castigo. Frente a esse acontecimento, o povo começou a pensar em se mudar para outras terras mais abençoadas por Deus.

Em **Viagens-Singularidades,** Dunga Rodrigues relata que os deslocamentos de Cuiabá ao Rio de Janeiro aconteciam via o Vaporzinho, cujo percurso consumia trinta dias para ir e outro tanto

para voltar. Conta que o pitoresco da viagem era o contato dos passageiros com as margens dos rios, povoadas de jacarés e pela bicharada do pantanal: capivaras, antas, pacas, onças, macacos e uma variedade enorme de pássaros aquáticos. No trajeto aconteciam as paradas para provisão de lenha, consumida pela maquinaria do navio, o que propiciava periódicas descidas em fazendas e usinas ribeirinhas, compra de rapaduras de leite e queijo. Comenta a autora que, apesar das delongas, as viagens eram muito divertidas e os passageiros acabavam se transformando em amigos. Lembra Dunga Rodrigues a chegada do navio aportando em Cuiabá, nesse tempo, o bonde já havia desaparecido e não havia outra viatura, o que obrigava os passageiros a ir a pé até o centro da cidade. Desfilavam as mulheres de salto alto, os homens de chapéu e trajes completos, indo atrás os jangadores ou changadores com as malas. E as famílias moradores da rua abriam suas portas, janelas e acompanhavam tal desfile para apreciar as últimas tendências da moda.

SOCIAL – Nessa etapa, segundo as autoras, a **Vida Social** na cidade de Cuiabá no período em estudo foi marcada por grandes eventos, como bailes, festas religiosas, cívicas e populares, dentre outros divertimentos, como teatro, cinema e folguedos natalinos e folclóricos:

Na narrativa de Dunga Rodrigues fica evidenciado que a granfinagem urbana se expandia entre trejeitos e roupagem de gala nos eventos palacianos, cujo arremate era para o **Baile do Palácio**, festas oficiais, como posse dos governadores, e na recepção de visitantes ilustres, dignos de serem recebidos com pompa. Descreve Dunga Rodrigues que no interior do antigo palácio havia uma decoração refinada, com espelhos enormes de cristal, jarrões de porcelana de Limoges (França), mobília estofada, com bordados estilo Gobelin (tapeçaria francesa), apliques prateados nas paredes e consoles de mármore Carrara, além dos tapetes Persas, enfim, tinha o antigo palácio uma enorme elegância *raffinée,* de características parisienses. Já Maria Müller conta que os mato-grossenses amavam os bailes promovidos sob qualquer pretexto e mesmo sem pretextos, e apresenta **Reminiscência das festas religiosas unidas às profanas, teatros e danças de hábitos ancestrais***,* consideradas tradicionais em Cuiabá, como as do Divino Espírito Santo; as da Semana Santa; as de São Benedito; as festas cívicas, como a comemoração da data magna da nacionalidade, onde se apresentavam, com as devidas paradas, em desfiles de colégios, corporações militares e outras entidades. As festas populares como Congadas, Cavalhadas e os Bandos Carnavalescos de Mascarados, que cobriam o rosto para não serem reconhecidos e todos falavam em voz de falsete, com voz feminina para ocultarem a identidade. Diz que contava o período com as "Touradas" por ocasião das festas do Espírito Santo. Relata que na antiga Avenida do Saladeiro, hoje Alameda Júlio Müller, antigo terceiro distrito e hoje o município de Várzea Grande, se realizava um São João Tradicional, festa religiosa mantida há quase duzentos anos aos moldes das antigas cerimônias juninas. Conta também sobre as grandes companhias teatrais que anualmente visitavam a cidade, especialmente à época em que o rio Cuiabá era navegável.

Diz Maria Müller que, através dos registros dos cronistas da época e memórias de antepassados protagonistas, que o cuiabano originário de paulistas e portugueses era aficionado pelos espetáculos teatrais, tanto que se representava em palcos improvisados, com arte e graça, dramas e comédias como: "*Aspásia na Serra*" e "*Zaira*" de Voltaire; ópera e entremeses isto, nos idos de 1790.

POLÍTICA – Os temas de ordem política narrados pelas autoras Maria Müller e Dunga Rodrigues, selecionados e comentados nessa resenha, reportam a:

1889 - Proclamação da República, cuja notícia chegou a Cuiabá na madrugada de 9 de dezembro, quase um mês após o advento da República. A correspondência da ex-corte chegou ao Porto, via o vapor Coxipó, que fazia a rota Corumbá-Cuiabá, altas horas da noite. Nessa fatídica noite acontecia um imponente baile, nos salões da residência do capitão Generoso Ponce, já

nesse tempo chefe político de grande prestígio. Conta Maria Müller que no meio da festa, que reunia elementos de escol e membros influentes do Partido Liberal, de âmbito nacional, a notícia divulgada caiu qual um abalo sísmico sobre os circunstantes. Revela a autora que as Câmaras se reuniram e proclamaram a adesão de Mato Grosso, que deixara de ser provincia para ser Estado, à República Federativa recém-implantada. E, no mesmo dia, foi aclamado Presidente do Estado o general Antônio Maria Coelho, depois confirmado no cargo pelo governo republicano.

Na **Primeira Década Republicana 1889-1899**, Maria Müller faz os registros sociais e políticos que marcaram essa tumultuada fase de implantação da República no Brasil. Revela que após oitenta anos de monarquia, a abolição e a queda do trono trouxeram impactos variados, truncando a estrutura da sociedade e do governo. Em Mato Grosso o abalo foi enorme, grandes e prósperas fazendas, algumas contavam com quase centena de escravos, foram despovoadas repentinamente, estancando fontes de produções agrícolas e pastoril. Nas cidades também foi ressentidos, pois famílias foram atingidas na sua estrutura econômica. A classe dominante também totalmente atingida pela mudança do regime. Os partidos monárquicos se desfizeram; os grupos sociais se aglutinaram em novas facções, sem ainda se inteirarem do papel da democracia na nova ordem social.

Na **Segunda Década Republicana (1899 -1909)**, a entrada de Mato Grosso no novo século prenunciou um horizonte carregado de nuvens negras. Porém, Maria Müller ameniza dizendo que ocorreram algumas manifestações de progresso, como a instalação da linha de bondes, ligando ao primeiro o segundo distrito da cidade; O Colégio Salesiano São Gonçalo que celebrou a solene colação de grau dos primeiros alunos bacharéis em Ciências e Letras; as escolas públicas e particulares proliferam. Inaugura-se a primeira Empresa Telefônica em Cuiabá e trafega pelas ruas principais o primeiro automóvel, de propriedade do governo do Estado. Após novas dissenções políticas, foi eleito presidente do Estado, por concessão das facções em luta, o Arcebispo, então bispo Dom Francisco de Aquino Corrêa.

O Poder Legislativo em Mato Grosso – suas Constituições - Conta Maria Müller que Mato Grosso, com pouco mais de um século e meio de vida institucional, foi blindado com quatro Constituições, uma reforma e uma emenda. A Primeira Carta Magna da Província de Mato Grosso foi elaborada a 3 de julho de 1835. No período republicano, o Estado teve promulgada a sua segunda Constituição, a 28 de maio de 1891. Esta é a mais longa e teve duração de 42 anos, sendo substituída pela de 1934, promulgada aos 7 de setembro de 1935. Desse modo, doze anos depois, elaborou-se a nova carta constitucional em 1947. A penúltima, vigente até 1989 foi promulgada pelo Legislativo, vinte anos após, em 1967, estando em 1990 em elaboração a última carta de Leis. Conclui Maria Müller que a constante mudança na carta magna do País e dos Estados demonstra a imaturidade dos nossos costumes políticos. País jovem, povo jovem. O Brasil vai crescendo como Nação Democrática, e será essa mesma juventude o fator preponderante da valorização e conceituação do povo brasileiro, através da cultura política que fatalmente chegará.

Maria Müller, ao narrar sobre O **Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**, revela a sua vivência e diz que foram oito anos consecutivos entre a instalação e a permanência do regime denominado "Estado Novo" no país. Em Mato Grosso, diz a autora que o regime permaneceu sob um só governo. A Administração de Júlio Müller – João Ponce de Arruda, após uma série de seis interventores e um governador falecido em meio ao período, estabilizou a máquina administrativa e construção de prédios na Capital do Estado para melhor aparelhamento e instalação

dos órgãos estaduais, edificando a ponte velha sobre o Rio Cuiabá, o Centro de Saúde, o Grande Hotel, o Cine Teatro Cuiabá, a residência dos governadores, o Palácio da Justiça e a Secretaria Geral, na Avenida Getúlio Vargas, o Liceu Cuiabano e a Estação de Tratamento de Água, todas denominadas "Obras Oficiais". Além das enumeradas, os governantes do período melhorou a receita estadual, assim como implementou obras essenciais para vários municípios do Estado, como Corumbá, Três Lagoas, Dourados, e criou 100 escolas de primeiro grau, abriu e concretou a Av. Getúlio Vargas, executou obras no Balneário de "Aguas Quentes", começou a abertura da rodovia Cuiabá-Campo Grande, , com o auxílio do Batalhão de Sapadores da Polícia Militar do Estado. Maria Muller em seu relato fez menção ao artigo da escritora cuiabana Nilza Pinto de Queiroz, publicado pelo *Diário de Cuiabá,* em junho de 1989, onde relata com fidelidade um ângulo desse admirável período administrativo que a política malsinou, mas o tempo – inexorável justiceiro – vai, pouco a pouco apontando à posterioridade, incluindo-o no rol de um dos mais progressistas períodos desenvolvimentista.

Na temática **O Envolver do Progresso de 1945 a 1990**, ainda no campo político, Maria Müller prossegue com a sua narrativa, quando diz que quatro décadas e meia, quase meio século, são envolvidos após o "Estado Novo", à volta ao "estado de direito" não contentou aos políticos: a estes e nem ao povo. Com a marcha evolutiva dos acontecimentos acabaram entregando o poder às forças armadas, com duração de vinte anos, porém, não conseguiram erguer o país do marasmo econômico em que se afundara.

Conta Maria Müller que nesse período, para satisfazer os anseios do Sul do Estado, principalmente de Campo Grande, Mato Grosso sofreu a amputação de mais uma área de seu território. Em 1977, sob o governo do Presidente Ernesto Geisel, foi criado o novo Estado, com o nome de Mato Grosso do Sul, tendo Campo Grande como capital.

Destaca por último o equivoco dos políticos do sul que ansiavam pela hegemonia administrativa e política, por acreditarem que a região estava sendo espoliada pelo "governo de Cuiabá", desfazendo-se com o desenrolar do tempo, mostrando que as dificuldades continuam cada vez mais prementes, tanto em um como em outro Estado.

Antes de encerrarmos, vale a pena dizer que a obra merece nossa atenção por ser uma das boas iniciativas do período em estudo, além da inegável contribuição que as autoras, Maria Müller e Dunga Rodrigues nos dão em cada temática narrada em Cuiabá Ao Longo De 100 **Anos**, obra de especial valor para aqueles que se interessam pela história local, história de Mato Grosso, visto as múltiplas maneiras de leitura da obra.

LÍNGUA CUIABANA

Valéria Pereira Moreira
Mestre em Comunicação e Semiótica – PUC SP
Servidora Técnica da Universidade Federal de Mato Grosso
amoravaleria@gmail.com

RESUMO

O artigo versa sobre a obra Língua Cuiabana, do pintor cuiabano João Sebastião Costa, pintura sobre tela, de 1977. Trata-se da representação da pata de uma onça sobre uma mesa forrada com uma toalha quadriculada, tendo ao lado um prato, onde consta a frase: Prato do Dia – Língua Cuiabana, fazendo alusão crítica, sarcástica, num universo simbólico, à intensa migração populacional na década de 1970 do século passado, que provocou mudanças radicais nas relações sociopolítica, econômica e ambientais na cidade de Cuiabá, como também em Mato Grosso. A referida pintura se faz presente na atual conjuntura, quando a cidade de Cuiabá completa 300 anos.

Palavras-Chave: João Sebastião. Cuiabá 300 anos. Política Cultural.



ABSTRACT

The article deals with the work Cuiabana language, by the Cuiabano painter João Sebastião Costa, painting on canvas of 1977. This is the representation of the paw of an ounce on a table lined with a checkered tablecloth, next to a plate, phrase: Prato do Dia - Cuiabana language, making a critical, sarcastic allusion in a symbolic universe, to the intense population migration in the 1970s that caused radical changes in socio-political, economic and environmental relations in the city of Cuiabá as also, in Mato Grosso. The painting is present at the present juncture, when the city of Cuiabá is 300 years old.

Keywords: João Sebastião. Cuiabá 300 years. Cultural Politic.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Língua Cuiabana, pintura, 65x81 cm, 1977. João Sebastião Costa. Acervo de Humberto Espíndola.



Fotógrafo: Sérgio Soares

Introdução

A pata da onça em amarelo, com manchas pretas e unhas afiadíssimas está servida sobre a mesa forrada com uma toalha branca listrada em amarelo e preto. Ao lado da pata enorme, há um prato branco e no seu entorno está escrito: "*Prato do Dia – Língua Cuiabana*", fazendo alusão a um cardápio antropofágico. O fundo azulado tem partes de outras patas de onça, em tons de verde e amarelo, elaboradas em 1977. Dois anos depois, em 1979, aconteceu a divisão do estado de Mato Grosso, ano de complexidade para todos que viviam aqui, tendo que administrar uma conquista com sabor de derrota para uns, e de alegria para outros, cujo objetivo estava centrado no progresso rápido do Estado. Os Anos 1970 conturbados, do século passado, quando o governo civil militar lançou o PIN (Plano de Interiorização Nacional), muita gente veio para a região, ocupar a Amazônia Legal, quando o Norte do estado era uma região inóspita, calor imenso, todo tipo de dificuldade, como doenças tropicais (malária), falta de infraestrutura para tanta gente que chegava. Cuiabá não estava preparada para essa transformação num curto espaço de tempo. Pela primeira vez, as favelas apareceram nas partes extremas da cidade. João Sebastião, antropofagicamente, elabora a *Língua Cuiabana* com um tom de deboche, de sarcasmo, vindo de uma reflexão intensa sobre as mudanças repentinas na cidade e na região Centro-Oeste como um todo.

A Língua, em forma de pata de uma onça com garras afiadas, rasgam aquilo que encontra à sua frente, sem o menor pudor. Podemos inferir que a agressividade nesta pintura tem uma força misteriosa. A força do felino personifica o próprio pintor, que também a tudo observa, espreita, passeia pela cidade de Cuiabá, se funde nas figuras surreais. Camuflado, arma o ataque!!! Surpreende a todos com sua grandiosidade criativa, inusitada, sarcástica, alegre, onírica, telúrica.

Para a crítica de arte Aracy Amaral (in: FIGUEIREDO et ESPÍNDOLA, 2010, p. 201), "[...] na presença do fragmento de uma forma felina 'mansamente' pousada sobre a comportada toalha de mesa quadriculada [...]" nos sugere, também, a possibilidade de se comungar uma vivência entre amigos, vizinhos, a partilha dos saberes em volta da mesa da sala de jantar, no recesso do lar cuiabano, ou simplesmente, na cozinha, onde o alimento é preparado. Os sabores, a degustação da comida, dos doces tradicionais, que alimentam as práticas da cultura secular, que mantém as relações afetivas das famílias, dos amigos por muitas gerações, unindo o antigo e o novo. A língua afiada da fofoca, dos mexericos, nos remete a um tempo quando os moradores sentados nas calçadas no fim de tarde, nos quintais debaixo das árvores, nas varandas, num calor escaldante, se reuniam para atualizar as novidades, da cidade que crescia muito rápido, pedindo um suco de frutas ou um guaraná ralado, bem gelado.

A ancestralidade marcada pela presença do jaguar alimenta o imaginário, o sonho, a criação, o devaneio, as narrativas, a memória, o mito. O homem antigo se faz presente, diante da pintura de João Sebastião, rica em cores, formas, num universo singelo, caboclo, cuja força descomunal na presença do jaguar se faz forte, confirma a autenticidade da região Centro-Oeste, ímpar, rica, singular.

O fascínio pelo felino aparece em vários registros da literatura universal, como na *"Divina Comédia"* de Dante, nas obras brasileiras, como por exemplo, *"A Pedra do Reino"*, de Ariano Suassuna, *"Contos Tradicionais do Brasil"*, de Câmara Cascudo, *"Meu Tio Iauaretê"*, de João Guimarães Rosa, como também, nos registros orais do homem pantaneiro, que sofre com a possibilidade de ser atacado pela pintada, ou até mesmo o gado ser atacado no curral, por ela. A ameaça é constante nessa região, mas o registro permanece no imaginário mato-grossense, que passa de geração a geração.

Segundo a definição do dicionário de Língua Portuguesa para onça, trata-se de um "grande felino das montanhas do Norte da Ásia (*Panthera uncia*), de pelagem lanosa, que lembra a da pantera, com 1,30m de comprimento. (...) designação comum a todos os felídeos brasileiros de grande porte". (FERREIRA, 1986, p. 1.223):

> No mesmo dicionário a definição de jaguar é "uma designação genérica dos animais do gênero *felis* carnívoro fissípede, da família dos felídeos (*Panthera[jaguarius] onça*), de coloração amarelo-avermelhada, com manchas pretas arredondadas ou irregulares, porém simétricas, em todo o corpo, encontrado (salvo no Chile e nos Andes) em toda a América, desde o S.E. dos E.U.A. Tem cerca de 1,50 m de comprimento, afora a cauda, que tem 60 cm, e 80 cm de altura. É considerada a fera mais terrível da América, e alimenta-se da caça e da pesca de animais, preferindo-se grandes peças. [Sin.: jaguarapinima, jaguaretê, canguçu, acanguçu, onça, onça-pintada, pintada, tigre...] (Ibidem, 980).

Esse animal misterioso pode surpreender sua presa com astúcia e rapidez, provocando no homem pantaneiro pavor e ao mesmo tempo instigando-o ao desafio de encontrá-lo na mata, que gera inúmeras narrativas sobre o felino, que carregam em si uma gama de simbologia colocada pelo homem e sua civilização, incluindo povos de diferentes nações, como os índios de Mato Grosso e o Brasil como um todo:

> Entre os índios da América Central, quatro jaguares velam sobre as quatro vias de acesso ao centro da aldeia. O costume provém da antiga crença maia segundo

> a qual quatro jaguares míticos seriam, desde as origens, os guardiães dos campos de milho.
>
> Na terceira idade Maia-Quiché, que corresponde à agricultura, e, portanto, à preminência dos cultos lunares, o jaguar representa a deusa lua-terra. ... para os maias, o jaguar é, sobretudo, uma divindade ctoniana, expressão suprema das forças internas da terra. Ele é o deus do número Nove, expressão das regiões de *baixo*. Senhor do mundo subterrâneo ... deus do interior da terra, ele leva nas costas uma concha marinha, símbolo da grande-mãe Lua, e, por extensão, símbolo do nascimento. Divindade ctoniana, o jaguar é, igualmente, senhor das montanhas, do eco, dos animais selvagens e dos tambores de chamada. Dão-lhe o nome de *coração da montanha*.
>
> Para os tupinambás, o jaguar é uma divindade uraniana, celeste, semelhante a um cão e azul como o lápis-lazúli. Sua morada fica no alto dos céus. Ele tem duas cabeças, para devorar o Sol e a Lua (explicação dos eclipses). No fim do mundo ele descerá à terra e se lançará sobre os homens para fazer deles sua presa.
>
> Num mito dos índios iurucarés do Brasil ... o último dos jaguares, depois de ver dizimada sua família por um herói humano que vinga os seus, sobe numa árvore e pede socorro ao Sol e à Lua. O Sol não lhe dá ouvidos mas a Lua o recolhe e esconde. Ele vive desde então com ela e é desde esse tempo que os jaguares são noturnos.
>
> A mesma crença se encontra entre as numerosas tribos indígenas da América do Sul, Peru, na Bolívia, no Equador, nas Guianas, principalmente chanés, uitotos (Colômbia), bacairis do Xingu (Brasil), tupis-guaranis (Brasil), caraíbas, makusis, warais da Guiana venezuelana...
>
> Em numerosos mitos dos índios da América do Sul, intervém um jaguar de quatro olhos, o que simboliza o Dom de clarividência dos espíritos noturnos e ctonianos. Nos mitos brasileiros referentes à origem do fogo ... ele aparece como o herói civilizador que dá o fogo aos homens ao mesmo tempo que as primeiras indústrias, sobretudo a tecelagem do algodão. E, todavia, ele aparece também não como o inventor do fogo mas como o seu guardião, depositário e primeiro usuário. Ele não explica a técnica de acender fogo, o que confirma sua função ctoniana. O jaguar não é um demiurgo mas, talvez, um antepassado. (CHEVALIER, 1996, p. 510-11).

Na pintura de João Sebastião, a onça aparece como ponto de união entre o imaginário coletivo e sua própria interpretação desse imaginário. Nos anos 1970, do século passado, o pintor iniciou uma produção intensa de trabalhos com uma temática regional, "[...] aparece a fase dos reis festeiros, dos santos, das onças, dos peixes, dos cajus, compondo uma obra brejeira e antropomórfica" (FIGUEIRDO, 1979, p. 199).

Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, na ocasião João Sebastião foi premiado no 8º Salão de Arte Contemporânea de Santo André, em 1975, ele fala sobre o caju e os santos, na sua pintura:

> [...] eu pinto o caju por ser... um fruto cultivado nos quintais, nas fruteiras, no suporte de uma janela, nas compoteiras compondo mesas de grandes festas ou transformando em saboroso licor. Além de ser considerada a fruta da amizade, pinto o caju para exaltar esta riqueza do cerrado..." "[...] realizo meus santos,

> às vezes, com as mesmas composições das estampas decalques ou "santinhos", porque eles compõem todo um clima místico do cotidiano do interior das residências cuiabanas e das cidadezinhas da grande Baixada Cuiabana. São esses santos, ao lado da fotografia do chefe da casa, que enfeitam as salas de visitas..."

A infância de João Sebastião foi muito rica, criado próximo ao rio Coxipó, de família católica, sua mãe, Dona Alexandra, ceramista e artesã, todos os anos fazia presépio em sua casa, diferente do habitual, incluía seus vizinhos, amigos que comungavam no mesmo espaço, com a sagrada família, construindo um ambiente sagrado. A convivência com a cerâmica iniciou o menino no universo das artes, ele ajudava sua mãe, pintando as peças do presépio, contribuindo na elaboração dos elementos, da sua temática plástica que na vida adulta tomaram formas, como a onça, o caju, as festas de santos, os bichos, os pássaros, os indígenas, enfim, elementos do contexto regional, como também os elementos arcaicos dos nossos bens culturais, se revelando um guardião de memórias.

Dona Alexandra Barros da Costa, mãe do João Sebastião



Fonte: Facebook do pintor/Blog Fuzuêdas Artes,18.12.2011

O arcaico não morre, ele é o começo e fim de tudo, se faz presente em nosso cotidiano sem ao menos percebermos. Um exemplo clássico são os ritos de passagem, aos quais somos submetidos ao longo de nossas vidas, desde o nascimento até a morte, cada qual em sua família: a cerimônia dos quinze anos para a menina-moça, com a troca dos sapatos, a dança da valsa; o menino lobinho que passa a ser escoteiro; as cerimônias mais diversas de casamentos de ciganos, judeus, católicos, anglicanos, e seus respectivos funerais, os ritos dos povos originais, repetindo o ciclo vida/morte, "*perguntam-se inquietas as espumas: renasceremos em outra cachoeira?...*" (SCAFF, s/d, p. 31).

"A pintura de João Sebastião repousando em nossos bens de raíz, reestrutura a diversidade original dos traços na universidade presente dos complexos de nossa identidade coletiva..." (FREIRE, 1975, s/p). Tais traços e registros acumulam, conservam e transmitem as informações

da cultura cuiabana, onde fauna, flora, flores, frutos, rios, corixos, narrativas, lendas populares, festas de santos, paisagens se mesclam, se fundem, formando interconexões dinâmicas, unindo o passado e o presente, o antigo e o novo, provocando reflexões na contemplação das personas e espaços oníricos, criando um universo singular, que somente João Sebastião sabia criar.

Os elementos aquáticos, tão abundantes em Mato Grosso, comungam com a imensidão do cerrado, que nos envolve numa teia infinita de imagens e lendas. A celebração do rito da fertilidade da terra traduz-se no ciclo das águas e da seca. Em Cuiabá, ainda se espera pela "chuva do caju", que prometerá colheita farta de frutos, que alimentará a cultura cuiabana com doces, sucos, receitas de guloseimas variadas. O ciclo da pesca envolve a piracema; a seca, quando os pescadores sofrem com a escassez do alimento das águas nesse período, o pantanal se transforma com a crueldade do fogo, compreendendo o ciclo morte/vida. O tempo da seca, o tempo da chuva, o tempo da pesca, da manga, do pequi, o tempo do caju, que deixa a cidade perfumada. Tempo dos ipês roxos, amarelos, das acácias e *flamboyants*; árvores que transformam calçadas, ruas e quintais em tapetes de pétalas e frutas. Tempo de arroz com pequi, tempo dos doces em compotas, tempo da farra do caju, tempo em que aquelas árvores de galhos retorcidos e feios ganham cores, e beleza.

Aqui se localiza o Centro Geodésico da América do Sul, viver em Cuiabá transforma o cotidiano simples de qualquer pessoa, cujas flores, frutos, clima quente e ensolarado ressalta as cores, torna o ambiente mais alegre, compondo uma convivência em meio ao cerrado, arraigado à Mãe Terra. Há também o tempo das festas religiosas tradicionais: Senhor Divino, São Gonçalo, São João, São Benedito, São Sebastião, as quais também possuem suas particularidades: comidas, danças típicas; rituais sagrados como as rezas, a procissão, costumes, que envolvem os participantes numa alegria e pagamento de graças recebidas. Festas de Santos, de costumes e tradições diversificadas que ainda, conservam alguns rituais arcaicos da cultura judaico-cristã. A intensa religiosidade é uma das características mais marcantes de Cuiabá, onde há muitas igrejas e santos. São festejos e onde a cultura popular se apresenta com toda sua força, como o cururu, o siriri e o rasqueado.

A Festa de São Benedito dura uma semana, inicia-se com a missa às 05:00 da manhã, logo após é servido o chá com bolo, composto de bolo de arroz, bolo de queijo, pães, chás, leite com chocolate e outras iguarias. Depois tem o almoço e à noite o jantar com muita reza, música, rodas de siriri e cururu. É uma festa contagiante, não só pela alegria, como também pela manifestação da fé dos devotos do santo, que presenciamos em Cuiabá e em muitas comunidades próximas, que ainda resistem às transformações sofridas por décadas.

Fundada por Pascoal Moreira Cabral, no dia 8 de abril de 1719, Cuiabá dos 300 Anos, completados neste momento, em 2019, enfrentou incontáveis transformações sociopolítico-econômico-culturais e ambientais. Em virtude da expansão demográfica, necessitou de espaços para construção de imóveis para abrigar os novos empreendimentos comerciais, especialmente de materiais de construção. Assim, assistimos a demolições de várias casas antigas, cujos proprietários não tinham interesse em preservar os casarões, usando de artimanhas para provocar o "desmoronamento acidental", alegando a necessidade de se fazer uma reforma, removiam as telhas. As paredes de adobe não suportavam as intemperes do tempo e desabavam, quando, em 1990, "[...] o Centro Histórico de Cuiabá, já tombado pela antiga SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), é atingido por seguidas ações predatórias autorizadas

pelo Executivo Municipal" (BRANDÃO, 1997, 30). Assistimos as cenas das mazelas políticas, para atender os interesses do capital selvagem que assolou a cidade.

Segundo os dados do IBGE, a população residente em Cuiabá, em 1970, era de 100.860, e em 1980 saltou para 212.980; em 1996 era de 430.212, em 2000 aumentou para 483.346; em 2007 era de 526.830, em 2010 estava com 551.098. Em 40 anos a população aumentou 500%, e o aumento populacional rápido provocou o aparecimento de favelas na periferia da cidade, uma vez que o desenvolvimento desordenado produziu uma série de consequências, que comprometeram a cidade como um todo. Com o aumento da população, foram criados vários núcleos habitacionais, com casas populares, com um modelo arquitetônico padrão e a localização, cada vez mais distante dos bairros de classe média e alta, caracterizando a especulação imobiliária. A estimativa para 2018 está em torno de 607.153 pessoas residentes em Cuiabá.

Cuiabá 296 Anos.



Fonte: Instagram de Ahmad Jarrah, 08.04.2015

A divisão do Estado foi motivada pela necessidade de ocupação dos vazios demográficos da Amazônia Legal. Logo depois, iniciou-se outro processo de migração voltado para o aproveitamento do potencial dos cerrados e florestas ainda virgens. Além da agricultura, o Estado de Mato Grosso é rico em reserva mineral, cujas riquezas despontam no contexto nacional e internacional.

Ao longo do tempo, tem-se visto um descomprometimento sociopolítico-cultural dos administradores públicos, permitindo tamanha violência que desmantelou a cultura mato-grossense, pois em vários pontos do Estado há comunidades que ainda preservam as festas tradicionais.

Em entrevista concedida, a Profª Drª Maria de Lourdes Bandeira esclarece melhor esses acontecimentos:

> A população negra de Mato Grosso: Livramento, Vila Bela, a superstição da Festa de São Benedito como identidade negra - uma festa de identidade negra - ela é muito forte e foi completamente despropriada. Os políticos a despropriaram e transformaram a festa em suporte, em ritual de estabelecimento num outro nível - num nível simbólico - de outras relações de clientelismo (...) com a população local e isso foi terrível. Não só a festa do Divino, [...] foram todas elas invadidas, como alguma coisa que aconteceu na década de 50 no Brasil, em termo de indústria cultural, só que esse processo aqui ele veio com uma violência terrível, uma violência avassaladora, atingindo Poconé, 'os mascarados', Livramento, Diamantino, enfim, MT, a tradição local foi toda ela revirada, igualzinho os garimpos, quando você tem os garimpeiros que chegam, reviram a terra vão embora e fica aquele monte de reunia. [...] Quando se quer falar de Cuiabá, do que se lembra? Da cultura, dos artistas. [...] É por isso que esse movimento de artes plásticas aqui de Mato Grosso é tão rico, é tão forte, é tão denso, porque eles trabalham com a alma do povo, com as práticas do povo, com a visão de mundo do povo, enfim, com essa resistência, com esta competência de lidar com a vida, com o cotidiano, essa capacidade de preservar seus sabores e de com eles estarem enfrentando inclusive as adversidades do momento [...][2]

A transferência da capital federal do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília, pelo então Presidente Jucelino Kubichek, estabeleceu uma ligação do Centro-Oeste com o país, enquanto isso, em Campo Grande a crítica de arte Aline Figueiredo liderava a Associação Mato-Grossense de Artes (AMA), junto com o artista plástico Humberto Espíndola. Naquela época, as viagens de ônibus eram realizadas via Campo Grande, para se fazer a baldeação e prosseguir o itinerário até o destino final do viajante.

Em 1966, aos 16 anos, João Sebastião decidiu cursar o ensino médio na cidade de Icaraí, em Niterói – RJ, morando na casa de familiares, pois o jovem artista tinha em mente o desejo de ampliar os conhecimentos nas artes, após uma temporada de aulas com a Srª Bartira de Mendonça, que havia sido aluna de Cândido Portinari, no Rio de Janeiro. Para chegar em Niterói, João Sebastião cumpriu o percurso da baldeação em Campo Grande, uma vez que, naquela época, as empresas de ônibus não ofereciam o traslado direto de Cuiabá para outras cidades, sendo necessário fazer a baldeação. Deixou as malas no hotel e foi dar uma volta, na região da rodoviária, entrou numa farmácia e perguntou se na cidade havia algum pintor. Ficou sabendo que um dos filhos de Francisco Espíndola, tinha sido entrevistado na televisão, a propósito de sua pintura (João conheceu a televisão em Campo Grande); o pintor cuiabano pediu o endereço do rapaz, pois precisava encontrá-lo. Foi então que, em plena rua, ele viu uma figura fenomenal. João descreve assim esse primeiro encontro:

> [...] 66, Tropicalismo, aquela coisa! Eu com um cabelo enorme, porque tinha, eu era cabeludo, o meu ponto de contestação era o cabelo, grandão! Ai, por causa deste cabelo paguei coisas que você nem acredita. Aí eu perguntei para aquela figura que vinha de cabelo loiro enorme, (...), calça roxa e camiseta laranja. Eu o abordei:
>
> - Bom dia!
>
> - Bom dia!
>
> - Por gentileza, eu sou de Cuiabá, sou pintor e eu estou procurando, me disseram que aqui perto mora um rapaz que pinta, por nome Humberto Espíndola. Ele falou" Como?" Eu repeti toda a história, mas ele troçava de mim, ele não acreditava, né? Aí ele falou: "Eu sou Humberto Espíndola".

Foi assim que a amizade entre os dois começou, no meio da rua. Humberto o convidou para ir até a sua casa, onde mostrou os trabalhos que estava fazendo. João contou que estava de partida para o Rio de Janeiro e que ficaria em Campo Grande apenas três dias. Mas Humberto e sua família não permitiram e insistiram para que João ficasse mais algum tempo. As malas foram trazidas do hotel e os três dias foram transformados em noventa. João conheceu a crítica de arte Aline Figueiredo que o convidou para participar do movimento de arte que estava sendo organizado, mas João não aceitou, pois precisava seguir para o Rio de Janeiro. Passou o primeiro ano estudando em Niterói, e Aline e Humberto sempre lhe escreviam cartas. E todas as vezes que João ia à Cuiabá, nas férias, passava um tempo em Campo Grande.

Os primeiros contatos de João Sebastião na escola, no Rio de Janeiro não foram fáceis, uma vez que ele carregava consigo uma memória singular, tendo como referência, para seus colegas, a onça, um animal poderoso anatômica e simbolicamente, provocou no jovem pintor uma reação estranha vivida num lugar estranho. Era um menino bonito de cabelo comprido, misterioso e aplicado nos estudos, o que provocava nos colegas de escola espanto e tamanha curiosidade, a reação era imediata:

> [...] vinha o colégio todo pra sala, onde eu estudava [...] eu me sentia um animal raro. [...] Aí as meninas perguntavam: É verdade que na sua terra, a gente vira uma esquina e dá de cara com uma onça? Resp.: é verdade sim! [...] Eu ficava afrontado, mas também eu tirava meus sarros também. E aquilo ficou assim, marcou a minha vida. [...]

Isto tudo ficou registrado para sempre naquele jovem, então, ele começou a elaborar a onça que tanto incomodava as pessoas, daqueles rabiscos saíram formas efeminadas com orelhas e detalhes com cajus, quando João Sebastião encontrou a forma da figura misteriosa. Nunca se sabe se a onça é feminina ou masculina. Aquele que via o jovem pintor não sabia se era menina ou menino. Por ser muito bonito e ter cabelos longos, confundia as pessoas. Então, João decidiu fazer um pacto com a onça. Este é um elemento, que ele tenta esgotar sem ter como esgotá-lo:

> [...] achei que ela (a onça) tinha muita plasticidade. [...] Eu fiquei pensando, por que não! Se a onça é um elemento, um símbolo nacional, uma coisa tão forte, a onça não se sabe se é feminino, masculino ou feminino, fica assim. Aí eu pensei quando eu voltei depois em 1974, pra Cuiabá. [...] Você pode olhar em todo meu trabalho que você não vai encontrar a mulher, você vai encontrar a figura da mulher, porque todo o meu trabalho, ele é feminino, ele é mulher. Então, por isso que tem essa coisa que encanta as pessoas, porque é mulher, ele não é homem, ele não é mulher [...].

No Rio de Janeiro, João Sebastião participava das exposições de arte, vernissages, dando início aos contatos com muitos artistas, frequentando os ateliês. A ligação com as atividades da AMA, mesmo à distância, abreviou sua volta para Mato Grosso, transferiu-se para Campo Grande, no período de 1969 a 1972, quando iniciou a elaboração da sua arte. Asim nasceu o que hoje temos João Sebastião da Costa.

Com a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, em 10 de dezembro de 1970, do século passado, sediada em Cuiabá, houve uma vontade de se criar ações no universo das artes visuais. Assim, Aline Figueiredo, Therezinha Arruda e Humberto Espíndola elaboraram os estudos para a criação do que é hoje o Museu de Artes e de Cultura Popular da UFMT. Em

virtude da demanda de trabalhos previstos, João Sebastião foi convidado para integrar o quadro dos técnicos, que auxiliariam nessas ações, que foram inúmeras. Ao lado de Aline e Humberto, em 1973, no retorno para sua terra natal, começou a aflorar a identidade cuiabana, tão buscada e que se manifestava, plasticamente na sua pintura, por meio da temática da onça e do caju. O pintor relata este momento, mostrando como ele foi desencadeado pela lembrança das provocações experimentadas no colégio no Rio de Janeiro:

> [...] eu achava aquilo uma provocação, porque aquela atitude do Rio-São Paulo têm as costas voltadas pra nós. (...) Eles só enxergam lá, pra cá é interiorano [...], somos caipiras, somos de Mato Grosso [...] por causa desse deboche, dessa atitude do eixo Rio-São Paulo achar que só eles são os donos da bola, quando na verdade não são. [...] Eu tinha que achar um elemento que fizesse confronto e que fosse verdadeiro dentro do contexto. [...] mas eu não posso fazer a onça como ela é, ao natural, aí eu estaria fazendo uma cópia. Eu estaria sendo um acadêmico, eu tinha que achar uma fórmula que não beirasse a isso. Aí eu comecei a juntar as duas coisas: o caju com a onça. Aí comecei a animar o caju, dar uma alma, então o caju passou a ser um personagem, [...] *já vinha com cara de gente, com orelha, com perfil, com nariz, os olhos, alma! Gente! Uma etnia, uma coisa de gente nossa, parecia com o pessoal daqui. Aí quando eu ganhei uma página da Folha de São Paulo - entrevista - página inteira, então eu falei sobre o paralelo, a semelhança que eu via entre as pessoas e os bichos, muito parecido, muito aproximado. Tinha muito isso, pessoas que tinham cara de peixe.* [...] em Mato Grosso tem muita gente - pessoal de beira de rio - tudo cara de peixe, de bagre, de pacu, outros com cara de paca, outro de caititu. Meu pai que mostrava isso pra gente [...] eu tenho que trabalhar essas coisas, que são as nossas coisas, autênticas! (...) Primeiro foram as festas, os santos com caju, com orelha de caju, com queixo de caju, com cocar, que lembrava coisa de índio, tudo de caju. Então, a cajuana foi assim, aquela coisa! Mas era festa! Aí, a onça veio logo depois, primeiro por causa desse fundamento. [...] achei que ela tinha muita plasticidade. [...] Eu fiquei pensando, por que não! Se a onça é um elemento, um símbolo nacional, uma coisa tão forte, a onça não se sabe se é feminino, masculino ou feminino, fica assim. Aí eu pensei quando eu voltei depois em 1974, pra Cuiabá (MOREIRA, 2003, p.47-48).

O mistério felino, justaposto ao mistério do feminino enriquece a temática da onça. Como podemos ver no relato de João Sebastião:

> [...] Você pode olhar em todo meu trabalho que você não vai encontrar a mulher, você vai encontrar a figura da mulher, porque todo o meu trabalho, ele é feminino, ele é mulher. Então, por isso que tem essa coisa que encanta as pessoas, porque é mulher, ele não é homem, ele é mulher. [...] Eu comecei brincando, dançando como se fosse um rasqueado, no ritmo de rasqueado, aquela coisa bem popular, bem festa. [...] Eu abordei o caju, aí eu entrei na minha fase mística, esotérica [...] fui buscar o esoterismo pra achar uma coisa diferente, comecei a colocar asa nos cajus, quer dizer que é um caju esotérico, já é uma coisa a mais. Aí achei a onça firmei contrato com ela, [...] como principal associada, ela é a presidente dessa associação [...] porque nessa época eu tinha 24 anos de idade, foi o momento mais incrível da minha vida. Foi o momento que eu fiz as viagens mais loucas que você possa imaginar, sabe? Com LSD, eu experimentei LSD foi uma coisa fantástica, na época quase fiquei louco! Então foi uma coisa fantástica, maravilhosa! (risos) (MOREIRA, 2003, p.48).

As narrativas de João Sebastião nos mostram a riqueza dos elementos cultuais, provocando o encantamento nos artistas que capturaram a essência dos nossos bens cultuais, porém, ao longo dos anos, muito se fez pela produção das artes visuais, havia muito dinheiro e políticas públicas no Brasil que fomentavam o universo das artes, havia uma extensa programação dos museus,

instituições e prefeituras que inseriam os Salões de Arte na agenda governamental, enquanto hoje, em 2019, assistimos o desmantelamento dessas ações, a falta de cuidado com os nossos bens culturais, museus abandonados, mal administrados, enfim, uma tristeza em Cuiabá, temos vários museus fechados, assistimos a ineficiência governamental, que impede a formação de apreciadores das artes.

João Sebastião da Costa.



Fonte: Facebook do pintor 01.11.2015. Foto: Wers Gravluz,

João Sebastião participou de muitas exposições individuais, coletivas em várias cidades brasileiras e no exterior, recebeu muitos prêmios. Participou da coletiva Panorama de Artes Plásticas em Mato Grosso, em 1975; compôs a representação mato-grossense na Bienal Nacional/74 em São Paulo, em 1974; VII Salão Nacional de Arte, em Belo Horizonte; do XXIV Salão de Arte Moderna do Rio de Janeiro, todos em 1975; da coletiva *Arte Agora! Brasil 70-75*, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 1976; IV Salão Nacional de Artes Plásticas do Rio de Janeiro, em 1976, obteve premiações em todas essas participações. Em 1981 foi agraciado com o *Prêmio de Viagem ao País*, 1981 – IV Salão Nacional de Artes Plásticas (MEC, FUNARTE, e INAP – Rio), prêmio este, que deixou João Sebastião muito honrado. Participou da I Bienal Latino-Americana de São Paulo – Mitos e Magia (1978); Panorama da Arte Atual Brasileira (MAM, São Paulo, 1980). Integrou as coletivas Brasil/Cuiabá: *Pintura Cabocla* (Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de São Paulo e na Fundação Cultural de Brasília, em 1981). Realizou individuais na Galeria Guimar, São Paulo, em 1975); no Museu de Arte e de Cultura Popular, apresentou a série *Cuiabá, Coração Caipira em Terra Morena* (ambas em 1977). Ao lado de Humberto Espíndola apresentou a mostra Touros e Onças na Galeria Shopping Campo Grande, em 2001. Realizou o Projeto *Retina Pagã* em 2005, desenvolvendo palestras no interior do Estado de Mato Grosso. Em 2006 realizou uma exposição individual com o mesmo título, no Museu de Arte e de Cultura Popular, em Cuiabá. Em 2015, na A Casa do Parque, João Sebastião apresentou Água da Bica.

João Sebastião na sua casa em Cuiabá-MT.



Fonte: Facebook do Pintor, 29.12.2015

João Sebastião realizou inúmeras exposições, aplaudido pela crítica que soube capturar a fina essência do seu trabalho, apresentamos a opinião da crítica nacional e estrangeira a respeito da pintura de João Sebastião da Costa. Os fragmentos retirados dos jornais alemães foram traduzidos pelo Prof. Prof. Élcio Loureiro Comelsen, e constam na nossa Dissertação de Mestrado.

FREDERICO MORAIS
Salão Nacional – E o Público?
O Globo, Rio de Janeiro, 16-5-75

[...] João Sebstião Costa mescla *kitsch*, trópico e barroso em seus quadros de um cromatismo exuberante e de uma temática faustosa. Onças, cajus, tucanos, imagens de santos – o coração cintilando vermelho no peito – se misturam em composições muito movimentadas. Se aceitarmos, com Ariano Suassuna, que o "caju vermelho ou amarelo é o fruto brasileiro por excelência e é, portanto a nossa insígnia vegetal brasileira, assim como a Onça é o nosso animal heráldico mais característico", teremos em Mato Grosso uma extensão do movimento armorial... agora brasileiro. Mas João Sebastião acrescenta ao seu trabalho uma pitada de humor e de crítica – nos olhares felinos e sensuais de suas santas. (FIGUEIREDO: 1979, p. 202).

MÁRIO SCHENBERG

(Catálogo da exposição 4 artistas de Mato Grosso, Galeria Goeld, Rio, 1970)

Entre os mais jovens artistas mato-grossenses, João Sebastião Francisco da Costa se destaca como um dos mais promissores. Nele há o encontro do movimento mato-grossense com a nova pintura da Guanabara, onde trabalhou durante algum tempo. João Sebastião faz uma pintura figurativa atualizada, utilizando os

resultados da chamada nova figuração brasileira, tão diferente da nova figuração europeia, assim como os da Nova Objetividade e dos desenvolvimentos mais recentes. Apesar de extremamente jovem, já apresenta algumas características pessoais bem acentuadas. Revela a sua vocação de pintor pela maneira essencial como emprega a cor. Não obstante a importância do desenho nos seus trabalhos, são realmente pinturas porque neles a cor não é um elemento auxiliar da comunicação pelo grafismo. Ela cria o clima básico das telas, no qual se integram os demais elementos. João Sebastião tende para uma arte simbólica, talvez com uma nota mágica. (In.: FIGUEIREDO, 1979, p. 203).

Trechos do artigo Alte Mythen und moderne Ausdrucksformen do jornal *General-Anzeiger,* Bonn, 01 de novembro de 1984 (Tradução: Prof. Élcio Loureiro Comelsen)

Velhos Mitos e Modernas Formas de Expressão
"Artistas brasileiros se apresentam" no Foyer do Centro Científico
por Martin Nolte

Quando se fala da arte de países sul-americanos, logo ocorre aos europeus ocidentais a associação com temas folclóricos. Aliás, trata-se de uma associação natural, pois a exportação de artesanato folclórico do chamado Terceiro Mundo prospera como de costume, enquanto a arte moderna sul-americana, por exemplo, não é facilmente encontrada nas grandes galerias. Quem viu a mostra "Artistas brasileiros se apresentam" no Foyer do Centro Científico, irá lamentar esse fato. As obras desses oito artistas - bem diversificados - revelam que no Brasil tem-se desenvolvido uma arte bem própria: a tentativa de união de formas tradicionais com o pensamento moderno - sob o pressuposto das bases culturais do país. A exposição nos leva a crer que há muito mais a ser descoberto [...]

Através de suas cores vibrantes as pinturas a óleo e acrílico, respectivamente, de João Sebastião Costa e António Sérgio Benevento são as que mais chamam a atenção. Os quadros de Costa, compostos de cabeças de animais e ornamentos, são vivos e originais Ornamentos como triângulos, espirais e motivos de tapeçaria agrupam-se em torno de uma cabeça de leopardo ao centro do quadro. A cor predominante é o amarelo vivo [...] Trechos do artigo Seele des Mato Grosso, publicado no jornal *Die Welt,* de 13 de novembro de 1984. (Tradução: Prof. Élcio Loureiro Comelsen)

Alma de Mato Grosso
Bonn mostra arte contemporânea do Brasil
por Susanne Plück (Tradução: Prof. Élcio Loureiro Comelsen)

Talvez seja a cabeça de jaguar com lábios voluptuosos de um vermelho vivo e com olhos de tigresa pintados em forma obliqua, que espreita sobre o pano de fundo formado por combinações de motivos e cores explosivas, o quadro que expressa mais decisivamente o atributo de "brasileiro" na "Exposição dos Contrastes", que está sendo mostrada no Foyer do Centro Cientifico de Bonn. No momento, oito artistas brasileiros contemporâneos expõem pinturas e objetos ornamentais - uma raridade neste país. Esta é uma seleção que não se resume a um estilo único. Nas pinturas a óleo de João Sebastião Costa, natural do Estado de Mato Grosso, por exemplo, predominam a sensualidade e a agressividade, o aspecto sobrenatural de culturas antigas e a alegria profana do Brasil atual. [...] O fascinante dessa arte brasileira é a associação de antigas culturas - a indígena

> e a africana, assim como a espanhola - com tendências da arte contemporânea européia e norte-americana. [...]

Sobre o crítico Luiz Ernesto Machado Kawall, há de se fazer uma consideração, pois ele sempre acompanhou os trabalhos do João Sebastião, e escrevia textos sobre a trabalho do artista em forma de cartas, esta que apresentamos, também integra nossa dissertação, defendida na PUC/SP em março de 2003.:

Arte Maior

Fértil	Colorista
Amazônico	Selvático
Telúrico	Espontâneo
Popular	Real
'Cronista	Verdadeiro
Primitivista	Pantaneiro
Caboclo	Expressionista
Delirante	Imaginário
Lúdico	Sensitivo
Inusitado	Inventivo
Original	Ficcionista
Assimilador	Agiográfico
Mágico	Difuso
Simbólico	Emblemático
Instigante	Sincrético
Fantástico	Anímico
Mitológico	Contemporâneo

João Sebastião chega com a força de suas onças pintadas arrancadas das selvas matogrossenses, e, cancerígeno e junguiano, com a fé positiva de sua mensagem tropicalista e verde amarela, bem Brasil-hoje, neste portal, neste limiar do século XXI.

Arte Maior.

Luiz Ernesto Kawall

Jornalista e Crítico de Arte,1988

Em 2015, Kawall publicou o livro *Artes Reportagem 2*, edição do próprio autor. Nela, João Sebastião integra o elenco dos artistas, trata sobre a série Água da Bica, que iria expor na A Casa do Parque:

> João Sebastião, Água da Bica, Cor, Alma e Deus
>
> Nada me surpreende mais na arte do Mato-grossense pantaneiro João Sebastião. Sempre o considerei um dos mestres da arte brasileira. Mítico, sensitivo, primitivista, poético, dramático, santeiro. Uma onça do João vale tanto quanto uma celebração celeste, o céu de Mato Grosso manchado de seus duendes, anjos, peixes abissais, pássaros, águas e matas dum Brasil profundo. O jovem descoberto por Aline e Humberto Espíndola em sua terra natal nos idos de Cuiabá, volta em nova mostra que o consagra.
>
> João já fizera sucesso com sua arte original, moderna e plena de contornos de sua alma de lutador figureiro, artista revolucionário de pincéis mágicos e sonháticos...
>
> Agora, João chega de novo – numa fase maravilhosa, ainda íntima, com um colorido espiritual, os olhos dos entes etéreos, belíssimos. Tem onças, e peixes, em arcos flutuantes, simplesmente, comoventes, a nós mortais. Para João, o *"espírito de Deus paira sobre o Mundo"*. É como se as Escrituras do Senhor se abrissem "*para nós homens em cores múltiplas e fantásticas*, segundo diz.
>
> A área flutuante e sua população de bichos é deificada, espiritual, vivente. Vive dentro dele e de nós. É água de bica. João de todos nós. "João Sebastiões", deste mundo vital vivemos de cor, dor, amor e Deus. (KAWALL, 2015, p. 79).

Os bens culturais são importantes na vida de uma comunidade, de uma cidade, de um país e as políticas públicas devem garantir a manutenção desses bens fundamentais, se observarmos que em Cuiabá, num período de 20 a 30 anos, tivemos uma vasta produção cultural e práticas de vivência nos museus, teatros, cinemas, bibliotecas, música, *ballet,* enfim, uma gama de opções culturais de boa qualidade para a população de todas as idades. No caso específico da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), as ações culturais sempre foram de caráter públicas, gratuitas e que contribuíram para a formação de público, uma vez que, o acesso à informação é fundamental. A criação do Ateliê Livre na UFMT, vinculado ao Museu de Arte e de Cultura Popular, provocou uma transformação nas artes na cidade, promovendo diversas atividades pautadas na liberdade de criação. Assim surgiram os Meninos Pintores do Pedregal, hoje alguns deles são artistas renomados no cenário nacional e internacional. O Pedregal é um bairro próximo da UFMT, distante do centro da cidade, que abrigava muitos migrantes nos anos de 1970 do século passado. A proximidade com a UFMT estabeleceu um contato interessante com essas crianças, com idade entre 11 e 14 anos, participavam das atividades desenvolvidas pelo Ateliê Livre.

Sobre as ações do Museu de Arte e de Cultura Popular, recomendamos a leitura das obras de Aline Figueiredo e Humberto Espíndola elencadas na bibliografia do presente artigo. Nelas constatamos o quão a cidade de Cuiabá foi agraciada com a presença de artistas consagrados, além de ministros e diversos intelectuais que prestigiavam essas ações. A extensa documentação do MACP, bem como, o de Aline e Humberto, nos causa revolta, quando hoje, em 2019, assistimos

a falência total das ações culturais, a pobreza política centrada na corrupção, empacando a vida dos habitantes e causando um hiato na vida cultural da cidade. É lamentável vermos artistas que desenvolvem trabalhos de excelente qualidade sem o menor incentivo governamental para organizar exposições, palestras, debates, grupos de estudos, enfim, o exercício do prazer cultural. Vemos o esvaziamento total desse nicho, os artistas penam para conseguir se manter com o seu próprio trabalho, sendo forçados a encontrar outras formas de subsistência, isto implica diretamente no mercado de consumo de obras de arte. Enquanto outros buscam as riquezas da cidade e do estado, para suprir subsistência e ambições, sem manifestarem qualquer tipo de respeito ou gratidão por suas conquistas, assim como também o interesse pelas produções de arte da cidade. Ouvimos repetidas vezes João Sebastião dizer que essa gente gananciosa chega em Cuiabá "*tchupa, tchupa, tchupa, depois vai embora, só deixa o bagaço*", no sentido de exploração, seja na aquisição de bens materiais, negociatas, enfim, apenas exploram as riquezas da região, não acrescentam em nada, em contrapartida.

Máscaras de Carnaval de João Sebastião. Fonte: Facebook Rosylene Pinto, 2401202011



A preocupação com o ambiente provocou uma indignação de tal forma que João Sebastião utilizou cano de PVC, pintando paisagens locais cujo tom de vermelho foi elaborado, representando as queimadas que consumiam o cerrado. Em 2011, ele utilizou garrafas *pet*, confeccionando vários objetos e alegorias de carnaval, sua paixão. Ele amava o carnaval. Ao optar pelas garrafas *pet*, João Sebastião nos alertava para a conscientização sobre o uso desse material, que provoca um impacto irreparável na natureza.

João Sebastião e suas Máscaras de Carnaval.



Fonte: Facebook de Rosylene Pinto, 18.12.2011

João Sebastião nasceu no dia 23 de junho de 1946 em Cuiabá-MT, aqui faleceu num domingo ensolarado de 28 de fevereiro de 2016, nos pegou de surpresa, por complicações cardíacas. Nos deixou órfãos da sua alegria, do seu humor, da sua crítica, sua Língua Cuiabana não mais vai desferir sua revolta contra as injustiças, os necessitados, os descasos políticos, assim como também, não veremos mais suas ações filantrópicas. Pintava roupas, camisetas, tudo na vida de João Sebastião girava em torno da pintura, vivida intensamente.

No seu ateliê, nós comungávamos de uma amizade calorosa, festiva, onde os amigos travavam discussões, embates diversos recebidos por um amor incondicional e um saboroso café. A pata da onça servida na mesa com a toalha quadriculada criava uma rede de afetos que unia a todos, comungando da amizade, fortalecendo laços afetivos, uma marca da gente de Cuiabá, fortalecendo a ancestralidade. A cidade dos 300 Anos não tem mais sua onça inquieta, misteriosa, criativa, sarcástica, questionadora, entusiasta, feliz, mágica, telúrica. João Sebastião: O Guardião das Memórias, sua partida deixou um vazio em Cuiabá.

Notas

[1] O presente artigo integra nossa Dissertação de Mestrado, defendida em março de 2003 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Há de se ter o cuidado com as datas no texto, que se referem ao século passado. As entrevistas com o pintor foram realizadas no seu ateliê, em Cuiabá no período de julho e agosto de 1998, do século passado.

[2] BANDEIRA. Maria de Lourdes. Entrevista. Cuiabá, 13.08.1998.

Referências

BACHELARD, Gaston. *A Terra e os Devaneios da Vontade*, Trad. Paulo Neves da Silva, São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. *A Poética do Espaço,* Trad. Antonio de Pádua Danesi, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *O Direito de Sonhar,* Trad. José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Raas, Maria Lúcia de Carvalho Monteiro e Maria Isabel Raposo, Rio de Janeiro,:Bertrand Brasil, 1994.

BAITELLO JUNIOR, Norval. *O Animal que Parou os Relógios,* São Paulo: AnnaBlume, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento O Contexto de François Rabelais.* São Paulo-Brasília Edunb - HUCITEC, 1993.

BERTOLOTO, José Serafim. *Gosto Natural ou Luta Ecológica?* Um estudo sobre os aspectos contemporâneos das artes plásticas em Mato Grosso. 1992, 200p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Arte) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A Catedral e a Cidade* - Uma abordagem da educação como prática social. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994.

DICIONÁRIO Ilustrado de Símbolos, por Hans Biedermann, Trad. Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS, por Jean Chevalier & Alain Gheerbrant. Trad. Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FIGUEIREDO, Aline. *Artes Plásticas no Centro-Oeste*. Cuiabá: EdUFMT, Museu de Arte e de Cultura Popular, 1979.

_____. *Arte Aqui é Mato*. Cuiabá: EdUFMT, Museu de Arte e de Cultura Popular, 1990.

_____. *A Propósito do Boi* Cuiabá: EdUFMT, 1994.

FIGUEIREDO, Aline; ESPÍNDOLA, Humberto (Orgs.). *MACP*: [animação cultural e inventário do acervo do Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT], Cuiabá-MT, Entrelinhas, 2010.

FIGUEIREDO, Aline. *MACP/UFMT*: 40 Anos: [Magia Propiciatória]; Percurso [Magia Propiciatória], Cuiabá-MT, UFMT, Fundação Uniselva, Entrelinhas, 2014.

FREIRE, Júlio De Lamonica. *Cuiabá Nosso Bem Coletivo.* Cuiabá: EdUFMT, 1992.

FREIRE, Maria de Lourdes Bandeira de Lamonica. Os Temas de João Sebastião. In: *Panorama de Artes Plásticas em Mato Grosso.* Cuiabá: EdUFMT, 1975.

MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZÖLLER, Gilda. *Amor y Juego Fundamentos Olvidados de lo*

Humano Desde el Patriarcado a la Democracia. Colección Experiencia Humana, Santiago-Chile, Instituto de Terapia Cognitiva, 1994.

MOREIRA, Valéria Pereira. Comunicação das Imagens Religiosas de São Sebastião na obra de João Francisco da Costa. Dissertação (Mestrado, em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo-SP, 2003.

SCAFF, Ivens Cuiabano. *A Fábula do Quase Frito.* Cuiabá: EdUFMT, 1994. Revista em Quadrinho.

KAWALL. Luiz Ernesto Machado. *Artes Reportagem 2*. São João del Rei-MG, Edição do Autor, Editor, Luiz Antônio, Teixeira Rodrigues, 2015.

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/cuiaba/panorama

http://fuzuedasartes.blogspot.com/2011/12/joao-sebastiao-arte-que-veio-do-barro.html

http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com/2012/04/joao-sebastiao-da-costa-desenhista.html

ITINERÁRIOS DO MINHOCÃO (OU DE COMO UMA LENDA CUIABANA FOI ACABAR ENCALHADA NUM SHOPPING CENTER)

Gabriel Francisco de Mattos
Arquiteto, Mestre em Educação
Professor de História da Arquitetura na UFMT
Doutorando no Programa de Pós-Graduação
em Estudos de Cultura Contemporânea da UFMT
gabrieldemattos27@gmail.com

Mario Cesar Silva Leite
Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP
Professor de Literatura Brasileira na UFMT
criador e coordenador do
Grupo RG Dicke de Estudos em Cultura e Literatura de Mato Grosso
mcsl@terra.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

RESUMO

Este artigo propõe acompanhar a trajetória de uma lenda da região de Cuiabá, Mato Grosso, desde seus registros iniciais até sua apropriação pela população da região e utilização na cultura erudita e mercantil, terminando com uma grande escultura localizada no interior de um shopping center da cidade.

Palavras-Chave: Folkcomunicação. Lendas brasileiras. Arte. Arquitetura.

ABSTRACT

This article proposes to follow the trajectory of a legend from the region of Cuiabá, Mato Grosso, from its initial records until its appropriation by the population of the region and its use in the erudite and mercantile culture, ending with a great sculpture located inside a shopping mall of the city.

Keywords: Folkcommunication. Brazilian legends. Art. Architecture.

Introdução

De quem é o folclore na modernização?

Com a definição do termo *Folkcomunicação*, por Luís Beltrão, na década de 1960 no Brasil, algumas questões começam a frequentar a academia de maneira diferente. Sobretudo a separação entre o Popular e o Erudito, assim como a apropriação desses patrimônios culturais pelos meios de comunicação de massa e suas definições enquanto potencialidades comerciais/ mercadológicas:

> Folkcomunicação é um conceito de Luís Beltrão, jornalista e pesquisador pioneiro nas ciências da comunicação no Brasil. Designa as práticas sociais populares que põem em relação os sistemas folclóricos e outras instâncias de produção simbólica, o que inclui a indústria cultural e as práticas da cultura erudita. Nas condições socioeconômicas brasileiras, os segmentos populares caracterizam-se historicamente pelo baixo índice de alfabetização, baixa renda econômica e baixa participação nos circuitos culturais hegemônicos. (GUSHIKEN, 2008, p. 7).

O interessante da teoria de Luis Beltrão é que ela colocava em evidência uma espécie de dialética positiva entre a cultura (vista de maneira ampla, como fazeres do dia-a-dia) das populações de baixa renda e a cultura erudita, assim como suas apropriações pelos meios de comunicação de massa e pelas forças de ação mercantil-comercial:

> Em outras palavras, a folkcomunicação aponta para a troca de informações entre membros do mesmo grupo social, num primeiro momento, e entre grupos sociais distintos, num segundo momento. Portanto, consideram-se as práticas populares de produção de linguagem – no artesanato, nos jogos, nas diversões, nos eventos festivos e outras tantas formas de manifestações populares – como um modo de produzir sentido e reinventar as vinculações sociais, em nível comunitário e entre as comunidades e a sociedade em geral. Na perspectiva da folkcomunicação, a cultura é considerada como ambiente de produção, circulação e consumo de informações. É a condição ambiental de produção de sentido que viabiliza a dimensão comunicacional das práticas folclóricas. (GUSHIKEN, 2011, p. 2-3).

É importante notar que esse diálogo entre os extremos foi (e é) uma das maiores fontes da produção cultural respeitadas. O risco, sempre iminente da desaparição da cultura popular e suas manifestações, foi aumentado com a emergência da modernidade e dos seus meios de comunicação massivos, primeiramente tratados enquanto via de mão única. As preocupações da folkcomunicação, entretanto, souberam colocar um ponto médio nessa discussão:

> (...)o criador da folkcomunicação tendeu a dotar sua produção teórica marcando-a pela realidade das massas populacionais dos cidadãos comuns. Os mesmos comuns presentes também no cinema de Glauber Rocha, no jornalismo literário de Euclides da Cunha, na música de Luiz Gonzaga, no teatro de Ariano Suassuna. Cinema, literatura, música e teatro, para ficar apenas em alguns segmentos das artes, constituem o Brasil moderno que não ignorou o Brasil tradicional e popular, o mesmo acontecendo com a ciência comunicacional de Luiz Beltrão. (Ibidem, p. 15).

É a modernização acelerada do Brasil, nos anos 1960, que introduz as preocupações do novo campo de pesquisa, que precisa se preparar para assimilar as transformações que ocorrem com características bastante específicas:

> A folkcomunicação, nessas condições históricas, se refere ao modo de funcionamento das práticas de produção de sentido por parte de amplas faixas da população brasileira, para as quais a cultura popular em geral e o folclore em particular constituem o ambiente simbólico que permite traduzir, reproduzir e reinventar as informações de outros estratos sociais não como devem ser decodificadas literalmente, mas como podem ser recodificadas, conforme as virtualidades de intercâmbio entre segmentos distintos da sociedade. (Ibidem, p. 16).

A modernização em Mato Grosso foi um capítulo a parte na história da modernização do Brasil. Fora do circuito de poder durante os séculos do período colonial, acabou desenvolvendo, durante o Império, uma vida independente da Corte. Prejudicado na Política dos Governadores durante a República Velha, inclusive com tentativas de independência de parte do território (MATTOS, 2005), o início do século XX teria gerado o sentimento de Cuiabanidade, ou Cuiabania:

> Cultivou-se a cuiabania, definiu-se o seu perfil, a sua identidade. E o traço com que se costurou esse modo de ser cuiabano e que se constituiu na sua marca dominante foi a alegria. A alegria em suas diferentes expressões e nuances, que vão desde a jocosidade, gozação, espírito crítico, divertimento, até o júbilo e exaltação, permeando as relações sociais, manifestando-se até mesmo nas disputas e rivalidades. (DE LAMONICA FREIRE, 1997, p. 2-112).

Uma ligeira onda de modernização dos prédios públicos, na década de 1940, dá algumas esperanças aos moradores da capital, logo frustradas pela descontinuidade de comunicação com os centros de desenvolvimento.

No entanto, a década de 1970 processa o descongelamento de grandes áreas do Norte do Estado, através de projetos privados ou mistos de colonização, que utilizam a capital como base de investimento, no que Mattos (2009, p. 189-190) chamou de 3ª Marcha para o Oeste, que, de tão bem efetivada economicamente, gerou a divisão do Estado:

> Com a região norte do estado povoada e com possibilidades claras de desenvolvimento econômico, a Lei Complementar Nº 31, de 11 de outubro de 1977, dividiu a área de Mato Grosso em duas unidades administrativas, criando o Estado de Mato Grosso do Sul, finalmente transformando Campo Grande em capital.

> Aparentemente o governo federal entendeu que uma unidade federativa do tamanho do antigo estado poderia se tornar muito poderosa, e era melhor dividir a região e conter o potencial daquele novo pólo de desenvolvimento, pelo menos em termos de força política.

Os investimentos do Estado confluíram também para a capital e:

> Dessa forma, Cuiabá se transformou em polo de desenvolvimento. Em termos populacionais, a cidade experimentou intenso período de crescimento urbano ao longo dos anos, provocando profundas transformações espaciais. Com uma população de 88.269 mil habitantes e área urbana de 12.790,00 quilômetros quadrados, no início dos anos de 1970, a cidade passou a ter, no ano de 2002, uma população estimada em 510.464 mil habitantes e área urbana

> de 3.224,68 quilômetros quadrados, com um total de 180 bairros. (ABREU, 2008, p. 84).

Era o tão esperado progresso, a modernidade chegando. Território inexplorado pelo capital, a imagem é de um imenso Eldorado a espera de investimentos:

> Já nessa época, Mato Grosso aparecia como o novo Eldorado do Milagre Econômico, e o estado do norte se preparava para uma maciça implantação de indústrias (infelizmente contida pela falta de energia elétrica). É simbólico desse período o livro de Lenine Campos Póvoas, intitulado *Mato Grosso - Um convite à fortuna*, lançado justamente em 1977, e ainda tratando o estado com a antiga configuração. Nele, o historiador fala dos incentivos federais, do desbravamento da região, citando a obra de Rondon, das universidades do estado, e das colonizadoras Indeco (Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A) e Sinop (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná), esta última denominação sendo dada a um município criado em 1979. (MATTOS, 2009, p. 190).

O momento chegara (Figuras 1, 2 e 3). E agora, como ficam a cultura popular e o folclore? E sua relação com os vários estratos sociais?

Figuras 1, 2 e 3: A imagem de um estado e de uma cidade modernos



Fonte: MATOGROSSO, s/d; PÓVOAS, 1977; BARROS, 1984)

E também, nossa contribuição para a folkcomunicação, a arquitetura da capital do novo Estado?

Origens do mito e primeiros registros – O minhocão nas águas do Rio Cuiabá

A lenda do Minhocão do Pari aparece nas primeiras definições do imaginário da região de Mato Grosso. É ligada às tradições zoomórfica, onde os animais, dotados de poderes especiais, defendem rios e lagoas, ou seja, a sacralidade da água.

Tanto Durand (1997) quanto Jung (2000) analisam os mitos teriomórficos e suas relações com o imaginário. Os animais aparecem como entidades que substituem as instituições e aplicam sanções e punições àqueles que quebram o equilíbrio natural. O Minhocão do Pari aparece com um mito protetor, através de uma forma não muito clara, mas que lembra uma serpente de olhos assustadores, sempre pronta a virar os barcos dos pescadores daquela região.

Um dos primeiros organizadores das tradições da região, o escritor, historiador e poeta Rubens de Mendonça, em livro publicado no ano de 1952, assim explicava a lenda:

> No Rio Cuiabá acima existe um lugar denominado Pari. A água naquele trecho do rio corre velozmente. Além do mais tem uma quantidade de poços. Num deles mora uma agigantada serpente. Ela constitui o terror dos banhistas e canoeiros.
>
> O pescador incauto é atraído pelo minhocão e quando menos espera morre afogado. Vários canoeiros afirmam já terem visto a terrível serpente.
>
> A sua estória é horripilante. Ela tem matado muita gente. O minhocão não é propriamente um mito, mas sim, um monstro. (MENDONÇA, 2012, p. 138).

Outra escritora, Dunga Rodrigues, antes de publicar seu *Roteiro de Lendas*, também citou a tradição do Minhocão:

> Terror das lavadeiras e do pescador notívago, ao passar solapando as barrancas do rio, estronda como um dragão de fábula.
>
> Leva tudo de roldão. Até embarcação de pequeno calado. E as erosões que se vêm nas terras ribeirinhas, nada mais são que vestígios de suas pegadas, se é que patas a minhoca tem.
>
> Ninguém viu, mas todos afirmam ter sido visto por alguém que não mente, com olhos que a terra há de comer. (RODRIGUES, s/d, p. 166).

E em recente compilação, outro autor também define:

> **MINHOCÃO DO PARI.** Bicho lendário, que amedrontava crianças e adultos que moravam no bairro do Pari, hoje município de Várzea Grande. O minhocão seria uma espécie de cobra, de grandes dimensões, que emergia à noite nas águas da lagoa existente no local. (FERREIRA, 2013, p. 387).

Em seu estudo sobre as lendas locais, Lucy Azevedo lembra a utilidade do mito:

> O minhocão do Pari exemplifica que o respeito que se tinha ao Rio Cuiabá era um misto de intimidade e temor. O mito do minhocão simboliza isto, porque toca no ponto delicado do medo que, na história da educação das famílias, é sinônimo de respeito. Desta maneira, entender o medo é mergulhar fundo nas relações de poder na/da família. (AZEVEDO, 2005, p. 32).

Cristina Campos faz uma das melhores análises da formação da lenda, traçando suas origens em outros monstros-cobra do Rio Tietê, citando o Visconde de Taunay (1843-1899) que, em seus *Relatos Monçoeiros*, registra uma Serpente Tieteense. Utilizando relatos orais e levantamento de fontes escritas, chega a uma boa definição do mito:

> A imagem mais comum utilizada para descrevê-lo é a de um batelão [canoa grande] emborcado, às vezes de um jacá [cesto de taquara comprido e redondo utilizado para guardar peixes vivos, imerso nos rios] deitado. A fala de uma fonte, (...) demonstra a familiaridade com as canoas. Apesar de assemelhar-se a uma delas, o Minhocão é percebido como um animal

> vivo. Para dar conta de descrever aquilo que não é usual, é comum recorrer a imagens conhecidas, para que as pessoas compreendam. (...) (CAMPOS, 2004, p. 190)

> Os relatos, de modo geral, caracterizam o Minhocão como um animal de grande porte, tímido, que não costuma ser agressivo, salvo nas proximidades de sua casa, preferencialmente baías profundas, com barrancos altos. Sua movimentação levanta grandes ondas, por isso algum pescador incauto pode eventualmente sofrer um acidente, se estiver próximo ao bicho. O que costumam enxergar é apenas o movimento dorsal, ao submergir. Entretanto, aparece em outros relatos menos comuns com características distintas, que o aproximam ainda mais do semantismo da serpente.(...) (idem, p. 193).

Mario Cesar Silva Leite faz, finalmente, uma ótima análise das origens do mito do Minhocão (ao qual dedicou sua dissertação de mestrado na USP: *A Poética do Sobrenatural no Homem Ribeirinho: o Minhocão*, 1995) e registra uma interessante pesquisa sobre o mito, a de Monteiro Lobato, em visita a Mato Grosso em 1936.

Na campanha em favor do petróleo no Brasil, Lobato vem ao Estado para pesquisar as potencialidades petrolíferas do Pantanal, e, topando com o mito, busca explicá-lo cientificamente: tratava-se de emanações de gás metano produzidas pelo acúmulo de matéria orgânica nos poços do fundo do leito do rio: "Tem-se daí que, na visita de Monteiro Lobato ao Pari, o que se encontra, em verdade, são dois olhares com óticas culturais relativamente diferentes sobre a mesma paisagem. Um apontando para o mito, outro apontando para a ciência" (LEITE, 1997, p. 116).

Mas, a teoria lobatiana não chegou a ferir de morte a serpente mitológica:

> De maneira geral, não seria disparatado inferir que a explicação de Lobato, reduzindo tudo ao acúmulo de folhas no leito do rio e produção de gás metano, tivesse "matado" o Minhocão. Ou seja, o olhar mítico tivesse sido posto de lado em prol do olhar da esfera científica. (ibidem, p. 118).

Pintura e Histórias em Quadrinhos – Registros gráficos do Minhocão

A estruturação de um sistema de apoio às artes plásticas em Mato Grosso teve um aspecto interessante e peculiar. Trata-se da montagem do *Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT*, em 1974, capitaneado pela dupla Aline Figueiredo e Umberto Espíndola, que levaram a estruturação, dois anos depois, da *Fundação Cultural de Mato Grosso* e do *Ateliê Livre*.

Aline Figueiredo pareceu não se preocupar com a questão levantada por Stuart Hall (2003, p. 247): "(...) gostaria de lhes contar sobre as dificuldades que tenho com o termo 'popular'. Tenho quase tanta dificuldade com 'popular' quanto tenho com 'cultura'. Quando colocamos os dois termos juntos, as dificuldades podem se tornar tremendas".

Muito pelo contrário, a proposta visava abarcar um leque já folkcomunicacional, baseado em pesquisas sobre a arte de poteiros e tecelões de rede da beira do Rio Cuiabá, além do contato com a população indígena no Estado:

> (...) Porém adiantamos que buscamos o regional, não o folclórico, o pitoresco ou o turístico. Queremos o regional que possa, pela sua veracidade, dar o salto para

> o universal. Refletindo e analisando seu próprio meio de atuação, força a quebra de barreiras que entravam processos e movimentos necessários à mudança.

> O quadro básico das diretrizes do MACP para desenvolver esse objetivo, concentra-se fundamentalmente em cinco áreas: a problemática da arte brasileira, a arte mato-grossense, a cultura popular, o indigenismo e o Centro-Oeste. (FIGUEIREDO, 1979, p. 175).

E nas comemorações dos 40 anos do MACP, reiterava-se:

> A preservação da cultura popular recebeu também a contribuição do museu e não é por acaso que está lá: Museu de Artes e DE Cultura Popular. Aline lembra que, em 1974, Cuiabá estava na iminência de receber essa corrente migratória gigantesca que aconteceu e se não tivesse feito uma valoração da cultura popular, segurar as suas raízes, hoje não estaríamos mais comendo a mojica de pintado. Ah!, é bom que se diga que o MACP não se fechou em si, não. A abertura para o novo, ser receptivo, também foi, segundo a desassossegada mestra, uma das marcas no novo museu. (BOSQUO; CAVALCANTI, 2015, p. E5).

Se o Museu já tinha uma preocupação ampla com o popular, a instalação do Ateliê Livre, primeiro no centro da cidade, depois no campus da UFMT, vai estreitar o diálogo com os segmentos populares, previlegiados por Luís Beltrão:

> Com o Ateliê Livre, tudo se prepara, então, para o aparecimento de novos artistas mato-grossenses. Essa nova geração surge de um ponto básico em comum: o popular. Falo do popular, não do populacho ou do folclórico. Por que? Porque o homem do povo, o caboclo da terra fora o talento que acorrera espontaneamente ao manancial daquele terreno bem arado para brotar pinturas de boas raízes. O investimento da UFMT esperou do popular uma contribuição que pudesse acrescentar essa cultura perante a visualidade brasileira. Quais foram seus percursos? Partiram da investigação das próprias identidades. Em nenhum momento viram desvalorizadas as instituições, nem desligados do seu meio. Ao contrário foram estimulados a situar a própria casa, a rua, o bairro, a cidade, o Estado, o continente e o mundo. Portanto, a pintura tivera essa função localizadora da descoberta de si mesmos. Desse modo, a reflexão da circunstância, ao mesmo tempo em que situa o artista, resgata o homem da terra, tornando-o produtor de cultura. (FIGUEIREDO; ESPINDOLA, 2010, p. 239).

Não é por acaso que a produção de artes plásticas de Mato Grosso, a partir de então, começa a dialogar com aquele amplo espectro que pressupõe a folkcomunicação. Artistas oriundos de bairros pobres de Cuiabá e Várzea Grande começam a viver uma experiência até então inédita, de íntimo contato com o erudito e também com o mercado de arte.

É dentro desse movimento que surgem as imagens do minhocão. Selecionamos duas delas, analisadas em livros dos pioneiros do movimento original dos anos 1970.

O primeiro deles é João Sebastião da Costa (Cuiabá, 1949), pintor de cores fortes e temática idem que, segundo Aline Figueiredo, "Tem a audácia de fazer uma abordagem que corre o risco de parecer folclórica ou *kitsch*. Mas se faz necessário frisar que toda a força de seu tema está justamente nesse risco e na ironia dessa abordagem" (FIGUEIREDO, 1979, p. 201) Completa Frederico Morais: "(...) João Sebastião Costa mescla *kitsch*, trópico e barroco em seus quadros de um cromatismo exuberante e de uma temática faustosa. Onças, cajus, tucanos, imagens de santos

– o coração cintilando vermelho no peito – se misturam em composições muito movimentadas" (MORAIS apud FIGUEIREDO, 1979, p. 201).

Seu quadro *Rio Cuiabá São João Sebastião na Barriga do Minhocão* (Fig. 4), de 1977, é uma evolução dessa mitologia pessoal, um passo onde

> (...) A pintura torna-se despojada técnica e formalmente, e o resultado é agressivo, por vezes irreverente. A onça agiganta-se e suas pintas se espalham pelo quadro todo. Sua cabeça agora é um caju enorme. Suas garras agridem a paisagem. O Morro de Santo Antônio e o Rio Cuiabá (que se avoluma e se transforma em mar) aparecem como cenário para os personagens principais: o São João Sebastião, a onça e o minhocão, enorme serpente devoradora. Há um Mato Grosso muito mais quente e selvagem gritando nesses trabalhos. (FIGUEIREDO, 1979, p. 199).

Fig. 4: João Sebastião da Costa: *Rio Cuiabá São João Sebastião na Barriga do Minhocão*, 1977



Fonte: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8724/joao-sebastiao)

Todo um diálogo com o popular e o folclórico, regionalismo sem dependência, liberdade criativa. O "monstro" aparece como a baleia que engole Jonas, o pintor como profeta (e santo). Os atributos de defensor das águas do minhocão ganham o apoio do divino criador.

Outro autor a ser citado é Marcio Aurélio Silva Santos (Cuiabá, 1955) que com sua obra *O Minhocão do Pari* (Figura 5), de 1979, dá uma visão mais crítica, mais sofrida, onde o Morro do Santo Antônio e o Rio Cuiabá aparecem como vítimas de desastres ecológicos: "A cultura local vai sendo redefinida em função do novo. O novo que vem junto com os migrantes da região sul, com a industrialização, com a ideia de 'progresso'." (BERTOLOTO, 2006, p. 136)

Figura 5: Marcio Aurélio Silva Santos: *O Minhocão do Pari*, 1979



Fonte: Bertoloto, 2006, p. 136)

E o Guardião das Águas chora.

Em termos de histórias em quadrinhos, vários exemplos podem ser citados como utilização de crendices e cultura popular no desenvolvimento de personagens. No caso estadunidense, deve-se lembrar de toda a mitologia nórdica nas histórias de Thor, além da mitologia grega, na saga da Mulher Maravilha. Na Índia, a *Liquid Comics* desenvolve histórias em quadrinhos baseadas nos mitos daquele país (CHOPRA; CHOPRA, 2012). Há algum tempo atrás, o mato-grossense Generino O. Rocha tentou criar o projeto do *Capoeira Comics*.

O Projeto ZHQuadrinhos, de Mato Grosso, ocupou as páginas de um jornal de Cuiabá durante quase dois anos (1993-1994), publicando material produzido por autores locais (MATTOS, 2009, p. 87-88). Dois quadrinistas desse projeto, Moacyr Freitas e Ricardo Leite de Almeida, publicaram adaptações de Lendas Cuiabanas para esse projeto, sendo que o segundo deles produziu a sua versão do Minhocão (Figura 6).

Figura 6: Ricardo L. Almeida – *Lendas Cuiabanas: O Minhocão*



Fonte: Tira publicada no projeto *ZHQuadrinhos*, do Jornal *O Estado de Mato Grosso*, em 1994)

Baseado na forma resumida apresentada originalmente por Rubens de Mendonça e Dunga Rodrigues, Ricardo Leite deixou a narrativa centrada visualmente no pescador, para fazer o monstro aparecer rapidamente só no penúltimo quadrinho.

A Escultura – O Minhocão encalhado

O *Shopping* 3 Américas foi inaugurado em 1996, no bairro cuiabano Jardim das Américas, vizinho ao Campus da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi construído onde antes havia uma galeria comercial, e gerou muitas polêmicas por estar próximo a áreas de preservação de um córrego.

Uma das proposições interessantes dos idealizadores do centro comercial foi homenagear as três Américas com esculturas representando índios desses continentes; depois, também pensou-se em ampliar a homenagem à cidade de Cuiabá e suas tradições. Nesse momento é que se aventou uma imagem do minhocão do Pari.

Jonas Corrêa, escultor de origem paranaense, radicado em Cuiabá, que desenvolveu interessantes projetos de orelhões com formas de animais do Pantanal para algumas cidades do Estado, foi escolhido para desenvolver todas as esculturas.

Os *shoppings centers* são considerados, para os arquitetos, espaços de criação lúdica, onde as sensações devem manter o visitante sempre em boa disposição e em constante surpresa, buscando o deslumbramento da descoberta, que levará ao desejo de consumo.

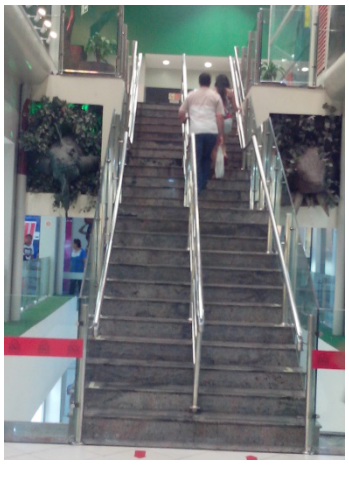
Espaço pós-moderno que, se tem como principal paradigma Las Vegas (VENTURI et ali, 2014), também tem outra referência forte com a(s) Disneylândia(s).

> (...) En ningún lugar ha sido más obvio el encubrimiento como en Disneylandia, el arquetípico centro de los sueños de esta sociedad de consumo. Como subraya Baudrillard, Disneylandia se presenta a sí mismo como un mundo imaginario, un reino de la apariencia que contrasta con el mundo real exterior. Y su mayor éxito es hacernos creer que es pura apariencia. De ese modo Disneylandia otorga autoridad al mundo exterior; un mundo imaginario que hace de "muleta" del verdadero, un reino de la apariencia que nos hace creer que el mundo exterior es real. (LEACH, 2001, p. 18).

Uma espécie de citação a esse paradigma é visto numa das escadas do *Shopping* 3 Américas, que é "protegida" por duas esculturas de animais gigantes que saem da parede, um tatu e uma iguana (Figuras 7, 8 e 9). Essa intervenção já introduz o embate da arquitetura com a escultura, que começa a problematizar os seus espaços:

Figuras 7, 8 e 9: A iguana, a escada "protegida" e o tatu.







Fotos: Gabriel F. de Mattos)

A colocação de esculturas lúdicas no espaço da arquitetura é uma afronta à pureza modernista, onde uma forma segue obedientemente a função. A colocação de esculturas regionais, então, fere de morte a questão do Estilo Internacional. E essa questão não parece relegada ao passado, como marca Ana Mae Barbosa (apud COSTA, 2013, p. 173):

> Há, no Brasil, uma espécie de horror ao pós-modernismo por parte de intelectuais e, principalmente, por parte de profissionais das artes plásticas. Para alguns, o pós-modernismo já passou; para outros, nunca existiu; e muitos acham uma bobagem discutir as diferenças entre pós-modernismo e modernismo. O apego da *íntellígentsía* brasileira ao modernismo é algo a ser estudado.

Sobretudo em relação à arquitetura (e aos arquitetos), a inclusão/intervenção da escultura é um fato complicador, conforme o crítico e professor de arte Agnaldo Farias:

> A escultura contemporânea tem oferecido valiosas lições aos arquitetos, que nem sempre as têm aceitado, muitas vezes apenas por não as terem compreendido. No nosso caso particular essa ignorância adquire proporções dramáticas. Imersos numa rotina reticente ao debate e à troca de informações, onde a postura antiintelectual faz praça, alimentada que é pelo sucesso de mercado, a maioria dos nossos arquitetos, desde os valiosos anos de sua formação, progridem alegremente entre o funcionalismo rasteiro, a diluição dos nossos mestres modernos e o elogio altissonante de uma pretensa liberdade projetual, oferecido por uma certa versão tão achatada do pós-modernismo que, não bastasse o esvaziamento galopante que este conceito vem tendo, ainda assim surpreende e passa por despropositada mesmo aos olhos do mais feroz de seus detratores. (FARIAS apud COSTA, 2013, p. 173).

Some-se a isso o caso presente, de uma escultura naturalista e regionalista buscando efeitos frívolos e lúdicos. Conceitos novos, que exigem aberturas a situações de conflito entre erudito (moderno) e popular (pós-moderno). Um híbrido,

> (...) arte *pós autônoma*. Com este termo refiro-me ao processo das últimas décadas no qual aumentam os deslocamentos das práticas artísticas baseadas em *objetos* a práticas baseadas em *contextos* até chegar *a inserir as obras nos meios de comunicação, espaços urbanos, redes digitais e formas de participação social onde parece diluir-se a diferença estética.*(...) (CANCLINI, 2012, p. 28. Grifos do autor).

A festa continua com a verdadeira alegoria de escola de samba, que é a escultura do minhocão imobilizado durante o ataque a um incauto canoeiro, com uma luz vermelha emergindo de sua grande boca aberta:

Fig. 10: O Minhocão de Jonas Corrêa na posição atual



Foto: Gabriel F. de Mattos

Primeiramente, a escultura encontrava-se no térreo, em frente a uma livraria. Em 2002, o centro comercial começou obras de expansão que dois anos depois foram concluídas (ABREU, 2008). A escultura do minhocão foi, então, transferida para o segundo andar, em frente a uma banca de revistas e a uma grande loja âncora. Recentemente, foi acrescentado um cenário para o minhocão: algumas árvores sem copa, onde se aboleta um bicho preguiça.

Se causa espécie aos arquitetos, a escultura é um sucesso entre adultos e crianças, que não perdem oportunidade de registrá-lo em momentos de lazer e entretenimento:

Fig. 11: O minhocão fotografável como fundo romântico



Fonte: http://jozielso.blogspot.com.br/2006/04/shopping-3-americas-minhoco.html

capturado em 06/05/2015

Parece que os frequentadores habituais do *shopping* tem uma relação de familiaridade com a escultura. No entanto, é a novidade aos primeiros visitantes que mais impressiona:

Fig. 12: "Agora você imagina uma cobra dessa em um *shopping*?"



Fonte: http://daibloga.blogspot.com.br/2011/10/minhocao.html

capturado em 06/05/2015

Um outro blogueiro registrou a imagem da "cobra" (Figura 12) e incluiu o bicho junto às idiossincrasias cuiabanas:

> Estou em Cuiabá para cobrir o cinemato, festival de cinema e video do Mato-Grosso. Sabe aquela história que a cidade é quente? É verdade. engraçado que tinha olhado antes na *Net* que iria chover, mas só ficou sol. O pessoal daqui disse que está fresquinho, porque ontem deu 40º. Esta imagem aí de cima [Figura 12] é do minhocão, uma lenda cuiabana. Essa cobra gigante está no meio do *shopping* Três Américas. Várias esculturas indígenas (gigantes ou em tamanho real) fazem parte da decoração do lugar. Ali atrás, por exemplo, é uma Loja Americanas. Agora você imagina uma cobra dessa em um *shopping*? Foi a primeira vez que vi algo assim!" (In http://daibloga.blogspot.com.br/2011/10/minhocao.html capturado em 06/05/2015).

Uma cidade que tem um festival de cinema e vídeo também tem coisas estranhas, e justamente no sagrado espaço do lazer/consumo!

A importância desse conjunto específico pode ser detectada pela colocação do mesmo após a reforma de 2002, num espaço mais amplo, mais destacado, ao lado de uma loja âncora.

É que a arquitetura participa da vida das pessoas, uma espécie de arte popular por excelência, sempre presente como cenário e fundo para as figuras dos ocupantes:

> Mais do que qualquer outra arte, a arquitetura exerce influência sobre as pessoas (condicionando seus costumes e comportamentos) e sobre os lugares. Não é de estranhar, portanto, que as discussões sobre essa condição pós-moderna tenham se iniciado e acontecido, com notável predominância, em arquitetura, mais do que na literatura, no cinema, na pintura ou na música. (...)Apesar da liberalidade que caracteriza o movimento, o pós-moderno não é feito de formas quaisquer. Suas formas referem-se, quase sempre, a formas e estilos existentes, de períodos ou de autores, inclusive modernos. No projeto banal, faz um uso artificial e incoerente dos estilos, procurando uma recuperação romântica das formas e dos materiais. (STROETER, 1986, p. 190-191).

O minhocão de Jonas Corrêa, assim como suas outras esculturas, reposicionadas e recontextualizadas após as ampliações do *shopping,* definem bem a postura de fragmentação pós-moderna (neobarroca?) encontrável mesmo na arquitetura dos países semiperiféricos, para usar um termo de Boaventura Silva Santos (1999, p. 93 e 130-132), mais interessante que terceiro mundo.

Afinal, o estilo do capitalismo triunfante acaba sendo folkcomunicacionalmente utilizado pelos países ou regiões de "baixa participação nos circuitos culturais hegemônicos".

Deriva – O minhocão na avenida

O Carnaval carioca de 2013 foi um Carnaval diferente. Com os habituais patrocinadores meio impossibilitados de bancar grande parte das Escolas de Samba, estas tiveram que buscar apoio em outros investidores. Foi assim que apareceram enredos que enfocaram a Alemanha, o cavalo manga-larga, o estado do Pará, e Cuiabá, uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol no ano seguinte.

O enredo, desenvolvido pelo carnavalesco Cid Carvalho, desenvolveu-se em "estações" denominadas Eldorado, Arte e Sabor, Festas dos Santos, Portal do Paraíso, Mandem lembranças ao Futuro! e Mitos e Lendas. Sobre este último, o *site* da Mangueira informa:

> Há muito tempo ouve-se falar na presença de um monstro em forma de serpente, chamado minhocão, que habita o rio Cuiabá. Relatos vão de simples aparições até contatos da embarcação ou táteis com o ser, como tocar a canoa na cobra ou descer em seu lombo, pensando ser terra firme.
>
> (in http://www.mangueira.com.br/carnavais/carnaval-2013/enredo-carnaval-2013/).

E nessa estação encontrava-se o carro alegórico que retratava o Minhocão. Infelizmente, a escola de samba quase perdeu pontos por quebrar o cronograma do desfile.

Grande produto *kitsch*, mistura do popular e erudito, do nacional e internacional, o carnaval carioca criou um minhocão meio dragão chinês, presidindo um harém de mulatas-índias, que pachorrentamente atrasou um desfile que, pressionado pela transmissão televisiva, teve que britanicamente cumprir seu horário:

Figura 13: Foto do Carro alegórico da Estação Mitos e Lendas representando o Minhocão do Pari, da Estação Primeira de Mangueira, no Carnaval de 2013



Fonte: In http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Mangueira_sofre_e_termina_desfile_com_seis_minutos_de_atro_Fotos_-_Atualizada&id=305562#!prettyPhoto.

Conclusões – Minhocão ainda na área

A folkcomunicação possibilita rastrear as inúmeras hibridações e contaminações realizadas entre o popular, o erudito e o "mercadológico". Há uma paridade entre esses universos que evidentemente tornam essas comunicações viáveis, existindo por trás delas também histórias de invenções de sentido e vinculações sociais.

Às utilizações possíveis do instrumental dessa teoria, vemos a possibilidade de incluir também a questão da arquitetura em suas imbricações com o folclore e outras artes. Pode-se citar o livro de José Afonso Portocarrero (2010), sobre influência da habitação indígena em projetos contemporâneos. Isso porque também a arquitetura oscila entre o popular e o erudito, entre os projetos de habitação populares, hoje Habitação de Interesse Social, e os condomínios fechados, todos concebidos enquanto espaços de comunicação e vinculação social. O trabalho sobre os projetistas e os ocupantes do edifício construído é uma instigante fonte de pesquisa.

Para fechar, um relato recente recolhido da grande rede, só para lembrar-nos da permanência dos mitos:

> Recorda seu Ambrósio que um dia ele estava pescando no Rio Cuiabá junto com os companheiros Francisco e Augusto, abaixo da Usina de Aricá, usando anzol de gancho para pegar só peixe graúdo. De repente, começaram a notar que as ondas que balançavam a canoa em que pescavam estavam aumentando rapidamente de altura e intensidade.
>
> Não demorou e descobriram o motivo: era o Minhocão do Pari, que de tão comprido e grosso, mais parecia uma grande canoa emborcada. Fixaram o olhar no bicho, enquanto recolhiam seus anzóis, para ter certeza que não estavam tendo uma visão, e não tiveram dúvidas: era mesmo uma minhoca gigante, supostamente o Minhocão do Pari, numa das suas incursões pelo Rio Cuiabá.

> Remando feitos desesperados, chegaram à praia, perseguidos pelas ondas, que aumentavam mais e mais de altura, embora eles já estivessem bem longe da margem do rio. Enquanto corriam, fazendo um esforço descomunal para arrastar a canoa na areia até chegarem a um lugar seguro, fora do alcance das ondas, ninguém olhou para trás para ver se era mesmo o lendário minhocão que estava fazendo as águas ficarem revoltas com aquela fúria!... (SEVERINO, 2014).

O minhocão está ainda na área.

(Este artigo foi publicado nos Anais FOLKCOM 2015 - XVII Conferência Brasileira de Folkcomunicação - Folkcomunicação e Pensamento Decolonial na América Latina. Cuiabá, MT: Rede Folkcom, 2015. v. I. p. 7).

Referências

ABREU Elidia de. A reestruturação do Jardim das Américas. In ROMANCINI, Sonia Regina (Org.). *Novas Territorialidades Urbanas em Cuiabá***.** Cuiabá, EdUFMT; FAPEMAT, 2008, p 83-98.

AZEVEDO, Lucy Ferreira. *Lendo Lendas*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

BARROS, João Moreira de. *Cuiabá de hoje*. São Paulo: Resenha Tributária, 1984.

BERTOLOTO, Serafim**.** *Iconografia das Águas:* o Rio e Suas Imagens. Cuiabá: Carlini & Caniato; Cathedral Publicações, 2006.

BOSQUO, João; CAVALCANTI, Enock. *Aline Figueiredo não tem sossego*: A pantaneira que se fez animadora das artes. In Jornal *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 01-02/05/15, p. E5-E6.

CAMPOS, Cristina. *Pantanal mato-grossense:* O semantismo das águas profundas. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.

CANCLINI, Nestor Garcia. *A sociedade sem relato*: Antropologia e estética da iminência. São Paulo: EdUSP, 2012.

CHOPRA, DEEPAK; CHOPRA, GOTHAM. *AS 7 LEIS ESPIRITUAIS DOS SUPER-HERÓIS*. SÃO PAULO: LAFONTE, 2012

COSTA, Carlos *Zibel. Além das formas*. Introdução ao pensamento contemporâneo no *design*, nas artes e na arquitetura. São Paulo: Annablume, 2010.

DE LAMONICA FREIRE, Júlio. *Por uma poética popular da Arquitetura.* Cuiabá: EdUFMT, 1997.

DURAND, GILBERT**.** *AS ESTRUTURAS ANTROPOLÓGICAS DO IMAGINÁRIO*. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 1997.

FERREIRA, JOÃO CARLOS VICENTE. *ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA DE MATO GROSSO*. CUIABÁ: INTEGRAR; DEFANTI, 2014.

FIGUEIREDO, Aline. *Artes Plásticas no Centro-Oeste.* Cuiabá: EdUFMT; MACP, 1979.

FIGUEIREDO, Aline; ESPÍNDOLA, Humberto. *MACP*: Animação cultural e inventário do acervo do Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT**.** Cuiabá: Entrelinhas, 2010.

GUSHIKEN, Yuji. Folkcomunicação: interpretação de Luiz Beltrão sobre a modernização brasileira. *Revista Razón Y Palabra*, n. 77, ago-out 2011 acessado em www.razonypalabra.org.mx.

GUSHIKEN, Yuji. *Comunicação como ritual e* folkcomunicação: modelos teóricos na interface com a cultura. Artigo apresentado no III Colóquio Brasil-EUA de Ciências da Comunicação, realizado de 24 a 25 de março de 2008, *In* http://confibercom.org/anais2011/pdf/380.pdf.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte; Brasília: EdUFMG; UNESCO, 2003.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEACH, Neil. *La na-estetica de la arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2001.

LEITE, Mario Cezar Silva. *O* sonho do petróleo e a serpente das águas cuiabanas: Lobato e o Minhocão. *Polifonia – Revista de Letras.* Cuiabá, **nº 3, p. 98-122**, 1997.

_____. Águas Encantadas de *Chacororé:* Natureza, Cultura, paisagens e mitos do Pantanal. Cuiabá: UNICEN, 2003. (Coleção Tibanaré, Vol. 4).

MATO GROSSO. *Mato Grosso*: do garimpo ao computador – balanço do governo José Fragelli [1971 -1975]. Rio de Janeiro: Guavira, s/d.

MATTOS, Gabriel (Francisco) de: *República Transatlântica* **–** ou O Estado livre de Matto Grosso**.** Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

_____. *Desmontando os Quadrinhos* – Histórias em Quadrinhos, Educação e Regionalidade**.** Cuiabá: EdUFMT; Carlini e Caniato, 2009.

_____. Definindo áreas e escolhendo escalas: Esboço de uma Cartografia da Arquitetura de quase 300 anos de Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá, vol. 74, p. 103-124, 2014.

MENDONÇA, Rubens de: *Roteiro Histórico e Sentimental da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*. Cuiabá, SEC-MT; Integrar; Defanti, 2012.

PORTOCARRERO, José Afonso Botura. *Tecnologia Indígena em Mato Grosso – Habitação*. Cuiabá: Entrelinhas; SEBRAE, 2010.

PÓVOAS, Lenine. *Mato Grosso*: Um convite à fortuna. Rio de Janeiro: Guavira, 1977.

RODRIGUES, Dunga. *Reminiscências de Cuiabá*. Goiânia, Cinco de Março, s/d.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pelas mãos de Alice*: O social e o político na pós-modernidade. Porto (Portugal): Afrontamento, 1999.

SEVERINO, Nelson. *Ondas altas provocadas por minhocão puseram pescadores para correr em Leverger*. In http://www.poconeonline.com/Noticias/Ondas-altas-provocadas-por-minhocao-puseram-pescadores-para-correr-em-Leverger,35926.html. captado em 15/05/2015.

STROETER, João Rodolfo. *Arquitetura e Teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.

VENTURI, Robert; SCOTT-BROWN, Denise; ISENOUR, Steven. *Aprendendo com Las Vegas*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

NATALINO FERREIRA MENDES E A POESIA DA HISTÓRIA: CÁCERES E CUIABÁ NOS CAMINHOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

Luís César Castrillon Mendes
Professor do curso de História, do PPGH/UFGD e do PPGEL/ UFMT
luismendes@ufgd.edu.br

Olga Maria Castrillon-Mendes
Professora do Curso de Letras, do PPGEL e PROFLETRAS/UNEMAT.
Do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres e
da Academia Mato-Grossense de Letras
olgmar007@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo evidenciamos uma personagem que viveu suas experiências pessoal e profissional distribuídas nos caminhos que ligam Cuiabá e Cáceres. Natalino Ferreira Mendes viveu intensamente, em meio à sua produção intelectual, entre esses dois lugares. Deles emergiram suas poesias, contos, memórias, crônicas, afetividades. De sua sensibilidade poética surgiram histórias, algumas em versos. O caminho percorrido nos revela redes de sociabilidades, tecidas nos tempos de sua mocidade, bem como suas consolidações na maturidade. No contexto dos 300 anos de fundação de Cuiabá percebemos que os caminhos trilhados foram muitos e fecundos, assim como muitos foram os que os percorreram. As trilhas foram abertas e há muitas a serem percorridas por outras personagens e outras produções culturais. Essas articulações revelam entre-lugares que expressam singularidades que se mantém e se comunicam com o universo das pluralidades culturais brasileiras.

Palavras-Chave: Produção intelectual. Natalino Ferreira Mendes. Cáceres e Cuiabá.

ABSTRACT

In this article we show a character who lived his personal and professional experiences distributed in the paths that connect Cuiabá and Cáceres. Natalino Ferreira Mendes lived intensely, in the midst of his intellectual production, between these two places. From them emerged his poetry, tales, memories, chronicles, affectivities. From his poetic sensibility stories emerged, some in verses. The path covered reveals networks of sociabilities, woven in the days of his youth, as well as his consolidations in maturity. In the context of the 300 years of Cuiabá's foundation, we have noticed that the pathways were many and fruitful, as many have been, have followed. The trails have been opened and there are many to be traversed by other characters and other cultural productions. These articulations reveal inter-places that express singularities that are maintained and communicated with the universe of Brazilian cultural pluralities.

Keywords: Intellectual production. Natalino Ferreira Mendes. Cáceres and Cuiabá.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Preâmbulos

Durante quase dois mil anos, escrever história significava uma forma de arte, um gênero literário, que se imbricava em outros gêneros, tais como o épico, o lírico, o satírico, o dramático, devendo se levar em conta questões de retórica e de estilo (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 62). Aristóteles (1988) diferenciava a poesia que narra o que poderia ter acontecido, da História que narra o que aconteceu. Para o filósofo ateniense a poesia seria de um gênero mais nobre e filosófico do que a história, por poder se elevar ao geral, já que a história não passaria de uma ciência do particular.

Isto se modificou drasticamente ante o processo de cientificização e disciplinarização empreendida pelos historicistas prussianos, a partir da segunda metade do Setecentos. Adquirindo estatuto de ciência, a História, detentora da verdade, apartava-se da Literatura, contempladora da ficção.

Parte-se do princípio de que a materialização da história se efetiva sob a forma de escritura/literatura que, dentre outras possibilidades, pode ser concebida como o último estágio da operação historiográfica, descrita por Michel de Certeau. Ou seja, ela é o resultado da articulação das práticas "científicas" ancoradas em seus lugares socioeconômicos, políticos e culturais. História é o produto elaborado pelo historiador, é a resposta à intrigante pergunta do referido historiador francês: o que fabrica o historiador quando "faz história"? A que o próprio autor responde: um texto, uma literatura, uma escrita.

De acordo com Paul Veyne, História é a narrativa dos acontecimentos. E, se a narrativa pertence também ao campo da literatura, há uma tendência ao afastamento da sua pretensão de ser ciência. O autor de *Como se escreve a história* interroga: o que realmente aconteceu? Não sabemos. Temos somente esta história, escrita centenas de anos depois dos eventos por ela descritos. Mas a história (isto é, o texto), de acordo com David Harlan (2000, p. 56), é mais importante que os eventos (HARLAN, 2000, p. 56). Desta forma, o conhecimento do objeto histórico se dá muito mais como construção do que como realidade dada, nos termos de Margareth Rago e Renato Gimenez (2000, p. 10).

Diversos autores se debruçaram sobre essa temática, tais como Paul Ricoeur, Hayden White, François Hartog e Jörn Rüsen, entre muitos outros. Para Ricoeur, por exemplo, toda história é narrativa, porém, uma narrativa específica que não se confunde com a ficcional. Este filósofo aborda o papel central do tempo histórico, ou seja, o tempo criado e narrado pelos historiadores. Para ele, a dimensão narrativa do conhecimento histórico tem que ser apreendida articuladamente ao tempo histórico e vice-versa. Assim, conclui o autor, a História, apesar de não poder ser classificada como um gênero literário, não pode romper com a narrativa sem abandonar o seu caráter histórico (RICOEUR apud GABRIEL; MONTEIRO, 2014, p. 30). Dessa forma, não se pode separar a narrativa da epistemologia do conhecimento histórico, já que este, seja fundamentado na "história narrativa" ou na "história problema", sempre se materializa por meio de uma narrativa, logo, ela é um elemento que constitui esse saber.

François Hartog (1998, p. 200-201) observa que, mesmo com a afirmação de novos regimes de historicidade no século XX, "[...] a história não cessou de dizer os fatos e os gestos dos homens de contar, não a mesma narrativa, mas narrativas de formas diversas".

Hayden White (1994, p. 98), em *O texto histórico como artefato literário*, indica de modo ainda mais direto que as 'narrativas históricas' manifestamente são "ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes na ciência" Em outro capítulo da mesma obra, White afirma que a história é uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa.

Nas intersecções desses saberes e conceitos, além dos caminhos que separam e interligam Cuiabá e Cáceres está uma, dentre diversas personagens que poderia servir de protagonista para este texto. Natalino Ferreira Mendes, autodidata, pássaro poeta, memorialista, cronista e professor das humanidades traz confluências teórico-epistemológicas difíceis de separar e classificar nas especificidades das diversas áreas do saber, cada vez mais sofisticadas nos dias atuais. Seus textos, que contam histórias particulares de sua cidade natal, se apresentam sob a forma poética, talvez uma tentativa inconsciente de reunir a dicotomia aristotélica evidenciada no início deste texto. Nunca foi historiador de formação, apesar de contar em sua biblioteca com um exemplar da *Nova História*, de Jacques Le Goff, que ainda contém em seu interior anotações do poeta em folhas de papéis de caderno. Apesar da não formação, sempre escreveu suas narrativas históricas a partir da literatura, ou sob os influxos da poética. Os aspectos poéticos da história são tecidos em versos ambientados na sua 'princesinha do Paraguai'.

Seu campo de atuação foi o entre-lugar Cáceres-Cuiabá que se manifestava a partir da matéria com que escrevia e contava suas próprias histórias, assim como muitas outras, a partir de personagens que compunham o rico emaranhado de memórias, histórias e poemas daquele período de juventude, ou mesmo na plenitude da vida intelectual.

Cáceres e Cuiabá estão umbilicalmente ligadas pela história e pela memória. Ambas possuem a mesma gênese. Cuiabá, pelo espírito bandeirante apresador, legou a riqueza aurífera; Cáceres, pela posição fronteiriça, atraiu contingente militar e a necessidade de fortificação coroada pela presença de ilustrados capitães-generais, como Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, seu fundador.

A formação dessas sociedades coloniais na parte mais central da América portuguesa pode ser observada como espacializações, nos termos de Carlos Rosa, em trabalho precursor (2003, p. 11). Espacializações essas que foram constituídas a partir das desterritorializações de diversos povos indígenas, senhores dessas porções de terras. As conquistas e colonizações eram denominações que significavam invasões de terras ameríndias milenares.

Cuiabá, fundada em 08/04/1719, surgiu a partir da expansão dos paulistas para o interior, visando o apresamento dos indígenas, bem como a possibilidade de descobertas auríferas, o que acabou acontecendo a partir dos achados de Antônio Pires de Campos, Pascoal Moreira Cabral, Miguel Sutil, entre outros. Na margem direita do córrego, depois chamado Prainha, em fins de 1722, começou efetivamente a edificação do arraial. Em 1723 foi criada a freguesia ou comarca eclesiástica do Cuiabá, que elevou a igreja do Bom Jesus à categoria de matriz. Somente em 1727 o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, viria ao Cuiabá para fundar a vila (ROSA, 2003, p. 15 e 28). De acordo com o autor:

> Falar em "fundação de vila" no Cuiabá significa referir a criação de câmara, com eleições, estatutos e posturas municipais, normatização da edificação, da higienização, da saúde, da alimentação, das festas. E concessão de privilégios e imunidades aos "homens da governança" locais (vereadores, juízes, oficiais camarários),

> a fim de praticar com a isenção possível o direito de crítica visando o "bem comum". (ROSA, 2003, p. 16).

Percebe-se que a elevação do arraial/freguesia à categoria de vila representava o reconhecimento de poderes locais por meio da câmara, cujos membros reuniam para si os poderes legislativo, judiciário e executivo. As reflexões de Carlos Rosa acerca das espacializações urbanas coloniais na terra da conquista nos auxiliam a apreender o alargamento das fronteiras a partir do distrito *do* Cuiabá, em direção *ao* Mato Grosso, conforme nomenclatura do período. Com a oficialização das descobertas de ouro em território Pareci, área de densas florestas, ficaria conhecida, desde 1750, como o "Mato Grosso dos Pareci", ou o "Mato Grosso do sertão dos pareci". Essa expansão para consolidar o domínio sobre *o* Mato Grosso dispensaria um tratamento preferencial para essa parcela do *termo* da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, culminando com a criação da Capitania de Mato Grosso em 1748, cuja cabeça deveria ser no vale do rio Guaporé (ROSA, 2003, p. 40-41).

O distanciamento entre os dois distritos ou termos, o *do* Cuiabá e o *do* Mato Grosso, fez com que fossem fundadas povoações para servir de entrepostos para os que se aventurassem na longa jornada, objetivando também a manutenção e domínio dessa faixa de terras conquistadas do Império espanhol. Esse avanço lusitano fez com que o Tratado de Tordesilhas se tornasse obsoleto. Seria necessário um novo acordo entre as potências marítimas ibéricas para definir a nova linha fronteiriça. Vale observar que os indígenas, proprietários originais dessa porção territorial, não participariam da negociação.

A linha de Tordesilhas, estabelecida no papel, em 7 de junho de 1494, sujeitava-se às mais variadas leituras pelos exploradores. Na prática, alargava-se conforme interesses e ideários de quem a demarcava. A fronteira natural tendia a substituir, *in loco*, a geométrica.

A concepção do território enquanto uma *ilha continente* serviu como um programa geopolítico para a fronteira oeste, a fim de se colonizar o Brasil, ordenando e orientando as estratégias desenvolvidas no Prata e Amazonas. Esse "mito" da Ilha Brasil, de acordo com Jaime Cortesão, é essencialmente político e geográfico, encontrando sua mais alta espressão na cartografia. Foi uma reação direta ao Tratado de Tordesilhas (CORTESÃO, 2006, p. 135-6).

Dessa forma, os exploradores lusitanos disseminaram o conceito de um Brasil enquanto uma vasta ilha amazônico-platina, dividida em várias outras ilhas e por outros rios nascidos a partir de uma imensa lagoa, conhecida até as últimas décadas do século XVIII, por *Laguna del Xarayes* (COSTA, 1999), na qual o curso do Amazonas se fundiria com o do Madeira, para ir ao encontro do Paraguai. Estabeleceu-se, assim, o território nacional como um todo coerente, estruturado pela própria natureza, ocupado pela marcha da colonização e legitimado pela letra do Tratado entre as coroas portuguesa e espanhola (MAGNOLI, 1997, p. 11).

A linha demarcatória artificial de Tordesilhas era burlada pelos lusitanos em prol da identificação com as fronteiras desenhadas pela natureza, cujas águas seriam as melhores raias. A ilha Brasil invocava uma verdade prévia, anterior à história, uma terra preexistente, um lugar de contornos definidos e de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como uma realidade geográfica anterior à colonização.

Em meio a essas disputas de fronteira entre as potências ibéricas, surgiram diversos tratados de limites. O primeiro deles foi o acordo, assinado em 13 de janeiro de 1750, na cidade de Madri, fundamentado justamente nesse mito expansionista lusitano e tendo como embasamento jurídico um princípio do Direito Romano, *uti possidetis*, cuja efetivação contou com a hábil diplomacia de Alexandre de Gusmão, garantindo para a Coroa lusitana a posse das terras conquistadas. O Marco do Jauru, símbolo do Tratado de Madri, assinado em 1750, de acordo com Jaime Cortesão, é o único remanescente dos muitos monumentos semelhantes conduzidos até os longínquos lugares onde deveriam ser plantados. Depois do Tratado de El Pardo, em 1761, os espanhóis mandaram destruir todas as evidências da delimitação fronteiriça de 1750 (CORTESÃO, 2006, p. 359). Outros tratados foram assinados entre Portugal e Espanha, como o de Santo Ildefonso, em 1777, que praticamente ratificava as negociações de Madri e representaria o fim de uma política fronteiriça empreendida pelo rei português José I e seu primeiro ministro, marquês de Pombal.

Em decorrência dessa negociação fronteiriça e a necessidade de assegurar a posse dos novos territórios, foram fundadas diversas povoações ao longo do rio dos Paiaguá. Entre elas, "Villa" Maria do Paraguay, em 1778. Na época, não se constituía ainda como tal, devido às condições estéticas um tanto precárias, fato constatado pelo viajante Hércules Florence:

Do mesmo modo que os outros povoados de Mato Grosso, não merece este a qualificação de vila. Um renque de casas em mau estado, de cada lado de uma grande praça, uma igrejinha sob a invocação de São Luís de França, muros de separação por trás das casas, eis tudo. (FLORENCE, 1977, p. 199).

Mesmo não preenchendo os pré requisitos para constituir-se em vila, já que não havia câmara, muito menos poder local, foi erigida em paróquia em 1780, sob a invocação de São Luís de França. Viria ganhar o estatuto de Vila, oficialmente, somente em 1859, com a inauguração de sua câmara. Em 23 de junho de 1874, a vila foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luís de Cáceres, homenageando o santo padroeiro da paróquia e seu fundador, o quarto governante da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Através do Decreto-lei n. 208, de 26/10/1938, o município de São Luís de Cáceres passou a denominar-se apenas Cáceres (MENDES, 1973, p. 41; 59; 75 e 173).

Descortinando caminhos em meio à poesia

Os feitos históricos dos homens que perlustraram estas terras estão registrados por estudiosos de ambos os espaços de significação, sendo que o legado das duas Universidades Públicas de Mato Grosso, a UNEMAT, em Cáceres, e a UFMT, em Cuiabá, ambas atingindo grande parte do Estado em formato multicampi, adquiriram capital importância, tanto no tocante à preservação da memória quanto na reinterpretação da história, o que lega às futuras gerações variados aspectos de um mesmo acontecimento. As bases culturais das duas cidades têm raízes que remontam aos primeiros habitantes de suas terras, sendo que a herança indígena e negra pulsa nas manifestações populares e na mentalidade do povo.

Desde as primeiras décadas do século XX, quando Cáceres e Cuiabá eram precariamente ligadas por estradas pisadas por cavalos e carros de bois ou mesmo carroças, os jovens menos abastados viam em Cuiabá a única forma de prosseguir os estudos para além do 4º ano primário

e se aventuravam no lombo dos cavalos até à Capital em busca de outras oportunidades. Os mais abastados rumavam para o Rio de Janeiro.

Natalino Ferreira Mendes foi um desses jovens que buscou horizontes mais alargados, até como forma de saciar o espírito aventureiro. Fez desse ideal de busca um objetivo de vida e de construção de uma carreira profissional. Em seu espírito sempre cultivou extremada dedicação às causas da cidade. O fato de ter estudado na Capital e mantido contatos fecundos com colegas e professores, legou-lhe amizades profundas que manteria até o fim da vida, quando a sua ligação com Cuiabá se consolidou através das duas Instituições culturais mais antigas do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras.

Pensando sobre o sentido social e o papel histórico de Mato Grosso, aliado à atuação profissional e intelectual de Natalino Ferreira Mendes, este texto, portanto, carrega o objetivo de revitalização da memória e, mais ainda, é a memória que temos das suas relações pessoais e profissionais com eminentes figuras cuiabanas que afetaram sensivelmente o seu protagonismo e uma parte das atividades culturais da cidade.

Desde cedo Natalino Mendes viu-se vocacionado para as letras, indo estudar em Cuiabá. Contava então 21 anos quando retornou a Cáceres após dedicar-se à Escola de Tiro de guerra, uma passagem pelo Liceu Cuiabano e pelo Tesouro do Estado, como auxiliar protocolista. O meio de transporte disponível à época era o equino. Isso mesmo! Sua primeira viagem à capital foi a cavalo. No seu "sapiquá" havia paçoca suficiente para a longa jornada. Costumava contar que, por um descuido, a certa altura da viagem a bolsa deslizou do "arreio" e entrou em contato com o suor do corpo do animal, tornando-a intragável para o consumo. Desse fato em diante, os sons da mata certamente foram ofuscados inúmeras vezes pelo som de dolorida fome. Seguramente, ficou alguns quilos mais magro. Talvez essa jornada à capital tenha sido a causa primeira de sua gastrite que o acompanharia nas jornadas subsequentes. A chuva, o frio, o calor, os mosquitos, urros de onças foram emoção e aventura que passaram a compor o húmus de que se forjaria.

Ao retornar a Cáceres, o panorama educacional era pouco alentador. A cidade contava apenas com o curso primário. Formou-se, então, uma campanha para a criação do ginásio que se transformaria em escola de referência responsável pela formação da mentalidade local (CALIX, 1993). Surge o *Onze de Março*, do qual foi o primeiro diretor e professor de português. Os demais eram colaboradores, como diz em entrevista: "Encontrei farmacêuticos, médicos e, sobretudo, lancei mão dos padres da Congregação dos Franciscanos e das freiras, as imãs azuis. Todos os que saíam do seminário, saíam sabendo filosofia, teologia, línguas, principalmente o latim e o francês" (SIQUEIRA, 2007, p. 103). Assim, foi se formando o corpo docente, todos autodidatas e empenhados no papel social da escola.

Com o fortalecimento da categoria, fundou o Instituto Onze de Março onde exerceu a função de Diretor e Professor de Português, ao mesmo tempo em que alternava funções na Prefeitura de Cáceres como Secretário de Administração, de Educação e Desenvolvimento Social, e Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal por mais de três décadas. Do exercício como professor, pesquisador e homem público, surgiram suas principais obras, algumas ainda inéditas.

Costumava dizer que os anos passados em Cuiabá legaram-lhe as mais fecundas amizades, dentre as quais citava os professores Antonio Cesário de Figueiredo Neto, o colega Benedito Pinheiro

de Figueiredo, ambos no Liceu Cuiabano. Como associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, solidificou amizades e manteve contatos frequentes com Gervásio Leite (este em escala de profunda admiração em escritos), Luís-Philippe Pereira Leite, Lenine de Campos Póvoas, Benedito Santana da Silva Freire e Benedito Pedro Dorileo, todos os que aparecem em alguns registros no seu acervo de documentos, correspondências e escritos. São marcas constitutivas de um tempo e de dois espaços de significativas presenças no cenário de Mato Grosso.

Sobre essas relações pessoais e de produção é que vamos nos ater neste texto, numa tentativa de refletir sobre as ligações entre a Capital e o interior de Mato Grosso, mesmo que muitas vezes prevaleça a hegemonia do centro em detrimento da periferia, notada ainda hoje. Para esses homens, no entanto, prevalece uma relação baseada em trabalhos coletivos, necessários à minimização das diferenças e à dinamização da cultura. Ou como costumavam apregoar: mecanismo para a construção da "unidade na diversidade".

Cáceres/Cuiabá: contatos e afastamentos

A fascinação pela diferença tem levado os estudiosos ao interesse pelo local, não numa situação de excludência, mas que atue na "lógica da globalização", como fala Stuart Hall (2006, p. 77). Nesse aspecto, é que se torna possível a tradução da tradição, como fazem os que se afastam do seu lugar de origem, mas sem perder completamente suas identidades. Elas se traduzem no hibridismo das diferentes formas do dizer.

Ao colocar em cena o espaço cultural de Mato Grosso/Brasil, evocamos, assim, uma operação constituída historicamente pela escrita, ou seja, pela produção dos intelectuais que tornaram possível, cada um ao seu modo, ou ao modo do grupo que representavam, a reconstrução de uma "realidade" social. Na linha proposta por Pierre Bourdieu (1996), ao refletir sobre as regras da arte em um mundo submetido às próprias leis, propomos não a celebração dos clássicos, nem o culto dos ancestrais, mesmo que a memória se presentifique, mas o espaço da liberdade fora do santuário da história e da fetichização do que passamos a considerar "coisa nossa". Por ser tão próximo a nós, teimamos, muitas vezes em não reconhecer (ou perceber) as regras.

Desta forma, é possível construir um discurso *sobre* o Brasil, desta feita, o Brasil mais interior, de certa forma desconhecido e vilipendiado, ora determinando a história desses processos, ora mostrando os apagamentos da memória existente. Um complexo de formação vinculado à tradição herdada que remonta há séculos de entradas, bandeiras, aprisionamento e submissão de índios e negros, ocupação e devastação de terras, olhares estrangeiros de viajantes de todas as partes do mundo, criando estereótipos e (pre)conceitos.

Os *topoi* representativos do que se considera esteticamente *localizado* constroem discursos que orientam e mesmo determinam uns sentidos e encobrem outros, produzindo evidências que se ligam em campos de disputa e elaboração constantes. Pois não é pela classificação literária tradicional, nem pela forma estereotipada que esse *local* deve ser trazido como matéria de composição, mas pela universalidade de conceitos que operam a história das sociedades.

Ao discutir sobre os discursos culturais que redesenham práticas humanas nos espaços contraditórios, há uma tentativa de ressignificação das diferenças. As representações históricas e

literárias que constituem os não lugares dos discursos homogêneos criam gestos de interpretação do sujeito em espaços que modificam o "modo de falar" sobre literatura, regionalismo e identidade (CANCLINI, 2003), traçando caminhos para compreender a porosidade dos conceitos, no sentido de reencaminhá-los por um sistema plural de significação, no trânsito das figuras complexas de diferença e identidades que contribuem para a construção de imagens e estereótipos ainda visíveis na relação capital/interior. Por isso, ao traçar as relações aqui propostas intencionamos não só expor acontecimentos que fizeram parte da vida dos intelectuais aqui selecionados, mas principalmente compreender o processo de constituição desses discursos. No nosso caso através da atuação social de Natalino Ferreira Mendes no cenário da cultura histórica e das letras.

Com qual interesse levantar um personagem do interior de Mato Grosso?! Dar voz a outros *lócus* de enunciação, numa demonstração de como a história se faz, a partir do que Alfredo Bosi (2010) considera ser de um "movimento de dentro da história", fugindo da dualidade centro *versus* periferia. Nesse aspecto, algumas hipóteses têm norteado nossas reflexões. A mais contundente é aquela que carrega estereótipos de situações marginais dos discursos produzidos. Ou seja, trazer uma representação de Cáceres, ou outra cidade qualquer fora da Capital, é falar da "margem da margem", mas que se quer parte desse complexo histórico e cultural.

Há entre os atores sociais aqui referenciados uma ligação intrínseca muitas vezes não visível, mas sentida nos/pelos escritos, principalmente naqueles veiculados nas Revistas do IHGMT e da AML. Entre eles existe um sentimento de pertencimento, mas também uma contundente atitude ética perante os objetos de estudo. Tanto nos escritos da e sobre a história de Mato Grosso quanto nos poéticos, é possível sentir o entusiasmo que perpassa visões de mundo e o esmero com a língua. São como finos artesãos da palavra e na oratória, geram primorosas peças ditas nas Instituições das quais pertenciam. São vozes que ecoam *ad infinitum*, portanto, educadoras de gerações.

Figuras educadoras são as dos professores Cesário Neto e Benedito Figueiredo. Nos anos 1974, eram vistos nas salas de aula da Universidade Federal de Mato Grosso. Ditinho, como era tratado por Natalino, mais expansivo, pregava enquanto conversava. Mantinha uma relação de grande amizade com os alunos e não era raro que ensinasse pelos corredores, normalmente ladeado pela antológica figura do professor-poeta Pimentel, mais tarde descoberto nos valiosos poemas de *Avoante do Cariri*. Ambos filólogos autodidatas, como se formavam os maiores estudiosos da época, "eram de fato muito capazes, entendiam o que falavam que entendiam", nas palavras do contemporâneo João Antonio Neto. Importante estudo de Cesário Neto coloca em perspectiva os aspectos linguísticos e sociais de *Os Lusíadas,* de Camões, procurando descobrir a dinâmica subjacente que opera o pensar e agir do homem coletivo. Um pensamento do poeta, mas que fazia sentido nas atitudes desses homens de letras.

Ao se referir a Gervásio Leite, Natalino Mendes não se furtava aos elogios quanto aos atributos, principalmente por ter tido a companhia de um cacerense, Euricles Motta, no Movimento Graça Aranha, Manifesto de propostas inovadoras para os cansados ares parnasianos (SIQUEIRA, 1999, p. 277-279). Fazia coro às propostas de Pindorama de tornar visíveis as manifestações artísticas locais a partir da "[...] crença nas coisas do espírito de transmitir à inteligência mato-grossense o dinamismo criador que sacode todo o país na hora decisiva em que vivemos" (ALMEIDA, 2012, p. 80). A mensagem apregoada funcionaria como um libelo em favor dos movimentos locais. No 50º aniversário da Semana de Arte Moderna Gervásio redigiu comentários ao Caderno número 07 de

Silva Freire, dizendo: "[...] a poesia e seu poeta estão causando espanto e assombro na máquina do mundo" (REVISTA AML, 1996, p. 45)[1]. Portanto, na travessia entre dois mundos, construiu uma forma singular de inserção social e de produção artístico-cultural. Nesse sentido, Gervásio Leite tateou terrenos movediços consciente da dupla função do intelectual: expor as feridas e traduzi-las para além da sacralização original, da forma como Natalino Mendes compreendia e professava. Sua ilibada vida pública levou-o a ser reconhecido como político, professor e ativista cultural. Como tivemos oportunidade de escrever, esteve à frente dos movimentos de atualização das letras mato-grossenses (RIHGMT, 2016). Fundou e dirigiu, com Rubens de Mendonça e Martins de Melo, a revista "Pindorama", onde veiculou grande número de textos e colaborou em vários jornais e revistas de Mato Grosso e do país.

Entre Luís-Phillipe Pereira Leite, Rubens de Mendonça e Lenine Póvoas ressoa, para Natalino Mendes, a voz de uma história em que Cáceres se presentifica sob vários aspectos. Luis-Philippe encontrou suas raízes na Fazenda Jacobina e no sepulcro dos ancestrais, no Cemitério São João Batista. Além disso, contribuiu efusivamente com os festejos do bicentenário da cidade de Cáceres, em 1978, através da doação de material bibliográfico e iconográfico ao Museu Histórico Municipal e com a publicação, pela Fundação Cultural de Mato Grosso, da biografia de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pesquisa de Gilberto Freyre, no Solar e Arquivo dos Albuquerque, em Viseu/Portugal. Legou, ainda, à história do Município, publicações que designamos de "trilogia cacerense" (CASTRILLON-MENDES, 2015): *O engenho da estrada real* (1976); *Vila Maria dos meus maiores* (1978) e *O médico da Jacobina* (1978), as duas últimas relacionadas ao ano bicentenário. Desconhecemos, até o momento, outro empenho externo em tamanha pesquisa histórica e cultural sobre a cidade. Somada a outras publicações que compõem o conjunto da obra do escritor, Cáceres é o núcleo germinador de aspectos culturais singulares na abrangente história nacional e internacional.

Nas relações de produção com outros dois historiadores, Natalino mantinha assídua correspondência, tanto por força dos contatos institucionais, quanto pelas contribuições à publicação da *História de Cáceres*: administração municipal, de 1973. Em antológico prefácio, Rubens analisa a situação do escritor interiorano e reforça a necessidade de se voltar os olhos para o interior do Estado, retomando posição de um patrício:

> Seria interessante uma obra assim. Cada historiador de província faria a sua história regional, com fatos locais, somente conhecidos em sua própria província. Eu também desejaria uma história de Mato Grosso assim, que cada município fizesse a sua, a exemplo do que já foi feito pelos municípios de Várzea Grande e Campo Grande [...]. Agora vem o professor Natalino Ferreira Mendes com a sua bem elaborada *História de Cáceres*. A obra é um excelente trabalho de pesquisa e nela o que mais me impressionou foi o apoio oficial que teve por parte da Câmara dos Vereadores daquela simpática cidade porque não se costuma no nosso Estado os poderes públicos tomar essas atitudes. (MENDONÇA apud MENDES, 1973. Prefácio).

Numa espécie de visão antecipada, Rubens de Mendonça compreendeu, em alguns momentos, Mato Grosso numa espécie de macrossistema de produção cultural em que seria necessária a junção de outros eixos de produção para se escrever uma história cultural que pudesse

1 Cf. Revista comemorativa do Jubileu de Diamante da AML, número especial personalizado. Cuiabá, 1996.

se completar de maneira mais coerente, levando-se em conta a diversidade de que é constituído o estado.

Voltado para essa vertente, a *História da cultura mato-grossense*, de Lenine Póvoas (1982), é um dos mais completos panoramas de produção do estado, remontando desde o tempo que ele denomina de "ciclo dos cronistas" e das "investigações científicas", até a produção cultural dos anos 1980. A literatura está ali representada por intelectuais de muitos municípios do interior a partir do século XIX. Natalino Mendes aparece nela como poeta e prosador, mas como em outros compêndios, carece de análise mais sistemática do conjunto das obras dos escritores.

Figuras de particular sensibilidade são Silva Freire e Benedito Pedro Dorileo. O primeiro, pelas lides poéticas. O outro, por afinidades visionárias sobre a educação, terreno muito bem trilhado por eles.

Silva Freire, no discurso de recepção de Natalino Mendes, na Academia Mato-Grossense de Letras, indaga sobre os "secretos" motivos que fizeram com que a escolha do entrante recaísse sobre o seu nome. E encontra uma só explicação: "empatia", esse estado de espírito de identificação de uma pessoa com a outra, "presumindo sentir o que esta está sentindo". E continua:

> Pois é verdade que tal fenômeno nos tem identificado de longa data, pela consideração recíproca, a par da estima e delicada atenção a mim dispensadas por este filósofo-professor [...]. Pois aqui se explica o amigo, o colega de ensinar e o confrade de tantas outras leituras [...]. É um interlocutor de silêncios, carregado de energia espiritual; é a disponibilidade de ouvir e entender outras vozes que a sua própria, captar sentidos do que fica entredito. É auscultador da palavra incoativamente pronunciada. É o que vem em socorro ao diálogo que se instaura e começa a ser temeroso de revelações. É o revelador da profundeza da intimidade não clara, só entrevista. Busca a verdade, ainda não manifesta, e encontrando-a corre para anunciá-la ao amigo. (FREIRE apud MENDES, 1987, p. 5).

Ao sintetizar o perfil do confrade no discurso de recepção, Freire não só poetiza a amizade, mas compreende o *lócus* de enunciação de onde brotam os discursos fora dos meios culturais da metrópole. Nesse sentido, constituem-se homens feitos de palavras-raízes, embora assumindo estrutura formal distante. O que mantinha a ligação entre eles era o sentimento telúrico pelo qual deram aos elementos da terra estatuto literário, entendendo que o processo de desenvolvimento de uma região não implica em renegar os valores natos, mas fundi-los para construir harmonicamente a fisionomia plural do povo. Esse era o discurso que fazia sentido, retomando em certa medida, aspectos do projeto literário de D. Aquino.

Nas parcerias oriundas dos tempos escolares, Benedito Pedro Dorileo manteve com Natalino Mendes a somatória do ideal de universidade e do sentido das diferentes localidades interiores que dão a Mato Grosso o caráter singular de que é constituído. Compondo o grupo pioneiro de fundação da Universidade Federal de Mato Grosso, Dorileo manteve-se (e ainda mantém) fortes ligações com as causas educacionais para quem é "ação transitiva", comungando com o pensamento de Natalino Mendes de uma educação *para*, destinada à preparação da mentalidade das populações para um assumir dos problemas coletivos (DORILEO, 1984). Ao professar os seus ideais de fé na Universidade do Estado de Mato Grosso de que participou da criação do IESC, Mendes creditava ao ensino superior de Cáceres a responsabilidade das mais profundas transformações em todas as áreas do conhecimento e atuação político-social. Para ele, a UNEMAT significava a redenção do

ensino e uma das formas de verticalização dos projetos sociais e culturais para o estado. Um ideal que vem se construindo a partir de ações verticalizadas, principalmente, na área de formação de professores.

Algumas Considerações

O olhar pesquisador tem encontrado algumas respostas para os questionamentos que se colocam sobre a formação da cultura brasileira produzida em Mato Grosso, precipuamente, muito mais questionamentos. O contato com os arquivos é revelador de fecundos espaços de produção desse conhecimento. Ressalta-se, sobretudo a posição dos grupos de intelectuais que, em suas respectivas historicidades, mantiveram a hegemonia cultural. Desde os primeiros anos do século XX, tanto na presença em jornais, quanto pela produção em livros e Revistas, dentro e fora do Estado, a atuação de homens e mulheres construíram uma fisionomia característica desses momentos.

As relações de produção marginal à Capital, Cuiabá, que mantinham (e ainda mantém) com o grupo cultural atuante, foram prósperas, embora nem sempre detectadas e/ou registradas. No caso de Natalino Ferreira Mendes há uma identificação que consegue assegurar um convívio salutar e de intensa produção intelectual, cujos resultados podem ser, ainda hoje, sentidos e reforçados através dos grupos de pesquisadores e escritores da Universidade do Estado de Mato Grosso. Uma parceria que tem se mostrado bastante eficiente apesar, contudo, dos poucos investimentos externos. É uma relação que, transmutada do nível e interesse pessoal para o institucional, poderá render eficazes resultados.

Contemporaneamente esboça-se um panorama nem sempre observado ou sentido. Vive-se um momento de intensa produção que tem mobilizado, tanto o mercado editorial quanto escritores, leitores e críticos. O que se vislumbra desse universo criativo é uma compreensão mais ampla do atual panorama de produção, cujas bases estão nos compêndios de *História da literatura mato-grossense*, de Rubens de Mendonça (1970 e 2005) e na *História da literatura de Mato Grosso*: século XX, de Hilda Magalhães (2001). A crítica, ainda tímida, parece tomar novos ares a partir da visibilidade do produto cultural produzido. Ou seja, Mato Grosso como um todo mostra singularidades no universo plural de que se constitui o amálgama cultural brasileiro. O particular revela faces e detalhes que o olhar mais abrangente e geral não detecta.

A comemoração do tricentenário de Cuiabá, historicamente constituído como centro irradiador, pode significar um marco para refletir sobre questões que pairam acima (e bem abaixo) do que se conhece. As relações de produção que construíram discursos hegemônicos precisam ser rompidos de forma a oxigenar o campo de produção. Outros atores sociais, novos gestos de leitura do arquivo e de escrita da história cultural abarcando outros nichos. Os espaços silenciados precisam de vozes que, se ouvidas, farão surgir outros personagens que, no anonimato, continuam a pensar e a escrever suas histórias.

Que venham mais 300 anos de caminhos trilhados, pois como diz certa canção, eles só existem quando são percorridos.

NOTAS

[1] Certeau adverte seus leitores que uma parte do capítulo intitulado "Operação historiográfica", havia sido publicado em Jaques Le Goff e Pierre Nora, Faire de l'histoire, Galimard, 1974, sob o título "L'operation historique", que foi revista e corrigida, publicada no ano seguinte em seu livro L'Écriture de l'Histoire (CERTEAU, 2002).

[2] Atualmente, o Marco do Jauru encontra-se na Praça Barão do Rio Branco, na cidade de Cáceres - MT. Foi transladado da foz do rio Jauru para a então Praça da Matriz por iniciativa, do ten.cel. Antonio Maria Coelho em 02 de fevereiro de 1883. (MENDES, 1983, p. 10-11).

[3] Estudo da obra poética do professor Pimentel encontra-se em Roberto Boaventura da Silva Sá (2014).

[4] Lúcido aos 99 anos, João Antonio Neto faz várias declarações sobre a cultura mato-grossense em entrevista a Eduardo Mahon. Cf. Facebook 1°/09/2018.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marinei. *Revistas e jornais*: um estudo do Modernismo em Mato Grosso. Cuiabá: Ed. Carlini & Caniato, 2012.

ARISTÓTELES, Poética, 1451 a 36; 1451b, II; 1459 a 21-24. In: PINSKY, Jaime. *100 textos de História Antiga*. 4° ed. São Paulo: Contexto, 1988.

BOSI, Alfredo. O mesmo e o diferente. In: *Ideologia e contraideologia*: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CALIX, Neda Jorge da Cunha. *A saga do Ginásio "Onze de março" de Cáceres*: formar cabeças pensantes. Dissertação de Mestrado em Educação/UFMT. Cuiabá, 1993.

_____. *Natalino Ferreira Mendes*: um sonho, uma vida. Publicação Avulsa. s/d.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa & Heloisa Prezza Cintrão. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

CASTRILLON-MENDES. Olga Maria. *Escritor e criação*: *poiesis* do absoluto. Discurso de Posse na AML. Revista da AML. In: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e outros (Orgs). Cáceres: Editora UNEMAT, 2016 (103-116).

_____. Luis-Philippe Pereira Leite: memória centenária em trilogia cacerense. *Revista do IHGMT*. Dossiê Construções sobre o Brasil e/ou Mato Grosso. Cuiabá, 2015 (33-50).

_____. *O erudito e o popular na poética de Silva Freire:* espaço de (re)construção do leitor. net.br/revista norteamentos/arquivos, Sinop, 2010.

CERTEAU, Michel de. Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Brasília: Fundação

Alexandre de Gusmão / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

DORILEO, Benedito Pedro. *Pensar para fazer*: coletânea de discursos. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1984.

FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1977.

GABRIEL, Carmen Teresa e MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: Ana Maria Monteiro *et al.* (Org.). *Pesquisa em ensino de História:* entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da narrativa. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Org.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas, Gráfica do IFCH-UNICAMP, 2000.

MACHADO, Ronaldo Silva. História e Poesia na Poética de Aristóteles. *Mneme, Revista de Humanidades*. Ceres-RN, Vol I, n.1. - ago/set. de 2000.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria*: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: EdUNESP / Moderna, 1997.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres*: administração municipal. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1973.

_____. *Marco do Jauru*. Palestra proferida no Quartel do 66º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 17/06/1981. Cáceres-MT: Prefeitura Municipal de Cáceres, 1983.

PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa*: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA LEITE, Luis-Philippe. *O engenho da estrada real*. Cuiabá: Escola Técnica Federal de MT, 1976.

_____. *Vila Maria dos meus maiores*. São Paulo: Vaner Bícego, 1978.

_____. *O médico da Jacobina*. São Paulo: Resenha, 1978.

PÓVOAS, Lenine Campos. *História da cultura mato-grossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.

REVISTA DA AML. Jubileu de Diamante. 1996.

REVISTA DO IHGMT. *Tricentenários*: Gervásio Leite, Luis-Philippe, Ubaldo Monteiro. N. 77. Cuiabá, 2016.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista*: história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 11-49.

SÁ, Roberto Boaventura da Silva. *Abrangências dos voos poéticos de Avoante do Cariri*. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. *Lembranças de professores e alunos mato-grossenses:* 1920-1950. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. Antônio Cesário de Figueiredo Neto. In: *Revista do IHGMT*. Comemorativa dos 80 anos de fundação. Tomo 148. Ano 71. Cuiabá, 1999 (256-259).

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do Discurso:* ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EdUSP, 1994.

_____ O fardo da História. In: _____. *Trópicos do Discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EdUSP, 1994.

VEYNE, Paul Marie. *Como se Escreve a História*. Brasília: EdUnB, 1998.

HOMEM DO BARRANCO: UM CORPO SIMBÓLICO NA CUIABÁ DE 300 ANOS

Carlos Roberto Ferreira
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Instituto de Educação – IE
Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE
Doutorando em Educação
Professor de Arte da Rede Pública de Ensino de Mato Grosso
robertoferreira.cultura@gmail.com

Maria Thereza Azevedo
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Faculdade de Comunicação e Artes
Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO
Doutora em Artes Cênicas USP
maritheaz@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta Homem do Barranco na qualidade de um corpo simbólico na paisagem ribeirinha da Comunidade de São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, Mato Grosso, cujas perspectivas da contemporaneidade cultural dialogam com a cidade por meio do simbólico, da dramaturgia, da estética do poema dramático, reverenciando politicamente, a Cuiabá de 300 anos. Insere este personagem como um interlocutor socioambiental, político e cultural entre a Comunidade de São Gonçalo Beira Rio e a cidade de Cuiabá, revelando para o tempo presente, um barranco destruído, árido, com vegetação rala e rio poluído, cuja ausência de valor ambiental afastou dali diversos seres viventes, humanos e não humanos. O que pretendemos é construir reflexões, fluxos e contra fluxos dialógicos, oportunizando uma leitura como início de um debate sinuoso, mas democrático, que possa despertar o interesse pelas coisas do chão, da água, da terra e do barro, que se transformam em um palco sociopolítico e cultural, onde se encontra a pertença do ribeirinho. Esse Homem do Barranco, com certeza, revelará as vicissitudes da vida de uma comunidade reservada ao apego dos causos e mistérios que encenam dramaticidade nas águas do rio Cuiabá, decodificando na força mitológica os credos de um conjunto de espiritualidade presente na cotidianidade das pessoas dali. De igual modo, o Homem do Barranco revelará o empoderamento de uma Comunidade que se investiu de coragem para reverter, dependências sociais em superação política. Que se irmanou na coletividade dos saberes da cultura popular e superou a timidez do consumo da cerâmica, reverberando empreendedorismo cultural e econômico por meio da gastronomia, que hoje se revela com maior apetite, sabor e paladar cultural e econômico, para uma cidade, que há muito deixou de ser verde. Esta Comunidade habitada por "apóstolos" do rio Cuiabá, ainda guarda na sua intimidade cultural, o valor do barro e do barranco, onde ali ancoraram os "personagens" com o pensamento de "encenar" para a história o nascimento da cidade de Cuiabá.

Palavras-Chave: Homem do Barranco. Comunidade de São Gonçalo Beira Rio. Cuiabá 300 Anos.

ABSTRACT

This paper proposes to discuss the scenic spectacle Man of the Barranco (Carlos Roberto Ferreira) as a symbolic body in the riverside landscape of the Community of São Gonçalo Beira Rio, in Cuiaba, Mato Grosso. In the 300 years of Cuiaba the text dialogues with the city and reverence through the symbolic, dramaturgy, and aesthetics of the dramatic poem. It inserts the character Man of the Barranco in the cultural context of the city, as a social-environmental and political-cultural interlocutor revealing for the present time a ravine destroyed, arid, with sparse vegetation and the Cuiaba river that cuts the polluted city, whose absence of environmental value, removed from there, diverse living beings, human and not human. What we want to do is to construct reflections, flows and against dialogical flows, offering a reading as the beginning of a sinuous but democratic debate that can arouse interest in the things of the ground, water, earth and clay, which become a sociopolitical and cultural stage, where the property of the riverbank is located. This Man of the Ravine can reveal the vicissitudes of the life of a community reserved for the attachment of the causes and the mysteries that stage drama in the waters of the Cuiaba river, decoding in the mythological force the creeds of a set of spirituality, present in the daily life of the people there. Similarly, the Man of the Ravine brings to the fore the empowerment of a community that has invested the courage to reverse social dependencies in overcoming politics. That it became part of the collective knowledge of popular culture and overcame the timidity of the consumption of pottery, reverberating cultural and economic entrepreneurship through gastronomy, which today reveals itself with greater appetite, taste and cultural and economic palate for a city that much ceased to be green. This community inhabited by apostles of the Cuiaba River still preserves in its cultural intimacy the value of the clay and the ravine, where there anchored the characters with the thought of staging for history, the birth of the city of Cuiaba.

Keywords: Barranco Man. Community of São Gonçalo Beira Rio. Cuiaba 300 years.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

Abrindo as cortinas da cidade

Meu fado é de não entender quase nada. Sobre o nada eu tenho profundidade.

Manoel de Barros

Homem do Barranco é um poema dramático, escrito em 1994 e encenado em maio de 1995. Uma figura *mitológica*, épica construída a partir das narrativas dos pescadores, artesãos e artesãs, lavadeiras, lavradores e donas de casa da Comunidade ribeirinha, presente nos causos, histórias e no imaginário popular. Dessa pesquisa, nasceu o poema dramático *Homem do Barranco*, com estréia em maio de 1995, no Teatro Universitário, na cidade de Cuiabá-MT e que ficou em cartaz, com encenações em diversas cidades de Mato Grosso e em vários Festivais Nacionais, em diversas cidades brasileiras, até o ano de 2000. Uma das inspiradoras do texto é dona Joana Maria da Silva – ceramista e lavadeira, dona de casa, falecida em novembro de 1994, em meio à realização de uma *Pesquisa de Convivência* entre 1993 e 1994, na Comunidade de São Gonçalo Beira Rio, cujo objetivo era o de ampliar um diálogo que evidenciasse os elementos da cultura popular e as ansiedades sociopolíticas presentes na Comunidade: o barro, a cerâmica, o rio, a pesca, as enchentes, lendas e mitos que povoam o imaginário coletivo dos ribeirinhos, no universo da cultura popular. Este personagem tem assento no poema dramático de mesmo nome, como personagem principal, com texto *filosófico* baseado nos livros bíblicos do Gênesis e de Jó, que se ocupa de profetizar por meio de monólogo, de uma dramaturgia *clássica e contemporânea*, as mazelas sociopolíticas que tanto assolaram o universo socioambiental da Comunidade de São Gonçalo Beira Rio, bem como provocaram significativas alterações na sua dimensão cultural, minimizando a força física ambiental e a expressiva relevância das suas manifestações populares mais genuínas.

Hoje, esse mesmo povoado acompanha as mudanças da cidade, da comunidade, do bairro e suas novas configurações: rio acabado, arruinado pela poluição, desbarrancado; vegetação destruída, território físico árido; a *invasão* dos de fora – visitantes, turistas, frequentadores dos bares e restaurantes, sociedade em geral - sobre o pertencimento dos de dentro – pescadores, ceramistas, artesãos, festeiros, donas de casa e demais moradores do bairro, comunidade; a gastronomia como elemento de transformação econômica, mas também de devastação ambiental e de mudanças da paisagem da região.

Com esse pensamento, pretendemos construir reflexões, fluxos e contra fluxos dialógicos, possibilitando um debate sinuoso, construtivo e democrático que possa despertar o interesse, na atualidade, tanto pelas coisas do chão, da água, da terra, do barro e das enchentes de outrora quanto nos acercarmos de um conjunto de inferências que possam corroborar para entendermos como se apresenta hoje a Comunidade aqui tratada, 23 anos após a primeira montagem do poema dramático *Homem do Barranco*.

Entre fluxos e contra fluxos, pretende-se também observar os valores socioambientais e culturais que foram sendo alterados em detrimento da especulação imobiliária presentes no entorno da Comunidade, bem como as mudanças de comportamento sociopolítico e também

cultural, frente ao comércio da gastronomia que tem significativa representação junto às questões da geração de trabalho e renda para as famílias locais, mas que, também, gera dissidências no modo de pensar e agir, frente à produção da cerâmica e outros comportamentos com a cultura popular.

Ainda podemos observar na Comunidade o seu empoderamento sociocultural e político, com relação à vida política da cidade de Cuiabá, cujo crescimento desordenado, não se construiu em desenvolvimento político-urbano que pudesse inserir a Comunidade ribeirinha numa política pública de cultura, de meio ambiente, de turismo e entretenimento, a par da sua autonomia empreendedora nas dimensões: econômica, social e política.

Ao que nos resta pensar, discutir, debater e construir presença sociopolítica junto à Comunidade de que tratamos, nos leva a refletir, indagar e questionar, com maior significado: como o poder público da Cuiabá de 300 anos não tenha conseguido perceber que a margem esquerda do rio Cuiabá consta no mapa da história da cidade, registrada no pertencimento e na vida da população ribeirinha e na vida sociopolítica e cultural do estado de Mato Grosso, a existência da comunidade tricentenária que deu origem à cidade de Cuiabá?

Neste sentido é que o poema dramático *Homem do Barranco*, tem em seu texto, conduzido pelo personagem principal e de mesmo nome, as seguintes interrogações:

> [...] Onde estavas tu, quando eu lançava os fundamentos da terra?
>
> Sobre que, estão fundadas as suas bases, ou quem lhe assentou a pedra angular, quando eu lhe tracei limites e lhe pus ferrolhos e portas?
>
> A terra se modela como o barro debaixo do selo.
>
> Tens idéia nítida da largura da terra? Tens idéia nítida da largura da terra?
>
> [...] Quem abriu regos para o aguaceiro, ou caminhos para os relâmpagos dos trovões, para que faça chover sobre a terra, onde não há ninguém, e no ermo em que não há gente, para dessedentar a terra deserta e assolada e para fazer crescer os renovos da erva?

No tempo em que as águas já escuras do rio Cuiabá, há décadas, se apachorram rumo ao Pantanal, neste século XXI, levando os dejetos, detritos e insumos de uma sociedade capitalista, pode-se talvez entender as metáforas dramatúrgicas postuladas pelo *Homem do Barranco*, que também habita os barrancos sociais urbanos, de onde reverberam outras interrogações, que também alimentam de catarse, a dramaturgia urbana da cidade.

Estas interrogações acerca do universo socioambiental, que assolaram a Comunidade de São Gonçalo Beira Rio nas últimas décadas, não são as únicas. Mas é preciso entender que as respostas para estas indagações são esperadas pelo corpo físico e pelo corpo humano da Comunidade, até a presente data, para que talvez, ainda haja tempo de construírem um diálogo com a cidade e seus respectivos gestores públicos, antes de fecharem as cortinas da cena de um eterno monólogo.

São Gonçalo Beira Rio: cultura e tragédia como elementos de uma dramaturgia da cidade

Distante do centro urbano da cidade de Cuiabá-MT, aproximadamente a 10 quilômetros, está localizada a Comunidade centenária de São Gonçalo Beira Rio, cravada desde a sua origem, num barranco histórico e cultural, à margem esquerda do rio Cuiabá. Onde "[...] a Bandeira do sorocabano Pascoal Moreira Cabral tinha como objetivo o apresamento de índios, e com a descoberta de ouro fixou-se na região, fundando o Arraial da Forquilha a 8 de abril de 1719, nas proximidades do Coxipó do Ouro." (CONTE, FREIRE, 2005, p. 23). Um povoado que ali demarcou território geográfico e cultural desde 1719, bem como construiu história acerca das manifestações da cultural popular, o que registra no corpo físico da Comunidade um corpo antropológico. Por várias décadas sobrevivem à custa do barro, da cerâmica, do rio e do peixe, por meio das festas de santos, da dança do Siriri, da dança de São Gonçalo e do Cururu, entre outras manifestações da sua tradição popular. Esse conjunto de expressões e manifestações culturais ofereceu conteúdo substancial para colocar na cena contemporânea o poema dramático *Homem do Barranco*, cuja "[...] poesia dramática nasceu da nossa necessidade de ver os atos e as situações da vida humana representada por personagens que relatem os fatos e expressem os intentos mediante breves ou longos discursos" (HEGEL, 1997, p. 556).

Essa *aldeia cabocla*, que tem a sua formação geográfica diferente da formação tradicional de aldeias indígenas é mantida por um só alinhamento de moradias, fica de frente para o rio Cuiabá e de costas para o centro urbano da capital. Seus quintais foram se encontrando geograficamente, formando o miolo do conjunto do povoado, onde todos podem trocar conversas e se comunicar pelas cercas e divisas de características ainda alternativas. Algumas dessas cercas são de poucos fios de arames lisos ou farpados, tramas com taquaras e bambus e algumas com cercas *vivas,* com a utilização de alguma vegetação típica da região e, em outras, nem mesmo cercas existem, onde pessoas e pequenos animais transitam livremente. Essa característica de liberdade de circulação e convivência no mesmo espaço e local de moradia tem herança secular na história da Comunidade. Nela, grupos familiares constroem suas casas nos próprios quintais, formando um grupo de vizinhança específico de cada família, composto de três até cinco ou seis casas, mas ainda sem as cercas tradicionais, sem os muros do centro urbano, sem perder a relação de proximidade com outros grupos familiares da região e sem impor limites físicos.

Com uma população de aproximadamente 350 moradores, distribuídos em 75 famílias, a Comunidade constitui um aglomerado ribeirinho participativo nas lutas cotidianas sociais e tem a manufatura da cerâmica como uma das significativas expressões de manutenção e fortalecimento da sua realidade sociocultural, tanto no universo econômico quanto na paisagem cultural ribeirinha, que se expressa e dialoga de maneira genuína com aqueles que a visitam. Essa manufatura se configura como uma constante luta social, intrínseca aos elementos que a compõem política, social e culturalmente. Um povoado que revela os seus saberes, técnicas e rituais num conjunto de convivências domésticas, como: a pesca, a manufatura da cerâmica, a realização das festas de santos, o plantio de pequenas hortaliças, entre outros, cujos elementos escriturados em partituras socioculturais mantêm e fortalecem uma produção singular. Estamos apresentando, aqui, a Comunidade de São Gonçalo Beira Rio, entre os anos de 1993 a 1994 – período da realização da pesquisa e da primeira escrita e encenação do texto *Homem do Barranco* – onde foi possível

observar que, aproximadamente, 35 artesãos se ocupavam da manufatura da cerâmica. Destes, 8 eram homens e, ainda era possível presenciar alguns grupos de crianças e adolescentes utilizando da modelagem do barro como entretenimento-parte das brincadeiras cotidianas. A utilização da argila nas brincadeiras infantis é um dos registros de que podemos citar como uma espécie de rito de passagem para a iniciação das crianças na improvisação das primeiras peças de cerâmica. Dessa maneira, muitas crianças e adolescentes se viam como pequenos artesãos. Assim, começaram a dar sentido à função de ceramista e foram tomando gosto pela prática dessa cultura no povoado. Alguns adolescentes tinham envolvimento e uma permanência mais efetiva no fabrico de peças artesanais, em virtude da companhia afetiva dos pais que transmitiam a tarefa com esmero, pois esta era, para muitas famílias, uma prática cotidiana que, embora com muita dificuldade, garantia parte do sustento da casa.

Elemento de grande poder para a economia e vida cultural da Comunidade, o barro utilizado na manufatura da cerâmica era encontrado ali mesmo, nas margens do rio e nas várzeas da região, cuja abundância facilitava a sua retirada. A partir do ano de 2001, essa prática foi interrompida por normas ambientais da Prefeitura Municipal de Cuiabá. Dessa forma, os artesãos da Comunidade passaram a comprar o barro da indústria da cerâmica, o que provocou, no grupo de ceramistas, significava estranheza política, cultural, social e econômica, sem falar no desestímulo frente à produção artesanal. Tal estranheza foi ainda acrescida das indagações do povoado, ao presenciar a especulação do comércio da areia retirada do rio por meio de dragas, autorizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e que, sobre este assunto, sempre os deixaram sem respostas.

Tal atitude causou um divisor de águas na produção da cerâmica local, provocando nos ceramistas uma articulação comercial sobre a compra do barro, que antes não estavam acostumados. Assim, era necessário reunirem-se em grupos para a compra do barro, facilitando o sentido quantitativo, em função de que a empresa só entregava na Comunidade o volume mínimo, de meio caminhão. Essa ação também se opôs aos costumes financeiros e, sobretudo, na dificuldade de entendimento dessa ação por parte dos idosos, que precisavam esperar o recebimento das aposentadorias para a aquisição da matéria-prima de onde tiravam parte do sustento da família e que, costumeiramente, retiravam dos seus quintais. Determinada atividade, tarefa, manifestação, fazer cultural perde a sua força, perde a sua evidência em detrimento de outra manifestação que se encarrega de, agora, tomar partido da necessidade evidente e emergente de um certo grupo, ou de uma comunidade - é uma questão difícil, cujo pensamento sobre o assunto requer muita prudência. Mas é pertinente observar, mesmo de fora, que, "[...] em um determinado momento, um conjunto cultural perde a sua evidência. É justamente logo que essa evidência se perde, que vamos entrar, progressivamente, dentro de um outro tipo de episteme". (MAFFESOLI, 2004, p. 24).

Outro fator marcou e demarcou o povoado, configurando como uma das catástrofes ambientais, as enchentes, sobretudo a de 1974. Esta registrou definitivamente a transformação da região em diversos contextos: saúde, moradia, educação, comercialização dos produtos artesanais, transporte e alimentação. Esse fenômeno da natureza atingiu tamanha proporção que resultou até mesmo no surgimento de novos bairros no espaço urbano da cidade de Cuiabá, para o abrigo daqueles que não poderiam mais viver à margem dos rios atingidos pelas cheias. Essa mesma enchente invadiu vários outros bairros ribeirinhos da capital, no sentido rio-acima: São Gonçalo Beira Rio, Coxipó da Ponte, Praeiro, Praeirinho, Grande Terceiro, Porto e Coophamil. Ainda no

sentido rio-acima, outras comunidades e povoados na vizinha cidade de Várzea Grande foram igualmente atingidos: Guarita, Passagem da Conceição e Barra do Pari. Na cidade de Várzea Grande, que fica à margem direita do rio Cuiabá no sentido rio abaixo, diversos bairros e povoados também foram atingidos: Bom Sucesso, Pai André, Souza Lima, Praia Grande, Mangueiral, Valo Verde, entre outros. Na região da cidade de Acorizal pequenos povoados como Três Pedras, Baús e Brotas foram seriamente atingidos. A cidade de Rosário Oeste teve a parte baixa da cidade, nas imediações do rio, totalmente alagada, deixando diversas famílias desabrigadas.

De um modo geral, nesse ano de 1974, a Comunidade de São Gonçalo Beira Rio perdeu tudo. De suas casas, na maioria de pau-a-pique, não sobrou quase nada. Os moradores foram transportados para escolas da região, abrigos públicos ou casas de parentes. Passada a catástrofe, seis a oito meses depois, reconstruíam tudo novamente e procuravam dar um novo sentido à vida cotidiana. Naquele período apareceram as primeiras preocupações do poder público para com as Comunidades ribeirinhas atingidas pelas enchentes quanto às questões da saúde, moradia, alimentação, transporte e escola.

A Comunidade do hoje Bairro de São Gonçalo Beira Rio sofreu catástrofes ambientais ao longo das décadas seguintes, o que só veio a amenizar por volta do ano de 2000, com a inauguração da Usina de Manso, a 86 km da Capital, no principal afluente do rio Cuiabá. Com a instalação da represa para abastecer a citada usina, as cheias do rio Cuiabá foram sendo controladas, em função, também, do controle técnico da água represada pela Usina em períodos de chuva. No período, o Bairro de São Gonçalo Beira Rio já se ocupava de uma outra paisagem sociocultural e econômica. A gastronomia, embora ainda tímida na época, dividia espaço com a cerâmica, fazendo parte de um contexto de imersão no turismo local, na qualidade de um comércio promissor, garantindo o abastecimento do peixe, bem como a geração de trabalho e renda para as famílias locais. Nota-se nesse caso, o repetido esforço já praticado com a produção da cerâmica, agora com a gastronomia do peixe, que tem a maciça participação das famílias do bairro ribeirinho.

Nesse enredo que apresenta em sua trama, as ações da produção da cerâmica, as mudanças do ritmo da sua manufatura, a presença das enchentes sobrepondo forças físicas à comunidade ribeirinha, a devastação ambiental, a desolação habitacional, as doenças e pragas, a ausência de transporte, o bairro ribeirinho sendo comprimido pela especulação imobiliária em detrimento do crescimento do espaço urbano, bem como o advento do comércio da gastronomia e as intempéries que esta provocou na Comunidade, compreendem elementos significativos na construção da dramaturgia da cidade. O poema dramático: *Homem do Barranco* dialoga com a Comunidade de São Gonçalo Beira Rio também por meio das intempéries já citadas e com as mudanças socioambientais da cidade de Cuiabá, em igual período.

Como vimos, tanto a cultural quanto as tragédias presentes na história do Bairro São Gonçalo Beira Rio agregam valores e elementos dramáticos na construção de uma dramaturgia que se insere, esteticamente, como um fluxo e contra fluxo nas mediações dos conflitos internos e externos da cidade. Esses conflitos não são mediados tão somente na propositura da construção de uma dramaturgia, muito menos o são com a encenação desta dramaturgia para a cidade. Esses conflitos são também fluxos que hibridam do universo ribeirinho para o universo urbano da cidade, mas que constroem-se em contra fluxos, que muitas vezes e na sua maioria não são devolvidos

para a Comunidade ribeirinha, com significativa força política, comparada com a força cultural, ali praticada.

A construção de uma dramaturgia *da* e *para* a cidade requer muito mais que hibridação de dramaticidade, sobrepondo aos conflitos sociais, políticos, econômicos, culturais e vice-versa. Essa construção dramatúrgica requer *nota de rodapé* muito bem descrita e redigida, confirmando a necessidade de que a construção de uma dramaturgia para a cidade deve ser uma reverberação democrática das políticas públicas implantadas para a própria cidade, absorvendo e dialogando com os atores sociais que há muito constroem os saberes populares que, mesmo irmanados de conflitos, dialogam tanto com a comunidade quanto com a cidade e seus contra fluxos. Assim, entendemos que cultura e tragédia sempre tiveram uma história correlata na construção de uma dramaturgia, da mesma forma que essa tragédia pode estar inserida, também, como uma cultura, na costumeira ausência de formulações de políticas públicas.

Sobre a cultura da ausência de formulação de políticas públicas para os diversos setores públicos e políticos da cidade, anotamos aqui uma realidade bastante presente na relação negativa de fluxo e contra fluxo entre a Comunidade ribeirinha de que tratamos, com a Casa do Artesão da cidade de Cuiabá – Espaço de empreendedorismo cultural na comercialização de artesanatos diversos, sob o gerenciamento do Governo do Estado de Mato Grosso, por diversas décadas.

Era o ano de 1993, período em que a Casa do Artesão recebia em consignação, peças de cerâmicas de aproximadamente 90% dos artesãos da capital e região para a sua comercialização. Dada a realidade de uma instituição pública, no que se refere ao gerenciamento financeiro da comercialização do artesanato ali exposto, era comum, uma prática burocrática bastante morosa, o que não era vista pelos artesãos da época com *bons olhos*, em função da grande demora em receber o pagamento das poucas peças que eram vendidas.

Verificou-se em determinado ano e durante o período de aproximadamente 12 meses, o não repasse financeiro correspondente à venda das peças que a Casa do Artesão recebia em consignação. Isso provocou na classe artesã grande revolta, pois estes eram pessoas de baixa renda e dependiam do lucro das vendas para a manutenção das suas famílias.

Nesse período, um programa de jornalismo de uma emissora de TV local, ao realizar uma matéria sobre o não repasse de recursos financeiros, pelo Governo aos artesãos, buscou na Comunidade de São Gonçalo Beira Rio – maior produtora de cerâmica na época, e inda hoje – respaldo de informação para a finalização da matéria jornalística que evidenciava o assunto já citado, buscando depoimento dos ceramistas daquele povoado envolvidos com tal descaso.

Visitando a residência de uma família de artesãos da Comunidade, tive a oportunidade de presenciar uma cena inesquecível; quando uma jornalista chega à casa de Dona Joana Ceramista, amparada com cinegrafista e iluminador para uma entrevista e se apresenta interessada em divulgar os descasos dos gestores da Casa do Artesão, pelo fato do não pagamento às peças de cerâmica vendidas. Vejamos um trecho da entrevista:

> - JORNALISTA*: Dona Joana, faz quanto tempo que vocês não recebem o pagamento das peças de cerâmica que são colocadas à venda na Casa do Artesão?*

> - DONA JOANA*: Ah! Já tem uns nove ou dez meses. A última vez que recebemos dinheiro de lá, foi antes do natal passado. Agora, dizem que depois da enchente vão trazer o dinheiro aqui e o papel pra gente assinar.*
>
> (...)
>
> - J*: Então está bom, Dona Joana. Muito obrigada pelas informações.*
>
> - DJ: *De nada! Espera um bocadinho que eu vou buscar um café pra vocês. (*sai em direção à cozinha da casa).
>
> - J: Não precisa! Nós estamos com pressa! (A equipe da TV se despede das filhas de Dona Joana e saem).
>
> - DJ: (De volta ao quintal, Dona Joana fica surpresa com a ausência da equipe e, parada, em posição de "estátua", ou talvez, em posição de "moringa boneca", com dois pratos nas mãos, três xícaras, indignada, exclama.) *Nossa! A moça foi até embora! Mal agradecida!*

Como podemos observar, a presença de uma dramaturgia para o que chamamos de dramaturgia da cidade, está sempre em evidência na cotidianidade popular. Trata-se de saberes e fazeres genuínos que ultrapassam a dimensão do acaso, pois, mesmo sendo parte intrínseca do cotidiano popular reverbera no drama político e social e se revela como conflito, elemento intrínseco à arte teatral. Assim, anotamos para o poema dramático *Homem do Barranco* a presença de uma dramaturgia da cidade, que se insere politicamente no cenário urbano, com a mesma força cultural com a qual reside e se constrói no seio da comunidade ribeirinha. Em conjunto, essa dramaturgia da cidade reúne elementos que tanto estão presentes no barranco ribeirinho quanto nos barrancos políticos e sociais presentes no cenário público e político urbano da cidade. O que pode-se observar como elemento de conflito sociopolítico entre os dois mapas: ribeirinho e urbano, é que, no barranco ribeirinho, os conflitos são sentidos, percebidos e amenizados pelos atores sociais, de dentro para fora, inserindo-os numa dramaturgia cotidiana própria, dirigidos pelo curso de uma conduta cultural da comunidade, cujos textos e subtextos reverberam no seio dessa mesma comunidade, como uma dramaturgia política e visceral, íntima da sua cotidianidade. Já no barranco urbano os conflitos videntes advêm de um conjunto diverso de atores de vários contextos políticos, que trazem em seus textos e subtextos uma direção política e dramatúrgica com normas e leis, oriundas de uma conduta política de fora para dentro, sem a participação dos atores sociais urbanos e, ainda, sem o devido respeito à cultura local e sua eminente construção democrática, infelizmente, sempre presente no seio da cidade. Essa ausência de políticas públicas, bem como de uma dramaturgia da cidade, geradas também no barranco urbano, talvez sejam geradas por uma esquizofrenia capitalista urbana, imperando a hegemonia sobre o território da cidade. Nesse sentido, os meios e os ritmos com que se praticam *na* e *para* a cidade, equivocadamente, uma dramaturgia sempre em estado e gênero de monólogo de fora para dentro, de cima para baixo, sem que a cena seja democraticamente ocupada pelos atores sociais, acabam por não construir uma territorialização dramática da própria cidade, aparecendo, assim, o anúncio em preto e branco de uma dramaturgia acéfala, sem luz política própria, sem um cenário sociocultural visceral,

acabando sem diálogo, em detrimento de uma plateia vazia. Toda essa dramaturgia hegemônica já postulada nesse cenário contemporâneo da cidade que a cada tempo afasta-se ainda mais das zonas periféricas, desapega-se dos atores socioambientais das comunidades deixando de lado a demarcação de um território dramatúrgico, acabam também por não construir um diálogo numa eminente territorialização coletiva.

Não podemos esquecer que "[...] o território é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos". (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 120). E mais ainda:

> Um território lança mão de todos os meios, pega um pedaço deles, agarra-se (embora permaneça frágil frente a intrusos). Ele é construído com aspectos ou porções de meios. Ele comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domínio, limites ou membranas mais ou menos retráteis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, reservas ou anexos energéticos. [...] Precisamente há territórios a partir do momento em que há expressividade e ritmo. É a emergência de matérias de expressão (qualidades) que vai definir o território. (DELEUZE, GUATTARI, 1997, ps. 120, 121).

A considerar ao que nos contribui os citados autores, entendemos a necessidade de maior diálogo entre os atores sociais e culturais; esses agentes interlocutores dos saberes que nos representam politicamente por meio da sua e da nossa cultura junto ao poder público, sobretudo na formulação de maior expressividade e ritmo frente à produção sociopolítica e cultural da cidade. Cada cidade tem seu ritmo próprio, cujo sentido autóctone a ele agregado situa a cidade num conjunto de expressividade correlata com a formulação de sua própria política pública. Essa política pública que também precisa de ritmo percutido na busca de uma expressividade que avance frente às relações com outras políticas e com outras cidades. A cidade não é só o que vemos, mas também o que queremos com ela e para ela. Por isso, precisamos lançar mão de todos os meios para a construção de um território mais amplo na sua dimensão urbana; mais diverso na sua territorialização enquanto ordenamento e reordenamento das relações com o espaço da cidade; mais político na sua propositura democrática; mais sensível com os pensamentos culturais acerca da contemporaneidade e sua dinâmica cultural; mais democrático com o modo de pensar, agir e ritmar as suas políticas e menos hegemônico na dramaturgia da sua política cotidiana. Essa dramaturgia precisa ser a dramaturgia da cidade e por ela construída de dentro para fora – uma dramaturgia coletiva, cujos atores dialogam entre si, com a cidade e com quem nela vive, e não uma dramaturgia oferecida para a cidade, de fora para dentro – uma dramaturgia em constante monólogo, sem a expressividade do século XXI, sem o ritmo que requer o calor de uma capital nos seus 300 anos.

Homem do Barranco: um corpo simbólico na Cuiabá de 300 anos

Era uma manhã de sexta-feira, mais precisamente, dia 8 de janeiro de 1993. Adentro, pelo quintal à casa de Dona Joana Maria da Silva – ceramista aposentada, benzedeira e mestre da cultura popular da Comunidade de São Gonçalo Beira Rio. Era véspera da festa de São Gonçalo, padroeiro da Comunidade, cuja festança começaria no dia seguinte, sábado, dia 9, embora o santo seja cultuado no dia 10 de janeiro. De posse de um assento e muito bem recepcionado com os costumes da família: água fresca, bom café da hora e a expectativa de uma longa prosa. A conversa se inicia com o convite, pela Dona Joana, para os festejos de São Gonçalo naquele final de semana, com chá com bolo, almoço, procissão, dança de São Gonçalo, jantar, grande baile e, para finalizar a

noite, o famoso e tradicional ensopadão cuiabano, servido sempre, pela madrugada. Com o convite animador me coloco às curiosidades sobre o santo padroeiro. Após ouvir as minhas perguntas, ela apruma o corpo na rede, confeccionada com linha de pescar, e começa a falar sobre os poderes do Santo, cuja sabedoria e empolgação, mais pareciam uma reza, profecia, uma oratória dramática permeada por citações de ordem bíblica e informações curiosas dos benfazejos do Santo, ligados a questões espirituais que já havia presenciado na Comunidade. Diante desse *poema dramático*, encenado por uma mulher de menos de 1,60 m. e franzina, mas ágil, ligeira como uma exímia praticante do siriri, e precisa na força física com que colocava cada trecho da sua *encenação*. Tamanha a força de sua expressão e tão genuína, me vi diante de um profeta ou apóstolo que me fazia acreditar que o santo São Gonçalo, além de padroeiro da Comunidade, é um defensor do universo ambiental, das causas impossíveis, um protetor dos remadores, canoeiros e pescadores e mentor espiritual dos artesãos dali, na busca do barro do outro lado do rio e na manufatura da cerâmica. Emudeci! O *poema dramático* que presenciava, *encenado* por Dona Joana Maria da Silva, estava também em gênero de *interlúdio,* dado o volume da sonoridade ambiental do seu quintal e do silêncio-pausa da representação, cuja beleza e surpresa não me permitia intervir. Longe de ser um monólogo, dona Joana dialogava com outros seres presentes nas suas histórias: o Minhocão; o Negrinho D'água; a Mãe Oxum e ainda, falava de um certo homem que aparecia no barranco, sempre que se envolvia com o rio e com o barro. Dona Joana dialogava inclusive com *barrabás*, cachorro de sua cria e estima, da espécie vira-lata, manso, mas atento a todos os sons ao seu entorno e aos proferidos pela dona, na empolgação durante o relato-aula das suas histórias. Mais uma pausa! Como esta se delongou com uma sessão de doce, água e café, me organizei emocionalmente e perguntei: Dona Joana, quem é esse *homem do barranco*? Longo silêncio!

No seu retorno da cozinha, ajudando a organizar as louças do café, volta com um cigarro aceso e, antes de sentar-se na rede, desamarra outra, e me convida: *fique mais à vontade, meu filho*! Foi quando tive a sensação de uma *organização de cena* para o início de um segundo ato, ou de um segundo espetáculo.

Na rede, agora com o rosto virado para os fundos do quintal, para melhor dialogar comigo, Dona Joana pergunta: *Você tem fé, meu filho*? Com a cabeça, respondi que sim.

Ao final do cigarro, a mestra da cultura popular coloca o rosto em direção ao rio que fica em frente à sua casa, como que olhando para o infinito e inicia mais uma sessão:

> *Ele fica bem ali! Ancorado, feito um batelão! Ninguém enxerga ele. Mas a gente sabe que ele ta lá. Pois ele responde tudo que a gente pergunta!*
>
> *Uns dizem que ele é índio, outros dizem que ele é branco igual nós; bonito, fala mansa. Mas não deixa ninguém cortar um galho de sarã, nem derrubar barranco.*
>
> *Engraçado, que quando eu to com a mão no barro, eu não vejo nada, fico distraída que só vendo, quando assusto, a vasilha ta pronta. Acho até que é esse homem que aparece no barranco, que vem dá ajuda preu. Olha! Dizem até que quem conseguir enxergar ele vai ter vida longa, não vai morrer nunca!*
>
> *Eu acho que eu to pertinho, pertinho de vê ele. Pois outro dia, eu ia aqui, beradiando, beradiando o rio, pra mode pegá uns galhos de sarã, pra cobri o barro, né! De repente, fiquei zonza, zonzinha! Minhas vistas escureceu tudo. E quando abri os olhos, vi uma coisa saindo de dentro*

> *do rio, deste tamanho.* (Desenha o monstro com o seu corpo). *Meu corpo arrepiou tudo! Ainda era cedo, e não era noite de lua cheia, não! De repente, escuto alguém pedi, pra mode eu voltar pra casa.*
>
> Ah! Me deu até medo! Benzi o corpo, pedi proteção pra São Gonçalo, fiz meia volta e a coisa sumiu.

Depois de mais este espetáculo, senti que já tinha o nome do poema dramático: *Homem do Barranco,* que teve estreia em maio de 1995, após a morte de Dona Joana Maria da Silva, em novembro de 1994.

Assim nasceu o personagem e o poema dramático de mesmo nome: *Homem do Barranco,* que aqui o tratamos como: Um corpo simbólico na Cuiabá de 300 anos. Com esse feito, Dona Joana Maria da Silva batiza mais um *afilhado*, entre tantos que já tinha na Comunidade. Então, o poema dramático *Homem do Barranco* nasceu onde também nasceu a cidade de Cuiabá, às margem do rio de mesmo nome, no hoje bairro de São Gonçalo Beira Rio. Esse corpo simbólico que se apresenta também como interlocutor sociocultural, político e religioso do povo de São Gonçalo. E, como interlocutor sociocultural, esse corpo simbólico está sempre presente nos diversos *barrancos* sociais*,* onde também ancora as necessidades de uma Comunidade que sempre viveu à margem de uma sociedade capitalista, que sempre visualizou em suas funções culturais, uma atmosfera de exploração dos seus saberes populares, em detrimento de datas comemorativas específicas e oportunidades políticas e sociais.

Mesmo considerando a exploração, uma anotação para o que se pratica ainda hoje com as manifestações da cultura popular, esse corpo simbólico foi se construindo de um conjunto de significantes, desde a sua aparição no imaginário de Dona Joana, até o seu *nascimento*, cujas peculiaridades sígnicas se encarregam de criar um campo simbólico próprio, como nome, apelido, codinome, identificação, forma, volume corporal, ideia ambiental, lócus geográfico, cenário, vestimenta, voz e, por fim, talvez, nome-próprio, uma unidade de ser. Assim, "[...] como é um corpo simbólico, este corpo falado não escapa às regras da semântica e da sintaxe – faz-se objeto de condensação e deslocamentos e é passível de associações e de interpretação" (VICTÓRIA, 2016, p. 253).

De igual modo, esse corpo simbólico vai se situando, se incorporando, se ancorando nos barrancos sociais da cidade e acaba por construir um outro corpo simbólico-político para a cidade, onde, a partir de diversos significantes, vai sendo identificado pelos corpos reais – corpo orgânico: ossos, órgãos, pele, fala - e pelos corpos imaginários – imagens de como o sujeito se vê e como imagina ser visto pelo outro, pela cidade.

Esse corpo de que falamos atua nas paisagens ribeirinhas com o mesmo sentido com que atua nas vias cotidianas da cidade. Na primeira, atua no sentido do imaginário para o simbólico: o ser imagina, cria uma ideia e depois se constrói em símbolo, um corpo simbólico, com fluxos na dimensão da imagem encontrada por cada visão, por cada olho que o vê, para depois, construir, no seu imaginário, uma ideia do *sagrado*. Na segunda, atua do simbólico para o real: é decodificado um corpo simbólico para um corpo real, onde uma *bio-lógica* é real, se apresenta nos contra fluxos de uma cidade para investigar sua dimensão política, social, econômica e cultural. Portanto, o "[...] corpo como símbolo, atua na direção de um sentido. Sentido que se desvela, ou seja, a consciência

de ser esse corpo que fala, que pensa, que sente, que age. O sentido da consciência é o da harmonia e identificação". (MENDONÇA, 2004, p.4)

Vemos então um corpo simbólico que, com a força do corpo imaginário, emerge da cultura de um corpo físico, transcendendo e produzindo, para o corpo real, a cultura de uma sociedade. Esta, por sua vez, insipiente de política pública, ausência de visão da dimensão política da cidade e da incompreensão do valor político da cultura sobre a cidade, acaba por transgredir o território cultural da cidade, destruindo seus valores estéticos e se revelando hegemônico sobre os diferentes recursos políticos e econômicos, assegurando, assim, o poder dos opressores. Vejamos em Boal parte de um significativo exemplo:

> A cultura é produzida pela sociedade e, portanto, uma sociedade dividida em classes produzirá uma cultura dividida. Uma sociedade submetida produzirá uma cultura de submissão. As classes dominantes tentam instituir como cultura a sua cultura e como incultura a cultura das classes dominadas. (BOAL, 1979, p. 85).

Estamos na Cuiabá de 300 anos. A cidade que outrora teve um corpo físico ambiental urbano decodificado como *cidade verde*, cujos fluxos de uma cultura política hegemônica se deslocaram do prumo da cidade, por uma ausência de identificação simbólico-cultural: se corpo simbólico, se corpo imaginário ou corpo real. Desse modo, a cidade perdeu-se no tempo, deixando a sociedade sem o contra fluxo do corpo físico das árvores e de seus significantes: a sombra nas ruas, praças e escolas; os pássaros sem as suas poesias aladas nas copas das árvores ao se abrigarem em seus ninhos; a poesia verde do turista visitante; a perspectiva estética das sombras das árvores que brincavam de fila indiana, o solo e a sua aridez com a ausência das raízes.

Nem mesmo o sonoro grito de lamento do *Homem do Barranco* conseguiu acalmar a fúria de tantos braços-membros-motosserras a esvaziar a bio-vida da cidade: *Quem mandou cortar os troncos onde eu me ancorava? De que ventre procede a água? Acaso a chuva tem pai?*

O *Homem do Barranco,* enquanto um corpo simbólico na Cuiabá de 300 anos, presenciou a transição, ainda em curso de fraqueza política, do século XX para o século XXI, carregado de inúmeras interrogações. Estas interrogações não foram respondidas no século passado, quando ainda a Cuiabá de 200 anos não presenciava o partilhamento de suas tribos urbanas no mesmo grau e nível como se presencia hoje. Neste século XXI, tais interrogações, continuam sem respostas.

A cidade, para entender a sua expansão urbana, foi-se partilhando fisicamente, simbolicamente, imageticamente, politicamente, socialmente, economicamente e, "[...] sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural" (CANCLINI, 2011, p. 285). A cultura nas capitais se tornou elemento de conflitos urbanos em detrimento do advento de políticas publicas sem a perspectiva da manutenção de uma política a par de uma democracia para bens e serviços inseridos no mercado simbólico. Entendemos que:

> Essa travessia por algumas transformações pós-modernas do mercado simbólico e da cultura cotidiana contribui para entender por que fracassam certas maneiras de fazer política baseadas em dois princípios da modernidade: a autonomia dos processos simbólicos, e a renovação democrática do culto e do popular (CANCLINI, 2011, p. 345).

Se a autonomia dos processos simbólicos não consegue se estabelecer como uma construção política de letramento democrático frente o partilhamento das tribos urbanas, frente à hibridação cultural, frente à expansão urbana desordenada, como contra fluxo negativo ao desenvolvimento da cidade, nenhum corpo simbólico permanecerá como corpo imaginário para as gerações futuras, muito menos as gerações futuras se enxergarão enquanto um corpo real, diante do imaginário no universo popular. Talvez aqui entendamos a premissa de Canclini (2011, p. 350), onde nos diz que, "[...] as práticas culturais são, mais que ações, atuações. Representam, simulam as ações sociais, mas só às vezes operam como uma ação".

Diante do exposto, observamos que as atuações culturais devem se dar ao curso das ações sociais e, mesmo que nem sempre estas operem como tal, nos levem a deixar de praticá-las. Devemos entender que tal situação poderá acontecer tanto nas atividades culturais organizadas quanto nos agrupamentos informais, onde possam empregar ações simuladas junto às ações simbólicas.

O *Homem do Barranco,* enquanto um corpo simbólico na Cuiabá de 300 anos, trás como ideia do pensamento acima exposto, a construção de reflexões, fluxos e contra fluxos dialógicos, que oportunizem uma leitura como início de um debate sinuoso, mas construtivo, que possa despertar o interesse, tanto pelas coisas do chão como pelas coisas da água, da terra e do barro, que se transformam em um palco sociopolítico e cultural, onde se encontra a pertença do ribeirinho. E, de igual modo, colocar a pertença do ribeirinho como texto e subtexto político nos diálogos do *Homem do Barranco* com a cidade e com quem nela constrói pensamentos que possam reverberar em outros corpos simbólicos na Cuiabá de 300 anos.

Alimentados de certo cansaço de um diálogo que mais parece um monólogo diante de tantas interrogações sociopolíticas e culturais, sem respostas frente ao desenvolvimento também político e cultural da cidade, anunciamos mais um trecho do texto do poema dramático de que tratamos, na esperança que no seu subtexto outras premissas se encarreguem de construir ações e atuações culturais: *Quem abriu regos para o aguaceiro, ou caminhos para os relâmpagos dos trovões, para que faça chover sobre a terra, onde não há ninguém, e no ermo em que não há gente, para dessedentar a terra deserta e assolada e para fazer crescer os renovos da erva?*

Antes que fechem as cortinas da cidade

A considerar a frase do poema dramático *Homem do Barranco*: *A terra está entregue nas mãos dos perversos. São todos mortais!* Talvez em seu subtexto estejam inseridas as questões das transformações por que passa, politicamente, a Cuiabá de 300 anos, nesse começo do século XXI, com significativas influências do século passado. De igual modo, como tantas outras cidades no cenário nacional, também podem estar inseridas nestas transformações pelas quais as cidades têm passado, sobretudo as capitais. Nela se faz presente: a ausência de trabalho e de mão de obra especializada; a inovação tecnológica como dominante do processo do saber tradicional; o controle patronal sobre o processo produtivo; a ausência de energia econômica para as produções artísticas e culturais; os dissabores políticos sobrepondo à democracia; o empoderamento de determinadas economias negligenciando o mapa socioambiental; a cultura hegemônica ameaçando a cultura popular e suas respectivas políticas. Então, compreendemos que, "[...] é claro que estas transformações têm relação com a substituição de uma cultura da produtividade por uma cultura da especulação e do espetáculo" (CANCLINI, 2011, p. 265).

Assim como a Cuiabá de 300 anos se perdeu no tempo e no espaço, com relação ao desenvolvimento frente à cultura local, a cidade simbólica também se perdeu pela sua transformação e hibridação cultural, em função da sua transgressão física, urbana e ambiental. Da mesma forma em que se perderam em tempo, modo e lugar sobre o que seja bem público, poder público e ação política. "Essas são perspectivas tribais ou a mudança do paradigma social"? (MAFFESOLI, 2004, p. 23).

É natural, enquanto hibridação cultural, que diversas atividades tenham se desconstruído em sua dinâmica, intrinsecamente, em função da sua reorganização no modo de pensar, agir ou representar, mas com essa hibridação, novas proposituras políticas devem surgir ao encontro do diálogo na construção de novos corpos simbólicos na cultura local. Entendemos que, "[...] as celebrações podem girar em torno do corpo, do sexo, da imagem, da amizade, da comédia, do esporte, mas o importante é que o sentimento de pertença local se afirma diante de signos globais" (MAIA, 2005, p. 78).

Chamamos a atenção para a função do ator social que, irmanado do poder de troca da sua arte, da sua cultura, do seu trabalho, não o negligencie diante da ausência de políticas públicas que dialoguem democraticamente com a cidade e com os que vivem nela. Nesse ir e vir de fluxos e contra fluxos presentes na cotidianidade da cidade, sobretudo no que diz respeito ao trabalho dos praticantes da cultura popular, necessário se faz observar as relações políticas entre os diversos grupos sociais. "É preciso, sobretudo, pensar a cotidianidade em relação ao imaginário social de cada povo. (...) Isto é o que faz com que a vida cotidiana não seja igual para grupos sociais, mesmo que estes ocupem o mesmo espaço urbano" (MAFFESOLI, 2007, p. 67).

Dessa forma, a presença, a fala, o texto e o subtexto, a imagem simbólica e o imaginário, de um corpo simbólico na Cuiabá de 300 anos não devem ser pensados tão somente no universo ribeirinho, mas sim, visualizá-lo intrinsecamente no contexto urbano da cidade, nas dimensões periféricas e central, nas relações políticas e sociais, nas proposituras de criador e de criatura, construindo pensamentos coletivos para produções sociopolíticas, mesmo que estas tenham em seu contexto de representação, o individual.

Nesse esforço e espaço de luta e confronto de símbolos e representações, o cansaço não poderá ser físico, muito menos intelectual. Não poderá ser o cansaço político, muito menos espiritual e cultural. O espaço de luta e confronto deve ser um palco aberto de possibilidades na construção de uma cotidianidade sempre ressignificada ao sabor e ao calor de um corpo simbólico na Cuiabá de 300 anos, reverberando em voz o pensamento do *Homem do Barranco*:

Estou farto da minha vida! Não quero viver para sempre, mesmo sabendo que não vou morrer nunca!

Notas

1. Artigo fruto da Dissertação de Mestrado, com orientação da Profa. Dra. Maria Thereza Azevedo, do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO, UFMT, 2015.

2 Um dos folguedos mais populares e antigos do estado de Mato Grosso, cuja origem não se pode afirmar ao certo, praticado nas cidades e principalmente na zona rural, fazendo parte da maioria das festas como: casamentos, batizados, carnaval, aniversários, etc., bem como das festas tradicionais religiosas em louvor aos santos como: Santo Antônio, São Benedito, São João, Senhor divino e muitas outras. Pode-se dizer que em algumas cidades do interior o siriri é o baile ou até mesmo o carnaval do povo. (SIRIRI / SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, 2006, p. 7, 8).

3. Manifestação da cultura popular realizada há mais de 60 anos na Comunidade de São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá – MT em homenagem a São Gonçalo de Amarante, santo violeiro de origem portuguesa, festejado a 10 de janeiro. Composta de nove movimentos, onde uma fila de homens e outra de mulheres dançam em frente ao altar da festa acompanhados por tocadores portando os instrumentos: Viola de Cocho e Ganzá. (Depoimento de Domingas Leonor da Silva a Carlos Roberto Ferreira, 1994).

4. Manifestação popular mato-grossense, transmitida de pai para filho, praticada somente por homens, acompanhada pelos instrumentos Viola de Cocho e o Ganzá, nas festas de cunho sagrado e religioso, onde proferem toadas e funções durante o levantamento e descida do mastro com a bandeira do santo festejado. (Depoimento de Joana Maria da Silva a Carlos Roberto Ferreira, 1994).

5. Iguaria típica da culinária cuiabana e região do Vale do Cuiabá, em Mato Grosso, produzida a partir de pedaços de costela bovina cozida com diversos tipos de legumes da região: abóbora, batata doce, milho verde, chuchu, mandioca, cenoura, inhame, entre outros, muito comum nas tradicionais festas da cultura popular.

Referências

BOAL, Augusto. Técnicas Latino-americanas de Teatro Popular. São Paulo: Hucitec, 1979.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. Trad. Heloisa Prezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CONTE, Claudio Quos. FREIRE, Marcus Vinícius de Lamônica. (Org. e textos). Centro Histórico de Cuiabá, Patrimônio do Brasil. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FERREIRA, Carlos Roberto. Homem do Barranco: pesquisa e dramaturgia na cena ribeirinha. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO. UFMT, 2015.

_____, Homem do Barranco. Poema Dramático. Cuiabá: Peça Teatral, 1994.

HEGEL, Georg Wilhelm Freidrich. Curso de Estética. O Sistema das Artes. Trad. de Álvaro Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIA, João. Michel Maffesoli e Cidade Partilhada. Espaço e Subjetividade. Revista FAMECOS. Porto Alegre. N. 26. Abril 2005.

MAFFESOLI, Michel. Perspectivas tribais ou a mudança do paradigma social. Trad. Cristiane Freitas. Revista FAMECOS. Porto Alegre, Nº. 23, Abril 2004.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. O Corpo e sua Dimensão Simbólica. Rondônia: Presença Revista de Educação, Cultura e Meio ambiente. Mai. No. 29. Vol. VIII, 2004

VICTORIA, Ligia Gomes. Corpo real, corpo simbólico, corpo imaginário. Porto Alegre: Correio APPOA, 2016.

O Povo É Quem Manda: As Festas de Santo e o poder dos Quintais Cuiabanos

Alessandra Aparecida Jorge de Souza
Mestre em Antropologia Social - PPGAS, Cuiabá, UFMT
Pesquisadora do Caleidoscópio – Grupo de Estudos de Cultura Popular -UFMT
alessandrajorge.tc@hotmail.com

Patricia Silva Osorio
Doutora em Antropologia Social, Brasília, UnB
Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – UFMT
Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – UFMT
patriciaosorio@ufmt.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

RESUMO

O objetivo do texto é o de analisar as relações entre as festas de santo, fomentadas pelas famílias em seus quintais, e a Igreja católica. A partir de uma pesquisa etnográfica e da análise de matérias jornalísticas do início do século XX, procura-se destacar as relações de força entre festeiros e a Igreja, e o lugar ocupado pelas festas de santo nesse jogo político. As festas criam espaços em que homens e mulheres se deslocam, fabricam e fazem usos diferenciados de objetos rituais como formas de acessar o sagrado.

Palavras-Chave: Festas populares. Religião. Cuiabá.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the relationships between the feasts of saint, fostered by the families in their backyards, and the Church. From an ethnographic research and the analysis of journalistic articles of the beginning of the twentieth century, we sought to highlight the power relations between participants of the feasts and the Church, and the place occupied by the saint's feasts in this political game. The festivals create spaces in which men and women move around, manufacture and make distinctive uses of ritual objects as ways of accessing the sacred.

Keywords: popular Festivals. Religion. Cuiabá.

Introdução

No ano de 2019, Cuiabá completa 300 anos. Poderíamos dizer que várias paisagens, expressões e gentes imprimem marcas na cidade. O vibrante e diversificado cenário das festas populares destinadas aos santos católicos mostra-se como um dos traços característicos de Cuiabá e suas imediações.

As ciências sociais têm dedicado atenção às festas, procurando considerá-las em seus contextos, visto que importantes para pensarmos os espaços e relações por elas instituídos. As festas tecem redes de relações sociais e empreendem um circuito destinado à circulação de pessoas, santos e bens materiais e simbólicos. As festas instituem, portanto, um complexo espaço estendido, voltado para um sistema de cumprimento de obrigações morais com os santos e com os homens.

Na Baixada Cuiabana, as festas populares em homenagem aos santos católicos são realizadas nos quintais, e os santos homenageados são mantidos dentro das casas dos festeiros, tornando-se parte do cotidiano das famílias que festejam. Esse jeito de festejar, apesar de não estar restrito à Cuiabá e ao estado de Mato Grosso, possui importância social e cultural na região.

Dentro do vasto e complexo cenário festivo popular, o recorte desse artigo centra-se na problematização das relações entre as festas de santo, fomentadas pelas famílias em seus quintais, e a Igreja. A partir de uma pesquisa etnográfica e da análise de matérias jornalísticas do início do século XX, procuramos destacar as relações de força entre festeiros e a Igreja, e o lugar ocupado pelas festas de santo nesse jogo político. O resultado do embate entre Igreja e festeiros sugere a ampliação da relação entre as festas e os quintais. Durante as festas, os quintais surgem como lugares importantes de peregrinação religiosa para os devotos. As festas criam espaços em que homens e mulheres se deslocam, *fabricam* e fazem usos diferenciados de objetos rituais significativos, como formas de acessar o sagrado.

São Benedito é tido como um santo importante na região. Ele é consagrado popularmente como o *padroeiro do povo e da cidade de Cuiabá* e oficialmente é seu santo *protetor*. O santo é bastante acionado pelas pessoas e se faz presente em muitos altares localizados no interior das casas. Interessante percebermos que, mesmo fazendo-se presente no cotidiano, nas entrevistas realizadas com festeiros envolvidos nos circuito festivos, as festas realizadas em homenagem a São Benedito localizam-se no passado, na memória das *festas antigas*.

No relato a seguir, publicado em 27 de junho de 1943 no do jornal *A Cruz*, a relação do santo com as festas realizadas nos quintais é demonstrada. No relato, o jornalista Eulálio Guerra menciona a devoção de uma negra escravizada que, por ocasião da Abolição da Escravatura em 1888, passou a festejar São Benedito no quintal de sua própria casa:

> […] Maria Murtinho, já falecida, festejou por muito tempo, não a data do 13 de maio, mas sim a de 6 de junho, quando foi conhecida a alvissareira notícia neste Estado. A sua festa consistia em mandar celebrar uma missa no altar do Glorioso São Benedito, havendo em seguida, em sua residência, comes e bebes e à noite, improvisava-se o baile. Uma banda de música local, sob a batuta de um importante maestro, iniciava a dança com uma valsa, seguida depois de uma polca e um maxixe e logo depois (uma) formidável quadrilha […].

Em 1919 o jornal *O Mato Grosso* emitiu nota rendendo elogios a uma festa de São Benedito, na casa de um festeiro, localizada na Baixada Cuiabana:

> Realizou-se no dia 21 do corrente na Vila do Livramento a tradicional Festa de São Benedito, revestindo-se de pompa a todos os atos. Na manhã do dia 20, foi celebrada a missa cantada tendo havido anteriormente a coleta das esmolas e à noite do mesmo dia 20, leilão e baile na casa do festeiro. No dia da festa no templo teve lugar missa cantada e sermão; na casa do festeiro dança do congo; à tarde procissão, eleição dos novos festeiros e baile que prolongou-se até alta madrugada. Grande era o número de pessoas desta capital que ali foram assistir as festas.

Nos dias atuais, as pessoas mais velhas rememoram a existência de muitas festas de São Benedito, realizadas nos quintais. Dona Florentina, durante uma conversa, lembrou das festas de São Benedito que eram feitas pelos festeiros na cidade de Cuiabá. Diante de uma pergunta sobre os motivos de se festejar o santo nos quintais, ela comenta:

> Dona Florentina: Bom… primeiro é porque as pessoas são devotas e se são devotas não tem nada melhor do que trazer o santo pra casa! Não tem nada mais interessante para elas do que fazer a festa em casa. Antigamente aqui em Cuiabá se fazia muitas festas de São Benedito, assim, em casa. Tinham muitas festas de São Benedito, espalhadas.
>
> *Alessandra: Ah é? Mas hoje eu não vejo praticamente nenhuma.*
>
> *Dona Florentina: Mas tem.*
>
> *Alessandra: Eu vejo muitas para São Sebastião, quase toda festa tem São Sebastião.*
>
> *Dona Florentina: Sim, tem bastante festa de São Sebastião. Tem a festa de Água Limpa que é de São Benedito. Mas hoje é minoria. São Benedito era filho de escravos, era preto, foi um santo que alimentava os pobres. Arrumava comida no mosteiro onde ficava e dava para os pobres. A festa era pra agradar o santo. A Festa de São Benedito hoje é a da Igreja do Rosário, que é a Igreja de São Benedito e muita gente que não é daqui nem sabe, pensa que a Igreja se chama São Benedito. A festa de lá é grande, a maior festa de santo da cidade, é a festa do povo, mas também da elite, antes não era. Lá tem uma capela do lado, para São Benedito e também uma capela para Nossa Senhora do Carmo. Nós fazemos procissão e festa também para Nossa Senhora do Carmo, mas vai pouca gente. A festa que vai toda a cidade é a de São Benedito. Ele tem um poder que desconheço igual, de arrastar a multidão. Todo mundo vai atrás dele.* (DONA FLORENTINA. Entrevista, Cuiabá, 2016).

Segundo *seu* Nilson, as pessoas festejam o santo em casa por causa da devoção. A devoção faz com que as pessoas elejam seus santos padroeiros e preferidos. No entanto, seu depoimento acrescenta outros elementos para pensarmos as comemorações realizadas nos quintais:

> *Era bastante festa de São Benedito em casas por aí. Ninguém queria abrir mão do santo. Tinha mais de trinta, tudo espalhada pela cidade. O problema é que foi acabando porque a Igreja ficava sabendo das festas e mandava um ir lá recolher uma taxa. Vinha e recolhia a taxa, levava o dinheiro. Só depois, mais tarde é que a Festa da Igreja do Rosário firmou e o povo festeja São Benedito lá.*

> *Passavam também uns esmoleiros, uns homens, de casa em casa, carregando o santo dentro de uma caixa de sapato enfeitada. Diziam que a esmola era pra ajudar alguma festa do santo, passavam vários desses esmoleiros pedindo doação, mas ninguém não tinha certeza e muita gente não dava, não era bandeira que passava, era o santo na caixa de sapato. A gente não sabia de verdade de onde vinham esses homens. […]*

> *Outra coisa, as festas de santo são feitas em casa porque não tem a festa na Igreja do santo que a família devota. Se na Igreja não havia uma festa para agradecer as graças aos santos para quem se devia qualquer graça, então o que se fazia e faz é festejar o santo em casa, no quintal mesmo. As pessoas não abrem mão dos santos de sua devoção. Por exemplo, hoje a gente vê muito São Sebastião nas festas de casa… mas é porque não tem uma festa na Igreja de São Sebastião na cidade.* (SEU NILSON. Entrevista, Cuiabá, 2016).

Não é nossa intenção aqui atestarmos a diminuição ou não do número de festas em homenagem a São Benedito, realizadas nos quintais. No entanto, buscamos identificarmos nos depoimentos do *seu* Nilson e da dona Florentina algumas questões fundamentais. As festas são formas de demonstrar devoção e as casas e os seus quintais aparecem como lugares por excelência do festejar os santos padroeiros das famílias, e de preferência daqueles não festejados pela Igreja. As falas apontam para conflitos importantes existentes entre a Igreja e as festas de santo realizadas nos quintais.

No jornal *A Cruz,* em 1927, uma notícia alerta para preocupação da Igreja frente ao avanço das festas dos santos na capital. O documento originalmente fazia menções aos abusos praticados na Itália, acerca das festas religiosas populares, e foi reproduzido por um Bispo de nome Júlio e um Cardeal de nome Sharrelli. O conteúdo da publicação mostra a hegemonia da Igreja e dos jogos de poder que se estabelecem em relação às festas populares. Para o Cardeal e o Bispo, as palavras contidas no documentto publicado na Itália, serviam perfeitamente para ilustrar os fatos ocorridos em Cuiabá, quando os festeiros resolviam fazer suas festas de santo. A publicação intitulou-se *Decreto da S.C do Concílio*:

> Por oportuno e aplicável ao nosso meio transcrevemos nestas colunas o Decreto S.C do Concílio que se segue:
>
> – Esta Sagrada Congregação do Concílio teve a ciência de que, por vezes, pessoas leigas pouco ou mesmo nada praticantes, sem consultarem os Vigários ou Reitores das Igrejas, e sem nenhuma aprovação da autoridade diocesana, se arvoram em comissão, e, sob o título de […] festeiros, fazem coletas, sem que delas prestem contas;
>
> – marcam e transferem os dias das festas patronais, sem consideração alguma ao calendário eclesiástico;
>
> – contratam a ornamentação da Igreja; impõem horários e itinerários para as procissões;
>
> – convidam pregadores, etc. sem dar de tudo isso a mínima satisfação; […]
>
> – gastam-se superfluamente grandes somas que poderiam ser mais utilmente empregadas na restauração da própria Igreja; […]

> Esta S. Congregação do Concílio, não podendo deixar de tomar em consideração a gravidade destes fatos, e querendo fazer sentir a sua intervenção para que tais abusos denunciados não se estendam e não se perpetuem, convida os Exmos e Revmos. Ordinários:
>
> – a chamarem a atenção do seu clero e todos os bons católicos; […]
>
> – a exortarem o clero para que assinem de novo […] a direção das festas religiosas, procurando ocupar […] atos religiosos no âmbito do lugar sagrado e das procissões que se fizerem fora da Igreja;
>
> – a expedirem instruções especiais que regulem quer a nomeação e a seleção dos festeiros, quer a decente e devota ordem das procissões; […]. (*A CRUZ*. 1927.)

O que estava em jogo era a tentativa de domesticação das festas populares e de disciplinamento dos festeiros. A Igreja queria ocupar a direção das festas populares e *domar, frear* os festeiros. Os festeiros ganhavam autonomia e, inclusive, não se importavam com algumas regras, como as disposições do calendário litúrgico para a comemoração dos *dias dos santos*. Eles criavam as suas próprias dinâmicas.

A reflexão de Pierre Sanchis (2002) sobre religião e conflito no mundo contemporâneo nos ajuda a pensar tal embate envolvendo as festas:

> […] quando emaranhada com os outros níveis da existência coletiva ou determinada instância social, a religião, aparentemente destinada a "congregar", "religar", estabelecer "a Paz na terra", pode tornar-se fator de divisão, de confrontos, de rivalidade e mútua ambição – enfim, de guerra (SANCHIS, 2002, p. 10).

Assim, *emaranhadas* à religião, as festas dos festeiros, nos quintais das casas, causavam e ainda causam conflitos e rivalidades importantes com a Igreja. Mas, é justamente o conflito entre a Igreja e os festeiros que pode ser visto como instrumento instituidor de um tempo social de afirmação para as festas de família. Para Simmel (2011), o conflito é básico na constituição e manutenção da vida social. O conflito entre a Igreja e os festeiros, exposto nas matérias jornalísticas e também fixado na memória dos interlocutores, parece ter tido um papel expressivo na consolidação das festas populares. Fazer frente à Igreja significa fazer uma espécie de *divisão*, como sugere o discurso da dona Florentina, entre as festas da elite e as festas do povo. A *divisão* aponta, inclusive, a *divisão* dos santos. Pelos depoimentos citados, é como se São Benedito, o *santo do povo*, tivesse sido *domesticado* e tomado pela Igreja. A insistência dos festeiros, *dono*s das festas, deixa claro que os santos pertencem ao povo e não à Igreja:

> No Brasil […] a grande maioria (das festas populares) permanece sendo de caráter religioso, embora mantenha ao mesmo tempo, aspectos secularizados, que chegam a criar conflitos com a Igreja, pois muitas vezes a participação popular se dá mais pelo aspecto […] do divertimento e da alegria, do que pelo aspecto religioso propriamente dito […]. Além disto, disputas pelo controle político e econômico da(s) festa(s) também são frequentes (AMARAL, 1998, p. 16).

As festas promovidas pela Igreja trazem uma dinâmica diferente em relação às dinâmicas das festas populares. Por exemplo, na *Grande Festa de São Benedito na Igreja do Rosário* a comida é comercializada, vendida em barraquinhas e o dinheiro arrecadado é controlado pela Igreja,

enquanto que nas festas de santos das famílias, a comida é uma doação, porque os festeiros fazem a redistribuição dos *bens* arrecadados.

Toda festa é fruto de ocasiões especiais em que se reúnem grupos de pessoas com finalidade religiosa e/ou recreativa. As festas populares, geralmente, são preparadas para oferecerem momentos de religiosidade, mas também de regozijo: músicas, danças, bebidas e muita comida. Peter Burke (1989, p. 307) afirma que na Idade Moderna as festas "[...] eram ocasiões especiais em que as pessoas paravam de trabalhar, e comiam, bebiam e consumiam tudo o que tinham". As festas de santos, realizadas nos quintais de muitas famílias cuiabanas, se configuram enquanto ocasiões de sociabilidades, estabelecidas principalmente pela partilha da comida e de momentos especiais em torno do ato de comer. Porém, tais festas são também espaços políticos constitutivos de relações de poder. Os quintais e as casas assumem, nessa medida, lugar central no debate.

Quando é feita a pergunta: por que os santos são festejados nas casas, nos quintais?, o que entra em jogo são as relações de poder. Ou seja, as festas de santos de família possuem uma dimensão política em que relações de força são colocadas em prática.

De acordo com Bobbio (1998, p. 943-958), o poder é a capacidade de agir e produzir efeitos, "[...] é uma relação entre os homens", e "política é uma forma de poder". Para Foucault (1995, p. 243) o poder "[...] não é em si uma violência […] é um conjunto de ações sobre ações (que) opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos". Nas tentativas de domesticação das festas e dos festeiros estão presentes as relações de poder, pois exemplificado na exclamação da dona Florentina: *nada melhor do que trazer o santo pra casa!*

Os conflitos se instauram entre a informalidade dos quintais e das casas dos festeiros e a institucionalidade do catolicismo oficial. Para Alba Zaluar (1983, p. 107), há uma oposição conhecida entre o catolicismo oficial e o catolicismo popular, em que se instaura uma "[...] convivência cheia de tensões […]", uma "oposição entre a Igreja do povo e o padre e, por extensão, entre a cultura popular produzida e elaborada pelo povo e a cultura erudita dos padres". Nesse embate, os quintais dos festeiros são colocados em prática.

Alguns festeiros, na Baixada Cuiabana construíram e mantêm capelinhas, com pequenos santuários para os *seus* santos, edificadas nos quintais das casas, e ao redor delas se reúnem para festejar. Outros festeiros mantêm altares nas salas de visita das casas e transportam os *seus* santos para os quintais nos dias festivos. Em outra conversa, *seu* Nilson destacou a atuação dos padres e apontou as capelinhas nas comunidades rurais e bairros como algo que também pertence ao povo, e Dona Florentina demonstra seu descontentamento frente às injunções eclesiásticas nas festas de quintal:

> *Várias comunidades na Baixada Cuiabana fizeram capelas pra cultuar os seus santos e fazer festa. Mas lá é lugar onde o povo que manda, não tem padre. As portas se abrem só pro padre rezar uma missa ou outra. Pagando o padre reza. Mas reza e vai embora. Tem uma comunidade onde povo disse pro padre "– aqui quem manda somos nós! Além do dinheiro que o senhor recebeu pra rezar a missa, o senhor pode passar e levar o da sacolinha, mas a capela é nossa* (SEU NILSON. Entrevista, Cuiabá, 2016).

> *Já teve festa antiga que acabou porque o padre foi meter o bedelho. A cozinha da festa caiu e o padre inventou de arrecadar dinheiro pra reconstruir, quando não*

> *viu… ele tinha tomado conta. A festa acabou, não deu certo* (DONA FLORENTINA. Entrevista, Cuiabá,2016).

A dimensão econômica, conforme foi exposto, atravessa esse cenário conflitivo. As relações entre Igreja – o padre –, e as festas populares – os festeiros – são conflituosas e históricas. No entanto, as festas nas casas dos festeiros criaram e adentraram a um território particular, protegido e complexo. Tornaram-se posses. Os festeiros passaram a ser autoridades, assumindo o seu poder sobre as festas e os *seus* santos.

Os festeiros e as suas festas são personagens modeladas por uma relação hegemônica estabelecida com a Igreja. Entretanto, eles possuem agência. Conforme afirma Sherry Ortner (2007, p. 64), a "[...] agência está estreitamente relacionada com ideias de poder, incluindo tanto dominação como resistência", mas também com os projetos de pessoas e com as suas habilidades de realizá-los. Para a autora:

> [...] "agência" pode ser praticamente sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas (ORTNER, 2007, p. 64).

Os festeiros ao se organizarem em grupos, construíram a si mesmos como personagens fortes, e as festas enquanto instrumentos de poder legitimado. As festas de santos realizadas pelas famílias, projetaram os quintais no centro de uma tradição e estreitaram o contato com os santos, criando uma forma de devoção permanente. Acolhidas pelas famílias, festeiros e devotos, as festas criam realidades e lugares sagrados, e tornam os quintais cuiabanos espaços importantes de circulação de pessoas e de peregrinação religiosa.

Notas

1 Os jornais consultados foram A Cruz e O Mato Grosso, disponíveis em http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/.

2 Sobre o papel da comida nas sociabilidades festivais, ver SOUZA, 2017.

Referências

AMARAL, Rita. As mediações culturais da Festa. *Revista Mediações*. Londrina-PR, v. 3, n. 1, p. 13-22, 1998.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola Matteucci e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: EDUnB, 1998.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica:* para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ORTNER, Sherry. Uma atualização da teoria da prática. Poder e Projetos: uma reflexão sobre agência. In: GROSSI, M.P., ECKERT, C., FRY, P. *Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas.* Blumenau: Nova Letra, 2007.

SANCHIS, Pierre. Religiões no mundo contemporâneo: convivências e conflitos. *Revista Ilha.* Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 7-23, 2002.

SIMMEL, Georg. O conflito como Sociação. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção.* São Paulo, v. 10, n. 30, p. 568-573, 2011.

SOUZA, Alessandra Aparecida Jorge de. *Nada melhor do que trazer o santo para a casa!* As dinâmicas das festas de santo de famílias, na Baixada Cuiabana. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

ZALUAR, Alba. *Os Homens de Deus.* Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

ENTRE PRÁTICAS E REFLEXÕES: UMA LEITURA SOBRE O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ A PARTIR DE POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

Lúcia de Fátima Lobato Ferreira
Ma. Preservação do Patrimônio Cultural
lf_lobato@yahoo.com.br

Amélia Hirata
Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso - SE/IPHAN-MT
Superintendente
amelia.hirata@iphan.gov.br

RESUMO

Este artigo discute os significados atribuídos a um bem, a partir de concepções provenientes dos conhecimentos técnicos em detrimento dos conhecimentos empíricos, e de sua apropriação social. O cenário dessa discussão é o centro histórico de Cuiabá, em Mato Grosso, que traz em sua configuração física, elementos simbólicos, que despertam várias formas de olhar e de se apropriar dos lugares. O artigo dedica-se a refletir sobre as mudanças promovidas pela política regional de preservação do conjunto tombado, a partir da instalação da Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Mato Grosso. A pesquisa foi elaborada a partir do acompanhamento das obras realizadas em espaços públicos que alcançam políticas de preservação locais e nacionais, a partir de um recorte sobre as ações de preservação dos anos de 2003 e as desenvolvidas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas ocorridas a partir dos anos de 2010. Verificou-se que a requalificação de praça e outros espaços públicos possuem significados singulares para os diversos atores que vivenciam o local. Esse exercício de reflexão poderá contribuir na elaboração de propostas mais inclusivas e participativas.

Palavras-Chave: Centro histórico de Cuiabá. Patrimônio. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ABSTRACT

This article looks at the discussions about the meanings attributed to a historical heritage, from concepts derived from technical knowledge to the detriment of empirical knowledge, and from its social appropriation. The scene of this discussion is the historical center of Cuiabá, in Mato Grosso, which brings in its physical configuration, symbolic elements that awaken various ways of looking and appropriating places. The objective of this article is to reflect on the changes promoted by the regional policy of preservation of the listed set, from the installation of the State Superintendence of the National Historical and Artistic Heritage Institute in Mato Grosso. The research was elaborated from the monitoring of the works carried out in public spaces that reach national and local preservation policies, from a cut in the actions of preservation of the years of 2003 and those developed under the Program to Accelerate the Growth of Cities Historical occurring from the years of 2010. It was verified that the requalification of the square and other public spaces have singular meanings for the diverse actors who experience the place. This exercise of reflection may contribute to the elaboration of more inclusive and participatory proposals.

Keywords: Historical center of Cuiabá. Heritage. National Historic and Artistic Heritage Institute.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

Considera-se interessante a curiosidade em saber o que as palavras trazem como significado, e, além disso, refletir sobre o que o outro atribui à palavra que é usada. Essas reflexões mostram os detalhes que compõem as discussões de valor, pois os significados atribuídos a um bem podem envolver diversas concepções provenientes dos conhecimentos técnicos, em detrimento dos conhecimentos empíricos, como também das formas de apropriação social do bem.

Na introdução do livro *Palavra e Verdade*, de Luiz Alfredo Garcia-Roza (2005. p. 7), o autor descreve que, em um determinado tempo, na Grécia arcaica, as palavras "[...] faziam parte do mundo das coisas e dos acontecimentos". A palavra não apresentava uma única forma de significação e, nesse processo de decifração, outros sentidos poderiam ser originados: "A palavra, juntamente com as condições de sua enunciação, não valia apenas pelo seu sentido manifesto, mas como signo a ser decifrado para que outro sentido, oculto e misterioso, pudesse emergir, num interminável de decifrações".

Ainda reportando à Garcia-Roza (Ibidem, p. 96), este cita um trecho da obra *De Magistro*, de Santo Agostinho, e a partir do enunciado "[...] os signos não servem de nada para aprender", pois, para Santo Agostinho o signo é enganador, possui a característica de ser ilusório devido não ter uma relação natural com a coisa. O processo de identificação de uma coisa não se limita à existência da coisa e nem do signo que a representa de forma isolada. A significação da palavra deve ser constituída na relação conjunta de outras palavras.

A partir dessas reflexões, pode-se pensar que a representatividade de alguma coisa, sua definição e identificação por um signo se constrói numa teia de significados, pois o signo, por si só, não é capaz de conter a verdade sobre o significado de alguma coisa. "A razão pela qual as coisas têm o nome que têm não está na coisa nem no signo considerado isoladamente, mas nas definições, isto é, nas relações entre os signos" (Ibidem).

O nome que o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) oficialmente denomina para o Centro Histórico de Cuiabá enquanto Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico, e que para algumas pessoas é desconhecido, pode ser considerado um dado interessante como problematizador da questão do valor, pois a relação dos significados presentes nessa denominação acolhe entendimentos divergentes, que podem gerar relações conflituosas e formas de atuação relacionadas à preservação não compreendidas. Segundo Izabela Tamaso (2005. p. 4), a pluralidade de valores e significados e o não reconhecimento dos valores da comunidade local é uma questão que se reporta às discussões sobre a relação complementar dos valores materiais e imateriais, os quais, segundo ela, são obscurecidos pelas "[e nas] políticas públicas de preservação, que se fundamentam no instituto do tombamento".

Comunga-se da afirmação de que o nome do lugar é atribuído pelas relações sociais que são construídas no cotidiano. Entende-se que as relações de sociabilidade são aquelas que conseguem dar nome para o lugar, pois sua singularidade não se encontra apenas na sua existência em si, nas é construída a partir das diferentes relações sociais e geográficas que se faz, envolvendo as comunidades locais, entendidas aqui como diversas.

A compreensão de lugar para Doreen Massey (In: ARANTES, 2000) não contém um sentido universal que deva ser acolhido por todos, pois para ela, assim como a identidade não deve ser entendida como universal ou homogênea, assim também não deve sê-lo com relação ao entendimento de lugar.

A autora destaca a importância das práticas socioespaciais no processo de significação dos lugares. Sincronicamente, suas práticas, no mesmo instante que assumem o papel de definidoras são também influenciadas pela confluência das relações locais com as globais. Repercutindo na ampliação das fronteiras locais e trabalhando com a ideia de extensão imaginada do lugar, a ideia do lugar se apresenta para além das demarcações territoriais.

As compreensões "conceituais" do CH ao longo do tempo teceram uma trama de entendimentos que contribuíram na composição sobre o CH para o processo de tombamento. Sendo que esse movimento de construção, esse percurso de entendimento sobre o CH não se desenvolve de forma harmoniosa, vários conflitos emergiram a partir da diversidade de atribuições de valores expressos pelos diversos grupos sociais, os quais, não serão discutidos aqui.

A visão do centro da cidade como um conjunto arquitetônico foi expressa pela primeira vez pela arquiteta Rachel Rezende, no ano de 1979, quando na sua vinda à cidade apresentou suas considerações sobre a "*Preservação da Memória Cuiabana*", através de um artigo publicado no *Diário de Cuiabá*, o qual enfatizava a importância de preservação da memória cuiabana, pois, segundo ela, a memória se expressava nos bens patrimoniais existentes no Centro Histórico de Cuiabá, denominados de "Patrimônio Arquitetônico". E, também, fez alusão ao Centro de Cuiabá como um "patrimônio em um sentido amplo, não se tratando apenas de imóveis isolados" (BRANDÃO, 1993, p. 105).

Retomando a fala da arquiteta Rachel Rezende, percebe-se que suas considerações expressam que as edificações que compõem o Centro Histórico são consideradas no seu conjunto, em nenhum momento expõem a ideia de monumento, ao contrário, apresenta uma representação patrimonial da cidade associada com a simbologia do lugar, quando faz referência à memória. Expressa a complementaridade das questões da materialidade e imaterialidade de um bem. É importante ressaltar a questão da relação das dimensões material e imaterial do patrimônio, sendo elas inseparáveis, e que interferindo em uma se estará interferindo na outra. O patrimônio cultural tem como suporte os vetores materiais que possuem uma dimensão imaterial de significado e valor, assim como o denominado patrimônio imaterial, que possui uma dimensão material que lhe permite efetivar-se. A diferença não é de natureza, mas de operacionalização (MENESES, 2012. p. 31).

Ações de preservação do CH de Cuiabá: IPHAN e o Centro Histórico de Cuiabá

Segundo Conte (2005), a partir do final dos anos de 1950 a cidade de Cuiabá começa a presenciar as mudanças na sua arquitetura, proveniente das descaracterizações que se iniciam com o tão almejado progresso.

No livro "*Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*", Paolo Rossi (2000, p. 49) relaciona a ideia de progresso com a imagem "moderna" da ciência, onde, segundo ele, tal associação foi determinante na formação da ideia de progresso e cita algumas de suas implicações:

> 1. A convicção de que o saber científico é algo que aumenta e cresce, que atua mediante um processo para o qual contribuem, uma após outra, diferentes gerações; 2. A convicção de que esse processo, em qualquer uma de suas etapas ou de seus momentos, jamais é completo: ou seja, que não necessita de sucessivos acréscimos, revisões ou integrações; 3. Enfim, a convicção de que existe de certo modo uma tradição científica que tem características específicas [...].

O autor argumenta que a concepção de progresso não se desenvolveu de forma secundária, à margem da discussão sobre a ciência, mas é "[...] constitutiva da imagem moderna da ciência" (Ibidem). Tal afirmação justifica-se por ambas as ideias se desenvolverem a partir de uma atmosfera que estreitava as compreensões relacionadas aos termos "crescimento" com o avanço do saber, as quais foram construídas, segundo o autor, dos primeiros anos do século XVII até a segunda metade do século XIX.

Os discursos sobre o crescimento e sobre os avanços articulados no fim do século XVIII, paulatinamente contribuem para a elaboração de uma espécie de doutrina ou teoria do progresso, a qual envolvia:

> [...] a noção de uma perfectibilidade do homem e de sua natureza alterável e modificável; a ideia de uma história unitária ou "universal" e modificável; os discursos sobre a passagem da "barbárie" à "civilização", sobretudo a afirmação de constantes ou de "leis" operando no processo histórico [...]. (ROSSI, 2000, p. 95).

O entendimento sobre a ideia de progresso nesse contexto conduz à associação aos termos avanço e desenvolvimento humano, os quais se fixaram no imaginário comum. O progresso era visto como uma das formas de tirar o homem de suas amarras históricas: "Avanço, crescimento aperfeiçoamento, melhoramento, desenvolvimento, ampliação, extensão, incremento são frequentemente indicados nos dicionários e usados pelos falantes como sinônimos do termo 'progresso'" (Ibidem, p. 114).

O autor afirma que a ideia moderna de progresso "encontrou sua expressão clássica" a partir das produções textuais dos teóricos Condorcet, Turgot, Saint-Simon e de Comte. Sendo bastante acentuada a sua utilização na segunda metade do século XIX. Após esses períodos. a ideia de progresso atravessou uma profunda crise no período entre as duas guerras mundiais. Este declínio relaciona-se com a emergência da Primeira Guerra Mundial e da crise dos anos de 1930. Tais acontecimentos contribuíram para aflorar os sentimentos de incerteza e desesperança; a ciência e o progresso não se mostraram eficazes na construção de uma sociedade justa e igualitária.

A argumentação sobre o fracasso da ideia de progresso também foi discutida pelo teórico Jaques Le Goff, sendo que os motivos dessas críticas ainda são mais enriquecidos:

> Em meados do século XX, os fracassos do marxismo e a revelação do mundo stalinista e do gulag, os horrores do fascismo e, principalmente, do nazismo e dos campos de concentração, os mortos e as destruições da Segunda Guerra Mundial, a bomba atômica – primeira encarnação histórica 'objetiva' de um possível apocalipse –, a descoberta de culturas diversas do Ocidente conduziram a uma crítica à ideia de progresso. (LE GOFF, 2003, p. 14).

A argumentação que fundamentava a ideia do progresso apoiando-se nas bases de pensamento que cultuava o progresso linear, restringindo-se ao modelo de unicidade cultural universal, mostrou-

se paulatinamente insuficiente na construção de uma história com direcionamentos sequenciais. Esta atmosfera foi cedendo espaço para concriar visões influenciadas pelos sentimentos de descrença e desesperança na busca de uma "sociedade melhor", tendo presente as visões sobre as crenças religiosas, diretamente relacionadas à perspectiva escatológica. Segundo Le Goff (2003), a ideia de progresso ganhou notoriedade com o Iluminismo e nos séculos XIX e início do XX, em confluência com os processos científicos e tecnológicos. A abordagem ao termo progresso, feita pelo autor, não se restringe apenas às compreensões tecnológicas e científicas, mas ao uso da expressão progressos setoriais, pois não há uma forma única de progresso, mas, historicamente, uma diversidade de processos de progresso foi desenvolvida.

O autor acima citado, ao falar sobre a história da ideia de progresso, se reporta ao texto de Dodds[1] (1951), o qual se compunha de uma síntese sobre a posição dos gregos e dos romanos em relação à ideia de progresso. A partir desse texto, o autor faz uma analogia sobre como essas posições trouxeram condições essenciais para o desenvolvimento da ideia de progresso na modernidade. A primeira posição se refere ao "[...] papel desempenhado pelo progresso científico e tecnológico" (LE GOFF, 2013m p. 221). A crença na sua afirmação, as acelerações da ideologia do progresso trazem um avanço das ciências e das técnicas, avanço este evidenciado nos séculos XVII, XVIII e XX. A segunda posição apresenta a relação entre o progresso material e a ideia de progresso, estes últimos se constituem a partir de uma inter-relação diretamente proporcional, pois quando se vivencia os avanços tecnológicos na mesma proporção são afirmas manifestações otimistas sobre o progresso, assim como sua estagnação fragilizava sua existência enquanto ideia. Considera-se que as representações do progresso em Cuiabá se desenvolveram a partir das "obras oficiais"[2], as quais materializaram essa representação de avanço tecnológico através das representações vistas na paisagem da cidade, as quais alimentavam o imaginário, o sonho de construção de uma metrópole no Centro-Oeste, atingindo, assim, vários setores da sociedade. O religioso, com a demolição da catedral nos anos de 1968, o político, com a demolição do Palácio Alencastro no final da década dos anos de 1950, para a construção do prédio atual da prefeitura. Estes casos citados implicaram na destruição de edificações antigas que compunham o espaço urbano de Cuiabá, assunto que será aprofundado mais adiante.

A ideia de progresso influenciava no desenvolvimento da crença de que ele seria uma espécie de gerador da felicidade. Sobre isso, Rossi (2000, p. 96) diz que a "fé" no progresso "repousa" principalmente sobre três convicções:

> Na história está presente uma lei que tende, através de graus ou etapas, à perfeição e à felicidade do gênero humano; 2. Tal processo de aperfeiçoamento é geralmente identificado com o desenvolvimento e com o crescimento do saber científico e da técnica; 3. Ciência e técnica são principal fonte do progresso político e moral, constituindo a confirmação de tal progresso. Essa ideia de progresso que não põe limites às esperanças do homem, que identifica o progresso com um processo necessário, que concebe os obstáculos como sempre provisórios e sempre superáveis, que não vê na ciência e na técnica apenas suaves instrumentos, pertence irremediavelmente ao passado, é expressão de um mundo que não é mais o nosso.

A partir de um olhar mais específico sobre o progresso na cidade de Cuiabá, o escritor Luis- Philippe Pereira Leite (1979, p. 350), no livro "*Três sorocabanos no arraial: Mato Grosso nos seus primórdios*", diz:

> O progresso tem caracterizado a cidade Cuiabá, especialmente nos últimos anos. A iniciativa particular é a nota dominante desse progresso. Empresas as mais diversas, edifícios suntuosos, empreendimentos vários, transformaram Cuiabá, numa verdadeira metrópole. A sua população tem-se multiplicado. A aplicação de novos capitais, em virtude das grandes possibilidades que Cuiabá oferece, fez da nossa terra uma das mais seguras metas do plano desenvolvimentista do Brasil de hoje. Cuiabá não é mais apenas a terra de um grande futuro, mas, sim, a grande terra de uma realidade empolgante.

Percebe-se que o autor transmite o clima de euforia proveniente das mudanças arquitetônicas que vinham ocorrendo no Centro Histórico da cidade, otimismo que ressoava na sociedade e contribuía para a criação de uma atmosfera que indicava, finalmente, que a cidade de Cuiabá iria ser valorizada no cenário nacional.

O livro "*Cuiabá: de vila a metrópole nascente*", com a organização da autora Elizabeth Madureira Siqueira e outros, é uma obra constituída por centenas de imagens de Cuiabá referentes ao período do século XVIII até a década de 1960. Este álbum fotográfico busca, através do uso das imagens, analisar as mudanças ocorridas na paisagem da cidade a partir das interferências na arquitetura realizadas pelos projetos oficiais e particulares de colonização, envolvendo também, o período da modernização da cidade.

Segundo os autores, referindo-se ao período de 1937 a 1945:

> Esse momento foi crucial no processo de transformação urbana da cidade, que passou a receber grande fluxo migratório, em decorrência dos projetos oficiais e particulares de colonização, para a expansão e ocupação da fronteira agrícola na Amazônia brasileira. A metrópole nascente se revelava.(SIQUEIRA, et al., 2005, p. 19).

E ainda:

> [...] o desejo de modernizar a cidade _ em parte para combater a angústia decorrente da sensação de isolamento geográfico e pelo processo de reafirmação de Cuiabá como capital do então Mato Grosso uno, desencadeou ações equivocadas que provocaram a destruição de paisagens urbanas coloniais que poderiam ter sido preservadas. (SIQUEIRA, et al., 2005, p. 19).

Cláudio Quoos Conte (2006) enumera as quinze obras oficiais que foram construídas ou erguidas no período de 1937-1945, no governo de Júlio Müller, sendo que tais construções avalizavam a Cuiabá, na década de 1940, "à condição de capital de Mato Grosso". As obras citadas são: Avenida Getúlio Vargas, Residência dos Governadores, Grande Hotel, Secretaria Geral, Estação de Tratamento de Água, Palácio da Justiça, Cine Teatro Cuiabá, Ponte Júlio Müller, Maternidade, Colégio Estadual Liceu Cuiabano, Estação Elevatória de Água, Saúde Pública, Usina de Pasteurização do Leite, Hotel das Águas Quentes e Pavilhão de Exposição Agropecuária. Segundo Conte, a realização dessas obras pode ser considerada como a primeira intervenção urbanística na cidade no século XX, e que, para Conte (2006, p. 114), tal intervenção respeitou o traçado histórico original e contribuiu na criação de "um novo eixo de crescimento".

Ressalta-se que, apesar de as obras oficiais terem respeitado o traçado urbano da cidade, avalia-se que elas foram relevantes e influenciaram as mudanças da arquitetura da área reconhecida como "área do poder"[3], motivando as futuras construções que estavam por vir, como, por

exemplo, a demolição da Catedral e do Palácio Alencastro. A partir das obras oficiais, as mudanças ali seriam bastante representativas, devido ao significado daquela área na organização da cidade. Considerando a ideia de representatividade, as mudanças ali ocorridas deixaria marcada a imagem da cidade enquanto merecedora do título de capital do estado, afastando com isso o medo de perder esse título para a cidade de Campo Grande.[4]

Figura 1. Fotografia do Palácio Alencastro antes da demolição.



Fonte: Acervo Museu da Imagem e Som de Cuiabá

Figura 2. Palácio Alencastro (atual sede da Prefeitura Municipal de Cuiabá). Fonte: Arquivo pessoal Mirella Prissurno



Fonte: Acervo Museu da Imagem e Som de Cuiabá

Leila Borges de Lacerda (2005, p. 131) argumenta que o contexto político vivenciado no Estado Novo trouxe consigo o "[...] ideário político voltado para a colonização do Centro-Oeste brasileiro: a Marcha para o Oeste"[5], que contribuiu para que a cidade de Cuiabá ficasse em evidência. Em relação à expansão do espaço urbano de Cuiabá, a autora destaca que essas obras "[...] marcaram no imaginário da população cuiabana, que o progresso tão almejado havia chegado". Essas obras foram um marco para a cidade ser considerada desenvolvida e, também, reconhecida enquanto capital do Centro-Oeste.

Essas construções também apagaram o risco de transferência da capital para Campo Grande[6]. Após a conclusão das obras, Cuiabá recebeu a visita do então presidente Getúlio Vargas, vindo especialmente para a inauguração de algumas das obras do interventor Júlio Müller. A autora acima citada exemplifica a evidência que a cidade foi dotada em um trecho do discurso proferido por Vargas, no dia 7 de agosto, na realização do evento da parada trabalhista. No discurso, o presidente se refere à cidade de Cuiabá como: "Metrópole heroica das bandeiras, rica de quase (*sic*) dois séculos de história e transformada, através do tempo, pelo trabalho dos seus filhos, num adiantado (*sic*) centro de cultura, Cuiabá tem absoluto direito à primazia política que exerce" (LACERDA, 2005, p. 36).

A presença do IPHAN no estado de Mato Grosso teve início por intermédio de ações de tombamento, de fiscalização e conservação e tiveram seu início a partir dos anos 1950[7], quando era vinculada à 14ª Coordenação Regional, hoje Superintendência Regional do IPHAN em Goiás – que surgiu em 1960, como núcleo do antigo SPHAN em Brasília. Esta emancipação do IPHAN Mato Grosso permitiu que os recursos a serem aplicados no Estado fossem remetidos diretamente para Mato Grosso, sem ter que antes passar pelo crivo do estado de Goiás, fazendo valer a discricionariedade da Superintendência para alocação desses recursos.[8]

As ações desempenhadas pelo IPHAN em Mato Grosso ocorreram desde 1957, com a abertura do processo n. 553-T-57-A, o qual tinha como objeto a proposta de tombamento da igreja Sé de Sant'Ana, de Chapada dos Guimarães, e dos conjuntos de altares, imagens antigas e pratarias da Catedral Metropolitana do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Segundo Lacerda (2013)[9] as edificações das igrejas não foram contempladas, devido, no âmbito nacional, imperar o purismo e a autenticidade arquitetônica enquanto valores considerados para a patrimonialização de um bem patrimonial. Tal ideal de originalidade permaneceu e a valoração se concentrou nos bens móveis existentes no interior das igrejas.

Ressalta-se que o órgão possuiu uma significativa representatividade de preservação no Centro Histórico, ultrapassando suas funções de órgão de fiscalização e dando exemplo de valorização do patrimônio, ao adquirir, em 1988, um imóvel no Centro Histórico para ser sua sede.

Pode-se interpretar essa ação como uma demonstração da possibilidade do Centro Histórico, no momento que estava sendo muito descaracterizado, visto apenas como área comercial, se prestar a acolher tanto instituições públicas, como também de habitação.

No artigo *Casa do IPHAN-MT: Um esboço Arquitetônico*, Francisco Araújo (2015) realiza um estudo sobre o imóvel. Neste trabalho, o autor estuda os detalhes as características arquitetônicas, com descrições e análises também da organização dos lotes construídos, seguindo o traçado do Centro Histórico e, também, fazendo um breve histórico sobre o casarão.

Deter-se ao estudo desse casarão justifica-se por acreditarmos que, apesar da existência de estudos e pesquisas relacionados às edificações da área tombada, muitos são os lugares que ainda faltam ser estudados e suas pesquisas difundidas.

Para Francisco Araújo (2015, p. 13),

> Conhecer a história de um patrimônio é uma maneira de preserva-lo, para assim compreender os fatos e as mudanças ocorridas e, consequentemente, formar uma base para as medidas de proteção do bem, visando sua adequada utilização

e valorização por meio da sociedade. Dessa forma, este artigo contribui para a valorização na medida em que expõe análises arquitetônicas e históricas da conhecida casa do IPHAN-MT, reconhecendo-o como testemunho de um modo de morar relaciona a valores socioculturais e como parte significativa no cenário arquitetônico e histórico, representativo no processo de identidade do centro histórico e da própria cidade de Cuiabá.

A localização do casarão que sedia o IPHAN – MT está localizado na margem direita do Córrego da Prainha, na antiga Rua de Baixo, atual Rua 7 de Setembro. A escolha do local para as primeiras construções, segundo Francisco Araújo, deu-se em função da topografia menos acidentada, com inclinações mais suaves, contribuindo para o agrupamento das edificações, surgindo, assim, as primeiras Ruas: de Baixo, do Meio e de Cima, com um traçado urbano sinuoso e orgânico. Por questão de economia, segurança e defesa contra os índios, eram as edificações geminadas, construídas uma colada à outra.

No mapa denominado Plano da Villa do Cuiabá, elaborado pelo governo português em 1786 (Figura 1), pode ser visualizada implantação dos lotes, os quais seguem o traçado das ruas, sendo esta uma característica comum no lote urbano colonial, pois se aproveitava de antigas tradições urbanísticas de Portugal, propiciando que as vilas e cidades apresentassem "[...] ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites do terreno" (REIS FILHO, 2004, p. 22).

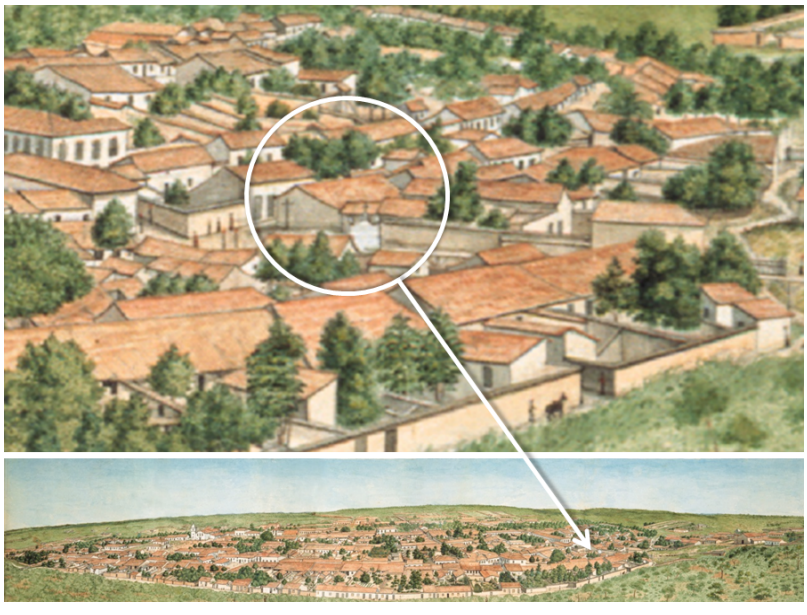
Figura 3 - Mapa do "Plano da Villa do Cuiabá... 1786...



Fonte. Reis Filho (2000), Organizado por Araújo, F.A.P. (06/2014).

Ainda segundo Assis (2014), a data de construção do casarão não é precisa, mas, pela leitura dos mapas e ilustrações da cidade, seja possível afirmar que data da segunda metade do século XVIII, visto que este aparece na magnífica vista do "Prospecto da Villa do Bom Jesus do Cuiabá".

Figura 4 – "Prospecto da Villa do Bom Jesus de Cuiabá..." em 1790 e Detalhe ampliado, com destaque para localização da atual casa do IPHAN



Fonte: Filho (2000). Organizado por Araújo, F.A.P. (06/2014).

As primeiras obras significativas do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aconteceram no ano de 2003, com o objetivo de preservar e conservar os exemplares protegidos dentro o perímetro tombado do conjunto, movimento que requereu parceria com os entes públicos estaduais. A partir daí, a atual Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso – SE/IPHAN-MT, realizou intervenções em quase todas as igrejas localizadas na poligonal tombada e em área de seu entorno, sendo que algumas dessas ações foram realizadas nos anos 2000. Exemplares emblemáticos, como a Igreja Senhor do Passos, Igreja da Boa Morte e a Igreja do Rosário e São Benedito, passaram por restaurações, reformas e manutenções. Estas ações contribuíram para a sobrevivência, até os dias de hoje, destes patrimônios.

Para além das obras em prédios da igreja católica, exemplares de casarões de particulares também foram conservados e preservados a partir de elaboração de projeto e contratação de obras pela unidade do IPHAN local ou pela sub-regional, que esteve vinculada à superintendência do IPHAN no estado de Goiás, antes da criação da superintendência no estado de Mato Grosso, em 2009. Essas intervenções em bens particulares resgataram fachadas e casarões tombados representativos aos logradouros nos quais estavam inseridos.

Após esse período de investimentos locais e de uma política regional de preservação, o Centro Histórico de Cuiabá recebeu uma aplicação de recursos mais robusta, a qual derivou da execução do Programa de Aceleramento do Crescimento – PAC das Cidades Históricas, cujo diagnóstico, na capital e em outros municípios que apresentam bens tombados no âmbito federal, teve seu processo iniciado a partir dos anos de 2010.

O Centro Histórico de Cuiabá e as políticas nacionais de preservação

Em 2012, Cuiabá, juntamente com outros 43 (quarenta e três) municípios brasileiros, foi contemplada com ações do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas)[10], atualmente denominado "Agora é Avançar". Ao total, 16 (dezesseis) ações na cidade foram selecionadas para execução a partir de 2013as quais foram resultado do esforço da Unidade estadual do IPHAN Mato Grosso, que, ao compartilhar a gestão do conjunto, neste caso, com o Município de Cuiabá, firmou uma parceria para o desenvolvimento das ações do programa. A Prefeitura Municipal da capital elaborou projetos para recuperação/requalificação de 8 (oito) bens públicos ou de uso público e 5 (cinco) logradouros públicos. Além desses, foi contemplada também, a contratação de projeto para a restauração de 1 (uma) igreja tombada em conjunto e 1 (uma) praça, além de suas respectivas obras.

Os prédios e locais contemplados no programa foram escolhidos pelo IPHAN e a prefeitura, possuindo como requisitos a situação de serem prédios públicos ou de uso público. Os diagnósticos para a escolha foram realizados a partir de audiência com consultoria contratada, no ano de 2010, tendo contado com a participação da população.

No que se refere às ações mais efetivas para a implementação do programa, estas foram definidas em reuniões com a participação de dirigentes dos órgãos da prefeitura e do IPHAN. A participação da comunidade nesta etapa não aconteceu, por motivo de calendário restrito e a urgência na obediência de prazos. Esse processo ocorreu no ano de 2012.

O montante aprovado para ser investido na capital, em seu centro histórico foi de, aproximadamente, R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para recuperação e preservação da área central da cidade e com vistas a incentivar o uso e a ocupação do conjunto tombado, com atividades que pudessem contribuir para o seu desenvolvimento.

As ações e os valores, inicialmente previstos para a cidade são apresentados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Ações do PAC Cidades Históricas em Cuiabá/MT

Ação	Projeto (R$)	Obra (R$)
Restauração do Casarão de Bém-Bém - Escola de Música		1.800.000,00
Restauração do Casarão Barão de Melgaço – IHGMT		720.000,00
Restauração do Casarão Irmã Dulce – IPHAN		1.130.000,00
Restauração do Casarão R. Voluntários da Pátria esquina Eng. Ricardo Franco - Museu da Imagem e do Som		460.000,00
Restauração do Casarão R. Sete de Setembro - Casa do Patrimônio		640.000,00
Restauração do Casarão a R. Pedro Celestino, 79 - Escritório de Gestão do Centro Histórico		559.100,00
Restauração do Casarão a R. Pedro Celestino, 16, esquina com a Rua Campo Grande – Creche		530.000,00
Restauração do Casarão a R. Pedro Celestino, s/n - Posto Municipal de Apoio à Policia Militar		809.460,00
Restauração do Casarão da Funai		430.000,00
Requalificação da Praça Dr. Alberto Novis		340.000,00
Requalificação da Praça Caetano de Albuquerque		334.000,00
Requalificação da Praça Largo Feirinha da Mandioca		320.000,00
Requalificação da Praça Senhor dos Passos		296.000,00
Requalificação do entorno do Casarão do Beco Alto à Rua Pedro Celestino		270.000,00
Restauração da Igreja Senhor dos Passos	115.000,00	1.200.000,00
Requalificação da Praça do Rosário	60.037,60	480.000,00

Fonte: IPHAN, 2013.

Dessas ações, as obras de dois casarões já foram entregues, são eles, o Casarão Barão de Melgaço, que abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT e a Academia Mato-Grossense de Letras, e o Museu da Imagem e do Som de Cuiabá – MISC, ambos voltados para atividades de cultura e de promoção de conhecimento.

Dos espaços públicos, as obras de requalificação da Praça Senhor dos Passos, Praça Dona Bem Bem (também conhecida como Praça Conde de Azambuja ou Praça da Mandioca) foram entregues neste ano de 2018 e três estão em fase de finalização, quais sejam, a escadaria do Beco Alto, a Praça Dr. Alberto Novis e a Praça Caetano de Albuquerque, cuja entrega está prevista para o início de 2019.

Ao contrário dos casarões públicos ou de uso público, os logradouros, neste caso as praças e a escadaria, são locais de uso coletivo da população, sem restrição de passagem e circulação, de convivência de troca da população do entorno e entre desconhecidos. Há uma relação afetiva de apropriação (ou não) desses espaços pelo coletivo das imediações, seja como local de socialização, de descanso, de contemplação ou simplesmente um caminho.

Diante desse cenário de uso comunitário do espaço público, no decorrer dessas intervenções observou-se a participação da comunidade na cobrança, ao poder público, quanto ao cumprimento do cronograma de obras, na qualidade do projeto e também quanto à possibilidade de uso dos espaços para eventos ou como extensão dos comércios instalados nas adjacências. Independentemente do tipo de uso e ocupação, a comunidade se faz e se fez presente no acompanhamento da obra e na cobrança pela sua continuidade nas decisões referentes à necessidade ou não de alteração ou adequação de projeto, tendo em vista a possibilidade de usufruir de um espaço coletivo na região central, conforme sua necessidade e anseio, e também quanto à perspectiva negativa de que a ocupação do espaço por atores e pessoas estranhas à convivência local pode acarretar, para os moradores e comerciantes que ainda persistem no centro da capital, consequências indesejadas.

Dentre os espaços públicos, uma das praças entregues à comunidade no ano de 2018, foi a Praça Dona Bem Bem, tendo ocorrido recente e anteriormente à execução da obra de requalificação desavenças e desgastes entre os moradores e comerciantes, pois o espaço público era permanentemente utilizado para fins particulares, cujo uso e ocupação desordenados acarretaram prejuízo aos moradores no entorno da praça, que sentiram nos ruídos do som utilizados pelos bares e no lixo oriundo dos alimentos e bebidas lá consumidos, ameaça para a sua segurança e bem-estar.

Após a intervenção, a despeito do tipo de desgaste já criado, a praça tem sido palco de eventos culturais promovidos e organizados por moradores do entorno, que utilizam o local para exposição fotográfica e encontro de entusiastas das artes.

Sobre a Praça do Senhor dos Passos, também entregue em 2018, foi ela ocupada pelos moradores de rua e pelos moto-taxistas que atendem a região. Os bancos da praça são usados como camas improvisadas para aqueles que não possuem local adequado para dormir. Essa situação, aliada à falta de vegetação no local, o torna menos atrativo durante o dia, quando o sol incide impiedosamente sobre o piso e o mobiliário lá instalados. Trata-se ainda de um ponto de comércio e de passagem que se encontra do lado oposto da Praça Dr. Alberto Novis, que foi tomada pelos comerciantes locais que estenderam suas atividades ao ambiente. Ainda que de forma restrita, o local foi abraçado pelos frequentadores do Beco do Candeeiro, que utilizam o espaço para socialização.

Os reflexos das obras que vêm sendo realizadas no Centro Histórico incidem no cotidiano da cidade, pois, programações culturais continuam sendo feitas, alguns moradores vem fazendo adequações nos seus imóveis, valorizando a arquitetura do lugar.

A prefeitura municipal de Cuiabá demonstra interesse na requalificação do Beco do Candeeiro, as praças localizadas no Centro Histórico estão sendo reformadas; a cada dia fortalece a participação dos comerciantes para manter os locais conservados.

Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2006, p. 36), "A imagem que os habitantes fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade". Esse olhar direcionado ao habitante é significativo, pois seu papel é fundamental na criação de sentidos e valores que se constroem nas práticas sociais cotidianas. O mesmo autor também define a origem do termo "habitante":

> [...] do latim habeo, possuindo o significado de "ter", manter uma relação constante com algo; o sufixo "it" (habito) aprofunda e reitera esta relação. Hábito, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que

> cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano. (Ibidem, p. 39).

O trabalho envolvendo o imaginário urbano não se limita a ideia de lembranças isoladas, mas de compreendê-lo como uma composição importante na compreensão das relações de sociabilidade que são construídas, pois elas contribuem para a leitura do lugar. Para Meneses (2006, p. 36), o imaginário urbano é entendido como:

> [...] modalidade específica do fenômeno mais amplo das representações sociais – suponho imagens estruturadas e operadas a partir de grupos sociais e práticas espaciais específicas e não simples conjuntos de imagens refugiadas nas mentes ou na consciência dos indivíduos.

Segundo Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (Ibidem), "A imagem que os habitantes fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade". Esse olhar direcionado ao habitante é significativo, pois seu papel é fundamental na criação de sentidos e valores que se constroem nas práticas sociais cotidianas. O mesmo autor também define a origem do termo "habitante":

> [...] do latim *habeo*, possuindo o significado de "ter", manter uma relação constante com algo; o sufixo "it" (habito) aprofunda e reitera esta relação. Hábito, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano. (Ibidem, p. 39).

Ainda segundo, o autor, o imaginário urbano é entendido como:

> [...] modalidade específica do fenômeno mais amplo das representações sociais – suponho imagens estruturadas e operadas a partir de grupos sociais e práticas espaciais específicas e não simples conjuntos de imagens refugiadas nas mentes ou na consciência dos indivíduos. (Ibidem).

O trabalho envolvendo o imaginário urbano não se limita à ideia de lembranças isoladas, mas de compreendê-lo como uma composição importante na compreensão das relações de sociabilidade que são construídas, pois elas contribuem para a leitura do lugar.

Notas

[1]Historiador irlandês, especializado na história da Antiga Grécia.

[2] Construídas durante o Estado Novo (1937-1945), através de incentivo do governo federal, foram realizadas no governo do interventor Júlio Müller e tiveram à frente a firma Coimbra Bueno. Foi a primeira intervenção urbanística na cidade no século XX. As obras tinham a finalidade do uso público. (CONTE, Cláudio e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. 2006, p. 114.

[3] "Espaço do poder" a configuração foi impressa na ocupação do solo de forma bem mais rígida e definida, permanecendo o caráter social do espaço e a correlação entre seus equipamentos. (Igreja

Matriz/ Catedral Nova – Praça – Prefeitura Municipal/ Palácio do Governo), porém, a disposição destes foi alterada, pois os elementos originais - que davam materialidade à representação do poder, ao longo da história- foram substituídas por estruturas modernas (Processo nº 1.180 – T – 85. Informação nº 32/1987, p. 07).

[4] A divisão do Estado do Mato Grosso foi promulgada no ano de 1977, é um marco da coroação da luta separatista promovida por nortistas e sulistas em embates políticos, ideológicos e até mesmo físicos que perduraram por cerca de cem anos. Fatores socioeconômicos e políticos distintos aliados à força política e econômica dos fazendeiros do sul de Mato Grosso, contribuíram para o nascimento de ideias divisionistas, e colaboraram para a posterior separação das regiões Norte e Sul do Estado do Mato Grosso. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914 aproximou a cidade de Corumbá com o estado de São Paulo. Campo Grande gradativamente centralizou no sul do Mato Grosso as principais atividades políticas e econômicas de então, passando de entreposto comercial à condição de polo irradiador de ideias. A partir de 1930 o movimento divisionista tornou-se mais organizado com a participação de outros grupos sociais que se aliaram aos políticos sulinos exercendo pressão sobre o governo federal. (CORREA, Línive de Albuquerque. História e imprensa: a divisão do estado do Mato Grosso na Folha de São Paulo, 2014, p. 1-4). Disponível em: http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412607200_ARQUIVO_HistoriaeImprensa-anpuh.pdf. Acesso em 20/02/2016.

[5] Em 1940, o governo Vargas lançou a chamada "Marcha para o Oeste", esse movimento pode ser considerado como uma política de integração territorial para o país. As diretrizes principais visavam políticas de povoamento, regulamentação do deslocamento populacional, de transporte e de comunicação. Além desses aspectos, este movimento possuía um caráter simbólico de retomada de tradições coloniais e atribuição da figura do bandeirante como grande herói nacional.

[6] O crescimento da região Sul aflora um enorme desconforto à longa tradição de domínio sociopolítico e cultural da região Norte do Estado. [...] O progresso do sul-mato-grossense parecia trombetear a decadência de Cuiabá e, consequentemente, a perda do seu status de capital (LACERDA, 2005, p. 36).

[7] Para saber sobre a atuação do IPHAN em Mato Grosso, cf. DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. IPHAN: A política de tombamento no Extremo Oeste brasileiro, In: *Patrimônio Histórico de Corumbá:* imagens e poder (1937-2003). Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, 2004, p. 92-125.

[8] De acordo com o Decreto n. 6.844, de 07 de maio 2009, "Às Superintendências Estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do IPHAN, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos Escritórios Técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição".

[9] Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda.

[10] O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma inciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>.Acesso em: 20/12/2018.

Referências

ARAÚJO, Francisco de Assis Pereira de. *Casa do Iphan - MT*: Um esboço arquitetônico. In: VII - Mestres e Conselheiros - Agentes Multiplicadores do Patrimônio - Patrimônio e Cidades, 2015, Belo Horizonte - MG. Casa do Iphan - MT: Um esboço arquitetônico, 2015.

CONTE, Cláudio Q.; FREIRE, Marcus Vinícius De Lamonica Freire. *Centro Histórico de Cuiabá*: patrimônio do Brasil. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

DINIZ, Waldson Luciano Corrêa. IPHAN: A política de tombamento no Extremo Oeste brasileiro. In: *Patrimônio Histórico de Corumbá*: imagens e poder (1937-2003). Dissertação (Mestrado em História) –. Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, 2004, p. 92-125.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavra e verdade*: na filosofia antiga e na psicanálise. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACERDA, Marina Duque Coutinho de Abreu. *O Iphan e a Invenção dos Lugares de Memória em Cuiabá*: As Demandas e Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico (1958-2013). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2013.

LEITE, Luis – *Philippe Pereira. Três Sorocabanos no arraial*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979.

LEITE, Rogério Proença. *Contrausos da cidade:* lugares e espaços públicos na experiência contemporânea. Campinas - SP: EdUNICAMP, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do Patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: 1º Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. **Anais 2**. vol. 1. Brasília, DF: IPHAN, 2012. p. 31.

_____. *A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano.* In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Orgs.). Patrimônio: Atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR / IPHAN, 2006.

PAC Cidades Históricas. Disponível em:< http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acesso em: dez. 2018.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo : (Uspiana – Brasil 500 Anos). Editora da Universidade de São Paulo, Impressa Oficial do Estado: Fapesp, p. 324. 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 10ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva. 2004.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, vol. 8, n. 2, 2005.

PATRIMÔNIO E ESCOLA: O CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Soely Maria de Meira
Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – núcleo Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Professora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT
soely_meira@yahoo.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

RESUMO

"Patrimônio e Escola: O Centro Histórico de Cuiabá e Práticas Educativas no Ensino de História" trata-se de uma investigação sobre a produção e a aprendizagem da história fora do espaço escolar, considerando lugares distintos, como os museus, o teatro, os centros históricos e os espaços urbanos em geral. O objetivo da pesquisa concentra-se em mediar a relação dos alunos da Educação Básica com o Centro Histórico de Cuiabá, através de práticas educativas formais no ensino de história, produzindo diálogo entre o patrimônio histórico e a escola, contemplando espaços de memória da cidade no currículo. A partir desta pesquisa, foi elaborado um objeto de aprendizagem: um aplicativo para tabletes e smartphones, com o título "Centro Histórico de Cuiabá". Para acesso, os usuários digitam o endereço "https://app.vc/centro_historico_de-cuiaba" direto no navegador do celular, tal opção fica disponível para os sistemas "Android" e "IOS".

Palavras-Chave: Ensino de História. Patrimônio. Centro Histórico. Práticas Educativas.

ABSTRACT

"Heritage and School: The Cuiabá History Center and Educational Practices in Teaching of History" it is an investigation into the production and learning of history outside school considering different places such as museums, the theater, the historic centers and urban spaces in general. The objective of the research focuses on mediating the relationship of Basic Education students with Cuiabá History Center, through formal educational practices in teaching history, producing dialogue between the heritage and the school, covering the city's memory spaces in curriculum. From this research, a learning object was designed: an application for tablets and smartphones, with the title "Cuiabá History Center" to access users type the address "https://app.vc/centro_historico_de-cuiaba" direct in the mobile browser, this option is available for the "Android" and "IOS" systems.

Keywords: Teaching History. Patrimony. Historic center. Educational Practices.

INTRODUÇÃO

> *É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler.* (Paul Ricoeur, 2007).

Quando os alunos compreendem que o patrimônio histórico é relevante e significativo enquanto referencial da memória e da identidade, podem compreender melhor a relação passado-presente-futuro. Não se trata de usar o patrimônio histórico como substituto às aulas ou apenas para exemplificar conteúdos trabalhados, mas sim na elaboração de projetos com objetivos claros e definidos.

Vale ressaltar que, além dos objetivos, o planejamento das ações a serem desenvolvidos antes, durante e após a pesquisa sobre o patrimônio, precisam ser pensados como parte integrante do currículo e considerados relevantes para a construção do conhecimento histórico, bem como para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, de leitura e escrita. Espera-se também que a ênfase na importância do patrimônio histórico e cultural para determinada comunidade possa despertar o interesse pela preservação e o reconhecimento dos seus elementos identitários, de maneira que, reconhecida a sua importância, também seja possível o trabalho de desmistificação da história e do passado, com a valorização de todos os sujeitos históricos, e não apenas de determinadas personalidades. Constituem-se, assim, em importantes documentos a serem explorados no ensino de história.

O significado de "patrimônio", conforme o que é apresentado por José Reginaldo Santos Gonçalves, no artigo *O Patrimônio como categoria de pensamento*, aponta que:

> "Patrimônio" está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um pais, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra. (GONÇALVES, In: CHAGAS, Regina Abreu e Mário (Orgs.), 2003, p. 21-22).

Fica dessa maneira o entendimento que o sentido de patrimônio está relacionado diretamente à expressão de identidade dos grupos, especialmente para demarcar sua singularidade; esse aspecto está presente também quando se trata da temporalidade: o patrimônio histórico enquanto identidade de um grupo no mesmo espaço, porém em períodos diferentes.

Nessa mesma linha de pensamento, Márcia Chuva (2009) na obra *Os arquitetos da memória: socio gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*, argumenta que o conceito de patrimônio é uma construção humana associada às práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos, e tomaram novas proporções e significados a partir do século XIX. Porém, desde os fins do século XVIII, na Europa, a palavra patrimônio já adquiria os contornos semânticos utilizados na formulação das modernas políticas preservacionistas.

E, ainda de acordo com o marco referencial sobre as origens das políticas preservacionistas no Brasil, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, ficou estabelecido o conceito de patrimônio histórico nos moldes da vertente nacionalista predominante na Europa durante os processos de formação dos Estados Modernos, ou seja, a premissa do Estado enquanto guardião da memória:

> Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, DECRETO-LEI Nº 25, Art. 1°).

Nesse sentido, há o interesse em apreender de que forma o termo patrimônio histórico é apresentado nas políticas educacionais do país, como parte dos currículos oficiais e sua possível inserção no ensino da história.

Em uma síntese, vale destacar que nos objetivos gerais apresentados pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998), no que concerne ao ensino de história na Educação Básica, é perceptível a ênfase aos aspectos que envolvem o tema da cidadania, com desdobramentos no desenvolvimento da capacidade de compreensão do mundo e a percepção de que são sujeitos históricos, por parte dos alunos.

Portanto, é nessa linha de pensamento que Circe Maria Fernandes Bittencourt (2013), em *O Saber Histórico em Sala de Aula*, defende a ideia de que a importância da História, enquanto disciplina escolar, está na contribuição para a formação social dos indivíduos, à medida que possibilita a eles confrontar a realidade e desafiar uma postura de não imobilidade frente aos acontecimentos do tempo presente. É através da relação passado-presente, no entendimento de que as ações dos indivíduos foram importantes para construir o mundo atual, que se tem um convite para que as ações do presente sejam pensadas concernentes a uma intervenção no futuro.

Selva Guimarães Fonseca (2010), no *I Seminário, Currículos em Movimentos: Perspectivas Atuais*, ocorrido em Belo Horizonte, apresentou as mudanças, os avanços e as novas possibilidades do ensino de História no início do século XXI, no Brasil. Entre os fatores positivos, a autora cita a diversidade de modos de pensar e ensinar tão necessárias diante da realidade escolar complexa, plural e desigual que forma a sociedade brasileira.

Nesse sentido, buscou-se estabelecer uma interlocução com a Educação Patrimonial, visto que esta se apresenta como um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Ressalta-se que, para marcar a importância atual que essa área vem adquirindo nas políticas públicas educacionais no país, as pesquisas apontam como a Educação Patrimonial pode ser compreendida:

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crian-

> ças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Em Cuiabá, como em locais que têm seus centros históricos, observam-se tensões relativas à aplicação da legislação e da fiscalização que geram debates acerca dos interesses comerciais sobre o espaço urbano e dos usos, ou não, que fazem dos espaços de memória. Assim, o questionamento que ora se apresenta diz respeito ao papel da escola no enfrentamento de tais questões relacionadas aos lugares de memória da cidade.

Sob essa perspectiva, abordar os lugares de memória enquanto referenciais da identidade local e enquanto documentos históricos inclui a percepção das práticas cotidianas vivenciadas por diversos sujeitos nestes espaços, bem como os significados adquiridos por eles.

Nestes termos, é Pierre Nora (1993) que justifica a importância dada aos estudos da memória nos debates sobre a preservação dos patrimônios históricos, devido a uma preocupação atual com um processo que ele denomina de aceleração da história:

> A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. (NORA, 1993, p. 7).

Os estudos de Pierre Nora também apontam para crenças no desaparecimento de uma memória espontânea, individual e subjetiva, dando lugar a outra categoria de memória, aquela guardada nos arquivos, nos museus, nos calendários, nos vestígios materiais, que demandam processos de preservação e patrimonialização:

> À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (Ibidem, p. 15).

Revela ainda o autor que a memória emerge de um grupo que ela une, o que significa que há tantas memórias quantos grupos existem. É afetiva e mágica, visto não se acomodar aos detalhes que a confortam, se alimentando de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as transferências, cenas, censura e projeções. É por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Conclui Nora, nessa parte do texto, a sua percepção sobre a memória, argumentando que ela compartilha lembranças e discursos sobre um passado comum, sustentador de identidades e ancorado nos lugares de memória:

> São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. (NORA, 1993, p. 21).

Nessa mesma perspectiva, Paul Ricouer (2007), argumenta que a inscrição excede a escrita, assim, a inscrição material serve como ancoragem da memória e cumpre um papel na fixação das narrativas históricas, aquilo que do passado sobrevive e inscreve-se no presente:

> É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. (RICOUER, 2007, p. 159).

Portanto, quando se busca por imagens atuais de algumas capitais brasileiras, a homogeneidade é característica de paisagens com edifícios, viadutos e avenidas; é nas imagens de cartões-postais que as singularidades permitem o reconhecimento e dão ao patrimônio histórico e cultural um papel significativo de definição e sustentação de identidades locais. Dessa forma, Sandra Jatahy Pesavento (2007) relaciona cidade e identidade:

> Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. O centro de uma cidade foi, por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade. (PESAVENTO, 2007, p. 2).

Assim, as permanências de vestígios materiais e imateriais recebem a denominação de "bens" e carregam a ideia de herança a ser preservada e passada adiante.

Por isso, acredita-se que as memórias estão sempre vulneráveis às mudanças culturais e políticas do tempo presente, sujeitas aos grupos que as disputam.

Desse modo, no contexto urbano os debates sobre a conservação e restauração de imóveis ou a construção de monumentos memoriais, giram em torno do valor histórico ou valor de rememoração para as comunidades, no entanto, há uma questão a ser pensada, a construção de identidades a partir da memória, o que requer a compreensão de que estas são diversas e estão em constante entrelaçamento no mesmo espaço urbano.

Nesse sentido, diversos pesquisadores da área do patrimônio vêm levantando questionamentos acerca das velhas práticas discursivas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural:

> Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais – no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente a portuguesa – é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem.(...) Todas essas ações encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, visto que a "representatividade" dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório. (ABREU; CHAGAS (Orgs.), 2003, p. 65).

De acordo com os estudos sobre a temática, existem três componentes fundamentais na formação dos centros urbanos: as estruturas materiais que compõem o espaço físico e o espaço construído; a transformação desse espaço em territórios com funções e relações sociais, e a transformação em lugar portador do simbólico no decorrer do tempo:

> O resgate do passado de uma cidade contido nos centros urbanos implica lidar com vários tempos: da cidade que se vê e a da que não se vê, oculta e esquecida; o tempo que passa e o que não passa, do qual é resultado o resto que fica para ser mostrado. (PESAVENTO, 2007, p. 4).

Na materialidade das ruas e construções, os arquitetos procuram as características temporais dos estilos arquitetônicos de cada período e, ao fazerem, relevam as ideias, os gostos, as posições sociais daqueles que os constituíram; da mesma forma, os geógrafos demarcam os movimentos de expansão territorial explicados através dos processos econômicos, políticos e sociais, e os historiadores procuram trabalhar com a variável do tempo nesses espaços.

Para a arquiteta e urbanista brasileira Raquel Rolnik (1992), quando o próprio espaço passa a ser considerado uma variável na história, duas questões são apresentadas, ao mesmo tempo, uma teórica e outra metodológica:

> A cidade por excelência produz e contém documentos, ordens, inventários. Isso caracteriza historicamente o seu processo de formação. A arquitetura urbana também cumpre este papel de escrita, de texto que se lê da mesma maneira que se lê um processo, um relato de um viajante. O espaço é, portanto, uma fonte, uma das fontes essenciais ou um tipo de notação fundamental para quem trabalha com história urbana. (ROLNIK, 1992, p. 28).

Assim são os significados dados pela comunidade que transforma os espaços em territórios apropriados pelo social. Nesse sentido, as relações estabelecidas na cidade são produtoras das fontes, que são os vestígios deixados. Com isso, a autora introduz algumas categorias de análise para pensar a história das cidades:

> Contrapondo-se a noção de espaço à noção de território, há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. O território é uma noção que incorpora a ideia de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território. (ROLNIK, 1992, p. 28).

Dessa forma, podem-se reunir vários elementos para leitura de um espaço urbano do passado, desde os vestígios materiais e tangíveis aos documentos preservados em arquivos e bibliotecas, adicionados das narrativas e imagens produzidas.

Destarte, no ano de 1975 na cidade de Bruges (Bélgica), em uma das conferências proferidas na Convenção dos Conselhos Internacionais de Monumentos e Sítios – realizado pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), uma organização não governamental global associada à UNESCO e que tem por missão promover a conservação, proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios, discutiu-se sobre a conservação das cidades antigas sob a perspectiva da arquitetura e da história.

Assim, o modelo de preservação apresentado pela maioria das cidades europeias também se constitui aquele predominante no Brasil, a exemplo a cidade de Cuiabá e seu Centro Histórico, que parte da conservação de algumas construções antigas em meio ao aglomerado urbano contemporâneo. Igrejas, palácios, casarios e monumentos sobrevivem entrelaçados com a arquitetura recente:

> De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 2003, p. 525).

A ideia de centralidade aponta para lugares que funcionam como pontos de convergência no espaço urbano, historicamente constituído a partir das trocas comerciais e que ao longo do tempo passou a agregar outras funções, como a política, religiosa e cultural. Ao receber a denominação de centro histórico, passa a constituir-se na referência do passado, às origens do núcleo urbano, agregando valores simbólicos e identitários:

> As cidades e os núcleos históricos representam as referências urbanas do Brasil. Nelas é possível vivenciar os processos de transformação do país, por meio da preservação de expressões próprias de cada período histórico. (Conjuntos Urbanos Tombados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123/> Acesso em 15 de outubro de 2017).

Depreende-se que a palavra "núcleo", apontada pelas instituições oficiais, diz respeito às origens do espaço urbanizado, representado pela parte edificada mais antiga e uma sequência de vestígios materiais de períodos históricos distintos que se constituem como monumentos de rememoração do passado e torna mais consciente a dimensão da temporalidade como uma experiência viva, além de ser esse espaço território da memória coletiva e da estruturação de identidades.

Logo, conforme apontam os estudiosos da área, o que atualmente recebe a denominação de centro histórico corresponde ao centro funcional tradicional das cidades, que perderam a força de atração para moradores e comerciantes em um processo desencadeado pelo fenômeno da descentralização urbana através do desenvolvimento dos meios de transportes e das comunicações.

Face às reflexões apontadas, depreende-se que o núcleo originário das cidades passou por um processo de ressignificação, onde o elemento mais marcante é a sua imagem simbólica. A cidade reconhece-se nesse espaço: o nome, as memórias, a cultura, a representação do passado e, um dos seus principais pilares, a identidade diante da homogeneização e despersonalização dos modelos urbanos contemporâneos.

E como é possível entender a estruturação de identidade na dimensão do espaço urbano? Frente a essa indagação, percebe-se que nas palavras de Paul Ricouer tem-se uma perspectiva:

> Da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vividas que fora introduzido a noção de lugar de memória anterior às expressões e a fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão. (RICOUER, 2007, p. 157).

O espaço que atualmente é denominado Centro Histórico de Cuiabá é constituído de uma área delimitada com base em pesquisas históricas realizadas pelo IPHAN durante o processo de tombamento. Porém, antes de receber tal definição, a área sempre foi reconhecida como o centro da cidade, onde desenvolvem-se, especialmente, atividades comerciais e administrativas.

Assim, depreende-se que, após o tombamento, o centro agregou mais uma função, tendo como referência a história da cidade e, portanto, lugar de memória e de manifestações culturais.

A cidade de Cuiabá tem suas origens nos arraiais formados por bandeirantes provenientes da Vila de São Paulo de Piratininga, que adentravam os sertões, ultrapassando os limites estabelecidos entre Portugal e Espanha no Tratado de Tordesilhas (1494), tendo suas atividades relacionadas à expansão territorial através das bandeiras de escravização de indígenas e pela busca de riquezas minerais:

> Nas entradas paulistas pelo interior do Brasil, buscavam os bandeirantes, além de índios, metais e pedras preciosas: ouro, prata e diamante. A descoberta de minérios se deu no final do século XVII. O primeiro achado aurífero ocorreu nas Minas Gerais, de onde foi extraída grande quantidade de ouro e diante e onde floresceu, em consequência, uma efervescente vida urbana, especialmente na então capital, Vila Rica (Ouro Preto), e nas vilas, como Mariana, Congonhas do Campo e Sabará. (SIQUEIRA, 2002, p. 27).

Nessa perspectiva, quanto aos territórios onde seria fundada a Vila do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, estes constituíam ainda posse da Espanha, segundo os limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas, assinado no ano de 1494. O povoamento da região não foi empreendido pelos espanhóis, sendo considerado territórios de difícil avanço frente a presença de grandes contingentes indígenas, o que tornava a região um espaço de interesses e disputas, principalmente pelos jesuítas, que objetivavam a catequização dos índios, mas também pelos bandeirantes em busca de mão de obra escrava e descoberta de metais preciosos.

Assim, os primeiros bandeirantes paulistas a atingir a região foram Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva; os pesquisadores apontam que estes teriam fundado o Arraial de São Gonçalo, na confluência dos rios Coxipó-Mirim e Cuiabá, entre os anos de 1673 e 1682. Mais tarde, no ano de 1717, o filho de Manuel de Campos Bicudo, Antônio Pires de Campos, retornou ao local para aprisionar os índios Coxiponé, grupo que ora é denominado de Bororo.

Segundo Silva-Freitas (2000), os registros indicam que entre os anos de 1673 e 1682 as primeiras bandeiras paulistas atingiram o rio Cuiabá, sendo lideradas pelos bandeirantes Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, os quais subiram até a confluência do rio Cuiabá com o rio Coxipó-Mirim, onde acamparam e deram o nome ao local de São Gonçalo. Nessa mesma expedição encontrava-se o filho de Manoel de Campos Bicudo, Antônio Pires de Campos, que retornaria ao mesmo local no ano de 1716, seguindo os caminhos de seu pai, rebatizando o local de São Gonçalo Velho. Ali teriam ocorrido os primeiros contatos entre indígenas e bandeirantes paulistas, resultando no aprisionamento desses índios para utilização como mão de obra escrava em São Paulo.

Desse modo, no ano de 1719, há o registro de outra bandeira atingindo essa região, capitaneada por Pascoal Moreira Cabral, no mesmo intuito de capturar mais índios:

> A bandeira de Pascoal Moreira Cabral seguiu no encalço desses índios, dando-lhes violenta guerra, na qual foram perdidos muitos homens, de lado a lado. Depois de serem socorridos por outra bandeira capitaneada pelos irmãos Antunes Maciel, resolveram seguir para o Arraial de São Gonçalo Velho, ou Aldeia Velha, onde haviam deixado alguns homens acampados. Logo após uma das refeições, alguns integrantes dessa bandeira, lavando os pratos nesse rio, encontraram, casualmente, pepitas de ouro. Estavam descobertas as minas em território mato-grossense. (SIQUEIRA, 2002, p. 30).

Outro local se tornou referência na constituição do núcleo urbano de Cuiabá, agora próximo de um córrego, palco da descoberta do terceiro veio aurífero na região. Através das crônicas de José Barboza de Sá (1975), é que os historiadores consideram possível a reconstituição histórica da formação da cidade de Cuiabá, fazendo das mesmas fontes indispensáveis:

> [...] fez Miguel Sutil, natural de Sorocaba, viagem para uma roça que tinha principiado na borda do Cuiabá, [...] lá chegando, plantou o seu roçado e mandou dois índios carijó buscar mel com seus machados e cabaças. Chegaram ao rancho alta noite sem mel. Pelejando o amo com eles por gastarem o dia sem montaria, respondeu o mais ladino: "Vós viestes buscar ouro ou mel?", e perguntando-lhe o amo onde estava o ouro, meteu a mão no seio de um jaleco de baeta que tinha vestido e cingido com uma cinta, tirou um embrulho de folhas, entregou-o ao amo que, abrindo-o, achou vinte e três granetes de ouro que pesaram cento e vinte oitavas. O carijó disse que achara muito daquilo.[...] Guiados por eles, chegaram ao lugar onde se acha esta Vila do Cuiabá, que era coberta de mato cerrado com grandiosos arvoredos, no lugar hoje chamado Tanque de Arnesto e tornado com a capela de Nossa Senhora do Rosário, que era campestre, mostrou o índio o seu invento, onde logo foram vendo ouro sobre a terra e, apanhando-o às mãos [...] tornaram pública a descoberta [...] todos e mudarem-se para este sítio a que chamaram Lavras do Sutil, onde foram formando Arraial e desfrutando a lavra que foi a mancha de ouro mais copiosa que se tem achado em todo o Brasil[...] (SÁ, 1975, p. 14-15).

Dentre as reflexões apontadas no caderno Evolução Urbana de Cuiabá/IPDU (2010), maneira sucinta, os aspectos mais relevantes da formação da cidade se deu com as primeiras construções e das ruas que compõem o traçado urbano do século XVIII e que foi demarcado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional enquanto limite do Centro Histórico de Cuiabá, tombado e protegido pela legislação federal:

> No ano de 1723, nas proximidades do córrego, num lugar plano e mais elevado, foi construída a Igreja Matriz, dedicada ao Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Próximo às minas, os escravos construíram uma capela dedicada a São Benedito. As minas e a Igreja Matriz foram importantes focos de atração do povoamento da cidade no sentido Leste-Oeste. Assim orientadas, foram surgindo ruas paralelas ao córrego da Prainha, aproveitando as curvas de nível do terreno, e nelas levantadas as primeiras habitações que consolidariam o espaço urbano de Cuiabá. (IPDU, 2010, p. 13).

Segundo o historiador Carlos Rosa, no ano de 1727 o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, chegou ao arraial. Com a sua elevação à condição de vila, logo foram instalados os símbolos do poder metropolitano no quadrilátero da Igreja Matriz: o Pelourinho, a Casa de Câmara e a residência do ouvidor; as ruas de cima (atual Pedro Celestino) e a rua de baixo (atual Calçadão Ricardo Franco) ligavam o Largo da Matriz ao Largo da Mandioca (atual Praça da Mandioca) que, a partir de 1737, seria a porta de entrada na vila com a conclusão da via terrestre para Goiás (ROSA, 1995).

Portanto, naquela época, o estilo arquitetônico registrado com a tipologia *colonial*, segundos estudos de Conte e Freire, não era propriamente um estilo, mas caracterizam as construções de arquitetura tradicional com as técnicas de taipa e adobe:

> As casas são construídas no alinhamento do lote e coladas umas às outras. De maneira geral, o Centro Histórico de Cuiabá é constituído por exemplares ar-

> quitetônicos de tipologia colonial. Por se tratar de uma arquitetura despojada, muitos imóveis desse tipo foram descaracterizados. No entanto, nas imediações da Praça da Mandioca, podem ser observadas muitas casas coloniais. (CONTE; FREIRE, 2005, p. 47).

Ainda seguindo as descrições históricas apontadas pelo caderno Evolução Urbana de Cuiabá/IPDU, observam-se as principais transformações apresentadas durante o século XIX:

> Elevada à categoria de cidade em 1818, Cuiabá seria logo depois, em 1836, declarada oficialmente capital provincial, fato decisivo na configuração e fixação de suas características urbanísticas: a construção de edifícios públicos diversificou e enriqueceu o repertório arquitetônico, tornando o desenho urbano nítido.(...) O movimento urbanístico decorrente da transferência da capital para Cuiabá contribuiu para que, no início do século XX, a cidade começasse a ganhar as características de metrópole que tem hoje. (IPDU, 2010, p. 14).

No século XX, na década de 1940, verificou-se uma notável intervenção urbana, chamada pela historiografia de *As Obras Oficiais*, as quais tornariam a configuração da cidade visivelmente transformada para os padrões predominados até aquele momento. O contexto em que se descortinou essas mudanças pode ser encontrado no cenário de disputas e conflitos que marcaram a política no estado de Mato Grosso no período em questão.

Desse conjunto de obras, algumas foram posteriormente tombadas como patrimônio histórico: A Residência dos Governadores, a Secretaria Geral, o Grande Hotel, o Cine Teatro Cuiabá, o Palácio da Justiça e o Liceu Cuiabano:

> Na área central, rompendo com os padrões tradicionais do arruamento, desde o Jardim Alencastro, antigo Largo do Palácio, abriu-se uma larga rua, por sobre a antiga Rua Poconé. A nova via recebeu o nome de Avenida Getúlio Vargas. Nela foram construídos o Grande Hotel, o Cine-Teatro e as repartições do serviço público. (IPDU, 2010, p. 16-17).

Esse período é apontado por diversos historiadores como um marco nas transformações urbanas pelas quais Cuiabá passaria no contexto da política expansionista do governo de Getúlio Vargas, visto que o estado de Mato Grosso figurou como um dos alvos da chamada *Marcha para o Oeste*.

Nesse caso, a intervenção urbana, com a abertura de novas avenidas, o alargamento da antiga Rua Poconé, transformada na Avenida Getúlio Vargas, as novas construções públicas, a doação de terrenos aos membros das classes mais abastadas, direcionariam o crescimento da cidade para aquela região, sendo estes apropriados pelo poder público como símbolos de uma nova cidade e novos tempos.

A segunda metade do século XX assinala o início de um surto desenvolvimentista em todo o país, que deixariam suas marcas no espaço urbano de Cuiabá e entre seus desdobramentos, surgiria uma consciência preservacionista do Centro Histórico da cidade, movimento que cresceria cada vez nas décadas de 1970 e 1980.

Conforme pontuou Conte e Freire (2005), a respeito das transformações radicais na cidade representadas pelas *Obras Oficiais*, essas primeiras intervenções respeitaram o núcleo histórico,

abrindo novas áreas para a expansão da cidade, mas, a partir de então, ocorreria uma ruptura no processo de transformações urbanas.

Em uma reapropriação da mesma retórica de isolamento, atraso e obsolescência, já verificadas em outros momentos nos discursos dos governantes, alguns setores da sociedade conclamavam pela modernização da cidade.

Dessa maneira, despontavam na capital inovadoras construções, a fim de dotar a cidade de uma nova configuração urbana. Em 1964, a construção da Ponte Nova, mais uma ligação com a cidade de Várzea Grande; em 1966, as preocupações com a chegada de grandes contingentes migratórios de outras regiões do país, levou a criação de um órgão para a construção de moradias populares que direcionaria a malha urbana para novas áreas da cidade.

Mas, essa expansão direcionada conforme os planos de suburbanizações verificados em outras cidades, não impediria a intervenção no Centro Histórico da cidade, que, até então, não tinha essa designação, visto que a região permanecia apenas como o centro. Enquanto espaços tradicionais de representação dos poderes estabelecidos na cidade, a região central permaneceria como o alvo das estratégias de transformação da imagem da cidade:

> Em função desse crescimento foram tomadas as seguintes medidas urbanísticas na cidade de Cuiabá: a abertura de um amplo corredor, a partir da Igreja do Rosário até o Porto, com a canalização do córrego da Prainha, a construção de pontes de concreto e a abertura de pistas laterais; o asfaltamento e a arborização da Avenida 15 de Novembro até a Ponte Júlio Müller; a iluminação a vapor de mercúrio; e a construção da primeira rodoviária de Cuiabá, na Rua Miranda Reis.
>
> Marca essa época a demolição da antiga Catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e em seu lugar a posterior construção da Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, obra que por ter custado a demolição da velha matriz alguns ainda hoje lastimam, compenetrados do maior valor do que se perdeu diante do que se ganhou na (des)construção. (IPDU, 2010, p. 18).

Para atender aos anseios do poder público e de outros setores da sociedade e que, conforme pontua Márcia Bomfim (2010), levaria à demolições de diversas edificações antigas e casarios em estilo colonial e de lugares estratégicos no intuito de ostentação de poder:

> Como hipótese, podemos considerar que esse "novo" devia ser construído no lugar considerado mais importante da cidade, que representava o poder secular da Igreja e do Estado. Por isso as novas sedes não podiam ter sido construídas em outro local. Nem mesmo ao lado das construções antigas, pois se manteria a imagem de um poder que talvez pela sua força tivesse que ser banido da memória. As construções demolidas traziam a imagem de tradições que eram obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. Novas tradições deviam ser criadas e para isso era preciso esquecer outras que funcionavam como forças de resistência. (BOMFIM, 2010, p. 34).

A autora refere-se à demolição da Catedral Metropolitana e do Palácio dos Governadores, para darem lugar a novos prédios mais modernos, reverenciados naquele momento por alguns setores da sociedade, visto representarem o progresso, movimento que foi seguido da implementação dos planos nacionais de desenvolvimento durante o regime militar. Para Conte e Freire (2005), a

demolição da antiga Catedral constituísse, até a atualidade, em um trauma na sociedade cuiabana, gerando muitas polêmicas.

Ludmila de Lima Brandão (1997) traça um panorama do que representou esse evento em termos de expressão dos conflitos entre a tradição cultural diversa e a moderna tradição hegemoneizante, revelando elementos mais sutis do desconforto causado por um movimento de invasão do outro sobre um território tradicionalmente construído e reverenciado.

Ainda de acordo com a autora, os indicadores mais observáveis estão presentes na configuração populacional atual da cidade, impactada pelas migrações que fizeram dobrar a cada década, entre as de 1960 e 1990, o número de habitantes; e estão, como foco principal de seu objeto de estudo, na transformação na fisionomia urbana: novos bairros, aumento das favelas, verticalização, dentre outros:

> Como indicadores do processo de crescimento e transformação de Cuiabá, estes são suficientemente observáveis, porque, bastante perceptíveis. Entretanto, o que é menos referido e possivelmente mais violento, enquanto elemento desestruturador, é o impacto desse processo sobre a cultura. Por ser um dado "mais" subjetivo, este indicador-consequência é em geral tratado mais em nível do afetivo, pouco merecendo uma análise rigorosa do que significam essas transformações, qual a sua amplitude (em termos qualitativos) e que consequências produzem. (BRANDÃO, 1997, p. 68).

Nessa perspectiva, a autora aponta como expressão das consequências em níveis culturais, a dinamitação da Catedral no ano de 1968, sendo também o marco na constituição da consciência preservacionista que dominaria muitos discursos na capital, culminando nas diretrizes para a elaboração do processo de tombamento do seu Centro Histórico, o que impediria qualquer alteração:

> Cinco anos após a derrubada da catedral, lamentava-se o ocorrido. Atribuiu-se à "ganância do enriquecimento fácil" a onda de demolições e destruição da história e tradições cuiabanas. À catedral era atribuída uma importância para além da "pompa e beleza" que a distinguia. Era o ambiente apropriado ao encontro com Deus. Sua derrubada era sentida, ainda em 1974, como um crime sem absolvição, pois a nova, apesar de uma "igreja moderna e linda", não possuía os atributos para-estéticos da antiga.
>
> A velha Matriz tornou-se uma referência estruturante de uma determinada época, assim como se tornou a sua derrubada. As tensões entre o velho e o novo já estavam estabelecidas em outros processos de transformação anteriores, entretanto, nenhuma outra intervenção espacial teve a força deflagradora dessas tensões como teve a demolição da catedral. (BRANDÃO, 1997, p. 91-92).

A espacialidade é tomada, nesse momento, enquanto símbolo dos conflitos entre os projetos modernizadores identificados, como a penetração de forças políticas, econômicas e culturais exteriores, em um processo ameaçador das tradições culturais estabelecidas.

Para o arquiteto e urbanista cuiabano Júlio De Lamonica Freire (1987), o ano de 1968 estabeleceu um marco na capital, com a emergência de debates sobre a força autoritária das instituições e a conivência do poder público, bem como as preocupações com os possíveis

desdobramentos que a demolição da antiga catedral traria, sobretudo frente ao avanço da ideologia modernizante que tomava conta de Cuiabá.

O surgimento da consciência preservacionista é apontado por Conte e Freire (2005), como uma reação aos eventos citados, vistos por um lado como modernização e por outro enquanto destruição. Nesse embate, os antagonismos entre a substituição do casario colonial por projetos arquitetônicos funcionais, passaram a movimentar alguns atores sociais, em um processo que culminaria no tombamento do Centro Histórico, feito provisoriamente a níveis municipal e federal, tendo o tombamento ocorrido oficialmente no ano de 1987, mas somente homologado em 1992:

> O tombamento e consequente preservação do Centro Histórico de Cuiabá marca a cidade como bastião cultural no Brasil Central. A área tombada guarda o patrimônio construído, remanescente dos séculos XVIII, XIX e XX, e mantém íntegro o traçado urbano colonial. O acervo ali localizada "conta" a história de formação da cidade – sendo, portanto, expressão cultural da capital mato-grossense. O espaço urbano e a arquitetura do Centro conferem a Cuiabá identidade e personalidade histórico-cultural. (CONTE, FREIRE, 2005, p. 17).

É sabido que o espaço do Centro Histórico de Cuiabá e o seu entorno foi delimitado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), homologado pelo Ministro da Cultura no ano de 1992, após um processo que teve início ainda no ano de 1984, quando foi instalado em Cuiabá o Escritório Técnico, que, à época, ainda era denominado de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória), juntamente com a Divisão de Cultura da Prefeitura Municipal, iniciaram os estudos para o tombamento do Centro Histórico.

Dessa maneira, espera-se que o Centro Histórico de Cuiabá, com destaque para as igrejas históricas, possa ser compreendido no tempo presente enquanto fonte para a pesquisa no ensino de história, envolvendo alunos da Educação Básica. Para isso, propõe-se uma ação educativa que alie a pesquisa de campo e o uso de um objeto de aprendizagem, um aplicativo para dispositivos móveis.

Tal ação se encontra associada à Educação Patrimonial e, com a qual, espera-se que os alunos também consigam estabelecer relações existentes entre o patrimônio histórico e cultural e o processo histórico de sua cidade, apreendendo o sentido de lugares de memória e a importância dos mesmos para a educação e a cultura.

Através da metodologia proposta no Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), elaborou-se o Roteiro das Igrejas do Centro Histórico de Cuiabá, no âmbito do currículo de história na Educação Básica. Para isso, foram desenvolvidos uma pesquisa histórica e um estudo sobre os processos de tombamento das 6 (seis) igrejas: Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Paróquia Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Santuário Eucarístico Nossa Senhora do Bom Despacho, Igreja Senhor dos Passos, Paróquia Nossa Senhora da Boa Morte e Igreja Presbiteriana de Cuiabá.

Tal conteúdo constitui-se no material a ser acessado através do aplicativo *Centro Histórico de Cuiabá*, desenvolvido como material de consulta no decorrer da pesquisa, podendo ser usado tanto nas aulas de campo quanto em sala de aula.

Na interlocução de patrimônio com o ensino de história, os debates apontam para uma visão mais crítica dos usos do patrimônio histórico e cultural, quanto ao enfoque nas narrativas hegemônicas que convergem para o tradicionalismo de uma história oficial de exaltação a personalidades ou eventos, silenciando e excluindo tantos outros sujeitos históricos.

Essa percepção transforma as intenções de usos dos centros históricos em um desafio complexo, na medida que estes são espaços que, historicamente, constituíram-se como as territorialidades dos poderes político, econômico e religioso. A primeira questão que se apresenta: o patrimônio arquitetônico protegido pelas políticas de preservação abarca as memórias de todos os grupos sociais formadores da sociedade?

Nesse sentido, ao abordar práticas educativas na interface entre a educação patrimonial e o ensino de história, o desafio maior concentra-se em desviar da corrente econômico-higienista e da corrente ideológico-monumentalista.

A corrente econômica-higienista já foi apontada por vários críticos como norteadora de muitas "políticas preservacionistas" que, pretendendo novos usos aos espaços de memória, acabam por transformá-los em ambientes elitizados ou, através da valorização imobiliária, promover a exclusão dos sujeitos que já faziam usos delse, seja para moradia ou trabalho.

Já a corrente ideológico-monumentalista serviu de base de fundamentação para as escolhas de determinadas construções a serem preservadas, em detrimento de outras. A justificativa de grande valor estético mostrou-se seletiva, em muitos processos de tombamento quanto às representações materiais de apenas grupos privilegiados economicamente na sociedade.

Em relação às reflexões que conduziram o presente trabalho, ao referir-se ao Centro Histórico de Cuiabá, no contexto da uma educação para o patrimônio, o caráter dinâmico que este espaço possui para a população, contribui para a compreensão de um sentido relacional entre passado, presente e futuro. Não se trata de uma cidade-museu, onde o passado está guardado, mas de decifrar um espaço enquanto marco referencial da memória urbana, bem como um marco reflexivo acerca da cidade real e seus atuais desafios:

> Assumir a condição de Centro Histórico como algo que foi transformado e é vivido deve ser condição primordial para a salvaguarda do patrimônio afastando-se de uma ideia de cidade-museu. Sendo resultado da seleção de bens e valores culturais que se tornam propriedade simbólica e real de determinados grupos, o patrimônio liga-se a processos de identidade individual e social que contribuem para a diversidade de contextos, pelo que é essencial sua compreensão. (PINTO, 2015, p. 54).

Atualmente, observa-se a existência de muitos templos religiosos pelas áreas centrais, regionais e bairros da cidade. Através dos registros históricos, tem-se a confirmação de que as 6 (seis) igrejas que compõem o roteiro aqui apresentado: Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Paróquia Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Santuário Eucarístico Nossa Senhora do Bom Despacho, Igreja Senhor dos Passos, Paróquia Nossa Senhora da Boa Morte e Igreja Presbiteriana de Cuiabá, formam o conjunto de templos históricos de Cuiabá, sendo os primeiros erigidos na capital.

Dessa maneira, buscou-se através de uma pesquisa documental, imagética e bibliográfica, reconstituir o processo histórico dessas construções, bem como destacar aspectos relativos aos seus processos de tombamento, estilos arquitetônicos e alguns sujeitos históricos envolvidos.

No Centro Histórico de Cuiabá, o conjunto arquitetônico sob proteção é formado por edifícios religiosos, públicos e casarios particulares. Dentre estes, os religiosos ganham notoriedade na paisagem e, sendo públicos, são espaços patrimoniais mais acessíveis à visitação, bem como à própria constituição do espaço urbano de Cuiabá, desde o século XVIII, no qual as edificação dos templos religiosos se fizeram presentes, principalmente as três primeiras edificações: Igreja Matriz, Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho e Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Capela de São Benedito.

A presença dos templos religiosos nos centros históricos brasileiros fornece uma das chaves para compreensão do processo de formação dos núcleos urbanos na América Portuguesa, na concepção da chamada longa duração de Fernand Braudel, para o qual a configuração das cidades surgidas ao longo dos quatro séculos da ocupação dos territórios revelam a indissociável ligação Estado e Igreja.

A partir do argumento, a paisagem urbana como se desenha e redesenha continuamente a partir do chão, espelha, primeiro, a forma de ocupação do solo, e encontram nas *Ordenações Filipinas*, datadas do século XV, o veio condutor que instituiria o regime jurídico básico sobre as terras brasileiras: as *sesmarias*:

> O poder para conceder terras introduziu o sistema sesmarial, ou seja, o do fracionamento e da cessão de glebas dentro da tradição e da legislação existentes no reino, tradição moldada na chamada reconquista da península ibérica e leis então já codificadas do reino português, glebas concedidas, às quais se chamava de sesmarias ou sesmos, numa denominação de origem discutível, mas que perdurou por séculos. O poder de concedê-las ficava expresso nas cartas de doação e nos forais que os capitães recebiam, e tal concessão se fazia gratuitamente, sob determinadas exigências e com a obrigatoriedade de apenas um tributo, o dizimo. Décima parte da produção, devida formalmente não a Coroa propriamente dita, porém à corporação detentora das terras e sua concedente, a Ordem de Cristo. (MARX, 1991, p. 33).

Na investigação das construções das igrejas nos núcleos formadores da urbanização no Brasil, o autor atribui significado ao ato de erigir uma cruz ou uma capela, para o início do ordenamento das pessoas e das demais construções:

> Não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, do óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais. Não era somente o acesso ao rito litúrgico que propiciasse no quotidiano, nos faustos e infaustos, o conforto espiritual; eram também o usufruto da formalidade civil como todo o direito e a segurança que pudesse propiciar. (MARX, 1991, p. 19).

Dessa forma, a institucionalização da população estava sob guarda da igreja, desde o nascimento até à morte. Na configuração urbana, as igrejas ocupavam os espaços de destaque não

apenas pela tradição ou vontade das pessoas, como afirma Murillo Marx (1991) ao examinar o documento *Constituiçõens Primeyras do arcebispado da Bahia*, redigidas em 1707 e publicadas em 1719, representação da obediência à legislação, que asseguraria os eventuais reconhecimentos, ou não, das capelas erigidas pela população.

Logo, a cidade de Cuiabá, na gênese de sua formação urbana, ao ser elevada de um arraial à categoria de vila, recebeu a designação referente à tradicional invocação do padroeiro, Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Como apontam Nileide Souza Dourado (2014) e Gilian Evaristo França Silva (2015), a formação dos espaços católicos na recém-criada vila seria marcada pela atuação das irmandades religiosas nas práticas educativas, nos laços de solidariedade entre seus membros, bem como desenvolvendo outras tarefas que seriam do poder público.

Argumentam ainda os autores que, na constituição dos espaços católicos desde a formação dos arraiais de exploração aurífera, tem destaque as irmandades religiosas. Assim como em todas as cidades coloniais no Brasil, na constituição urbana de Cuiabá colonial o papel desempenhado por essas irmandades tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, que revelam a estreita relação entre estas a formação do universo sociocultural.

Tendo, portanto, Cuiabá a sua composição religiosa no século XVIII, com a construção da Igreja Matriz e duas capelas: a Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e a Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho, foram criadas suas respectivas irmandades.

Já no século XIX, outras duas construções foram erguidas, como a Igreja de Nossa da Boa Morte e a Igreja Senhor dos Passos. E, no século XX, acontece a construção da Igreja Presbiteriana de Cuiabá, formando, portanto, o roteiro das igrejas do Centro Histórico de Cuiabá.

Trabalhou-se a possibilidade de elaboração de um objeto de aprendizagem virtual, através de um aplicativo como ferramenta para a pesquisa sobre as Igrejas do Centro Histórico de Cuiabá, o qual foi construído tendo por base um roteiro de estudos e reflexões sobre o Centro Histórico da Capital frente à importância de integração das tecnologias digitais ao ensino, trazendo como proposta para a realização da ação educativa no ensino de história.

Cada vez mais a cultura escolar integra-se à tecnologia digital, em um processo contínuo de elaboração de novas possibilidades para o processo ensino-aprendizagem. De acordo com os estudos do sociólogo espanhol Manuel Castells (2005, p. 69), considerado um dos pioneiros nas pesquisas sobre os reflexos da sociedade em rede, na economia e na convivência social em todo o mundo a partir do fenômeno da Internet, as novas tecnologias da informação não constituem apenas ferramentas para se aplicar, mas processos a serem desenvolvidos.

Portanto, no âmbito da educação e do uso da tecnologia deve ser levado em conta que, dentre os diversos desdobramentos da chamada revolução tecnológica, um dos maiores desafios é a construção do conhecimento a partir do acesso das informações:

> A finalidade dos sistemas educacionais em pleno século XXI, será, pois, tentar garantir a primazia da construção do conhecimento, numa sociedade onde o fluxo de informação é vasto e abundante, e em que o papel do professor não deve ser, mas o de um mero transmissor de conhecimento, mas o de um mediador da aprendizagem. Uma aprendizagem que não acontece necessariamente nas instituições escolares, mas, pelo contrário, ultrapassa os muros da escola, podendo

> efetuar-se nos mais diversos contextos informais por meio de conexões na rede global. (COUTINHO; LISBÔA, 2011, p. 10).

Dessa forma, verifica-se que a revolução da tecnologia da informação difundiu a ideia de democratização do conhecimento, porém constata-se também que a quantidade e a facilidade de acesso às informações, não são garantia de uma aprendizagem significativa.

Assim, o desafio que ora apresentamos é a elaboração de um objeto de aprendizagem que funcione como uma ferramenta digital com acesso à informações significativas acerca do Centro Histórico de Cuiabá, que resulte na apreensão de conhecimentos históricos pelos usuários.

Para tanto, optou-se pela elaboração de um aplicativo educacional a fim de apresentar os resultados da pesquisa, em suporte que possibilite a aprendizagem dentro e fora da sala de aula, através do uso de dispositivo móveis: *tabletes* e *smartphones*.

Quanto ao uso de dispositivos móveis em processos formais de ensino, uma das ferramentas que têm se mostrado eficaz são os chamados aplicativos educacionais. Sobre os mesmos, o professor Antônio Carlos Xavier, durante o *Vº Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação e Iº Colóquio Internacional de Educação em Tecnologias, Universidade Federal de Pernambuco* (2013), apresentou algumas considerações a partir do conceito de aplicativos como *softwares* interativos para dispositivos móveis que auxiliam os usuários a desempenhar tarefas e achar soluções.

Dessa forma, ao referir ao desempenho de tarefas e busca por soluções, evidencia-se que um dos princípios básicos quanto ao uso desses *softwares,* é a interatividade, com base no modo proativo com o qual os usuários interagem, dando suporte à determinada situação de ensino.

Retomando as observações de Manuel Castells (2005), a produção de conhecimento a partir da informação vem da interação, um processo que rompe com relações verticais de aprendizagem da escola, e possibilita a ampliação dos espaços educativos, tanto reais quanto virtuais.

Levando-se em conta tais considerações, os desafios para os que desenvolvem essas ferramentas educacionais concentram-se em atrair a atenção dos alunos, manter o interesse e gerar o envolvimento, a fim de consolidar a construção de determinado conhecimento. Para que esse objetivo seja alcançado, a elaboração de um aplicativo depende do trabalho em conjunto de professores, *designers* e programadores.

Neste caso, o trabalho em conjunto resultou na elaboração do aplicativo Centro Histórico de Cuiabá que, como o próprio nome revela, pretendeu virtualizar o centro histórico da cidade, com o objetivo de produzir uma ferramenta educativa que, espera-se, possa contribuir na aproximação real desse espaço como seus usuários-alvo, os alunos e alunas. Se o objetivo for alcançado, considera-se que esse espaço seja ressignificado nos aspectos que envolvem a sua historicidade e patrimônio histórico da cidade.

O formato do objeto de aprendizagem utilizado foi um aplicativo instalado em dispositivos móveis. Após a publicação no *Google Play*, pode ser encaminhado para usuários que utilizem o sistema operacional "*Android*", para *download* diretamente na loja com o título "Centro Histórico de Cuiabá", de forma gratuita. Existe ainda a possibilidade de acesso através da publicação gratuita para o desenvolvedor. Para isso, os usuários digitam o endereço "https://app.vc/centro_historico_

de_cuiaba" direto no navegador do celular, tal opção fica disponível para usuários do sistema "*Android*" e do sistema "*IOS*".

Referências

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e Patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BARATA SALGUEIRO, Teresa. Paisagens Urbanas. In: Medeiros, C. A. (Coord.), *Geografia de Portugal* - Sociedade, Paisagens e Cidades, volume 2; Círculo de Leitores; Lisboa, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O Saber Histórico em Sala de Aula.* São Paulo: Contexto, 2013.

BOMFIM, Márcia. *As engrenagens da cidade*: centralidade e poder em Cuiabá na segunda metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. *A catedral e a Cidade*: uma abordagem da educação como prática social. Cuiabá, EdUFMT, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede* (vol.1). 8ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*: socio gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

CONTE, Cláudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinicius De Lamonica. *Centro Histórico de Cuiabá*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

COUTINHO, Clara; LISBÔA, Eliana. Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem: Desafios para Educação no Século XXI. Universidade do Minho: *Revista de Educação*. São Paulo, Vol. XVIII, nº 1, p. 5-22, 2011.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. *Evolução do Perímetro Urbano de Cuiabá – 1938 a 2007*. IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. A História na Educação Básica: Conteúdos, Abordagens e Metodologias. Belo Horizonte: **Anais...** do I Seminário, Currículos em Movimentos: Perspectivas Atuais, 2010.

FREIRE, Júlio De Lamonica. *Por uma poética popular da arquitetura***.** Cuiabá: EdUFMT, 1987.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Rio de Janeiro: Museu Imperial / Deprom - Iphan - MinC, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: EdUNICAMP, 1990.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem*? São Paulo: EdUSP, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khou-

ry. In: *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. Dossiê: História Cultural do Brasil In: *Revista Novo Mundo Mundos Novos*, 2007. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/3212. Acesso em: 14 mai. 2017.

PINTO, Helena. Os Centros Históricos como laboratórios de Educação Histórica e Patrimonial. In: *Revista História Hoje.* s/l., v. 5, nº 9, p. 49-75, 2015.

PORTAL DO IPHAN, disponível em: https://www.iphan.gov.br

RICOUER, Paul. *História, Memória e Esquecimento***.** São Paulo: EdUNICAMP, 2007.

ROLNIK, Raquel. *História Urbana*: História na Cidade. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, ANPUR, 1992.

ROSA, Carlos. *Evolução Urbana de Cuiabá*: notas históricas. In: Ministério da Cultura/IPHAN. Departamento de Promoção. Estudos de tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. Cadernos de documentos nº 2.

SÁ, José Barboza de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos.* Cuiabá: EdUFMT, 1975.

SEBASTIÃO, Ana Sofia Camoêsas. *Planeamento Estratégico para o Centro Histórico de Torres Vedras.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso, da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SILVA, Gilian Evaristo França. *Espaço, poder e devoção: as irmandades religiosas da fronteira oeste da América portuguesa (1745-1803).* Curitiba: Tese (Doutorado em História) – UFPR, 2015.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa; FREITAS, Moacyr**.** *Quadros históricos de Mato Grosso*: Período Colonial. Cuiabá (s.n.), 2000.

VOLPATO, Luiza. *Entradas e Bandeiras***.** São Paulo: Global, 1985.

CENTRO HISTÓRICO DE CUIABÁ (MT): ACESSIBILIDADE URBANA

Sérgio Henrique Allemand Motta
Doutor em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/PROURB
Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso
sergio_a_m@ibest.com.br

Frank Giordany Aquino Fraporti
Especialista em Adm. Pública e gerenciamento de cidades
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso/POSGEO
frankfraporti@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objeto a acessibilidade no Centro Histórico de Cuiabá, que surgiu a partir das minas de ouro do Sutil, no início do século XVIII, por bandeirantes paulistas. O sítio apresenta um conjunto de casas coloniais e uma rede viária ainda conservada em seu traçado original. Inúmeras barreiras arquitetônicas e urbanísticas que impedem o acesso universal foram identificadas no Centro Histórico de Cuiabá. Definiu-se a Rua Sete de Setembro como modelo para o estudo e alvo das propostas de adaptação que visam eliminar as barreiras presentes e que impedem a acessibilidade. As soluções adotadas estão em conformidade com a legislação referente ao tema e aos conceitos e diretrizes preconizados pelo desenho universal, que busca o acesso de todos a todos os lugares e a todos os objetos produzidos pelo homem.

Palavras-Chave: Centro Histórico de Cuiabá. Barreiras urbanísticas. Desenho universal.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

ABSTRACT

This study has as its object the accessibility in the Historic Centre of Cuiabá, which emerged from the Sutil gold mines, in the early eighteenth century, by bandeirantes from São Paulo. The site presents a set of colonial houses and a road network still preserved in its original layout. Numerous architectural and urban barriers, which restrain universal access, were identified in the Historic Centre of Cuiabá. The Sete de Setembro Street was defined as a model for the study and target of the proposals of adaptation that aim to eliminate the present barriers that restrain the accessibility. The solutions adopted are in accordance with the legislation regarding the theme and the concepts and guidelines recommended by the universal design, which seeks the access of all to all places and to all objects produced by man.

Keywords: Historical Centre of Cuiabá. Urban barriers. Universal design.

Introdução

O presente estudo tem como tema a acessibilidade e o patrimônio cultural, tendo como objeto de estudo a acessibilidade aos prédios e logradouros tombados pelo patrimônio histórico e cultural, especificamente no Centro Histórico de Cuiabá (MT). Ressalta-se que esse espaço histórico foi homologado pelo Ministério da Cultura em 1992 e compreende o arruamento da antiga Villa Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. A Rua Sete de Setembro e suas vias transversais foram definidas enquanto área preferencial de estudo, devido a existência de inúmeros prédios tombados e, principalmente, por apresentar os problemas comuns a todo o centro histórico quanto a acessibilidade. Destacam-se os seguintes prédios tombados presentes na área principal de estudo: Museu de Imagem e Som (MISC), atual sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Igreja Senhor dos Passos.

O Centro Histórico de Cuiabá teve a sua origem entre os séculos XVIII e XIX, através dos bandeirantes paulistas que se dirigiram para o oeste a procura do ouro. As características urbanísticas e arquitetônicas são do tipo colonial, com prédio alinhado com a testada do lote e com acesso através de um ou mais degraus, existência de vários sobrados e ruas estreitas de calçamento de paralelepípedo. Destaca-se que, a partir do século XX, com a vinda de veículos automotores, foram implantadas calçadas e com a instalação de luz elétrica foi realizada a colocação de postes nas estreitas calçadas.

Assim, a acessibilidade e a mobilidade de pessoas com deficiência, como cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida, como usuários de bengala, idosos, obesos, anões, crianças, condutores de carrinho de bebês e de compras e portadores de deficiências visual e auditiva, ficam limitadíssimas, necessitando, assim, que sejam definidas soluções arquitetônicas e urbanísticas que permitam a acessibilidade de todos mas que não altere as características desse valioso patrimônio tombado, o qual possui normas e regras construtivas específicas para intervenções.

O objetivo deste estudo é levantar as tipologias de soluções utilizadas para a melhoria da acessibilidade em sítios históricos referente às barreiras, como: pavimentações com pedras, acessos por escadas a prédios tombados, existência de mais de um pavimento em prédios tombados, ocorrência de calçadas estreitas, inexistência de rebaixamento nas calçadas, falta de sinalização para portadores de deficiência visual e auditiva e, principalmente, levantar os problemas existentes no Centro Histórico de Cuiabá quanto à acessibilidade.

Mobilidade urbana e acessibilidade: subsídios para análise

Entende-se como mobilidade urbana o direito de todos os cidadãos, independentemente de suas potencialidades físicas e mentais, de ir e vir nos espaços públicos, garantidos pela acessibilidade enquanto elemento fundamentador da mobilidade urbana. Este direito de ir e vir, de pessoas e bens, no espaço urbano, deve ser seguro e confortável, independente de qual atividade cotidiana seja executada, como laboral, de lazer ou outras, sendo utilizado ou não qualquer tipo de veículo. Destaca-se que está se tratando de cidadãos que englobam idosos, obesos, gestantes, usuários de prótese e órtese, crianças, anãos, condutores de carrinhos de bebê e de compras, pessoas com mobilidade reduzida, como portadores de muletas ou bengalas e de cadeirantes. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, define a pessoa com

deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, enquanto que e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, especifica cada uma dessas categorias (BRASIL, 1999; 2015). Destaca-se que no Brasil, segundo o Censo 2000, 24,5 milhões de brasileiros apresentam alguma deficiência, o que representa 14,5% da população.

Quanto à acessibilidade, é definida pela referida Lei nº 13.146/2015 como:

> [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, transportes e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, Art. 112).

Essa legislação vem de encontro com a definição da Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT), na NBR 9.050, de 11 de setembro de2015, que considera a acessibilidade como:

> [...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p. 2).

Para a Norma supracitada, considera-se acessível os "[...] espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa" (Ibidem). O termo acessível implica, portanto, tanto a acessibilidade física como a de comunicação.

Segundo Preiser e Ostroff (2001), o conceito de Desenho Universal foi criado pelo arquiteto Ronald L. Mace, sendo entendido como o projetar levando-se em conta princípios de igualdade, equidade e justiça social na utilização do espaço, seja residencial, de trabalho, de lazer, transporte ou outro qualquer. Como consequência, os produtos fruto dos projetos de desenho universal podem ser utilizados pela maior parte das pessoas, independentemente de sua condição física, sem a necessidade de se recorrer a adaptações. Destaca-se que, além de orientar na elaboração de projetos e *design*, também pode ser utilizado para avaliar projetos e obras pós ocupação, por meio de Avaliação Pós Ocupacional (APO). Os pressupostos do desenho universal são: equiparação nas possibilidades de uso; flexibilidade no uso; uso simples e intuitivo; captação da informação; tolerância ao erro; mínimo esforço físico; dimensão e espaço para uso e interação.

> a) Assim, segundo Cambiaghi (2007), é através do desenho universal que a arquitetura inclusiva estabelece parâmetros antropométricos, mas que torna a arquitetura acessível por prever que o usuário possa:
>
> b) ser homem, mulher ou criança, ter qualquer idade, qualquer altura entre 0,70 m e 2,10 m, pesar entre 15 Kg a 180 Kg, possuir um corpo assimétrico;
>
> c) ter visão reduzida ou ser cego;
>
> d) ter capacidade de audição e fala alteradas;

e) ter capacidades cognitivas, de compreensão ou de linguagem limitadas;

f) ter reflexos lentos;

g) ter dificuldades para sentar-se e levantar-se ou de manipulação;

h) ter apenas uma mão ou não ter mãos;

i) usar próteses, órteses ou ajudas técnicas;

j) ter dificuldades para andar, andar lentamente, caminhar com muletas, bengalas, andadores ou outros aparatos ou ter de utilizar cadeira de rodas para se locomover;

k) ser alérgico a diversos materiais de eletricidade estática.

Para a autora, é importante avaliar na APO os seguintes itens: as condições externas à edificação relativas ao acesso ao edifício; o pavimento térreo e todos os seus complementos; a circulação horizontal e vertical; a unidade habitacional; os materiais de acabamento; a localização e a disposição dos equipamentos; a forma e a disposição dos comandos e dispositivos, do tipo tomadas, interruptores, metais, caixilhos etc., destacando-se que, em relação ao cadeirante, existem parâmetros que garantam a eles circular em um espaço construído (Ibidem).

Quanto à acessibilidade vertical em prédios com mais de um pavimento, pode-se utilizar a plataforma elevatória de percurso vertical, plataforma elevatória de percurso inclinado ou elevadores. Quanto aos elevadores encontra-se normatização na literatura, devendo estes possuir, para a cabine, dimensões mínimas de 1,10 m X 1,40 m; botoneiras sinalizadas em *braille* do lado esquerdo do botão correspondente; registro visual e audível de chamada; identificação do pavimento fixada em ambos os lados do batente do elevador, colocada entre 0,90 m e 1,10 m do piso acabado; espelho fixado entre as alturas mínimas de 0,89 m e máxima de 1,35 m do piso; barras de apoio colocadas a 0,90 m do piso; porta com vão livre mínimo de 0,80 m (NEUFERT, 2007; CAMBIAGHI, 2007).

Na escala da cidade, além dos espaços construídos, os espaços livres, como os logradouros e espaços públicos em geral, não devem apresentar barreiras urbanísticas, como desníveis e revestimentos inadequados em calçadas, calçadas estreitas, com pavimento deteriorado e obstáculos, inexistência de vagas para estacionamento de pessoas com deficiência e inexistência de equipamentos urbanos adequados ao uso por pessoas com deficiências físicas, auditivas ou visuais. Estas barreiras podem ser eliminadas facilmente, conforme sugerido por Cambiaghi (2007), com a adoção de várias medidas:

a) nivelamento de calçadas e utilização de revestimentos contínuos e antiderrapantes;

b) rebaixamento de guias para travessia de pessoas com dificuldade de locomoção;

c) instalação de sinais sonoros nos semáforos para alerta aos deficientes visuais;

d) demarcação de vagas especiais para estacionamento em logradouros públicos;

> e) instalação de equipamentos urbanos com design de altura adequada;
>
> f) sinalização de mobiliário urbano, equipamento ou qualquer outro obstáculo com piso tátil de alerta, utilizado para alertar pessoas com deficiência visual ou baixa visão sobre obstáculos, desníveis ou mudança de direção.

É importante, ainda, que haja contraste de cor e textura para o piso tátil ser percebido. Recomenda-se a utilização desta medida no ambiente urbano nos seguintes casos: os obstáculos suspensos entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado, e que tenham o volume maior na parte superior do que na base, devem ser sinalizados com piso tátil de alerta. A superfície a ser sinalizada deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta; são mobiliários urbanos que necessitam dessa sinalização: os telefones públicos do tipo orelhão, caixas de correio, entre outros; nos rebaixamentos de calçadas, em cor contrastante com a do piso.

Também são medidas para promover a acessibilidade: adoção de escrita em *braille* em placas, avisos, paradas de ônibus e outros locais; colocação de aparelhos telefônicos adequados para pessoas com deficiência física e sensorial.

Assim, a acessibilidade nos ambientes construídos deve levar em conta os princípios do desenho universal preconizado na literatura, bem como na legislação vigente, para que de fato ocorra uma equiparação de oportunidades para todos, inclusive para um tipo de indivíduo sempre esquecido, fruto de países com desigualdades sociais e econômicas acentuadas, como o Brasil, que são os com limitações intelectuais que, na verdade, na maioria das vezes, são analfabetos totais ou funcionais, que ouvem e olham, mas não escutam e não veem, pois poucos entendem.

Patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico

Tudo que é produzido pelo homem é artificial e compreende seu acervo cultural, o que o distingue dos outros animais, sendo a cultura um fenômeno essencialmente humano. O patrimônio cultural, *patrimonium* em latim, que significa bens de família, herança, constituindo o conjunto dos bens produzidos pelo homem, sejam eles materiais ou imateriais, que apresentam valor, interesse para a afirmação da identidade de cada povo. Os patrimônios materiais, móveis ou imóveis, são entendidos como os bens arquitetônicos, natural-paisagístico e os conjuntos urbanos. São considerados como patrimônios imateriais as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver.

No século XIX, os Estados Modernos buscam a edificação de identidades coletivas, começando pela França, ainda no século XVIII, com a Revolução de 1789. Como desdobramento, em 1790 foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos, que selecionou alguns bens que simbolizavam a identidade nacional francesa. No Brasil, a busca da nossa identidade se deu no século XX, nos anos 1930. A preocupação oficial com o nosso patrimônio teve registro pela primeira vez na Constituição de 1937, refletindo a visão autoritária e centralizadora da ditadura do Estado Novo, que definiu como patrimônio como:

> Art. 180. [...] conjunto dos bens móveis e imóveis, existentes no país, e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. A esses bens se equiparam os monumentos naturais,

> e ainda os *sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável* com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937, grifos nossos).

Como um dos desdobramentos da Constituição de 1937, foi criado, em 1938, o Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (SPHAN), transformado mais tarde no hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo principal papel preservar nossos bens, objetivando reforçar a identidade brasileira e sua memória, o que nos distingue dos outros povos. Os bens materiais são tombados em um dos quatro livros do tombo e os bens imateriais são registrados pelo órgão.

A atuação do IPHAN contribuiu para a consolidação, na Constituição de 1988, os avanços que refletem a redemocratização pela qual passou o país, no que concerne sobre o patrimônio. A nova Carta Magna define patrimônio cultural da seguinte maneira:

> Art. 216. [...] Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens culturais de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem: I. As formas de expressão; II. Os modos de criar, fazer e viver; III. As criações científicas, artísticas e tecnológica; IV. *As obras, objetos, edificações* e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. Os *conjuntos urbanos e sítios de valor histórico*, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, grifos nossos).

Com a Constituição de 1988, os bens imateriais incluem o modo de se fazer, de criar e de viver, além do patrimônio cultural. Os sítios históricos devem incluir não apenas os monumentos, incluindo até mesmo seu entorno.

Segundo Schlee *et al.* (2010), as possíveis intervenções que podem sofrer os bens tombados, desde ações preventivas às de cunho de reconstrução, estão ligadas a uma das três linhas de ação definidas em relação ao patrimônio cultural, que são:

> a) A *Reconstituição* preconiza a utilização de materiais e sistemas construtivos tradicionais, com ocultamento dos materiais utilizados, tendo como principal preocupação manter a integridade do monumento para não se macular a arquitetura original. A principal crítica a esta linha é a valorização excessiva da instância estética em detrimento da história;

> b) A *Conservação Consignante* dá ênfase na valorização da história do monumento, com intervenção, em caráter excepcional, restrita à conservação física do monumento através de técnicas científicas. Esta linha recebe como críticas o imobilismo devido preconizar a validade, como testemunho histórico, de cada modificação, privilegiando assim a história em detrimento da estética;

> c) A *Contraposição* preconiza o uso de técnicas contemporâneas que são reveladas e assim se busca o contraste dos materiais novos com os antigos, muitas vezes sublinhados pelo tratamento pictórico. A crítica a esta linha está na subordinação do monumento a sua função, com sacrifício das características e dos seus testemunhos históricos.

Os principais teóricos que, direta ou indiretamente, estão ligados a estas linhas são Eugène Viollet-le-Duc, Jhon Ruskin, Camillo Sitte, Cesari Brandi e Camillo Boito, dentre outros. Segundo Cesari Brandi (*apud.* Oliveira, 2010), duas diretivas devem ser observadas no ato de restauração: "a) Deve-se restaurar apenas a matéria da obra de arte, o veículo que contém a imagem; e b) O restauro deve tomar como alvo o restabelecimento de uma unidade potencial da obra, desde que isto seja possível sem que se cometa um falso artístico ou histórico e sem cancelar os sinais da passagem do tempo". Assim, para o autor, não se deve reverter a degradação natural, não sendo recomendado apagar os traços do tempo (Ibidem).

Ruskin, da escola inglesa não intervencionista, tem opinião semelhante, sendo para ele absurda a restauração de qualquer obra, pois seria como tentar ressuscitar um morto. Destaca-se que Ruskin, ao sugerir que toda arquitetura de Veneza seja definida como monumento histórico, prenunciou a inclusão dos sítios urbanos com bens a serem preservados, e não só prédios monumentais. Para Viollet-le-Duc, da escola francesa intervencionista, restaurar um edifício é o mesmo que procurar torna-lo o que nunca foi, pois deve-se acrescentar traços do estilo ao qual pertence, a fim de reforça-lo.

Camilo Boito, através do restauro filológico, busca a junção das ideias de Viollet-le-Duc e Ruskin, porém, em alguns aspectos discorda destes autores, de Ruskin, quando este apregoava que o monumento deveria ficar à mercê do tempo até se transformar em ruína e, de Viollet-le-Duc, quando queria assumir o papel do arquiteto da obra, ao desejar transformar o prédio em algo que nunca foi. Boito defendeu a conservação periódica, para que não seja necessário o restauro e, quando este fosse imprescindível, os acréscimos deveriam se destacar do original.

O debate teórico é extenso e não se encerra. Cabe destacar, resumidamente, os possíveis tipos de intervenção que resultaram desse debate e foram adaptados e ampliados ao contexto internacional e brasileiro:

> a) *Manutenção*: preventiva ou corretiva, devem ser pontuais e visam garantir que as estruturas desempenhem seus papéis;
>
> b) *Conservação*: conjunto de atividades de caráter permanentes que não imponham grandes mudanças aos bens. As atividades compreendem a consolidação e a estabilização, a reestruturação, a reintegração-reconstituição ou recomposição e a liberação;
>
> c) *Renovação ou adaptação*: objetiva dar novas condições de habitabilidade ao monumento, como por exemplo, a instalação de formas de acessibilidade nos prédios ou sítios tombados;
>
> d) *Reconstrução*: reconstruir novamente um monumento, seja no todo ou em parte;
>
> e) *Transportação*: transladar um monumento de seu local original para outro;
>
> f) *Reprodução, complementação e réplica*: complementação é a reprodução de parte do monumento e a réplica é a reprodução total;
>
> g) *Retrofit, reutilização*: a função do monumento é trocada através de um processo de modernização, que se busca atualizar e assim aumentar a vida útil do imóvel;

h) *Valorização*: colocar o monumento em evidência;

i) *Revitalização*: normalmente de um sítio, cujos prédios passam a ter outra função, geralmente relacionada ao turismo. A revitalização é aplicada em áreas abandonadas ou semidestruídas, mas com condições de serem revitalizadas para abrigarem residências ou comércios;

j) *Restauro*: é a arte de reconstruir, através de técnicas de preservação ou de atuação direta na obra, buscando o retorno do que foi a obra no passado.

A renovação ou adaptação são as formas de intervenções mais comumente empregadas no patrimônio construído. Para Schlee *et al.* (2010), as possibilidades de se construir no construído podem ser tipificadas em:

a) Arquitetura descontextualizada: ignora o entorno;

b) Arquitetura de contraste: cria um contraponto com o já construído;

c) Arquitetura historicista: busca a renovação de traços figurativos com a noção de reprodução e reinterpretação;

d) Arquitetura folclórica: reinvenção estilística que utiliza da ironia, da caricatura;

e) Arquitetura Contextual: é ambientalmente integrada no sentido de pertencer ao lugar.

Segundo o pensamento do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, que atuou frente ao SPHAN, uma boa arquitetura é aquela que vai sempre bem com qualquer arquitetura do período anterior. Ou seja, intervenções arquitetônicas devem levar em consideração o contexto urbano a qual se inserem. Ressalta-se que a legislação brasileira sobre o assunto é quase sempre favorável a utilização de intervenções do tipo arquitetura de contraste ou contextuais, em contrário ao que ensina Lúcio Costa.

O patrimônio mundial é salvaguardado através de documentos firmados internacionalmente, como cartas, recomendações, normas, declarações, convenções e outros mecanismos, e que buscam definir internacionalmente um patrimônio mundial que reflita valores universais. Destaca-se que, em 1972, foi definida a primeira Lista do Patrimônio Mundial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, no acrônimo em inglês) tem uma noção muito particular de desenvolvimento cultural, entendendo-o enquanto fator de mudança social, como fonte de criatividade, conferindo, assim, um novo papel à cultura.

Acessibilidade e patrimônio cultural tombado

Alguns prédios e sítios tombados apresentam dificuldades quanto à acessibilidade para pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e até mesmo aqueles sem problemas quanto à mobilidade. Estas dificuldades estão relacionadas principalmente à presença de passeios públicos estreitos, com obstáculos, como postes de energia elétrica ou suportes de placas de sinalização, lances de acesso a prédios de altura considerável e calçamento de ruas de pedras brutas, dentre

outras. Ressalta-se que, segundo o Art. 215 da Constituição Federal de 1988, o acesso à educação, à cultura e aos bens culturais é direito de todos os cidadãos.

Segundo Cambiaghi (2007), é possível "identificar, reunir e divulgar soluções que compatibilizem a acessibilidade com a preservação dos bens culturais". Para que isso ocorra é necessário um diagnóstico quanto à acessibilidade no bem tombado e, assim, estabelecer prioridades de intervenção, levando-se em conta a necessidade sua preservação. Estas intervenções não são obrigatoriamente de caráter irreversível, pois é possível a reversibilidade em algumas soluções para que não se afetem os elementos responsáveis pelo valor histórico do bem. Isto é, cada caso é um caso e o diagnóstico cuidadoso e a definição da intervenção são fases importantes do processo. Destaca-se que nunca as informações históricas destes bens podem ser desconsideradas.

Segundo a ABNT NBR 9050, item *10.2 Bens tombados*, as intervenções em bens tombados devem ter a aprovação dos órgãos competentes, compreendendo:

> 10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.
>
> 10.2.2 No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgação das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário. (ABNT, 2015, p. 122).

Via de regra, os ambientes e edificações do patrimônio cultural apresentam inúmeras barreiras quanto ao acesso e utilização. Assim, várias medidas são necessárias para eliminar ou diminuir tais barreiras. A reabilitação destes bens, em muitos casos, deve levar em conta alterações nos sistemas hidráulico e elétrico, até a inclusão de equipamentos e de sinalização. Destaca-se que não deve ocorrer, em nenhuma hipótese, alterações estruturais e, como já citado acima, cada caso é um caso, não existindo receitas, tipologias de soluções. Porém, acredita-se que em um dado sítio homogêneo, como o Centro Histórico de Cuiabá, seja possível definir soluções que possam ser aplicadas em todo o sítio.

A Instrução Normativa nº 01, de 2003, do IPHAN, apresenta considerações sobre a adaptação de bens culturais imóveis, baseadas nas Leis Federais nº 10.048/2000 e a nº 10.098/2000 e nas normas da ABNT. Essa I.N. considera a necessidade do desenvolvimento de estudos quanto a adaptações adequadas quanto à acessibilidade dos bens culturais imóveis (BRASIL, 2003). O IPHAN implantou, em outubro de 2009, o Programa Mobilidade e Acessibilidade em cidades históricas tombadas que têm como objetivo definir as bases conceituais e práticas para otimização da mobilidade em sítios tombados. Inicialmente, o programa foi desenvolvido nos municípios de Ouro Preto (MG), Laguna (SC), São Francisco do Sul (SC) e Paranaguá (PR). Ressalta-se que ainda não foram divulgados seus resultados e a metodologia utilizada.

Segundo Cambiaghi (2007), as principais barreiras e dificuldades encontradas nos espaços e edifícios tombados são:

> [a] A chegada, bem como estacionamento do veículo próximo ao local de visitação;
>
> [b] O acesso ao edifício, com mudanças de nível, degraus isolados ou escadas, pisos acidentados ou descontínuos, passagens estreitas, acessos especiais trancados (sem possibilidade de localização de chaves ou com necessidade de senhas), dentre outros;
>
> [c] Desníveis internos;
>
> [d] Falta de informação sobre distâncias e rotas acessíveis;
>
> [e] Inexistência de sanitários adaptados;
>
> [f] Falta de informação visual para deficientes auditivos e em relevo e braile para deficientes visuais. (CAMBIAGHI, 2007)

Para a autora, as adequações necessárias, indicadas para se eliminar estas barreiras em edifícios históricos, são:

> [a] Acesso e estacionamento: colocação de vagas reservadas o mais próximo possível da entrada; estacionamento e rota de acesso com piso contínuo e antiderrapante em qualquer condição climática.
>
> [b] Pisos: rotas e passagens com pisos que possibilitem o deslocamento de cadeiras de rodas e que não apresentem perigos para bengalas, muletas, entre outros.
>
> [c] Equipamentos eletromecânicos: nos espaços de valor histórico, a instalação de equipamentos eletromecânicos, tais como elevadores de uso restrito e plataformas de plano inclinado ou vertical.
>
> [d] Rampas e corrimãos: rampas podem ser usadas tanto por usuários em cadeira de rodas como por carrinhos de bebê, idosos e pessoas carregando pacotes. A inclinação máxima indicada é de 8,33%, mas, quanto menor for essa inclinação, mais adequada estará para o uso com autonomia e segurança. O piso deve ser de material antiderrapante e apresentar corrimão em dupla altura de ambos os lados. Conforme a característica da edificação, essas rampas podem ser instaladas de modo a se tornar despercebidas ou, pelo contrário, a evidenciar que, de fato, são um elemento novo.
>
> [e] Acessos: sempre que possível, prever a entrada acessível a cadeira de rodas, andadores, muletas, entre outros, junto com os demais visitantes. Caso isso se torne impraticável, a rota alternativa prevista deverá ser devidamente sinalizada.
>
> [f] Informação sobre sanitários acessíveis: a comunicação visual por meio de signos deve indicar claramente as rotas e os sanitários acessíveis, se estes forem diferentes dos usuais. Preferencialmente, deve haver folhetos explicativos se algum local da edificação impossibilitar uma adaptação e ou apresentar dificuldade de acesso.

[g] Placas informativas com dados sobre o local: placas informativas que esclareçam detalhes históricos não devem obstruir rotas acessíveis. A altura indicada às pessoas sentadas é de aproximadamente 1,50 m de altura do piso. O ideal é que as pessoas com visão subnormal consigam ler a uma distância de 1,50 m. Para tanto, é necessário que as cores entre letras e fundo sejam contrastantes.

[h] Indicação de facilidades para pessoas com deficiência: as vagas reservadas em estacionamentos, bem como sua direção, rotas alternativas, elevadores, rampas e banheiros acessíveis devem ser sinalizados por pictogramas, com o símbolo internacional de acesso.

[i] Sanitários: sempre que possível, devem ser previstos sanitários masculinos e femininos adaptados, preferencialmente junto aos demais sanitários; se isso for impraticável, deverá ser previsto um sanitário unissex, devidamente sinalizado e com campainha para emergência, que deve ser interligado a uma rota acessível.

[j] Loja e pontos de vendas: é necessário que a localização e o uso de lojas e pontos de venda sejam acessíveis para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Por isso, é preciso prever área de circulação para cadeiras de rodas. Os balcões devem ter altura de 0,80 m do piso, em uma extensão mínima de 0,80 m, os displays colocados de modo visível a qualquer pessoa, bem como os preços impressos em braile, para as pessoas com deficiência visual. (CAMBIAGHI, 2007).

Metodologia

Dados os conceitos e ações apresentados pela literatura consultada, além da legislação e normas técnicas vigentes, buscou-se elaborar um roteiro de estudo para o caso do Centro Histórico de Cuiabá. Para tanto, buscou-se a definição de uma área específica de estudo de caso.

A Rua Sete de Setembro foi definida como área de estudo por apresentar três prédios públicos de importância arquitetônica, como a sede do IPHAN, a Igreja Senhor dos Passos e o Museu da Imagem e Som de Cuiabá (MISC); por apresentar prédios de estilos representativos do Centro Histórico de Cuiabá, principalmente colonial e neoclássico; e por apresentar problemas de acessibilidade comuns a todo o Centro Histórico. Assim, o diagnóstico quanto à situação da acessibilidade na Rua Sete de Setembro foi realizado minuciosamente neste recorte específico do Centro Histórico de Cuiabá.

Resultados e Discussão

A Fundação de Cuiabá

Apresenta-se, inicialmente, uma breve contextualização histórica sobre a fundação de Cuiabá e a produção do espaço que hoje corresponde ao Centro Histórico tombado da cidade. Os bandeirantes paulistas, nas suas entradas pelo interior do Brasil, na busca de índios para serem escravizados e de metais e pedras preciosas, encontraram ouro, primeiramente, em Minas Gerais, no século XVII e, no século XVIII em terras hoje pertencentes ao território de Mato Grosso, mas que naquela época pertenciam à capitania de São Paulo. Onde hoje existe a cidade de Cuiabá, teve a

ocupação iniciada em 1719, dada a descoberta de ouro às margens do Rio Coxipó e, logo após, no Córrego Mutuca. No ano de 1921 ocorreu o grande achado aurífero nas minas de ouro do Córrego da Prainha (SIQUEIRA, 2002).

Às margens do citado Córrego foi instalado um arraial, local onde encontramos hoje a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, local do nascedouro de Cuiabá. No ano de 1727, com a instalação do pelourinho, Casa de Câmara e Cadeia e a residência do Ouvidor, o arraial foi transformado em vila, na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Destaca-se que em 1748, com a criação da capitania de Mato Grosso, Cuiabá perdeu em parte a sua importância, pois a capital escolhida da nova Capitania foi a nascente cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade. Porém, Cuiabá manteve sua importância estratégia, por permanecer como polo de contato com o sul da colônia (CONTE; FREIRE, 2005).

Em 1835, Cuiabá passou a ser a capital da província de Mato Grosso, agora não mais do Brasil Colônia, mas sim do Brasil Império. Ressalta-se que os órgãos administrativos já tinham retornado para Cuiabá e que, em 1818, Cuiabá passou de vila a cidade.

Cuiabá do século XIX ao século XX

No final do século XVIII ocorreu a decadência das minas de ouro de Cuiabá, dando início a um período de carência e de fechamento da sociedade cuiabana. Tais fatores econômicos foram responsáveis, em parte, pelo fortalecimento da cultura cuiabana e de sua arquitetura local. Ressalta-se que ocorreram vários momentos positivos na economia do Estado, que podem ser considerados como ciclos, como o da poaia, da erva-mate, da pecuária (forte até os dias atuais), da borracha e das usinas de açúcar. Ressalta-se ainda a importância de Cuiabá na Guerra do Paraguai como ponto estratégico e fonte de abastecimento de alimentos para os militares. Após a Guerra da Tríplice Aliança e da abertura da navegação pelo Rio Paraguai, os produtos citados puderam ser escoados, como também Mato Grosso pôde receber produtos e capitais de fora do Estado e até mesmo da Europa.

No final da primeira metade do século XIX, Cuiabá recebeu algumas melhorias urbanísticas, como a canalização do Córrego da Prainha (em 1836), iluminação pública de algumas ruas, inicialmente com lampiões com óleo de mamona, depois querosene e, por fim, gás. Como também, calçamento com pedra cristal das ruas principais da cidade. Porém, só no século XX, a partir da década de 1930, em decorrência da marcha para o oeste, empreendida no Estado Novo, grandes transformações ocorreram em Cuiabá, como a abertura da Avenida Getúlio Vargas, a construção do Cine Teatro Cuiabá, do Hotel Central (atualmente sede da Secretaria de Estado de Cultura), da Casa dos Governadores e da ponte sobre o Rio Cuiabá (ponte Júlio Müller).

Paralelo a essas melhorias urbanas, como calçamentos de ruas, iluminação pública e instalação de chafariz e fontes de água, Cuiabá sofreu grande impacto decorrente da forte pressão imobiliária no centro da cidade, tendo como principais resultados a demolição de inúmeros prédios coloniais, como o antigo Palácio Alencastro, a Delegacia Fiscal, o Palacete do Barão de Diamantino e grande número de casas da Rua Treze de Junho, culminando com a demolição da antiga Catedral, em 1968. Assim, a partir dos anos 50, quando Cuiabá apresentava a sua arquitetura tão bem conservada, começou a sofrer os impactos da especulação imobiliária.

Na linha do tempo proposta por Julio De Lamonica Freire (1997), essa fase de melhorias urbanas, mas também de perda do patrimônio material, poderiam ser enquadradas no ciclo da Sedimentação Administrativa e no ciclo da Modernização. Resumidamente, o *Ciclo da Mineração* corresponde à fase de crescimento de Cuiabá, que estava diretamente ligado à atividade mineradora (resultando no crescimento ao longo do Córrego da Prainha a partir do Porto) e o abastecimento da cidade dependia das monções; o *Ciclo da Sedimentação Administrativa* é a fase a partir da mudança da Capital da Província para Cuiabá, quando tem-se um maior investimento do poder público em relação aos espaços construídos; já o *Ciclo da Modernização* inicia-se com a demolição da antiga Catedral e a destruição do Jardim Alencastro, sendo Cuiabá capital da Unidade Federativa, construiu-se um discurso de processo de mudança e desenvolvimento urbano, estimulado pela construção de Brasília (FREIRE, 1997, *passim*).

Para Lacerda (2008, p.38), em decorrência do desrespeito para com as nossas tradições, na busca desenfreada da modernidade, "o Centro Histórico é apenas uma parte do espaço total da vila original, pois foi de tal forma descaracterizado que o tombamento pode ser sustentado em parâmetros referenciais, como: traçado e calhas originais de ruas, travessas e becos; homogeneidade predominante de escala; maior densidade de espécimes arquitetônicos expressivos; historicidade da área e de seus equipamentos".

A Arquitetura bandeirante em Cuiabá

Cuiabá, então fundada pelos bandeiristas paulistas, tem seus aspectos urbanísticos e arquitetônicos marcados, por um lado, pela cultura paulista e, por outro, pelas características locais, como técnicas e materiais. Segundo Siqueira (2002, p. 8), "[o]s paulistas viviam na fartura quanto à alimentação, porém suas casas eram muito rústicas, tanto no mobiliário quanto na ornamentação". Ainda segundo a autora, estes bandeirantes além de rudes homens do sertão, eram semianalfabetos.

Para Weimer (2005, p. 88 e 301), a "casa bandeirista, por ser, talvez, a forma mais híbrida da arquitetura brasileira do período colonial [...] talvez tenha sido a construção que sofreu as mais variadas influências, no período colonial". Para o autor, ela sofreu influência africana, quanto à construção de paredes de terra crua e nas aberturas; da casa saloia (influência da região de Extremadura, Espanha, na arquitetura portuguesa), na organização da planta baixa e a cobertura, que, na verdade, é resultado de uma influência anterior berbere; influência germana na construção dos jiraus dentro dos quartos; e, por fim, influência indígena quanto à disposição da cozinha externa à moradia e a inexistência de cômodo específico para as necessidades sanitárias.

Saia (1995, p. 15) reforça a influência indígena ao considerar a casa bandeirista como "legítima expressão artística mestiça: mameluca". O autor destaca que "sem a mestiçagem, que originou o mameluco, não teria havido nem o bandeirismo nem a mestiçagem arquitetônica representada por este tipo de habitação".

Os bandeirantes ao descobrirem as minas foram responsáveis por uma arquitetura de início autenticamente brasileira, porém, quando os reinóis promoveram a guerra com os bandeirantes pelo poder nas minas, estas deixam de seguir o curso de uma arquitetura brasileira, para retroceder para os parâmetros arquitetônicos lusitanos, o que pode ter ocorrido não só nas Minas Gerais, como também em Mato Grosso. Destaca-se que, para Weimer (2005), o IPHAN prioriza, e

ideologicamente considera que a arquitetura produzida nas Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam maior valor de brasilidade e, assim, marginalizam a arquitetura das regiões mineradoras de Goiás e Mato Grosso.

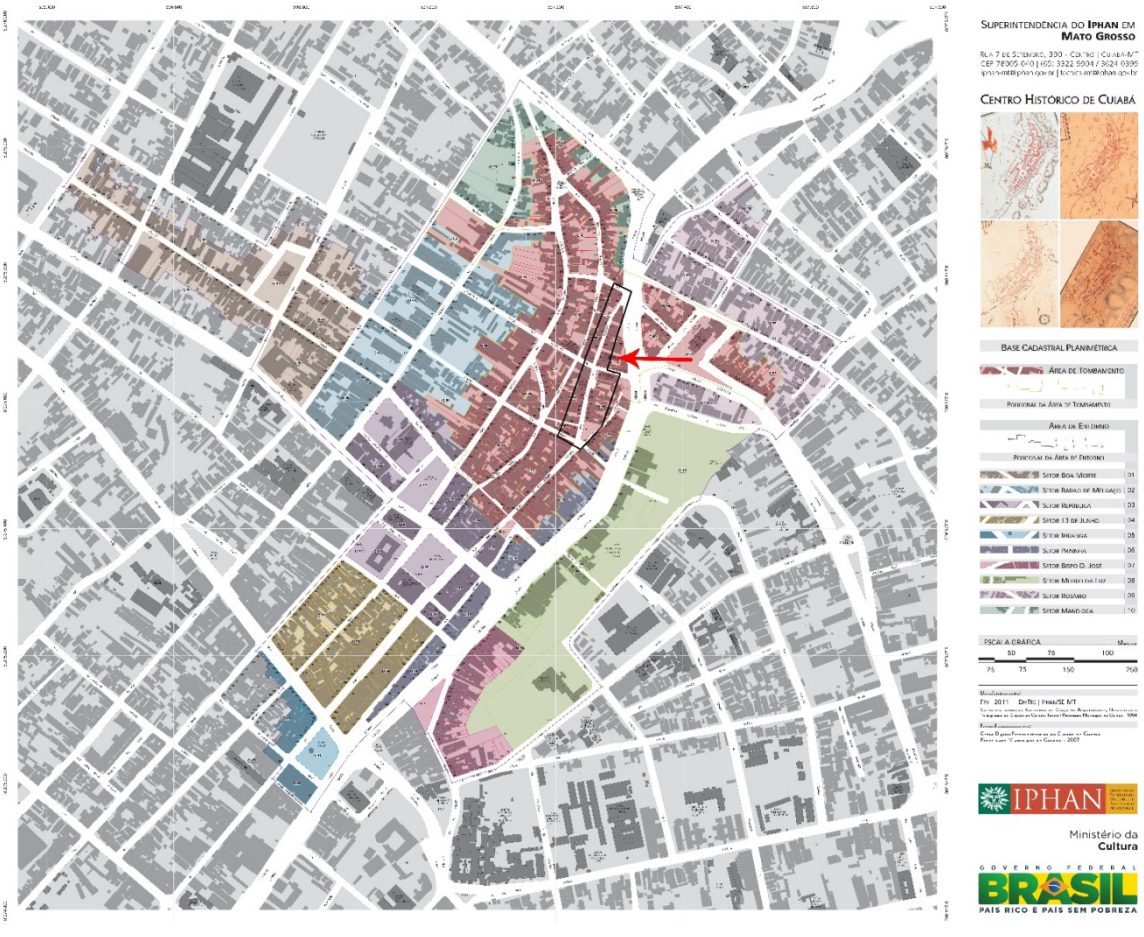
Para Saia (1995), a construção bandeirantista, principalmente produzida no interior do Brasil, sofreu com a falta de especialistas nas técnicas da taipa e falta da cal, tornando as construções de uma fraqueza peculiar e, assim, necessitando de proteção como o beiral largo e a armadura do telhado. Para o autor, o bandeirante deve ser considerado como "[...] senhor feudal, que, como chefe, escravista, político, colonizador, banqueiro, herói e colono, realizou a primeira expressão humana suficientemente diferenciada e organizada como classe dominante de uma comunidade nacional e também realizou, no Brasil, a primeira expressão de arquitetura residencial" (SAIA, 1995, p. 15).

A arquitetura produzida no Centro Histórico de Cuiabá, nos séculos XVIII e XIX, principalmente, é o resultado da evolução da técnica construtiva trazida pelos bandeirantes, dos materiais e técnicas indígenas aqui existentes, como também da arquitetura lusitana, por sua vez de forte influência berbere, trazida pelos reinóis que para cá se dirigiram para tomar conta do ouro descoberto pelos mamelucos bandeirantes paulistas.

Centro Histórico de Cuiabá: patrimônio do Brasil

No século XX, a partir da década de 80, segundo Conte e Freire (2005) iniciam-se em Cuiabá ações que representam uma consciência preservacionista, antes inexistente, que tem como resultado a luta e a conquista do tombamento e de sua homologação pelo Ministério da Cultura, no ano de 1992, do Centro Histórico de Cuiabá e seu entorno, listado como patrimônio do Brasil (Figura 01, com destaque para a Rua Sete de Setembro). Assim, várias ações que visam sua recuperação puderam ser empreendidas.

Figura 01 – Mapa do Centro Histórico de Cuiabá: área de tombamento e entorno



Fonte: Adaptado de BRASIL/IPHAN (2011).

O total de prédios tombados no Centro Histórico e seu entorno chega a 1.000 unidades, dispostos em uma área de 62,7 ha. Destaca-se o Decreto Lei nº 25, de 20 de novembro de 1937, que regulamenta os tombamentos, bem como a Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá, de 1994, que regulamenta e estabelece normas para o referido conjunto, com também, seus anexos que definem o perímetro do conjunto tombado, seu entorno e mapa da área (BRASIL, 1994).

Para Conte e Freire (2005), o arruamento da antiga vila está intacto, com pouquíssimas alterações, abrigando estas ruas diversos estilos arquitetônicos que marcam a evolução que passou o citado sítio. Segundo os autores, no Centro Histórico de Cuiabá encontram-se principalmente casas de tipologia colonial, implantadas pelos bandeirantes paulistas, mas também residências de estilo neoclássico, estilo este do período monárquico. Como exemplo deste estilo, os autores citam a fachada da sede do IPHAN, na Rua Sete de Setembro. Encontra-se ainda o estilo eclético, com base neoclássica, mas com excesso decorativo. Como exemplo é citado o casarão da Gráfica e Livraria Pêpe, também na Rua Sete de Setembro, que recentemente teve sua fachada desmoronada devido ao processo de arruinamento provocado pelo abandono e intempéries. O desabamento ocorreu no dia 29 de janeiro de 2019, devido à forte chuva que ocorreu na madrugada (OLIVEIRA, 2019). Conte e Freire (2005) citam ainda o estilo neocolonial, o *art-déco*, o modernismo e o neogótico como exemplos de estilos arquitetônicos encontrados no Centro Histórico de Cuiabá.

Segundo Rosa (1995), o sítio urbano de Cuiabá originou-se de uma bipolarização:

> [...] a leste, na margem esquerda do córrego da prainha, instalou-se um espaço de produção, com a mineração de jazidas auríferas aluvionais esparramadas pelas fraldas dos morros; a oeste, na margem direita do córrego, instalou-se um espaço de poder, constituído pela Igreja, depois matriz do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, pela cadeia, pela casas de residência do governador e capião-general de São Paulo, capitania que estavam subordinadas as minas do Cuiabá. (ROSA, 1995).

Assim, a vila acompanhou o traçado do Córrego da Prainha. Ressalta-se a importância da abertura da Avenida Tenente-Coronel Duarte, popularmente chamada de Avenida da Prainha, ao deslocar o trânsito e, assim, preservar as ruas principais do Centro Histórico, que são as ruas de Baixo (atual Rua Galdino Pimentel), do Meio (atual Rua Ricardo Franco) e de Cima (atual Rua Pedro Celestino). No conjunto tombado estão as ruas mais antigas de Cuiabá, com prédios que representam desde o estilo colonial ao modernismo.

No diagnóstico realizado na Rua Sete de Setembro, apresentado no próximo item, a rua escolhida como modelo deste estudo, identificou 32 prédios e um terreno vazio. Destes, encontraram-se fechadas, 4 residências, 10 comércios, 2 órgãos públicos, 1 igreja, 4 utilizados como serviços e um sobrado, tendo sido este identificado por Póvoas (1980).

Acessibilidade no Centro Histórico de Cuiabá

Dentre os resultados dos levantamentos de campo, os principais problemas identificados na Rua Sete de Setembro (trecho destacado na Figura 01), quanto à acessibilidade, são descritos abaixo:

a) Pavimentação com pedra bruta, apresentando irregularidades devido à má conservação (Figura 02);

b) Inexistência de rebaixamento de calçadas e, quando existem, fora dos padrões preconizados (Figura 03);

c) Presença de obstáculos nos passeios públicos, como postes de energia elétrica, tampas de bueiros irregulares. suportes de placas de propaganda ou de sinalização e troncos para impedirem o estacionamento de veículos nas calçadas (Figura 04);

d) Calçadas estreitas em alguns trechos com menos de 0,80 m;

e) Inexistência de sinalização tátil, seja direcional ou de alerta, nos passeios públicos para os deficientes visuais;

f) Inexistência de faixa de pedestre nos cruzamentos;

g) Inexistência de semáforo nos cruzamentos da Rua Sete de Setembro;

h) Dificuldades de acesso aos prédios públicos, privados e comércio em geral, por cadeirantes e portadores de mobilidade reduzida, devido mudanças de nível e degraus isolados;

i) Impossibilidade de acesso aos pavimentos superiores dos prédios públicos por inexistência de elevadores ou outro equipamento;

j) Inexistência de estacionamento específico para cadeirantes e idosos e sem sinalização adequada;

k) Problemas de desníveis internos nas construções (Figura 05);

l) Inexistência de informações em relevo ou em braile para deficientes auditivos nos prédios públicos;

m) Inexistência de sanitários adaptados nos prédios públicos.

Destaca-se que além dos problemas de acessibilidade foram identificados outros problemas arquitetônicos, problemas de salubridade entre outros, ligados ou não, direta ou indiretamente, à acessibilidade, como:

a) Estacionamento no terreno da Igreja Senhor dos Passos com vagas fora do padrão recomendado;

b) Excesso de fiação aérea acarretando poluição visual e mesmo riscos de curto circuito (Figura 06);

c) Prédios em péssimo estado de conservação;

d) Prédios abandonados (Figura 07);

e) Disposição de lixo no próprio passeio público, inexistindo acondicionamento adequado (Figura 08);

f) Ponto de uso e, provável, venda de drogas na Rua Sete de Setembro;

g) Grande fluxo de veículos, bem como elevada obstrução do leito carroçável e calçadas por meio de estacionamento de veículos (Figura 09);

Comparando os problemas identificados, quanto à acessibilidade, na Rua Sete de Setembro, com as barreiras comuns identificadas por Cambiaghi (2007), nos edifícios e espaços tombados, observa-se que o Centro Histórico de Cuiabá apresenta grande número de graves problemas referentes às barreiras arquitetônicas e urbanísticas para pessoas com deficiência e até mesmo sem deficiência, o que demanda intervenções urgentes. Abaixo, apresenta-se a documentação fotográfica dos principais problemas identificados quanto à acessibilidade e outros, conforme foram mencionados acima:

Figura 02 - Pavimentação em paralelepípedo com irregularidades



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Frank G. A. Fraporti.

Figura 03 – Exemplos de calçadas sem rebaixamento ou com rebaixamento irregular do meio-fio MISC, inexistência de rebaixamento na esquina entre a Rua Sete de Setembro e Voluntários da Pátria e a placa informativa do Museu não apresenta sinalização tátil, além de ser um obstáculo na calçada; (B) Inexistência de rebaixamento na calçada de acesso a Igreja Senhor dos Passos; (C) Rebaixamento irregular de calçada de acesso ao prédio do IPHAN



Fonte: Acervo pessoal. Fotos: Sérgio H. A. Motta.

Figura 04 – Exemplos de obstáculos nos passeios públicos

Calçada com menos de 0,80 m e poste de luz como obstáculo; (B) Irregularidade na calçada pela presença de bueiro e inexistência de rebaixamento de meio-fio; (C) e (D) Obstáculos na calçada utilizados para impedir o acesso de automóveis.



Fonte: Acervo pessoal. Fotos: Sérgio H. A. Motta; Frank G. A. Fraporti.

Figura 05 - Problemas de desníveis internos nas construções.

Desnível de acesso ao Prédio do IPHAN; (B) MISC, dois pavimentos sem elevador; (C) MISC, escada, fora do padrão, de acesso ao pavimento superior do MISC



Fonte: Acervo pessoal. Fotos: Sérgio H. A. Motta.

Figura 06 - Poluição visual por excesso de fiação aérea na esquina entre a Sete de setembro e a Voluntário da Pátria



Fonte: Acervo pessoal. Fotos: Sérgio H. A. Motta.

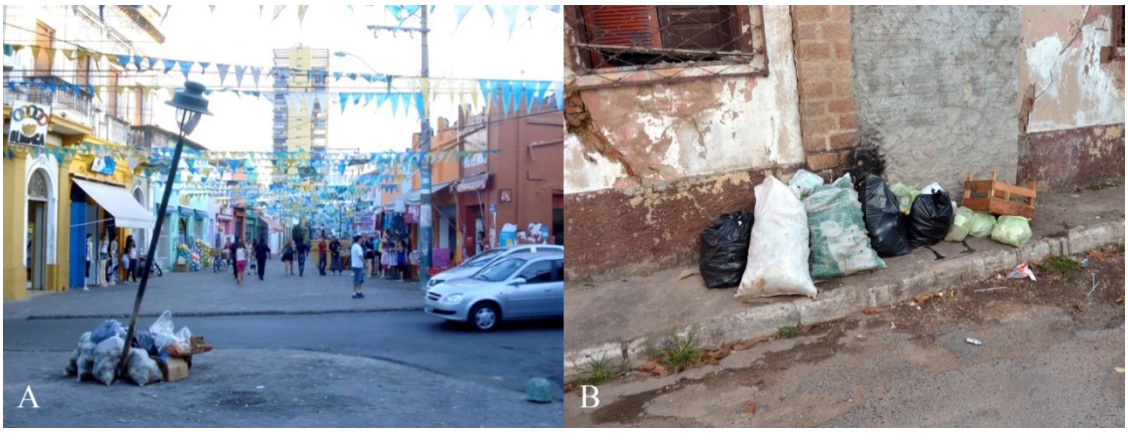
Figura 07 – Imóvel abandonado na Rua Sete de Setembro



Fonte: Acervo pessoal. Foto: Frank G. A. Fraporti.

Figura 08 – Disposição de lixo no próprio passeio público

Disposição irregular de lixo na esquina entre a Rua Sete de Setembro e a Rua Campo Grande. Presença de obstáculo (suporte de luminária) sem sinalização tátil, inexistência de faixa de pedestre e semáforo; (B) Disposição irregular de lixo na Rua Sete de Setembro, em frente a um casarão abandonado



Fonte: Acervo pessoal. Fotos: Sérgio H. A. Motta; Frank G. A. Fraporti.

Figura 09 – Grande fluxo de veículos e estacionamento na Sete de Setembro

Conflito entre o fluxo de veículos e pedestres na Rua Sete de Setembro; (B) Carros estacionados



Fonte: Acervo pessoal. Fotos: Frank G. A. Fraporti.

Considerações Finais

O diagnóstico em relação à acessibilidade, realizado no Centro Histórico de Cuiabá, tendo como modelo a Rua Sete de Setembro, demonstrou que o sítio apresenta inúmeras barreiras arquitetônicas e urbanísticas que impedem ou restringem o acesso de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e as pertencentes a grupos específicos, como obesos, idosos e crianças. Mas, o levantamento apontou também que mesmo as pessoas sem deficiência podem ter dificuldades de locomoção na área estudada, tamanha a gravidade das condições de acessibilidade. Isso se deve a algumas barreiras, como por exemplo, a existência de calçadas com menos de 0,80 m de largura e com um poste no meio, o que obriga os pedestres a descerem para o leito carroçável da rua, colocando-os em risco.

Em atendimento às barreiras identificadas, tornam-se necessárias propostas de intervenção, a nível de adaptações que, além de eliminarem estas barreiras, também devem buscar tornar o sítio mais aprazível, mais saudável e humanizado, privilegiando o pedestre, sendo ele ou não uma pessoa com deficiência ou portador de alguma limitação. Destaca-se que todas as intervenções a serem propostas devem levar em conta a legislação sobre o tema, sem ferir normativas do IPHAN e respaldadas em autores de renome sobre a questão da acessibilidade em áreas definidas como patrimônio cultural. Assim, acredita-se que tais intervenções possam ser aplicadas em todo o Centro Histórico de Cuiabá, principalmente porque as barreiras identificadas na Rua Sete de Setembro se repetem em outras partes por todo o Centro Histórico. Destaca-se ainda a opção pelas adaptações calçadas nas arquiteturas de contraste e contextuais. A primeira, quanto ao uso de materiais e *design* contemporâneos, como o alumínio da rampa removível e o uso de elevador hidráulico. Quanto à segunda, sugere-se o uso de mobiliário que harmonize com o entorno, com o uso do ferro e da madeira e formas de inspiração colonial, como as arandelas.

Para tanto, torna-se necessário vontade política de nossos governantes e o empenho dos órgãos públicos a nível municipal, estadual e federal, na busca da valorização do Centro Histórico de Cuiabá. Destaca-se a necessidade de ações que visem a educação e que estimulem a população em geral quanto ao valor e à importância da preservação *de fato* do citado Centro Histórico, seja em comemoração aos 300 anos da cidade de Cuiabá, mas também pensando na preservação do patrimônio cultural para as próximas gerações nos próximos 300 anos ou mais. Importante ressaltar que a sociedade civil, principalmente organizações não governamentais ligadas ao comércio, ao turismo, a grupos populacionais específicos, como idosos e pessoas com deficiência, devem ter papel ativo no acompanhamento e cobrança das ações dos órgãos públicos e até mesmo parcerias que visem a valorização deste patrimônio nacional.

Quanto a estas parcerias, destacamos torna-se relevante o papel das instituições de ensino superior, sejam públicas ou privadas, nesta luta que, na verdade, é a construção e consolidação da identidade do povo cuiabano e mato-grossense, através do engajamento, de estudos e pesquisas e da valorização do Centro Histórico de Cuiabá, mas que integrem o conteúdo dos cursos que apresentam interfaces com o patrimônio cultural, como os de arquitetura e urbanismo, das engenharias, de paisagismo, das artes, de geografia, história, e sociologia, dentre outros.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *ABNT NBR 9050*: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Divisão Técnica da Superintendência Estadual de Mato Grosso. *Centro Histórico de Cuiabá*. Cuiabá: [*S. n.*], 2011. 1 mapa, color. Escala gráfica.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Instrução Normativa nº 01, de 25 de novembro de 2003. [Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica]. *Diário Oficial da União*, 26 nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Instrução Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá, de 1994. [Regulamenta e estabelece normas para o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cuiabá]. [*S. l.: s. n.*], 1994.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. [Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)]. *Diário Oficial da União*, 7 jul. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. [Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências]. *Diário Oficial da União*, 20 dez. 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº10.048, de 8 de novembro de 2000. [Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências]. *Diário Oficial da União*, 9 nov. 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto-Lei nº 25, de 20 de novembro de 1937. [Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional]. *Diário Oficial da União*, 6 dez. 1937.

BRASIL. Presidência da República. [Constituição (1937)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)*. Brasília: Presidência da República, 1937.

CAMBIAGHI, S. *Desenho universal*: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. São Paulo: Ed. SENAC, 2007.

CONTE, C. Q.; FREIRE, M. V. *Centro Histórico de Cuiabá*: patrimônio do Brasil. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2005.

FREIRE, J. D. L. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

LACERDA, L. B. *Patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso*: bens edificados tombados pelo Estado e União. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2008.

NEUFERT, P. *Arte de projetar em arquitetura*. 17 ed. 3. Imp. Rio de Janeiro: GG, 2007.

OLIVEIRA, J. Antiga Gráfica Pêpe, casarão desmorona no Centro Histórico de Cuiabá. Circuito Mato Grosso. 29 de janeiro de 2019.

OLIVEIRA, R. D. *Teoria e prática da restauração*. [*S. l.*]: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Mimeografado.

PÓVOAS, L. C. *Sobrados e casas*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1980.

PREISER, W. F. E.; OSTROFF, E. (*Orgs.*). *Universal design handbook*. Nova York: McGraw Hill, 2001.

ROSA, C. Evolução urbana de Cuiabá: notas históricas. In: BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Departamento de Promoção. *Estudos de Tombamento.* [*S. l.: s. n.*], 1995.

SAIA, L. *Morada paulista.* 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. (Coleção Debates)

SCHLEE, A. *et al. Intervenção patrimonial.* Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNB, Curso de especialização REABILITA, 2010. Mimeografado.

SIQUEIRA, E. M. *História de Mato Grosso*: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira.* São Paulo: Martins Fontes, 2005.

A LOUCURA COMO CASO DE POLÍCIA EM CUIABÁ NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

Rachel Tegon de Pinho
Doutoranda em História pela UFMT
Professora Assistente em História/UNEMAT
racheltegon@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre o modo como a loucura e os loucos foram tratados em Cuiabá, capital de Mato Grosso, no período compreendido entre o final do século XIX a 1941. Este foi o período em que o louco e a loucura se constituíram em problema para a modernização da capital e passaram a ser tratados exclusivamente como caso de polícia. O marco cronológico, portanto, considera o momento imediatamente posterior à proclamação da República, como embrionário da institucionalização da assistência destes, quando teve início a prática do aprisionamento de indivíduos de ambos os sexos identificados como insanos, na cadeia pública da capital e na Santa Casa de Misericórdia. Neste sentido pretende-se demonstrar que esta institucionalização, assim como a mudança de práticas sociais, têm estreita relação com a circulação de pessoas, ideias, informações e saberes e podem ser compreendidas no interior do projeto de construção da nação, em curso no país, que elegeu a capital mato-grossense, assim como as demais capitais do país, em cenário privilegiado para exteriorizar, sob a égide do progresso, histórias de exclusão e violência e que tiveram no louco um dos seus principais alvos.

Palavras-Chave: Circulação. Institucionalização. Loucos. Disciplina e higienismo.

ABSTRACT

This article aims to discuss how madness and fools were treated in Cuiabá, capital of Mato Grosso, in the period between the end of the nineteenth century to 1941. This was the period in which madman and madness constituted in problem for the modernization of the capital and began to be treated, exclusively like case of police. The chronological framework, therefore, considers the moment immediately after the proclamation of the republic, as embryonic of the institutionalization of the assistance of these, when began the practice of imprisoning individuals of both sexes identified as insane, in the public jail of the capital and Santa Casa of Mercy. In this sense, it is intended to demonstrate that this institutionalization, as well as the change of social practices, has a close relationship with the circulation of people, ideas, information and knowledge and can be understood within the nation's ongoing construction project, who chose the capital of Mato Grosso, as well as the other capitals of the country, in a privileged setting to externalize, under the aegis of progress, stories of exclusion and violence and which had in the madman one of its main targets.

Keywords: Circulation. Institutionalization. Crazy. Discipline and hygiene



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

Dentre as diversas portas ou chaves para se conhecer uma cidade, as relações que constituem a mesma, assim como os afetos, as práticas nela inseridas e/ou abolidas, bem como seus costumes, pesquisadores de diversas áreas têm se dedicado ao estudo das doenças e dos doentes, considerando que a forma como a doença e o doente são tratados dizem muito sobre uma sociedade e, portanto, a "doença revela a história" (SILVEIRA; NASCIMENTO, 2004).

É nesta perspectiva que situamos nossas pesquisas, cujo tema se volta para a interface entre cidade e loucura e que tiveram seus primeiros movimentos ainda na graduação e prosseguem na atualidade com o mesmo interesse, porém com a reformulação de questões, reformulação esta afetada pela leitura de diversos trabalhos, como também pelas fontes encontradas.

Neste texto tencionamos realizar uma espécie de sobrevoo para apresentar, de forma sucinta, as mudanças que ocorreram na capital cuiabana após a proclamação da República, a partir do exame sobre a forma como os loucos foram tratados pelas autoridades locais e intelectuais e apresentar quais as estratégias adotadas para proceder a institucionalização da loucura, quando esta passa a ser vista como doença, e também a institucionalização da assistência a estes doentes, por meio da escolha de locais destinados a garantir a separação entre eles e a população sã.

As novidades da República em Cuiabá

Às vésperas das celebrações religiosas no final de 1894 em Cuiabá, capital de Mato Grosso, muitas poderiam ser as preocupações de um Chefe de Polícia, sobretudo para um órgão com recursos financeiros e humanos irrisórios e com tantas demandas. Desde aquelas relativas a crimes e delitos de todas as espécies, até as mais prosaicas, decorrentes do aumento populacional sazonal por conta do período das águas, da proximidade do Natal e, sobretudo, nos preparativos dos festejos em homenagem ao padroeiro da capital, no início do ano. O fato é que sobravam problemas para serem resolvidos pela Chefatura de Polícia, fossem eles velhos ou novos, considerando que sua organização ainda encontrava-se engatinhando[1].

Dentre os novos problemas, as soluções encontradas muitas vezes eram provisórias, fruto do costume ou em consonância com os recursos disponíveis. Mas, no dia 21 de dezembro do ano de 1894, o Chefe de Polícia interino Pedro Antunes de Souza Ponce resolveu recorrer ao Presidente da Província de Mato Grosso, o Dr. Manoel José Murtinho[2], para externar uma preocupação e sugerir uma saída. Afinal, o que fazer com os alienados não pobres de Cuiabá? Que tal construir um Pavilhão anexo a Santa Casa para tratar estes infelizes?

O fato de ser procurado para dar conta da situação de um alienado não configurava mais em novidade para o Chefe Ponce, posto que desde a regulamentação do órgão, no início da proclamação da República, dentre as várias atribuições da Chefatura estava a responsabilidade pela tranquilidade pública[3]. Portanto, neste e em demais casos, a polícia era acionada para retirar da cena das ruas quaisquer indivíduos cuja presença começasse a ser vista como incômoda, tanto quanto perigosa, como era o caso dos loucos (FOUCAULT, 2001) e dos vagabundos.

Esta medida não se restringia à capital mato-grossense. Três anos antes, o Presidente Manoel José Murtinho também havia sido consultado sobre as providências a serem tomadas

em Poconé, município próximo de Cuiabá, no sentido de viabilizar a escolta na transferência, para a capital, de Plácido Vieyra da Costa, indivíduo que encontrado vagando pelas ruas daquela cidade, "[...] cujo procedimento tem perturbado a ordem e sossego público, e, sendo evidente [...] que esse indivíduo está sofrendo de alienação mental, pois só assim se poderá explicar a série de desatinos, que tem cometido"[4]. Nesse caso, a sugestão apresentada pelo Chefe de Polícia João Mariano era que Plácido fosse conduzido para a Santa Casa de Misericórdia, para ser tratado da referida enfermidade, sugestão e solicitação atendida um mês depois, conforme despacho assinado no mesmo documento.

Essa também não fora a primeira vez que os sinais de alienação de algum morador de Mato Grosso foram informados por um funcionário público e nesta ocasião a polícia havia sido procurada pelo funcionário Antonio Modesto para resolver a situação de seu vizinho, José da Cruz Ferreira, taverneiro e morador do Primeiro Distrito da capital, que vivia só com seus filhos e ultimamente apresentava sinais de sofrimento das "faculdades mentais". A novidade, portanto, advém da condição social do alienado. Se Ferreira fosse pobre poderia ser recolhido à Cadeia Pública da capital, como "costume" adotado naqueles últimos anos, apesar das goteiras e da precariedade das instalações daquela repartição[5]. Para a Santa Casa, Modesto já havia buscado auxílio sem sucesso e em outros tempos a instituição de caridade seria considerada o lugar perfeito, mas naquele momento o próprio Chefe Ponce não recomendava em casos dessa natureza. Afinal de contas, pouco tempo antes desta data, o mesmo constatou os maus tratos praticados contra os insanos num estabelecimento que não aparentava nutrir nenhuma misericórdia a estes doentes, a despeito de carregar esta palavra em seu nome e declarar em seus fins.

Fosse ele rico, poderia ser encaminhado para o Hospício Nacional, localizado na Capital Federal, como paciente pensionista, às suas próprias custas ou de seus familiares, ou até mesmo do Estado, se houvesse convênio celebrado entre este e o hospício da Praia Vermelha, conforme as regulamentações contidas nas Instruções para internação no Hospício Nacional[6], mais precisamente na Seção II que tratava da "Admissão e saída dos enfermos e das respectivas categorias e classes". Este documento, publicado na Imprensa Nacional em 1890 e remetido a todos os estados da federação explicitava os diferentes tipos de tratamento dispensados aos pacientes conforme as respectivas classes sociais e reforçava em seu Artigo 30 que a admissão dos indigentes só ocorreria mediante ordem do Ministro do Interior ou de "[...] requisição do chefe de polícia da capital federal e dos governadores e chefe de polícia dos Estados que concorrerem para a manutenção dos enfermos[7]". Assim, é possível inferir que o Chefe Ponce compreendia que em Mato Grosso tais distinções também teriam que ser consideradas, o que justificava também a recusa em recolher José da Cruz na cadeia e sugerir ao governador a construção de um espaço exclusivo para esse fim.

A divisão por classe, constante nas Instruções para internamento no Asilo Nacional, era ideia antiga no Rio de Janeiro, apresentada ainda em 1835 pelo médico e higienista francês e naturalizado brasileiro, José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856)[8], num artigo em que o mesmo denunciava os riscos que a população da Corte estava exposta com a livre circulação de doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, defendendo a necessidade do "[...] aluguel de uma casa grande fora da cidade, em sítio arejado, com sombra e água corrente" (SIGAUD, 2005, pg. 561), para tratamento dos doidos pobres e pensionistas, cujo custeio poderia ser mantido exatamente pelos pagantes, já que não havia necessidade de luxo, nem requinte e cujo crescimento poderia ser

gradual. Esta sugestão foi encampada pela Sociedade Médica do Rio de Janeiro, da qual Sigaud foi um dos fundadores e presidente duas décadas depois. A proposta, com algumas alterações, resultou na construção de um grande edifício em estilo neoclássico na Praia Vermelha, inaugurado na coroação de Pedro II, o Hospício Pedro II, que com a República passou a ser denominado Hospício Nacional.

O ofício do Chefe Ponce, mais do que um gesto burocrático, é revelador. Afinal, o mesmo registra as mudanças ocorridas em Cuiabá nos primeiros anos da República, com a adoção de práticas de encarceramento de loucos na cadeia pública da capital, denunciando as precárias condições da cadeia e a clientela a quem a mesma se destinava, mas também os abusos e a violência praticados contra os alienados na Santa Casa de Misericórdia e, sobretudo, constitui-se num marco, por ser a primeira autoridade em Mato Grosso a reivindicar a criação de um estabelecimento destinado ao recolhimento dos "infelizes" acometidos por este tipo de enfermidade, conforme pesquisa empírica realizada.

Deste modo, tanto a introdução de novas práticas quanto a reivindicação pela criação ou construção de local exclusivo ao tratamento dos insanos, reivindicada pelo Chefe de Polícia, evidencia a circulação em terras mato-grossenses de ideias e saberes e nesse caso, do saber médico psiquiátrico, com a adoção do aprisionamento enquanto medida terapêutica, muito antes da chegada de médico psiquiatra, o que só ocorreu no início da década de 1940.

É ainda Sigaud que afirma que a existência de um hospício no Rio de Janeiro punha fim aos abusos e escárnios praticados pela população em relação aos doidos, como também deixaria para trás os espetáculos de horrores e perigos encarnados na figura dos loucos, mas "[...] as províncias ainda permanecerão muito tempo sem desfrutar deste benefício, sem dispor de asilos destinados aos infelizes alienados" (SIGAUD, 2009, p. 253).

Mas, de que modo novos saberes passaram a compor as relações sociais em Mato Grosso, em fins dos oitocentos?

A este respeito, o historiador da ciência Kapil Raj salienta que "[...] mais do que por caminhos lineares de difusão ou transferência, é por processos de circulação dos homens e das práticas, das informações e dos saberes, dos instrumentos e objetos, que as ciências e as técnicas se desenvolvem" (RAJ, 2007, p. 177).

A circulação de ideias, saberes e práticas em Cuiabá

Ao debruçar nosso olhar sobre a historiografia de Mato Grosso, especialmente aquela produzida a partir dos anos 1980 (MACIEL, 1993; BORGES et. al., 2011), dentre as inúmeras questões sobre as quais as mesmas tratam, apresentam o trânsito de pessoas, mercadorias, ideias e saberes, desde o período colonial, por conta dos achados de metais preciosos nesta espacialidade que propiciou o povoamento da região e o estabelecimento de novos tratados diplomáticos, com a presença de viajantes oriundos de diversos lugares da Europa. Esse fluxo também emerge nas fontes documentais analisadas nas pesquisas que avançaram sobre os oitocentos e primeiras décadas do século XX e desconstruindo, deste modo, o mito do isolamento da região em relação a outras espacialidades da colônia e posteriormente do Império, mito este construído pelos inúmeros relatos de viajantes e aventureiros que "[...] chegam até nós como o registro da distância, do isolamento e

do atraso que caracterizaram a capital mato-grossense", conforme observou Laura Antunes Maciel (1993, p. 85).

A partir do ano 2000, novos olhares sobre Mato Grosso (ARRUDA, 2002; BRANDÃO, 2007; GARCIA, 2009; GOMES, 2005; PINHO, 2007, entre outros) demarcam o fim dos oitocentos, pós-Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), como maior vigor do fluxo de pessoas e ideias, propiciada pelo reestabelecimento da rota comercial pelo estuário do Prata e que colocou Cuiabá, e demais cidades portuárias[9], em contato direto com outras repúblicas platinas, como Paraguai, Uruguai, Argentina (Buenos Aires), como também com o Rio de Janeiro e demais localidades brasileiras, além do continente europeu. As informações e demais novidades nas mais diversas áreas, inclusive naquelas relativas ao campo da ciência, por sua vez circularam por meio do fluxo de pessoas, e principalmente pelos periódicos e a correspondência permanente de documentos oficiais entre as autoridades mato-grossenses e entre estas e aquelas do centros de decisão de poder, no âmbito federal, afinal, havia um grande projeto em curso no país: a construção da nação brasileira.

Desse modo, é importante salientar que progresso, higiene e ciência médica eram elementos constitutivos destes projetos e que não se restringiriam ao litoral do país, tampouco à capital da República, ou as cidades mais populosas, pois sua realização dependia da inclusão do interior.

Conforme Gisele Sanglard (2005, p. 121) a integração da população interiorana à nação

> [...] significava eliminar o que o desqualificava: as doenças. Se, em um momento anterior, foram as epidemias incidentes em alguns poucos centros urbanos o foco das ações dos sanitaristas, agora as atenções se voltavam para o combate às endemias rurais, a ancilostomíase, a esquistossomose, a malária e a doença de Chagas.

Neste aspecto, Cuiabá, em fins dos oitocentos e início do século XX, era uma capital cuja ocorrência de epidemias era constante e assim como outros problemas "[...] permaneceram como pano de fundo inalterável, apontando para o atraso e a decadência de Cuiabá" (MACIEL,1993, p. 87). Para piorar estas condições, a insalubridade do clima tornava a sobrevivência na cidade um desafio permanente, apesar de as autoridades repetirem com frequência em seus relatórios a baixa incidência de doenças, facultada pela sua "salubridade". Estes relatórios, quando confrontados com os mapas de natalidade e mortalidade, revelam a incidência de inúmeras doenças que se traduziam num caldeirão de problemas, conforme Rachel Tegon de Pinho (2007), considerando as endemias, os surtos epidêmicos e as diversas doenças que ceifavam precocemente a vida de cuiabanos e, deste modo, concorria para resolver outro problema da região: a baixa densidade demográfica, já que a má fama do clima afugentava imigrantes, cuja presença em terras mato-grossenses era outro fator decisivo para o desenvolvimento da região (MACIEL, 1993).

Assim, a inserção de Mato Grosso neste projeto mais ampliado era almejada por governantes, intelectuais e demais membros da elite, tendo sido reverberado pelos jornais locais que divulgavam seu conteúdo, tanto quando conclamavam à adoção de novas práticas e interdição e/ou proibição de tudo aquilo que fosse considerado atrasado, bárbaro ou peculiar ao bugre[10].

Contudo, a adoção de medidas que de fato dessem conta dos inúmeros problemas sanitários e de higiene, responsáveis pela proliferação de doenças implicava em recursos financeiros, o que se

traduzia em total dependência de Mato Grosso em relação ao governo federal, a exemplo da maioria dos estados da federação, a exceção de São Paulo, configurando uma relação de interdependência social, política entre os estados e a União, cujas ações só se efetivariam a partir das décadas de 1910 e 1920 (HOCHMAN, 2012, p. 60; MACIEL, 2012).

Neste sentido, vale ressaltar que em 1892 foi criada a Inspetoria de Higiene em Mato Grosso, cujas atribuições e finalidades contemplavam uma ampla gama de procedimentos, que compreendiam desde a saúde pública, vacinação, inspeção sanitária de instituições públicas e prédios de particulares, fiscalização dos gêneros alimentícios, bem como do exercício profissional de médicos, farmacêuticos e dentistas, e também a adoção de medidas para prevenir, combater e promover a cura de doenças transmissíveis, endêmicas e epidêmicas. Contudo, se o leque variado de assuntos "[...] explicitam de certa maneira as prioridades para a saúde pública [...] ao mesmo tempo demonstram que elas eram muito abrangentes para a estrutura do serviço criado" (MACIEL, 2012, p. 3), mas também permitem esclarecer que a loucura não estava inserida no rol das questões relativas à saúde pública e, portanto, todas e quaisquer medida relacionada ao louco deveria ser tratada como questão de polícia, conforme o que estava preconizado no Regimento da Chefatura de Polícia desde 1880.

A loucura como problema urbano em Cuiabá

Podemos datar a constituição da loucura como um problema urbano em Cuiabá somente a partir de 1890, por meio da utilização de medidas que possibilitaram sua identificação, separação, retirada da cena das ruas e, em último caso, o aprisionamento deles.

Estas práticas emergem nos documentos oficiais produzidos por diversos órgãos de Mato Grosso, dentre os quais destaca-se como documento fundador o recenseamento urbano de Cuiabá realizado em 1890[11]. Espécie de radiografia da cidade, o censo traz a identificação de todos os moradores do primeiro e segundo distritos da Capital, com os respectivos nomes, idades, estado civil, religião, cor, profissão, endereços e defeitos físicos. É nesse quesito que nos deparamos com uma espécie de cartografia[12] da loucura, inscrita na capital mato-grossense sob a designação de alienados, dementes e idiotas ao lado dos cegos, surdos e portadores de bócio (papeira).

O exame detalhado da população cuiabana e a classificação dos defeituosos, contido no censo revela o primeiro sinal das mudanças que estavam ocorrendo em Cuiabá a partir do primeiro ano da República. Também configura em espécie de divisor de águas entre tempos distintos e o prenúncio de um novo tempo na cena cuiabana, com a adoção de estratégias e ferramentas conceituadas por Michel Foucault (1987) como intrínsecas a uma das diversas operações da sociedade disciplinar.

Esse deslocamento se evidencia ao confrontarmos com os registros produzidos por intelectuais e cronistas e administradores a respeito de pessoas identificadas como insanas no período anterior à proclamação da República, ainda no Império, no que diz respeito a forma como os mesmos eram vistos, a qual passou a ser considerada como pertencente ao passado.

Em 1942, o intelectual Estevão de Mendonça[13] publicou, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, um artigo com o sugestivo título *Tipos de Rua*[14], onde trazia a descrição detalhada das principais características de diversos personagens que viveram em Cuiabá ainda no

Império, seus apelidos e histórias pitorescas, quando estes eram ainda eram parte integrante da paisagem citadina e cujas singularidades eram vistas como exóticas e engraçadas.

Mesmo nos casos em que a loucura explodia como furiosa e, portanto, em perigo social iminente, como foi designado o anormal por Foucault (2002), nenhum alienado ou portador de sofrimento mental foi recolhido à cadeia pública, ou na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

Portanto, o cuidado com o detalhe, a preocupação em identificar os habitantes da porção urbana da capital mato-grossense e também o aprisionamento deles, denota as mudanças na arte de governar após a proclamação da República e a inserção de um novo tipo de saber, o saber médico psiquiátrico, mesmo que levasse mais de meio século para que Cuiabá recebesse o primeiro especialista da área. Entretanto, a inserção de um saber, não significa que a medicina psiquiátrica não encontrasse resistências em fins do século XIX e início do XX, como podemos constatar nessa passagem de *Triste Fim de Policarpo Quaresma:*

> Eu tenho experimentado tudo, Quaresma, mas não sei...não há meio! Já a levou a um médico especialista? Já. Tenho corrido médicos, espíritas, até feiticeiros, Quaresma! [...] E remédios! Cada médico receita uma coisa; os espíritas são os melhores, dão homeopatia; os feiticeiros, tisanas, rezas e defumações... [...] Por que não a recolhe a uma casa de saúde general? Meu médico já aconselhou isso... A mulher não quer e agora mesmo, no estado em que a menina está, não vale a pena... Falava da filha Ismênia, que naqueles últimos meses, piorava sensivelmente, não tanto da moléstia mental, mais da saúde comum... Albernaz dizia a verdade; para curá-la tanto de sua loucura como da atual moléstia intercorrente, lançara mão de todos os recursos, de todos os conselhos apontados por quem quer que fosse. Era de fazer refletir ver aquele homem, general, marcado com um curso governamental, procurar médiuns e feiticeiros, para sarar a filha[15].

O diálogo travado entre Policarpo Quaresma e o General Albernaz, na obra de Lima Barreto (2007), possibilita que vislumbremos algumas das resistências com as quais a psiquiatria brasileira se deparou em fins dos oitocentos, bem como algumas das práticas usuais no tratamento destinado aos insanos, veiculados nos mais diversos meios e que atribuía o mesmo grau de importância e/ou eficácia ao médico especialista, ao curandeiro ou à religião espírita.[16]

Foi exatamente no interior deste percurso que a loucura e os loucos passaram a ser considerados doença e doentes respectivamente e, portanto, não poderiam continuar circulando livremente pelos espaços públicos, ainda que a capital e nenhuma outra cidade do estado não contasse, naquele período, com nenhum aparato assistencial voltado para os alienados.

Aliás, a assistência pública de Cuiabá e de todo estado até a primeira década do século XX se restringia a apenas duas instituições filantrópicas, ambas localizadas na Capital e criadas no início do século XIX, graças ao legado testamental de Manoel Fernandes Guimarães, falecido em 1755. Foi graças a estes recursos que, a partir de 1817, Mato Grosso passou a contar com a Santa Casa de Misericórdia, voltada para os pobres em geral, e com o lazareto São João dos Lázaros[17], destinado ao isolamento de doentes portadores do mal de Hansen e que dependiam da caridade dos moradores e da subvenção financeira do poder público para o seu custeio. Sequer Corumbá, que configurava no maior porto comercial da região e que concentrava o maior volume de riquezas e era, segundo muitos cronistas, a cidade onde o progresso e a civilização chegaria primeiro, contava naquele momento com alguma instituição de assistência, apesar das notícias de instalação de um

hospital em Ladário, no ano de 1878, mas que funcionou apenas um ano "conforme informações de João Severiano da Fonseca em registro de sua *Viagem ao redor do Brasil*" (SOUZA, 2008, p. 103).

A pobreza, como alvo privilegiado de interdição e aprisionamento, não era exclusividade cuiabana, considerando que pobreza e perigo desde a época do Império passaram a ser associados, como observou Sidney Chaloub (2017) em relação a cidade do Rio de Janeiro, ao considerar que o perigo encarnado nos pobres não se restringia a possibilidade de ocorrência de crimes, delitos e infrações, mas também a propagação de doenças por meio do contágio.

Aos tidos como loucos, a associação da loucura enquanto perigo social iminente, para si e para outros, por meio da expulsão destes da cena das ruas e seu recolhimento na Cadeia Pública da Capital e eventualmente na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, evidenciam as mudanças que estavam ocorrendo nas práticas adotadas em Mato Grosso[18] no campo da assistência.

Mas, em Mato Grosso, somente a partir do período republicano encontraremos a reivindicação pela construção de um espaço para recolhimento de alienados, e até 1904 este pedido foi manifestado de forma isolada apenas por alguns Chefes de Polícia e Provedores da Santa Casa de Misericórdia. Esta informação é importante na medida em que a mesma indica que a institucionalização da assistência aos alienados não constava da agenda dos governantes e tampouco se configurava como problema.

Em 1905, em ofício encaminhado pelo Inspetor de Higiene Pública Dr. José Marques da Silva Bastos, ao Presidente de Mato Grosso, Cel. Antonio Paes de Barros[19], o mesmo informa a situação dos alienados da capital, em resposta às informações solicitadas pelo Ministério do Interior, e esclarece que:

> [...] neste Estado, nunca houve asilo de alienados, sendo, porém recolhidos ao hospital de Caridade desta Capital, em épocas (transactas), alguns casos raros de alienação mental, sem tendência para aumento: casos de histeria e epilepsia também custam a aparecer, notando-se um ou outro caso de praças dos Batalhões tanto do exército como da Polícia [20].

A solicitação de informações sobre a situação dos alienados de Mato Grosso em 1905, proveniente de um importante órgão do Governo Federal, considerando que era ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior, criado por meio da Lei 23, de 30 de outubro de 1891,[21] que o governo de Mato Grosso se reportava a respeito das questões relacionadas à área da saúde, indicativo de um sinal de alerta aos governantes sobre a ocorrência de mudanças no âmbito federal no trato desta questão que possivelmente tem relação direta com a aprovação da primeira lei de assistência aos alienados no Brasil, que proibia o seu aprisionamento nas prisões e defendia a humanização dos tratamentos, lei resultante de movimento capitaneado por Juliano Moreira, sob inspiração da lei francesa de 1838.[22]

Além disso, a consulta também indicava ao estado de Mato Grosso a necessidade de se atentar para a situação dos alienados, compreendida, até então, como caso de polícia ou da caridade. A partir daí ocorreu um aumento de discursos proferidos por médicos, governantes e pela polícia sobre a necessidade de construção de um hospício, pavilhão ou asilo de alienados em Cuiabá.[23] "Em Mato Grosso nunca houve asilo de alienados, sendo recolhidos ao Hospital de Misericórdia da capital alguns dos poucos vesanos que em Cuiabá aparecem" (MOREIRA, 2011).

A este respeito, vale ressaltar que, na década de 1950, Lopes Rodrigues publicou uma sequência histórica, copilada posteriormente por outros pesquisadores (RESENDE, 1994; GUEDES, 2010; OLIVEIRA, 2003) e que trata do surgimento de locais para internamento de doentes mentais em vários pontos do território nacional e onde consta a existência de uma Enfermaria de Alienados anexa à Santa Casa de Cuiabá, no ano de 1905. Entretanto, ao longo da pesquisa realizada, nenhum documento foi encontrado que possibilitasse reiterar esta assertiva e, ao contrário disso, o Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá de 1908 indicou que "[...] não há e nunca houve asilo de alienados no estabelecimento".[24]

A assistência aos alienados de Cuiabá

Em 1911, em mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, o Presidente do Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa conclamou aos deputados a necessidade urgente de construção de hospício anexo à Santa Casa, sob alegação do aumento expressivo de alienados na capital, e ao fato da instituição filantrópica não possuir as acomodações e tratamento adequados para a cura dos mesmos.[25]

O pedido de Celestino constitui-se em outro importante marco, na medida em que, pela primeira vez, um Presidente de Província atentou para a necessidade de dotar Mato Grosso de local e tratamento adequado aos alienados, com vistas à cura e, portanto, reconhecendo no louco um doente que necessita de cuidados, por outro lado também indica o descompasso de Mato Grosso em relação ao campo da medicina psiquiátrica, considerando que, a partir do início do século XX até 1930, os loucos eram denominados psicopatas, conforme o Plano Hospitalar Psiquiátrico.

No âmbito da concretização das propostas para a construção do Pavilhão de Alienados anexo à Santa Casa, isso começou ocorrer somente a partir de 1914, por meio da Resolução Legislativa nº 676, que autorizou a realização da obra. Porém, em 1915 o governo de Mato Grosso solicitou parecer ao Tesouro do Estado sobre a abertura de crédito para o cumprimento da referida resolução, informando que as obras estavam quase concluídas.

Ao assumir o governo de Mato Grosso em 1911, Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915) descreveu, em Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, as condições em que se encontravam a Santa Casa de Misericórdia e o São João dos Lázaros, únicos hospitais de caridade existentes em todo estado, como se segue:

> Em visita que fiz no mês de outubro do ano passado a esses dois estabelecimentos de caridade, únicos que possuímos tive o desprazer de ver em parte confirmadas as queixas, e as acusações repetidas vezes levantadas contra o descuido e a falta de zelo e de humano carinho com que vinham sido dirigidas essas pias instituições, subvencionadas pelo estado e que, em outras partes, constituem objeto de especial cuidado e solicitude dos Poderes Públicos e das associações beneficentes, porque elas devem ser o amparo consolador dos desvalidos da fortuna que ali vão procurar remédio aos seus males e abrigo contra a morte e a indigência o reflexo vivo do pio sentimento caritativo das sociedades cultas, e não a antecâmara da morte, o pavor dos infelizes.[26]

O posicionamento de Costa Marques se alinhava ao de governantes de outras localidades brasileiras, conforme Sanglard et. al (2011)[27], que eram favoráveis à maior atuação do Estado no campo da saúde e da assistência, por meio de auxílio financeiro e intervenção, mas sem assumir

diretamente. No caso de Mato Grosso isso significava manter a Misericórdia e o São João dos Lázaros à frente destes serviços, contando ainda com caridade de pessoas da sociedade, por meio da realização de quermesses, testamento, doação, práticas que remontavam o início do século XIX e que perduraram exclusivamente sob estes moldes até os anos 1940.

A caridade praticada pela elite, assentada nos preceitos cristãos, durante muito tempo atendeu perfeitamente as necessidades destas instituições, posto que no decorrer do período colonial e também no Império, os hospitais no Brasil funcionavam como locais de acolhimento aos pobres e doentes (MACHADO et. al. 1999). Foi somente a partir da República que a caridade deu lugar à terapêutica, e em Cuiabá o desejo para que isso ocorresse aparece na declaração de Costa Marques, como se segue:

> Não existem na Santa Casa enfermarias apropriadas ao tratamento de doentes de moléstias contagiosas e os insanos também não tem ali acomodações adequadas ao seu trato. Donde a necessidade de se aumentar o atual edifício de mais alguma enfermaria e de um Pavilhão destinado aos dementes.[28]

Entretanto, em 1914 a situação da Santa Casa já não era mais tão desoladora. Várias melhorias haviam sido realizadas no pio estabelecimento após a contratação da Firma Magalhães & Mello, em março de 1913, para realizar reparos na instituição, já bastante desgastada pela ação do tempo, no alto de quase um século de existência sem a devida manutenção.

Além dos reparos, o contrato também previu a construção de três pavilhões, sendo um deles de cirurgia, que já estava em funcionamento, o de alienados e o de contagiosos. Estas obras, realizadas por meio de um aumento na subvenção estadual concedida pela Assembleia Legislativa, se deu graças aos esforços empreendidos pelo Presidente Costa Marques, "sensível" às condições da instituição quase secular.

Mas, apesar de inaugurado em fins de 1915, o Pavilhão de Alienados não estava concluído e após a mudança de governador e os seguidos conflitos políticos, a obra foi interrompida, tendo posteriormente outra destinação.

Em 1920, em meio às festividades de aniversário de Cuiabá, nova tentativa de construção de um Pavilhão para Alienados foi registrada pela imprensa local, que noticiou o lançamento da pedra fundamental[29] do seu edifício, durante o governo de Dom Aquino Corrêa[30], integrando a programação das obras e realizações comemorativas ao bicentenário de Cuiabá. Contudo, no ano seguinte as mesmas foram novamente paralisadas por falta de recursos financeiros, o que implicou na permanência, da prática, de recolhimento dos alienados na cadeia da Capital, a despeito da proibição da medida, conforme a Lei de Assistência a Alienados.

As obras do Pavilhão só foram retomadas em 1926, já no governo do médico Dr. Mário Corrêa da Costa, e concluída em 1927, porém, ainda não seria desta vez que os alienados teriam um espaço exclusivo para abriga-los, uma vez que o mesmo governador decidiu que apenas uma parte do Pavilhão seria destinada aos alienados que estavam na cadeia pública, sendo que a outra parte seria adaptada como enfermaria para mulheres e crianças. Tal decisão foi duramente criticada pela imprensa local, após o fim do mandato do Dr. Mário Corrêa da Costa, assim como outras deliberações no campo da saúde, tal como o desmantelamento do serviço de profilaxia rural e outras decisões áreas, consideradas arbitrárias e desastrosas pela imprensa.

Considerações Finais

Em 1930, no governo de Anibal de Toledo, a situação de Cuiabá na área da saúde apresentava os mesmos problemas do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a diferença é que neste ano a tuberculose alcançou o primeiro lugar entre as doenças causadoras de mortalidade na capital, seguida das infecções do abdômen e respiratórias. Já em relação à situação dos alienados, mantidos tanto na cadeia quanto no Pavilhão de Alienados anexo à Santa Casa, a decisão de transformar a antiga Chácara do Governo em Asilo de Alienados no ano seguinte, indicava, a primeira vista, a intenção do poder público de Mato Grosso em se alinhar ao grandes centros urbanos por meio da "[...] adoção de uma nova terapêutica [...] por meio da fundação de hospícios-colônias, como o do Juquery em São Paulo".[31]

Porém, se por um lado a criação do Asilo dos Alienados do Coxipó da Ponte, em 1931, indica a preocupação do governo de Anibal de Toledo com a situação dos alienados, ela medida não significou o fim do recolhimento dos loucos na cadeia pública, tampouco a mudança no tratamento dispensado a eles, considerando também que até 1941 o Asilo foi mantido sob a jurisdição da polícia, e tornando questão de saúde somente a partir de 1942.

As questões relacionadas à saúde configuravam em obstáculo para os governantes, como também para a burguesia emergente, já que a notícia de doenças de caráter epidêmico interrompiam os fluxos, dificultava os negócios e acarretava inúmeros prejuízos financeiros. Estas foram as principais causas que motivaram a remodelação da capital federal e de outras cidades brasileiras, principalmente aquelas que recebiam os maiores fluxos de estrangeiros e de mercadorias vindas do exterior para prover o abastecimento de trabalhadores da lavoura, em virtude da abolição da escravatura, e de gêneros de todos os tipos, para atender novos modos e modas. Para tanto, a atuação de engenheiros, médicos e sanitaristas foi decisiva para promover a modernização e higienização das cidades, com abertura de largas avenidas, reconfiguração da paisagem urbana, introdução de equipamentos citadinos e novos modelos arquitetônicos, incluindo a retirada, portanto, de tudo aquilo que configurasse como velho, feio e sujo.

Assim, os alvos sobre os quais essa maquinaria de modernização se voltou, não se restringiu a coisas, mas se voltou especialmente para algumas pessoas, os loucos, os vagabundos e todos aqueles que fossem considerados improdutivos.

Notas

[1] A organização policial do Estado de Mato Grosso foi regulamentada pelo Decreto nº 8, de 26 de outubro de 1892, e aprovada pela Lei Estadual nº 9, de 19 de outubro de 1893. Arquivo Público de Mato Grosso (APMT).

[2] Mato Grosso. Ofício do Chefe de Polícia de Mato Grosso encaminhado ao Presidente do Estado, em 21/12/1894. APMT.

[3] Mato Grosso. Relatório da Chefatura de Polícia do Estado de Mato Grosso relativo ao exercício de 1892 apresentado ao Presidente do Estado de Mato Grosso Dr. Manoel José Murtinho. Cuiabá, 27 de janeiro de 1893. APMT.

[4] Mato Grosso. Ofício nº 122 do Chefe de Polícia João Marino de Souza ao Presidente do Estado Dr. Manoel José Murtinho em 9 de outubro de 1891. Caixa 1898. Maço: Secretaria de Polícia. APMT.

[5] Existem várias fontes que tratam da precariedade das instalações da cadeia da capital, causadas por vários motivos, dentre os quais os danos provocados por alienados ali recolhidos, como consta no ofício encaminhado pelo Delegado Elpidio Bem de Moura ao presidente Dr. Manoel José Murtinho, em 5 de Novembro de 1892. Caixa 1892/ Fundo: Saúde. Maço: Repartição da Polícia do Estado de Mato Grosso. APMT.

[6] Rio de Janeiro. Instruções para internação de alienados no Hospício Nacional. Imprensa Nacional. Caixa: 1890/ Fundo: Saúde. APMT.

[7] Idem.

[8] José Francisco Xavier Sigaud, chegou ao Brasil em 1825 e viveu no Rio de Janeiro por trinta anos onde teve uma importante atuação, não apenas como médico do Imperador, mas sobretudo pela publicação da obra Do Clima e das doenças do Brasil, que apesar de revelar um Brasil desconhecido por muitos brasileiros foi publicada em Paris em 1844, e cuja edição traduzida no Brasil só ocorreu em 2009 reúne informações e dados sobre diversos temas agrupados em: climatologia, geografia médica, patologia intertropical, estatística médica e vale-se de fontes diversas, especialmente dos relatos de viajantes. E é por meio do exame destes registros que Sigaud empreende uma viagem por três séculos por todo Império brasileiro, daí a designação de viajante estático adotada por Ferreira (2011). Sigaud também se destaca pelo protagonismo na publicação de periódicos médicos, que possibilitaram a circulação de ideias higienistas e na fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a qual presidiu e pelo empenho na luta pela criação do Instituto dos Cegos no Rio de Janeiro, luta esta possivelmente motivada pela cegueira de sua filha. (GALDINI R. O., 2008; Ferreira, 2011).

[9] Além de Cuiabá, as cidades de Cáceres e Corumbá tornaram-se os principais portos de Mato Grosso com incremento das atividades econômicas, por meio do comércio de importação e exportação que facultou o estabelecimento de grandes casas comerciais, responsável pela emergência de uma elite econômica local, como também na reconfiguração da paisagem citadina, costumes e relações sociais.

[10] Epíteto utilizado para desqualificar o mato-grossense pobre.

[11] Mato Grosso. Recenseamento urbano de Cuiabá/MT. 1890. APMT.

[12] Segundo Suely Rolnik "a cartografia, diferentemente do mapa, é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações" (1989, p.62).

[13] Estevão de Mendonça foi um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1919, por ocasião dos festejos em comemoração ao bicentenário de Cuiabá, e um dos seus principais colaboradores, além de funcionário público e bacharel em direito.

[14] MENDONÇA, Estevão de. Tipos de Rua. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. nº 26. Cuiabá/MT, 1942. IHGMT. p. 41.

[15] BARRETO, Lima. Triste Fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Ciranda Cultural, 2007.

[16] Contudo vale ressaltar, que no Brasil a busca por métodos de tratamento não científicos não foi um privilégio da loucura. Sidney Chaloub (2017) demonstrou as variações da trajetória da vacinação no Brasil ao longo do século XIX e as formas como esta foi vista pela população leiga, pelos governantes e pelos médicos, como também as controvérsias entre os médicos em relação à eficácia ou não da vacinação e os embates entre contagionistas e anticontagionistas, questão esta que precede a revolução pasteuriana. A religiosidade e os aspectos culturais também foram considerados nas análises de Chaloub e explicitam, como em determinados momentos a figura do curandeiro foi aclamado por diversos setores da população, inclusive pelos governantes e demonstram entre outras coisas, as dificuldades encontradas pelos médicos para a legitimação desta profissão, vista em alguns casos, mais como método rápido da morte do que cura.

[17] A história da Santa Casa, no período compreendido entre 1817, ano de sua construção até 1930, foi investigado por SANTOS (2016). Sobre o São João dos Lázaros temos os trabalhos de NASCIMENTO (2001) destaca a atuação das mulheres da elite cuiabana, na manutenção do estabelecimento.

[18] Ainda que a maior parte das medidas adotadas em relação a identificação e recolhimento na Cadeia ou Santa Casa de Misericórdia tenha ocorrido em Cuiabá, a pesquisa empírica revelou que a mesma prática foi adotada em outros municípios de Mato Grosso, sobretudo a partir de 1890.

[19] Até 1930, os governadores de Mato Grosso eram denominados Presidente de Província, conforme consta nas Mensagens anuais encaminhadas à Assembleia Legislativa. - APMT.

[20] Ofício do Inspetor de Higiene, 1905 – APMT, op. cit. PINHO, 2007, p. 112 e 113.

[21] Cf FABRÍCIO, idem, p. 51.

[22] Ibidem, p.22.

[23] Ibidem, p. 113.

[24] Mato Grosso. Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá/MT. 1908. APMT.

[25] Mensagem do Presidente da Província Pedro Celestino Corrêa da Costa encaminhada à Assembleia Legislativa em 1911. Ibidem, p. 113.

[26] MATO GROSSO. Mensagem do Presidente do estado de Mato Grosso Joaquim da Costa Marques apresentada à Assembleia Legislativa em 13/05/1912. Acervo NUDHEO/ UNEMAT. Pg. 8.

[27] SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria M. de Luna; BARRETO, Maria R. N.; PIMENTA, Tânia Salgado. Filantropia, asistencia y epidemias en Brasil. Revista Dynamis. Espanha, 2011.

[28] Ibidem. p. 8 e 9.

[29] Considerando que na inauguração do Pavilhão de Alienados realizada em 1915 e registrada nos jornais locais e Mensagens de Governantes de 1915, podemos inferir que esta construção teve outra destinação daí a razão do lançamento de pedra fundamental de construção do Pavilhão de Alienados em 1920.

[30] Ibidem, p.115.

[31] Ibidem, p. 121.

Referências

ARRUDA, Adson. *Imprensa, Vida Urbana e Fronteira:* A cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX: (1900-1930). Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/UFMT. Cuiabá/MT, 2002.

BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2007.

BRANDÃO, Gilbert Anderson. *Sírios e Libaneses em Cuiabá:* Imigração, espacializações e sociabilidade. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS/UFMT: Cuiabá, 2007.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, M. A. ; DUARTE, Maria Carolina de Almeida . Notas sobre a produção historiográfica acadêmica de Mato Grosso. In: Raquel Glaser. (Org.). *Do passado para o futuro* - Edição Comemorativa dos 50 anos da ANPUH. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, v. , p. 145-166.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FABRÍCIO, André Luiz da Conceição. *A assistência Psiquiátrica no contexto das políticas públicas de saúde (1930- 1945)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde: COC/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Luiz Otávio. O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844). In: BASTOS, Cristina; BARRETO, Renilda (Orgs.). *A circulação do conhecimento*: medicina, redes e impérios. Lisboa: ICS online, 2011, p. 81-100. Disponível em: https://www.ics.ulisboa.pt/en/livros/circulacao-do-conhecimento. Acessado em 15/11/2018.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ . *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Territórios e Negócios na "Era dos Impérios":* os belgas na fronteira oeste do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

GALDINI RAIMUNDO ODA, Ana Maria. Da enfermidade chamada banzo: excertos de Sigaud e de von Martius (1844). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, vol. 11, núm. p. 762- 778, 4 diciembre 2008,

GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cerzózimo. *Viveres, fazeres e experiências dos italianos na cidade de Cuiabá: 1890-1930*. Cuiabá/MT: Entrelinhas; EdUFMT, 2005.

GUEDES, Simone Cordeiro. *Da Arquitetura da Ordem à Cartografia da Loucura*: A história de um asilo manicomial em Cuiabá (1931-1979). Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós Graduação em História/UnB, Brasília, 2010.

HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento.* As bases da política de saúde pública no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MACIEL, Laura Antunes. A Higiene como "Pedagogia do Cidadão". *Revista História*, São Paulo, n. 127-128, p. 85-96, ago-dez/92 a jan-jul/93.

MOREIRA, Juliano. Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil (1905). *Revista Latinoamericana de Psicopatologia*. São Paulo, Vol. 14. nº 4, dec., 2011.

NASCIMENTO, Heleno Brás do. *A Lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924 – 1941)*. Dissertação (Mestrado em História) –. PPGHIS/UFMT, 2001.

OLIVEIRA, Alice Guimarães Bottaro de. *A Reforma Psiquiátrica em Cuiabá/MT*: análise do processo de trabalho das equipes de saúde mental. Tese (Doutorado em Enfermagem) – USP/Ribeirão Preto/SP, 2003.

PINHO, Rachel Tegon de. *Cidade e Loucura*. Central de textos/ EdUFMT: Cuiabá, 2007.

RAJ, Kapil. *Conexões, Cruzamentos, Circulações*. A passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias. Vol. 24 (2007).

REZENDE, Heitor. Políticas de Saúde Mental no Brasil. In: COSTA, Nilson do Rosário; TUNDIS, Silvério Almeida. *Cidadania e Loucura*. Políticas de saúde mental no Brasil. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental*. Transformações contemporâneas do desejo.: São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório*: filantropia, mecenato e práticas científicas – Rio de Janeiro, 1920-11940. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Rio de Janeiro, 2005. 261 p.

SANGLARD, Gisele Porto; FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria M. de Luna; BARRETO, Maria R. N.; PIMENTA, Tânia Salgado. *Filantropia, asistencia y epidemias en Brasil*. Revista Dynamis. Espanha, 2011.

SANTOS, Marcia Adriana dos. *A Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá (1817-1930):* assistencialismo, práticas médicas, memórias e razões de Estado. Dissertação de Mestrado em História. PPGHIS/UFMT: Cuiabá/MT, 2006.

SIGAUD, José Francisco Xavier. *Reflexões sobre o livre trânsito dos doidos pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro*. In: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. Ano VIII, n.3, set, 2005.p.559-562.

_____. *Do Clima e das Doenças do Brasil ou Estatística Médica deste Império*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da ;NASCIMENTO, Dilene Raimundo. A doença revelando a história. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de. Et.all- *Uma História Brasileira das Doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita*. Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

HISTÓRIA INDÍGENA EM MATO GROSSO: A POLÍTICA INDIGENISTA COLONIZADORA 1719 - 1895

Odemar Leotti
Doutor em História Cultural pela Universidade Paulista, "Júlio Mesquita Filho"
UNESP ASSIS, SP
Professor Adjunto na Universidade Federal de Rondonópolis, MT
leotti.odemar@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como proposta elaborar uma arqueologia discursiva em torno da política indigenista em Mato Grosso, tendo como recorte temporal os anos de 1719-1895. Para tanto, será problematizado em que medida a política indigenista estava atrelada aos projetos de invasões territoriais, extermínio, redução de populações indígenas e utilização da mão de obra. Para tanto, será dividido em três partes: seu primeiro momento será discutida a politica indigenista desde o início do processo colonizador de maneira geral até o momento da descoberta de ouro; em seguida, a Reforma Pombalina e sua inflexão sobre as regiões fronteiriças; no terceiro momento, a continuidade e descontinuidade da política indigenista no século XIX com a fundação da Diretoria Geral dos Índios em Mato Grosso, como forma de redução indígena para facilitar o avanço da colonização da fronteira oeste.

Palavras-Chave: Memória. História. Colonização. Política indigenista.

ABSTRACT

This article aims to develop a discursive archeology around the Indian policy in Mato Grosso, within the time frame of the years 1719-1895. To that end, it will be questioned to what extent the indigenist policy was linked to projects of territorial invasions, extermination, reduction of indigenous populations and use of labor. To do so, the study will be divided into three parts: at first, it will be discussed about the indigenist policy from the beginning of the colonizing process in general until the moment of the discovery of gold; secondly, the Pombaline Reform and its inflection on the border regions; in the third moment, the continuity and discontinuity of indigenist policy in the nineteenth century with the founding of the General Directorate of Indians in Mato Grosso, as a form of indigenous reduction to facilitate the advance of colonization of the West Frontier.

Keywords: Memory. History. Colonization. Indigenist policy.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

> "Gostaria de dizer ao não índio, que acima de tudo necessitamos unicamente de respeito, e que nos reconheçam como povos com diversidade, e que buscamos apenas uma coisa: viver com dignidade ao nosso modo".[1] *LIBÉRIO UIAGO-MEAREU, CULTURA OBOÉ (BORORO).*

Seguindo a trilha deixada pelos documentos e bibliografias dos que se debruçaram sobre o tema indigenista, é possível observar com segurança que eles testemunharam situações dramáticas no passado perante as ações dos sertanistas e colonizadores. Porém, estes acontecimentos foram confinados em uma zona de silenciamento, por dispositivos operadores do passado: Mecanismos operadores de revalidações, requalificações e mesmo supressões de acontecimentos, ao serem redistribuídos numa necessidade continuísta por uma moral meta histórica. Contatos dramáticos foram transformados em acidentes e sobrepostos por metanarrativas. Estas últimas se constituíram como uma história em busca das origens miraculosas, tendo como finalidade a purificação humana. Nela, o mundo da experiência tornou-se o lugar do erro e daí fez nascer o tempo marcado por uma historicidade como enquanto necessidade moral civilizadora.

Relegado à condição de um saber menor, o lugar da empiricidade passou a ser denominado por estereótipos produzidos nessa relação entre a verdade original e o mundo da experiência. Foi com esse modelo que surgiu o pensamento moderno, que se completou em sua forma racista a partir das navegações europeias e os primeiro contatos com as formas culturais desse continente. Daí surgiu a política colonizadora, agindo em sua forma classificatória e discriminatória no seu aspecto racial. Essas formas, por serem hierarquizantes, continham em seu interior elementos fenotípicos. Destes elementos foram produzidas metáforas constituidoras do discurso das raças, metáforas biológicas serviram para constituir o racismo, que marcou a triste história dessa relação. O sentido moderno já tem seu início na situação pós-conquista da América (QUIJANO, 2005, p. 2). Talvez, segundo ele, essas

> [...] diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, [...] desde muito cedo foi construída como referências a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos" [...]. Enfim "raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Ibidem).

Este artigo trata de diferentes políticas que violentaram os espaços habitados pelas populações indígenas. Ao serem invadidos pelos sertanistas e colonizadores, foram interrompidos em suas territorialidades culturais. Segundo Quijano (2005), tiveram suas formas de viver consideradas como inferiores e erradas por medidas que os classificavam como seres, cuja concepção de vida passa a ser considerada como inútil ao trabalho do colonizador. São, para tanto, interpretados como indolentes, "ferozes", bárbaros. Este modelo classificatório acabou por reduzir infinitos modelos culturais em uma única palavra: "índios". Paralelo a esse flagelo colonizador, culturas africanas foram invadidas e seus povos aprisionados e escravizados, tendo sido reduzidos uma única palavra: "negros". Tornam-se, com isso, objetos cujas maneiras de viver sofreram intervenções do modelo colonizador, fundado em seus valores eurocêntricos. Para fazer valer seus projetos, fizeram uso de diferentes instituições: entre elas a política indigenista.

É de grande importância observar como tornou possível uma constância dessas políticas sobre esses povos, desde 1500 até nossos dias. Especificamente na fronteira oeste a partir de 1719, quando foi encontrado ouro nas margens do córrego da Prainha, tributário do rio Cuiabá. Sua história foi de políticas que marcaram a supressão da diferença e seus lugares de produções culturais, em vários lugares do mundo e, entre eles, onde originou Cuiabá. No caso ora em estudo, o espaço foi constantemente invadido. Foram "visitados" por ordens religiosas, apresados pelos sertanistas e, posteriormente, pelos projetos colonizadores. Desde o litoral até a penetração a oeste se depararam com lugares onde miríades culturais viviam em suas singularidades, relacionando-se com o espaço e o tempo. Especificamente, o foco volta-se para as políticas que marcaram as relações com estas culturas indígenas aqui existentes. Portanto, são as políticas indigenistas que, direta ou indiretamente, estiveram ligadas à necessidade do projeto colonizador no século XVIII e na segunda metade do século XIX.

Das práticas apresadoras às políticas colonizadoras, estes acontecimentos sempre tiveram como marca suas exclusões quanto aos direitos de participar das decisões políticas. Excluídas, essas culturas tornavam-se vítimas dos códigos de leis que determinavam o destino de suas vidas. Foram redistribuídas em uma inteligibilidade dominadora, considerada como moral histórica civilizadora. Esta rebaixava seus cultivos de vida ao considera-los como saberes menores, sem referenciais, portanto, aptos a serem submetidos. Assim inferiorizados, eram excluídos da partilha do mundo sensível e submetidos a seus mandos, a serviço da intervenção colonizadora.

Ademais, não se deve perder de vista que, para a montagem desta escrita, houve a preocupação em se atentar às formas como o objeto de estudo em questão foi edificado no *corpus documental,* que, no seu caráter oficial, injetou lugar de produção de legitimidade. Como se isso não bastasse, há o problema com os modelos historiográficos e seus lugares interpretativos e as garantias de relações de poder no tempo presente. Convivemos com uma realidade que é a seguinte: para buscar a memória desses acontecimentos sempre nos recorremos à história do passado. Porém, ao fazer isso deveríamos parar para pensar como tornou possível a história que nos remete a esse passado? De que lugares da escrita foram produzidos valores para compor suas narrativas?

Mato Grosso: entre solenidades de origens e resistências plurais

Ao se referenciar a comemoração centenária dos 300 anos de Cuiabá, poderíamos acrescentar aí, portanto, uma história que se quis universal. Supostamente criadora de uma moral universal, garantiria a continuidade de um saber original. Este, ao servir como fundo de verdade, submete tudo que está exposto aos olhos a um lugar invisível de onde originaria a unidade pela via da moral histórica civilizadora. Essa origem ligaria o espírito do tempo à natureza material, traduzindo a história em um relato fundador. Foi se constituindo no interior desse discurso que certo espaço geográfico, em algum lugar do mundo, foi nomeado como Fronteira Oeste e dela Mato Grosso.

Os centenarismos emergem para rememoração do passado. Distante da noção de lembrar o que aconteceu, exerce a função de ligar o presente ao projeto político, seja para garantir poder no presente, seja para contrapor o estabelecido e propor um remodelamento de saber, visando uma nova forma de poder. Porém, antes de aceitar um acontecimento centenarista, torna-se preciso estranhar as bases epistêmicas que garantiram essa forma de rememoração.

Especificamente, estamos tratando da rememoração de uma cidade ligada ao espaço territorial que passou por três formas diferentes de políticas indigenistas: na primeira metade do século XVIII, fazendo uso da truculência militar; no segundo momento, com o discurso da persuasão da era pombalina e, no terceiro momento, passando do uso da violência dos ataques genocidas do período joanino para, finalmente, a partir do período regencial, em 1835, com a política de aldeamentos formalizando oficialmente em 1845, com o regulamento 425, a fundação da Diretoria Geral dos Índios. Tem sua situação tumultuada com declínios a partir de 1864, persistindo em políticas alternativas até 1895.

Estas políticas voltadas para o considerado problema da presença indígena passam a fazer parte desde a data de fundação de Cuiabá, em 1719. como produto de um corte arbitrário que suprime as presenças culturais já existentes. Consideradas como saberes inferiores, coloca-se sua milenar e plural existência classificada por um modelo evolucionista. Esse ato acontece desde o olhar do sertanista apresador e apoderador de riquezas do solo, indo se secularizando como lugar da leitura e rememorado pelos letrados do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, IHGMT. Esta instituição, criada durante as festas centenárias de 1919, tinha como objetivo recuperar documentos e produzir narrativas que garantisse um relato fundador de Mato Grosso. Ora em diante, passou a produzir a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso como lugar fundador do lugar da memória do passado mato-grossense. Teve entre seus sócios figuras ligada às elites oligárquicas do estado, entre eles Virgílio Corrêa Filho, José Barnabé de Mesquita, Dom Aquino Corrêa, entre outros.

Dos cortes dos facões sertanistas aos cortes históricos fundadores, as origens criavam uma continuidade histórica. Ela garantia em seu silenciamento sombras a blocos históricos carregados de ruinas, incêndios e violências explícitas que marcaram os começos da colonização civilizadora. Ao ser fundado, o IHGMT construía uma memória que garantia a manutenção de poder a uma minoria em detrimento da exclusão das camadas depauperadas pela exclusão política e econômica. De capitães-generais a uma emancipação comandada por coronéis herdeiros de territórios usurpados, a história garante legalismo a uma oligárquica latifundiária. Esta funciona oprimindo as culturais nativas e posteriormente os remanescentes dessas ruinas colonizadoras desde seu início no nascer do século XVIII. Esses acontecimentos do passado tiveram seu relato fundador marcado com a chegada do sertanista Paschoal Moreira Cabral. Comandando bandeiras, vinham para essas bandas pilhar e apresar seres viventes para serem vendidos como escravos do trabalho a serviço dos colonizadores.

Passados apenas treze anos da descoberta de ouro pelos sertanistas, havia um empecilho para a consolidação e usufruto desse feito. Rumores de ataques indígenas deixavam transparecer certa preocupação. Esta acaba por ser encenada tornando vilão quem tinha seus territórios invadidos. Esse acontecimento assim narrado tem o olhar a partir da história do colonizador.

Por entre os arbustos das matas, outros olhares, atônitos e temerosos, percebiam estarem sendo usurpados em seus territórios, porém, as histórias não lhes contemplariam como vítimas ao serem atacados em suas formas de viver. Eles se sentiam incomodados com a prepotência dessa invasão, porém, nas palavras dos sertanistas, eram considerados como "infestadores", como se fossem feras ou pragas. Assim, o sertanista produzia os indígenas como sujeitos errantes. Com isso, a história prolonga no tempo esse lugar tornado sem referenciais. O relato funda a negação desse

lugar para que não fosse reconhecido como verdadeiro. Esse foi o papel dos operadores históricos a serviço do Estado. Esse feito aparece na correspondência de Caetano Lopez de Lavre. Nela, mostra sua preocupação com essas formas culturais que não entendiam o sentido dessa abrupta invasão e instalação sobre seus territórios sagrados. Segundo Lavre, as culturas indígenas eram tidas como inimigas, apesar de estarem defendendo seus próprios territórios. Para esse colonizador os

> [...] índios que infestam aquellas vizinhanças [...] e quando convém a conservação daquela Collonia, e fazer-se guerra aos que o anno passado atacarão o comboyo dos quintos q. aprezaráo matando o Ouvidor que com eles vinha, deixando quazi toda a gente morta, ou derrotada (CANAVARROS, 2007, p. 104).

Por meio deste pequeno fragmento textual, observa-se a inferência de descaracterização e desqualificação das populações nativas, explicitados num caldeirão de selvageria, violência e desmerecimento de suas diferenças. Nesse sentido, quando afirma que os índios "infestam", é possível tornar suas presenças comparadas a valores ligados às doenças. Igualam-nos as epidemias que infestavam essa região. Em outros termos, nota-se a produção de estereótipos negativos.

A cultura Paiaguá, que teve seus territórios mais diretamente atacados, pois habitavam nas circunvizinhanças das minas, sofreram e impuseram fortes combates. As tropas dos colonizadores ainda estavam por se fazerem frente a eles, como uma guarda que fosse disciplinada.

O Conde de Sarzedas afirmava que no tempo de seu antecessor, segundo lhe consta "[...] a tropa fes pouco effeito por o não unirem os que foram nella e terem pouca obediência ao cabo que hera Anttonio de Almeida Lara Regente das Minas" (SARZEDAS, 1732, apud CANAVARROS. 2007, p. 104). Continuando o relato afirma que foi por "[...] felicidade por hir o gentio Payaguas a buscar a nossa gente q. se havia entrincheirada na margem do rio Paraguay, concebeu tal medo do gentio, que lhe disparou hua peça de artilharia de duas que levavão" (SARZEDAS, 1732, apud CANAVARROS. 2007, p. 104). Como consta do relato, a disparidade de armas fazia do confronto uma relação que pouco restava de chances de vitória às culturas nativas. Bastava conviver com a violência da guerra dos invasores para sentirem o peso do que encontrariam pela frente a partir do descobrimento do ouro. Segundo o relato:

> O terror do ecco a que não estavão costumados, com o qual se retirarão para uma ilha, pouco depois chegaram outras canoas do dito gentio Payaguás, que se vião dividido dos primeiros, junto da tranqueira, e se lhe atirou outra peça, em que se lhe matou algum gentio, e os mais se puzerão em fugida, [...] e pelo que respeita a ordenar-me V. Mag. Mande com todo o vigor dar guerra aos ditos gentios, tenho executado a real ordem (SARZEDAS, 1732, apud, CANAVARROS. 2007, p. 104).

De Paschoal Moreira Cabral aos nossos dias, os heróis foram sendo perfilados por narrativas guiadas por ideologias e a serviço de diferentes políticas, sejam elas metropolitanas, imperiais ou republicanas. Estas os inseria como agentes históricos pelas mãos dos letrados do IHGMT. Antes os personagens figuravam apenas como nomes e seus enunciados dispersos em documentos oficiais. São traços que ficaram como marcas do encontro entre as diferenças culturais em suas relações com o colonizador. Com a fundação do IHGMT, em 1719, esses nomes passaram a funcionar como demarcadores do tempo passado e que serviram como elementos cognitivos para a leitura do passado e firmamento para seu pertencimento no presente.

Constituídos no interior de uma narrativa, passam a funcionar como agentes ativos e exemplares para uma moral histórica de Mato Grosso. Isso se dá por uma verdade que serviu como guia dos agentes e seus historiadores, que afrontaram as diferentes formas de cultivos de vida que já se encontravam nesse território violentado. Sustentados por uma história ligada às origens, sobrepuseram ruínas que marcaram esses começos. Silenciados pelos relatos, esses acontecimentos eram amenizados ou mesmo suprimidos. Porém, por uma genealogia dos começos podem ser expostos aos olhares, para ver que estes cortes históricos garantiram uma intervenção pelo silenciamento dos relatos. Tornados considerados como história oficial, passaram a ser denominados como história de Cuiabá e numa amplitude espacial maior, como sendo também a história de Mato Grosso.

Assim o foi não apenas depois de 1719, mas desde a segunda metade do século XVI, que, segundo Manuela Carneiro, as relações de poder dos contatos foram dadas de forma totalmente desvantajosas para as culturas locais. Nelas, "[...] os índios foram, sobretudo parceiros comerciais dos europeus, trocando por foices, machados e facas o pau-brasil para tintura de tecidos e curiosidades exóticas como papagaios e macacos, em feitorias costeiras" (MARCHANT, apud CUNHA, 1992, p. 14-15). Posteriormente, os colonizadores tornaram as relações mais desiguais que as já não tão vantajosas e atraentes trocas de ferramentas e bugigangas. Segundo esse autor:

> Com o primeiro governo geral do Brasil, a Colônia se instalou enquanto tal e as relações alteraram-se, tensionadas pelos interesses em jogo que, do lado europeu, envolviam colonos, governo e missionários, mantendo-se entre si, segundo Taylor, uma complexa relação feita de conflitos e de simbiose. Não eram mais parceiros para escambo que desejavam os colonos, mas mão-de-obra, na forma de canoeiros e soldados para o apresamento de mais índios. (MARCHANT, apud, CUNHA, 1992, p. 15).

Vemos nesse caso como a política indigenista se encaminha para relações sempre carregadas de desigualdades. Elas continham em seus interiores valores que tornavam possíveis os atos praticados por parte dos que aqui aportavam em relação aos diferentes valores aqui encontrados e hierarquizados como inferiorizados. Assim posto, tornados os "outros" da cultura eurocêntrica.

No início da colonização a busca de africanos escravizados se dava pela dificuldade dos colonizadores de encontrar formas legais para se apossarem dos corpos indígenas de forma escravizada. Ao estudar a Legislação indigenista do período colonial, a historiadora Perrone Moisés (1992, p. 126) recupera algumas legislações sobre a política indigenista, onde a marca era a violência contra as culturas indígenas. Entre eles, o Regimento Tomé de Souza, de 1548, onde essas culturas eram alvo de uma hostilidade estabelecida. Isso se materializava ao configurá-las como bárbaras e inimigas. Essas leis garantiram mecanismos de repressão a essas culturas. Tornava possível a um colonizador recomendar "[...] que os Tupinambá, que atacaram os portugueses e lhes 'fizeram guerra [sejam] castigados com muito rigor [...] destruindo lhes suas aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para seu castigo e exemplo'" (PERRONE-MOISÉS, In: CUNHA, 1992, p. 126). Relatos como esse registraram a arrogância colonizadora em todo o tempo passado. Eles constituíram-se em uma série de regimentos seguidamente anos afora, sempre marcados pela violência contra as culturas indígenas. O Regimento de 1654 propunha entrada pelo interior da Bahia para "[...] castigar o gentio insolente" e "recomenda 'desbaratar',

queimar e destruir totalmente aldeias inimigas, escravizando a todos e matando a quem de algum modo resistir" (Ibidem).

Um Regimento de 1688 "[...] recomenda a um dos capitães-mores que 'dirija a entrada e guerra que há de fazer aos bárbaros como bem entender que possa ser mais ofensiva degolando-os, seguindo-os até os extinguir" (Ibidem). Essa política de truculência contra as culturas nativas adentra o tempo e, já em pleno século XVIII, em 1707 uma Carta Régia "[...] ordena se faça guerra ao Gentio do Corço no Maranhão 'procurando fazê-la cruamente ao tal gentio que se matem e cativem todos os que se entende podem ser danosíssimos a essas terras, para que o temor desse destroço amoderem os mais a que se abstenham de os assaltarem". Em 1721, uma Carta do vice-rei do Brasil "diz que tendo o 'gentio bárbaro' atacado, 'é preciso procurar extingui-los, fazendo-se lhes veemente guerra'" (Ibidem). Observa-se por esses registros uma constância quanto a guerra total às culturas indígenas no século XVII e início do século XVIII, em toda a colônia. Fica registrado que a chegada dos sertanistas à região do rio Cuiabá já encontra nas culturas indígenas locais marcas de uma memória de sangue, escravizações e genocídios.

Se a possibilidade de sedentarismo das populações ávidas de ouro foi à base desse grau de violência, a fundação da Capitania de Mato Grosso, em 1750, chega procurando contrapor a essas marcas do passado. Elas eram obstáculo à tentativa de uma política pombalina de persuasão com fins de uso do índio como mão de obra. É importante desenvolver o estudo no sentido espaço/temporal para atermo-nos à leitura de culturas já marcadas com o tempo pelas contaminações que produziram formas híbridas. É para sabermos que muitos dos pertencidos a essas culturas litorâneas foram fugindo para o interior do continente, tornando seus aprendizados como fruto das marcas de violências passadas que afetaram as culturas locais. Elas, ao se contatarem com os sertanistas, já carregavam traços dessa experiência amarga do contado litorâneo e passado. Foram vítimas com o passar do tempo de acordo com as políticas expansionistas e interiorizadas do modelo colonial. A Coroa queria expandir política e economicamente seus interesses. Para proteger uma economia liberal nascente, necessitava por fim a contravenções. Para tanto, procura obstruir a passagem de contrabando pelo rio Madeira. Em meados de 1730,

> [...] convinha-lhe a presença de um grupo indígena hostil para obstruir uma rota fluvial e impedir o contrabando (...). Em épocas mais, principalmente na era do marques de Pombal, a Coroa pretendia enfim, numa visão mais ampla, promover a emergência de um povo brasileiro livre, substrato de um Estado consistente. (CUNHA, 1992, p. 15 e 16).

Essa nova política voltava-se para um deslocamento dos seus fins econômicos, na metade do século XVIII, com Marques de Pombal. É nesse momento que foi fundada a capitania de Mato Grosso e com ela a mudança do centro administrativo da capitania, de Cuiabá para a cidade de Mato Grosso, atual Vila Bela da Santíssima Trindade. Com esse ato, a economia se estende para a bacia Amazônica, promovendo uma ampliação do projeto de rota comercial. O interesse seria criar uma companhia de comércio que se relacionasse com a Companhia do Grão Pará, uma empresa forte nesse momento histórico.

Em suas contínuas correspondências com Francisco Xavier de Mendonça[2], capitão da capitania de Grão Pará, o Capitão-General escolhido para comandar a nova Capitania de Mato Grosso, Rolim de Moura, relatava dados e mais dados sobre a região por ele administrada. Usava

essas mesmas correspondências para lamentar ou pedir algum apoio financeiro para levar a efeito sua consolidação. Comentava sobre a ideia de que seria importante retirar das matas "excelentes gêneros". Mostrando ainda uma economia extrativista, Moura mostra ainda assim que seriam importantes para fins de comercialização com a Companhia do Grão-Pará.[3] Porém, segundo ele, a quantidade desses gêneros não correspondia à expectativa para a efetivação comercial pretendida. Jogava a culpa pela não produtividade de gêneros à política de cativeiros de indígenas. Segundo o Capitão-General Rolim de Moura, em carta a Francisco Xavier de Mendonça, administrador da Capitania do Grão-Pará, era devido á

> [...] desgraça do cativeiro injusto dos Índios, que Vossa Excelência se tem empenhado tanto a desterrar esse vício tão arraigado, é certo há de custar a extinguir, e me não admira até onde chegou a paixão dos moradores de sua capitania a esse respeito, mas ainda que contra sua vontade a eles mesmos faz Vossa Excelência grande benefício ao zelo com que se esmera em lhe não contentar a continuação das suas violências nessa parte, que são, ou atoa, ou a principal causa da grande miséria enquanto se acham em um país cheio de riqueza, o que já a eles mesmo declarou o Padre Antônio Vieira. (MOURA,1756, apud, 1983, p. 12).

Em um dos seus objetivos a colonização, já na segunda metade do século XVIII, a política indigenista apontava para o fim das escravizações indígenas. Era do entendimento desse momento o uso corpo indígena como útil à produção de gêneros para atender à necessidade da metrópole se adaptar à economia comercial vigente nesse momento. Na coleção *Correspondências*, editada pela Imprensa Universitária, em que recuperam as cartas de personagens do passado mato-grossense, temos as cartas de Rolim de Moura. Em uma delas, enviada ao administrador da capitania do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça, Rolim de Moura informa que somente com a mobilização dos braços indígenas poderia superar a falta de gêneros. Porém, ao apelar para a libertação dos indígenas, buscava promover sua aptidão para o trabalho "livre" no interior do projeto colonizador. Porém, a partir de sua concepção de trabalho, via a necessidade de miscigenação, e para isso o cruzamento com o elemento branco, que parecia ser entendido por ele como aptos o trabalho considerado como livre. Segundo ele:

> A respeito dos Índios digo a Vossa Excelência o que entendo em umas das contas. Só misturando-se com os brancos, ou com negros são capazes de utilizarem a República; porque os filhos, que daí procedem tem mais serventia; pelo que me parece muito útil a lei, que Sua Majestade manda publicar a favor destes casamentos. (MOURA, 1576, apud, 1983, p. 12).

Em 1808, com a vinda da família real e a abertura dos portos, há uma ordem truculenta de ataques militares às culturas indígenas Essa política indigenista vai até 1831 quando, no período regencial, a Corte Imperial resolve abolir esse tipo de procedimento voltando para a necessidade de centralização e uma política de persuasão para com as culturas indígenas. Com essa nova política, o ano de1831 fica marcado pela "proibição" do poder das Assembleias Provinciais de legislar sobre política indigenista. Ao mesmo tempo nascia, no seio do projeto colonizador, a necessidade de aldeamentos indígenas e da transformação de seus territórios em terras devolutas, criando, para tanto, a Diretoria Geral dos Índios em todas as províncias.

Entre 1831 a 1845 podem ser percebidos dois aspectos que garantiram um paradoxo nessa nova política. Ela se deu entre essa vontade de persuasão e a realidade local e sua oligarquia sedenta

de terras e poder. Acrescenta-se a isso os pedidos desesperados de colonos em sua convivência com os ataques desses povos, que viam seus territórios sagrados serem invadidos. Este projeto, porém, ainda contracenava com inserções de truculências através das bandeiras. Essas divergências tornam-se ilegais por lei, com o regulamento 426, que funda a Diretoria Geral dos Índios. Mesmo assim permaneceu entre os dirigentes políticos, mais uma vez, o paradoxo: persuadir ou reprimir?

Regulamentada, o funcionamento oficial da política aldeadora será colocada em prática somente em 1848. Naquela oportunidade, o seu diretor provincial, Joaquim Alves Ferreira, apresentava, a pedido do Ministro de Estado e Negócio do Império, informação, através do seu relatório, da situação dos índios naquele momento, são, segundo Ferreira,

> [...] escriptos que tratão da chorographia d'esta Provincia, fazem menção de mais de 70 nações aborígenes; é porem de advertir que algumas deixarão d'existi, e d'ellas só resta o nome conservado pela tradição; outras muitas, vistas e noticiadas em épocas mais ou menos remotas por viageiros e bandeirantes são presentemente desconhecidas ou habitão por ventura os sertões [...] entre o Tapajóz e o rio das Mortes. Ficam reduzias a vinte e tantos, cuja catequese deve ocupar nossa atenção. (FERREIRA, 1848, apud, AYALA, 1914, p. 88).

Como já foi apontado anteriormente como hipótese, o relatório de Ferreira sinaliza para a experiência híbrida como resultado de acúmulos culturais produzidos nos contatos anteriores. Ela se traduz em resistência às tentativas colonizadoras. Esse aspecto aparece em seu relatório, quando afirma que:

> [...] desses índios uns não se veem senão acidentalmente e fogem de ter relações conosco, outros não procuram-nos senão para hostilizar-nos. outros, bem que frequentem e amigavelmente se relacionem com nossos viajantes, não se mostram dispostos a deixar a vida nômade. Outros enfim, de hábitos sedentários, dados á vida agrícola e reunidos em grupos mais ou menos numerosos, vivem sob o fraco e brando governo de seus caciques em aldeias pela maior parte próximas de nossas povoações. (1914, p. 88).

Por fim, informa que essas aldeias nada têm em comum com as de que trata o Regulamento de 1845. Ao observar que as culturas indígenas já estariam contaminadas como os saberes dos viajantes e apresadores, Ferreira parece tecer crítica a uma noção de indígenas culturalmente puros. Segundo ele, seus habitantes modificaram seus costumes sem de todo abandoná-los. E posto que sejam submissos e tenham deferência com autoridades vigentes, estas não têm ingerência na sua direção. Esse aspecto faz desvelar a presença de um comportamento dissimulado por parte dessas culturas nativas perante a presença de uma força militar bélica superior às suas estruturas guerreiras. Portanto, a dissimulação exercida enquanto forma de resistência.

A fuga torna-se quase impossível, pois seus territórios tornaram-se terras devolutas e que, marcadas pela lógica liberal, foram colocadas à venda como mercadorias para satisfazer aos interesses latifundiários oligárquicos. Esse aspecto usurpador e opressor fez com que os índios, através do consumo de álcool, tentassem fugir com a alma onde o corpo não mais podia ir. Uma fuga imaginária quando não se tem para onde ir. De fugir sem sair do lugar. Aguentar o corpo, viajar com o espírito. O álcool era, de qualquer maneira, uma forma de não sucumbir de vez. Era a fuga contra o absurdo. Passados uma década e meia do regulamento 426[4], de um projeto iniciado em 1830, o aspecto era de frustrações com relação à facilidade enunciada em seu começo

de prática aldeadora. Não foi diferente em 1860, quando o cenário de ruína marcava o fracasso e com ele o declínio de autoridade dessa ação aldeadora da região do baixo Paraguai. Apelar para ajuda militar colocava a nu o discurso da persuasão. A lastimável situação das aldeias de Miranda e Bom Conselho[5] foram heranças deixadas por um projeto unilateral que inferiorizava as diferenças culturais. O que restava parecia ser um sentimento de impotência quando a voz colonizadora e catequista não mais encontrava eco entre os indígenas aldeados. Esse precário aspecto aparece na carta do Frei Mariano. Nela, mostrava o desespero, porém, marcado pelos estereótipos que os classificavam como seres inferiorizados. Segundo esse religioso, frustrado em seu objetivo disciplinador/catequista, via a cena como sendo resultado da

> [...] deplorável posição desses infelizes que de nenhuma utilidade são a si, e ao Estado, e que, aliás, com bem pouco trabalho podião tornar-se tão uteis e passivos a sociedade, incorporando-as em uma só aldea, onde tão somente podem ser regados com o benéfico orvalho de catequese (APEMT, 1855, Lata A).

Os discursos religiosos e colonizadores criaram estereótipos ao constituir o lugar da diferença. Como resultado os têm como lugar de pobreza, indigência, elevando a cultura cristã, aliada à ação civilizadora, como as que os salvaria. Observa-se, portanto, nesse momento, apesar de toda interrupção cultural já conseguida, uma vitória da resistência indígena. A diferença levava à exaustão a enunciação hierarquizante do colonizador.

Essa é uma das chaves para entender o fracasso da política indigenista no Brasil e em Mato Grosso. Uma forma arbitrária que se chocou com seus próprios equívocos definidos por uma grade cristã que via a diferença como atitudes pagãs, ou mesmo a dialética racionalista que transformava em oposição o que era apenas multiplicidade cultural. Esses aspectos compunham o interior dos códigos de leis do Regulamento 426, que determinava, em artigo:

> [...] inquerir onde há indios, que vivam em hordas errantes; seus costumes, e linguas; mandar missionarios, que solicitará do presidente da provincia, quando já não estejão á sua disposição, os quaes lhes vão pregar a religião de Jesus Christo, e as vantagens da vida social. (APMT, 1845, Lata A).

A impossibilidade de fazer a leitura na singularidade de seus significados fez com que o projeto sucumbisse perante seus próprios limites de leitura. As infinitas formas de cultura embaralhavam a leitura colonizadora. Este acontecimento leva a uma grande crise de direção presentes na carta enviada pelo diretor do Aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho, na carta do frei Mariano:

> [...] os índios estavão tão furiosos que presenteavão hum (inelegível) horroroso e a cada instante estava vendo funestas circunstâncias. Exmo. Sr. Tenho 3 praças de serviço inclusive o comandante; tive patente probabilidade do perigo em que se achava a minha existencia proveniente de algum rompimento que os Indios estão querendo travar, pois disto tive noticias por pessoas existentes fora da aldêa. [...] desejava que V. Exa. me socorresse com mais 2 praças, pois que estando aqui a qualquer hora os precise no forte, estão prontos. Se V. Ex.a. tivesse a occasião huma so vez de presenciar quanto sou necessário espectar!!! Espero que V. E. Ex.a. dará a qualquer queixa o pezo que hum bugre merece. Ah! [...] Meo Deos, grande forão os meos crimes que devo-os pagar no meio destes malditos! Que só servem para amargar meos dias! (APMT, 1855, Lata A).

O período entre 1831 e 1895 foi, portanto, marcado por desenganos e frustrações. Praticamente desmontado o projeto indigenista, a política para essas culturas foi remontada de formas provisórias e que nada de concreto consegue fazer para a efetivação do projeto de aldeadeamento. O século XIX foi palco de um acontecimento trágico para as culturas locais e famílias de colonos que se jogaram na aventura por uma vida melhor.

De 1895, começo do período republicano, até o tempo presente, o que podemos ver foram políticas perversas contra as culturas indígenas. A experiência do Serviço de Proteção aos Índios em nada removeu da lógica colonizadora. No período da Ditadura Civil e Militar, foi criada a Fundação Nacional do Índio, FUNAI. A fundação de mais uma instituição não garantiu o fim das hostilidades às culturas indígenas. Foi justamente nesse período que houve massacres catastróficos pelo seu teor genocida. O relatório Figueiredo foi um exemplo de perversidade sem dimensão em seu teor. Momento em que escrevo esse artigo para o livro sobre os 300 anos de Cuiabá, estão sendo dizimados indígenas por todo o país. Portanto, quanto ao tema indígena não há nada a comemorar e sim repensar as formas de vida e suas relações com as diferenças em nosso país.

Considerações Finais

Os graus de perversidades cometidas pelas diferentes políticas indigenistas deveriam ser registrados e apresentados para a educação de nossas crianças. Assim sendo, poderíamos construir novas gerações que se relacionassem de forma amistosa e solidária com as diferentes formas culturais e opções afetivas e de gênero existentes. Porém, os acontecimentos dos começos sangrentos da nação brasileira tornaram-se ausentes dos livros didáticos. Foi uma forma de silenciar sobre esses acontecimentos que marcaram o quão perverso foi o tratamento dado a essas culturas desde o começo. Contribuem com isso a dominação de um saber negativo sobre as culturas indígenas e as diferenças em geral. Com isso foi se garantindo uma opinião pública apática, omissa e mesmo agindo com cumplicidade quanto aos massacres perpetrados em toda a história indígena. O modelo historiográfico precisa sair da condição de funcionar em busca da origem e voltar-se para desvelar os saberes que constituem os começos e seus relatos fundadores. Retirar esses valores considerados alicerces históricos e mostrar que são noções inventadas em momentos históricos do passado com lugar e data de seus estabelecimentos.

É de se crer que no século XIX, a concepção moderna de história fez da guerra o marcador do tempo. Após a conquista explicita em sua forma sanguinária, uma narrativa traduzia-se em cada momento do passado em política considerada como pacificadora. A paz nada mais significou que um regime de leis a favor dos vencedores do passado. O que tratamos como sociedade harmoniosa é na verdade marcada por códigos contra as raças e depois contra as camadas mais empobrecidas da sociedade brasileira. Esta narrativa determinava a inserção desses corpos como braços úteis ao projeto colonizador. Instaurada como política, esta se impunha a todos aqueles que não se situavam na moral nela estabelecida. A transformação do tempo em construtor da moral e dela o modelo verdadeiro de liberdade acabou por colocar como oposição todas as formas de liberdades. Essas formas passavam a ser consideradas como bárbaras e, portanto obrigatórias a se inserirem ao saber colonizador. Antes do discurso do direito foi o discurso da história o que tornou possível políticas determinadoras dos lugares da diferenciação.

Esse é o triste retrato das ações tidas como civilizadoras. Foram elas que dessa maneira definiram a partilha desses mundos e suas sensibilidades. Portanto, foi possivelmente no século XIX

> [...] que o discurso da história, essencialmente quase só ele, é que fizera da guerra o analisador principal, e quase exclusivo, das relações políticas; o discurso da história, portanto, e não o discurso do direito, e não o discurso da teoria política (com seus contratos, seus selvagens, seus homens das pradarias ou das florestas, seus estados da natureza, a luta de todos contra todos, etc.); não foi isso, foi o discurso da história. (FOUCAULT, 2001, p. 192).

Esse estudo foi feito na tentativa de fazer se revelar um poder que se situa nos lugares mais familiares. Assim, os sistemas de pensamento funcionam intervindos nas formas desejantes dos nossos ancestrais, retirando-nos desse lugar de produção de nossos desejos. Sair desse lugar sistematizado de produção deve ser o papel do historiador genealogista. Importa, para tanto, repensar esse passado em nosso momento histórico que é também de crise das formas de pensar o passado. É preciso para esse deslocamento fazer a distinção entre gêneses lineares e a genealogia que marca a singularidades dos acontecimentos. Longe de toda a finalidade histórica que marcou o pensamento histórico moderno, é preciso fazer aparecer o acontecimento fora de sua continuidade e da moral por ele propagada como resultado da purificação temporal e sua finalidade da busca da totalidade universal. A genealogia se opõe ao sentido meta-histórico e a condição dos valores aí produzidos. Faz vir à superfície do passado os acontecimentos suprimidos por uma história que tem por fim a exclusão das diferenças Assim foi no passado com as culturas nativas aqui encontradas pelos conquistadores, assim se repete em sua sanha voluptuosa fascista no tempo presente contra todas as formas de diferença: indígenas, afrodescendentes, homo afetivas e de gênero, por uma imposição do machismo contra o gênero feminino e contra os imigrantes.

Tornar impactante ao pensamento o desmoronar dessa inteligibilidade histórica, torna-se imperativo. É preciso para tanto tornar estranho algo que nos aparece como familiar. É aí que cada um deve se deter como olhar. Colocar em dúvida algo que sempre foi aceito como verdade. Acreditar que pode ser possível outra forma de existir. Existir em comunhão com a presença do outro como diferença, e não algo inferior. Toda forma que serviu como firmamento deve rachar-se colocando o corpo em vertigem sobre as fendas naquilo que nos constituiu. É preciso romper com nossas certezas.

É por esse aspecto que se torna importante deslocar o olhar dos conteúdos como verdades sobre o passado e voltarmos para as formas que os produziram. Nesse momento dos trezentos anos de Cuiabá poderiam aparecer temas vários de um passado que teimou em existir como possibilidade de um presente. É possível outro mundo onde o outro possa fazer parte do nosso, mesmo o ajudar a pulsar para o novo. É assim procedendo que podemos sempre ter a cuiabania exalando pluralidade.

Porém, sabemos que a história do presente não é mesmo assim. Carregamos de forma tal que se tornou secular uma destituição do lugar de fala dos descendentes das culturais locais a africanos. Essa herança fez com que o espaço da experiência, restados às "massas", fosse tratado como uma fala excessiva, "[...] como acontecimento/ não acontecimento de uma fala cujo sujeito não tem qualidade para garantir a referência do que diz" (RANCIÈRE, 1994, p. 33). Qual é o

papel do historiador nesse caso? Refazer o relato, do que é considerado como "uma papelada cientificamente insignificante". Como se dá a reinserção do acontecimento das revoltas sufocadas nas tentativas dessa camada da população de inscrever-se no espaço político da constituição da nação?

Notas

[1] Fonte. MERCURI, Isabela, da redação. Olhar Conceito, in Olhar Direto. Cuiabá, 19 de abril de 2017. http://www.olhardireto.com.br.

[2] Francisco Xavier de Mendonça nascido em Lisboa a 9 de outubro de 1701 e falecido em 15 de novembro em Évora em 1769. Foi capitão general do Exército e administrador colonial português. O que chama a atenção é o fato de ser irmão do Marquês de Pombal e exercer sob seu comando a administração de uma das mais importantes capitanias que foi a do Grão Pará e a companhia comercial com esse mesmo nome.

[3] Comparada á Capitania do Grão Pará, com uma companhia comercial forte, a capitania de Mato Grosso, pouco representava em termos de produção. Limitava-se a uma economia praticamente extrativista.

[4] Desde 1831 já existia o projeto de lei para a fundação Diretoria Geral dos Índios, com fins de centralização da política indigenista que somente foi efetivada pelo regulamento 426 em 1845 e que tinha como objetivo a fundação de aldeamentos com fins da redução indígena e com isso torna-las propriedade do Estado. Como terras devolutas foram colocadas à venda.

[5] A partir de promulgado o regulamento 426, logo após em 1851, foi fundada a Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho na região do Baixo Paraguai, nas imediações de Mato Grande, distrito de Albuquerque no município de Corumbá, atual Mato Grosso do Sul. Em seguida, alguns anos depois foi fundada a aldeia de Miranda, no município do mesmo nome.

[6] Esse relatório mostra como os fazendeiros se utilizaram de aviões para jogarem sacos de açúcar com o veneno arsênico e seguido de dinamites para explodir aldeia na região do rio Machado no estado de Rondônia. Tropas de jagunços indo por terra assassinando de forma hedionda os que fugiam assustados.

Fontes Documentais

Registros de Avisos Imperiais, do Ministério dos negócios do Império. 1845. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Relatório de Presidente de Província da Província de Mato Grosso, Relatório de Polícia: Secretaria de Polícia da Província de Mato Grosso, 1881. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Caderno de registro das falas presidenciais apresentadas à Assembleia Legislativa Provincial (1841-

1851). Lata 1845- C. Maço referente aos índios. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT. Cuiabá-MT.

Relatório da Diretoria Geral dos Índios em 1845. Fonte: Album Gráfico de Mato Grosso. Hamburgo, Alemanha, 1914. Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá-MT.

Aldeia de N. S. do Bom Conselho. 07 de julho de 1860. Livro 191. p. 13. Do DGI para o director da Aldeia. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Registro de Correspondência Oficial da Diretoria Geral dos Índios. 1860. Livro 191. Do DGI João B. d. Oliveira ao Diretor de Aldeia. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Documentos Avulsos. Lata 1860 A. Maço Índios. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de Mar e Guerra, Augusto Leverger, na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa em 03/05/1854.Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Lata 1855 – A. Maço Índios, Caixa A. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Lata 1855 – A. Documentos Avulsos. Maço Índios. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso Tenente Cel. Albano de Souza Ozório na Abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 03.05.1857.Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, do Chefe da Divisão Joaquim Ferreira. 1835. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Caderno de Registro das falas presidenciais apresentadas à Assembleia Legislativa Provincial (1841-1842). Índios – 1842. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Lata 1845 – C. Documentos Avulsos. Maço referente aos índios. Relatório do Presidente de Província Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa provincial em 1º de março de 1845. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Registros de Avisos Imperiais, do Ministério dos negócios do Império. 1845. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Lata 1855-A: Documentos Avulsos. Maço índios. Ofício do diretor da Aldeia de N. S. do Bom Conselho ao presidente de Província Augusto Leverger. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Regulamento 426 de 24 de julho de 1845. Lata 1845-A. Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso, APEMT, Cuiabá - MT.

Frei Mariano de Bagnaia, missionário capuchinho, diretor da Aldeia N. S. do Bom Conselho. Carta ao Diretor Geral dos Índios, em 26 de junho de 1855. Lata 1855-A, APMT. Cuiabá. MT.

Referências

AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. *Album Gráphico de Matto-Grosso.* Corumbá/ Hamburgo, 1914. Fonte: APEMT. Cuiabá-MT.

CANAVARROS, O. MF, 07, Doc. 89, 1732, março, 28, Coletânea de documentos raros do período

colonial (1727-1746), volume I / Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2007, (Série transcrição)

FOUCAULT, M. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARCHANT, Alexander. Dos escambos à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580, São Paulo: Nacional; Brasília, INL (col. Brasiliana), 1980, apud CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios do Brasil. Introdução. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 14 e 15.

MOURA, Antônio Rolim de. Carta a Francisco Xavier Mendonça, 1756 In *Correspondências*. Cuiabá: Imprensa Universitária, Série (Capitães-Generais), 1983.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra a Vista: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo; Campinas, SP: : Cortez; EdUNICAMP, 1990.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII), in CUNHA, M. Carneiro da. (Org.). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, 1992.

QUIJANO, Aníbal, Colonialidade do poder: eurocentrismo e América Latina. *En libro. A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (Org). ColecciónSur CLACSO. Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *Os Nomes da História. Ensaios sobre a poética do saber*. São Paulo: EDUC; Pontes, 1994.

IKÚIE - UM OLHAR DECOLONIAL PARA O CÉU BORORO

Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa
Univag - Centro Universitário de Várzea Grande e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
anna-edu@hotmail.com

José Eduardo F. M. da Costa
Indigenista
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
jefmdacosta@hotmail.com

Rosemar Eurico Coenga
Doutor em Teoria Literária e Literatura pela Universidade de Brasília (UnB)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (UNIC/IFMT)
rcoenga@gmail.com

RESUMO

Enquanto instrumento propiciador de um pensar decolonial e como meio de reconhecimento de epistemologias invisibilizadas pela ciência moderna, propomos apresentar uma possibilidade de observar o céu pelos olhos dos povos indígenas, com ênfase no Boe-Bororo, atualmente habitando Terras Indígenas no estado de Mato Grosso. Sob as perspectivas de teóricos da decolonialidade, embasados no pensamento crítico, demonstramos a importância de uma postura emancipadora sobre Astronomia, História, Geografia e Literatura, ao adotarmos estudos tendentes a expressar um pensar decolonial e a ideia de uma "ecologia de saberes", que possibilitam a recuperação de práticas e saberes de diferentes grupos sociais. Neste contexto, o livro infanto-juvenil Subida pro céu: mito dos índios Bororo (1986), de Ciça Fittipaldi, ilustra o caminho teórico-conceitual proposto para um pensar do Sul.

Palavras-Chave: Povo Indígena Bororo. Astronomia Indígena. Literatura infanto-juvenil.

ABSTRACT

En cuanto instrumento propiciador de un pensamiento decolonial y como medio de reconocimiento de epistemologías invisibilizadas por la ciencia moderna, proponemos presentar una posibilidad de observar el cielo por los ojos de los pueblos indígenas, con énfasis en el Boe-Bororo, actualmente habitando Tierras Indígenas en el estado de Mato Grosso. En las perspectivas de teóricos de la decolonialidad, basadas en el pensamiento crítico, demostramos la importancia de una postura emancipadora sobre Astronomía, Historia, Geografía y Literatura, al adoptar estudios tendientes a expresar un pensamiento decolonial y la idea de una "ecología de saberes", que que permiten la recuperación de prácticas y saberes de diferentes grupos sociales. En este contexto, el libro infantojuvenil Subida pro céu: mito dos índios Bororo (1986), de Ciça Fittipaldi, ilustra el camino teórico-conceptual propuesto para un pensamiento del Sur.

Keywords: Pueblo Indígena Bororo. Astronomía Indígena. Literatura infantojuvenil.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

No ano em que Cuiabá completa 300 anos, valemo-nos deste espaço para homenagear a etnia Boe, mais conhecida pelos não indígenas por Bororo ou Boe-Bororo, falante da língua boe wadáru, que quer dizer língua original, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. A razão primeira dá-se em virtude de ser o povo indígena que habitava terras que abrangiam o município de Cuiabá, alcançando uma vasta região da América do Sul, compreendida por partes dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Leste da Bolívia, há sete mil anos, aproximadamente, de acordo com o estudo de Irmhild Wüst (1982), uma referência na arqueologia brasileira.

No início do século XVIII, exploradores luso-brasileiros descobriram ouro em terras dos índios Coxiponé. Fundaram, assim, em 1719, o Arraial do Cuyabá, o que viria a consolidar um próspero polo minerador em um dos afluentes do alto Paraguai. A extração do ouro despertou o interesse da Coroa portuguesa pela região, quando implementou uma política de ocupação territorial intensa. Cuiabá e as minas de Mato Grosso começavam a se configurar como centros formadores de fronteira. A metrópole necessitava assegurar a comunicação dos rios Cuiabá e Jauru, afluentes do alto Paraguai, e destes com a cabeceira do Guaporé, como regiões para a geopolítica portuguesa.

A expansão mineradora dos luso-brasileiros para o Oeste e o uso da estrada fluvial das monções excederam a linha de Tordesilhas em muitos graus de longitude. Para atingir as minas do Cuiabá, adentraram em terras tidas como castelhanas, atravessando diversos territórios indígenas.

Em 1719, com a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá no território dos Boe, também conhecidos por Coxiponé, Araé, Porrudo ou Coroado, e genericamente por Bororo, foi implementada uma política de violência e expropriação territorial. Contudo, em decorrência da resistência dos índios, os mesmos lograram sobreviver até os tempos atuais, ainda que habitando pequenas áreas do seu antigo território. Essa resistência persiste no protagonismo político e cultural frente à sociedade envolvente. Os indígenas Boe-Bororo são personagens centrais na abordagem decolonial, ao propomos uma revisitação à abóboda celestial, com a recuperação dos saberes opostos ao capitalismo hegemônico e à preponderância de um povo sobre outro. Na perspectiva de Darcy Ribeiro (1995, p. 455), "[...] estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma [...] porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra".

Sustentado em fontes secundárias, este texto está dividido em três partes: *Boe-bororo, senhores dos cantos*, consiste em nossa análise inicial. Subdividida em três momentos – Bororo Ocidental, Bororo Oriental e Toroari, o morro de Santo Antônio – tem como base os estudos de viajantes, missionários, militares, antropólogos e historiadores que dedicaram, anos de suas vidas, a estudar a etnia Boe – oriental e ocidental – do início do século XVIII, por ocasião da fundação de Cuiabá, avançando até os dias atuais. Prosseguimos nosso percurso com *Astronomia indígena: um olhar decolonial para a abóboda celestial*, discorrendo sobre o céu dos índios Bororo e seus astros, estrelas, cometas e planetas. Por último, em estreita relação à discussão sobre astronomia indígena, apresentamos *Crianças estrelas ikúie: mito dos índios Bororo*, que analisa o livro infanto-juvenil *Subida pro céu: mito dos índios Bororo* (1986), recontado pela professora da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, escritora e ilustradora Ciça Fittipaldi. Valemo-nos das análises de Cecília Meireles (1979,

p. 19) para compreender a delimitação da literatura infanto-juvenil deveria enquanto preferência dos leitores dessa faixa etária: "Costuma-se classificar como Literatura Infantil o que para elas se escreve. Seria mais acertado, talvez, assim classificar o que elas leem com utilidade e prazer. Não haveria, pois, uma literatura 'a priori', mas 'a posteriori'.

As formas de saber indígena podem inserir-se nas "epistemologias do sul", termo que dá nome ao livro organizado por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2009). Dessa forma, demonstramos o enriquecimento do conhecimento propiciado por um pensamento que consente o desvelar dos saberes silenciados pelo cânone da modernidade. Para tanto, faz-se necessário uma epistemologia que permita abordagens que "[...] valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos" (SANTOS; MENESES, 2009, p. 5).

Nossas leituras teóricas vêm à tona no intuito de assumirmos um percurso que se diferencie da visão da colonialidade do poder, percurso que legitima escritas latino-americanas e que vêm conquistando lugares merecidos. Ainda que necessitem ser consolidadas no país, as literaturas indígenas precisam romper a dependência e a subalternidade perante outros sistemas econômicos considerados mais poderosos e atinjam, com autodeterminação, o legítimo desenvolvimento que vai além da modernização ilegítima em que se acha submetida a América Latina.

Nosso pensar não pode ignorar as dinâmicas do poder contidas na construção social e deve se voltar à legitimação de uma sociedade determinada a romper com amarras que existem desde a colonização, embora com uma nova roupagem na contemporaneidade. É justamente essa atenção à "colonialidade do poder" (QUIJANO, 2005) – emponderada *no/do* saber – que permite conhecer os povos do Sul e, com ela, nossa própria identidade brasileira. A democratização no Brasil e do Brazil não se sustenta em teses de matrizes europeias, orientadas por ideais da modernidade, mas em interpretar corretamente (ou seja, à nossa maneira – a do Sul) nossas estruturas societárias e perspectivas históricas latino-americanas, de forma a sulear o caminho para o projeto de decolonização.

Boe-bororo, senhores dos cantos

Bororo ocidental

O povo Bororo ocupava um vasto território que se estendia do rio Candelária, no Oriente boliviano, adentrava no Brasil pelas cabeceiras do rio Paraguai, delimitado ao Sul pelo rio Taquari, até alcançar os rios das Mortes e as cabeceiras do Araguaia ao Leste, no contraforte do planalto. A noção de pertencimento e circularidade das relações dadas pelas semelhanças linguísticas, apropriações culturais, serviços cerimoniais, as trocas simbólicas, econômicas e matrimoniais, mediadas pelos interesses e proximidades entre os grupos locais e afins, compuseram complexos socioculturais. Estudos do período colonial (GANDIA, 1929; COLINI, 1945; e MOREIRA DA COSTA, 2006) figuram o processo de fragmentação de diferentes complexos, como Otuque-Bororo, Guaikuru, Chiquitano e Xarayes, pelos europeus. Desde a época colonial, os conquistadores dividiram o complexo Otuque-Bororo em Ocidental e Oriental, em referência ao eixo de penetração

representado pelos rios São Lourenço-Cuiabá. As políticas de desterritorialização das potências ibéricas se fizeram acompanhar de novas categorias colonialistas e homogeneizadoras.

A implantação de diversas missões jesuíticas de Chiquitos, a partir de 1691, na banda Ocidental dos rios Paraguai e Guaporé, terras de Castela, e a criação das povoações portuguesas de Vila Bela, em 1752, e de Vila Maria, em 1778, entre as cabeceiras do rio Guaporé e do rio Jauru, e ainda de São Pedro de El Rei, em 1782, próxima ao rio Cuiabá, consolidaram a cisão territorial do Bororo Ocidental. Esse complexo cultural, em território que viria a ser brasileiro, formava-se pelos Kuruminaca, Pararioné, Biripoconé, Aravirá, Biriuoné, Alcioné, Balotiponé, Bororo da Campanha e do Cabaçal, com filiações linguísticas próximas dos Bororo Coroado.

A descoberta de ouro, em 1734, pelos irmãos Paes de Barros no rio Galera, afluente da margem oriental do Guaporé, foi também movida pelo desejo de encontravam e capturar índios Paresi, vizinhos dos Nambiquara e Chiquitano, bem como a crescente presença espanhola na proximidade das posses pretendidas por Portugal, mudaram a geopolítica regional. Era necessário, com urgência, evitar o contrabando com as Missões de Chiquitos, estancar a evasão do ouro e assegurar mão de obra. Para tanto, a Coroa Portuguesa precisava ocupar e controlar espaços, sendo a aliança com os índios e, em especial, com os Guaikuru, estratégica para alcançar esses objetivos.

A criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, com o consequente desmembramento da capitania de São Paulo, teve como ato contínuo o estabelecimento de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, para ser a sua sede. A aproximação com os Guaikuru, cujos líderes compareceram a Vila Bela, em 1791, para celebrar um tratado de paz, seguidos depois pelos Guaná e Guató, foi fundamental para o desenlace da geopolítica regional e para o estabelecimento de fortificações – aldeias na zona fronteiriça.

No caminho de Cuiabá para Vila Bela, o engenho da Jacobina, estabelecido próximo à margem esquerda do rio Paraguai em 1769, se constituiu em um importante polo criador de gado e produtor de açúcar no período colonial. Os Bororo da Campanha, habitantes dos campos do Morro Descalvado, situados na mesma região do Engenho, promoveram constantes ataques ao invasor, para expulsá-lo de seu território. Em 1827, o pintor Hércules Florence, em sua passagem por Jacobina, informou que os últimos anos de guerra contra os Bororo resultou na morte de muitos índios e na captura de outros, inclusive a de seu líder. Florence encontrou todos submetidos a trabalhos forçados nesta fazenda. Karl von den Steinen realizou duas expedições a Mato Grosso nos anos de 1884 e 1887 e examinou as telas de Florence, constatando uma proximidade etnográfica dos Bororo da Campanha com os Coroados do rio São Lourenço. Ao fim da resistência dos índios, João Carlos Pereira Leite, senhor do engenho da Jacobina, tomou posse dos campos de Descalvado.

Os Bororo do Cabaçal, com território contíguo aos dos da Campanha, impuseram mortes e estragos à população que habitava a extensão que ia de Vila Maria ao Porto de Jauru. Por iniciativa do Padre José da Silva Fraga foram conduzidos à redução de Santa Tereza, em 1843, com o fim de franquear a ocupação do caminho até Vila Bela, além de vislumbrar a vantagem para a Província em tê-los como vigias da fronteira, pois a percorriam em suas caçadas. O território dos Bororo da Campanha atravessava a atual fronteira e seguia pelos campos bolivianos até o rio Candelária, em cuja jusante estava a missão San Corazon. As reduções Chiquitanas congregavam, dentre outras etnias, a dos Bororo Ocidentais da região de fronteira boliviana, os Kuravéca, Korabeca, Otuque,

Kovareca, kurucaneca, Quíes, Tapurica, Ecorabeca e Tapii, todos falantes da língua Otuque ou Otuké.

Alfred Métraux (1942) apresentou em seus estudos a localização e a filiação linguística das principais etnias da região do Oriente boliviano e do Oeste mato-grossense, por ocasião dos primeiros contatos com os europeus. Como os demais autores, situou os grupos Pauserna, Saraveca, Kuruminaca, Kurucaneca, Bororo e Otuque nas cabeceiras do Guaporé e Paraguai. Algumas das etnias ocupavam os dois lados da fronteira Brasil-Bolívia. O etnolinguista Mansur Guérios (1949), baseando-se em Venturelli e Albisetti, afirmou que a família linguística Bororo compreende os Umutina, Kuruminaca, Otuque, Koraveca, Kurubeca, Kurucaneca e Tapii, com presença na fronteira Brasil-Bolívia. Crequi-Monfort e Rivet (1913) também reconheceram a semelhança linguística dos Bororo com os Otuque, discordando de Venturelli e Albisetti apenas nos aspectos de sua filiação, crendo este ser um dialeto Otuque.

A Carta Geográfica do Estado de Mato Grosso (1952) trouxe informações sobre a localização dos grupos indígenas na fronteira com a Bolívia. Situou os Bororo da Campanha em ambos os lados do Corixa Grande, adentrando no território boliviano. Mais ao Norte estariam os Biriuoné e, atravessando o Rio Jauru, os Bororo do Cabaçal; os Aravirá, no rio dos Bugres, afluente da margem direita do Cabaçal; os Acioné, no Córrego dos Bugres, tributário do Sepotuba. Também localizou, na confluência do rio dos Bugres com o Paraguai, os Balotiponé, conhecidos por Umutina, todos identificados como falantes da língua Otuque. Ainda situou os Parabazana ao Norte da Lagoa Uberaba, na margem direita do rio Paraguai, confrontando com os Bororo da Campanha. Na parte ocidental da Serra de Santa Bárbara, em águas da Bacia Amazônica, os Saraveca e Koruminaca, ambos tidos como Aruak. Estudos atuais apresentam consistentes evidências de que a língua Chiquitano pertence ao tronco Macro-Jê, ao qual estão vinculadas também a língua Otuque e Bororo.

No final do século XX, durante os estudos para o licenciamento da instalação do Gasoduto Bolívia-Mato Grosso (MOREIRA DA COSTA, 2000), foram localizadas famílias Bororo, de Chiquitano e Guató vivendo na povoação de Limão. Relatos orais dos índios registram um sistema de trabalho forçado, análogo ao escravo, visto que submetidos em Descalvado. Os Bororo lembraram que Rondon demarcou uma reserva que abrigava a aldeia da Lagoa, a mesma que Frederico Rondon (1938) visitou. Famílias dessa povoação trazem até hoje em suas memórias que, junto aos bens pessoais do cacique da aldeia Lagoa, a documentação da terra destinada por Rondon foi queimada, por ocasião de seu sepultamento, conforme costume. Depois da morte do líder, foram sendo expulsos de seu território.

Bororo oriental

A presença dos Bororo cativos nas bandeiras que se instalaram em Cuiabá, denuncia a prática de se utilizar a decodificação indígena do território a ser expropriado. Os Coxiponé, Porrudo e Coroado, conhecidos como Bororo Oriental, foram compelidos a guarnecer expedições, devido também ao seu ethos de guerreiros, combatendo outros índios, como os Kaiapó. Para contornar os instáveis caminhos das monções, a abertura da estrada de Vila de Cuiabá para Vila Boa de Goiás, em 1736, contou com uma significativa participação dos Bororo cativos.

Decorrente de um processo histórico e cultural singular, os Guaikuru constituíram uma notável sociedade mediada por uma eficiente relação de servidão ou de aliança com outras etnias, entre os quais os Payaguá e Otuque, configurando-os como uma poderosa força regional durante o período colonial até o início do Império brasileiro. Conforme relatos do Capitão João Augusto Caldas (1887, p. 44), os Guaikuru se uniram aos Payaguá e estes aos Otuque, uma "[...] tribo de índios corsários, que viviam nos tributários do Paraguay e ajudava nas hostilidades contra os portugueses". Montados em cavalos, percorriam os campos do Pantanal e não deixavam escapar qualquer rastro dos europeus, de modo que os invasores preferiam lutar com os Payaguá e nunca com os Guaikuru, uma vez que a morte era certa. Todos os temiam inclusive outros grupos indígenas. A aliança entre as etnias durou mais de quatro décadas, até que os Payaguá, em 1770, já exauridos pela guerra, celebraram a paz com os espanhóis e migraram para Assunção. Cerca de duas décadas depois, os Guaikuru pactuaram a paz com os portugueses, porém os Bororo seguiram guerreando.

No final do século XVIII, o crescente trânsito pelo caminho de Cuiabá passando pelos rios São Lourenço e Taquari rumo a São Paulo, intensificou as ações dos Bororo contra viajantes e fazendeiros. Adotando estratégias furtivas, os índios, cada vez mais, estendiam os ataques e se aproximavam de Cuiabá e, em consequência, diversas retaliações punitivas tentaram em vão contê-los. Finalmente, após quase dois séculos de lutas, em 1886, o governo enviou ao rio São Loureço uma expedição militar integrada por indígenas cativos da etnia Bororo para convencerem seus pares a estabelecer a paz, no que lograram êxito.

No ano seguinte, foram criadas duas colônias militares no rio São Lourenço, a de Tereza Cristina, na foz do rio Prata, e a de Isabel, na foz do Piquiri. Mantidos sob aparato militar e à base de presentes e distribuição de aguardentes, logo levaram o caos à sociedade Bororo. O governo do estado de Mato Grosso extinguiu a Colônia Isabel, em 1892, e, em seguida, em 1895, transferiu a Colônia Tereza Cristina aos Salesianos, a fim de levar a catequese aos indígenas. Em 1898, os Salesianos foram expulsos da colônia por desentendimento com os Bororo. Dentre outros motivos, a tentativa em conter os ritos religiosos indígenas e o consumo de aguardente. Os missionários poucos anos depois, estabeleceram duas colônias na estrada para Goiás: Sangradouro e Tachos, atual Meruri.

Finda a guerra do Paraguai e iniciada a República, tornou-se premente a adoção de medidas que garantissem a segurança da fronteira Oeste e sua colonização. A criação, em 1890, da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, comandada pelo Major Gomes Carneiro, auxiliado por Rondon, estava inserida nesse contexto expansionista. Sua implantação, ao seguir os caminhos da estrada Cuiabá-Goiás, tangenciou a franja Norte do território Bororo, mudando a configuração socioespacial da região. Os trabalhos da Comissão e a presença das colônias Salesianas facilitaram a implementação das atividades agropastoris e o esbulho do território Bororo, em que pese a interferência de Gomes Carneiro e dos Salesianos em favor dos índios.

Posteriormente, a construção do trecho São Lourenço-Coxim, ramal da linha telegráfica, seguiu o trajeto da estrada Cuiabá-Campo Grande. Em 1901, Rondon, que já se encontrava à frente dos trabalhos, contou com a participação dos Bororo. A proximidade com os trabalhadores das linhas telegráficas ocasionou um surto de sarampo entre os índios, doença que se disseminou pelas aldeias. Na mesma época da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, em 1910, verificou-se a intensificação do povoamento na região do

rio das Garças, decorrente da atividade garimpeira, intensificando o conflito com os Bororo. O estabelecimento das colônias militares e religiosas, o crescente do fluxo migratório em busca dos diamantes e pastagens, e a instalação de infraestrutura de segurança e comunicação acarretaram um impacto profundo na coesão socioterritorial indígena.

Após a rendição dos Coroados, o seu território acabou fragmentado e ocupado, precipitando uma contração de suas bordas e a implosão do seu núcleo. A expropriação, como descreve Barros e Bordignon (2003), foi diretamente proporcional ao avanço das povoações e a sua implementação pelo governo estadual, que considerou "devolutas" as terras ocupadas por indígenas. As políticas governamentais, como a Marcha para Oeste, e as diferentes formas de incentivo ainda em curso, consolidaram o esbulho. Para escapar do extermínio, os Bororo abrigaram-se nas missões, colônias e estações telegráficas, algumas amparadas pelo Serviço Nacional de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, transformadas em reservas indígenas. Passados três séculos, suas diminutas frações de terras encontram-se invadidas e carentes de regularização fundiária. Hoje, os Bororo vivem nas Terras Indígenas Tereza Cristina, Jarudori, Meruri, Tadarimana, Perigara e Missão de Sangradouro.

Toroari, o morro de Santo Antônio

Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá ou Ikuiapá, lugar de pesca com arpão, no dizer Bororo, ganhou vida e contornos, seguindo o córrego da Prainha, ou Ikuiebo, "as águas das estrelas", como o percebiam os donos da terra. A partir da barra do Ikuiebo, o curso superior do rio Cuiabá não permite a navegação de embarcações maiores, face às pedras que despontam no meio das águas. Logo rio acima, depois do Porto, fica a barra do rio Pari em Tupi-guarani, nome dado a uma cerca feita de uma margem a outra do rio para pesca. Por capricho da natureza, no local existe um afloramento de rochas que emerge como um colar de contas, de um lado a outro do rio Cuiabá. Ao reter suas águas e forçá-las nos vãos das pedras, produz um canto que pode ser ouvido de longe. Um lugar bom para a pesca com arpão. Próximo a Cuiabá, às margens do rio e logo no início de uma imensa área inundável, o Pantanal, está o Morro de Santo Antônio ou Toroari, "ninho do gavião", em Bororo.

Para o Bororo, Toroari, é a representação do baito, casa dos homens, de um território de vivências cujo esteio central é simbolizado pelo jatobá, árvore que os heróis míticos Méri, Sol e Ári, Lua, aparecem, é a passagem que interliga o mundo subterrâneo e subaquático ao terrestre e aos celestiais. O eixo Leste-Oeste divide a aldeia Bororo e o baito ao meio, estruturando duas metades exogâmicas: Ecerae, donos dos cantos, ao Norte, e Tugarege, donos das flechas ou dos cantadores, ao Sul. O caminho solar compõe um continuum, da vida e da morte, o eixo da ancestralidade e dos progenitores míticos. Este caminho é interseccionado pelo eixo dos espíritos, cujos mais significativos se apresentam como felídeos, sendo os do Zênite luminosos, humanizados e benéficos. Já os do Nadir são sombrios, perigosos e animalizados. Na espiral do pátio central encontram-se, em um espaço-temporal simbólico, os pajés das almas e dos espíritos, guiando o Bororo através dos cantos e serviços cerimoniais.

Cada metade é constituída por quatro clãs e estes se dividem em subclãs que determinam os nomes, pinturas corporais, cantos, adornos, conduta e inserção no mundo. As casas são agrupadas em unidades clânicas e se encontram dispostas em anéis concêntricos no entorno do baito e do pátio

central, denominado bororo. A localização de cada clã orienta-se pelos pontos cardeais e vincula-se às diferentes linhagens maternas que definem o legado material e simbólico dos membros da sociedade Bororo. É o aspecto feminino que impulsiona a circularidade, que faz a espiral do cosmo girar em busca do equilíbrio na reciprocidade.

Com uma estrutura social marcada pelos ritos cerimoniais e hierarquização entre os clãs, que reflete uma cosmovisão perceptível em sua territorialidade nos espaços da aldeia, nas relações entre os seres humanos e não humanos, nos cantos e nos gestos mais simples. Os poderes em uma aldeia são compartilhados pelo Boe E-Imejéra, chefe da aldeia e da guerra, com o Bari, pajé dos espíritos, e Aróe Et-Awára Áre, pajé das almas. O chefe da aldeia é escolhido por sua linhagem materna, visto sua generosidade, oratória e seu conhecimento das tradições, além de outros predicados.

O morro Toroari está vinculado à inundação universal. Narra o mito que, ao provocar o dilúvio em decorrência de um acesso de cólera, o herói da face resplandecente, Merire Póro, em Bororo "porta do Sol", sustentou o fogo de um tição em suas mãos e do alto do Toroari fez a fúria das águas recuar. Não sobreviveu ninguém ao cataclismo, e assim se uniu a uma cervídea ou guaçuetê e repovoou a terra, restabelecendo a cultura Bororo. Num segundo aspecto do mito, foi o herói Jerígi Otójiwu quem se salvou da inundação no alto do Toroari e, igualmente, com um tição na mão, fez as águas abaixarem. Entretanto, foi pelo seu assobio persistente nas auroras que fez aparecer outro índio portando, também, um tição para, em seguida, emergirem todos os demais índios da casa central, baito.

Conta a tradição (VIERTLER, 1991, p. 47; e ALBISETTI E VENTURELLI, 1962, p. 613) que Jerigi está associado à constelação de Orion e à caça, aspecto masculino. E, ainda, que a Guacuetê é vinculada às constelações de Centauro, Pobógo Imédu, a Alfa, e Pobógo Arédu, à Beta, as quais integram a constelação Cruzeiro do Sul denominada Pári Búreapelo, Pegada de Ema pelo Bororo. A Guacuetê expressa o aspecto feminino e o cultivo da terra.

Como ensinam Guattari e Rolnik (1996), os territórios são articulados aos fluxos cósmicos, aos espaços-tempos sociais, estéticos, culturais e cognitivos e estão sempre em processos de apropriação e de desterritorialização. É bem provável que o colonizador conhecia o valor simbólico e a importância do Toroari para o Bororo, raiz da população cuiabana. Na mitologia grego-romana, a Alfa e Beta de Centauro são conhecidas também como guardiãs do Cruzeiro do Sul e de Sírius, o caçador. Conhecida como estrela flamejante, Sírius é a mais brilhantes do céu e o símbolo por incidência de Mato Grosso no pavilhão nacional. Aparentemente, ao ver o Brasão de Mato Grosso percebe-se a semelhança com Toroari, cujo o topo está aninhada uma Fênix, pássaro mítico, símbolo universal do sol, do fogo e do renascimento, o Meriri Póro.

Astronomia indígena: um olhar decolonial para a abóboda celestial

Inscrições rupestres, expressões gráficas representadas por pinturas ou gravuras, datam da Idade da Pedra. Do período Paleolítico ao Neolítico, estão espalhadas em diversos pontos do planeta Terra. Encontradas sobre superfícies rochosas – pedras, paredes e tetos de grutas, abrigos, desfiladeiros, ribanceiras, boqueirões – têm idade variada e podem atingir 40.000 mil anos. Representam cenas cotidianas do fazer e do sentir de homens que viveram nesse período, do ambiente, do firmamento, dos astros e das intempéries da natureza.

Astrônomos, principalmente, têm grande interesse em interpretar inscrições rupestres que retratam o sol, a lua, os cometas, as estrelas, as eclipses. A etnoastronomia ou astronomia antropológica se responsabiliza por entender as inúmeras compreensões referentes ao universo, dadas por diversos grupos étnicos. A observação sistemática do céu não corresponde unicamente às civilizações ocidentais, mas é também uma prática exercitada pelos mais diferentes povos que há muito tempo observam e interpretam a movimentação celeste para orientar seus rituais e organizar atividades agrícolas.

A exemplo, lembramos de Claude Lévi-Strauss em expedições no Brasil indígena, em fins da década de 1930, que se comoveu com os *Boe* da aldeia Quejara, em Mato Grosso, às margens do rio Vermelho, deitados em esteiras a perscrutar, horas e horas, os astros e movimentos celestes. Desse tempo, as narrativas dos indígenas *Boe* sobre a origem do vento e da chuva, Geriguiguiatugo ou Toribugo, são referências marcantes às *Mitológicas*, conjunto de quatro livros: *O cru e o cozido* (1964), *Do mel às cinzas* (1969), *A origem das maneiras à mesa* (1968) e *O homem nu* (1971).

Stephen Michel Fabian (2009, p. 58) também experimentou situação semelhante, quando esteve junto aos *Boe*, décadas mais tarde, em 1983: "[...] na estação seca eu frequentemente dividi esteiras com os homens que observavam a Lua e as estrelas, com o chão batido transferindo o delicioso calor armazenado do Sol para as nossas costas".

É possível observar o céu – na claridade ou na escuridão – para além da visão europeia. A exemplo do Brasil, interessados na temática recorrem especialmente ao estudo intitulado *Histoire de la mission des pères capucins en l'isle de Marignan et terres circonvoisines où est traicté des singularitez admirables & des moeurs merveilleuses des indiens habitans*, de 1614, escrito por Claude D'Abbeville, frade capuchinho e entomólogo francês que chegou ao Maranhão em 1612, um dos precursores dos estudos da etnoastronomia indígena. Sobre a astronomia dos indígenas Tupinambá, admirou-se D'Abbeville (1975, p. 246): "Poucos entre eles desconhecem a maioria dos astros e estrelas de seu hemisfério".

Ainda sob o céu Tupinambá, o referido estudo apresenta uma relação de 32 astros e constelações, com grafias nas línguas indígena, francesa e portuguesa, de acordo com a sistematização de Lima e Moreira (2005). Com dificuldade diante à preciosidade das informações, destacamos apenas duas constelações: Criçá, por ter relação com uma das constelações mais conhecidas por pessoas do Brasil: "Conhecem também o Cruzeiro, bela constelação de quatro estrelas muito brilhantes dispostas em Cruz. Chamam-na Criçá, cruz" e, por sua grande ocorrência na etnoastronomia indígena, Yassatim, composta por sete estrelas em forma de um pássaro (LIMA; MOREIRA, 2005, p. 8).

Para esta abordagem, nos debruçamos mais especificamente nos estudos de Stephen Michael Fabian (2009), César Albisetti e Ângelo Jayme Venturelli (1962), ao levarmos em consideração que este estudo se atém ao povo indígena *Boe*, sujeitos de suas pesquisas. Nosso percurso se inicia por Albisetti e Venturelli (1962, p. 280), por explicarem que o termo *Boe* significa "coisa, índio Bororo, tempo astronômico, estado atmosférico. [...] É a forma da língua bororo que tem a mais ampla significação. Serve para indicar seres inanimados e animados, reais e fictícios. Seu uso criterioso denota conhecimento da língua e elegância de expressão". Ainda a seguir os caminhos dos padres salesianos, o termo *Boe* encontra-se também associado ao tempo astronômico, quando ao lado de outras palavras: "Boe rái kímo, tempo longo ainda, i.é, há ainda tempo; Boe kodomái, tempo um pouco i.e. é ainda pouco cedo". (ALBISETTI; VENTURELLI, 1962, p. 294). Assim sendo,

Lima (2011, p. 3), da Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro, conclui que "[...] pelo próprio significado da palavra *Boe*, não é de se estranhar então que eles tenham um conhecimento considerável da esfera celeste, o que é corroborado pela literatura".

Stephen Michel Fabian (2009, p. 57) é convincente em afirmar os graus de complexidade e de profundidade da etnoastronomia *Boe*, bem como de suas implicações na vida dos indígenas. Informa que, durante suas pesquisas de campo, realizadas em 1982-1983, à época pesquisador da Universidade de Princeton, Nova Jersei, Estados Unidos da América, descobriu que os Boe "[...] são de fato ávidos observadores celestes e usam informações astronômicas para planejar e orientar o desenho de suas aldeias e as relações sociais concomitante a essa organização". E mais: "[...] que as estrelas regem um calendário funcional para marcar eventos e difundir importantes valores culturais e tradições".

Fabian (2009) dá notícia de ter reunido dados de seu trabalho de campo aos dos salesianos da aldeia Meruri, quando foi possível certificar-se de que o povo Boe-Bororo "[...] tem uma grande quantidade de informação acumulada a respeito do céu e seus fenômenos, resultado de séculos de observação regular". Da mesma forma, a possibilidade da compilação do conjunto de informações tornou possível verificar que a etnoastronomia encontra-se na narrativa mítico-religiosa, na constituição de suas aldeias, nos papéis sociais desenvolvidos por homens e mulheres, nos padrões de relacionamento, bem como no calendário das atividades.

Meri é o Sol. Ari é a Lua. Meri e Ari são irmãos poderosos e travessos:

> *Meri* é o irmão mais velho e muito mais poderoso que *Ari*, que não passa de um mero reflexo seu. Juntos, eles fazem de tudo para influenciar o mundo dos bororos e o seu modo de viver. Por exemplo, aldeias circulares refletem as formas primordiais dos dois astros celestes mais proeminentes, e alinham-se no eixo leste-oeste, acompanhando o percurso solar maior, omeritawara (literalmente 'estrela do Sol'). (FABIAN, 2009, p. 59).

Observados com regularidade pelos indígenas, tanto durante o dia como durante a noite, Meri e Ari são marcadores do tempo dos Boe. Seus braços esticados para cima podem indicar diferentes direções do astro, quando comumente fazem uso do termo meri woe, "o Sol aqui". No céu em escuridão, a Lua, uma estrela predominante ou uma constelação são anunciadoras de tempo.

O antropólogo norte-americano trouxe, ainda, conhecimentos sobre os ciclos lunares que indicam o momento de coletar brotos de palmeiras para confecção de artefatos e para o plantio de determinadas sementes, para previsões sobre o clima ou, até mesmo, para o destino pessoal sem, contudo, para este último, trazer explicações mais aprofundadas.

É mister destacarmos a *Enciclopédia Bororo*, grandiosa produção dos salesianos Albisetti e Venturelli (1962). Composta por 3.693 páginas, está dividida em quatro livros: volume I – *Vocábulos e etnografia* (1962), volume II – *Lendas e antropônimos* (1969), volume III, parte1 – *Textos dos cantos de caça e pesca* (1976), parte 2 – *Textos dos cantos festivos* (2002) e parte 3 – *Textos dos cantos do funeral Bororo* (2009). Estes estudos consistem em preciosa fonte para a temática da astronomia indígena. A exemplo, recortamos um fragmento do volume I, por relacionar a ação de espíritos ao conhecimento do povo *Boe* sobre astrologia:

> [...] os Bororo conhecem o nome de várias estrelas, planetas e constelações. Numa lenda, explica-se como os espíritos Kogaekogáe-dóge tenham ensinado aos índios as denominações dos astros e das constelações. Ordinariamente suas constelações são de quatro ou cinco estrelas apenas, aparentemente bastante próximas umas das outras. (ALBISETTI; VENTURELLI, 1962, p. 611).

Em *Lenda das estrelas*, Colbacchini, no livro *A tribu dos Boróros* (1919, p. 41-43), menciona a origem das estrelas, assim como Colbacchini e Albisetti, em *Os Borôros orientais* (1942, p. 218-219), e Herbert Baldus na seleção e introdução de *Estórias e lendas dos índios* (1960), no livro intitulado *A origem das estrelas*, que também foi, mais tarde, adaptado para crianças, por Maria Thereza Cunha de Giacomo (1977), em *A origem das estrelas: lenda Bororo* e, por Ciça Fittipaldi (1986), em *Subida pro céu: mito dos índios Bororo*, livro este que adiante será analisado.

Esses estudos sobre a percepção do povo *Boe* diante da origem das estrelas, ainda que apresentem variações, possuem um eixo central comum. Após a leitura e análise das quatro versões, apresentamos que: em tempo de escassez, mulheres coletavam poucas espigas de milho. Mas, certa vez, elas foram à roça na companhia de um menino e tiveram muito sucesso na colheita. Naquele local prepararam iguarias saborosas com o produto da roça, desejando ofertar aos seus maridos que estavam em expedição de caça. O menino, surpreso com a fartura do alimento, subtraiu grande quantidade de grãos de milho e os escondeu em taquaras. De volta à aldeia, entregou-os à sua avó: "Nossas mães lá no bosque fazem pão de milho. Faz um para mim, porque quero comê-lo com meus amigos" (COLBACCHINI; ALBISETTI, 1942, p. 218) A avó entregou o pão de milho às crianças que, em seguida, cortaram os braços e a língua da anciã, temerosos de que ela contasse às mulheres. Também resolveram cortar a língua do papagaio e soltar todos os pássaros domesticados que viviam em suas casas:

> Tinham resolvido fugir para o céu, temendo a ira de seus pais e mães. Dirigiram-se para a floresta chamaram o *piodduddu*, 'colibri'; e colocaram-lhe no bico a ponta de uma compridíssima corda dizendo-lhe: – Pega, voa e amarra a ponta sobre este cipó e a outra extremidade que amarraremos na perna, prenderás lá em cima, no céu. Procura prendê-la solidamente numa árvore grossa de lá. (Ibidem).

O colibri obedeceu às ordens dos meninos, que logo começaram a subir pelos nós do cipó. As mães, ao retornarem da roça, não viram qualquer movimento da meninada na aldeia. Procuraram a anciã e o papagaio que não puderam contar o que havia ocorrido. Foi quando uma das mulheres viu um cipó que chegava até às nuvens e nele as crianças se agarram em subida para o céu:

> Ela avisou as outras mulheres e todas correram para a mata e começaram a chamar os meninos afetuosamente, para que descessem, mas eles não lhes deram ouvido e continuaram a subir. Então as mães começaram a chorar e a esconjurar que descessem e voltassem a habitar com elas. (Ibidem).

O chamamento das mães não foi atendido pelas crianças que cada vez mais se distanciavam da aldeia. As mulheres decidiram também subir pelo cipó para alcançar seus filhos:

> O menino que tinha roubado o milho, se colocou último da fila, e foi portanto o último a chegar ao céu; quando chegou, viu que na corda, uma depois a outra, estavam agarradas todas as mulheres; então cortou a corda e todas aquelas mu-

> lheres caíram desajeitadamente em terra, onde se mudaram em animais e feras. (Ibidem, p. 219).

Ao se livrar do cipó, os meninos nunca mais voltaram a viver em família, passando a morar no firmamento e nas estrelas, e ikúie são seus olhos. Assim, as crianças, que furtaram grãos de milho maltraram uma anciã e um papagaio e desobedeceram suas mães, passaram a compor o céu dos índios Boe, junto a tantas outras estrelas, constelações, astros e planetas.

Como anunciamos no texto introdutório, nossa proposta percorreu o caminho do verbo sulear (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010, p. 396), que se propõe a uma apreciação teórica à colonialidade, neste caso, contextualizando o hemisfério Sul, com noções e práticas relacionadas à orientação espacial aqui apresentada, e não somente os conhecimentos importados do Norte. Não se tem dúvidas de que os povos indígenas são capazes de fornecer uma visão diferente do olhar ocidental na observação do firmamento.

Crianças estrelas ikúie: mito dos índios Bororo

Ciça Fittipaldi é uma das autoras mais destacadas na literatura destinada a crianças e jovens. Nasceu em São Paulo, em 1953, formou-se em Arquitetura e Urbanismo. Artista plástica, ilustradora, jornalista, Ciça Fittipaldi vem se preocupando com a cultura dos povos indígenas. Durante a década de 1970, procurou estudar de perto a cultura indígena e, durante alguns meses do ano de 1976, viveu entre os índios Nambiquara, em Mato Grosso. Essa experiência levou-a ao projeto de escrever para crianças e jovens, a fim de colocá-los em contato com a cultura indígena.

Durante esse período, a autora aproximou de movimentos e organizações que buscavam evidenciar a questão do índio como pauta das políticas públicas da época: Comissão Pró-índio, União das Nações Indígenas (UNI) e outras. Nessa área de interesses, ilustrou a *Cartilha dos Direitos Indígenas*, elaborada pela UNI, e se responsabilizou pelo projeto gráfico do *Manual Saúde Yanomami.* É autora e ilustradora dos próprios trabalhos, como também de outros autores, a exemplo de *Coisas de onça* (2001), escrito por Daniel Munduruku, e *Olívia e os índios* (2014), escrito pela antropóloga Betty Mindlin.

Nos anos de 1990, a autora atuou com educação escolar indígena na formação de professores do Tocantins, junto às etnias: Karajá, Javae, Xambioá, Khaho, Xerente. Ainda, naquele período, exerceu atividades no curso de Licenciatura Indígena em Roraima, dessa vez com as etnias Macuxi, Yanomami, Ingarikó. Como autora e ilustradora da Série Morená, da Editora Melhoramentos, recebeu o prêmio Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), em 1986. Como ilustradora da Série *Bichos da África*, da mesma editora, recebeu o Prêmio Jabuti.

Dentro de sua produção literária, além da dedicação aos povos indígenas, destacam-se os livros: *João Lampião* (1984); *O Algodão* (1984); *Cada ponto aumenta um conto* (1986); *Pequena história de gente e bicho* (1992); *Quem pintou a onça pintada?* (1992); *Tamanduá, que bandeira?* (1992); *Tucanuçu do Cerrado e os parentes do outro lado* (1994); *Pra mim, pra você, pra todo mundo* (1995); e *A linguagem da mata* (2003).

A série *Histórias de encantamento*, publicada na década de 1990, em oito volumes (quatro escritos por Ricardo Azevedo e quatro por Ciça Fittipaldi), reconta lendas, casos e histórias do

Brasil. À autora coube recontar e ilustrar os livros *Boto Tucuxi, O homem que casou com a sereia, Tereza Bicuda* e *Mata Sete*, todos da literatura oral popular.

A coleção *Morená*, escrita entre 1986 e 1988, foi muito premiada pelo conjunto da obra, composta de oito volumes que reúnem narrativas mitológicas que pertencem à cosmogonia de diversas etnias: *A lenda do guaraná: mito dos índios sateré-maué*; *O menino e a flauta: mito dos nambiquara*; *Bacurau dorme no chão: lenda dos índios tukano*; *A linguagem dos pássaros: mito dos índios kamaiurá*; *Tainá, estrela amante: mito dos karajá*; *Subida pro céu: mito dos bororo*; *Nauro, o gambá: mito dos* índios yanoma*mi*; *A árvore do mundo e outros feitos de Macunaíma: mito-herói dos macuxi, wapixana, taulipang e arekuná*. A linguagem dos textos caracteriza-se por ser leve e agradável, com tons poéticos, remetendo à performance de um contador de histórias. Agregam-se a essas especificidades as ilustrações, também de autoria de Fittipaldi, que dialogam com a escrita. Com uma contribuição ímpar, cada um dos livros apresenta um paratexto indicando dados sobre da etnia: localização, hábitos, religião e cultura material.

Dentro da proposta das comemorações dos 300 anos de Cuiabá e, como já referendado, nossas considerações ao Boe-Bororo, povo indígena que nesse município vivia antes da chegada dos bandeirantes paulista, elegemos a *Subida pro céu: mito dos índios Bororo* (1986), temática anteriormente escrita por Baldus (1960), Colbacchini (1911), Colbacchini e Albisetti (1942) e Giacomo (1977).

Fittipaldi, com uma linguagem poética, também verificada nos demais livros da coleção, narra o mito dos índios Bororo. Sobre o significado da palavra mito, Maria Auxiliadora Fontana Baseio (2012, p. 9) elucida: "[...] vem do grego *mythos* – uma fala, um relato, uma narrativa cujo tema é a origem do mundo, dos homens, das técnicas, dos deuses, das relações dos homens com os deuses e assim por diante". André Jolles, em *Formas simples* (1980, p. 88), explica:

> O homem pede ao Universo e aos fenômenos que se lhe tornem conhecidos; recebe então uma resposta, recebe-a como responso, isto é, em palavras que vêm ao encontro das suas. O Universo e seus fenômenos fazem-se conhecer. Quando o Universo se cria assim para o homem, por pergunta e resposta, tem o lugar a forma o que chamamos mito.

Para Mircea Eliade (1994), os mitos contam histórias sagradas, relatam um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio. Em outros termos, os mitos contam como uma realização passou a existir, graças às façanhas dos entes sobrenaturais. São sempre narrativas de uma criação: relatam de que modo algo foi produzido e passou a existir. Ao nos referenciarmos sobre [...] "mitos e lendas parece ser um tema muito antigo, fazendo-nos voltar à Antiguidade clássica, às culturas primitivas e tradicionais. Entretanto, cumpre assinalar que essas formas de manifestação do gesto vocal estiveram na gênese da literatura infantil, se entendermos sua origem na idade oral do mito." (BASEIO, 2012, p. 9).

No livro *Subida pro céu: mito dos índios Bororo* (1986), Ciça Fittipaldi reconta um segredo das mulheres que resulta na origem de algumas espécies de animais e de estrelas. As mulheres da aldeia, diariamente, iam para um lugar distante, sem a companhia de seus filhos. Ninguém sabia para onde iam e o que faziam. Ao retornar à aldeia, seus cestos-cargueiros estavam vazios. As crianças perguntavam por onde andaram, mas suas mães não responderam.

Certo dia, um menino, desconfiado dessas viagens femininas com seu arco e flecha, decidiu segui-las, pelo mato se escondendo. Quando foi chegando perto do lugar onde elas estavam, ouviu

as batidas da mão de pilão e a alegria da risada das mulheres. Descobriu uma grande roça de milho. Ofereceram a ele tudo que tinha nela: milho assado, bolo de milho, canjica, mingau. Mas, era preciso comer naquele lugar, não podiam levar para a aldeia.

As crianças decidiram se esconder e que seria melhor subirem ao céu para se esconder das mães. Quando as mulheres retornam à aldeia descobriram seus filhos que subiam para longe, no fundo do redondo céu. Elas também resolvem subir atrás, até quase alcançá-los, até que o último menino, pulando no céu, cortou a corda, o que fez despencar todas as mulheres. E foi assim, com a queda, que as mulheres se transformaram em animais. As que caíram sentadas foram virando anta, caititu ou queixada; as que caíram de quatro viraram onça, jaguatirica, tatu-canastra, tatu-galinha, tamanduá mirim e bandeira. As que caíram nas árvores viraram macaco, bugio, ouriço-cacheiro, quati e irara. As mulheres que caíram com suas cintas despregadas da cintura transformaram-se em animais com rabo, que existem na floresta. Os meninos? Viraram estrelas: "E é mesmo por tudo isso que o rosto dos filhos dos Bororo tem a beleza do céu aqui na terra. Por que eles foram, assim, estas estrelas" (FITTIPALDI, 1986, p. 14).

As ilustrações do livro *Subida pro céu: mito dos índios Bororo* representam diversos elementos do cotidiano indígena, coloridos em marrom, verde, vermelho, azul, amarelo, que ocupam páginas inteiras a dialogar com o texto verbal. Para Araujo (2013, p. 33), "[...] a imagem (ilustração e projeto gráfico) não surge no livro para ficar apenas atraente, mas trata-se de um recurso potencializador do objeto livro enquanto veículo de comunicação e ludicidade particular. E, ainda sobre as imagens, nos reportamos à escritora Graça Lima (2009, p. 29): "A obra de um ilustrador é uma arte, porque, assim como os pintores, os escultores, os músicos ou outros artistas, ele tem a necessidade de fazer compreensíveis seus sonhos e, através de sua capacidade profissional, interpretar o mundo em que vive com sua visão imaginativa".

Nas obras da *Série* Morená, Ciça Fittipaldi reconta mitos indígenas de diversas etnias, como forma de divulgação dos modos de viver e de sentir dos povos selecionados. Além da indiscutível qualidade estética de seu trabalho, o que já lhe rendeu diversos prêmios de alta relevância, talvez a característica maior da autora seja a sua versatilidade: trata-se de uma artista cujas preocupações focalizam especialmente as culturas indígena e afro-brasileira, muitas delas originadas de suas pesquisas etnológicas.

Observamos que a produção sobre os povos indígenas, produzida por Ciça Fittipaldi, revela um forte traço da identidade e valorização cultural dos povos indígenas, aqui, nesse caso, dos índios da etnia Bororo. O livro *Subida pro céu: mito dos índios Bororo* (1986) apresenta o conteúdo da cultura Bororo, numa tentativa de trazer à tona os modos de entender o mundo. Ciça Fittipaldi, sem dúvida, vem dando sua valiosa contribuição nesse movimento de afirmação da identidade indígena.

Considerações Finais

Nosso intento foi o de apresentar outras leituras da astronomia para além do racionalismo moderno, sob perspectivas dos teóricos da modernidade-colonialidade-decolonialidade latino-americana, ao adotamos um percurso que transcende a colonialidade, que até esse tempo permeia a História, a Geografia, a Astronomia e outros campos do saber. Nos propomos, dessa maneira, apresentar, com o suporte metodológico da pesquisa bibliográfica, uma possibilidade de olhar o

céu sob a ótica dos povos indígenas, em especial do povo Bororo, a desvelar, até agora, identidades ocultadas, ainda que 300 anos tenham se passado desde a fundação da cidade de Cuiabá.

Uma postura imprescindível para o avanço da luta antirracista levada a cabo pela discussão sobre a pluralidade de um saber que se distancia da visão etnocêntrica de mundo, por ser fundada em uma epistemologia que desqualifica o diferente, desvaloriza formas de vida e de identidades. As pessoas que se afastam do padrão do homem de origem europeia, branco, proprietário, cristão, heteronormativo estão mais sujeitas a humilhações e violências, veladamente autorizadas por uma sociedade que convive com o racismo, o patriarcado, a homofobia, o eurocentrismo e outras formas de opressão. Por isso, nossa proposta em apresentar diferentes interpretações da abóboda celestial, que busca desmistificar as histórias e as culturas do povo brasileiro, de forma a orientá-lo à formação de uma cognição decolonial.

Urge que se conjugue o verbo sulear que, em todos os tempos verbais, se propõe a uma crítica à colonialidade configurada em diversas formas de dominação de saber e de poder. Estas vêm sendo perpetuadas desde a "descoberta" (ou inauguração) das Américas e, posteriormente, foram reforçadas pela modernização dos modos de vida, produção e mercantilização. Em oposição, queremos contribuir para o reconhecimento e a importância da existência de diferentes consciências identitárias, assim como para os processos de comunicação e cognição. Impõe-se que tais processos sejam marcados pela reciprocidade e pelo respeito à diversidade sociocultural de todas as populações do globo.

Comemorar os 300 anos de Cuiabá implica também em reconhecer a identidade da etnia Boe-Bororo que habitava o município antes da predação das bandeiras paulistas e que foi expulsa de seus territórios de ocupação tradicional por diversas formas de opressão, violência, predação, destruição e desrespeito.

Cabe-nos pensar um hemisfério Sul livre de hegemonias e de dominações de poder, que dê conta de fazer valer uma consciência crítica que resulte em ações para as populações que vivem em condições subalternas. Sulear é um verbo ainda desconhecido, difícil de conjugar, ainda que seja regular. Devemos trabalhar com conceitos que não se prendem ao aspecto geográfico, cartográfico e astronômico, uma vez que os hemisférios Norte e Sul, entendidos como categorias socioculturais e econômicas, ultrapassam a cartografia e a divisão em dois hemisférios.

Conhecer o céu dos índios Bororo, ainda que pela literatura e não deitados em esteiras a perscrutar horas e horas os astros e movimentos celestes, nos faz entendidos não em astronomia antropológica, mas de que os indígenas são profundos conhecedores do céu e da terra e, ainda, do que há entre eles.

Referências

ALBISETTI, César; VENTURELLI, Ângelo. *Enciclopédia Bororo.* Volume I: Vocábulos e etnografia. Instituto de Pesquisas Etnográficas. Universidade Católica Dom Bosco. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1962 (Publicação n. 1).

BALDUS, Herbert (sel. e introd.). A origem das estrelas. In: *Estórias e lendas dos índios*. São Paulo: Literart, 1960, p. 232-234 (Antologia Ilustrada do Folclore Brasileiro).

BARROS, Edir Pina de; BORDIGNON, Mario. *Jarudóri*. Estudos e levantamentos prévios histó-

rico-antropológicos. Relatório relativo ao termo de referência DAF/DEID nº 53/2002. Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiário/Funai. Brasília, 2003.
BASEIO, Maria Auxiliadora Fontana. Mitos e lendas. In: GREGORIN FILHO, José Nicolau. *Literatura infantil em gêneros*. São Paulo: Mundo Mirim, 2012, p. 9-25.

CALDAS, João Augusto. *Memoria historica sobre os indigenas da Provincia de Matto-Grosso pelo Capitão João Augusto Caldas*. Rio de Janeiro: Typ. Polytechnica de Moraes & Filhos editores, 1887.
CARTA DO ESTADO DE MATO GROSSO e Regiões Circunvizinhas, organizada e desenhada sob a direcção geral de S. Ex. o Snr. Gen. De Div. Candido Mariano da Silva Rondon e direcção gráfica executiva do Gen. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acôrdo com as circunstâncias e [...], 1952.
COLBACCHINI, Antonio. *A tribu dos Boróros*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1919.

COLBACCHINI, Antonio; ALBISETTI, Cesar. *Os Boróros orientais*. Orarimogodogue do Planalto oriental de Mato Grosso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. Tradução Amadeu Amaral Júnior. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1945 (Biblioteca Histórica Brasileira).

CRÉQUI-MONTFORT, Par G. de e RIVET, Paul. *Linguistique bolivienne*. La langue Saraveka. 1913.
D'ABBEVILLE, Claude. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Tradução Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
FABIAN, Stephen M. Astrônomos do cerrado. In: *Scientific American Brasil*. Etnoastronomia, n. 14. São Paulo: Ediouro : Dueto, 2009, p. 57-61.

FITTIPALDI, Ciça. *Subida pro céu:* mito dos índios Bororo. São Paulo: Melhoramentos, 1986 (Série Morena).

GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: Juan Roldan y Compañía Editores, 1929.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUÉRIOS, R. F. Mansur. *Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional*. Museu Paranaense. Nº 6. Tomo II: B-CAX.Curitiba : Tipografia João Haupt & Cia. Ltda., 1949 (Publicações Avulsas).
JOLLES, André. *Formas simples:* legenda, saga, mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste. São Paulo: Cultrix, 1980.

LIMA, Flávia Pedroza. Astronomia cultural nas fontes etno-históricas: a astronomia Bororo. In: *I Simpósio Nacional de Educação em Astronomia,* Rio de Janeiro, 2011, p. 1-15.

LIMA, Flávia Pedroza; MOREIRA, Ildeu de Castro. Tradições astronômicas tupinambás na visão de Claude D'Abbeville. In: *Revista da SBPC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 4-19, jan./jun., 2005, p. 4-19.

LIMA, Graça. As ilustrações no Brasil. In: *A arte de ilustrar livros para crianças e jovens*. Brasília: TV Escola, ano XIX, n. 7, jun. 2009, p. 29-44. Disponível em: http://www.academia.edu/13121064/A_ilustra%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil_A_ilustra%C3%A7%C3%A3o_de_livros_para_crian%C3%A7as_e_jovens_no_Brasil. Acesso em: 29.11.2018.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 3ª. ed. São Paulo: Summus Editorial; Brasília: INL, 1979 (Novas buscas em educação, v. 3).

MÉTRAUX, Alfred. The native tribes of eastern Bolivia and Western Matto Grosso. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology. In: *Bulletin 134*. Washington: Government Printing Office, 1942.
MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. *A coroa do mundo*: religião, território e territorialidade Chiquitano. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso; Carlini & Caniato Editorial, 2006.

_____ . *O manto do encoberto*: territorialidade e identidade dos Chiquitano. Monografia (Especialização em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 200. 173 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Clacso, set. 2005, p. 107-130 (Colección Sur Sur). Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ Acesso em: 01.12.2018.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro***.** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RONDON, Frederico. *Na Rondônia Ocidental.* Série 5ª. Vol. 130. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. (Brasiliana. Biblioteca Pedagógica Brasileira).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente:* contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ ; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2009.
STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI; Jaime José. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WÜST, Irmihild. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.* São Paulo, n. 2, 1992, p. 13-26.

VIERTLER, Renate Brigitte. *A refeição das almas:* uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo, Mato Grosso. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

A PROPAGANDA VARGUISTA PARA MATO GROSSO E AS TRANSFORMAÇÕES DE "CUIABÁ" NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

Léia de Souza Oliveira
Mestre em História – Área de Concentração: Movimentos Sociais na República - PUC-SP e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem/ Área: Estudos Literários - PPGEL -UFMT
Historiadora e pesquisadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)- UFMT
leiadesouzamt@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho analisa a divulgação política do regime denominado Estado Novo, no período de 1937 a 1946, destacando a propaganda e os recursos discursivos utilizados para difundir a ideia de progresso e modernização, ocorrida no estado de Mato Grosso e na sua capital Cuiabá. Utilizou-se como fonte de pesquisa artigos e editoriais do Jornal O Estado de Mato Grosso e referências bibliográficas que trabalham temáticas do inconsciente coletivo, Estado Novo e papel da Imprensa. Essa pesquisa permitiu compreender o imaginário receptivo da população mato-grossense ao discurso de progresso, modernidade e de novos tempos, veiculado por Vargas e propagado pelo citado periódico.

Palavras-Chave: Estado Novo. Imprensa. Modernização e Progresso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

ABSTRACT

This research work analyzes the dissemination of the policy of the regime called Estado Novo, from 1937 to 1946, highlighting the propaganda and discursive resources used to disseminate the idea of progress and modernization in the state of Mato Grosso and its capital Cuiabá. It was used as a source of research articles and editorials of the newspaper O Estado de Mato Grosso and bibliographical references that addresses the thematic of the collective unconscious, Estado Novo, and the role of the press. This research has allowed us to understand the receptive imagery of the Mato Grosso population to the Vargas' discourse on progress, modernity and new times, propagated by the Journal.

Keywords: New state. Press. Modernization and Progress.

INTRODUÇÃO

A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.[1]

A capital mato-grossense comemora 300 anos em um contexto desafiante para o país e para o estado. Esse momento histórico é demarcado pelas práticas dos governantes atuais, no âmbito nacional e regional, remontando aos acontecimentos do período denominado Estado Novo no Brasil. Em uma análise detalhada, verifica-se a repetição de práticas que, à luz da realidade, devem ser estudadas visando a compreensão desse processo. Essa contestação recoloca a comemoração dos 300 anos de Cuiabá, no espaço das festividades e da reflexão sobre a cidade e sua história.

Esse artigo propõe um passeio pela história, tendo como referência a visão do Jornal *O Estado de Mato Grosso*, no período do Estado Novo, proporcionando mais uma vertente de compreensão dos fatos históricos e do entendimento do papel da Imprensa na propagação e afirmação de um projeto político-ideológico.

Fundado em 27/08/39, sob a direção de Archimedes Pereira Lima, o jornal *O Estado de Mato Grosso* surge como "[...] *um facho de luz a clarear o roteiro da marcha, uma brilhante consequência do brado patriótico, conclamando a iniciativa patrícia, a olhar para adiante, para as longínquas lindes de nosso vasto território".* (O ESTADO DE MATO GROSSO, 27/08/1939, n. 1 p. 2). O periódico, ao nascer, já era considerado possuidor de uma estrutura moderna para a época, por ser proprietário da primeira rotativa instalada em Mato Grosso.

Em função dos recursos e fácil acesso desta fonte, foi definido como objeto único de investigação e análise do jornal *O Estado de Mato Grosso*, doravante denominado *O Estado*. A sequência da periodicidade de suas publicações durante o período em estudo, como um emissor de mensagens, através de suas matérias, anúncios, reportagens e editorais, proporcionou a reprodução e reinterpretação desse projeto político para o estado de Mato Grosso.

A imprensa historicamente cumpre um papel preponderante na modificação da consciência nacional e da cultural, na transformação de atitudes e comportamentos dos indivíduos, na construção de mitos e na legitimação de projetos políticos do poder instituído. Enquanto ator/sujeito da sociedade atua fundamentalmente através de símbolos, num mundo de representações, valores, criação de sentidos e mitos, em estreito diálogo com uma sociedade e em busca de sua estruturação.

O investimento do Jornal *O Estado* na propaganda do progresso gerado pelo Estado Novo provocou potencialmente a alienação de amplos grupos da sociedade mato-grossense, desenvolvendo um sentimento de anonimato frente ao interesse da Nação, despolitizando o indivíduo que aspirava a participação de sua região no centro das decisões e encaminhamentos da transformação da vida política do país.

O discurso ideológico do progresso e da modernidade encontrou ressonância no imaginário coletivo mato-grossense, traduzido pelo Jornal, devido à aspiração comum de desenvolvimento para a região, preparando o arcabouço para a implementação do ideário político do Estado Novo.

Em suas colunas, *O Estado* denunciava as dificuldades e a falta de reconhecimento político de Mato Grosso por parte do Governo Central e, principalmente, pela falta de infraestrutura que

impedia a integração da região no desenvolvimento que se dava no Centro-Sul do País. O poder dominante do Estado, na busca de elementos que justificassem o atraso local, em comparação ao restante do País, colocava como fator impeditivo seu isolamento, visto ser o estado concebido como periférico e atribuindo a ele a responsabilidade de todas as mazelas ocorridas em Mato Grosso.

O lema "Marcha para o Oeste", constante do ideário estadonovista, representou, no imaginário do povo mato-grossense, o momento de ascensão e inserção de Mato Grosso, no processo de desenvolvimento que vinha ocorrendo no restante do País.

O Jornal *O Estado*, na sua "função pública" e enquanto sujeito do cotidiano, absorveu os valores da "gente da terra" e reelaborou-os a partir da sua associação e identificação com o Projeto Nacionalista de Vargas.

As transformações em Mato Grosso e na capital Cuiabá foram registradas nos artigos e editoriais do Jornal, como um período exitoso da administração Júlio Müller, demarcado por "mudanças" no aspecto urbano da cidade. No senso comum, tais "mudanças" se traduziam em progresso, vez que as mesmas se deram a partir das aspirações e necessidades locais.

As transformações no espaço urbano de Cuiabá estiveram diretamente vinculadas a sua manutenção como capital do Estado, alterações que pretendiam torna-la moderna e progressista. Fica claro, na visão do *O Estado*, nos períodos subsequentes ao Estado Novo, que as reformas impostas a Cuiabá, por Getúlio Vargas, apenas atenuou momentaneamente o clima e disputa, que objetivava a mudança da Capital.

As alterações ocorridas em Mato Grosso no início do Estado Novo, em função do Projeto Nacionalista estruturado sob a inspiração do pensamento autoritário, teceram uma extensa teia burocrática, que, assim criada, contribuiu para assimilar a característica mais marcante das relações político-oligárquicas em Mato Grosso, que foi a "[...] *passagem do conteúdo coronelista, então dominante, para um conteúdo clientelista que se fundou na intermediação dos coronéis (ou das elites políticas) entre o poder do Estado e os seus dependentes.*[2]

> Daí o surto de progresso que assistimos deslumbrados. Por toda parte os homens procuram avançar com o trabalho. As cidades crescem, as indústrias e as propriedades prosperam, o comércio floresce". É o momento exato, em que Mato Grosso inaugura uma nova fase na história da sua vida, a fase do seu progresso definitivo. (O ESTADO DE MATO GROSSO. 04.10.1941 Nº 573. p. 4.).

> Esse progresso decorre do fato de ter o nosso Estado bom governo, reta justiça, zelo e probidade na administração, ondem nas finanças, cidadãos capazes e harmonia entre os grupos sociais. Mercê de Deus, hoje, a vida em Mato Grosso não é mais aquele capricho aventureiro de antanho, do tempo do caciquismo político, quando pelo Brasil inteiro, o revólver calibre "44" - era a justiça de Mato Grosso. (O ESTADO DE MATO GROSSO. 04.10.1941 Nº 573. p. 4).

É o novo a serviço da mercadoria, da multiplicação do consumo, do lucro, com a entrada de Mato Grosso na modernidade, propiciando o seu desenvolvimento e progresso econômico e político. No imaginário popular, enfim o progresso, fruto da evolução da sociedade mato-grossense dirigida por homens comprometidos com o Projeto Nacionalista que refletia uma ordem política adequada onde não havia espaços para lutas de classe:

> [...] Todas as relações fixas, enrijecidas, com seu Travo de antiguidades e veneráveis preconceitos e opiniões, foram banidas. Todas as novas relações se tornam antiguidades antes que cheguem a se ossificar. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens finalmente são levados a enfrentar (...) as verdadeiras condições de suas vidas e suas relações com seus companheiros humanos[3].

O surgimento do símbolo "espírito novo" como alma da Nação, vem acompanhado da ideia do elemento que unifica e redireciona os seus rumos, em busca de uma consciência comum para todos.

A essência da modernidade é a reprodução do novo, sustentáculo do progresso e do desenvolvimento capitalista. Walter Benjamin afirma que "[...] *o novo é um afrodisíaco para estimular as vendas, e cada vez que esse elixir é aplicado o novo de ontem envelhece, transformando-se em sucata temporal".* [4]

Nesse período, Cuiabá, contava com forte incremento urbano proveniente da não fixação migratória rural. A capital do estado sofreu intensamente os reflexos do modelo centralizador do Estado Novo, se transformando numa cidade de feição burocrática, o que, aliás, não era uma herança estranha àquela Cuiabá que centralizou a administração colonial.

O surto de progresso propagado pelo *O Estado*, dando ênfase às mudanças urbanas na capital, na prática se traduzia numa forte estrutura burocrática cartorial, que marcou profundamente as relações políticas em Mato Grosso no período estadonovista, e deu suporte aos mecanismos clientelistas propiciados pelas alterações do regime. Embora o modelo econômico para estado continuasse sendo definido pela sua "vocação agrária", a referência cartorial se sobrepôs ao cotidiano das relações políticas e administrativas da cidade.[5]

Afastado o caráter de violência das disputas político-oligárquicas, os conflitos de interesse vão revelar-se nos conteúdos partidários e em torno do eixo da hegemonia sobre o poder partidário regional.

A difusão de inúmeras mensagens com caráter nacional e patriótico, apresentando o Estado Novo enquanto o elemento que garantiria os interesses coletivos da Nação, vai constituir-se em fator preponderante para inculcar no individuo anônimo o sentimento brasileiro, onde o povo se despe de suas vontades individuais passando, à tutela do Estado, a sua aspiração e desejo.

Este fato foi atribuído a partir do maior engajamento das lideranças políticas mato-grossenses no aparato burocrático do Estado Novo. A dominação via política clientelista foi particularmente favorecida em Mato Grosso, através da introdução de Filinto Müller na engrenagem federal. A relação governo central/governo estadual viabilizou-se na relação Filinto Müller/Júlio Müller e num projeto político de feição urbano/burocrática que admitiu a participação rural:

> Júlio Müller é a forca, o trabalho, a vontade, a consciência, o espírito, afinal, que pairando sobre as águas mortas da apatia e do marasmo em que vivia Mato Grosso, agitou, sacudiu as energias de um povo bom e honesto, trabalhador e inteligente, que havia adormecido, integrando-o ao valor de suas gloriosas tradições de heroísmo e lealdade, plena e gloriosamente, na comunhão nacional. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 11.07.41. nº 523, p. 2).

A construção de alguns edifícios em Cuiabá, deu início a transformações no espaço urbano e arquitetônico, renovando no íntimo do mato-grossense a esperança no progresso. Aos olhos da sociedade iniciava uma nova era para Mato Grosso.

A estrada, elemento fundamental para o progresso tanto almejado, não ficou registrada de forma acentuada nas colunas do *O Estado,* como os prédios e outras inovações edificadas em Cuiabá por determinação do Governo Central.

Cuiabá dos anos 40, era uma cidade pequena e pacata, evidenciando de forma marcante o seu passado colonial. Mas, uma cidade alegre, onde todos se conheciam, onde o tempo era marcado de forma doce e suave pelas celebrações litúrgicas da Igreja Católica. Uma cidade intelectualizada, onde ocorriam com frequência saraus e tertúlias, onde a produção local e internacional eram apresentadas, debatidas e aplaudidas:[6]

> É Cuiabá remoçada, explendendo na bizarria de suas graças. Pode sorrir faceira e enamorada, dizendo ao interventor ilustre e generoso, na eloquência majestática de seus edifícios modernos a - Secretaria Geral, o Tesouro, o Cinema, o Grande Hotel, etc., etc., - a sua palavra de gratidão: Ecce opus tuum: Aqui está a tua obra! (O ESTADO DE MATO GROSSO, 11.07.41, nº 523, p. 2).

Em função da maior integração com outros centros, como Buenos Aires e Montevidéu, as construções receberam inovações significativas, usando desses países os parâmetros para suas edificações. A preocupação com novos *designs* estimulou a vinda, para a cidade, de novos técnicos familiarizados com as formas de construção e padrões de beleza que se queria atingir. A presença desses novos profissionais, em sua maioria engenheiros italianos, trouxe mudanças na configuração física da cidade, alterando o estilo das construções, tanto particulares como públicas e religiosas.

Paralelo às transformações arquitetônicas, o discurso extrapolou o tema progresso para o investimento na criação mítica de um homem responsável pelo desenvolvimento do Estado e pela concretização de um Projeto. A figura do Interventor se confunde com a ideia do Estado, enquanto suporte para o gerenciamento das premissas do Estado Novo:

> Felizmente, o sentido de hierarquia já se infiltrou em todas as camadas sociais e a ordem, a disciplina dos que mandam e dos que obedecem, vai se acentuando, gradativamente, para honra do nosso povo, progresso e glória do Brasil. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 11.07.1941, nº 523. p. 2).

O desejo de ordem passa a justificar todo tipo de ação do poder instituído, representado pelo seu líder máximo, personificado na figura de Vargas. A caracterização da obediência como um "sagrado dever" é enfatizada no discurso do regime pela "hora tão grave" que o país atravessava, necessitando da coesão de todos em torno da Nação.

O conteúdo discursivo trabalhado nos editoriais do *O Estado* se relaciona com associações corporificadas numa identificação Estado/Líder, ou seja, vinculava-se a Nação à totalidade orgânica de um corpo humano que reproduz a imagem da sociedade como um todo.

Para Lenharo[7]:

> Toda a trama de identificação do liderado com o líder passa necessariamente pela compreensão da relação hierarquizada entre o todo, a cabeça e as partes. Esse é o terreno em que o poder opera com o pretenso novo com que tenciona trans-

> formar a sociedade. E Vargas, por isso mesmo, é sempre apresentado como líder que trabalha, exemplo vivo para a nova sociedade projetada, modelo ímpar de constituição do homem novo que se pretende construir.

O Jornal *O Estado*, no seu papel de informar à população, atuou como mediador entre o fato e a mensagem repassada, comprometida entre aquele que a recebe e o mundo que o rodeia, um mundo real e atual, repleto de valores camuflados no inconsciente de cada um.

O trabalho de renovação arquitetônica e urbanística das antigas estruturas da cidade de Cuiabá vieram ao lado da resolução dos problemas de infraestrutura, que, na visão do O ESTADO, representava a remodelação dos espaços pautada no princípio de transformação na mentalidade da sociedade cuiabana, nos seus costumes, aproximando-a dos modelos das cidades em progresso:

> Quem viu Cuiabá antes da atual administração, e que a vê hoje, observa que por aqui passou e está perdurando fecundo sopro de renovação e progresso. Aos grandes edifícios públicos, ao Cine-teatro Cuiabá e ao grande Hotel de Mato Grosso e a esta obra incomparável de utilidade que é a Estação de Tratamento d'Água segue-se o embelezamento dos logradouros públicos e o calçamento sistematizado e gradativo de ruas e praças. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 17.06.1942, nº 761, p. 1).

Através da difusão do resultado das realizações de obras, *O Estado* vincula a figura do interventor enquanto artífice das transformações:

> Por onde quer que se ande dentro da Capital, Cuiabá, encontra-se o olhar apercebido do Governo e sente-se a sua mão de obreiro nº 1 do engrandecimento e prosperidade de Cuiabá e de Mato Grosso, o que vale dizer igualmente do desenvolvimento do Brasil. De algum tempo a esta parte e trecho de rua que passa pela frente da Santa Casa vinha reclamando uma remodelação total para corresponder convenientemente ao trânsito de automóveis e jardineiras e para ficar à altura do conjunto harmonioso do calçamento geral. Temos, portanto, nos atuais dirigentes do, portanto, nos atuais dirigentes do Estado e igualmente no prefeito de Cuiabá administradores dignos de quantos sabem aferir do mérito e da capacidade de quem tomou sobre seus ombros a tremenda, mas gloriosa, tarefa de governar. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 17.06.1942, nº 761, p. 01).

No imaginário do povo mato-grossense, representado no Governo Central pela figura de Filinto Müller, encontrava-se aberto o canal para a implementação de algumas ações no campo político e econômico, centradas no ideário político de Vargas:

> Em torno do Governo Júlio Müller, levanta-se o coro festivo dos aplausos. É que seu Governo democrático em que os interesses do Estado e do povo são consultados realiza esse *milagre de união* que se observa em toda a família mato-grossense, onde todos trabalham visando um objetivo comum e alto em torno de um chefe que, delegado do Presidente Getúlio Vargas, é, também, delegado do coração da gente mato-grossense. Sua obra, toda ela construída com alta visão patriótica que anima e impulsiona os atos de Júlio Müller, não se fez visando outra coisa, senão o Progresso de Mato Grosso, a grandeza desta gente que tão de perto toca o coração de nosso Interventor. Em torno dessa personalidade completa, desse homem de Estado talhado para dirigir, levantam-se os ecos da admiração da sente de Mato Grosso e de todos os que de perto analisam sua obra. Homem-da-terra, homem de Mato Grosso, agora, nesta hora crucial em que se joga os destinos do mundo, Julio Müller dá início a um amplo programa de realizações quando ultimam-se outros grandes e úteis trabalhos". (O ESTADO DE MATO GROSSO, 06.10.1942, n. 843, p. 2).

Intensifica-se a propaganda do novo estilo de governar, onde o destaque principal é o envolvimento do ato de governar ao viver cotidiano do indivíduo:

> [...] outrora governar era simplesmente policiar. Hoje, porém, existe uma outra concepção de governo. Hoje governar significa trabalhar. Significa ajudar, dirigir, amparar, estimular e favorecer por todos os meios o progresso e prosperidade constante do município, do Estado e do Brasil. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 17.06.1942, nº 761, p. 1).

Ficam caracterizados a aspiração do povo, os desejos incontidos, desenvolvidos através de elementos constantes nas suas necessidades cotidianas que, a partir de uma identificação coletiva, é transformada em querer geral.

A busca de unidade nacional nesta nova fase de progresso é trabalhada através de recursos imagéticos. Como coloca Marilene Chauí[8]:

> [...] as imagens são um espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas de capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente. Unindo o disperso, a imagem, espelho dos dados imediatos, exclui a reflexão e, simultaneamente, cria a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador.

A larga utilização de imagens no período estadonovista serviu de base para a sustentação do regime autoritário de Vargas, que, a partir do desenvolvimento de temas como *Marcha para Oeste*, ricamente elaborada através de recursos imagéticos como o *resgate da brasilidade, redescoberta da nação, integração,* atingiu o inconsciente do indivíduo que se convenceu da concretude de um fato, posto enquanto realidade a partir de uma expectativa da própria sociedade. Deu-se o envolvimento emocional do indivíduo ao fato.

A construção das imagens trabalhadas pelo *O Estado*, através de mecanismos propagandísticos, colocou Mato Grosso na posição de "eldorado brasileiro", traduzindo-se em resposta ao programa de colonização implementado pelo governo e sustentado pela imagem da "cruzada rumo ao Oeste". João Batista de Souza[9], em 1953, já colocava em sua obra:

> Assim, na era de quinhentos, as expedições nas costas do Brasil e no seu interior, atraídos pelas lendas, fabuloso "El - Dorado", famosas minas que deviam existir nos sertões, sucediam umas após outras, rito contínuo. (...) Mato Grosso, pela fertilidade do seu solo, pelas suas riquezas naturais, pelas suas floras, pela sua fauna, é um estado privilegiado, o que Deus prometeu a Abraão e aos seus descendentes.

Ao lado de uma propaganda de possibilidades futuras, era difundida uma imagem negativa do passado da sociedade brasileira. *O Estado* orientava uma campanha de valorização nacional, procurando instalar um espírito de patriotismo e de confiança em relação aos país e seu futuro, que seria dirigido pela "autoridade suprema de um Chefe" que, com suas ações, fortaleceria o Estado e estabeleceria a ordem.

A referência negativa instituída ao passado repassava ao presente a missão de transformar esse passado ruim, utilizando das experiências vividas para construir um futuro promissor. O discurso de construção negativa do passado legitimava a ação do Presidente no presente. Tal

estratégia constituiu-se em uma justificativa política utilizada como recurso discursivo em todas as iniciativas emanadas pelo regime:

> Criou-se então, na consciência do Presidente Getúlio Vargas e na de muitos dos seus abnegados e clarividentes companheiros certeza de que ou se acabava de uma só vez, de um só golpe, drástica e terminantemente com a dispersão e descentralização do poder, com o caciquismo reinante nos Estados, partidarismos facciosos e com os regionalismos impatrióticas, ou o Brasil apressaria a sua ruína, aniquilando-se rápida e sistematicamente aos embates de interesses e paixões inconfessáveis. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 13.11.1941, n. 603. p. 2).

Nesse contexto, observa-se que Cuiabá foi o parâmetro para propagandear as mudanças ocorridas no estado de Mato Grosso e justificar o ideário político de Vargas para a região e a Nação.

O Jornal *O Estado* trabalhava cotidianamente, em seus artigos e editoriais, a cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, em intenso processo de mudança, potencializada pelas propagandas dos projetos de transformação arquitetônica e urbanística de seus espaços em execução e em planejamento.

A disputa político-administrativa com a região sul do estado sustentou a busca dessa "modernização" como estratégia para afirmação do poder no estado. Na década de 40, foram observadas as principais transformações quanto ao projeto de modernização e urbanização. Nesse período, os planos governamentais foram articulados às obras oficiais do Estado, com a propagação do discurso de progresso e modernização. As principais obras realizadas pela intervenção de Júlio Müller em Cuiabá, no final da década de 1930 e começo da década de 1940, foram: a construção do Grande Hotel, a Casa dos Governadores, a ponte Júlio Müller, que liga Cuiabá a Várzea Grande, o Cine Teatro Cuiabá, o Palácio da Justiça, a Estação de Tratamento de Água e a Urbanização da Avenida Getúlio Vargas.

Cabe destacar que o Cine Teatro Cuiabá foi tido enquanto símbolo do progresso cultural vivido em Cuiabá no período. *O Estado* divulgava a representação do cinema como símbolo de progresso e modernidade da Capital.

As obras realizadas durante a intervenção de Müller tinham como premissa modernizar Cuiabá, a fim de garantir seu status de capital. Essa necessidade de autoafirmação pode ser analisada pensando nas políticas do sul do estado, imersas em oligarquias que reivindicavam a divisão de Mato Grosso.

O discurso e a propaganda de modernização e progresso, com vários projetos de urbanização, mascarados pela intenção governamental em "melhorar" os espaços de convivência social, traz embutido a política do Estado Novo de ocupação dos espaços, e em especial em Cuiabá, e sua manutenção enquanto capital de Mato Grosso.

Nesse contexto, a visita de Getúlio Vargas à capital foi marcada por desfiles cívicos, a fim de demonstrar o apreço da população do Estado ao seu governo, e sua divulgação enaltecia a figura de Vargas como o presidente do povo. A escolha da data, 19 de abril de 1940, para inauguração da Avenida Getúlio Vargas foi definida em função do aniversário do Presidente Getúlio Vargas.

O Jornal, por ocasião da visita, apresentava as obras de "modernização" da cidade aliando-as à ação do governo central e local:

> Atrás da Igreja Matriz, na esquina que liga a Rua Joaquim Murtinho à Avenida Getúlio Vargas, um belo prédio de varandas circundadas por arcos abriga hoje a Secretaria de Estado de Cultura. Em 1940, ali começava a ser erguido o Grande Hotel, uma das obras oficiais que vieram junto à política de modernização do Estado Novo do então presidente Getúlio Vargas. Quem trafega pela Avenida no Centro Histórico da Capital talvez nem pare um segundo para imaginar como se configurava aquele espaço há 50, 70, 100 anos. Trânsito, muita gente, barulho e certa poluição visual atrapalham a interessante "viagem no tempo". Varandas, pátios e 38 quartos, todos desenhados por uma arquitetura de linhas retas, geométricas e elegantes, típicas do estilo Art Dèco, bastante utilizado nas obras do governo de Getúlio. A construção de importante obra gerava especulações entre a população, que se perguntava de onde viria tanta gente para ocupar um hotel tão grande. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 26.04.42, nº 721, p. 2).

É a "nova" Cuiabá se preparando para os inovadores tempos da "Marcha para o Oeste" e se modernizando para receber muitos visitantes com poder aquisitivo, autoridades, revendedores, representantes de empresas, embaixadores, políticos, pilotos e gente de diversos segmentos que desejassem "investir" na cidade e no estado.

O papel manipulador da imprensa

A propaganda e a comunicação veiculada pela Imprensa mato-grossense e controlada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), propala a experiência do Estado Novo e se incumbe da "função pública" de difundir e formar, no coletivo, o cidadão comprometido com a Nação. Essa tarefa realizada através da propaganda, recurso básico para a sustentação do Projeto de Vargas, foi uma das ferramentas de sustentação do regime ditatorial, através do investimento em seus editoriais de conteúdos que delegaram à propaganda o sucesso do Projeto Nacionalista.

Sob o título "*A importância da propaganda no Estado Moderno*" apresentado em um editorial é destacada esta questão:

> Diante das acentuadas tendências políticas assumidas pelos povos ainda capazes de evoluir, depois da guerra de 1914, quando novas formas de Estado surgem, contra a mentalidade estacionária dos conservadores, mas, concretizando as necessidades da coletividade – a propaganda assume um papel preponderante nas organizações estatais. A ela cabe a divulgação dos novos princípios e das modernas doutrinas, de cuja compreensão surge a cooperação nacional e unificação dos recursos do país em torno de um governo de objetivo. Não que tais princípios ou doutrinas, por incompreensíveis ou ilógicas, necessitem dos cotidianos esclarecimentos da propaganda, como um novo produto farmacêutico que busca o mercado em concorrência aos velhos medicamentos. Eles, por si mesmos, falam da sua razão de ser e sua aplicação à realidade nacional é simples consequência da necessidade deles. A propaganda assume foros de arma de guerra e dele depende o êxito dos governos. (O ESTADO DE MATO GROSSO, 26.04.42, nº 718, p. 2).

As variadas formas de inculcação ideológica inseridas na sociedade provocaram no indivíduo uma mudança e levando-o a se comportar em função do ideário político do regime. As ideias de Nacionalismo, agora eram "suas ideias". Esse processo despersonalizou o indivíduo anônimo, concedendo-lhe uma nova "identidade", responsabilizando cada um na função de construção do Projeto Nacionalista.

O processo ideológico foi disseminado com larga utilização de mecanismos de difusão, desenvolvidos através dos "aparelhos ideológicos" inseridos na religião, educação, cultura, família e também, com mais eficácia, através dos meios de comunicação. Foram difundidos diretamente na sociedade ao lado dos recursos da propaganda ideológica, o conteúdo imagético trabalhado com "novos tons e intenções", dando ao ideário político do Projeto Nacionalista um caráter de fatalidade, transformando-o na "marcha natural da história".

Através de recursos discursivos, *O Estado* demonstrou como a introdução de Mato Grosso no processo de modernização que ocorria no País era importante para diminuir as diferenças regionais; propiciando, em consequência, a abertura das fronteiras agrícolas, fator que possibilitaria o Projeto de interiorização do País, concretizando o resgate da Nacionalidade.

Embora não se tenha atingido as expectativas do povo face as carências da região, ocasionadas pela falta de infraestrutura no setor de rodovias, a abertura da estrada ligando Cuiabá a Campo Grande significou para Mato Grosso a comunicação da região com o Centro-Sul do País.

A relação conflituosa na sustentação do discurso do moderno, tendo como princípio o novo, encontrou reações adversas em defesa da manutenção das tradições e símbolos antigos, embora tais reações tenham ocorrido no campo do inconsciente coletivo que aplaudia o novo.

O que fica implicitamente caracterizado é o desejo de resgatar a cultura do Estado, seus valores, símbolos, paralelo à difusão de suas potencialidades e de suas necessidades, que vão se coadunar aos propósitos constantes na globalidade do Projeto Estadonovista.

Ao interno processo de transformações ocorridas no espaço urbano da cidade de Cuiabá, divulgado pelo *O Estado*, enquanto progresso e desenvolvimento, ocorreu um aumento da população, expandindo-se os serviços burocráticos e ampliando o espaço urbanizado.

No entanto, o envolvimento do indivíduo anônimo ao Projeto Estadonovista, diluindo-se no coletivo da Nação, teve concretude a partir de uma identificação de suas aspirações com o discurso de progresso do regime, aliado à expectativa de transformações de Mato Grosso, fato que envolveu o indivíduo nos discursos de mobilização intensa de trabalho em prol do desenvolvimento da Nação.

Dessa feita, a modernidade em Mato Grosso, tendo Cuiabá, como principal protagonista, se traduziu através das reformas urbanas, concretizadas com a implementação de uma infraestrutura mínima no espaço da cidade e na transformação da mentalidade até então vigorante na região. Aí residia o princípio norteador dos símbolos da modernidade, que buscava convencer os incrédulos de que, enfim, o Estado de Mato Grosso ingressara em novos tempos.

O discurso difundido pelo regime e reelaborado pelo Jornal *O Estado*, sob o signo da modernidade, demonstrou que os elementos que a constroem levam ao progresso e ao desenvolvimento dos povos. Ao mesmo tempo serviu de suporte para legitimar projetos políticos.

O sujeito, o ator do fazer cotidiano de o *O Estado*, deixou seus traços no discurso, baseado nos valores e sonhos encontrados no viver cotidiano dos indivíduos anônimos, traduzidos nas carências e necessidades do "fazer coletivo". O desejo de realização absorveu todo o discurso do regime na convivência cotidiana entre a reivindicação e o sonho de transformações que transitam no imaginário popular.

A população mato-grossense estava receptível às mensagens da ideologia enaltecedora do progresso, discursada por sua elite e reproduzida e reelaborada pelo Jornal. O processo de identificação e incorporação das visões do novo teve ressonância no imaginário coletivo que nutria a esperança de possibilidades concretas de desenvolvimento para a região. A ideia de progresso no imaginário da sociedade mato-grossense se vinculava ao desenvolvimento do Estado e às transformações urbanísticas da capital Cuiabá, daí o grau de receptividade.

Para *O Estado*, a possibilidade de desenvolvimento da região representava a sua inserção numa era de progresso. A palavra progresso para os mato-grossenses e em especial para os Cuiabanos representava esperança e perspectivas de melhoria das condições de vida. No ideário da sociedade mato-grossense era materializado em mais estradas, mudanças no aspecto urbano, infraestrutura e reconhecimento da Nação quanto à importância do Estado para o restante do País.

A linha do jornal *O Estado*, incorporada pelos cuiabanos, sintetizou o ideário do Estado Novo, onde a ideia de progresso não foi interpretada nos limites do indivíduo. Todos os brasileiros, coletivamente, a construíram sob a liderança do "grande chefe", que possuía o dom clarividente de conceder ao povo dádivas de uma vida melhor, num país moderno, onde não havia espaço para injustiças sociais.

Como fator preponderante para o desenvolvimento, o poder governante organizou o trabalho, princípio básico do progresso, liquidando com as lutas de classes, combatendo a noção de progresso aceita pelo liberalismo e implementando uma ordem político-econômica adequada, tida como movimento natural da sociedade em evolução:

> E foi consultando os supremos interesses do Brasil e encarando as realidades brasileiras que Getúlio Vargas *derrubou de um golpe o liberalismo democrático que nos ia matando, i*mplantando para salvação nossa felicidade e nosso orgulho Estado Nacional.
>
> O Estado Nacional ou Estado Novo não foi, como há ainda quem pense um golpe de força ou uma simples manobra para conservar o poder. Foi antes de tudo e acima de tudo uma necessidade nacional.
>
> Foi igualmente a realização oportuna de um grande ideal do Brasil, ideal pelo qual trabalharam os nossos grandes homens do passado colonial, dos dias incertos da independência, das horas trágicas das guerras, todos os bons brasileiros enfim, todos os patriotas que sonharam outrora e que hoje sonham com a unidade e grandeza da sua pátria.
>
> O Estado Novo dispensa toda e qualquer apologia. Fala por si mesmo. E se impõe. E esplende. Conquista e avassala, domina e empolga a consciência brasileira. É luz, é forca, é trabalho, é ordem e prosperidade. É honra, unidade, integridade e grandeza.
>
> O Estado Novo é o Brasil... (O ESTADO DE MATO GROSSO, 10.11.1941, nº 601, p. 2).

O Jornal *O Estado*, nesse contexto, agiu enquanto instrumento de manipulação de interesses, intervindo na vida social e, ao mesmo tempo, reinterpretando um projeto a partir de seus valores. Diante dessa constatação, o presente trabalho demonstrou como *O Estado*, através de seus instrumentos e técnicas propagandísticas, reproduziu o projeto nacionalista de Vargas, reelaborando cotidianamente seus discursos, provocando a inculcação da ideia de progresso geral no imaginário popular, o qual passava pela interiorização e pelo resgate da brasilidade, suporte básico de sustentação do regime nacionalista.

O aspecto de verdade transmitido pelo *O Estado* incorporou-se ao imaginário dos mato-grossenses e dos cuiabanos. No entanto, a ideia de progresso apenas se traduziu em intenções, propagandas e em alguns projetos de transformação urbana da capital, Cuiabá, restringindo ao campo discursivo, mas se instalando no imaginário social.

Notas

[1] Karl Marx, *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, 1852.

[2] NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partido Eleitoral (Caso de Mato Grosso). São Paulo: Vértice, 1988.

[3] MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras; Schwarcz, 1986.

[4] BENJAMIN, Walter. A Modernidade e os Modernos. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1975.

[5] NEVES. Maria Manuela Renha Novis. *Elites Políticas*: Competição e Dinâmica Partido – Eleitoral (Caso de Mato Grosso). São Paulo: Vértice. 1988.

[6] O Progresso e o imaginário social da Cidade-Interpretação da cidade a partir da visão. da população. In: Estudos Básicos para o Planejamento de Cuiabá Diagnóstico do meio físico, o seio vivo (flora e fauna), economia, população, interpretação social da cidade.

[7] LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo; Campinas: Papirus; EdUNICAMP, 1986.

[8] CHAUÍ, Marilena. *O Que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[9] SOUZA, João Batista de. MATO GROSSO, TERRA DA PROMISSÃO. 1953. SP.

Referências

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário. 1975.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha do ar– a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Ecléa. C*ultura de massa e cultura popular. Leituras de operarias*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1973.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal "O Estado de São Paulo*". São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1988.

CASTORIADIS. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, M. S. Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Ceder/ Paz, 1979.

COSTA, Clóvis Correa da. M*ato Grosso de outrora, episódios, reminiscência e costumes*. s.n.t., 1965.

DINES, Alberto. *O Papel do Jornal*: Tendências da comunicação. e do jornalismo no mundo em crise. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GOULART, Silvana. S*ob a verdade oficial*. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GARCIA, Nelson Jahr. *Ideologia e propaganda política*. A Legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas. São Paulo: Loyola, 1982.

JUCÁ, Pedro Rocha. *A imprensa oficial em Mato Grosso.* Cuiabá: EdUFMT, 1986.

LACERDA, Carlos. *A missão da imprensa*. Rio de Janeiro: Agir, 1950.

LAGE, Nelson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis-RH: Vozes, 1979.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História – novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. São Paulo; Campinas-SP: EdUNICAMP; Papirus, 1986.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. Cuiabá. 1977.

_____. H*istória do Jornalismo em Mato Grosso.* Cuiabá: Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, 1963.

MARCONI, Paolo. *A Censura política na imprensa brasileira*. 1968-78. São Paulo: Global, 1980.

MELLO, José Marques de (Organizador). *Imprensa e Desenvolvimento*. São Paulo: EdUSP, 1984.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: Competição e dinâmica partidário-eleitoral* (caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Léia de Souza. *Tempos de Esperança*: *A Imagem do Estado Novo na Imprensa Matogrossense*. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP, 1995.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes,1993.

PÓVOAS, Lenine C. *Na tribuna da imprensa*. São Paulo: Resenha Tributária, 1987.

_____. *Mato Grosso – um convite à fortuna*. São Paulo: Guavira, 1977.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

ROUANET, Sergio Paulo. *A razão nômade. Walter Benjamim e outros viajantes.* Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no* Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA, João Batista de. *Mato Grosso, terra da promissão*. São Paulo: s/ed., 1953.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria.* Ou um Planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

A CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMAGINÁRIO CUIABANO (1970-1990)

Raphaela Rezzieri
Universidade Federal de Mato Grosso
Doutoranda em História - PPGHIS/UFMT
phaelarezzi@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar como ocorreu o processo de construção do imaginário acerca do povo e da cultura cuiabana, a partir das transformações experimentadas ao longo do século XX, período no qual Cuiabá viveu intensamente um processo de descaracterização, destruição e re-construção dos símbolos da identidade local. Essas transformações foram sentidas de maneira mais contundente diante do movimento migratório e de modernização da cidade, que ocorreu após a déca-da de 1970. Nesse contexto, Cuiabá tornou-se a porta de entrada para a Amazônia e deveria estar apa-relhada administrativamente para coordenar os projetos de desenvolvimento econômico do país. No entanto, os ideais de modernização não previam apenas mudanças na esfera urbana, mas também de-mandavam o abandono de práticas sociais e culturais que rememoravam o passado e a origem da po-pulação. O progresso econômico e material, arduamente desejado pelos cuiabanos, engendrou o cres-cimento da cidade, mas resultou na fragilização das relações sociais que percorriam toda existência cotidiana da população, convertendo-se em um desencantamento de mundo.

Palavras-Chave: Cuiabá. Política Cultural. Identidade.



ABSTRACT

This article aims to analyze how the process of construction of the imaginary about the cuiabana peo-ple and culture occurred, starting from the transformations experienced throughout the 20th century, a period in which Cuiabá lived intensely a process of decharacterization, destruction and reconstruction of the symbols of local identity. These transformations were felt more forcefully in the face of the mi-gratory movement and modernization of the city that occurred after the 1970s. In this context, Cuiabá became the gateway to the Amazon and should be administratively equipped to coordinate develop-ment projects the country. However, the ideals of modernization did not only foresee changes in the urban sphere, but also demand the abandonment of social and cultural practices reminiscent of the past and the origin of the population. The economic and material progress hard-willed by the cuiabanos engendered the growth of the city but resulted in the weakening of social relations that went through all the daily existence of the population, becoming a disenchantment of the world.

Keywords: Cuiabá. Cultural Policy. Identity.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

> *Pois é, caro leitor, sempre-sempre estão me fazendo perguntas. São os novos mato-grossenses que chegam para ficar, e querem se informar a nosso respeito. Uma chusma dessas indagações vão, hoje, refletidas nessas considerações que tentarei ordenar, principalmente, enfocando o caráter biopsicossocial e político de nossa gente. E o faço como mais uma homenagem aos nossos ancestrais que nos fizeram herdeiros de um patrimônio histórico e cultural dos mais relevantes.*

> *Por isso, podemos dizer que o cuiabano nos oferece, em seus componentes psicossomáticos, um biotipo inconfundível de riqueza humana. Tendo vivido e sobrevivido à luz da filosofia do abandono, até poucos anos, somos um Povo que estratificou seu caráter cultural, seu código moral, seu padrão de linguagem, sua sensibilidade artística e sua vocação política* (FREIRE, 2008, p. 29-30).

Que sujeito seria esse "tal" cuiabano? Que imagens imediatamente invadem nossa imaginação quando pensamos *nas gentes* de Cuiabá?

O presente artigo tem como objetivo analisar como ocorreu o processo de construção do imaginário acerca do povo e da cultura cuiabana, a partir das transformações experimentadas ao longo do século XX, período no qual Cuiabá viveu intensamente um processo de descaracterização, destruição e reconstrução dos símbolos da identidade local. Essas transformações foram sentidas de maneira mais contundente diante do movimento migratório e de modernização da cidade, que ocorreu após a década de 1970.

As primeiras transformações no seu cenário urbano foram sentidas no decorrer do governo Getúlio Vargas, período que conhecemos como Estado Novo (1937-1945). O programa *Marcha para o Oeste* viabilizou algumas importantes construções, dentre elas a Casa dos Governadores, Grande Hotel, Banco do Brasil, Cine Teatro Cuiabá e o Liceu Cuiabano, obras que guarneceram a cidade com uma infraestrutura moderna e tinham como objetivo assegurar o status de capital e polo político-administrativo de Mato Grosso.

Um segundo momento de transformação da paisagem urbana de Cuiabá revelou-se durante os governos militares (1964-1985), especialmente na década de 1970, sob o argumento de ocupação dos "vazios demográficos" da Amazônia Legal. Diante das promessas de prosperidade, inúmeros migrantes chegaram na região provocando um rearranjo nas antigas formas de sociabilidade e de conceber os espaços da cidade. Nesse contexto, Cuiabá tornou-se a porta de entrada para a Amazônia e deveria estar aparelhada administrativamente para coordenar os projetos de desenvolvimento econômico do país. No entanto, os ideais de modernização não previam apenas mudanças na esfera urbana, mas também demandavam o abandono de práticas sociais e culturais que rememoravam o passado e indicavam a origem da população. Em outras palavras, a modernização do espaço urbano de Cuiabá era necessária para torná-la mais atraente, uma vez que a prerrogativa das administrações militares era a de atrair os setores empresariais, inserindo-a na dinâmica do capital. A nova Cuiabá, absorvida pelo crescimento rápido e pelo encontro de diversos povos, viu-se perdida em um universo desconhecido.

O rearranjo urbano

[...] e ainda ressoa-nos aos ouvidos com acentos nostálgicos de um passado aparentemente tão distante, mas que, em rememorando a sua presença, parece-nos tão próximo [...]

Corsíndio Monteiro da Silva

Para compreender o processo experimentado por Cuiabá ao longo do século XX, lançamos mão de alguns importantes estudos, dos quais se destacam o de Suzana Guimarães, *Arte na Rua:* o imperativo da natureza (2007), Márcia Bomfim de Arruda, *As engrenagens da cidade:* centralidade e poder em Cuiabá-MT na segunda metade do século XX (2002) e de Luiza Rios Ricci Volpato, *Cuiabá-Cuiabanos:* uma leitura subjetiva da migração (2000).

No decorrer da década de 1960, acompanhando a política adotada pelo governo militar que pretendia reorganizar e fortalecer a economia brasileira, inserindo-a no mercado exterior, Cuiabá experimentou um processo de expansão econômica. O intento da política gestada pelos militares residia na construção e desenvolvimento de um parque industrial, no estímulo do consumo interno em detrimento do volume das importações e a concentração da população nos centros urbanos, em síntese, uma política direcionada ao aprofundamento das relações capitalistas (ARRUDA, 2002, p. 18). Simultaneamente a essas medidas, o governo passou a incentivar a ocupação do território Amazônico, transformando Cuiabá em ponto estratégico para tal empreitada, uma vez que, diante de sua posição geográfica, a cidade estava "no meio do caminho", devendo adaptar-se a contento para direcionar e oferecer o suporte necessário ao processo de ocupação. Portanto, modernizar-se era fundamental para atender o projeto militar e garantir sua inserção na economia nacional.

A construção de edifícios modernos, estradas e pontes para sintonizar com as novas sedes administrativas, iam dando corpo a cidade. Além disso, seduzidos pelo discurso da prosperidade e do fácil acesso à terra, noticiado nas propagandas políticas, um grande contingente de pessoas de diversas regiões do país abandonaram sua terra natal e migraram para Mato Grosso. O aumento populacional desencadeado por essas ações trouxe luz aos primeiros sintomas da desordem que atingiram Cuiabá (JOANONI NETO, 2008).

Em meio ao cenário de desenvolvimento materializado nas obras de modernização, os contornos da nova cidade revelavam incongruências. Ruas apertadas não comportavam mais o volume de automóveis, *gentes* de diferentes lugares circulavam em busca de oportunidades.

Apesar de o projeto de expansão da fronteira agrícola ser observado desde o Estado Novo, sob o slogan *Marcha para o Oeste*, foi somente após a década de 1970, a partir da construção dos discursos acerca da necessidade da integração produtiva, que podemos observar um intenso fluxo de pessoas na região. O progresso econômico e material arduamente desejado pelos cuiabanos engendrou o crescimento da cidade, mas resultou na fragilização das relações sociais que percorriam toda existência cotidiana da população, convertendo-se em um desencantamento de mundo.

É importante ressaltar que o ideal de modernização almejado não demandava apenas a transformação urbana de Cuiabá, mas também o abandono de práticas sociais e culturais que acenavam para a origem pobre, indígena e negra de sua população. Mesmo que de maneira velada, os males da sociedade cuiabana eram atribuídos à mistura de raças. Esses argumentos,

disseminados pelos cronistas do século XIX, reforçavam a ideia de que "[...] uma sociedade formada por pardos, degenerada em sua pureza étnica, só poderia desembocar num paraíso para a vadiagem" (BEZERRA, 2007, p. 28). A partir desse discurso foi lançada e cultivada a semente do preconceito racial em Cuiabá, que fomentou a construção de todo um imaginário acerca da "preguiça natural" do cuiabano. Ora, a colonização poderia sanar os problemas da cidade, por meio da ocupação e expansão das fronteiras, bem como através da força de trabalho dos migrantes, pois, além dos braços dispostos ao trabalho, estes trariam consigo suas práticas e hábitos considerados civilizados (JOANONI NETO, 2008).

Concomitantemente ao fortalecimento da política de integração e ocupação do Centro-Oeste, mais notórias tornavam-se as transformações de Cuiabá. Foi nesse contexto que ocorreram as principais e mais contundentes modificações no centro da cidade, em decorrência do crescimento populacional e da expansão urbana (ARRUDA, 2002, p. 17-18). A fisionomia da cidade foi transformada e descaracterizada, afetando também as relações de convivência da população local (ROMANCINI, 2005 p. 16). O desejado progresso não viera só, mas trouxe consigo o aumento da violência, o surgimento de favelas, a especulação imobiliária, a precariedade nos serviços básicos prestados pelo Estado e a geração de subempregos:

> Como tudo parecia fora do lugar, desfigurado, fica claro que, de um modo geral, a sensação de estar perdido no tempo e no espaço afetava não apenas uma coletividade, mas também toda uma classe social que se via em crise pelo medo de não conseguir manter mais os privilégios e lugares sociais conquistados, de ter a memória estilhaçada e a vida prestes a ruir, sentido que tudo que construíra um dia estava acabando-se, esvaindo-se, fugindo do controle. (GUIMARÃES, 2007, p. 31).

Sentindo-se ameaçados com a presença de "gentes" tão diferentes, com modos e hábitos distintos, a elite intelectual e política de Cuiabá passou a se organizar em prol da preservação dos bens culturais da cidade, difundindo-os como elementos essenciais para o desenvolvimento cultural e econômico. Conforme o texto de Sebastião de Carvalho, membro da Academia Mato-Grossense de Letras e Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso, entre os anos de 1987 a 1989:

> Uma identidade que é a afirmação de nossa herança histórico-cultural, no que ela tem de particular, mas que é igualmente universal, na medida em que reflete as partes desta nação-continente. E é nesse contexto que, ao assumir a Presidência da Fundação Cultural de Mato Grosso, faço um chamamento aos artistas, aos divulgadores da cultura, aos intelectuais para que nos engajemos todos num verdadeiro mutirão cultural. Para que estabeleçamos uma política e uma ação cultural que venham refletir as aspirações criadoras de nossa gente, ao mesmo tempo em que contribuam para a consolidação na alma da nacionalidade das ideias perenes de Dignidade, Justiça e de Liberdade. Convoco-os a todos para juntos pensarmos a questão cultural. (CARVALHO, 1987, p. 41).

Se no início de 1970 as transformações na cidade eram enobrecidas e comemoradas, no final de 70 e nos anos seguintes, de 1980 e 1990, a população, sobretudo as classes trabalhadoras[1] e a elite intelectual, contestavam o abandono do centro de Cuiabá e de seu patrimônio. A cidade parece entrar num processo autofágico, no qual seu crescimento ocorria à custa de sua própria *essência.*

Para compreender o impacto dessas transformações nas relações sociais e simbólicas da população cuiabana, exploramos um conjunto de textos, dentre eles poemas, crônicas, fábulas e entrevistas produzidos no decorrer de 1970, 1980 e 1990, na tentativa de elaborar um inventário das sensibilidades da população local.

Poéticas da fragmentação

> *Quando fui expelido da máquina que me confeccionou, para um mundo de baixa temperatura, o frio começou a me passear pela espinha dorsal. Acostumado ao esmagamento, ao retorcimento, lastimei a asfixia do selo na burocracia da empresa, transportando-me a um armário ladeado por inúmeros companheiros, que sentiam como eu o gelo do guardado. Lá hibernei entre a poeira, os insetos o silêncio e a falta de luz. A pátina do tempo mudava minha cor. Apesar de inoxidável não resistia a tamanho desprezo, e como reação, a ferrugem veio salvar-me daquela masmorra.*
>
> *Sacudido outra vez, atiraram-me a pares de mãos que me examinaram superfluamente. Como amostra da raça estava melancólica. Aproveitando o aço quente que banhara outras séries, jogaram-me para retomar cor, e quase não me acharam, porque mergulhei de satisfação. Pescaram-se a pinça, e esperneando deixei escorrer o líquido que me recobria* (SPÍNOLA, 1978, p. 29-30).

A crônica *Memórias de um 'clip',* da escritora Cleusa Spínola, é exemplar dos sentimentos nutridos pelos cuiabanos. O clipe abandonado no armário pode ser interpretado como a cidade de Cuiabá esquecida nas paredes coloniais de taipa, isolada dos grandes centros urbanos e econômicos. O esplendor do ciclo do ouro já havia cessado há séculos, restava apenas o pó nas calçadas e o desprezo por sua longa distância e isolamento.

A reação veio com o traçado no mapa. Um risco no papel. Um projeto que a situaria em uma nova rota econômica. A cidade de Cuiabá estava "no meio do caminho" por onde os colonos passariam, acompanhados de toda infraestrutura necessária para tornar Mato Grosso um estado forte e próspero. Seu novo ciclo econômico era o da exploração agrícola. Mas esse sonho dourado não trouxe apenas as desejadas benesses, tampouco se mostrou suficiente para acalmar os ânimos de uma sociedade sedenta por espaço econômico. O banho de aço quente a que foi submetido o desprezado clipe. pode ser associado ao processo de modernização que ocorreu na cidade. Para Spínola (1978, p. 29-30),

> Com aparência luzidia, colaram-me de enfeite. [...] Preso a papel andei horas. Assustaram minha frieza metálica, retirando-me das laudas que prendia. Para não ser esquecido, me fiz notado. Não queria mais morrer de solidão em caixas de armário. Solicitado, retomei o lugar. Passei a viajar: saí de mesa, entrei em envelope, soltaram-me; prenderam-me; subi escada; desci elevador, até que em invólucro robusto adentrei palácio. Ignorado, chorei até marcar as laudas que prendia; pisaram-me e me fizeram sangrar no envelope, deixando em relevo a chaga dos maus tratos. Ainda sem forças fui levantado e me agigantei de emoção. [...] Quase previ um desastre: o cesto das inutilidades.

Podemos entrever neste fragmento uma Cuiabá que, após modernizar-se, ou como costumeiramente enunciavam os jornais da época, *embelezar-se,* ao contrário do que se esperava,

foi menosprezada em seus aspectos essenciais. A província fora sangrada. Mutilaram-na com demolições despertando em suas *gentes* diferentes sentimentos, que também podem ser lidos no poema de Ricardo Guilherme Dicke (1989, p. 26):

> Que faço aqui neste momento perdido
> nesse instante petrificado *vacuum continuum*
> olhando meu passado petrificado
> este presente sem significado
> diante do enigma do futuro
> balbuciando: acaso determinismo
> horizontes de pedra dia e noite
> invocando as antigas pitonistas
> legendas fábulas quimeras histórias
> os olhos vazios o coração inútil
> as mãos inertes o sangue morno
> aguardando as horas que passam
> rio Letes labirinto de Creta
> memória abolida esquecimento agudo
> para onde de quando por quem?
> o que? para que oculta finalidade?
> a ignorância hirsuta me devora
> como a crespa Esfinge devorava peregrinos
> de Tebas a sabedoria me expele
> de suas vísceras em fogo e sangue
> talvez esperando a Deus

É possível identificar no poema de Dicke o sentimento de perda despertado pelo movimento modernizador, o sentir-se desorientado diante de um presente sem sentido e da incerteza do futuro. O indivíduo "expelido de suas vísceras" é abandonado em um novo mundo no qual ele não encontra o seu lugar. Além disso, a presença do *outro* também passa a ser uma preocupação da intelectualidade local, conforme o prefácio escrito por Arno Vogel para a publicação do livro "*Inventário da cultura popular matogressense*" (1978):

> [...] Cuiabá acordou, no entanto, do seu sono colonial para integrar uma das muitas frentes de expansão que nas últimas décadas reabriram as fronteiras esquecidas ou estagnadas desse país. E, ainda que não por encanto, começaram as transformações. A população foi se adensando a partir dos caudais migratórios que, do Sul e Sudeste, correram em busca de novas terras prometidas. Outras gentes, outros modos. A influência das culturas regionais penetrou nesse espaço social até então protegido pelo isolamento relativo nas margens do nosso espaço físico e econômico. Em meio a esse despertar ocorreu o susto da identidade ameaçada. A questão crucial do limite entre o Nós e o Eles. [...] O advento real das transformações, que constituem os significantes do progresso, no entanto, condicionou um movimento inverso. Era preciso reencontrar a tradição, agora

> que aparecia como refúgio, diante da violência (real ou simbólica) do progresso […] (VOGEL, 1978).

No decorrer dos anos de 1970, o processo de ocupação da região Norte do estado foi fortemente estimulado, fazendo com que a população de Cuiabá saltasse, dos 100 mil habitantes, para mais de 400 mil, em 1991 (VOLPATO, 2000, p. 14). A chegada dos migrantes, somado ao processo de modernização da cidade, desencadearam inúmeras transformações, tanto no âmbito social como econômico, dentre elas o aumento do número de desempregados, a supervalorização dos imóveis, a expulsão dos mais pobres para a periferia e a destruição do patrimônio histórico e ambiental.

A política estabelecida pelos militares empurra, "expele" a população para a periferia, tornando notória a ambivalência entre o desejo do progresso e a nostalgia do passado. Nas narrativas populares, nos enunciados dos jornais e na literatura da época lemos a insatisfação, a saudade e a dor da exclusão. Um conjunto de sentimentos que se tornará o edifício que sustentará argumentos e interesses da classe política, intelectual e econômica de Cuiabá.

Toda essa agitação progressista que acometeu Cuiabá alterou sobremaneira as relações de poder, a organização do espaço físico urbano e especialmente os hábitos da população. Conforme a cidade ia sendo dotada de infraestrutura, por meio da construção de prédios públicos e da instalação de equipamentos urbanos, as relações de trabalho acompanhavam o ritmo das mudanças. Os empregos gerados nesse período foram sistematicamente ocupados por migrantes, trazidos de outras regiões do país para este fim. Essa atitude acabou provocando sentimentos de rivalidade entre moradores locais e recém-chegados, sentimentos que assumiram o tom de enfrentamento cultural, conforme a transcrição abaixo, de entrevista realizada pela professora Luiza Rios Ricci Volpato com a população de Cuiabá no ano de 1997:

> Quando você muda para um lugar, você se adapta a este lugar. Mas, aqui, os migrantes vieram em maioria e foi sufocando o que é nosso. A construção desse terminal acabou com o centro da cidade. Não existe... construir um terminal de ônibus bem no centro. Os moradores aqui da vizinhança não têm lugar para estacionar os carros. Perdemos a tranquilidade: é muito barulho e gente passando, o dia, a noite inteira. Isso não é progresso. [...] E foram os de fora que trouxeram essas ideias. [...] O progresso vai te empurrando, vai ganhando espaço e a pessoa tem que ir para outro lugar (VOLPATO, 2000, p. 37-38).

A população cuiabana estava fragilizada e o que lhes restara eram as lembranças de outrora. No intuito de recuperar o controle da situação, os intelectuais cuiabanos, associados às instituições de cultura e educação, enveredaram-se no campo da preservação dos bens culturais de Cuiabá por serem estes testemunhos do passado, numa tentativa de restituir a unidade perdida (GUIMARÃES, 2007, p. 31-33). No texto de João Villasbôas (1979, p. 15), as palavras r*ememorar, passado, recordar e saudade* orientam a construção do poema:

> XI
>
> Recordar
>
> é viver a alegria do passado
>
> na tristeza do presente;

é chorar

canções que hemos cantando,

soluçando o que rimos contente;

é rever as paisagens de outra idade

o estereoscópio da Saudade.

XII

Saudade é a avozinha,

que à noite deixa a cama

e vem, sorrateira,

trôpega e velhinha,

com a voz incerta e frases mal seguras,

rememorar passadas aventuras,

junto à lareira

do coração que ama.

XIII

Eu vivo a minha vida do presente

mergulhado na vida do passado...

Embora de meus olhos tu, ausente,

estás dentro do meu ser amargurado...

Em síntese, a iminência do esquecimento reavivou a necessidade de memória da população. A estratégia adotada pelas instituições de educação e cultura foi a de estimulá-la através da criação de espaços de memória e por meio de propagandas veiculadas em jornais, revistas, livros, eventos, sarais, ônibus, viadutos etc. De acordo com Guimarães, as artes plásticas ganharam maior representatividade, pois atendiam a necessidade imediata de despertar uma consciência político-social, isto é, "[...] as obras deveriam dar a ver aquilo que a visibilidade comum tivesse tornado invisível" (GUIMARÃES, 20017, p. 100).

Além disso, o trauma ou choque decorrente do processo de modernização da cidade foi acentuado por três situações distintas: a destruição de símbolos do passado, cujo marco inicial foi a demolição antiga matriz (1968), a chegada dos migrantes (1970) e, por último, a divisão do Estado entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1979):

> A derrubada da catedral é uma das coisas que mais me marcaram e, mesmo hoje, a gente sente muito a modificação dos bairros, a demolição, o abandono que se encontram muitos prédios. Apenas acredito que seria possível o progresso conviver com o antigo. Se Ouro Preto pode, por que nós não? (VOLPATO, 2000, p. 34).

De acordo com Leilla Borges de Lacerda, o contexto histórico anterior à demolição da Igreja Matriz revela uma intelectualidade angustiada pela incerteza do futuro da cidade: "Nas produções literárias e nos discursos políticos das autoridades locais, a cidade foi apaixonadamente defendida das acusações de atraso" (LACERDA, 2001, p. 33) e a partir de então, a palavra de ordem era a de *civilizá-la*, e isso implicava no abandono de tudo o que remetia ao seu passado:

> [...] Vivemos um vácuo de possibilidades, de novos ricos, de emergentes, *em contraste com o recuar permanente dos locais, dos da terra*. Culturalmente, vivemos um desastre teórico. Quem chega traz cultura, boa ou ruim, moderna ou arcaica, mas se manifesta por traços de sua formação, de sua educação, de sua infância. Mato Grosso não tem um texto cultural. Mato Grosso não tem um pacote sócio-cultural que o identifique. Minas tem. O Rio Grande do Sul tem. O Ceará tem. Somos hoje uma encruzilhada. Cuiabá virou um entreposto, uma estação do velho oeste para os que o estão descobrindo. Nunca soubemos guardar as nossas memórias e ficamos críticos com a abertura cada vez maior dos CTG (Centro de Tradições Gaúchas), com os Círculos Nordestinos, que transferem pela culinária e pela música, um sabor de suas origens às gerações futuras. O choque do novo está a exigir da inteligência local, uma busca permanente de uma identidade cultural para Mato Grosso, para o Novo Mato Grosso. Entendo que ela deve vir sem facções, sem ilhas culturais […] (ALVES, 1987, p. 32).

Por meio da sensibilidade e do apelo às práticas consideradas tradicionais, políticos, artistas e intelectuais incentivaram a criação de novas subjetividades e novos olhares acerca das práticas locais, por intermédio de programas educativos de incentivo e valorização da cultura cuiabana. Conforme Carvalho (1987, p. 41), "[...] é preciso deixar claro que entendemos que é urgente tarefa do aparelho estatal corrigir os desequilíbrios de uma sociedade elitista e estratificada como a nossa que transforma a cultura em produto consumido por alguns poucos".

Em linhas gerais, a política cultural de Cuiabá foi absorvida pelo discurso do direito à identidade, lançando sua população numa jornada de conscientização sobre sua cultura. Desse modo, temas do cotidiano, do trabalho, da religião, da fauna e da flora, ou seja, práticas e representações passaram a ocupar painéis, ônibus, fachadas e viadutos, produto dessa *nova sensibilidade* que valorizava suas raízes.

À sombra da política nacional de cultura, que pretendia tornar rentável a produção cultural, Cuiabá, por intermédio das instituições responsáveis pela preservação e difusão do patrimônio, deveria conceber formas para garantir a sobrevivência da população pobre, por meio de seus *saberes* e *fazeres*, lançando-os, dessa maneira, numa lógica de mercado. Os dirigentes da cultura estavam voltados para redescobrir Cuiabá através de suas práticas culturais. O discurso acerca da necessidade do embelezamento e da higienização ocupava o topo das prioridades, pois esta era uma opção de aumentar a arrecadação e inserir a cidade no circuito do turismo ecológico e cultural. Literatura, arte, música e artesanato também foram explorados mediante incentivos e propagandas, ao passo em que eram transformados em símbolos legítimos da população cuiabana:

> Quando nós falamos de cultura matogrossense, na realidade estamos falando de cultura cuiabana. Nunca nós nos preocupamos em penetrar e conquistar nosso próprio território. Nunca houve integração nem econômica, nem social, nem de costumes. Muito menos cultural. [...] Perdemos muito tempo e energia tirando fotos e escritos e versos do último baú de nossa identidade provinciana. Sempre defendi Cuiabá e seus valores, pela ação. É preciso ação para mantermos e até resgatarmos aquilo que prezamos, aquilo que nos caracteriza como cuiabanos. (ALVES, 1987, p. 32-33).

> Entendo que a cultura não é assunto tão somente para o governo. É uma sociedade como o todo que deve estar envolvida no processo cultural. A sociedade é quem produz cultura, e nesse sentido, os instrumentos do poder estatal devem ser democratizados. A visão da cultura como um ornamento social ou mero enriquecimento do lazer é elitista e profundamente antidemocrática. Na realidade cabe ao poder público o papel importante de animador, de difusor, e promotor dos bens culturais. (CARVALHO, 1987, p. 42).

Segundo Suzana Guimarães, a trajetória de conscientização da cultura local utilizou referências como o folclore, a memória, a história e o patrimônio para legitimar-se: "É nesse quadro que a imagem de e/ou texto sobre Cuiabá passam a ser maciçamente objetivados a partir de práticas político-mercantins da indústria da cultura e do turismo" (GUIMARÃES, 2007, p. 7).

As características e os traços identitários da população cuiabana passaram a ser difundidos como bens de consumo, apoiados nos conceitos de ecologia e preservação, que atribuíam aos produtos culturais autenticidade e valor. Essa prática foi verificada de maneira especial na confecção artesanal da cerâmica e da tecelagem, que foram inseridos no mercado por atender as exigências necessárias, isto é, auxiliavam na manutenção da vida de seus produtores e divulgavam o artesanato local para os turistas.

Diante da destruição ou metamorfose das fronteiras referencias em que foram arrimadas a identidade cuiabana, intelectuais, artistas e gestores políticos procuraram reconstruir e fortalecer a cultura local, a fim de garantir-lhes a soberania em seu próprio território. Dessa maneira, alimentação, lugares, linguagem, entre outros *bens*, foram apropriados e ressignificados, conforme o poema de Ronaldo Castro (1989, p. 27):

> Pequi-com-arroz é magia
> do mastigar cuiabano
>
> Pequis são bolotas de ouro
> - vera riqueza telúrica
> mais que o ouro de Sutil
>
> Sapiente a natureza
> deixou levassem o ouro
> reluzente à flor da terra
> Mas reteve o ouro melhor
> - escondido em grossa casta –

nessas pepitas carnudas
do cuiabano pequi

Quando o rio está zangado
e o pacu entra em férias
comer pepitas de ouro
é gástrico privilégio
da raça dos cuiabanos

Pequizinho cuiabano
- ouro na boca do povo
alegrando corações

Quem tem ouro à mesa augusta
é guerreiro forte e bravo
filho de coxiponés

Viva o pequi na cozinha
Salve o ouro na panela
Obrigado terra-mãe

Considerações Finais

A produção material e simbólica da cultura de Cuiabá passou a ser estimulada através da divulgação de imagens e representações que fomentaram a construção de um imaginário que foi apresentado não só para os visitantes que se pretendia atrair, mas para toda a sociedade local. O que verificamos, portanto, foi a transfiguração de um conjunto de bens culturais (imateriais e materiais) em símbolos capazes de expressar a *essência* do povo cuiabano. A imagem elaborada sobre esses objetos, validada por narrativas político-pedagógicas, converteu-os em ícones indispensáveis ao cuiabano legítimo. De acordo com Guimarães, "[...] essas imagens, termos e enunciados que tornam possível ver e dizer uma nova consciência do espaço local, impõem-se como verdades, ao serem repetidas por diferentes sujeitos que produzem certa ordem de saber e se articulam em torno de certas demandas de poder" (GUIMARÃES, 2007, p. 44).

Grosso modo, a maneira como foi promovida a ideia da cultura e do sujeito cuiabano pelo poder público contribuiu para o aprisionamento e a manutenção de sua condição de inferioridade, comum até início do século XX. Mesmo que nos discursos ele ressurja como protagonista e seja exaltado, seu papel é restringido ao de auxiliar, isto é, embora tornaram-se centrais nas narrativas identitárias e culturais, não houve nenhuma mudança efetiva na sociedade que se desenhava e os cuiabanos, de maneira geral, continuaram marginalizados, ocupando cargos secundários, subempregos e sendo preteridos em relação aos migrantes.

As narrativas veiculadas pelas instituições de cultura encontraram inspiração nos fatos corriqueiros e na simplicidade da vida cabocla. Em outras palavras, a estratégia política *devorou* as práticas populares, selecionando, conservando e educando o olhar da população para certos objetos e bens considerados representativos, ao passo em que a difusão desses símbolos fomentava a fabricação de sentidos, vivências e valores que engendraram a criação de uma memória coletiva.

Notas

[1]Segundo Arruda (2002, p.17-18), Cuiabá tornou-se um entreposto de migrantes pobres, desempregados e famintos. As ruas do centro da cidade estavam repletas de mendigos, as praças ocupadas por comerciantes e crianças infratoras, produto da "modernização" ambicionada pelo governo, mas que arruinavam a imagem de modernidade construída sobre a cidade. Esses sujeitos atraídos pelos incentivos de ocupação da Amazônia, retornavam empobrecidos, fixando-se em Cuiabá à procura de empregos, desencadeando conflitos com os moradores locais, que os acusavam de ocupar suas vagas de trabalho.

Referências

ALVES, Jota. O choque do novo. *Monções*. Cuiabá: Fundação Cultura de Mato Grosso, 1987.

ARRUDA, Márcia Bomfim de. *As Engrenagens da cidade*: centralidade e poder em Cuiabá-MT na segunda metade do século XX. 2002. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2002.

BEZERRA, Silvia Ramos. *Boemia e modernidade em Cuiabá*: o personagem Zé Bolo-flor. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

CARVALHO, Sebastião Carlos G. Cultura em Mato Grosso: um percurso. In: *Monções*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1987, p. 40-41.

CASTRO, Ronaldo de. *Cuiabanália*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1989, p. 21-23.

DICKE, Ricardo Guilheme. *A chave do abismo*. Cuiabá: Fundação Cultural, 1989.

FREIRE, Silva. *A japa e outros croni-contos cuiabanos*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2008.

GUIMARÃES, Suzana. *Arte na Rua*: o imperativo da natureza. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

JOANONI NETO, Vitale (Org.). *Da esperança do El Dorado à degradação do humano:* Mapeamento das redes de resistência e convivência em pólos irradiadores de trabalho escravo no Estado de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

LACERDA, Leilla Borges de. *2001. De matriz a Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá*: territorialidade, poder e memória (séculos XVIII-XX). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

ROMANCINI, Sônia Regina. *Cuiabá:* paisagens e espaços de memória. Cuiabá: Cathedral, 2005.

CARVALHO, Sebastião Carlos G. Cultura em Mato Grosso: um percurso. In: *Monções***.** Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1989, p. 40-41.

SPÍNOLA, Cleusa. Memórias de um "clips". In.: _____. *Crônicas e poemas de amor e saudades*. Cuiabá: Fundação Cultural, 1978, p. 29-31.

VILLASBÔAS, João. *A canção da minha dor*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1979.

VOGEL, Arno. Prefácio. *Inventário da cultura popular matogrossense*. Cuiabá: PRO-SOL, 1978.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cuiabá-Cuiabanos*: uma leitura subjetiva da migração. Cuiabá: EdUNIC, 2000.

O PERFIL CENTENÁRIO DO IFMT-CAMPUS CUIABÁ NA FISIONOMIA TRICENTENÁRIA DE CUIABÁ

Nádia Cuiabano Kunze
Doutora em Educação pela USP
Coordenadora de Pós-Graduação no IFMT - Campus Cuiabá
nadia.kunze@cba.ifmt.edu.br

RESUMO

A cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, comemora no ano de 2019 os seus três séculos de fundação e mais de um terço desse seu percurso abarca o itinerário de um estabelecimento de ensino profissional que, atualmente, denomina-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá – Coronel Octayde Jorge da Silva (IFMT-CBA). No decorrer do cenário histórico produzido por ambas – a escola e a cidade – mediante suas interrelações, diversas mudanças ocorreram e modificaram os seus espaços físicos. Neste texto, objetiva-se, então, compreender e ilustrar o processo das transformações físicas daquela instituição educativa no movimento das alterações espaciais de Cuiabá, bem como as características que ambas adquiriram nesse fluxo. Para tanto, foram acessadas e selecionadas algumas imagens que retratam tal dinamismo e que aqui serão analisadas.

Palavras-Chave: Cuiabá 300 anos. IFMT-CBA. Imagens da Cidade.

ABSTRACT

Cuiabá, the capital state of Mato Grosso, celebrates its 300th anniversary in 2019 and more than a third of its route encompasses the itinerary of a professional education institution at the present called Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso, Campus Cuiabá - Coronel Octayde Jorge da Silva (IFMT-CBA). During the course of the historical development produced by both - the school and the city - through their interrelationships, various modifications occurred and changed their physical spaces. Based on that, some images portraying such dynamism were accessed, selected and in this study analyzed.

Keywords: Cuiabá 300 years. IFMT-CBA. Images of the city.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

No ano de 2019, Cuiabá, a capital do estado de Mato de Grosso, completa seus trezentos anos de existência e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá – Coronel Octayde Jorge da Silva (IFMT-CBA) comemora os seus cento e dez anos de criação.

No decurso desses três séculos da cidade, mais de um terço dele está assinalado pela trajetória daquela instituição educativa e, no decorrer de seus itinerários enlaçados, o espaço físico de ambas tem sido marcado por um vivaz diálogo entre os seus traçados.

As interlocuções entre a municipalidade e a escola, presentes no incessante fluxo de constituição das mesmas e do contexto histórico de pertencimento, vêm se estabelecendo em diversos âmbitos, porém são mais destacadamente visíveis no da organização espacial.

Esse intercâmbio tem sua origem demarcada no início do século XX, precisamente em 1909, quando o governo federal determinou a implantação do estabelecimento de ensino profissional na localidade (em Cuiabá). Desde então, o movimento de estruturação da edificação escolar passa a desenvolver-se e inter-relacionar-se com processo de composição da paisagem citadina.

Ao longo dessa perene construção em coparticipação, diversas mudanças suscitadas por demandas do cenário contextual foram se realizando e ocasionando significativas alterações na configuração física da cidade e da instituição educativa.

Diante do questionamento sobre quais transformações ocorridas e quais modificações elas promoveram na espacialidade urbana e institucional, o objetivo estabelecido para este texto foi o de apresentar a compreensão dessa dinâmica por meio da análise de algumas imagens que a ilustram.

Para tanto, partiu-se do entendimento de que a escola é um espaço em constante produção e organização, bem como detentora de uma identidade física e cultural, abrangendo um ideário e diversas práticas, conforme seus fins e conteúdos, porém, inserida num contexto histórico e num ambiente externo mais amplo (MAGALHÃES, 1999). Trata-se, então, de um organismo vivo e dinâmico que estabelece múltiplas relações com a sociedade e a cidade em que se situa, gerando mútua construção, inclusive das suas características físicas.

Quanto às imagens, considera-se que elas sejam eficazes instrumentos de descoberta e análise dos cenários e fatos do passado (KOSSOY, 2007), e que se referem a micro aspectos do mundo, a determinados momentos da realidade que ela registra (KOSSOY, 1999). Seu potencial informativo pode ser alcançado na medida em que esses fragmentos sejam observados na trama histórica em seus múltiplos desdobramentos que circunscreveram o ato da tomada do registro, no tempo e no espaço.

Cuiabá: de arraial à capital

A gênese da cidade de Cuiabá está relacionada às viagens expedicionárias dos bandeirantes paulistas, iniciadas no século XVII, que seguiram em direção às regiões do centro-oeste da colônia brasileira, avançando para além da linha fronteiriça da capitania de São Vicente (São Paulo), imposta

pelo Tratado de Tordesilhas (Portugal-Espanha/1494), em busca dos nativos da terra – os índios – com o objetivo de aprisioná-los e transformá-los em escravos.

Os primeiros sinais da sua formação se apontam quando bandeirantes, chefiados por Manoel de Campos Bicudo, chegaram na região mato-grossense no rastro dos índios Coxiponé e montaram seus acampamentos nas extremidades de um rio, o Coxipó-Mirim, entre 1673 e 1682. Mais tarde, em 1717-1718, Antônio Pires de Campos, filho daquele caudilho, adentra a localidade com sua bandeira e é derrotado pelos silvícolas (SIQUEIRA, 2006).

Nesse período, a expedição bandeirante comandada por Pascoal Moreira Cabral, atraída pelas notícias dos compatrícios sobre a existência de tribos, também circulou pela área. No confronto com os Coxiponé não logrou tanto êxito e decidiu alojar-se numa paragem conhecida como Aldeia Velha, atual Comunidade São Gonçalo Beira Rio, às margens daquele mesmo rio, na qual descobriu um veio aurifico, ergueram casas e a Capela de São Gonçalo, produziu lavouras e formou o "*Arrayal de Cuyabá*", cuja ata de fundação lavrou em 8 de abril de 1719 (BARROS, 1982).

Logo que o ouro se esgotou nesse arroio, ocorreu a migração dos exploradores em direção ao leito do rio Coxipó, até um novo lugarejo, atual distrito de Coxipó do Ouro, onde o metal amarelo aflorou abundante. O murmúrio dessa descoberta atraiu mais (i)migrantes que nele se instalaram com o objetivo de explorar as suas jazidas de ouro. Essa movimentação ensejou, então, a criação de um povoado denominado Forquilha (SIQUEIRA, 2006; FREITAS, 2011).

Com a chegada da bandeira liderada pelo sorocabano Miguel Sutil, nos idos de 1722, novos aluviões foram descobertos, especialmente na encosta do Morro do Rosário, num lugar chamado Tanque do Arnesto, à margem direita do Córrego da Prainha, atual morro da Igreja de São Benedito, onde foi descoberta a maior das minas de ouro da região, batizadas com o nome de Lavras do Sutil (FACCHINETTO, 2008; CUIABÁ, 2014).

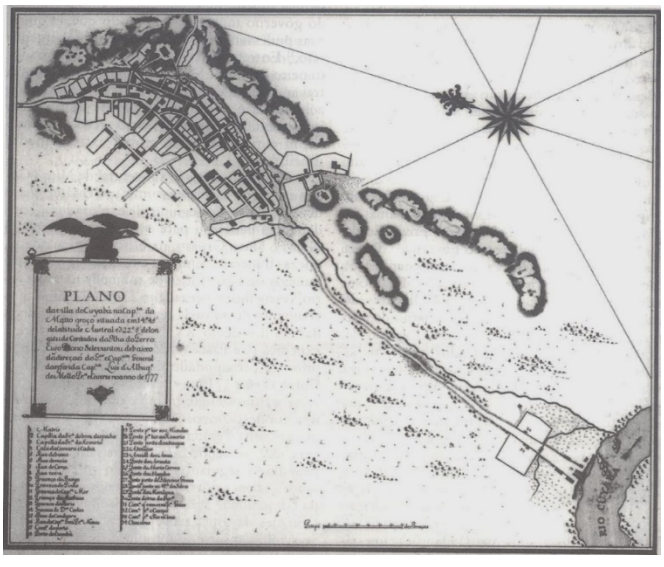
Atraídos por essa novidade, os migrantes de todo o país e os mineiros das decadentes minas da Aldeia Velha e da Forquilha rumaram para as proximidades do recém-achado filão aurífero gerando, com isso, o deslocamento do povoado para o entorno daquele córrego e em direção à região marginal do Rio Cuiabá. Nas cercanias desse trecho, numa terra mais elevada e plana, foi construída uma Igreja Matriz (1722), dedicada ao padroeiro Bom Jesus. Próximo às Minas do Sutil, os escravos ergueram uma capela dedicada a São Benedito (1730) e, a 1,5 km desta, na margem esquerda do rio, o Porto Geral, foi instalado (1723) com o objetivo de fazer a ligação do lugar com o centro político e econômico do Brasil por meio da navegação nas bacias do Paraguai e Platina, única via de transporte à época (FREITAS, 2011; CUIABÁ, 2014).

Conforme Facchinetto (2008) esclarece, toda essa movimentação foi anunciada à capitania de São Paulo e à Coroa Portuguesa e ocasionou a chegada do governante, capitão-general Rodrigo César Menezes, até a localidade para coletar o "quinto", imposto devido ao Império português, referente à 20% de todo o ouro extraído na Colônia brasileira. Como consequência dessa visita, o Arraial de Cuyabá foi elevado à condição de "*Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá"*, em 1º de janeiro de 1727, expressando, assim, a instalação da territorialidade portuguesa.

A partir desse período, o fluxo de pessoas que chegavam por meio das monções vindas de outras capitanias se intensificou ainda mais, aumentando a concorrência pelos quinhões auríferos. As Minas do Sutil e a Igreja Matriz tornaram-se significativos pontos de atração do povoamento que

formou o núcleo populacional no sentido leste-oeste da vila. Assim, sujeitando-se a essa orientação geográfica e às curvas de nível do terreno, as ruas foram surgindo paralelas ao Córrego da Prainha e nelas se erguendo as primeiras habitações domiciliares e mercantis e se estabelecendo as atividades produtivas e comerciais. Outro eixo de expansão desse núcleo urbano também se estruturou na direção do Porto Geral (CUIABÁ, 2014; OLIVEIRA, 2016).

Figura 1 – Planta de Cuiabá de 1777



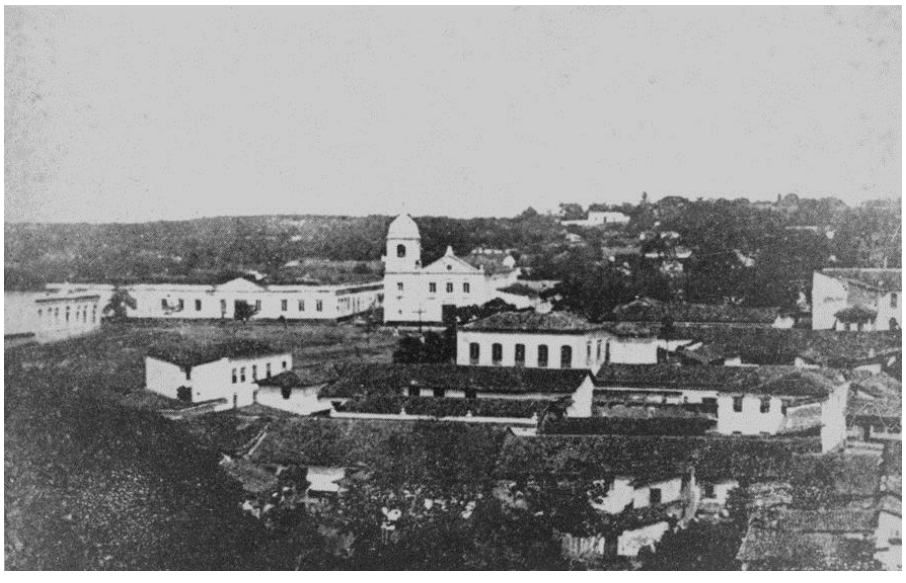
Fonte: Delson (1998)

Na figura 1, é possível observar o trajeto do Córrego da Prainha até a sua desembocadura no Rio Cuiabá e a conformação espacial da Vila Real no seu entorno, a partir das Minas do Sutil (parte superior) até o Porto Geral (parte inferior). Nota-se, entre os dois extremos, uma lacuna desabitada denunciando que a expansão do tecido urbano se deu de forma irregular, desorganizada e descontinua, bem ao modo característico de zonas de mineração.

Consoante às estratégias e aos objetivos geopolíticos metropolitanos de ocupação, exploração e expansão de tal paragem e de estímulo ao seu povoamento, a vila foi desmembrada da capitania de São Paulo e elevada à categoria de "*Capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso"*, em 1748. Com isso, segundo Oliveira (2016, p. 52-53), teve início o processo construtivo urbano mais definitivo, "[...] para além das posses isoladas", e as construções dos novos edifícios públicos, destinados a abrigar a administração local, foram promovidas por vários engenheiros, arquitetos, militares e mestres de obras provenientes da capitania de São Paulo que vieram à Vila, entre as décadas de 1750 e 1790, com tal objetivo.

Assim, no limiar do século XIX, o centro da Vila de Cuiabá já estava definido, concentrando a Igreja Matriz, a maior parte das ações comerciais e administrativas, e uma expressiva fração da população. Com essas características urbanísticas, conforme ilustra a Figura 2, ela foi graduada à condição de cidade, em 1818.

Figura 2 – Panorâmica do centro de Cuiabá – Século XIX



Fonte: Siqueira (2006)

Na ocasião da Independência do Brasil, quando as capitanias da Colônia se tornaram Províncias do Império, cujos presidentes seriam nomeados pelo imperador, iniciou-se a disputa pelo título e condição de capital da Província de Mato Grosso entre Vila Bela da Santíssima Trindade, a capital de direito, e Cuiabá, a capital de fato, pois já sediava as residências oficiais, instalara os serviços públicos, hospitais, agências comerciais, transporte fluvial, enfim, toda estrutura urbana necessária. (CUIABÁ, 2014; OLIVEIRA, 2016).

Cuiabá, sendo declarada a capital oficial da Provincial, em 1836, alcançou relevância e importância que demandou a ativação de diversas obras urbanísticas entre as décadas de 1850 e 1900. Praças públicas foram estruturadas com desenhos específicos, de modo que se constituir em pontos de convergência de novas ruas paralelas e transversais que iam se abrindo para além das vias próximas ao Córrego da Prainha, demandando ao Porto Geral O transporte coletivo privado foi ofertado por meio de linhas de bondes em trilhos de ferros, puxados por burros, que ligavam o Largo da Mandioca, região das antigas minas, até o cais do Porto Geral. Outras igrejas também surgiram e, no espaço lateral da Igreja Matriz, o largo existente foi denominado Largo do Palácio Provincial, em razão da edificação do prédio da sede do governo. Edifícios públicos se ergueram, a exemplo do Liceu Cuiabano (1880) e do Palácio da Instrução (1911), diversificando e enriquecendo o cenário arquitetônico (SIQUEIRA, 2006; FREITAS, 2011; OLIVEIRA, 2016), conforme se observa nas Figuras 3, 4, 5 e 6:

Figura 3 - Panorâmica do centro de Cuiabá – Final do Século XIX



Fonte: Freitas (2011)

Figura 4 - Panorâmica do centro de Cuiabá – Início do Século XX



Fonte: Siqueira (2006)

Figura 5 – Vista aérea do centro de Cuiabá – Início do Século XX



Fonte: IBGE

Legendas: 1 Palácio da Instrução; 2 – Igreja Matriz;

3 - Largo do Palácio Provincial; 4 – Córrego da Prainha

Figura 6 – Panorâmica da Igreja de São Benedito – Início do Século XX



Fonte: IBGE

A silhueta urbana de Cuiabá formou seus contornos iniciais e se expandiu em direção aos limites naturais da região, que eram o Morro do Córrego da Prainha, à esquerda, onde se situava a Igreja de São Benedito, o Morro da Boa Morte, localizado acima do Largo da Mandioca, à direita, e o Rio Cuiabá. Segundo Oliveira (2016, p. 54), "[...] de uma configuração angulosa, a cidade passa a ter uma disposição mais linear, se expandindo lentamente e tomando a forma concêntrica em relação ao córrego da Prainha".

Entre o desfecho do século XIX e começo do século XX, a estruturação urbanística da cidade, resultante da sua oficialização como a capital mato-grossense e demarcada por novos modelos na arquitetura, bem como a expansão do extrativismo e da produção agroindustrial, a consolidação da região citadina até o Porto Geral e o início da agregação da localidade do Coxipó à malha urbana, contribuíram para o crescimento espacial de Cuiabá com um traçado mais nítido de suas ruas e, também, para que começasse a adquirir as primeiras características de uma metrópole.

O surgimento de uma escola de ensino profissional no cenário cuiabano

A organização fisionômica da região central de Cuiabá já estava bem definida no período da instalação da primeira da República (1889-1930), especialmente no início do século XX, quando um serviço público estabelecido pelo governo federal no Estado de Mato Grosso demandou da governança local as providencias necessárias para a sua execução.

O empreendimento tratou-se da instalação, na capital mato-grossense, da Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT), criada pelo Decreto Presidencial n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, com a finalidade de proporcionar o ensino de ofícios artesanais à comunidade local. Tal normativa também criou outras dezoito escolas de ofícios, uma em cada capital federativa, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), formando, assim, uma rede federal de escolas profissionais, estabelecendo ainda que cada dirigente estadual cedesse um edifício de propriedade do Estado para a instalação da instituição, caso a União não se dispusesse de um prédio na localidade para esse fim.

Segundo Kunze (2006, p. 36), "[...] em Mato Grosso, o governo federal não dispunha, na capital, de um edifício de sua propriedade no qual pudesse instalar a EAAMT, então, a administração estadual, em atendimento à normativa, alugou um imóvel e o disponibilizou para tal finalidade.

Esse imóvel cedido localizava-se na região à direta do Córrego da Prainha, precisamente nas imediações do Morro da Boa Morte e para além das fronteiras que demarcavam o circuito urbano de Cuiabá e que se caracterizavam como a periferia da cidade. Tratava-se de uma "chácara residencial de 10.179m^2, pertencente à herança do Capitão Felisdônio Gomes da Silva [...], cujo terreno de formato retangular media 87m de frente por 117m de fundos." Localizado à Rua do Livramento, atual Rua Zulmira Canavarros, fazia limite, ao Norte, com a Travessa Voluntários da Pátria, ao Sul, com a Rua Municipal, atual Rua Floriano Peixoto, e a Oeste, com a Rua da Constituição, atual Rua Marechal Deodoro (KUNZE, 2006, p. 66-67), conforme ilustra a Figura 7:

Figura 7 – Planta de localização da EAAMT



Fonte: Kunze (2006)

Como se nota, o terreno da chácara era vasto e ocupava um quarteirão. Apresentava fortes ondulações, era coberto por árvores frondosas e abundantes, separado das ruas por cercas de arbustos. Possuía uma pequena casa, construída em 1885, situada na esquina da Rua do Livramento com a Travessa Voluntários da Pátria (EAAMT, 1915) que não detinha condições viáveis para o abrigo de uma escola, conforme demonstra a figura 8.

Figura 8 – EAAMT - 1910



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Kunze (2006, p. 67) informa que, apesar de não oferecer as estruturas necessárias, "[...] o governo estadual optou pelo seu arrendamento levando em consideração a sua localização na cidade e a possibilidade de execução de reformas, adaptações e ampliações na extensa área desprovida de edificações".

Apesar de não receber a doação definitiva desse imóvel, o MAIC, no decorrer das décadas de 1910 e 1920, liberou verba do seu orçamento para investir nas reformas e adaptações dele. Assim, foi o mesmo dotado de aparelhos sanitários (latrinas) em dois galpões cobertos com folhas de zinco, de reservatório de água, de cerca de tela de arame, de uma portaria, de sala de aula primária, de sala de desenho, de sala da diretoria, de dois depósitos, de salão de atos, de sala de exposição e de cinco salas de oficinas profissionais. Mesmo com a realização dessas obras, o prédio da EAAMT ainda se apresentava insuficiente, pois o número de alunos matriculados aumentava ano a ano (KUNZE, 2006).

O MAIC, continuando com os seus orçamentos reduzidos e insuficientes, buscou ratear o ônus do empreendimento federal com o governo estadual, que fez alguns investimentos de melhoria do prédio da EAAMT, dentre eles, a construção de um pavilhão com cinco salões para melhor abrigar as oficinas, conforme indica a Figura 9:

Figura 9 – EAAMT, Pavilhão das oficinas - 1937



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

No ano de 1930, o governo Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e transferiu para a sua jurisdição a rede das escolas de aprendizes artífices com um denso "[...] plano de adequação e de construção de novos edifícios para todas as escolas, mesmo aquelas ainda mal instaladas" Entretanto, esse projeto não se executou devido à escassez de recursos orçamentários da nova pasta federal e, assim, tanto a escola cuiabana como a maioria das outras a ela subordinadas, "[...] passou quase toda a década de 1930 com pouco patrocínio de verba federal para investir na expansão do seu espaço físico" (KUNZE, 2006, p. 74-75).

A mesma situação também não foi diferente para a cidade de Cuiabá no mesmo período. Após aquele surto urbanístico vivenciado até os primeiros anos do século XX, a queda da produção extrativa e da exportação da borracha provocou estagnação na sua economia e um estado de isolamento devido à reduzida navegação pelo rio Cuiabá e com a ausência de estradas de acesso.

Conforme se observa nas Figuras 10 e 11, não se operou qualquer mudança expressiva na paisagem citadina ou expansão significativa do perímetro urbano por esse largo tempo:

Figura 10 - Panorâmica do centro de Cuiabá – Década de 1930



Fonte: IBGE

Figura 11 – Vista aérea de Cuiabá – Início do Século XX



Fonte: IBGE

A silhueta da escola de ensino profissional na mordenização da cidade

A partir da década de 1940, "o sonho da modernidade" se instala em Cuiabá e a retomada do seu crescimento torna-se a bandeira de governo do interventor Júlio Müller, que marcará o início do período da forte interferência do poder público na organização do meio urbano.

Em âmbito nacional, o Presidente Vargas acabara de desencadear um golpe de estado e instalar o Estado Novo (1937-1945), reorganizando a política administrativa do país na qual os Estados passaram a ser governados por interventores, nomeados diretamente por ele. Seu plano de ocupação e exploração da Região Centro-Oeste e da Amazônia brasileira, denominado "A Marcha para o Oeste", engendrou um amplo movimento no estado de Mato Grosso no sentido de povoar suas áreas menos habitadas, visando explorar suas riquezas naturais, contribuir para a diminuição da concentração populacional das outras áreas e para alargar a distribuição da população para essa localidade (KUNZE, 2011).

Na concretização desse projeto chamado de "aproveitamento das terras de Mato Grosso", via Expedição Roncador-Xingu, um razoável montante de recursos federais de investimentos foram aplicados na fundação de novas cidades e melhoramento em outras, dentre estas, a de Cuiabá (FREIRE, 1997).

Assim, a expansão da cidade foi redirecionada visando agrupar novas áreas adjacentes e mais distantes do seu centro urbano que, por sua vez, rompeu com os tradicionais modelos construtivos e padrões mineiros de arruamento, remodelando-se. Numa política expansionista moderna, foram efetuadas algumas requalificações e reconstruções na sua fisionomia para atender às demandas por espaços urbanizados dotados de infraestrutura, serviços e lazer (OLIVEIRA, 2016).

Figura 12 – Avenida Getúlio Vargas de Cuiabá – década de 1940



Fonte: IBGE

Dentre as implementações mais marcantes e que impactaram as características físicas do histórico núcleo urbano de Cuiabá direcionando seu crescimento no sentido Norte, foi o alargamento da Rua Poconé que a transformou na Avenida Getúlio Vargas, partindo do Largo do Palácio Presidencial. Nesta via foram construídas, conforme se observa na Figura 12, diversas edificações, como o Grande Hotel, o Cine Teatro Cuiabá e algumas repartições do serviço público que provocaram aumento na movimentação dos seus primeiros quarteirões.

É nesse cenário de modernização da cidade e de alargamento do seu centro urbano, que a EAAMT torna-se extinta e dá lugar à Escola Industrial Federal de Cuiabá (EIC), em consequência da reforma educacional brasileira denominada Reforma Capanema, implementada pelo governo varguista em 1942 e que, no âmbito do ensino profissional, alterou a sua estruturação com o objetivo de implantar os cursos industriais e técnicos na rede federal de escolas profissionais.

Conforme as determinações governamentais, as novas instituições educativas herdaram toda a infraestrutura das suas antecessoras e no caso daquelas que ainda estavam instaladas em prédios alugados pelos governos locais, como era o caso da EIC, deveriam ser tomadas as providências para a efetivação da sua doação à União, para que os novos edifícios fossem projetados e construídos.

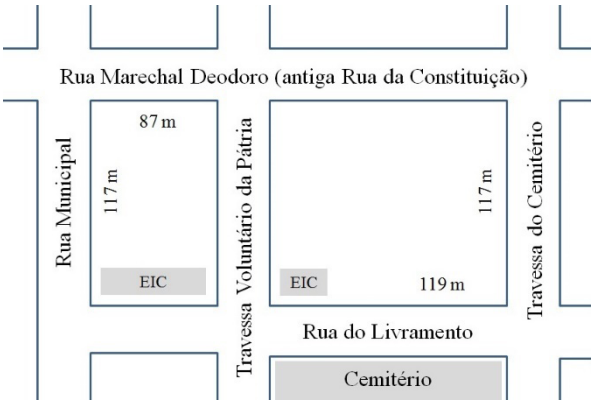
Apesar de o interventor Júlio Müller empreender seus esforços para esse fim, a construção do novo edifício para a escola cuiabana não ocorreu de imediato, pois aquele imóvel particular alugado, de 10.179m^2, que servira de abrigo à antiga EAAMT, não atendia a metragem mínima de 30.000 m^2 exigida pelo MESP.

Para que aquela empreitada pudesse ser concretizada, o interventor deu início aos procedimentos de desapropriação do imóvel, pelo Decreto-Lei n. 643, de 19 de fevereiro de 1945. Em continuidade, o governador posterior, Arnaldo Estevão de Figueiredo, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado (ALE) um projeto de lei de doação daquele terreno desapropriado à União, e mais uma área pública contígua ao norte, para completar a medida exigida. O projeto de lei foi aprovado na votação da plenária e deu origem à Lei n. 76, de 19 de dezembro de 1947 (KUNZE, 2011).

Todos esses esforços ainda não eram suficientes para o início dos procedimentos construtivos, pois, conforme evidencia a Figura 13, havia entre os dois terrenos doados à União a

Travessa Voluntários da Pátria, uma via pública perpendicular ao Córrego da Prainha, pertencente à jurisdição municipal. Para se eliminar esse "obstáculo", o gestor da cidade doou à União, por meio da Lei Municipal n. 3, de 4 de fevereiro de 1948, o trecho dessa via que separava os dois terrenos. Com isso, "[...] o último óbice para a construção do novo edifício foi resolvido e, apesar de a área final doada conter uma medida inferior (13.923 m²) à exigida, o governo federal iniciou os procedimentos legais para sua execução" (KUNZE, 2011, p. 86).

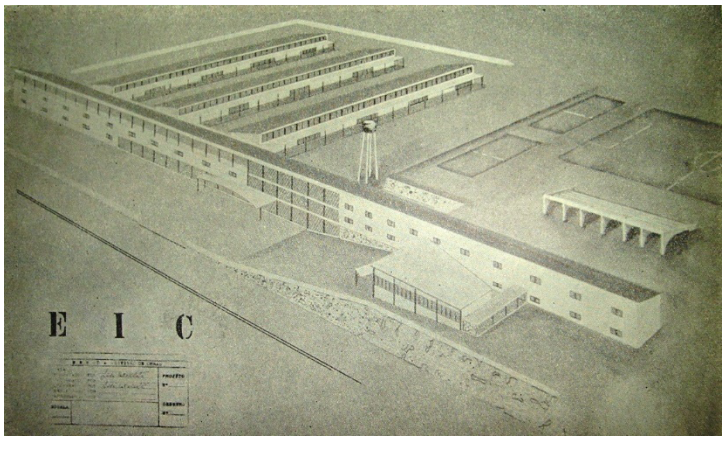
Figura 13 – Planta da localização da EIC



Fonte: Kunze (2011)

Seguindo os padrões arquitetônicos esboçados, conforme aponta a Figura 14, a obra de construção do novo prédio da EIC foi iniciada naquele mesmo ano de 1948. Segundo Kunze (2011, p. 87), "[...] enquanto os procedimentos legais e burocráticos tramitavam e asseguram os recursos financeiros, as primeiras fases da obra iniciavam com os serviços de movimentação de terra, fundação e a elevação da estrutura de concreto", conforme pode ser observado nas Figuras 14, 15 e 16:

Figura 14 – Projeto arquitetônico da EIC – 1949



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Figura 15 – Vista frontal do antigo prédio da EIC e da obra construtiva do seu novo edifício - 1950



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

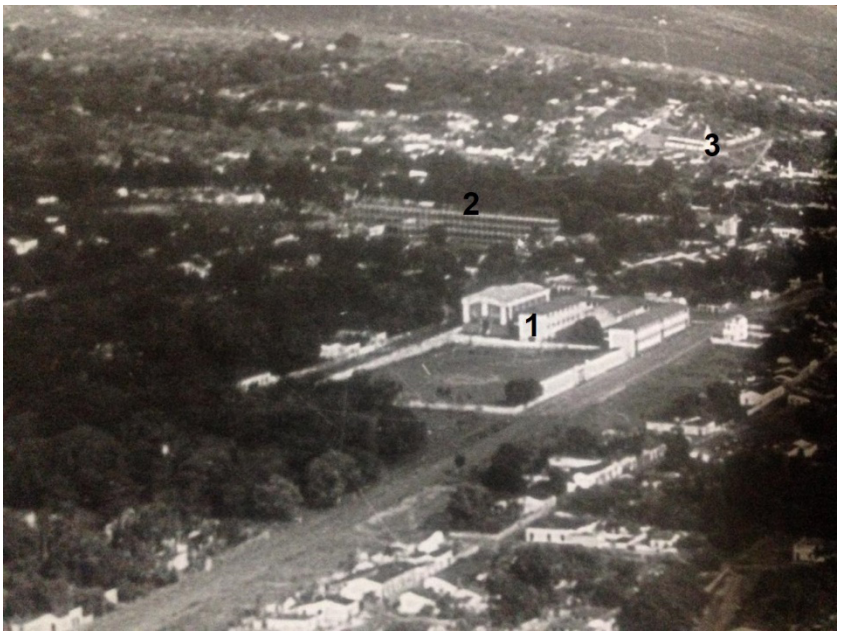
Figura 16 – Vista frontal da obra construtiva do novo edifício da EIC - 1950



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Analisando as imagens, vê-se retratado o movimento de substituição do antigo perfil de adobe, frágil, desgastado e fracionado, pelo novo perfil arquitetônico escolar inteiriço, de traços sólidos, modernos e expressivos, composto por concreto, pilares, vigas e lages. O impacto visual que essa obra gerou na paisagem urbana de Cuiabá foi significativo, especialmente porque se despontou numa localização distante do centro urbano, conhecida por Bairro do Bosque, um pouco mais acima do Morro da Boa Morte, onde havia algumas poucas casas e o Liceu Cuiabano, conforme indica a Figura 17.

Figura 17 – Vista aérea da Região Norte de Cuiabá - 1950



Fonte: Fonte: IBGE

Legendas: 1 Liceu Cuiabano; 2 – Obra do prédio novo da EIC;

3 - Morro da Boa Morte

Após dez anos (1948-1958) de execução da obra, EIC inaugurou seu novo edifico e seus alunos receberam as novas acomodações para o desenvolvimento das atividades educativas. Quase cem por cento do seu projeto foi realizado, pois "[...] poucas alterações ocorreram como a supressão da arquibancada em frente ao campo de futebol; das duas quadras descobertas e do teatro anexo à frente direita do prédio principal, os quais foram construídos nos anos posteriores" (KUNZE, 89). Apesar disso, a nova sede da EIC surgiu no cenário urbano da cidade como uma suntuosa edificação, em comparação às habitações do seu entorno, conforme expressam as Figuras 18 e 19. Visualmente, a sua presença causou um contraste expressivo na localidade e aquele bucólico ambiente expressado pelo Cemitério da Piedade acabou impactado com uma edificação daquele porte.

Figura 18 – Vista aérea do novo prédio da EIC – Final da década de 1950



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Figura 19 – Vista aérea do novo prédio da EIC – Final da década de 1950



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Pela sua nova estrutura física, a EIC já anunciava a sua responsabilidade e importância na prestação de um relevante serviço público à sociedade cuiabana e mato-grossense, que era o educacional, com a oferta de cursos industriais. Na composição do "novo' cenário urbano central, que abrigava as edificações novas ou reformadas, consideradas símbolos da modernidade da cidade, como o Palácio Alencastro – sede da Prefeitura de Cuiabá (construído no final da década de 1950), o Grupo Escolar (antigo Palácio da Instrução) e a nova Matriz Metropolitana (erguida sobre a antiga Igreja Matriz), a EIC surgia aumentando a sua extensão e dando um ar de fronteira entre a urbanização e a modernização que se processava à frente e um horizonte desabitado atrás, à espera de desbravamento, conforme endossam as Figuras 20 e 21:

Figura 20 – Panorâmica do Centro de Cuiabá – Final de década de 1950



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Figura 21 – Vista aérea do centro de Cuiabá – Final de década de 1950

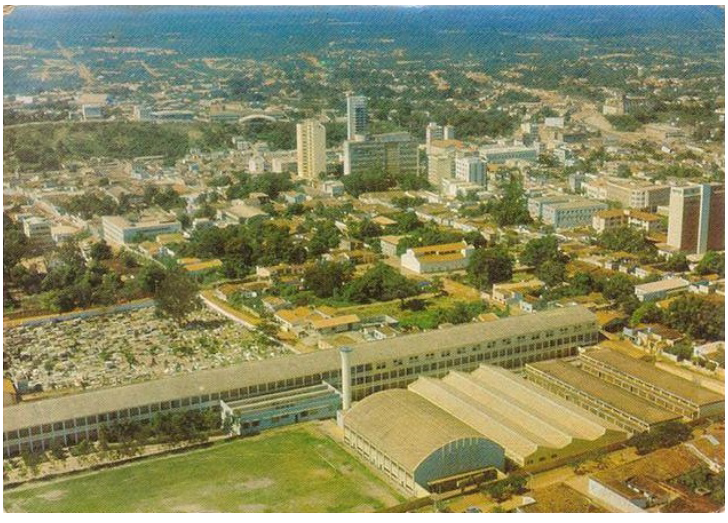


Fonte: Fonte: IBGE

Nas décadas seguintes, o crescimento populacional de Cuiabá foi altamente impulsionado por movimentos migratórios intensos, ocasião em que os espaços citadinos desabitados foram desaparecendo paulatinamente e o núcleo central de Cuiabá passou a experenciar a sua fase de expansão, juntamente com o seu processo de verticalização que começou a se comparar ao das "cidades médias brasileiras de economia mais dinâmica" (CUIABÁ, 2014).

Durante esse vertiginoso movimento progressista da cidade, a EIC se transformou na Escola Técnica Federal de Cuiabá (ETFMT), em 1968, passando a ofertar à sociedade cuiabana cursos técnicos de nível de segundo grau em eletrotécnica, edificações, estradas, secretariado, eletrônica e telecomunicações. As mudanças também se fizeram sentir em sua estrutura física, que recebeu diversas reformas, ampliações e adaptações necessárias ao desenvolvimento das suas novas finalidades. No contexto espacial da cidade, ela também começou a experimentar uma incisiva inserção na malha urbana, que cada vez mais se ampliava, mudando, assim, reciprocamente, as suas feições, conforme se nota nas Figuras 22 e 23:

Figura 22 – Panorâmica da ETFMT – Década de 1970



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Figura 23 – Panorâmica da ETFMT – Década de 1990



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

No início do século XXI, novas mudanças ocorreram, tanto na instituição educativa como na cidade. No ano de 2002, a ETFMT foi transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Mato Grosso (CEFETMT) e, em seis anos depois, em 2008, ela se configura como o atual IFMT-CBA. Essas transformações em tão pouco tempo não implicaram em significativas alterações na sua silhueta física, afinal, o seu terreno, que em outrora apresentava espaços ociosos, já não comportava mais as expansões, expressando nos tempos modernos um sufocante esgotamento espacial, conforme indicam as Figuras 24 e 25:

Figura 24 – Panorâmica do CEFETMT - 2007



Fonte: Acervo fotográfico do IFMT-CBA

Figura 25 – Vista aérea do IFMT-CBA - 2018



Fonte: Google Earth

A cidade de Cuiabá, por sua vez, vivenciando um ritmo de crescimento populacional cada vez mais expressivo, viu seu espaço urbano pressionado fortemente, acabando por ter suas bordas habitadas irregularmente por expressivo contingente, sem ter as condições necessárias de qualidade de vida urbana. No sentido de tentar promover um ordenamento do território, algumas medidas administrativas e normativas vêm sendo tomadas por meio de Instrumentos Urbanísticos postos a agir mais eficazmente no espaço urbano, tal como: Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Lei de Zoneamento e Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Perímetro Urbano e Código de Obras (OLIVEIRA, 2016). E, na relação espacial específica com a escola, a cidade acabou por aglutiná-la

em sua fisionomia sem que a mesma possa ser vista em certos ângulos de sua visibilidade, ainda que lá esteja (Figura 26).

Figura 26 – Panorâmica de Cuiabá - 2018



Fonte: Rodinei Crescencio

Considerações Finais

No decorrer deste texto, o que se realizou foi uma ousada incursão rápida na trajetória de trezentos da formação territorial da cidade de Cuiabá e de cento e dez anos do IFMT-CBA, buscando compreender e descrever o processo específico produzido por cada uma e o inter-relacional de ambas.

Por meio das imagens selecionadas foi possível acompanhar e apreender recortes do itinerário da cidade e da escola ao longo de suas existências e verificar as mudanças e alterações desencadeadas em suas estruturas físicas.

Diversas foram as transformações promovidas nos cenários físicos de ambas e elas revelaram um movimento contínuo de avanços sempre em busca da constituição e consolidação de seus espaços.

Cuiabá, que fora criada como um Arraial e que abrigou bandeirantes paulistas exploradores de índios e ouro, estruturou o seu núcleo central a partir de uma mina aurífera e no decorrer de sua existência elevou-se às categorias de vila, cidade e de capital de província e de estado. Seu perímetro urbano expandiu-se de acordo com os fluxos migratórios no território, intensificando-se ainda mais a partir da década de 1940 por causa do plano de modernização e do projeto nacional de ocupação da Região Amazônica, pela bandeira da Marcha para o Oeste. De lá para cá, seu crescimento foi expressivo o suficiente para transformá-la na atual metrópole que é.

Já o IFMT-CBA, escola federal surgida no contexto da modernização de Cuiabá, se instalou num espaço inadequado e arrendado, carecendo de diversas reformas, ampliações e adaptações. Na fase da implantação do projeto de ocupação da Amazônia, suas novas instalações foram

providenciadas e, conforme as demandas surgiram, foi se ampliando e reordenando a ponto de hoje estar saturado.

Na dinâmica da construção mútua, a escola e a cidade estabeleceram, assim, um diálogo íntimo e frutífero nas suas seculares trajetórias.

Referências

BARROS, João Moreira de. *Cuiabá e o seu passado.* São Paulo: Resenha Tributária, 1982.

CUIABÁ. Prefeitura Municipal. Evolução urbana. Cuiabá: IPDU, 2014. Disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/imprime.php?cid=7932&sid=442>. Acesso em: 31 out. 2018.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Edições ALVA, 1998.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE MATO GROSSO (EAAMT). *Relatório* referente ao ano de 1914. Jornal Diário da Tarde, Cuiabá, 16 abr. 1915. n. 56, p. 2.

FACCHINETTO, Janaína. Transformações urbanas em Cuiabá. *Revista Minha Cidade*, São Paulo, ano 8, fev. 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.091/1904>. Acesso em: 31 out. 2018.

FREIRE, Júlio De Lamônica. *Por Uma Poética Popular da Arquitetura.* Cuiabá: EdUFMT, 1997.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá*: imagens da cidade. Dos primeiros registros à década de, 1960. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Biblioteca.* Website de banco de dados. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo >. Acesso em: 30 out. 2018.

KUNZE, Nádia Cuiabano Kunze. *A Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (1909-1941).* Cuiabá: CEFETMT, 2006.

KUNZE, Nádia Cuiabano Kunze. *Escola Industrial de Cuiabá*: gênese e organização (1942-1968). 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê, 1999.

_____. *Os tempos da fotografia*: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê, 2007.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: _____; FERNANDES, Rogério (Org.). *Para a História do Ensino Liceal em Portugal*. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga/Portugal: Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1999. p. 63-77.

OLIVEIRA, Anna Luiza Garção. *A produção do espaço urbano de Cuiabá, Mato Grosso (1920-2016).* 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SIQUEIRA, Elizabeth. Madureira et al. Cuiabá: de vila a metrópole nascente. Cuiabá: Entrelinhas, 2006.

METROPOLIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CUIABÁ: SONHOS E DESEJOS DA CIDADE NO PÓS- DIVISÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO (1977-1985)

Nathália da Costa Amedi
Mestre em História pelo PPGHis/UFMT
e professora efetiva da Rede Pública de ensino do Estado de Mato Grosso
nathaliadacostaamiedi@yahoo.com.br

RESUMO

Após a divisão do Estado de Mato Grosso, em 1977, Cuiabá, sua capital se vê diante de um novo desafio. O objetivo, naquele momento, era livrar-se da "estagnação", do "atraso" e do "isolamento" que parecia viver Mato Grosso e sua capital, através das obras de modernização que passaram a ser realizadas apontando a configuração da capital naquele momento como símbolo de um Mato Grosso grande e moderno – um lugar a ser feito ou (re)inventado. Neste trabalho, que é parte da dissertação A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do Estado de Mato Grosso (1977-1985), analisaremos as interpretações sobre as obras de modernização da cidade como a superação da condição de "espera", "isolamento", "atraso" e "estagnação" da cidade. Neste sentido, tomaremos por referência os discursos e propagandas forjados no contexto do pós-divisão (1979-1985). Cuiabá, como cidade Portal de entrada para a Amazônia – ideia que foi propagandeada pelo governo militar em 1970, cabendo a Mato Grosso a responsabilidade de integração da Amazônia – passou nos, anos 1960, por um processo de mudanças profundas na economia local, na vida urbana e no espaço urbano, com uma nítida aceleração nos anos 1970 e 1980, principalmente com o fluxo migratório e a expansão das frentes pioneiras de colonização, encarnando, assim, o desejo de uma produção capitalista contemporânea. Isso acarretou também diversos problemas para a cidade, como aumento da criminalidade, favelização e problemas de mobilidade urbana. Desde esse período, em especial a partir dos anos 1980, a capital de Mato Grosso tem vivenciado inovações nos seus padrões de construção, com a verticalização dos espaços urbanos, ao lado da abertura de avenidas e construção de viadutos, definindo novas paisagens contextualizadas no processo de "metropolização" e de configuração da "rede urbana estadual". Uma nova estética da cidade começou a surgir e se impor, modificando o sentido que as pessoas têm sobre ela, assim como alterando, consequentemente, seus costumes, gostos e comportamentos.

Palavras-Chave: Cuiabá. Metropolização. Modernização. Estética.

ABSTRACT

After the division of the State of Mato Grosso in 1977, Cuiabá, the capital is faced with a new challenge. The goal at that time was to get rid of "stagnation," the "delay" and "isolation" that seemed to live Mato Grosso and its capital through the modernization works are now made in the city, setting the capital that moment as a symbol of Mato Grosso large and modern - a place to be made or (re) invented. This work is part of the dissertation The invention of eternal capital: sensitive discourse on modernizing Cuiabá after the division of the State of Mato Grosso (1977-1985) analyzes the interpretations of the works of modernization of the city as overcoming the condition "standby", "isolation", "delay" and "stagnation" of the city. In this sense, we will take as reference the speeches and advertisements forged in the context of post-division (1979-1985). Cuiabá city portal as gateway to the Amazon - an idea that was propagated by the military government in 1970, which would fit the Mato Grosso responsibility for integration of the Amazon - began in the 1960s, a process of profound changes in the local economy, urban life and in urban areas, with a sharp acceleration in the 1970s and 1980s, especially with the migration and expansion of colonization fronts, thus embodying the desire of contemporary capitalist production. This also led to many problems for the city as increased crime, slums and urban mobility problems. Since that time, especially since 1980, the capital of Mato Grosso has experienced innovations in its building standards, with the vertical spaces of the city, next to the opening of roads and the construction of flyovers, setting new urban landscapes contextualized in the "metropolis" and setting the "state urban network" process. A new aesthetic of the city began to emerge and impose modifying the sense that people have about it, and their customs and their tastes behavior.

Keywords: Cuiabá. Metropolises. Modernization. Aesthetics.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

Introdução

A cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, tem sua origem na colonização da região Centro-Oeste, através das bandeiras ou monções paulistas. Sua fundação se deu basicamente em razão da descoberta de ouro na região. Dos tempos da mineração, no século XVIII, a Cuiabá atual não lembra muito o arraial que teve seu início na exploração do metal precioso, a não ser pelo traçado de suas ruas tortuosas na região do Porto, devido ao processo espontâneo de sua constituição como núcleo urbano, característica das cidades coloniais portuguesas mineradoras.

No começo do século XX, a comemoração do bicentenário da cidade foi um evento importante para o processo de modernização da cidade. A esperança da chegada "[...] da civilização e do desenvolvimento econômico" com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil marcou aquele novo momento da história da capital de Mato Grosso (BEZERRA, 2008, p. 4).

A passagem do bicentenário foi propício para acrescentar mais alguns elementos e símbolos ao ideário da tradição, caros aos mato-grossenses "legítimos". Dessa forma, segundo Lylia Galetti, datam desse momento a composição do Hino do Estado de Mato Grosso e a criação do seu Brasão de Armas, utilizados de forma recorrente após os eventos do bicentenário, nas festas cívicas, nas publicações oficiais ou não, nas representações do Estado, nas exposições dentro e fora do país ou em atos públicos (GALLETI, 2012, p. 321).

Nas décadas seguintes, durante governo de Getúlio Vargas – principalmente durante o Estado Novo, as políticas nacionais de expansão da fronteira agrícola nas regiões Norte e Centro-Oeste tiveram início e transformaram as paisagens desses espaços, com a formação de novos núcleos urbanos (SIQUEIRA, 2002, p. 229).

O primeiro movimento promovido para a ocupação e colonização das terras mato-grossenses ficou conhecido como *Marcha para o Oeste*, no governo Vargas, a partir de 1937. O objetivo era fazer com que as fronteiras econômicas e políticas convergissem, povoando os chamados "espaços vazios", integrando territorialmente essa região à Nação. A meta era incentivar a migração de pessoas, especialmente vindas do Centro-Sul do país, para essa região, o que vai ocorrer de forma mais acentuada durante o regime militar (1964-1985).

Neste contexto, Cuiabá começou a passar por reformas urbanas e a vivenciar "o sonho de modernidade" (CONTE; FREIRE, 2005, p. 24). Suas primeiras obras de modernização vão ocorrer no século XX, a partir do final dos anos 1930 e início dos anos 1940. Podemos citar nessa época a abertura da Avenida Getúlio Vargas e as chamadas "Obras Oficiaes": A construção da Casa dos Governadores, o Hotel Central, o Cine Teatro Cuiabá, o Liceu Cuiabano e outros prédios da administração estadual. Essas obras de expansão da cidade ocorreram majoritariamente no governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945).

A intensificação da política governamental de ocupação da Amazônia, a partir dos anos 1960 e 1970, além do avanço da fronteira agrícola para o norte do Estado, implicou no crescimento populacional acelerado na capital de Mato Grosso, praticamente dobrando de número a cada década, provocando a "[...] degradação dos serviços públicos e da qualidade de vida" (CONTE; FREIRE, 2005, p. 25). A cidade buscava crescer e se adequar àquela nova realidade migratória. A

velha cidade de características coloniais precisava ceder espaço para uma nova cidade moderna, que atendesse aos interesses da expansão capitalista (cf. FREIRE, 1997; BOMFIM, 2010).

Cuiabá, hoje uma cidade vislumbrando o seu tricentenário, emerge como capital do Estado considerado grande expoente do agronegócio brasileiro. Nos últimos trinta anos, Mato Grosso tem se posicionado no *ranking* nacional como o maior produtor de grãos. Esse cenário começou a se constituiu a partir anos 1970 e 1980, em grande parte por conta do processo migratório incentivado pelo PIN, levado à frente pelo governo militar brasileiro.

A partir da década de 1980, Cuiabá conheceu as mais altas taxas de crescimento populacional de sua história, com a porcentagem de 136,25%, perceptível pela expansão do seu sítio urbano sobre as áreas periféricas, além do rápido crescimento vertical, que vem modificando radicalmente a sua paisagem urbana (MORENO; HIGA, 2005, p. 39; MURTINHO, 2009).

A cidade (re)inventada: as obras de revitalização de Cuiabá

Anteriormente, havíamos comentado que boa parte das obras de modernização da cidade de Cuiabá tinha como objetivo manter a sua condição de capital. Para demonstrar como esse era um dos fatores que movia a realização dessas obras, tomemos por base uma fala do memorialista João Moreira de Barros, em seu livro *Cuiabá de hoje*, que nos esclarece, ao se referir às obras no governo do interventor Júlio Müller (SIQUEIRA, 2002, p. 201)[1], "[...] vimos que [este] realizou uma série de obras em Cuiabá que a tornaram capaz de responder pela sua condição de Capital. É por isso que se diz que essas obras frearam o desejo mudancista ou divisionista sempre existente por parte dos sulistas." (BARROS, 1984, p. 21).

A partir do final dos anos 1970, a capital mato-grossense recebeu um grande fluxo migratório resultante das novas frentes de expansão agrícola no interior do Estado, que não foram bem sucedidas. Daí a necessidade de construção de núcleos habitacionais, como por exemplo, o Centro Político Administrativo (CPA) I. Esse conjunto foi construído entre 1977 e 1978, inicialmente para abrigar as repartições públicas estaduais e a sede do governo, porém se expandiu no CPA Setor I, que visava assentar a população envolvida em projetos migratórios.

A implantação do CPA estimulou a produção de outros espaços urbanos em seu entorno, onde hoje podem ser encontrados setores comerciais, bairros residenciais de alto poder aquisitivo, de classe média, bairro populares e também favelas.[2]

Nos últimos cinquenta anos, principalmente na década de 1980, segundo Cornélio Silvano Vilarinho Neto, a capital de Mato Grosso tem vivenciado inovações em seus padrões de edificação, tanto residencial como comercial, utilizando tecnologias sofisticadas, sobretudo na construção de edifícios, verdadeiros arranha céus que emergiriam entre as antigas construções coloniais. O processo de verticalização dos espaços da cidade, ao lado da abertura de avenidas e construção de viadutos, definiram novas paisagens urbanas, contextualizadas no processo de "metropolização" e de configuração da "rede urbana estadual" (VILARINHO NETO, 2008, p. 32).[3]

A construção de novos bairros – de perfil diferenciado – e edifícios residenciais e comerciais, potencializados a partir dessa década, provocou a produção de uma nova percepção sobre o morar e viver na cidade[4], afetando a percepção estética da população local e dos novos migrantes. O processo de verticalização, por exemplo, seria um dos "símbolos mais importantes da modernização

urbana, já que coincidia, a nível social e cultural com profundas mudanças na moradia cuiabana e do estilo de vida tradicional das classes médias e altas" (COY, 1994, p. 131-174).

No caso do CPA, o memorialista Lenine Póvoas, em sua obra *Mato Grosso um convite à fortuna*, diz que a obra foi projetada no Governo de José Fragelli (1971-1975) para abrigar as repartições públicas do Estado, oneradas com o preço dos imóveis alugados. O CPA de Mato Grosso diferente de outras capitais do país,

> [...] foi concebido com ambições mais largas, quais sejam a de se constituir numa nova cidade, com áreas destinadas a prédios públicos, áreas destinadas a bairros residenciais de alto nível a popular, parque zoobotânico, aeroporto privativo do Governo, zona para Departamentos governamentais que exigem grandes áreas para grandes instalações, tudo separado por largos e interligados pelos eixos rodoviários. (PÓVOAS, 1977, p. 71).

O CPA, segundo o autor, seria uma perfeita réplica de Brasília[5], que surge ao lado da velha Cuiabá, construída sobre o sistema de módulos, podendo ser aumentados quantas vezes fossem necessárias.[6] O conjunto arquitetônico e paisagístico do CPA foi concebido para atender também à expansão urbana de Cuiabá, consolidando a administração estadual. Os prédios foram construídos, nas palavras de Lenine Póvoas, visando o futuro de uma administração que se multiplicaria num Estado que crescia a cada hora que passava. (PÓVOAS, 1977, p. 73). E prosseguia,

> [...] será o CPA, a Cuiabá do futuro. Vários Governos estaduais se sucederão, construindo-a paulatinamente. [...] Mas o absolutamente certo, é que num futuro muito mais próximo do que se possa supor, haverá uma Cuiabá moderníssima, uma Cuiabá do século XXI, ao lado da velha e tradicional cidade, cantada nos versos do imortal Dom Aquino Corrêa (PÓVOAS, 1977, p. 74).

Os discursos presentes nessas fontes são sempre em tom de exaltação à modernidade, tradição e cultura cuiabana. O velho e o novo que se misturam e se harmonizam no corpo da cidade, sem perder sua identidade. O tom ufanista nunca é desinteressado, ambiciona surtir um efeito, naquele que o lê, da certeza e confiança que a cidade está no rumo certo – A Cuiabá do século XXI. Só mesmo o tempo iria dizer o que seria dessa cidade.

A cidade do século XXI ainda não existia, mas esse tipo de discurso criava em seus sujeitos a expectativa de Cuiabá crescer e se verticalizar em ritmo acelerado rumo ao desenvolvimento, levando a uma expectativa sobre o seu futuro. Como observou Terry Eagleton (1993, p. 22-25), o sujeito que se doava, a partir de si mesmo, por uma vontade geral, que encontrava a sua liberdade na necessidade - era modelado no objeto estético. O cidadão que renegasse o seu particularismo "mau" – seus desejos estreitamente egoístas – e através de uma "vontade geral", identificar-se-ia com o bem de todos; ele manteria a sua identidade singular, mas num compromisso desinteressado com o bem comum.

Outra importante obra da cidade, nesse contexto de modernização, foi a inauguração, em 1979, do Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Vieira de Sá, na avenida Miguel Sutil, considerado um dos maiores da América Latina. Na revista *Cuiabá: início, meio ou fim?* identificamos as seguintes considerações acerca da referida construção:

> [...] o moderno e majestoso terminal rodoviário, o mais moderno complexo rodoviário da América Latina, que a cidade ganha este ano de seu 260º aniversário

> é prova desse esforço para se dotar a cidade desses importantes mecanismos para o seu progresso. [...] O modernissimo Terminal Rodoviário de Cuiabá terá uma área construída de 21 mil metros quadrados, sendo 13 mil deles de área coberta. Com possibilidade de suportar 16 partidas e chegadas simultâneas de ônibus, o Terminal tem capacidade para liberar 64 partidas de veículos por hora. [...] A moderna Estação Rodoviária de Cuiabá desempenhará, assim, importante papel não só para a consolidação da cidade como portal amazônico, mas também ao desafogo de urgentes problemas urbanos que a cidade fundada há 260 anos vive ainda hoje devido, fundamentalmente, ao seu surgimento espontâneo (CUIABÁ 269, 1979, p. 50-52).

A construção desse moderno Terminal Rodoviário facilitaria a vida daqueles que aqui chegassem todos os dias em direção às frentes de expansão agrícola no interior do Estado.

As transformações da paisagem urbana de Cuiabá, visando a sua modernização, por meio de obras como a construção de prédios públicos, edifícios residenciais e empresariais e novos bairros, a abertura de avenidas e viadutos, a canalização de córregos e a reforma das praças, – alterando seu traçado urbano, provocaram mudanças nas maneiras da população viver, trabalhar e transitar pela cidade. Os antigos espaços de sociabilidade eram destruídos ou revitalizados, ganhando novos contornos e usos. Outros lugares eram criados, abrindo frente de expansão (des) ordenada da cidade.

Com a construção de avenidas largas e modernas, novos prédios e viadutos, uma nova estética da cidade começava a surgir ou a se impor. A sua "roupa nova", o seu corpo moderno com novos contornos e uma nova forma de ser da cidade passavam a modificar o sentido que as pessoas têm sobre ela, assim como os seus costumes, gosto, comportamento, criando novas subjetividades. Era a cidade como propaganda nos seus altos prédios com *outdoors*. Uma nova forma de ser, sentir e pensar a cidade que modifica o seu significado também. Tal prática implicava em apagamento das temporalidades da cidade, uma vez que a regra era ser "universal", "global" – padrão. De acordo com Cornélio Silvano Vilarinho Neto (2002, p. 293-294),

> É importante observar que essa estrutura interna de cidade, na medida em que vai acontecendo o seu crescimento, vai também configurando uma nova produção do espaço urbano. Geralmente, a área central destina-se ao comércio e à prestação de serviços, desencadeando, assim, o processo de sucessão, as residências transformam-se em casas de comércios, escritórios (advocacia, engenharia, arquitetura, contabilidade, assessoria, etc.), consultórios (médicos, psicólogos, análises clínicas, dentistas, etc.), como também em habitação multifamiliares, ou seja, cortiços (por um certo tempo); outras residências da área central serão derrubadas e erguidos nos locais os famosos arranha-céus, demonstrando claramente que a cidade capitalista é uma cidade sem história.

Sonhos e pesadelos de Cuiabá: o "gênio da lâmpada" da modernização e os desejos da capital "eterna" de Mato Grosso

O final dos anos 1970 parece não ter deixado muitas saudade em Cuiabá. É o que foi possível apreender nos jornais da época, em especial no *Diário de Cuiabá*.[7] O preço pago pela modernização tão desejada tinha um alto custo: problemas de moradia, transporte, saúde pública, o verdadeiro "caos" generalizado tomava conta da cidade. Parece que o ano de 1979 não foi "problemático" somente para Cuiabá, mas para o Brasil inteiro e suas grandes capitais.

Crise de energia, inflação "galopante" e violência sem precedentes, segundo o jornal, atingiu a família brasileira. (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, Até quando???, 10.1.1980, p. 2 - Editorial). No caso de Mato Grosso, o problema fundiário gerava violência no campo, que acabavam atingindo os posseiros, pois aqueles que não conseguissem se manter nas colônias da região norte do Estado, vinham para Cuiabá "tentar a vida", dando início ao surgimento das primeiras favelas da cidade. Furtos, roubos, assaltos e latrocínios, além de violência das mais diversas espécies passaram a ocorrer em Mato Grosso e em sua capital, com crimes escabrosos nessa época.

As páginas policiais – em letras garrafais, noticiavam diariamente os crimes cometidos, inclusive com fotos - principalmente nos arrebaldes de Cuiabá, no chamado "cinturão negro" das favelas. São matérias que "escorrem sangue", com o objetivo de chocar mesmo, impor medo, anestesiar, revelar, enfim, o alto preço a ser pago pela cidade que agora vislumbrava ser, e era considerada, o "Portal da Amazônia".

Mas, o que tinha de bom nessa cidade que se modernizava e sonhava o novo? Qual era o outro lado da moeda da violência? Ah, o progresso![8] Quase uma palavra mágica na pena do editorialista, mas que nos idos de 1980 vinha embutido de certa crítica:

> Dentro de pouco tempo dificilmente alguém reconhecerá aquela Cuiabá dos tempos em que era preciso contornar a América do Sul para se chegar até a civilização. Mais alguns meses e Cuiabá terá perdido por completo as tradicionais características de cidade pequena, para se transformar de fato e de direito numa metrópole. É lamentável que isso aconteça, mas impossível de impedir, pois o progresso hoje, representado por toda sorte de construções, indústrias, poluição e tudo o mais, chega e se impõe. Acaba ficando por que aparentemente seus benefícios são maiores do que os males. (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, Solução drástica, já, 5.1.1980, p. 2 - Editorial).

O editorialista abordou também a construção dos novos conjuntos habitacionais que naquele momento estavam em fase final de acabamento no bairro Cristo Rei – em Várzea Grande, e no São Gonçalo, no Coxipó, mas que a população que iria ocupar este conjunto dentro em pouco começaria

> [...] a sentir um dos problemas que mais perturbam a tranquilidade da capital nos últimos tempos. Estamos falando das dificuldades enfrentadas com o precário transporte coletivo existente em Cuiabá, e que de nenhuma forma corresponde às necessidades do povo.
>
> Ao lado da população do conjunto Nossa Senhora da Guia de Várzea Grande, e do conjunto CPA-I, pouco depois do Centro Político e Administrativo, os que forem se mudando para esses novos conjuntos por certo sentirão na carne as dificuldades de transporte, representadas pela concessão de monopólio à apenas uma empresa que opera em Cuiabá e Várzea Grande (*DIÁRIO DE CUIABÁ*. Solução drástica, já, 5.1.1980, p. 2 - Editorial).

O problema com transporte público em Cuiabá aparecia estampado constantemente no editorial dos jornais. Várias matérias abordaram esse problema que, pelo que parece, permaneceu por muito tempo sem solução, apesar das promessas do prefeito, à época, o arquiteto Gustavo Arruda (1979-1983):

> O prefeito, que tomou decisão louvável, ao decidir aprovar o processo de concessão de outra linha, à empresa diferente da atual[9], não obstante ter sido alvo de ameaças covardes feitas pelo telefone. Ele não se deixou intimidar, acentuando que de qualquer forma vai aprovar e sancionar o projeto, adiantando inclusive que a empresa Andorinha foi a ganhadora da concorrência, e que colocará ônibus novos na linha que vai explorar (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, Solução drástica, já, 5.1.1980, p. 2 - Editorial).

A questão do transporte público era algo que mudou muito pouco na cidade: poucas linhas, ônibus sucateados, alto custo da passagem e carros sem ar-condicionado, o que em Cuiabá não seria um luxo, em se tratando do permanente calor. A insatisfação do usuário com o transporte público em Cuiabá ainda é uma constante.

De acordo com Márcia Bomfim, em *As engrenagens da cidade*,

> No discurso proferido na década de 1980 [sobre Cuiabá] admitia-se dificuldades no processo de desenvolvimento. Ainda assim, procurava-se positiva-las dizendo que elas dariam mais ânimo para lutar e progredir. Entre as dificuldades estavam a ocupação de terras urbanas e o aparecimento de enormes favelas em Cuiabá. Havia um clima de incerteza que já não parecia tão promissor. Os acusados de ocupação eram os migrantes, que chegavam em levas à cidade e que vinham, sobretudo, dos projetos de colonização implementados pelo Governo no interior do estado (BOMFIM, 2010, p. 27).

Os grandes problemas na cidade nesse período pareciam ser os migrantes e as favelas. Onde alojar toda essa população numa cidade que carecia de habitação? Em matéria comemorativa ao aniversário de Cuiabá, que corrobora com as observações de Márcia Bomfim, foi feita a seguinte afirmação:

> De uns tempos para cá, o progresso não parou de chegar à Cuiabá. A cidade cresceu e continua desenvolvendo-se e seu futuro já é seguro. Cuiabá será uma grande capital, é o que todos esperam e acreditam piamente. Mas surgiram problemas difíceis e a cidade carece de uma infra-estrutura para suportá-los sem sofrer demasiadamente. As migrações estão cada vez mais intensas e os desempregados brevemente serão maioria.
>
> As favelas já não são somente um terrível problema. Elas representam uma realidade negra, que preocupa a todos e têm contribuído para o aparecimento de inúmeros problemas relacionados com a posse de terras, desemprego, prostituição, marginalização, etc. A especulação imobiliária alcançou índices absurdos, a inflação sobe a cada momento e o número de empregos está cada vez mais desproporcional ao número de pessoas que deles necessitam (*Diário de Cuiabá*, Cuiabá ano 261: bonita e com seus velhos problemas, 8.4.1980, p. 9).

Esse desenvolvimento esperado para a Capital, esse progresso ou modernização, como queiram, esse "futuro seguro" que já era presente, mas que não se sabia muito bem o que era, estava marcado por contradições próprias do processo de modernização capitalista.

As contradições ficavam evidentes nas próprias publicações que procuravam divulgar a cidade para o Brasil, com a finalidade de atrair investimentos. Em 1984, o memorialista João Moreira de Barros, no livro *Cuiabá de hoje*, ao procurar mostrar o frenesi de obras de infraestrutura – a palavra do momento – pela cidade, não conseguia disfarçar sua preocupação com aspectos

problemáticos, como esgoto e fornecimento de energia elétrica, que afetavam o dia-a-dia dos moradores e das indústrias:

> É irrisória a extensão da rede de esgoto. Esse parece ser um mal não só de Cuiabá, mas da maioria das cidades brasileiras. O pior para nós é que a rede de esgoto despeja os detritos no córrego da Prainha, que passa dentro da cidade, despejando este, por sua vez, suas águas pútridas no Rio Cuiabá, felizmente à jusante do ponto de captação das águas potáveis. Até a bem pouco tempo o Prainha era descoberto. Então, o mau cheiro e os mosquitos tomavam conta da cidade. Hoje está ele totalmente coberto por soberba pista asfaltada. [...]

> Não temos energia elétrica em abundância. As três Usinas do Rio da Casca são absolutamente insuficientes para garantir um fornecimento adequado. Aliás, por isso mesmo compramos energia de Goiás. Mas se a transmissão do Rio da Casca não era fácil, imaginem os leitores o que será a de Goiás, dada a distância, embora o tipo moderno de posteação e outros requisitos exigidos por uma técnica mais apurada. Daí os cortes constantes da corrente que ultimamente vêm-se acentuado (BARROS, 1984, p. 88).

De acordo com Marcia Bomfim,

> Cuiabá, como lugar de passagem, havia se tornado um entreposto de migrantes pobres, desempregados e famintos. Alguma coisa parecia ter saído errado, pois as correntes migratórias não eram tão controláveis como se esperava. Terras invadidas, mendigos pelas ruas, praças repletas de comerciantes, aumento da criminalidade, crianças infratoras eram situações produzidas por um processo de modernização, mas que não eram aceitas como modernas (BOMFIM, 2010, p. 27).

Esse tipo de prática, como bem lembrou a autora, era vista como uma ameaça à imagem de modernidade que estava sendo projetada para a cidade. Essa ideia de ameaça contribuía para que práticas de controle fossem implementadas sem contestação. Era necessário, então, restabelecer a ordem, mesmo que fictícia, para garantir a continuidade de um projeto criado para beneficiar os grandes investidores – empresários, proprietários de terras e imóveis urbanos e especuladores do mercado imobiliário (BOMFIM, 2010, p. 27).

E Cuiabá caminhava para mais um capítulo do seu processo de modernização à brasileira, com seus contrastes, demandas, desejos, sonhos e pesadelos. O contraste entre as favelas e os arranha-céus. As demandas por moradia, segurança e serviços públicos para as suas margens. Os desejos de ser metrópole, uma cidade interligada com o mundo – o centro geodésico da América do Sul integrado por estradas e ferrovias. Os sonhos de ser uma capital à altura no "novo" Mato Grosso. E os pesadelos do esperar, do devir, do improviso e do inacabado.

Notas

[1]Em seu governo foram construídas o Tesouro do Estado, o Palácio Arquiepiscopal, o Clube Feminino, o Cine Teatro Cuiabá, o Grande Hotel, assim como abriu avenidas e ruas como a Rua Joaquim Murtinho e avenida Getúlio Vargas.

[2]O Palácio Paiaguás foi construído entre 1973 e 1975 para abrigar a sede do governo do Estado. Os demais prédios das secretarias e autarquias estaduais foram instalados já na década de 1980. A concepção original do CPA era abrigar num mesmo espaço a administração estadual.

[3]VILARINHO NETO, In: ROMANCINI, 2008. Por outro lado, nos últimos anos, ocorreu uma considerável periferização das classes de menor poder aquisitivo, sendo Cuiabá a cidade do Estado com maior número de favelas.

[4]Segundo Júlio César Ramires, "A figura do apartamento ficou fundamentalmente associada às classes médias e altas, que desde o início foram atraídas por essa forma de morar, fazendo com que as empresas incorporadoras criassem plantas que, de forma quase que padronizada para as diferentes cidades brasileiras, reproduzissem no seu interior a casa e sua respectiva organização social do espaço". RAMIRES, 1997.

[5]Cabe destacar que a construção de Brasília, a nova capital moderna do país, fortaleceu o desenvolvimento do espaço urbano no Centro-Oeste, com destaque para Goiás e Mato Grosso. Era a cidade modelo para aqueles que almejavam o ingresso na modernidade a todo vapor (ainda que tardiamente). No caso de Cuiabá, havia a nova capital federal seria o padrão estético desejado para a arquitetura e desenho urbano: "Na capital mato-grossense, as relações entre espaços novos e antigos assumem contornos dramáticos em dos anos 1950. Com a construção de Brasília, a sociedade local rendeu-se ao clima de euforia que unia o país em torno das pretensões desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. É o que sugere a construção do Palácio Alencastro (1959-65), sede do governo estadual, sobre os destroços de um conjunto de casarões do centro histórico de Cuiabá. O edifício de sete pavimentos projetado pelo escritório Monteiro Wigderowitz e Monteiro Ltda., do Rio de Janeiro, segue os preceitos daquela arquitetura de matriz corbusieriana que Mário de Andrade batizou de 'escola carioca'. Se os pilotis, o terraço-jardim, a independente marquise de acesso e a rua-corredor do Palácio remetem à Unité d´Habitation de Marselha (1946-52), a relação conflituosa da torre com o tecido histórico do entorno evoca projetos bem anteriores de Le Corbusier, Plan Voisin (1925) em particular, com seus arranha-céus cravados no coração da velha Paris. Como Macunaíma, a arquitetura moderna em Mato Grosso já nasceu velha, ultrapassada em sua ortodoxia". CASTRO, 2010.

[6]Vinícius Araújo narrou um episódio interessante relacionado à construção do CPA. Fragelli no período em que foi governador de Mato Grosso (1971-1975) disse ao senador Filinto Müller que Cuiabá não tinha mais condição de ser capital. Filinto assustado lembrou-se da Constituição de 1947, quando Fragelli propôs a mudança da capital por lei ordinária. Fragelli disse que não pretendia mudar a capital, mas construir uma nova, ao lado de Cuiabá. Ele se referia ao Centro Político Administrativo (CPA), onde seriam instaladas as principais agências estaduais e federais, num espaço mais amplo e confortável. ARAÚJO, 2011.

[7]O jornal Diário de Cuiabá foi fundado em 1968 por Alves de Oliveira. Tinha como diretor nos anos 1980 Iris Capilé de Oliveira e Adelino Praieiro.

[8]A obsessão pela ideia de progresso, tão presente nos discursos políticos e da imprensa, pode ser de forma lapidar apresentada por João Moreira de Barros, ao apontar um horizonte de futuro para a Cuiabá de meados dos anos 1980: "Mato Grosso centralizado em Cuiabá, que é polo comercial de várias cidades vizinhas, é realmente um Estado do futuro. Ninguém pretende ser pitonisa. É uma

questão apenas de observação dos fatos, dos números, do reconhecimento por parte do Governo Federal já agora com suas vistas voltadas para este pedaço do solo brasileiro outrora tão esquecido e relegado. Cuiabá esperou mais de duzentos anos resignada. Quando, porém, o Brasil conclamou-a para o progresso ela respondeu: presente". BARROS, 1984.

[9]À época, a empresa Nova Era tinha o monopólio do transporte público em Cuiabá. Em uma cláusula do contrato de exploração do transporte público na capital, a empresa tinha direito de explorar o serviço por dez anos consecutivos.

Referências

ARAÚJO, V. C. Paz sob fogo cerrado (1945-2002), Cuiabá: EdUFMT, 2011.

BARROS, J. M. Cuiabá de hoje. Cuiabá: IHGMT, 1984.

BEZERRA, S. R. Contradições culturais do cortejo triunfante da modernidade em Cuiabá. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Uberlândia, vol. 5, n. 3, 2008.

BOMFIM, M. As engrenagens da cidade: centralidade e poder em Cuiabá na segunda metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT; Carlini Caniato, 2010.

CASTRO, R. S. Modernidade e primitivismo na arquitetura de Mato Grosso: confrontos da segunda metade do século 20. Arquitextos. São Paulo, n. 126.05, ano 11, nov. 2010. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3637. Acesso em: 9.9. 2014.

CONTE, C. Q.; FREIRE, M. V. L. Centro Histórico de Cuiabá: Patrimônio do Brasil. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

COY, M. Transformação socioambiental do espaço urbano e planejamento em Cuiabá/MT. Cadernos do Neru: ambiente – uma abordagem socioeconômica. Cuiabá, n. 3, p. 131-174, set. 1994.

EAGLETON, T. A ideologia da estética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FREIRE, J. L. Por uma poética popular da arquitetura. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

GALLETI, L. G. Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2012.

MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (Orgs.). Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MURTINHO, M. N. Análise Econômica da divisão de Mato Grosso (1970-2000). Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

PÓVOAS, L. Mato Grosso um convite à fortuna. Rio de Janeiro: Guaira, 1977.

RAMIRES, J. C. L. A cultura do consumo e a produção simbólica dos espaços verticalizados nas cidades brasileiras. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, vol. 17, n. 2, jul./dez. 1997.

SIQUEIRA, E. M. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, A. M. Relatos da cidade: nomadismo, territorialidades urbanas e imprensa. Cuiabá, MT: segunda metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT; Entrelinhas, 2007.

VILARINHO NETO, C. S. Cuiabá, uma metrópole regional. In: ROMANCINI, S. R. (Org.). Novas territorialidades urbanas em Cuiabá. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

_____. Metropolização regional, formação e consolidação da rede urbana do Estado de Mato Grosso. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PENSANDO A TRICENTENÁRIA CUIABÁ

Nilza Queiroz Freire
Contadora por formação, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e também da Academia Mato-Grossense de Letras.

Este texto tem a pretensão de relembrar a Cuiabá de outrora, em homenagem aos seus 300 anos, seja por sua evolução histórica e social, no seu linguajar singular, ou até mesmo no papel dos meios de comunicação que colocavam os seus habitantes a par do que acontecia no Brasil e no exterior, ou na moda e nos costumes. Para isso, elaboramos uma sequência textual que aborda desde a instrução e a educação no correr de longos períodos, com destaque para sua transformação. Para isso, utilizamos algumas expressões da Língua Portuguesa que quase sempre são objeto de aplicação indevida. Também abordamos as festas populares, com destaque para o Carnaval, com suas marchinhas cantadas até hoje. Em seguida abordamos o processo evolutivo das mulheres, as quais deixaram de ser apenas boas donas de casa e mães carinhosas, para ingressar no mercado de trabalho, incorporando ainda mais essa função, o que não incorria em prejuízo de seus afazeres agora múltiplos. Para ilustrar essa evolução, fizemos uma sequência de letras musicais enaltecendo as mulheres. Para finalizar privilegiamos dois temas: o papel dos Almanaques, tão desejados pelo segmento feminino, e também a criatividade dos compositores brasileiros na expressão do cotidiano.

Tricentenário de Cuiabá

Para a História, a vida depois de Cristo tem 2019 anos. Desse tempo, os que nos antecederam usufruíram 1719 anos e, nós festejamos os 300 anos nesta terra acolhedora e calorenta, a capital de Mato Grosso, CUIABÁ, localizada no Centro Geodésico da América do Sul.

Do seu tricentenário, já participei durante 86 anos e vejo a cidade como uma volumosa senhora, usando vestido de chita, sorriso aberto, trigueira e com sua frase carinhosa: bem-vindo à minha casa, ou amo a todos que se aproximam de mim.

Nesses 300 anos, vivemos isolados por 200 anos, aproximadamente. Ninguém saía daqui para buscar costumes novos e poucos chegavam trazendo costumes diferentes, portanto, nossa cultura é singular! A forma de nos comunicar é na terceira pessoa do verbo, e quando nos expressamos na segunda pessoa conhecemos a conjugação.

Nosso falar:

- **espia aí** = observar em segredo; espionar, olhar;

- **mixórdia** = mistura desordenada; confusão; embrulhada;

- **tope** = laço de fita;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICO REGIONAL NDIHR

- **cachimônia** = cabeça; cachola; bestunto (cabeça de pouco alcance);

- **quebra-torto** = café da manhã reforçado.

Somos únicos, sem sombra de dúvida, e, essas palavras estão no dicionário e não usamos gírias.

A comunicação do meu tempo, em nível nacional, era feita pelo Rádio e pelos Correios e Telégrafos, da mesma forma a estadual e local. Nesta acepção, o rádio noticiava óbitos, transmitia mensagens amorosas, notas de alunos no final do ano (aprovados ou reprovados enfim, o rádio fazia o seu pioneirismo).

A propósito, as matérias que eu assino aconteceram no século passado, falando do respeito, do destaque para o professor, das trapalhadas na Língua Portuguesa, da moda feminina, das músicas vindas do Rio de Janeiro através do rádio, do Carnaval cuiabano e sua criatividade, do maltrato às mulheres e do almanaque que nos ensinava nas várias áreas do saber.

No século passado, registramos o aparecimento dos plásticos (matéria sintética, dotada de grande maleabilidade e facilmente transformável mediante o emprego do calor e da pressão). Destaco a caneta esferográfica, que serve da cozinha à magistratura, com preço acessível a todos os mortais, principalmente àqueles que levavam tinteiro na escola todos os dias, a partir do 2º ano primário, como foi o meu caso.

Estamos no século XXI, mas desde o século XX muitas mudanças aconteceram...

A falta de consideração impera e, em consequência disso, muita desordem afeta a população. Registramos, também, novas invenções, tais como geladeira, fogão a gás, máquina de lavar roupa, liquidificador, micro-ondas etc., as quais muito ajudam as mulheres nos serviços domésticos.

A Internet veio para ficar... Antigamente, os mais velhos ensinavam as crianças e hoje observamos a inversão, porque as nossas crianças estão vivendo num mundo tecnológico e acham muito bom conservar as máquina e nós temos que acostumar com o mundo moderno; queremos viver de Esperança e não de Resignação.

Ano Novo

Estão de parabéns os que na virada do ano conseguiram ver 2018 com saúde, na definição da OMS: "Saúde é um bem-estar físico, mental e social, não, apenas, ausência de doença".

Há os que, na escala de valores filosóficos, colocam o dinheiro em prioridade, ele compra o conforto, mas não compra a saúde... Portanto, cuidemos dela - pelo menos na prevenção que estiver ao nosso alcance.

Estamos esperançosos com o Ano Novo, cumprindo o dia-a-dia que Deus nos dá, fazendo nosso trabalho de "formiguinha" junto à juventude, no sentido de atraí-la para a nossa Casa de Letras.

A vida é um constante renovar e nessa virada nem sempre as mudanças nos agradam.

O meu pai, que viveu 92 anos, dizia: "*não é bom viver muito, porque muita coisa*, *que aprendemos como certo*, *passa a ser errado*."

Vejamos suas observações: como criança, nos ensinaram a respeitar os mais velhos: hoje, que vivo a velhice, vejo faixa na rua - principalmente no mês de outubro - dizendo o mundo é das crianças;

- a figura de professor era a de educador; lembro-me do Francisco Ferreira Mendes, que adquiriu cabelos brancos lecionando; aliás, foi professor em tudo: como jornalista, como historiador, memorialista e como folclorista. Tudo isso, quando não estava no seu ofício, a cátedra, ensinando e educando grupos e mais grupos de adolescentes e jovens que se tornaram destaque na sociedade, homens e mulheres úteis a Mato Grosso e ao Brasil. O Francisco Mendes, quando morávamos no povoado de Capão Grande (década de 30), vistoriava a parte escolar a acavalo. A professora do Capão – na época pertencente a Várzea Grande, na condição de 3º Distrito de Cuiabá -, era a normalista Marina do Couto. Hoje, o professor é chamado de tio e os alunos o tratam no seu nível, como se não houvesse diferença numa escala de valores;

- a criança e a juventude chamam, por "você". Os pais, avós, bisavós, enfim, aos que os antecederam; a falta de educação ganhou outra definição: "fulano é autêntico" e não mal-educado.

- quem se preparava para casar, sabia que estava saindo da casa dos seus pais, para formar uma nova família, independente, vivendo sua realidade ao iniciar vida conjugal. Nos tempos atuais, o novo casal, na maioria, quer viver às custas dos pais, sobrecarregando os idosos que já cuidaram da própria prole, e suas forças não permitem esse peso, quer físico ou material.

Estou envelhecendo e, como meu pai, estranhando muita coisa, mas uma, relacionada com a Língua Portuguesa, deixa-me confusa; é o tratamento que se dá, principalmente no texto, quando o escritor se refere aos pronomes demonstrativos ou às contrações. Vamos à definição; **Este** (ê) pron.dem. Designa pessoa ou coisa presente e próxima de quem fala; lugar onde se está ou vive, ou nasceu: fatos cronológicos e fenômenos atmosféricos ocorrentes quando a pessoa fala ou escreve etc.

Assim se refere o escritor em 2009:

- "Em 1955, ao lado de Piazzolla, fundamos o Octeto Buenos Aires e revolucionamos o tango. A partir **deste** momento..."

Entendemos que 1955 está muito aquém de 2009, portanto, dentro da definição acima, seria: A partir **daquele** momento (1955) ou **desse** momento em que se memoriza o fato.

- "Há registro que na década de 1950, no Arsenal de Guerra, funcionou um supermercado cooperativo. **Neste** período..."

Nesse período, entendemos; estamos muito além de 1950.

- "A SAAD, que a cada coleção apresenta catálogos caprichados e originais, **dessa** vez...

Desta vez, pois, estamos no mesmo ano dos catálogos.

- "A guerra continua e estou usando apenas uma das minhas trincheiras para enfrentar **este** inimigo (violência)..."

Esse inimigo; quando falo no inimigo, ele está longe de mim.

Saindo do vernáculo, vamos à moda:

- calça que o cós não marca a cintura; o quadril fica dividido e sobra massa muscular para cima e para baixo, desvirtuando a boa imagem.

- vestido com a cintura abaixo dos seios.

- a cintura saiu do quadril, ultrapassou seu devido lugar e foi parar em baixo do peito... Isso está certo? Entendo que a moda é para embelezar e não para nos tornar piores.

Há mais mudanças que não me agradam, mas o espaço está terminando e estamos com esperanças de que o Ano Novo seja bem melhor, para todos nós. E, dizendo como minha saudosa vovó Romana, cumprimento a todos, no plural "Bons Anos", para que as benesses se estendam à toda Humanidade.

Reinado do Momo

"*Confete! Pedacinho colorido de saudade/ Ai, ai, ai, ai/ Ao te ver na fantasia que usei/ Confete, confesso que chorei*!"

Essa letra me fora evocada ao visitar a exposição "*Poesia de Carnaval*", no Museu Histórico de Mato Grosso - ao lado dos Correios, no Centro da Cidade, idealizada por Antônio Sodré, com o apoio da Secretaria de Cultura Estadual.

Nessa mostragem, pudemos ler as poesias, assim como observar as imagens em fotografia preto e branco.

O Carnaval que vivi era animado por marchas, com letras curtas, fáceis de memorizar, porque sempre tinha a ver com o assunto atual.

Faltava água no Rio de Janeiro, o poeta escrevia: "*Lata d'água na cabeça/ Lá vai Maria/ Lá vai Maria/ sobe o morro e não se cansa/ Pela mão leva a criança/ Lá vai Maria/...*"

Alguém que havia conquistado moça jovem, se inspirou: "*Ai, ai, brotinho/ Não cresça, meu brotinho/ Nem murche como a flor/ Ai, ai, brotinho/ Eu sou um galho velho/ Mas eu quero o seu amor/ ...*"

O cantor Jorge Goulart, que namorava a trintona Nora Ney, defendeu: "*Não quero broto/ Não quero, não quero, não!* / Não sou garoto p'ra viver só de ilusão/ sete dias na semana/ Eu preciso ver/ Minha balzaquiana/..."

Outro compositor vai buscar personagens da antiga comédia italiana, quando escreve: "*Tanto riso, aí, tanta alegria/ Mais de mil palhaços no salão/ Arlequim está chorando/ Pelo amor de Colombina/ No meio da multidão/...*".

Agora, o assunto é raça: *Branca é branca/ Preta é preta/ Mas a mulata é a tal/ É a tal? / Quando ela passa todo mundo grita/ Estou aí, nessa marmita/ Quando ela bole com os seus quadris/ Eu bato palmas/ E peço bis/ Oh! Mulata, cor de canela/ Salve, salve, salve, salve, salve ela! //...*"

Para chamar atenção do beberrão: "*Você pensa que cachaça é água/ Cachaça não é água, não/ Cachaça vem do alambique/ E água vem do ribeirão/...*"

Com saudade das retretas, o poeta se inspirou: "*Todo domingo, havia banda/ No coreto do jardim/ Vindo de longe, a gente ouvia/ A tuba do Serafim/ Porém um dia/ Entrou um gato/ Na tuba do Serafim e o resultado dessa melódia/ Foi que a tuba tocou assim: / Pum, pum, pum, miau/ Pum, pum, pum, pum...*"

Despertando a atenção dos jogadores: "*Estava jogando sinuca/ Uma nega maluca me apareceu/ Vinha com o filho no colo/ E dizia p'ro povo/ Que o filho era meu/...*"

A florista também inspirou o compositor: "*Oh! jardineira, por que estás tão triste?/ O que foi que te aconteceu? / Foi a camélia que caiu do galho/ Deu dois suspiros/ E depois morreu/...*"

Do norte da África vem a inspiração: "*Ala-la-*ô, ôôô*, ôôô/ Mais que calor, ôôô,* ôôô/ *Atravessamos o deserto do Saara/ O sol estava quente/ E queimou a nossa cara / Ala-la-ô, ôôô, ôôô...*"

A cantora Emilinha Borba, animava: "*Chiquita bacana, lá da Martinica/ Se veste com uma casca de banana nanica/...*"

Dalva de Oliveira, que brigava com o marido Herivelto Martins, desistia da desavença com o marido, cantando: "*Bandeira branca, amor/ Não posso mais/ Pela saudade que me invade/ Eu peço Paz/...*"

O Rio de Janeiro, como capital do país, era exaltado: "*Cidade maravilhosa/ Cheia de encantos mil/ Cidade maravilhosa/ Coração do meu Brasil/ ...*" Hoje, o coração é Brasília, como Distrito Federal.

Desta feita, a inspiração vinha da Espanha: "*Espanhola/ Eu quero, quero, quero ver você sambar/ Joga fora a castanhola/ Que eu lhe dou um pandeiro p'ra brincar/...*"

"*Guardo, ainda bem guardada a serpentina/ Que ela jogou / Ela era uma linda Colombina / E, eu, um pobre Pierrot/...*"

Todas essas marchas carnavalescas ouvíamos no rádio, transmitidas pela Rádio Nacional, nosso meio de comunicação.

Além das músicas, não podiam faltar fantasias, confetes, serpentinas e o lança-perfume, recipiente cilíndrico, com éter perfumado, que se lança em jato, especialmente pelo Carnaval.

Os clubes que frequentei: Náutico, Dom Bosco e o Feminino, dos quais tenho saudosas lembranças.

E o baile de máscaras do Grande Hotel de Mato Grosso? (prédio onde se instalou a Secretária de Estado de Cultura). Não se tratava de bloco de sujos, mas de pessoas muito bem fantasiadas que animavam os salões do Grande Hotel. Os palhaços costumam dizer que, com a máscara, você consegue ser mais franco: sem ela, temos outra, a "máscara social".

Os animados corsos, os cordões têm cheiro de saudade...

A rádio "A Voz D'Oeste" incentivou compositores locais e o Hélio concorreu, mas como sua música não era propagada, ele se irritou e fez uma outra: "*Quer tocar, toca/ Não quer, não toca/ Não sou de lero-lero/ Nem tampouco de potoca/...*"

Outro debochado entrou na disputa, com a marchinha: "*Eu mato, eu mato/ Quem roubou minha cueca/ P'ra fazer pano de prato/...*"

O que não gosto: música de samba-enredo, pois nem sempre a melodia agrada e o povo não acompanha a letra, pela extensão da história; daí porque as composições antigas se repetem a todo ano.

Particularmente, sou fã do Carnaval: basta dizer que durante 3 dias, podemos ser: rei, rainha, princesa, odalisca, pirata, muçulmano, tirolês, arlequim, pierrot, colombina e outras reinações.

E tudo "*p'ra acabar na quarta-feira/...*

Março- Mulher

No último dia 1º participamos da abertura das comemorações programadas pela Sala da Mulher, da Assembleia Legislativa; em seguida, a exposição MULHERES... E QUE MULHERES!... organizada pelo Instituto da Memória daquela Casa de Leis, tendo à frente da instituição, a dinâmica Isis Catarina Martins Brandão.

Desta feita, recebeu destaque a deputada Luciane Borba Azóia Bezerra - atualmente, única voz feminina na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Ouvimos depoimento assustadores relacionados com a queixa das mulheres pelos maus-tratos recebidos do companheiro, seja esposo ou simplesmente companheiro.

Vimos documentários mostrando homens na penitenciária, os quais perderam sua liberdade e, até então, não entenderam a causa de estar no presídio, uma vez que, na sua argumentação não devia viver ali, enquadrado que fora na lei Maria da Penha...

Ele maltratou a mulher com palavras, com pontapés, com humilhação e, para completar ainda, bateu nela, tratamento que nunca havia recebido dos seus pais, razão da sua vida. Isso me fez lembrar de uma amiga, de pouco estudo, mais suficientemente instruída para diferenciar o bem do mal, criada que fora num lar respeitoso e sadio. O marido, em discussão, alegou que ela, esposa, dava mais valor ao próprio pai, do que a ele, marido. Ela confirmou a suposição dizendo que seu genitor cuidou dos filhos com responsabilidade, os encaminhou ao estudo elementar, é claro, e os colocou úteis a si e à sociedade onde viviam; quanto a ele, ela o encontrou na rua.

Bem falado!... pois, os namorados, os maridos são encontrados nos passeios; a eles não devemos nossa formação; eles nos encontraram criadas, prontas para serví-los. Daquelas que até tomam surra do marido, a resposta está nos dizeres da música "*Cara que mamãe beijou/ Vagabundo nenhum põe a mão/ ...*"

Mas o mundo não é feito somente de homens maus... Há cavalheiro que trata as mulheres com muita fineza e respeito. E não precisa ser tão instruído; basta que tenha educação. Aqui um parêntese: Meu pai, Tarcílio Fernando de Queiroz, não aceitava a sigla MEC-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; devia ser Ministério da Instrução e Cultura, porque Educação você deve aprender em casa.

Vejamos o lado romântico do sexo masculino, oferecendo poesia às amadas, as quais foram lembradas com músicas, como veremos a seguir:

- *Você só pensa em luxo e riqueza/ Tudo o que você vê, você quer/ Ai meu Deus, que saudade da Amélia/ Aquilo sim, é que era mulher/...*

- *Iracema, eu nunca mais te esqueci/ Iracema, meu grande amor foi embora/ Chorei, eu chorei de dor porque/ Iracema, o meu grande amor foi você/...*

- Laura... que é da rosa dos cabelos/ Laura... que é do vale sempre em flor... / Ó Laura que é do teu sorriso/ Ó Laura, que é do nosso amor?...

- Ai, ai, ai, Isaura/ Hoje não posso ficar/ Se eu cair em seus braços/ Não há despertador/ Que me faça acordar.../Eu vou trabalhar/...

- Conceição, eu me lembro muito bem / Vivia no morro a sonhar/ Com coisas que o morro não tem/...

- Kalu, Kalu/ Tire o verde desses óio de riba d' eu / Kalu, Kalu/ não me mente que você já me esqueceu/...

- Canta Maria/ a melodia singela/ Canta que a vida é um dia/ que a vida é bela/ oh! Minha Maria/...

- Maria Helena, és tu/ A minha inspiração/ Maria Helena, vem/ Ouvir minha canção! /...

- Suely, és linda e fascinante/Murmuro a todo instante/ Teu nome encantador/ Suely, és a simplicidade/ E a felicidade/ De um grandioso amor/...

- E muito tempo passou/ pensando em ser tão feliz/ Mas a TEREZA, doutor/ Felicidade não quis/...

- Luciana, Luciana, sorriso de menina/ De olhos do mar... / Luciana, Luciana, abrace esta cantiga/ Por onde passar.../...

- Maria, o teu nome principia/ Na palma da minha mão.../ E cabe bem direitinho/ Dentro do meu coração, Maria.../...

E espaço está acabando..., mas teria inspiração para cantar as letras A a Z, os nossos compositores de poucas letras, mas de grande sentimento...

Almanaque

Mas o que é essa palavra?... Pergunta o adolescente aos pais. Respondendo de acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa: "Almanaque é uma publicação que, além dum calendário completo, contém matérias recreativas, humorística, científica, literária e informativa."

Era a publicação que aguardávamos no começo do ano, fornecida pelos laboratórios farmacêuticos e distribuídos pelas drogarias locais. No isolamento em que vivíamos, tendo como meio de comunicação o rio Cuiabá, o rádio e pouquíssima publicação, a chegada do almanaque era uma festa!..., principalmente pela sua distribuição gratuita. Almanaque Xavier, Ross, Bristol, do Biotômico, Capivarol, da Saúde da Mulher e muito outros, faziam a propaganda dos seus produtos e sugeriam medicamentos sem contra-indicação.

Recebemos o convite da Acadêmica Yasmin Jamil Nadaf, ocupante da Cadeira 38 da nossa Academia Mato-Grossense de Letras, para o lançamento da exposição "*Tempo de Almanaque*", aberta em 16-11, no SESC-Arsenal, onde permaneceu até 16-12-11.

Vale a pena conferir... É um encontro com a saudade a começar com a história do Jeca Tatu, do escritor Monteiro Lobato. O almanaque do tamanho aproximado de um palmo (distância que vai da ponta do dedo polegar à extremidade do dedo mínimo, estando a mão aberta e estendida), bem ilustrado, trazia informação de graça – destinada à população urbana e rural. Sim, o almanaque chegava aos lugares mais distantes do país, como veículo de propaganda dos medicamentos produzidos no Brasil, por modernos laboratórios farmacêuticos, a começar pela Drogaria Granado.

De espessura de um dedo, o almanaque trazia diversificação de assuntos, tais como: incentivava a venda de perfumaria e remédios; auxiliava na alfabetização e na prática de leitura; divulgava novos hábitos de higiene e, com isso, colaborava com a saúde pública, na preservação de doenças e no saneamento urbano; fornecia calendários agrícolas, para auxiliar o plantio e a colheita, obedecendo a planejamento rural.

Ficamos sabendo que o primeiro almanaque de farmácia, "*O Pharol da Medicina*", editado no Brasil com patrocínio da Drogaria Granado do Rio de Janeiro, circulou de 1887 a 1940, servindo de modelo aos seus sucessores. José Antônio Coxito Granado, fundador da Casa Granado, fabricante do tradicional e muito conhecido Polvilho Antisséptico Granado, mantinha amizade com D. Pedro II e era fornecedor da Corte, chegando a receber título de "*Imperial Drogaria e Pharmácia de Granado& Cia*", fato que rendeu sucesso a sua empresa.

As cartas enigmáticas eram outra atração do almanaque; para decifrá-las, puxava-se pela cabeça, à semelhança do que se faz com palavras cruzadas.

O esqueleto pontilhado fazia parte do entretenimento; unindo os pontos, formava- se uma figura, geralmente do mundo animal. As charadas fáceis, para iniciantes, iam gerando dificuldade e deixava o leitor quebrando a cabeça para resolvê-las. E as letras de músicas tocada na rádio? como: "*P*ílula *de vida/ do Doutor Ross/ Faz bem ao fígado/ De todos nós/."*

Belas figuras femininas enfeitavam capas do almanaque, fazendo propaganda do Biotônico Fontoura, o famoso fortificante recomendado após o Ankilostomina Fontoura. A mulher destacava-se como a leitora do almanaque, não somente a da cidade, mas aquelas do meio rural, as quais se interessavam pelos folhetos para se informar sobre os acontecimentos globais.

Dicas de moda e beleza, com mulheres famosas, indicação de sabonetes, fortificantes para o bebê saudável, anúncio de remédio para suavizar a dor "naqueles dias", enfim as informações eram úteis às mães, adolescentes, noivas e influenciavam a conduta das leitoras.

O almanaque acompanhou a evolução da vida feminina. Inicialmente na - década de 1920 - como dona-de-casa, onde seu papel principal era cuidar do lar, do marido e dos filhos. Em 1930 a mulher adquiriu importante conquista, com direito ao voto, precisamente em 1934, e, além das suas responsabilidades com a família, passou a trabalhar fora de casa, executando trabalhos como professora, secretária, enfermeira etc. O almanaque registrou a mudança; passa a publicar campanhas de alfabetização infantil, dedicadas às mães, a fim de incentivar o ingresso dos seus filhos à escola, principalmente à escola pública.

Surgiu a época da valorização do corpo feminino, na década de 1940; nos encontros de mulheres, despertava-se para a obesidade e a beleza. O almanaque fornecia dicas.

Em 1950, a mulher, trabalhando em casa e fora dela, esforçava-se para ser fonte de virtudes da família - esposa bonita, bem sucedida e dedicada. O almanaque publicava fotos de artistas deslumbrantes de Hollywood, corpos bem delineados e penteados que favoreciam o visual. A nudez feminina sofreu muitos protestos, principalmente em cidades do interior do Brasil.

Em 1970, com a liberação das mulheres, as imagens de garotas de biquíni aparecem nas capas do almanaque, propagando práticas esportivas e vida com saúde.

Por tudo o que o almanaque representou em nossas vidas, aplaudimos a exposição da Yasmim que, cuidadosamente, guardou as publicações e colocou à disposição do público tão curiosa amostragem. Nossos Parabéns!

Atividade Criadora

Inspiração não é banana/ Que plantando dá/ ...

É isso mesmo! Nem toda hora manifesta-se o entusiasmo poético, também conhecido como estro. Não é preciso ter muita escolaridade para compor..., o essencial é o estímulo ao pensamento para poetizar e criar música para ser cantada pelo povo. Haja vista as belíssimas canções que, apesar dos anos, foram e continuam sendo preferidas, as quais são de autoria de gente muito simples...

No substantivo, **canção** enquadra-se qualquer de vários tipos de composição musical popular ou erudita para ser cantada, cantiga, canto (poesia lírica). Vamos lembrar de várias "joias" da Música Popular Brasileira:

- *Seu "garçom" faça o favor / De me trazer depressa/ Uma boa média que não seja requentada/ Um pão bem quente com manteiga à beça/ Um guardanapo e um copo d'água bem gelada/...*

- *Por que bebes tanto assim, rapaz? / Chega, já é demais/ Se é por causa da mulher/ É bom parar/ Porque nenhuma delas sabe amar/...*

- *Não se deve amar sem ser amado/ É melhor morrer crucificado/ Deus me livre das mulheres de hoje em dia/ Desprezam o homem só por causa da orgia/...*

- *Eu daria tudo que tivesse/ Pra voltar aos tempos de criança/ Eu não sei pra que a gente cresce/ E não sai da mente essa lembrança/...*

- *Saudade palavra triste/ Quando se perde um grande amor/ Na estrada longa da vida/ Eu vou chorando a minha dor/...*

- *Os sonhos mais lindos sonhei.../ De quimeras mil um castelo ergui.../ E do teu olhar tonto de emoção/ Com sofreguidão, mil venturas previ.../...*

- Assim se *passaram dez anos.../ Sem eu ver teu rosto/ Sem olhar teus olhos/ Sem beijar teus lábios!.../ Assim foi tão grande a pena/ Que sentiu a minh'alma/ Ao recordar que tu/ Foste o meu primeiro amor/...*

- *Quando alegre partiste/ Tu me deste uma rosa/ Hoje, pálida e triste/ Lembra o meu padecer/...*

- *Quem parte leva saudade/ De alguém que fica chorando de dor.../ Por isso não quero lembrar/ Quando partiu meu grande amor/...*

- *De que é feito, afinal/ Esse seu coração*? / E que espécie de amor/ Você deseja dar? /...

- *Felicidade foi-se embora/ E a saudade no meu peito/ Ainda mora/ E é por isso que eu gosto/ Lá de fora/ Onde sei que a falsidade/ Não vigora/...*

- *Moreno quem te contou/ Que esta noite serenou/ Eu, deitada no teu colo/ Sereno não me molhou/...*

A folia de Reis, no início de janeiro, movimentava a população e servia para despertar a juventude no sentido de que o reinado de Momo já se aproximava. Em Cuiabá, de ouvidos atentos na Rádio Nacional, sabíamos todas as músicas carnavalescas, cantadas na "Cidade Maravilhosa".

As inspirações do Carnaval - marchas ou sambas - eram de fácil aprendizado e logo difundidas entre os interessados. Toda a produção vinha do Rio de Janeiro e falava nos assuntos discutidos pela população. Faltava água na, então, Capital Federal, surgia a letra:

- Lata d'água na cabeça/ Lá vai Maria/ bis/ Sobe o morro não se cansa/ Pela mão leva a criança/ Lá vai Maria/...

- A artista Luz del Fuego, apresentava-se nas noitadas, nua, enrolada numa cobra; vinha a inspiração:

- Moça se vestir de cobra/ E dizer que é distração.../ No Ceará não tem disso, não/ Não tem disso, não/ Bis/...

A prefeitura do Rio de Janeiro, querendo modernizar a cidade, surgiu o samba:

- Vão acabar com a Praça Onze/ Não vai mais haver / Escola de Samba, não vai/ Chora o tamborim/ Chora o morro interior/ Favela, Salgueiro, Mangueira- Estação Primeira/...

Na preferência de mulher branca ou preta, emergiu a solução:

- Branca é branca/Preta é preta/ Mas a mulata é a tal/ É a tal/...

Com a divulgação de música americana, vieram os alertas:

- Não o deixa o samba morrer/ Não deixa o samba acabar/ O morro foi feito de samba/ De samba pra gente sambar/...

- Quando eu morrer/ Não quero choro nem vela/ Quero uma fita amarela/ Gravada com o nome dela/...

Durante o reinado existente no Brasil, muitas melhorias foram feitas no Rio de Janeiro; daí o epíteto de "Cidade Maravilhosa", cantada em todos os carnavais.

Nesta semana inicia-se o mandato do Rei Momo, portanto, está na hora da reinação; durante três dias poderemos ser: rainhas, odaliscas, arlequins, colombinas, piratas etc, para tudo se acabar na quarta-feira...

Palavras Finais

Encerro este texto almejando que os leitores façam bom proveito dele e apreciem uma composição literária que buscou evidenciar o contexto cuiabano em geral, enquanto homenagem a Cuiabá, pelos seus 300 anos de sua criação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

REVISTA ELETRÔNICA

REDM

DOCUMENTO MONUMENTO

10 *anos divulgando o conhecimento!*
2009-2019

www.ufmt.br/ndihr/revista

Patrocínio:
NDIHR

Apoio: Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência/UFMT
Pró-Reitoria Administrativa/UFMT